

BIBLOS

Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

11 LIBERDADE

NÚMERO 11, 2025
3.ª SÉRIE



BIBLOS

Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

NÚMERO 11, 2025
3.ª SÉRIE



DIRETOR

Albano Figueiredo | diretor.fluc@fl.uc.pt
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

DIREÇÃO EXECUTIVA

COORDENADORA:

Marta Teixeira Anacleto | marta@fl.uc.pt
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

ADJUNTOS:

Joana Antunes | joana.antunes@uc.pt
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Paulo Nossa | paulonossa@fl.uc.pt
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Carlos Camponez | carlos.camponez@fl.uc.pt
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

SECRETÁRIA:

Carla Rosa | gapci@fl.uc.pt
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

CONSELHO CIENTÍFICO

Abel Barros Baptista | abelbb2@gmail.com
Universidade Nova de Lisboa

Agustín Serrano de Haro | agustin.serrano@cchs.csic.es
Universidade Complutense de Madrid

Ana Gabriela Macedo | gabrielam@ilch.uminho.pt
Universidade do Minho

António Manuel Martins | amm.fluc@gmail.com
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

António Martins da Silva | ams@ci.uc.pt
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

António Sousa Ribeiro | asr@ces.uc.pt
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Ataliba Teixeira de Castilho | ataliba@uol.com.br
Universidade de São Paulo

Carlos Reis | c.a.reis@mail.telepac.pt
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Christian Möckel | MoeckelC@philosophie.hu-berlin.de
Universidade Humboldt de Berlim

Diederik Meijer | d.j.w.meijer@arch.leidenuniv.nl
Universidade de Leiden

Domingo González Lopo | domingoluis.gonzalez@usc.es
Universidade de Santiago de Compostela

Elias Sanz Casado | elias@bib.uc3m.es
Universidade Carlos III de Madrid

Étienne Nel | etienne.nel@otago.ac.nz
Universidade de Otago

Fátima Velez de Castro | velezcastro@fl.uc.pt
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Fernanda Delgado Cravidão | cravidao@fl.uc.pt
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Fernando José de Almeida Catroga | fcatroga@hotmail.com
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Francisco Javier Pizarro Gómez | jpizarro@unex.es
Universidade de Extremadura, Cáceres

Francisco Oliveira | foliveir@fl.uc.pt
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Gilles Gauthier | gilles.gauthier@com.ulaval.ca
Universidade do Québec, Montréal

Gustavo Cardoso | gustavo.leitao.cardoso@gmail.com
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa –
Instituto Universitário de Lisboa

Isabel Vargues | ivargues@fl.uc.pt
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

João Lima de Sant'Anna Neto | jlsn57@uol.com.br
Universidade Estadual Paulista

Jordi Tresseras | gestiocultural@ub.edu
Universidade de Barcelona

Jorge de Alarcão | jorge.alarcao@gmail.com
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

José Antonio Frías | frias@usal.es
Universidade de Salamanca

José Augusto Cardoso Bernardes | augusto@ci.uc.pt
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

José Augusto Guimarães | guima@marilia.unesp.br
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Lucinda Fonseca | fonseca-maria@campus.ul.pt
Universidade de Lisboa

Lúcio Sobral da Cunha | lucioegeo@ci.uc.pt
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Lúisa Trindade | trindade.luisa@gmail.com
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Marc Lits | marc.lits@uclouvain.be
Universidade Católica de Louvain

Márcio Moraes Valença | marciovalenca10@gmail.com
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Maria del Carmen Paredes | paredes@usal.es
Universidade de Salamanca

Maria Helena da Cruz Coelho | coelhohm@gmail.com
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Miguel Bandeira | bandeira@ics.uminho.pt
Universidade do Minho

Pavel Szobi | pavel.szobi@vse.cz
Universidade de Economia de Praga

Pedro Aullón de Haro | p.aullondeharo@gmail.com
Universidade de Alicante

Peter Andersen | peter.andersen@uib.no
Universidade de Bergen

Roberto Gigliucci | roberto.gigliucci@uniroma1.it
Universidade de Roma, La Sapienza

Rui Pedro Julião | rpj@fesh.unl.pt
Universidade Nova de Lisboa

Soterraña Aguirre Rincón | sote.aguirre@gmail.com
Universidade de Valladolid

Teresa Seruya | t.seruya@letras.ulisboa.pt
Universidade de Lisboa

Thomas Earle | thomas.earle@mod-langs.ox.ac.uk
St. Peter's College, Oxford

Viriato Soromenho Marques | viriatosmarques@netcabo.pt
Universidade de Lisboa

Vítor Oliveira Jorge | vojorge@clix.pt
Universidade do Porto

REVISÃO DE INGLÊS

Samuel Alexandre

REVISÃO DE PROVAS

Carla Rosa

BIBLOS

Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

11 LIBERDADE

NÚMERO 11, 2025
3.ª SÉRIE



EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra
Rua da Ilha, 1 - 3000-214 Coimbra
Email: imprensa@uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: <http://livriadaimprensa.uc.pt>

DESIGN

Carlos Costa

ISSN

0870-4112

ISSN Digital

2183-7139

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-11

DEPÓSITO LEGAL

1401/82

PERIODICIDADE Anual • TIRAGEM 100 ex.

Biblos. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra* está indexada no European Reference Index for the Humanities (ERIH Plus), SCOPUS, WEBof SCIENCE, Directory of Open Access Journals (DOAJ), Dialnet e ANVUR

<HTTPS://IMPACTUM.UC.PT/EN/CONTENT/REVISTA?TID=28707&ID=28707>

<HTTP://WWW.UC.PT/FLUC/INVESTIGACAO/BIBLOS>

© DEZEMBRO, 2025

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

PROPRIEDADE • CONTACTOS • SEDE DE REDAÇÃO

Biblos. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*

Gabinete de Apoio a Projetos e Centros de Investigação. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Largo da Porta Férrea • 3004-530 Coimbra (Portugal)

Telef. 239 859984 • gapci@fl.uc.pt

SUMÁRIO

Apresentação.

Liberdade e História (memória e futuro)

Igualdade em liberdade. Liberdade e igualdade complementam-se
como valores supremos, não como valores absolutos 23

Pedro de Pezarat Correia

Pensar a liberdade e as prerrogativas da democracia. Um antigo e longo debate 41

Maria de Fátima Silva

Contra a “liberdade dirigida” do PCP: o discurso anticomunista
nos debates da Assembleia Constituinte no “Verão Quente” de 1975 61

Patrícia Freitas

Abaixo os “cadeados de ferro feudais”! O Movimento para a Extinção dos Foros
e a ruralidade na revolução portuguesa (1974-1976) 89

Leonardo Aboim Pires

Ambivalence in contemporary Sunni Islamism –
a challenge for Western liberal democracies. 115

Felipe Pathé Duarte

Liberdade e discurso(s)

Violência contra jornalistas na América do Sul:
Argentina e Brasil (2008 a 2024) 145

Liziane Guazina, Daniela Ramos e Érica Anita Baptista

<i>Gabriela, Cravo e Canela</i> : memória e receção da telenovela a partir das experiências de um grupo de mulheres portuguesas	169
<i>Inês Salvador</i>	
Liberdade e poder em “A Tourada” de A Naifa: análise crítica do discurso multimodal	191
<i>Ana Cristina Gomes da Rocha e Joan R. Sapiña</i>	
Formação de professores de Inglês e justiça linguística: liberdade, identidades e transformação social	213
<i>Mónica Lourenço</i>	
Entre a liberdade de investigação e a proteção de dados sensíveis. O caso do corpus CorAuDis	237
<i>Conceição Carapinha, Cornelia Plag, Susana Ferreira</i>	
 <i>Liberdade e literatura(s)</i>	
As vozes da liberdade	263
<i>Ana Paula Arnaut</i>	
“Como se calça uma pessoa que vai escrever?”. A autorrepresentação <i>cangiante</i> em Maria Velho da Costa	285
<i>Cláudia Capela</i>	
Não há revoluções inocentes: lições da poesia experimental para o 25 de Abril de 1974	309
<i>Sandra Guerreiro Dias</i>	
Mário Cesariny. “A Liberdade agita, acelera, afecta, não nasce, morre em incêndio”.	333
<i>Maria Bochicchio</i>	

De la douleur à la parole : la poésie de Silvia Bragança comme acte de résilience et de transmission	345
<i>Irene Silveira Almeida</i>	
Worlds of freedom and unfreedom: the totalitarian imaginaries of Lewis Grassie Gibbon's <i>Gay Hunter</i> and Antoni Słonimski's <i>Two Ends of the World</i>	367
<i>Katarzyna Pisarska</i>	
As mulheres no romance de Sabine Scholl <i>Transit Lissabon</i> (2024)	389
<i>Maria de Fátima Gil</i>	
A “revolução ponderada” ou a representação do 25 de Abril no romance <i>Schwerenöter</i> (1987) de Hanns-Josef Ortheil	411
<i>Rogério Madeira</i>	
La fiaba della libertà. Migrazione e salvezza nell'esordio di Ornella Vorpsi	431
<i>Angela Bubba</i>	
 <i>Entrevista</i>	
A história mostra-nos que não temos de escolher o pior. Entrevista com José Bragança de Miranda, sobre a liberdade	453
<i>Carlos Camponez e José Gomes Pinto</i>	
 <i>Recensões</i>	
Ciaralli, Antonio; Pulsoni, Carlo Aneddoti letterari. Da Petrarca a Scheiwiller.	479
<i>Rita Marnoto</i>	

Brogi, Daniela	
Lo spazio delle donne	483
<i>Martina Matozzi</i>	
Alarcão, Jorge de	
Coimbra no século XVII – Figuras e factos memorandos	487
<i>José d'Encarnação</i>	
Matos, José	
Atlas Histórico do 25 de Abril	493
<i>Sérgio Neto</i>	
Menezes, Matheus	
Legado de um certo Oriente: A Revista da Liga Andaluza de Letras Árabes	497
<i>Alberto Sismondini</i>	

11

LIBERDADE

LIBERDADE

O nº 11 da 3ª série da *Biblos-Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra* é subordinado ao tema *Liberdade*, pretendendo assumir-se como um contributo simbólico da Escola para as Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, cujo termo terá lugar em 2026. O significado desta opção temática é, desde logo, assinalado pelo recurso ao verso de *Maré Alta* de Sérgio Godinho – “A Liberdade vai passar por aqui” – que abre o convite para a apresentação de artigos, publicado no final de 2024. A formulação do verso é obviamente histórica – o álbum *Os Sobreviventes* foi gravado em Paris em 1972, dois anos antes de Abril; mas não deixa de ser, do mesmo modo, intemporal (ou, se se preferir, premonitória).

O volume da *Biblos* que agora se publica assume essa dupla temporalidade: por um lado, o tempo da Revolução dos Cravos e as diferentes aceções artísticas que o conceito de Liberdade aí assumiu; por outro lado, o tempo antes e o tempo depois do tempo, plasmados na dimensão universalista do conceito e nas suas diversas manifestações literárias, filosóficas, históricas, discursivas, territoriais. Dito de outro modo – e recuperando um excerto do convite para apresentação de artigos –, o conceito de Liberdade é um dos “mais referidos, debatidos e sofridos da História, ocupando, como não poderia deixar de ser, um espaço central nas Humanidades, que marcam de forma indelével a *Biblos*.”

De facto, a inscrição *natural* do tema na epistemologia da Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e o momento emblemático da publicação deste volume, quando ocorrem as Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, permitiram acolher artigos que refletem sobre a Liberdade em muitas das suas dimensões – política, histórica, estética, linguística. Cada um deles, a partir de campos distintos do saber e da criação, interroga o tempo e os tempos, as diversas formas de expressão e de resistência que emergem do confronto do sujeito com os limites e possibilidades da Liberdade. Por isso, os estudos aqui reunidos revelam não ser a Liberdade uma conquista estática,

mas um processo em permanente construção, marcado por tensões, ruturas e reinvenções – como se infere da cadência do verso de Sérgio Godinho.

Assim, muito embora os artigos que compõem este volume veiculem conteúdos de natureza diversa, concretizando a polissemia do conceito Liberdade e os diferentes tempos em que, no âmbito das Humanidades, naturalmente se declina, existem três núcleos de reflexão crítica que parecem impor-se, sem rasurar as leituras plurais que neles se inscrevem: “Liberdade e História (Memória e Futuro)”; “Liberdade e Discurso(s)”; “Liberdade e Literatura(s)”. Existindo uma permeabilidade de fronteiras entre as três secções, decorrente da própria ontologia do tema, os artigos que as enformam dão conta da presença indelével dos dois eixos estruturantes das Comemorações dos 50 anos de Abril – Memória e Futuro – na reflexão crítica que desenvolvem. De resto, a dialética Memória e Futuro intrinsecamente associada à História, prolonga-se na alusão ao plural e na dimensão plural de “Discurso(s)” e “Literatura(s)”.

No artigo que abre a secção “Liberdade e História (Memória e Futuro)” – *Igualdade em Liberdade. Liberdade e igualdade complementam-se como valores supremos, não como valores absolutos* – e que, em bom rigor, poderia abrir cada uma das outras secções, surge simbolicamente inscrita a data de 25 de abril de 2025: Pezarat Correia, Capitão de Abril e doutorado pela Universidade de Coimbra aos 85 anos, reflete sobre a liberdade e a igualdade, à luz da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Constituição da República Portuguesa de 1976. Fundamenta, na relação interdependente entre esses dois valores, o apelo à indignação e ao empenho coletivo para “libertar a liberdade”, “cativa” que está de uma globalização que agrava as desigualdades, dos poderes políticos distantes e subservientes aos interesses económicos e da influência das grandes empresas de tecnologia.

O mote está dado para todo o volume e justifica o regresso ao antigo e longo debate entre liberdade e democracia que leva Maria de Fátima Silva a visitar a Grécia antiga, nomeadamente Heródoto e o debate sobre formas de governo, enquadrado no Livro III de *Histórias*, e Tucídides e o discurso de Péricles em homenagem aos caídos em combate, no Livro II de *História da Guerra do Peloponeso*. Em *Pensar a liberdade e as prerrogativas da democracia. Um antigo e longo debate*, a autora demonstra como os dois escritores

ponderaram a democracia e o seu perfil como modelo político e social em contexto de guerra e em momentos distintos da História antiga.

É na História atual que se situam os três artigos seguintes, alinhados, de formas diferentes, com a reflexão crítica e filosófica dos dois primeiros. Patrícia Freitas, em *Contra a “liberdade dirigida” do PCP: o discurso anticomunista nos debates da Assembleia Constituinte no “Verão Quente” de 1975*, mobiliza um conjunto muito específico de fontes para analisar a forma como o debate ideológico que caracterizou o processo revolucionário português manifestou, articulou e atualizou um anticomunismo longamente enraizado na cultura política do país. Em *Abaixo os “cadeados de ferro feudais”! O movimento para a extinção dos foros e a ruralidade na revolução portuguesa (1974-1976)*, Leonardo Aboim Pires lança um olhar atento às reivindicações populares concretizadas num dos vários movimentos sociais agrários que, implicando a fratura com formas seculares de exploração da terra, são aqui entendidos como parte integrante do processo revolucionário e da própria consolidação da democracia.

Num outro contexto muito diverso, mas profundamente atual, Felipe Pathé Duarte (*Ambivalence in contemporary sunni islamism – a challenge for western liberal democracies*) analisa as ambivalências do islamismo sunita contemporâneo como uma ideologia política distinta que funde crenças religiosas com estratégias sociais e políticas, transcendendo as fronteiras religiosas e funcionando como uma ideologia secular autoritária, no contexto histórico do declínio dos impérios islâmicos e da ascensão das ideologias ocidentais.

“Liberdade e Discurso(s)”, o segundo núcleo de reflexão crítica que estrutura o presente volume da *Biblos*, acolhe artigos que abrangem diferentes áreas de saber das Humanidades, todos eles incidindo, não obstante, em formas de discurso, ou de representação do/no discurso, que evidenciam a relação do sujeito e instituições com a Liberdade.

Assim, em *Violência contra jornalistas na América do Sul: Argentina e Brasil (2008 a 2024)*, Érica Anita Baptista, Liziane Guazina e Daniela Ramos apresentam uma reflexão sobre as lideranças populistas de Javier Milei e Jair Bolsonaro, mostrando como os dois países promoveram a descredibilização, criaram discursos estigmatizantes, fizeram ataques direcionados pelas redes

sociais contra jornalistas e recorreram à violência de género contra mulheres que exercem a profissão. Estas estratégias políticas, concluem as autoras, visam promover a autocensura e a divisão entre jornalistas, aumentar as dificuldades do exercício do jornalismo e descredibilizar a profissão.

Já em *Gabriela, Cravo e Canela: memória e receção da telenovela a partir das experiências de um grupo de mulheres portuguesas*, Inês Salvador descreve um estudo exploratório que lhe permitiu questionar e analisar o impacto ideológico de uma narrativa televisiva, protagonizada por um modelo de liberdade/independência feminina, em oito mulheres portuguesas, num contexto pós-revolucionário de expectável transformação social e, no entanto, ainda, de resistência à liberdade de pensamento e expressão. Na mesma sequência de raciocínio, Ana Cristina Gomes da Rocha e Joan R. Sapiña analisam, em *Liberdade e Poder em “A Tourada” de A Naifa: análise crítica do discurso multimodal*, as diferentes relações semióticas estabelecidas, desta feita, na trama discursiva do videoclip “A Tourada”, produzido pelo projeto artístico “A Naifa”, destrinchando as suas matrizes textuais, imagéticas, sonoras, socioculturais e, naturalmente, artísticas, no contexto de uma resistência ao poder e consequente atualização e ressignificação do protesto revolucionário, de um contrapoder.

Os dois últimos trabalhos incluídos na secção “Discurso(s)” apontam para dimensões de impacto linguístico e social do conceito Liberdade, contextualizado em duas formas de discurso. O artigo de Mónica Lourenço – *Formação de professores de Inglês e justiça linguística: Liberdade, identidades e transformação social* – analisa de que modo a formação de professores de inglês pode contribuir para a justiça linguística e a transformação social, promovendo o respeito pela liberdade linguística e pelas identidades plurais. A partir de um estudo de caso com futuros professores, a autora mostra que a reflexão sobre ideologias monolingues e práticas de ensino inclusivas conduz ao desenvolvimento de uma identidade docente crítica, consciente do poder transformador da educação linguística, afirmando que reconhecer e respeitar a liberdade linguística nas escolas é um ato de justiça social, indispensável à construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva. O segundo estudo, da autoria de Conceição Carapinha, Cornelia Plag e Susana Ferreira (*Entre*

a liberdade de investigação e a proteção de dados sensíveis. O caso do corpus CorAuDis), situa o leitor num outro contexto, o da investigação científica desenvolvida a partir de um *corpus* de audiências de julgamentos, para avaliar questões de ética e de liberdade associadas à proteção de dados pessoais.

O terceiro e último núcleo temático deste volume da *Biblos* – “Liberdade e Literatura(s)” – acolhe um número mais expressivo de contributos, abrangendo a literatura portuguesa e outras literaturas. Os nove estudos que o compõem problematizam o modo como a escrita literária da Liberdade e sobre a Liberdade, a sua ficcionalização ou a sua expressão lírica, movimentam, de novo, o jogo de temporalidades já evocado (tempo histórico e tempo fora do tempo) e antecipam, de algum modo, a síntese possível do volume – ou a sua abertura para o futuro.

As Vozes da Liberdade, da autoria de Ana Paula Arnaut, inicia esta terceira e última secção da revista, propondo uma reflexão sobre a relação entre liberdade de expressão e criação literária em Portugal, antes e depois do 25 de Abril de 1974. A autora destaca o papel da literatura como arma de resistência ideológica e sociocultural, evidenciando autores como Miguel Torga, José Cardoso Pires, Maria Velho da Costa ou Lobo Antunes, cujas obras refletem, tanto o entusiasmo revolucionário, como o desencanto democrático. Conclui que a literatura portuguesa, ao transitar do silêncio imposto para a pluralidade de vozes livres, reafirma a sua função crítica e interventiva, reinventando continuamente o sentido da Liberdade. O artigo seguinte, de autoria de Cláudia Capela, retoma uma das “Vozes” da Liberdade já evocada – Maria Velho da Costa – e focaliza-se nos escritos da personagem Elisa de *Casas Pardas* (“*como se calça uma pessoa que vai escrever?*”. *A autorrepresentação cangriante em Maria Velho da Costa*), analisando o modo como o autorretrato aí construído é um lugar libertário que subverte a natureza autoritária e fixa da língua, num diálogo intertextual com as *Novas Cartas Portuguesas*, onde as autoras exploram a noção de reconhecimento do rosto para, na sua contrafação, revelar a condição das mulheres no século XX.

A estas duas reflexões iniciais, junta-se a de Sandra Guerreiro Dias que, em *Não há revoluções inocentes: lições da poesia experimental para o 25 de Abril de 1974*, analisa a obra de cinco poetas: E. M. de Melo e Castro, Ana Hatherly,

António Aragão, Salette Tavares e António Barros. O argumento que percorre o artigo apoia-se na ideia de que os poetas experimentais portugueses ocuparam as “trincheiras” da Revolução dos Cravos, utilizando o poema como um ato performativo que interfere, nomeia, convida à ação e transforma. De realçar, ainda, o facto de a autora sustentar que os poemas podem ser uma forma de resposta aos desafios contemporâneos da era da algoritmização avançada e da ameaça crescente das tecnologias de vigilância e normatização da linguagem.

Ao texto de Sandra Guerreiro Dias segue-se o de Maria Bochicchio – *Mário Cesariny: “a Liberdade agita, acelera, afecta, não nasce, morre em incêndio”* – que apresenta uma reflexão sobre o conceito de Liberdade na obra de Mário Cesariny, analisando as suas implicações poéticas e políticas. Partindo do surrealismo português, a autora mostra como Cesariny rompe com o neorrealismo e com as ideologias dominantes, afirmando a poesia como ato de resistência e desobediência estética, um movimento incessante que “agita, acelera, afecta”, propondo uma libertação da linguagem através da desconstrução dos seus códigos racionais e morais.

A poesia é igualmente gesto de resistência e de libertação no caso da poeta Sílvia Bragança, como fica demonstrado no estudo *De la douleur à la parole : la poésie de Silvia Bragança comme acte de résilience et de transmission*. Irene Silveira Almeida detém-se na poesia gráfica da autora, no modo como essa escrita poética é marcado pelas experiências de Sílvia Bragança na sua terra natal, Goa, e depois em Portugal e Moçambique, no rescaldo da Revolução dos Cravos e das lutas de descolonização, e se torna uma transmissão empenhada para o povo a quem dirige a mensagem, nomeadamente para as gerações mais novas.

Os quatro estudos seguintes justificam o plural de “Literatura(s)” utilizado no título deste terceiro e último núcleo temático da Revista – “Liberdade e Literatura(s)” –, ainda que não tenham, por si só, e como se deduz dos artigos anteriores, condicionado, de forma exclusiva, essa opção. Outras “Vozes” são aqui convocadas, algumas relacionadas com Portugal e com um olhar de fora sobre o Portugal de Abril, apontando para o tempo (histórico) e para o tempo fora do tempo que enforma o conceito de “Liberdade” e constitui um *leit-motiv* estruturante deste volume da *Biblos*.

Assim, o artigo de Katarzyna Pisarska, *Worlds of Freedom and Unfreedom: The Totalitarian Imaginaries of Lewis Grassic Gibbon's Gay Hunter and Antoni Słonimski's Two Ends of the World*, compara duas obras do período entre guerras – *Gay Hunter* (1934) de Lewis Grassic Gibbon, e *Dois Fins do Mundo* (1937) de Antoni Słonimski. Na reflexão proposta sobre as duas narrativas, ambas tematizando dois possíveis futuros totalitários, sem que os escritores abandonem, por completo, alguma esperança sobre o futuro da Humanidade, a autora descreve o modo como Gibbon, influenciado pela teoria difusionista, via a civilização como má e idealizava uma idade de ouro de homens caçadores e recoletores livres, enquanto Słonimski imagina uma utopia de liberdade e igualdade após uma catástrofe tecnológica.

De seguida, Maria de Fátima Gil, em *As mulheres do romance de Sabine Scholl Transit Lissabon* (2024), apresenta uma leitura particular do romance de Sabine Scholl, ora focando-se no contexto histórico em que se ancora o romance – o verão de 1940, altura em que, sob o regime do Estado Novo, chegaram a Portugal muitos refugiados judeus que traziam consigo novas visões do mundo e um desejo profundo de liberdade –, ora numa hermenêutica da pós-memória que realça, na ficção, comportamentos femininos em conflito com a retrógrada sociedade portuguesa, construindo pertinentes imagens da condição feminina do Portugal dos anos 40.

Rogério Madeira, por seu turno, centra o seu trabalho de análise no romance *Schwerenöter* (1987), de Hanns-Josef Ortheil, e no modo como nele se fixam imagens do 25 de Abril de 1974. Explora a perspetiva utópica sob a qual, através da figura do protagonista e da *conditio germaniae* que assume, se reconfiguram, no romance, aspetos fundamentais da representação histórico-ficcional da Revolução dos Cravos, integrando, mesmo, personagens históricas, como Spínola ou Zeca Afonso, aludindo a líderes revolucionários do MFA. Desse modo, o 25 de Abril, idealizado pela escrita ficcional, é entendido como “revolução ponderada” (“takvolle Revolution”), designação inspirada no pensamento de Adorno.

“Liberdade e Literatura(s)” encerra com um artigo que deslocaliza geográfica e historicamente o conceito de Liberdade e que, por isso mesmo, acentua a dimensão universalista que a *Biblos* entendeu assumir ao optar por

esse tema, no âmbito das Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril. Angela Bubba discute, de facto, em *La fiaba della libertà. Migrazione e salvezza nell'esordio di Ornella Vorpsi*, a estreia literária da albanesa Ornella Vorpsi, com *Il paese dove non si muore mai*, texto que reconstitui os anos em que a escritora viveu no seu país natal – então sob a ditadura de Enver Hoxha – e analisa algumas das limitações mais desumanas à liberdade, tanto pública como privada. Angela Bubba demonstra como o texto constrói imagens da condição feminina, oprimida sob o regime de Hoxha e sujeita a uma profunda estigmatização, estabelecendo, pela forma de escrita, uma conexão original com o género dos contos de fadas, através da aproximação a Italo Calvino. A fábula construída por Vorpsi acentua, assim, a forma como o regime da ficção acrescenta sentido a uma jornada de luta e busca pela liberdade, face ao poder ditatorial.

Pode-se, em suma, considerar que as diferentes declinações do conceito de Liberdade que as secções “Liberdade e História (Memória e Futuro)”, “Liberdade e Discurso(s)” e “Liberdade e Literatura(s)” perspetivam, se enquadram, naturalmente, no perfil transversal de uma revista das Humanidades e na sua militante ancoragem aos tempos da História. Talvez por isso, o conjunto de estudos que agora se publica, abre com uma reflexão sobre a *Igualdade em Liberdade. Liberdade e igualdade* e encerra, antes da secção de *Recensões* que contempla publicações das áreas da Literatura, Cultura e História, com uma *Entrevista* a José Bragança de Miranda, conduzida por Carlos Camponez e José Gomes Pinto, com o título *A História mostra-nos que não temos de escolher o pior*. De facto, para além de se assumirem, de forma estrutural, como momentos de *avant-propos* e de conclusão do nº 11 da 3ª série da *Biblos*, as duas reflexões incorporam os jogos de temporalidade associados ao conceito de “Liberdade” já evocados e reconfiguram as conclusões em aberto que os dezanove trabalhos diversamente sugerem. O apelo de “libertar a liberdade” proposto por Pezarat Correia, encontra, de algum modo, ecos de continuidade (e de contiguidade) no pensamento que José Bragança de Miranda, Reitor da Universidade Lusófona, desenvolve ao longo da Entrevista que lhe foi realizada para este número específico da Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. José Bragança

de Miranda sustenta que, a existir um fim da História, ele iniciou-se com as Revoluções contra o poder absoluto. Convocando a intemporalidade do Mito e, em particular, do Mito do Minotauro, um legado dos gregos “que eram mais sábios que nós em muitos aspetos”, afirma que a ameaça desse poder discriminatório nas sociedades contemporâneas pode ser reinterpretada a partir da figura do minotauro, mas sem a presença de um Teseu que assuma o papel de o eliminar definitivamente: “A História tem sido o desdobrar deste mito no tempo. Mas existe a possibilidade de que o Minotauro tenha conseguido escapar do labirinto disfarçado de Teseu”. Nessa medida, José Bragança de Miranda explora, na Entrevista, a ideia de soberania individual como garantia contra a escolha do “pior” na História e a necessidade de uma “ordem da liberdade” sustentada em atos soberanos. Na revisitação que faz da História, afasta-se da ideia de um destino inexorável e prioriza o presente e a ação soberana de cada sujeito como forma de construir o futuro.

Cumprem-se, assim, os diversos sentidos do verso de Sérgio Godinho “A Liberdade vai passar por aqui”, evocado no início da proposta temática “Liberdade”, apresentada, no início de dezembro 2024, para a conceção deste volume da *Biblos. Os Sobreviventes*, título do álbum onde se encontra a canção *Maré Alta* em que o verso é formulado e repetido quase até à exaustão, pode porventura ser uma metáfora que engloba o modo como o conceito de Liberdade foi trabalhado neste volume e o modo como ele (sobre)vive nas diferentes temporalidades da História e fora da História, na Memória e no Futuro, no tempo atual das Humanidades. Vale a pena, por isso, recuperar excertos da reflexão desenvolvida por José Bragança de Miranda perante a pergunta “Mas, então, defende que não devemos falar de “A Liberdade”?”:

Falar de uma liberdade metafísica ou ontológica é dar por garantido aquilo mesmo que temos de produzir. De forma mais modesta, mas essencial, devemos defender a ordem da liberdade. As revoluções modernas deram consistência palpável e histórica a uma ordem da liberdade, da qual inscrevemos os direitos individuais, e todos os direitos pensáveis e vindouros. (...) Falar de uma *ordem da liberdade* significa equacionar o problema da sua sustentação, nomeadamente constitucional. Mas o assunto é bem

mais radical do que isso, pois é a única garantia para limitar e impedir a subida aos extremos dos poderes existentes. É o princípio que faz com que todos nós – que acreditamos que esse Minotauro histórico pode ser *sustido* – sejamos filhos da Revolução.

O volume fecha com um “convite à apresentação de artigos” para o nº 12, 3ª série, da *Biblos*, a ser publicado em 2026.

O tema – “Humanidade(s) em tempo de IA” – não é alheio ao repto, lançado por José Bragança de Miranda, de que todos nós devemos acreditar que o Minotauro histórico pode ser *sustido*. De resto, existe uma lógica sequencial que justifica o *continuum* temático que une o volume 10 – “Mediações” –, o presente volume – “Liberdade” – e o próximo – “Humanidade(s) em tempo de IA”. Todos eles apontam para desafios e inquietações futuras com que as Humanidades se confrontam, no tempo (do)presente.

Marta Teixeira Anacleto
Coordenadora da Direção Executiva

Liberdade e História
(memória e futuro)

IGUALDADE EM LIBERDADE.
LIBERDADE E IGUALDADE
COMPLEMENTAM-SE COMO
VALORES SUPREMOS, NÃO
COMO VALORES ABSOLUTOS

*Equality in freedom. Freedom and
equality complement each other as
supreme values, not as absolute value*

PEDRO DE PEZARAT CORREIA

Investigador Independente

pezarat10@gmail.com

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-11_1

Texto recebido em / Text submitted on: 23/04/2025

Texto aprovado em / Text approved on: 12/09/2025

Biblos. Número 11, 2025 • 3.^a Série

pp. 23-39

RESUMO

Liberdade à luz da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Constituição da República Portuguesa de 1976.

Liberdade e igualdade, valores fundamentais, condição um do outro. Direitos relativos e não absolutos: liberdade individual que não colida com a liberdade dos outros; igualdade aristotélica é igualdade de direitos, todo o ser humano é diferente, discriminação positiva, tratar diferente o que é diferente.

25 de Abril projeto de liberdade. Dia da Liberdade e Constituição da Liberdade. O MFA optou pela liberdade, a isso se deve a evolução do golpe de estado à revolução; o povo aderiu ao 25 de Abril, o MFA aderiu ao PREC.

A liberdade está cativa. Impõe-se libertar a liberdade.

Palavras-chave: Abril; ser humano; liberdade; igualdade; direitos humanos.

ABSTRACT

Freedom in light of the Universal Declaration of Human Rights and the 1976 Constitution of the Portuguese Republic.

Freedom and equality, fundamental values, condition of each other. Relative and not absolute rights: individual freedom that does not conflict with the freedom of others; aristotelian equality is equality of rights, every human being is different, positive discrimination, treating differently what is different.

The 25 April project of freedom. Freedom Day and Constitution of Freedom. The MFA chose freedom, reason why the coup d'état evolved into a revolution; the people joined the 25 April, the MFA joined the PREC.

Freedom is captive. Freedom must be liberated.

Keywords: April; human being; freedom; equality; human rights.

INTRODUÇÃO

“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. Assim reza o artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, solenemente proclamada em Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Passados mais de três quartos de século, traduzido em 525 idiomas, tornou-se o texto escrito mais divulgado em toda a história da humanidade.

Para a abordagem que aqui me proponho elaborar em torno do tema da liberdade, correspondendo ao convite da revista *Biblos*, começo por salientar os dois pilares em que assenta esta reflexão ensaística sem aprofundamento empírico, para o qual não me considero cientificamente qualificado:

- a. o sujeito é o ser humano, independentemente de origem, credo, raça, género ou condição social;
- b. o objeto são os valores supremos para uma vida digna em sociedade, a liberdade e a igualdade, situados ao mesmo nível, tornados mutuamente dependentes, condição um do outro.

Ao eleger a liberdade como tema da edição de 2025, pretende a *Biblos*, com justificada oportunidade, associar-se às comemorações do 50.º aniversário do 25 de Abril, que decorrerão até 2 de abril de 2026, data em que se completará o meio século da aprovação da Constituição da República Portuguesa (CRP) de 1976. A qual, com inteira propriedade, podemos qualificar como a Constituição da Liberdade. 25 de Abril de 1974 e liberdade estão, pois, indestrutivelmente, interligados e, em Portugal, essa ligação está institucionalizada na própria CRP.

“A 25 de Abril de 1974”, é a frase de abertura do Preâmbulo da CRP de 1976. Dois parágrafos depois, aí se acrescenta: “A Revolução restituiu aos Portugueses os direitos e liberdades fundamentais”. J. J. Gomes Canotilho e Vital Moreira, eles próprios deputados constituintes e dos que mais contribuíram para a sua elaboração, são autores do livro *Constituição da República Portuguesa – Anotada*, instrumento de grande utilidade para uma fundamentada compreensão do contexto político e parlamentar em que se chegou ao seu produto final. Na Introdução, salientam que “A CRP nasceu de uma

revolução e a ela deve muito do seu conteúdo. Mais do que constituinte de uma revolução a CRP foi constituída pela Revolução.” (Canotilho e Moreira, 1980: 7). Isto é, no seu qualificado entendimento, 25 de Abril (revolução) e liberdade (constituição) complementam-se.

Significativo é, também que, com o artigo 16.º nº 2, a CRP acolha, ainda que apenas como referência, como notam os autores, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH): “Os preceitos constitucionais e legais relativos aos direitos fundamentais devem ser interpretados e integrados de harmonia com a Declaração Universal dos Direitos do Homem”.

Permitam-me um parêntesis para sublinhar a curiosa designação de “Direitos do Homem” e não “Direitos Humanos”, sendo esta (*Human Rights*) a que consta da matriz em língua inglesa aprovada na ONU. Dever-se-á, admito, à influência francesa, então ainda muito presente na cultura portuguesa, mas os autores não lhe fizeram qualquer alusão. Em França nunca deixou de se usar a denominação *Droits de l’Homme*, fiel à *Déclaration des Droits de l’Homme et du Citoyen*, aprovada na Assembleia Nacional em 1789, na sequência da Revolução Francesa. E, aqui, era intencional pois, nessa época, a igualdade de direitos entre homem e mulher ainda estava muito longe de se ter imposto. Mas, em 1948, a referência a direitos do homem já soava como um óbvio anacronismo, que deveria ter-se evitado. Ainda hoje assim se mantém.

Na verdade, no texto aprovado na ONU é sempre de direitos humanos que se fala, nunca de direitos do homem. Na versão em língua portuguesa, como na de língua francesa, só no Preâmbulo aparece o termo homem (*homme*), o que não acontece em nenhum dos 30 artigos, com exceção do relativo ao casamento e à constituição da família, em que surge o homem e a mulher (*l’homme et la femme*). O termo mais frequentemente incluído é pessoa (*personne*), mas também aparece indivíduo (*individu*) e ser humano (*être humain*).

Deixemos esta curiosidade e regressemos ao essencial. Como veremos não é, seguramente, o mesmo, o conceito de liberdade que todos professam, em todo o mundo e, particularmente, em Portugal. Provavelmente a grande maioria foca-se na sua própria liberdade, indiferente ao valor mais importante que é a liberdade coletiva. E também não coincidem na perceção de

quanto o valor da liberdade está intimamente ligado ao valor da igualdade. Mas vamos por partes.

LIBERDADE E IGUALDADE

Liberdade, no sentido ético e filosófico, como expressão de um ideal, é valor absoluto, utópico, que vale como paradigma existencial. Já no domínio do concreto, dos objetivos de vida em sociedade, o que há é liberdades, como expressão de direitos, valores relativos, conforme os benefícios que proporcionam. Merece-nos inteira concordância o filósofo e acadêmico francês, Raymond Polin, quando, elaborando longamente sobre esta matéria, sintetiza: “Não existe liberdade humana sem limites e obrigações. Não existe liberdade absoluta”. E, mais à frente, complementa: “(...) o direito absoluto à liberdade não confere, de modo algum, o direito à liberdade absoluta.” (Polin, 1976: 54 e 67).

É o somatório das liberdades cívicas, sociais e culturais, que confere, a cada cidadã e a cada cidadão, a medida da sua liberdade. E é a sua plena extensão ao conjunto dos cidadãos, ao coletivo da sociedade, que define esta como livre. Falamos de cidadãos e não de indivíduos, na medida em que cidadania pressupõe o indivíduo consciente de que vive condicionado por regras, numa sociedade organizada. Regras legítimas quando livremente definidas por seus representantes, também estes legitimados porque livremente escolhidos. O grau e a qualidade da liberdade, numa ou numa sociedade politicamente organizada, depende da forma como os cidadãos definem os parâmetros do modelo político e social em que decidiram conviver, do modo como escolhem, entre si, quem, no respeito por esses parâmetros, estabelece as regras correntes, as aplica, as fiscaliza.

Consideremos, então, que, verdadeiramente livre, é a sociedade em que a liberdade de cada um não colide com a liberdade dos outros, em que cada cidadã e cada cidadão está mais preocupado com a liberdade dos outros do que com a sua própria liberdade. Uma sociedade livre exige uma comunidade solidária, no sentido em que a “tua liberdade” é tão motivadora como a “minha liberdade”, em que cada cidadã e cada cidadão está consciente que a sua própria liberdade está melhor assegurada quando é preocupação de todos.

Aqui chegados, é o momento de nos debruçarmos sobre o segundo valor supremo. Para que o exercício da liberdade tenha conteúdo e alcance global, para que não se limite ao mero exercício formal e não se traduza no exclusivo privilégio de alguns, tem de ser equacionado com o outro valor que, com ela, como dissemos na Introdução, constitui a díade dos grandes objetivos da política, a igualdade.

Nada melhor, para começar, do que fazer justiça ao filósofo e sociólogo das Luzes, Jean-Jacques Rousseau que, quase dois séculos antes de a ONU ter conferido estatuto de comandamento universal à DUDH, quando todos os sistemas políticos mundiais ainda assentavam em gritantes e obscenas desigualdades, teve a ousadia de antecipar que todo o sistema legislativo “(...) se resume a dois objectivos principais: a liberdade e a igualdade (...)” (Rousseau, 1977: 61). Principais e ao mesmo nível, isto é, os direitos dos seres humanos exigem que não haja liberdade sem igualdade e que não haja igualdade sem liberdade.

Tal como a liberdade, também a igualdade é um conceito relativo. Começa por sê-lo na sua própria formulação, porque implica, sempre, a comparação face a outrem. E, também como a liberdade, não é um valor absoluto, porque não há seres humanos iguais. Cada ser humano nasce diferente do seu semelhante e, quanto mais cresce, se desenvolve e adquire personalidade individual, mais diferente se torna. As mulheres são diferentes dos homens, as crianças são diferentes dos adultos, os idosos são diferentes dos jovens e, dentro de cada um destes grupos, todas e todos diferem. Todas as pessoas são diferentes nas condições sociais e nas aptidões, físicas, intelectuais e morais, inatas ou adquiridas, diferentes por aquilo que são e diferentes também por aquilo que têm.

Face a esta realidade, a igualdade dos seres humanos só tem sentido se equacionada numa perspetiva aristotélica, de acordo com a qual a desigualdade deve ser tratada de maneira desigual, uma discriminação positiva em favor de quem, por natureza ou condição, é mais desfavorecido. É de igualdade de direitos que falamos, não de igualdade natural, que não existe. Como é de igualdade de direitos que fala a DUDH.

Há muito que se debate o invocado conflito valorativo entre liberdade e igualdade, que em boa verdade nem se justifica. Não é isso que aqui me

motiva. Pelo contrário, o que pretendo sublinhar é apenas a sua íntima e mútua dependência e, por isso, complementaridade.

Não há igualdade de direitos sem liberdade, porque só em liberdade se pode lutar pela igualdade. Como não há liberdade sem igualdade de direitos, na medida em que a desigualdade promove dependência e, quem é dependente, não é livre.

É na perspectiva aristotélica que Norberto Bobbio, académico italiano com um percurso político controverso, e acidentado, que passou pelo fascismo e pelo socialismo, se inscreve. Bobbio invoca “A regra de ouro da justiça, segundo a qual os iguais devem ser tratados de igual forma, implica que os desiguais devem ser tratados de forma desigual.” (1994: 21). Para, mais adiante, na linha de Rousseau, salientar: “(...) o ideal da igualdade (...) é, a par do ideal da liberdade e da paz, um dos objectivos últimos que (os homens) se propõem atingir e pelos quais estão dispostos a lutar.” (Bobbio, 1994: 76).

Institucionalmente, está pacificamente adquirido que os grandes objetivos que norteiam as sociedades democráticas são a segurança e o bem-estar. A eles se podem associar os valores que aqui vêm sendo objeto de reflexão, a liberdade e a igualdade, sendo que um e outro é aplicável a qualquer daqueles objetivos. Segurança e bem-estar para todos, não existem sem que todos disfrutem de liberdade e igualdade.

Permito-me, aqui, a propósito, enunciar um hipotético “dilema da liberdade igualitária”, inspirando-me no “dilema de segurança” do politólogo e académico norte-americano Joseph S. Nye Jr.

O dilema de segurança, enunciado por Joseph Nye, intelectual destacado da tendência *soft power* da escola realista das relações internacionais, aplicado às situações anárquicas, em síntese, diz que

Se um Estado constrói o seu poder de forma a garantir que outro seja incapaz de o molestar, o outro, vendo o primeiro a fortalecer-se, pode desenvolver o seu poder para se proteger dele. O resultado é o de que os esforços independentes de cada um para desenvolver o seu poder de segurança tornam ambos inseguros.

(Nye, 2002: 18)

O que diz Nye é que, se a segurança de A ameaça a segurança de B, o próprio A está a tornar-se mais inseguro. Da mesma forma, transposto para a liberdade, se o reforço do exercício do direito à liberdade de A for percebido por B como uma ameaça à sua liberdade, incentiva B a reforçar o seu próprio direito à liberdade, levando A a sentir a sua liberdade ameaçada. E assim chegamos ao dilema da liberdade igualitária, segundo o qual a liberdade de cada um passa pela igual liberdade do outro.

Penso que era, exatamente, nesta área de preocupações envolvendo segurança, liberdade e igualdade, que se situava Bertrand Russell, filósofo britânico e militante da causa pacifista, quando escreveu:

Se nos capacitarmos (...) de que para sermos felizes num mundo moderno e tão interligado temos de nos conformar com o facto de que o vizinho seja também feliz, por muito que o detestemos (...) podíamos ter um mundo mais feliz do que nunca.

(Russell, 1970: 176)

Russell, nos seus quase 100 anos de vida, foi um homem de causas, corajoso e polémico que, filósofo e matemático, cultivou quer as, assim chamadas, ciências especulativas, quer as ciências exatas.

Já agora, deixem que invoque também o seareiro Raul Proença, quando confrontava os críticos dos valores da liberdade e igualdade, os integralistas, apelidando-os de escola reacionária: “(...) a liberdade e igualdade só são negadas e a contradição entre elas admitida, porque se definem como absolutos (...) a liberdade é um ideal inteiramente vão na medida em que não marcha de par com a igualdade.” (Proença, 1985: 83 e 87).

Concluindo, liberdade e igualdade devem coexistir e complementam-se como valores supremos, nunca como valores absolutos.

25 DE ABRIL DIA DA LIBERDADE

Em 18 de abril de 1975, com o Decreto-Lei 210-A/75, foi instituído o dia 25 de abril como feriado nacional obrigatório e considerado como Dia de Portugal.

Mais tarde, com o DL 39-A/78, de 2 de março de 1978, viria a ser alterado para Dia da Liberdade, confirmando-se como feriado nacional obrigatório. O Dia de Portugal passaria a ser 10 de junho, também feriado nacional obrigatório, com a designação oficial de Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

Mais significativo, porém, do que a sua institucionalização, é o acolhimento com que, no seu imaginário afetivo, o povo português associa 25 de Abril e liberdade, bem expresso nas inúmeras iniciativas e manifestações de toda a ordem, solenes, oficiais, populares, culturais, lúdicas, desportivas com que, em todo o mundo, as comunidades portuguesas celebram a data e os acontecimentos que a tornaram única. Independentemente das mais diversas tendências políticas, culturais e sociais, é a liberdade que os une.

Compreende-se. Com o 25 de Abril e o Programa do Movimento das Forças Armadas (MFA), depois de 48 anos de ditadura, os “capitães de Abril” optaram, deliberadamente, pela liberdade. Sem equívocos, na convicção de que não há liberdade se arbitrariamente mitigada. A liberdade, ou se disfruta na sua plenitude, obviamente no respeito por regras como atrás se referiu, ou não há. Quando, ignorando ou violando as regras, é discricionariamente condicionada pelo poder, só é tolerada na medida em que interessa a quem detém o poder. É o início da negação da própria liberdade que, começando por medidas anunciadas como extraordinárias, conduz sempre à sua supressão total.

Períodos revolucionários poderão justificar situações de exceção. Não foi essa a opção dos militares do MFA e, com isso, deram prova de uma notável sensibilidade política. Optando pela liberdade abriram-se as portas à revolução popular que, não estando inicialmente programada, também não era recusada pelo Programa do MFA. Pelo contrário, o conteúdo progressista do Programa atraiu a adesão popular e foi esta que transformou o golpe de estado militar na revolução, no processo revolucionário em curso, o PREC, como a gíria popular consagraria. O povo aderiu ao golpe de estado militar do MFA, o MFA retribuiu, aderindo à revolução em que o povo transformou o golpe de estado.

As liberdades cívicas, as liberdades políticas, as liberdades sindicais, as transformações socioeconómicas, a entrada no processo de descolonização e o fim da guerra colonial, só foram possíveis pelo clima de total liberdade criado.

Se, uma vez vitorioso, o poder instalado com o 25 de Abril tivesse instituído uma situação de exceção, ainda que com declarada intenção transitória, aquelas conquistas nunca se teriam concretizado, porque a dinâmica popular e a ala mais progressista do MFA que as apoiou, teriam sido reprimidas. O ciclo repressão-contestação-repressão tem uma lógica e essa chama-se escalada. A sua vítima é sempre a liberdade.

No seio do MFA conviveram, desde a sua génese, indisfarçáveis contradições entre as várias fações que o integravam que, tendo constituído a sua força quando convergiram para derrubar a ditadura, vieram a ditar a sua fragilidade quando divergiram quanto ao que construir. Afinal, uma constante em todas as revoluções. Se, a seguir ao 25 de Abril, se tivesse optado por uma solução autoritária, a componente que teria assumido o papel de liderança teria sido, sem dúvida, a ala mais conservadora e nenhuma transformação socialmente significativa teria chegado a concretizar-se. Nunca se teria ido além do golpe de estado.

No seu livro *País sem rumo*, escrito no exílio depois da sua resignação da presidência da República, António de Spínola inclui um seu projeto de deliberação que tencionava levar ao Conselho de Estado. Escreve Spínola que, enquanto presidente, “(...) deliberava propor ao Conselho de Estado o estabelecimento de um regime transitório de exceção (...)” (Spínola, 1978: 192). Desse projeto, destaca-se:

O regime de emergência implicará (...) a suspensão parcial dos direitos cujo abuso se revele perturbador do desenvolvimento harmonioso do programa de Governo (...) que adoptaremos. Terão de ser alvo de severas limitações, desde já, os direitos cujo exercício abusivo esteve na origem do caos actual, designadamente os direitos à liberdade de reunião e de associação, à liberdade de expressão, à greve e ao lock-out.
(Spínola, 1978: 195)

Após consulta a Costa Gomes e, face à discordância deste, o presidente António de Spínola acabou por não submeter a proposta ao Conselho de Estado (Spínola, 1978: 198). Todo o seu posterior comportamento seria revelador do

sentido em que se orientariam as “severas limitações” aos direitos. Seguramente que não visavam transformações sociais e económicas. Politicamente, o seu projeto passava pelo adiamento das eleições para a Assembleia Constituinte, que o Programa do MFA se comprometia a promover no prazo de um ano, substituídas pelo referendo de uma Constituição provisória. Mais suspeitas eram, porém, as suas reticências sobre a descolonização, que Spínola obrigara a retirar da versão final do Programa do MFA. Que se avolumaram com a nomeação de Silvino Silvério Marques para governador-geral de Angola, um integracionista convicto que já exercera idênticas funções nomeado por Salazar, e saíram reforçadas com a intrigante reunião que teve com o presidente Nixon, nas Lages. Essa reunião não contou com a presença de qualquer outro responsável português, o único intérprete foi Vernon Walters, alto dirigente da CIA, e do que se passou nas conversações nunca Spínola forneceu qualquer esclarecimento, nem público, nem aos seus pares na Junta de Salvação Nacional, nem ao Conselho de Estado, nem ao Governo.

A propósito, terá sido no domínio da descolonização que a magna questão da liberdade, aberta com o 25 de Abril, suscitou mais equívocos. As reservas iniciais impostas por Spínola, comprometido com o projeto federalista do seu livro *Portugal e o Futuro* anterior a 25 de Abril, foram recebidas com desconfianças pelos movimentos de libertação (ML). Para estes, o que os primeiros sinais indicavam era que, com o 25 de Abril, se prometia liberdade para os portugueses, mas não para os povos das colónias. Era um entendimento generalizado de todos os ML, do qual era expressão o comunicado do Comité Executivo da FRELIMO de 27 de abril de 1974, apenas dois dias depois do golpe de estado: “Não podemos aceitar que a democracia para o povo português sirva de cobertura para impedir a independência do nosso povo”¹. Liberdade e democracia nas metrópoles de países europeus que mantinham os povos das colónias sujeitos a severas ditaduras, era realidade que os nacionalistas africanos conheciam bem. Pelo contrário, coerente com a liberdade, era o projeto inicial do MFA expresso no seu manifesto

¹ Imprensa da época.

“O Movimento, as Forças Armadas e a Nação”, aprovado em Cascais em março de 1974, que propunha “(...) que se tenha em conta a realidade incontroversa e irreversível da funda aspiração dos povos africanos a se governarem por si próprios (...)”. Nesse mesmo sentido ia a versão inicial do Programa do MFA que, na própria noite de 25 de abril, Spínola rejeitou.

Entrara-se num círculo vicioso: Portugal exigia que os ML aceitassem um cessar-fogo como condição para se negociarem os futuros estatutos para cada uma das colónias; os ML exigiam que Portugal reconhecesse o direito dos povos das colónias à autodeterminação e independência, condição para negociarem o cessar-fogo. Do impasse resultou a radicalização das partes, o fracasso de todas as iniciativas negociais com os ML que Spínola ainda tentou e, pior, o prosseguimento da guerra colonial.

Seria o clima de liberdade instaurado com o 25 de Abril que conferiu ao MFA e aos ML as condições, a força e o apoio popular, que forçaram Spínola a recuar. Em 27 de julho, com a aprovação da Lei Constitucional 7/74, o Estado Português reconhecia o direito dos povos das colónias à independência. E, assim, se rompia o círculo vicioso, Portugal entrava no processo de descolonização e iniciavam-se negociações frutuosas com os ML que culminariam com as independências.

Em certos círculos admitiu-se, mais tarde, que possa ter havido alguma ingenuidade do MFA na ambição de liderar um projeto de profundas alterações estruturantes que a dinâmica social ia impondo, sem limitações ao integral exercício das liberdades, quando ainda não se dispunha de um quadro legal que o regulasse. Não caio na armadilha da história contra factual, de equacionar como é que as coisas teriam acontecido se..., se as condições fossem outras. O grupo dos militares que se empenharam no 25 de Abril era muito heterogéneo, na sua motivação política, no seu estrato social, na sua formação profissional, na sua sensibilidade cultural. O que foi notável e excecional, foi este grupo ter, maioritariamente, optado pela liberdade e não por um qualquer bonapartismo adepto da ordem e da autoridade. Foi essa opção e a consequente adesão popular, que ajudaram os jovens oficiais a despertar para as contradições sociais e a inclinarem-se para soluções progressistas, ainda que, muitas vezes, excessivamente voluntaristas. Sem a

liberdade é provável que muitos deles nunca tivessem ido além de posições conservadoras, aquelas que o seu estrato socioprofissional melhor se conciliaria com um poder autoritário.

Dia 25 de Abril como Dia da Liberdade confirmar-se-ia, não institucionalmente, mas de facto, exatamente um ano depois, quando, em 25 de abril de 1975, respeitando o compromisso do Programa da MFA e suscitando a adesão massiva do povo português, se realizaram as eleições para a Assembleia Constituinte. Acontecimento histórico, porque permanece como o sufrágio mais livre e mais participado, até hoje levado a efeito em toda a História de Portugal. Que dificilmente se repetirá.

LIBERTAR A LIBERDADE

Como conclusão desta deambulação pela “avenida da liberdade” e da forma como esta se identifica com o projeto do 25 de Abril, diria que ela foi, sem dúvida, a grande originalidade daquilo que, começando por ser um golpe de estado militar com sentido progressista, se transformou numa revolução com profundas repercussões internas, regionais e globais. Foi o compromisso dos militares do MFA com a liberdade que levou à Constituição da República Portuguesa de 1976, que reconciliou Portugal com a comunidade internacional, que contribuiu decisivamente para a aceleração da dinâmica que alteraria radicalmente o quadro da geografia política da África Austral. As ondas de choque da “liberdade de Abril” estenderam-se a muitas latitudes e longitudes.

O MFA, tal como foi, acabou por ser também produto da liberdade a que tinha aberto as portas. Adubou a própria lavra em que cresceu.

Mas o mundo não deixou de girar. Hoje, quando se comemoram os 50 anos da conquista da liberdade em Portugal, faz-se num contexto em que se agrava um sentimento generalizado, não apenas entre nós, mas também entre nós, de que o valor da liberdade está de certa maneira desacreditado e, como tal, em perigo. Invoca-se, não sem razão, que o seu exercício se tem traduzido no benefício e reforço dos privilégios dos mesmos que deles sempre usufruíram. Porque a globalização, o sistema político mundial que substituiu a bipolaridade da guerra fria, sob o signo da liberalização só

agravou as desigualdades. Daí que a defesa da liberdade exija o combate coletivo contra os riscos que a ameçam.

É um tema aliciante. Não foi disso que nos propusemos aqui tratar, mas deixo sobre ele uma breve nota, para encerrar.

Há 13 anos, o blog “A Viagem dos Argonautas” em que publicava semanalmente o meu “Giro do Horizonte” e agora, esporadicamente, ainda faço, quis comemorar o 38º Aniversário do 25 de Abril com várias colaborações. Particpei com um texto que intitulei “Libertar o 25 de Abril”. Era um grito de revolta, quando o país estava “tutelado pela *troika*”, porque considerava que o 25 de Abril estava a ficar cativo. Não vou aqui reproduzir a argumentação então avançada, mas vou aproveitá-la, obviamente adaptada, para gritar que a liberdade está cativa. Não apenas no contexto nacional, está cativa à dimensão global.

Cativa de um projeto sem rosto, sem nome e sem fronteiras, que à sombra de políticas escoradas em dogmas tecnocráticos e neoliberais – realismo, eficácia, autorregulação, mercado, ausência de alternativa (TINA)² –, está a tornar a humanidade mais egoísta, mais injusta, mais desigual, mais exclusiva, mais indigna, mais obscura, mais violenta.

O manancial de recursos científicos e tecnológicos, cúmulo das conquistas da humanidade ao longo do seu processo histórico, que podiam e deviam estar ao serviço de todos, porque todos para eles contribuíram, estão a ser instrumento do obsceno enriquecimento de uns poucos e do humilhante empobrecimento dos muitos, que são cada vez mais. O inevitável estatuto de dependência que daqui resulta é sinónimo de obstrução à solidariedade, de negação do Estado Social, em suma, de limitação da liberdade e da igualdade. No limite, uma ameaça à paz.

Quando as preocupações dos grandes responsáveis mundiais se deviam centrar nos maiores problemas que, neste século XXI, ameaçam a humanidade

² *There is no alternative*, frase que é atribuída a Margaret Thatcher quando era primeira-ministra do Reino Unido e se tornou dogma do neoliberalismo ocidental para afirmar a eternização do capitalismo, o “fim da história” segundo Francis Fukuyama, hoje completamente desacreditado.

e a própria natureza, nomeadamente as migrações e o ambiente, regressa o discurso da guerra, da inevitabilidade da guerra, a invocação do equívoco aforismo romano *si vis pacem para bellum*³. Com desprezo do sábio alerta de Frederico Mayor Zaragoza, quando diretor-geral da UNESCO: “Se prepararmos a guerra chegaremos inevitavelmente à guerra.” (Zaragoza, 2001: 96). Bem como do prudente aviso do, já aqui citado, académico norte-americano Joseph Nye: “Quando acreditamos que a guerra é inevitável estamos muito perto da última jogada.” (Nye, 2002: 21).

Insisto, a liberdade está cativa. Cativa de um poder político distante, arrogante para com o cidadão comum, servil perante o poder económico e financeiro.

Cativa de governantes vulgares, medíocres, legitimados pelos mecanismos do acesso ao poder, mas funcionalmente deslegitimados por uma prática que desrespeita a separação republicana dos poderes. Que através de discursos erráticos e desrespeitadores da verdade, vulgarizando o recurso às *fake news*, abusam da boa fé dos eleitores. Admitem que o “politicamente correto” não implica que seja verdadeiro ou falso, mas que as pessoas acreditem.

Cativa de uma dinâmica governativa cujo vetor aponta sempre e rigidamente em sentido único, na preservação dos interesses dos poderosos, na redução dos direitos dos mais desprotegidos.

Cativa de instâncias internacionais e paraestatais onde pontificam funcionários carentes de qualquer legitimidade sufragada.

Cativa das grandes empresas das novas tecnologias da informação e comunicação, as plataformas digitais multinacionais que dominam o ciberespaço, para as quais os Estados estão a perder o exclusivo da influência política adquirido desde Westfália. Na competição entre si as grandes potências encararam o ciberespaço como prioritário nas estratégias nacionais de segurança. São estes “monstros”, como já lhes chamam (Fukuyama, Richman e Goel, 2021), que detêm, exploram e manipulam dados de pessoas e instituições de todo o

³ “Se queres a paz prepara a guerra”, aforismo atribuído a Flávio Vegécio, escritor romano do século IV.

mundo, sejam ou não seus utilizadores, que estão a tomar conta da economia, da comunicação e, até, da segurança. São a coluna dorsal do espaço virtual, que elas próprias criaram e que, sobrepondo-se aos anteriores espaços de circulação clássicos, marítimo, terrestre e aéreo, está a reformular a geopolítica. Se há vozes que alertam que a revolução digital será a maior revolução geopolítica da história da humanidade (Drum, 2018), outras há que a denunciam como a maior ameaça às democracias (Fukuyama, Richman e Goel, 2021). Assim sendo, acrescento eu para o que aqui me traz, são a maior ameaça à liberdade.

Mas atenção, a liberdade está também cativa de todos nós, da nossa passividade, da nossa indiferença e da nossa cumplicidade, porque todos somos responsáveis pela abdicação de cidadania que abriu caminho, e legitimou, a estes poderes abusivamente instalados. Não tu, não eu enquanto cidadãos individuais, mas nós enquanto povo coletivo. Recordemos, a propósito, Almeida Garrett: “(...) o maior inimigo da liberdade, (é) o indiferentismo.” (Garrett, 1985: 65). Ou, então, gritemos, como Stéphane Hessel, este jovem que aos 93 anos, revoltado com o presente e olhando para o futuro, ainda apelava a todos os seus concidadãos do mundo: indignai-vos! empenhai-vos!

Contra o indiferentismo, indignemo-nos, empenhemo-nos, salvemos a liberdade. Sabemos, por experiência própria que, uma vez perdida, é muito mais difícil e penoso recuperá-la.

Abril de 2025

BIBLIOGRAFIA

- Bobbio, Norberto (1994). *Direita e esquerda*. Lisboa: Editorial Presença.
- Canotilho, J. Gomes e Moreira, Vital (1980). *Constituição da República Portuguesa – Anotada*. Coimbra Editora.
- Drum, Kevin (2018). Welcome to the digital revolution. *Foreign Affairs*, Jul/Ago.
- Fukuyama, Francis; Richman, Barak e Goel, Ashish (2021). How to save democracy from technology. *Foreign Affairs*, Jan/Feb.
- Garrett, Almeida (1985). Servidão e liberdade. In *A ideia da liberdade no pensamento português*. Lisboa: Terra Livre, Direcção-Geral de Comunicação Social.

Igualdade em liberdade. Liberdade e igualdade complementam-se como valores supremos,
não como valores absolutos

- Nye, Joseph (2002). *Compreender os conflitos internacionais – uma introdução à teoria e à história*. Lisboa: Gradiva.
- Polin, Raymond (1976). *Iniciação política – o Homem e o Estado*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Proença, Raul (1985). Liberdade e igualdade. In *A ideia de liberdade no pensamento português*. Lisboa: Terra Livre, Direção-Geral de Comunicação Social.
- Rousseau, Jean-Jacques (1977). *Contrato social*. Lisboa: Editorial Presença.
- Russell, Bertrand (1970). *A minha concepção do mundo*. Porto: Brasília Editora.
- Spínola, António de (1978). *SCIRE, País sem rumo*, Portugal, Lisboa.
- Zaragoza, Frederico Mayor (2001). *Globalização, desenvolvimento e equidade*. Lisboa: Dom Quixote.

PENSAR A LIBERDADE E
AS PRERROGATIVAS DA
DEMOCRACIA. UM ANTIGO E
LONGO DEBATE

*Reflecting on freedom and the prerogatives
of democracy. A long-standing debate*

MARIA DE FÁTIMA SILVA
fanp13@gmail.com
Universidade de Coimbra, CECH

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5356-8386>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-11_2

Texto recebido em / Text submitted on: 14/01/2025

Texto aprovado em / Text approved on: 10/09/2025

Biblos. Número 11, 2025 • 3.^a Série
pp. 41-60

RESUMO

Falar sobre democracia e liberdade implicará sempre regressar à origem e às contingências que determinaram esse modelo de vida coletiva, o que significa considerar um processo longo e acidentado de que a Grécia antiga foi cenário. Este é hoje um tema largamente debatido, com posições e resultados muito controversos. Os testemunhos são bastantes, permitindo considerações antagónicas que resultam do confronto anacrónico que tendemos a fazer com a nossa experiência de hoje. Dentro dessa discussão, pretendemos regressar à consideração de dois textos retirados da historiografia clássica: o debate sobre formas de governo, enquadrado no Livro III de *Histórias* de Heródoto, e o discurso de Péricles em homenagem aos caídos em combate, no Livro II de *História da Guerra do Peloponeso* de Tucídides.

Palavras chave: Historiografia; *agôn*; encómio; Heródoto; Tucídides.

ABSTRACT

Talking about democracy and freedom will always involve going back to the origins and contingencies that determined this model of collective life, which means considering a long and complex process that took place in ancient Greece. This is a widely debated topic today, with very controversial positions and results. There are plenty of testimonies, allowing for conflicting considerations that result from the anachronistic comparison we tend to make with our experience today. Within this discussion, we intend to return to the consideration of two texts taken from classical historiography: the debate on forms of government, in Book III of Herodotus' *Histories*, and Pericles' speech in honour of the fallen in battle, in Book II of Thucydides' *History of the Peloponnesian War*.

Keywords: Historiography; *agon*; encomium; Herodotus; Thucydides.

INTRODUÇÃO¹

A democracia foi, como é sabido, uma das conquistas mais expressivas do espírito grego. Depois de experimentados, ao longo de séculos de história, outros modelos de vida coletiva – a monarquia, e a tirania dela resultante, com particular evidência –, a necessidade de instaurar um regime de maior equilíbrio social, que, minando as prerrogativas tradicionais, desse uma intervenção abrangente ao coletivo pareceu um caminho a seguir. Em resposta à própria pressão histórica, vários foram os nomes que ousaram rasgar, enfrentando as dificuldades óbvias que tal experiência comportava, esse novo caminho, e Atenas, uma das cidades mais emblemáticas da Grécia antiga, assumiu-se como a comunidade que levou mais longe a ideia de uma cidadania tendencialmente igualitária e participativa.

É evidente que tão profunda alteração social precisou de tempo para se desenvolver e consolidar. A partir do que Raafflaub (2015: 23) chama uma experiência “protodemocrática” ou “isonómica”, com origem no séc. VII a.C., em meados do séc. V a.C. o processo tinha atingido o seu pleno e dava já os primeiros sinais de decadência. Repetindo Lateiner (1989: 164):

A mutabilidade dos destinos políticos (como dos pessoais) é uma constante. Fracasso e (sobretudo) sucesso, nos Estados, revelam-se relativos e temporários; a ignorância humana apresenta-se como um princípio dinâmico e constante da história política, não como um erro curável; as circunstâncias que promovem a liberdade política apresentam-se cultural e historicamente limitadas, enquanto a tendência para uma expansão imperialística ultrapassa as formas particulares de organização doméstica com riscos para governantes e governados.

Entre outros testemunhos, a literatura, desde os seus primórdios e nas suas diferentes formas de expressão, deu conta dos passos elementares que a proposta democrática envolvia. A prática de reuniões ou assembleias

¹ Este estudo é financiado com Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00196/2025 e UIDP/00196/2025.

de chefes, em que a cada um era reconhecida a liberdade de intervenção, já testemunhada pela épica homérica, é um primeiro sinal de uma espécie de embrião de um futuro regime. Mas o caminho para o que se poderia chamar uma democracia – ainda que mais exclusiva do que hoje o conceito para nós comporta (mulheres, escravos e estrangeiros residentes eram alheios ao sistema) e, apesar de todas as lacunas a um conhecimento seguro dos seus contornos, sem dúvida diversos daquela que hoje nos rege – estava aberto. Poucos séculos passados, já Atenas, como a cidade democrática por excelência, merecia elogios rasgados, que o contraste com outros regimes ainda vigentes só contribuía para justificar; ao mesmo tempo que alguns brados de alerta denunciavam as primeiras nuvens a mancharem a luminosidade do modelo.

A nossa proposta nesta reflexão vai para o debate suscitado, a esse respeito, pelos dois grandes nomes da historiografia grega, Heródoto e Tucídides. É certo que os textos que nos propomos analisar têm uma configuração distinta, a que sem dúvida o momento e o contexto não são alheios. O horizonte com que um grego asiático como Heródoto estava confrontado, em tempo do conflito entre Europa e Ásia que agitou as primeiras décadas do séc. V a.C., é o de choque de culturas e, com ele, de inevitáveis comparações. Ao mesmo tempo que a Grécia se surpreendia perante realidades e convenções distintas, aquelas que proliferavam no Oriente, não podia deixar de associar a essa observação uma maior consciencialização das suas próprias práticas e opções. Conhecer o outro convidava, inevitavelmente, a refletir sobre si mesmo. Mas o que se afigurou como um desfecho feliz para a Grécia, a rematar esse embate com um inimigo exterior, a Pérsia, era apenas um passo na direção de um novo conflito, de contornos muito distintos, que passou a agitar, em competição sangrenta, as diversas cidades da Grécia. Tudo porque, na resistência à invasão persa, nem todas elas exerceram um papel igualmente decisivo, nem colheram glória equivalente. Atenas e Esparta, as duas incontestáveis vencedoras, entraram numa concorrência obstinada por uma prerrogativa a que se achavam com direito, agora dentro do mundo grego, procurando cativar alianças que sustentassem as pretensões de cada uma. Mas mais do que competir em torno de um papel concreto assumido

num momento histórico determinado, Atenas e Esparta confrontavam-se em algo mais profundo: a sua índole, o caráter dos seus cidadãos, as suas opções em termos de cidadania. Expor, perante as cidades aderentes ou rivais à sua causa, a excelência que as distinguiu passou a ser uma preocupação permanente. É justamente neste contexto que sucessivos elogios a Atenas se multiplicam, entre eles o que Tucídides põe na boca de Péricles, no ano longínquo de 430 a.C.

Heródoto, nas suas *Histórias* (3.80-82), optou por um debate comparativo, assinalando as virtudes e defeitos de que cada um dos regimes praticados pelo mundo conhecido² – democracia, monarquia e oligarquia (o governo de muitos, de um só ou de poucos) – tinha dado provas. Tratava-se, portanto, de avaliar em abstrato, numa atitude crítica, diferentes projetos políticos em que à democracia são reconhecidos virtudes e defeitos. Este é o debate oportuno num tempo em que o confronto militar com o Oriente colocava a Grécia perante outros modelos de vida e promovia uma avaliação consciente das suas opções face às realidades do ‘outro’; como também aquele em que duas cidades gregas tão distintas, como Atenas e Esparta, se disputavam a hegemonia sobre a Grécia.

Tucídides, por sua vez, integrou na sua *História da Guerra do Peloponeso* (2.35-46) o elogio de Atenas como cidade democrática, proferido em homenagem aos caídos em combate no termo do primeiro ano de guerra. Trata-se, portanto, neste caso, de louvar os heróis e de enobrecer as qualidades de uma cidade por que vale a pena dar a vida. Péricles, o estadista mais marcante da história da velha Atenas, assume-se como o porta-voz do louvor idealizado de uma cidade que, no seu argumento, não tem concorrência possível porque parece ter encontrado a fórmula certa para garantir segurança e bem-estar aos cidadãos. E na base do projeto está sem dúvida a sua maior conquista, a da liberdade, de ação e de palavra.

² Ésquines 3.6 dá por adquirido que estas são as três formas de governo tradicionais: “Bem sabeis, Atenienses, que são três as constituições para toda a Humanidade, tirania, oligarquia e democracia”.

1. HERÓDOTO E O DEBATE SOBRE FORMAS DE GOVERNO

O Livro III de *Histórias* de Heródoto põe em foco, em diversos episódios, a tirania vigente na Pérsia e a crise por que passa em tempos de Cambises, o rei louco: o golpe de um usurpador por morte do rei sem herdeiros, a conspiração para derrubar este sucessor ilegítimo e o acesso de Dario ao poder. E é exatamente no momento de vacatura, quando, após o assassinio do Mago, o trono se queda sem herdeiro natural e a solidez do império vive tempos de crise, que Heródoto introduz o célebre *agôn* sobre as formas de governo. Vitoriosos no golpe perpetrado contra o usurpador e seus sequazes, três dos conspiradores ponderavam o que fazer para reconduzir com mão segura os destinos da Pérsia. Democracia, monarquia e oligarquia apresentaram-se como matéria de discussão³.

Parece razoável recusar que esta seja a réplica de um debate concreto, travado por três aristocratas persas sobre modelos de governação, as suas virtudes e defeitos, como também haverá excesso em considerá-lo uma pura ficção⁴, como acontece com outros episódios inseridos no relato do ‘pai da História’. A síntese feita por Asheri⁵ reflete o que parece a leitura mais objetiva deste episódio:

Na forma por que se delinea, é um debate grego, sobre ideias gregas, composto por Heródoto, bem integrado na narrativa principal e posto em grande relevo no momento em que o público grego contemporâneo estava interessado neste tipo de questões.

³ Linderborg, 2018: 100: “Este debate constitucional proporciona-nos o primeiro exemplo conservado de uma discussão teórica centrada em qual seja a melhor forma de governo”. Será, portanto, uma espécie de termo *a quo* da “teoria política”, um passo em frente em relação ao que até aí era “pensamento político”.

⁴ Sobre a polémica questão da veracidade ou ficção deste debate, *vide* Lanza, 1977: 225-6. O próprio Heródoto prevê já ou mesmo suscita a controvérsia criada quando afirma, a propósito do debate que se prepara para desenvolver (3.80.1; cf. 6.43): “Discursos que a alguns Gregos vão parecer incríveis”.

⁵ Asheri, Medaglia, Frascchetti, 1990: 296; em função desta análise, Asheri sintetiza a polémica gerada por estes capítulos do Livro 3.80-82 de *Histórias*, que alguns imaginaram ser um excuro baseado em posições assumidas por intelectuais e retóricos gregos, outros como expressão de uma ideologia genuinamente persa.

Na verdade, nada há de surpreendente nessa colagem de uma ficção expressiva à verdade histórica quando se trata de Heródoto, que, mais do que um historiador no sentido estrito que hoje damos ao termo, foi também ou sobretudo alguém que cultivou o que chamaríamos Antropologia Cultural ou Filosofia da História. Portanto que o debate concreto, personalizado por Otanes, Megabizo e Dario, nunca aconteceu parece uma evidência. Mas talvez seja também uma evidência que, abstraído o contexto e ‘as personagens’, a matéria em si era o retrato verdadeiro de preocupações em discussão entre os Gregos ao longo do séc. V a.C., em que a obra de Heródoto foi escrita⁶. Como também não deixa de ser lógico imaginar que os próprios Persas, perante a crise política que a morte de Cambises e a usurpação do poder pelo Mago desencadeou, tivessem sentido necessidade de ponderar e discutir sobre o futuro do seu império. Afinal a assunção do poder por Dario não se fez sem resistências, até ao momento em que o absolutismo reinstaurado rematou uma fase de anarquia. O episódio refletia, portanto, uma discussão que flutuava no quotidiano grego, em particular de Atenas, e muito provavelmente também num determinado momento da História persa.

1.1. VANTAGENS E DEFEITOS DA DEMOCRACIA

Foi Otanes o primeiro a avançar com a entrega do poder ao povo (3.80), uma proposta que parecia implícita após a derrocada do tirano que acabava de se verificar. Em vez do elogio rasgado do poder popular, Otanes opta por assinalar o que a monarquia ‘não é’, pressupondo deste modo as vantagens de um modelo oposto. Em primeiro lugar, a autoridade de um só, “monarquia”, não é “nem agradável,

⁶ A abonar esta marca helénica, no debate dos Persas em Heródoto, está o conjunto de sugestões dadas por diferentes comentadores sobre o mesmo tipo de reflexão, de abordagem e de terminologia que se multiplicam em textos anteriores, coetâneos e posteriores a Heródoto. Já em Píndaro, *Pítica* 2.158-161, se colhe um vislumbre da mesma reflexão; mais tarde, os sofistas terão tido na expansão do modelo um papel relevante – há mesmo quem defenda que Heródoto estivesse a reproduzir um debate sofisticado em concreto, de que Protágoras seria o inspirador (cf. Lanza, 1977: 226-227); por fim, a ele estão também associados nomes tão fundamentais como os de Platão, Aristóteles ou Isócrates.

nem boa” (3.80.2)⁷, essencialmente porque depende da “arrogância” (*hybris*) do chefe, como a experiência recente dos Persas, subordinados ao poder de Cambises e do Mago, acabava de demonstrar⁸. Naturalmente fica implícita a ideia de que o poder do povo proporciona um ambiente positivo, que respira autonomia e liberdade. O despotismo isenta quem governa de “prestar contas” (*aneúthynos*, 3.80.3), criando impunidades indesejáveis. O exercício do poder corrompe e, porque insuscetível de controle, incentiva quem o exerce a ambições excessivas. Logo a necessidade de um controle coletivo é entendida como uma garantia contra excessos; e os excessos do tirano manifestam-se, em termos gerais, no menosprezo pelos princípios tradicionais, no assédio à mulher alheia, e nas condenações sem julgamento. Sobranceria, ambição e descontrole de quem governa são por Otanes estipulados como os vícios responsáveis pela instabilidade e decadência social.

Feito o diagnóstico do insucesso do regime até então vigente – a monarquia / tirania –, o primeiro interveniente no debate conduz o argumento para as manifestas virtudes do regime que defende, o poder popular (*plêthos árchon*, 3.80.6)⁹. Nele tudo parece resumir-se, em fim de contas, à *isonomia*, a igualdade perante a lei¹⁰, em termos cívicos e políticos. A estratégia

⁷ As traduções de Heródoto e de Tucídides aqui usadas são de minha autoria.

⁸ No discurso de Otanes “monarquia” alterna já com “tirania” (3.80.2, 4), esta significando o agravamento dos defeitos da primeira. Assim se desfaz uma equivalência anterior entre os dois termos.

⁹ Curiosamente a palavra “democracia” não faz parte do vocabulário usado no debate, embora *dêmos*, “povo”, e *krátos*, “poder”, sejam usados autonomamente. O que não significa que a palavra seja desconhecida de Heródoto, que a usa em 4.137.2, 6.43.3. Cartledge (2007: 158) justifica esta opção pela palavra “isonomia” e a exclusão, no debate, do termo “democracia” com alguma carga negativa que a palavra *dêmos* comporta, como referente à camada social constituída por gente pobre e humilde. Associada a *krátos*, *dêmos* poderia resultar no equivalente, segundo Cartledge, a “ditadura do proletariado”, uma expressão com o seu quê de pejorativo.

¹⁰ Sobre a etimologia desta palavra e dentro da controvérsia por ela gerada, em Asheri, Medaglia, Frascetti (1990: 298-9) é emitida a hipótese de estar, primeiro, relacionada com a ideia de “distribuição equitativa” (*isos némein*) de um saque, de direitos ou de cargos; e só mais tarde, em função de uma etimologia incorreta, como “igualdade perante a lei” (*isos nómos*). Por sua vez Linderborg (2018: 128), atendendo à época a que o debate se reporta, alerta para que não se trata ainda do cumprimento de uma lei bem estabelecida, “mas sobretudo funciona como um alerta para a desejável harmonia e igualdade de um regime democrático ou proto-democrático”.

comparativa continua a mesma no raciocínio de Otanes: “O monarca não cumpre nenhuma das práticas seguintes”, aquelas que o equilíbrio social exige (3.80.6): “magistraturas atribuídas por tiragem à sorte, prestações de contas em final de mandato (*hypeúthynos*), deliberações sistematicamente sujeitas ao escrutínio popular”. Assim se garante uma saudável rotatividade no exercício de funções, escrupulo de comportamentos e intervenção do coletivo em assembleia. Seja concedido – conclui o Persa – o poder à maioria, “porque na maioria está tudo”. “Liberdade” não é, nesta primeira intervenção, um conceito expresso como apanágio de um regime popular; as suas virtudes parecem assentar, sobretudo, num controle racionalizado que salvaguarde o princípio essencial, o do predomínio da igualdade garantida pela lei.

O interlocutor seguinte, Megabizo (3.80.1), subscreve, sem hesitação, tudo o antes dito sobre os defeitos da monarquia; mas, como defensor da oligarquia, acrescenta defeitos evidentes ao que, para Otanes, era a pureza virtuosa do poder popular. Se a “arrogância” (*hybris*) constituía o pior defeito a assacar a um tirano, a mesma *hybris* existe em múltiplo (*hybristóteron*, 3.80.1), quando a autoridade é conferida a uma multidão indisciplinada. Tal ameaça torna a democracia, na opinião do segundo orador, mais perigosa ainda do que a própria tirania: “Quem quiser mal aos Persas, recorra ao povo” (3.81.3). Sob essa arrogância, está como sua causa principal a assimetria no conhecimento, ou seja, a dimensão da ignorância e da incompetência¹¹. Sem para tal ter tido formação, a população é chamada a tomar decisões ou a cumprir funções da maior responsabilidade, em que atua como “caudal impetuoso” (3.81.2) – sugestiva metáfora para o que chamaríamos “psicologia coletiva”. Sem disporem de critérios seguros e informados, as massas deixam-se arrastar por impulsos e movimentos irracionais.

Faltava ainda ouvir a opinião de Dario (3.82). Não é surpreendente que se associe a Megabizo nas críticas à democracia; surpreendente pode ser, de certa forma, a defesa que faz da monarquia, por ele concebida como um regime entre todos virtuoso, desde que limados os seus vícios, até há pouco

¹¹ Sólon 9.3 West afirma que “o povo, por ignorância” tende a ser escravizado pelo *monarchos*.

experimentados pelos Persas. Neste caso, as três formas de governo são incluídas numa mesma ponderação sobre qual delas seja, “em abstrato, a melhor” (3.82.1). De resto, no argumento de Dario, as desvantagens de cada um dos dois outros regimes acabam impondo uma solução monocrática e tornando a monarquia – o governo de um só homem, honesto, competente e esclarecido – o desfecho inevitável dos maus efeitos dos regimes concorrentes; quando a anarquia se instala, por incapacidade dos “muitos” ou dos “poucos”, a um só homem caberá recuperar a ordem social. A leitura que Dario faz da atuação popular é, tal como para Megabizo, nefasta. “A maldade” (*kakótes*, 3.82.4) parece-lhe ser a legenda que melhor convém ao comportamento coletivo, um conceito complexo, difícil de exprimir com uma só palavra, que parece corresponder ao antónimo da desejável *arete*, a excelência. E mais uma vez a psicologia do coletivo entra em ação, porque o vício, praticado na coisa pública, também se redimensiona: “Não são inimizades o que se instala entre os maus, mas amizades sólidas” (3.82.4). O impulso conspirativo, assente nas piores tendências, amplia, na perspetiva de Dario, os vícios da democracia. Parece entendê-las como algo de medular na natureza humana que, se livres de controle, prometem violência e anarquia. São exatamente esses vícios e a desregulação deles resultante o que dá lugar à monarquia, o surgir de um salvador competente e ponderado. Curiosamente, todo o raciocínio de Dario se conduz para uma interrogação conclusiva: “E para reunir todos os argumentos numa só palavra: Onde é que vamos buscar a liberdade (*eleuthería*)? Quem no-la garante? O poder do povo, a oligarquia, ou a monarquia?” (3.82.5).

Linderborg (2018: 135) toma como tese para a sua reflexão sobre o debate o que poderá ser para nós uma observação conclusiva:

Quando esta ponderação pela primeira vez ocorreu, quando ordens sociais fundamentalmente diferentes se entenderam como entidades humanamente aplicáveis que se confrontavam pela primeira vez, uma verdadeira teoria política, a Teoria Política Clássica, tinha surgido.

Com ela impunha-se a consequência prática de um dos fundamentos da democracia, a liberdade de pensamento e de expressão. Só dentro desse

quadro foi possível propor, em abstrato, diferentes conceitos de vida coletiva e aduzir argumentos em favor ou contra cada um deles. Certamente elites e massas populares, ou o que desde Homero se chamou “pastores de povos” – os chefes a quem cabia conduzir decisões e vontades – já existiam antes da época clássica, as questões suscitadas pela sua coexistência no coletivo social eram conhecidas e sem dúvida consciencializadas; novo era mesmo o estímulo para as discutir, comparar e teorizar sobre elas.

2. TUCÍDIDES E O ELOGIO DE ATENAS

Foi no ano de 430 a.C. que Péricles proferiu, no cemitério de Atenas, o seu discurso de louvor aos mortos caídos em combate nesse primeiro trajeto da guerra. Tratava-se agora de um discurso a proferir em contexto público, que Tucídides procura sugerir ou reproduzir com a fidelidade possível¹². O orador oficial nesta cerimónia obedecia aos padrões tradicionais, que o historiador sintetiza desta forma (2.34.6): “Um orador designado pela cidade, que se considere um homem de não pouca inteligência e que sobressaia pela reputação”. Sem dúvida que este tipo de discursos estava condicionado por uma convenção¹³ – é o que fica patente do preâmbulo (2.35.1-3) –, mas Péricles, o melhor orador do seu tempo e bom conhecedor do discurso encomiástico, terá tido a capacidade de inserir nele um cunho pessoal e um ajuste às circunstâncias específicas: louvar os mortos e, acima deles, a cidade pela qual tinham dado a vida¹⁴.

¹² Uma síntese da consabida polémica desencadeada entre os comentadores sobre a fidelidade dos discursos que Tucídides põe na boca de vários políticos proeminentes é feita por Rusten (1999: 7-17). Nos seus limites extremos, as posições dos comentadores oscilam entre a absoluta fidedignidade e a total ficção.

¹³ É previsível que dessa convenção fizessem parte “o louvor dos antepassados, o elogio dos mortos, a exortação aos cidadãos e a consolação das famílias” (Taylor, 2010: 64). Sobre o assunto, *vide* Loraux, 1986: 10.

¹⁴ Como bem sintetiza Loraux (1986: 16) “Embora tenham uma função própria, os epitáfios pertencem a um conjunto mais amplo – ao *nomos* do funeral, claro, mas também e sobretudo à vida política da Atenas democrática”.

A sua proposta exclui o dado histórico específico – guerras e conquistas frescas na memória de todos –, para ascender a algo mais abrangente e essencial como as condições que promovem o desenvolvimento de uma verdadeira civilização, e os princípios – e o regime político – pelos quais Atenas, como um paradigma de cidade ideal, se rege. Por fim, Péricles enuncia os resultados, todas as condições que impõem a cidade à consideração internacional pelo conforto e segurança que proporciona aos seus cidadãos.

2.1. OS MÉRITOS DE ATENAS E DA SUA DEMOCRACIA

2.1.1. AUTOCTONIA E TRADIÇÃO COMO CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO

Antes propriamente de abordar a situação atual – o objeto central do seu discurso –, Péricles recua ao passado, deixando claro que a grandeza que Atenas vive no momento é o resultado de uma construção que ascende a uma longa trajetória, aquela que só a autoctonia garante. Ter vivido sempre no mesmo território, ou até – assim o mito o sugeria – ter nascido do próprio solo em que se habita era uma vantagem de que as cidades com tradição se orgulhavam¹⁵. Enquanto outros povos, em errância nómada, procuravam ainda um destino, já os autóctones consolidavam um padrão de vida estável. Importa, por isso, na abertura de um elogio a Atenas, recordar, em ordem ascendente, primeiro os antepassados, os que remontam a tempos míticos, que (2.36.1) “habitaram desde sempre esta terra e, no suceder-se das gerações, a transmitiram livre até aos nossos dias, graças ao seu valor”. A liberdade, afirmada na resistência à invasão persa, é, assim, considerada como bem-estar dos ‘antepassados’ e a primeira condição de progresso e grandeza. Liberdade significou, neste conflito, a defesa da identidade europeia perante

¹⁵ Já antes (1.2.5-6), Tucídides tinha sublinhado esta vantagem da Ática, garantida pela própria rudeza do solo: “por viver, desde os tempos mais remotos, sem dissensões internas devido à aridez do seu solo, foi habitada sem interrupção pelos mesmos homens”.

uma ameaça externa e granjeou para a Grécia, e para Atenas em particular, um poderoso estímulo ao desenvolvimento. Em segundo lugar, à geração anterior à de Péricles, por ele designada por “os nossos pais”, coube estabelecer as bases da organização desse poder. Acrescidas vantagens em cada nova geração, eis-nos chegados ao momento atual, aquele em que ‘nós’ – os que vivemos o presente, certamente a geração de Péricles –, “preparámos a nossa cidade sob todos os aspetos, tanto para a guerra como para a paz, de forma a que seja completamente autossuficiente” (2.36.3); Atenas atingia, portanto, o seu clímax, social e político. A consciência de ser ateniense e o que isso implica em termos de responsabilidade coletiva equivale ao empenho permanente e incondicional pela salvaguarda de prerrogativas que levaram séculos a construir. “O presente torna-se um paradigma, um modelo no espaço, dado que Atenas merece ser imitada pelas outras cidades, mas um modelo também no tempo”¹⁶.

2.1.2. OS PRINCÍPIOS EM QUE A DEMOCRACIA ASSENTA

Péricles passa em claro as horas de glória, vividas em campo de batalha – certamente um lugar-comum nas orações de elogio aos heróis da pátria –, para se fixar, como num pressuposto essencial, nos princípios em que a experiência ateniense se fundamenta (2.36.4): “princípios que nos conduziram a esta situação de poder, como seja o regime político e os tipos de comportamento por que este poder se engrandeceu”.

Na democracia, o estadista vê um modelo de governação ainda de espectro restrito, que Atenas não importou nem imitou, mas criou e disponibilizou às outras comunidades. E adianta-lhe o fundamento essencial (2.37.1): “O seu nome, dado que o governo não depende de uns poucos, mas da maioria, é democracia”. Há então que clarificar as bases dessa democracia, o mesmo é dizer da relação entre cada indivíduo e o Estado. Péricles traz de novo à colação os princípios antes enunciados

¹⁶ Loraux, 1986: 122.

por Otanes no debate dos Persas, em Heródoto. Antes de mais, democracia implica isonomia, a igualdade perante a lei; o funcionamento das suas instituições assenta no princípio da eleição, omitidas dessa forma prerrogativas de classe; competência e mérito (critérios importados de um código aristocrático) são as condições a privilegiar nesse processo. E se a liberdade é o alicerce do crescimento da cidade face a outras comunidades, a mesma liberdade deve ser de regra no convívio interno, entre cada indivíduo e o coletivo. Igualdade e liberdade previnem contenciosos, apaziguam conflitos e harmonizam interesses, que existem latentes na natureza humana (2.37.2).

Um temor saudável perante a lei e o poder instituído está também na base da paz coletiva. Temer a lei não é prescindir da liberdade, mas uma escolha livre que evita infrações. Por lei, Péricles alude não apenas à consignada em códigos escritos, mas sobretudo sublinha a lei não escrita, aquela que emana da própria consciência e afeta quem a desrespeita, não tanto ou apenas pelo sentimento de culpa, mas sobretudo pelo opróbrio social que o seu incumprimento acarreta.

2.1.3. BENEFÍCIOS E EXIGÊNCIAS DA DEMOCRACIA

Após o desenho, em abstrato, de uma democracia, Péricles passa a considerar, agora no concreto e tendo em conta a experiência do seu auditório de cidadãos atenienses, as vantagens práticas deste regime. De alguma forma, o seu discurso retoma, de modo distinto, o padrão comparativo que subjaz ao debate dos Persas em Heródoto; a caracterização de Atenas, no momento em guerra, implica para Péricles a inevitável comparação com o adversário; em termos concretos, Atenas e Esparta são a oposição de uma democracia a uma oligarquia, e as diferenças estabelecidas saem do nível dos princípios, para se manifestarem numa prática patente a todos.

As duas cidades eram apresentadas como opostos radicais sob vários pontos de vista: Atenas era rápida na ação, enquanto Esparta era lenta;

Atenas era tecnicamente inovadora, Esparta profundamente convencional; Atenas dada ao risco, Esparta avessa ao risco¹⁷.

Era visível que, desde uma fase ainda arcaica até à geração de Péricles, Atenas tinha deixado de ser uma cidade simples e conservadora, para se tornar numa comunidade complexa e ‘moderna’¹⁸; metamorfose que se ficou a dever em boa parte ao regime democrático nela instaurado. É essa realidade objetiva que o estadista se propõe analisar nas suas linhas de força. E começa pelos benefícios. A fruição cultural antecipa-se a qualquer outra; Atenas, como uma espécie de democracia ideal, proporciona ao seu povo, em primeiro lugar, uma extraordinária fruição cultural, dispersa ao longo do ano por “jogos e festas” (2.38.1). Dessa forma, imprime na psicologia coletiva um relaxamento, que substitui com vantagem a pressão e severidade tipicamente espartanas. À satisfação das exigências do espírito, segue-se a que beneficia as necessidades físicas, o conforto que as casas oferecem, a abundância de produtos, nacionais e estrangeiros, de um mercado ativo e farto (2.38.2), garantido por uma política expansionista (“forçámos o mar e a terra inteiros a estarem acessíveis à nossa audácia”, 2.41.4). E uma vez mais, sem que precise de o afirmar, o seu auditório estará consciente da diferença por que um ‘regime espartano’ – no sentido que ainda hoje preserva – atua nesta perspetiva. Mais adiante (2.40.1), Péricles vai insistir noutras satisfações

¹⁷ Assim Ober (2006: 141) sintetiza de modo eficaz o modo como os Coríntios (1.68-71) contrastam ‘os Atenienses modernos’ com ‘os Espartanos tradicionais’, considerando esta comparação como um *topos* banalizado no debate político.

¹⁸ Heródoto (5.78.1) registava sinais evidentes de mudança, em termos de liberdade e de igualdade, já em finais do séc. VI a.C., com a queda da tirania dos Pisístratos, a partir dos quais as reformas institucionais de Clístenes construíram um novo sistema administrativo. Ober (2007: 83) chama a atenção para o facto de estas reformas não resultarem propriamente da iniciativa de alguém, mas da pressão exercida pelas mudanças na ordem social que esse alguém teve a perspicácia de observar, para agir em conformidade. Ou seja, Ober coloca a evolução do sistema político sobretudo nas práticas sociais e não basicamente no legislador. Por fim, Cartledge (2007: 163) admite que houve um tempo em que a classe aristocrática, percebendo o poder crescente das massas populares, entendeu associar-se-lhes, em vez de as enfrentar, assumindo-se como seu “campeão”.

que, no plano cultural e artístico, Atenas proporciona: “Amamos a beleza com simplicidade e o conhecimento sem contemplações”. A terminologia que usa, neste caso – *philokaloûmen* e *philosophoûmen*¹⁹ – ou é inédita ou rara, e não o fará certamente por acaso: tão raras como o vocabulário usado são as conquistas a que ele alude.

Após as vantagens da paz, o estadista passa às condições que podem garantir a Atenas predomínio numa guerra – argumento tanto mais pertinente no momento em que o que seria um longo conflito mal se iniciava (2.39.1). Fá-lo, em primeiro lugar, pela negativa; a autoconfiança de Atenas é tal que não necessita de expulsar estrangeiros para se defender de uma eventual espionagem. O seu lema é o cosmopolitismo e, por isso, se diferencia do seu adversário, Esparta, sempre muito defensivo quanto a imigrantes (cf. 4.80.4, 5.68.2). Na preparação do seu potencial militar, o regime democrático professa o antiprofissionalismo, não impõe nem mobilização obrigatória²⁰, nem treinos exigentes e compulsivos; e, no entanto, deixou já provado, em horas de perigo extremo, como essa aparente tolerância não se mostra, em resultados, inferior à severidade. Algo inato à índole ateniense e inerente ao padrão educativo que pratica garante, com uma maior liberdade²¹, resultados que não são inferiores aos que a outros custam sofrimentos constantes.

Péricles não omite também aquela que para nós seria uma questão essencial numa democracia bem sucedida: a economia. Como em qualquer coletivo, em Atenas coexistem riqueza e pobreza. Mas o orador faz questão de sublinhar o equilíbrio em que se aposta. Por um lado, a riqueza não serve

¹⁹ A primeira palavra é um neologismo, a segunda tem uma existência anterior escassa, em Heródoto 1.30.2.

²⁰ O que só viria a acontecer a partir do séc. IV a.C.

²¹ Recordemos o comentário de Ober (2006: 149) “Os Atenienses consideravam a sua prestação ao serviço do Estado como uma espécie de educação *in fieri*, e mostraram-se dispostos, disponíveis e capazes de adquirirem novas capacidades sob a pressão dos acontecimentos e em tempo real”. Loraux (1986: 152), por seu lado, advoga que Péricles assimila no seu argumento uma vénia aos valores aristocráticos: “O que se consegue por natureza e treino situa-se na mais pura tradição do espírito aristocrático, que reserva a verdadeira glória para o heroísmo hereditário, e despreza as qualidades adquiridas, e por isso necessariamente imperfeitas”.

para cavar diferenças e estimular arrogâncias ou privilégios, mas como oportunidade para a ação. Em contrapartida, a pobreza não é uma condenação ou um opróbrio, mas também ela uma oportunidade, como estímulo à busca de soluções para resolvê-la. Por trás dos destinos da população, está naturalmente o governo e, neste aspeto, Péricles é claro. O segredo da boa governação está na experiência de que o homem público disponha como cidadão privado; ou seja, é a experiência de vida de cada um o que o credencia para o bom exercício da função política. Estar envolvido em diferentes atividades é um património que só traz benefício quando se trata de compreender o interesse coletivo. Com todos estes argumentos, Péricles parece reproduzir o cidadão ideal: o indivíduo rico de espírito, satisfeito nas suas necessidades do dia a dia, mas empenhado também na função pública e na participação no interesse coletivo, quer do ponto de vista da produção de riqueza e do progresso económico, como da boa gestão política. A harmonia entre privado e público é o segredo da felicidade coletiva, e aí sim, a democracia é exigente face a cada um dos seus elementos (2.40.2): “Somos os únicos que, a quem não toma parte nestes assuntos, consideramos não despreocupado, mas inútil”.

Mas viver em democracia impõe também exigências e compromissos. O ideal da liberdade não é absoluto, tem de ser considerado num equilíbrio sensível com a aceitação, exigida aos cidadãos, das leis democraticamente estabelecidas, e a obrigação de participar, de forma apropriada às qualificações de cada um, em nome da defesa, interesse e bem-estar do Estado. Participar exige empenhamento, suportado pelo estudo e ponderação dos assuntos, que conduz, em diferentes níveis de intervenção, à preparação de propostas por quem tem esse encargo e à necessária decisão através do voto. Tomada consciência das questões de Estado, a “audácia” torna-se uma qualidade, aquela que promove o avanço da reflexão para a ação; correr riscos, com conhecimento pleno das penalizações envolvidas, é indispensável ao verdadeiro progresso. “Outros há” – insiste Péricles, na sua reflexão comparativa – “a quem a ignorância dá coragem, e o cálculo, indecisão” (2.40.3).

Em cúmulo de todas as práticas de gestão interna e da fruição dos resultados, a democracia tem de promover a cooperação externa, sendo capaz de garantir aliados. A generosidade é, neste plano, a condição elementar

do sucesso. Agir, não em nome de vantagens, mas por real espírito de cooperação consolida alianças, inestimáveis na hora de auferir delas a natural retribuição. Esta é uma *philia* política alargada, que isenta quem a concede de uma posição de dívida ou de subserviência, e lhe traz uma contrapartida, que é simplesmente um ato de justiça. “Somos os únicos que prestamos ajuda na base da confiança, não tanto por cálculo de conveniência, mas pela confiança que nasce da liberdade” (2.40.5).

“Única” entre todas as cidades da Grécia é um qualificativo aplicado a Atenas com uma insistência flagrante (cf., e.g., Eurípides, *Heraclidas* 151, *Suplicantes* 27-28, 188-189; Sófocles, *Édipo em Colono* 261-262, 1125-1126). Neste “única” vai contida a alusão a todas as virtudes de Atenas, quer as que provêm de uma origem superior, quer todas aquelas que, por mérito próprio, foi conquistando. Esse carácter de exceção ganha maior relevo por oposição ao anonimato das restantes ou sobretudo aos comportamentos de impiedade (Eurípides, *Héacles Furioso* 1285-1286), insolência (Eurípides, *Heraclidas* 142-143, *Suplicantes* 384) ou cobardia (Eurípides, *Heraclidas* 23-25, 144-146, 193-196, *Suplicantes* 188), que Argos, Tebas ou Esparta encarnam.

CONCLUSÃO

Heródoto e Tucídides ponderaram a democracia e o seu perfil como modelo político e social em contexto de guerra; guerra já terminada, no primeiro caso, o que permitia a Heródoto considerar com segurança os resultados por ela obtidos. A Grécia, um país de poucos recursos, tinha saído, contra todas as previsões, vencedora perante a invasão de uma potência. Vários foram os esforços empenhados nesse resultado, mas ninguém poderia negar a Atenas a intervenção decisiva em horas de risco extremo. Diversas comparações se impunham, entre o perfil das cidades determinantes na resistência, e entre a natureza de invasor e invadidos. Neste contexto, o debate dos Persas funciona como uma espécie de chave de leitura que, em abstrato, dá voz a todos os contrastes que os longos anos das Guerras Pérsicas – e os nove livros de *Histórias* de Heródoto – foram pondo em destaque.

Décadas passadas, o mundo que Tucídides conheceu e avaliou era distinto. As comparações continuavam inevitáveis, mas o resultado, apesar das aparentes vantagens e desvantagens, era ainda desconhecido, na medida em que a crônica de guerra que o historiador ia produzindo era simultânea aos próprios acontecimentos. O elogio que os Atenenses ouviram nesse dia longínquo de 430 a.C., com o cemitério de Atenas por cenário, beneficiou, em termos de eficácia, das emoções do momento – quando se homenageavam os combatentes mortos no primeiro ano da guerra do Peloponeso –, mas também de uma prática comum na cidade – o discurso encomiástico – agora usada pelo mais sábio dos oradores. Louvar Atenas encontrou diversos canais de expressão, de que, além da historiografia e da retórica, o teatro trágico constituiu também um dos principais testemunhos. A sugestão comparativa, o confronto entre as virtudes da cidade paradigma de responsabilidade cívica, de harmonia coletiva, dos benefícios por elas produzidos, com outras, orientadas por modelos governativos distintos, consagrou-se como uma estratégia visível; de resto, o padrão comparativo servia bem o papel que Atenas augurava para si num conflito ainda em embrião entre cidades congêneres. Nas palavras de Péricles, a cidade tinha razões para estar otimista; partiu para a guerra com todas as vantagens de que uma sociedade desenvolvida, ousada, gloriosa, com provas dadas, usufruía.

Mas Péricles, o último dos defensores de um projeto superior, morria, pouco tempo depois deste seu discurso de elogio a Atenas, vítima de uma peste inesperada que, sem piedade, desmantelou prerrogativas, aniquilou conquistas e minou as resistências da cidade. Numa espécie de paralelo terrífico, a peste destruía, passo a passo, a cidade idealmente perfeita que o discurso de Péricles acabava de construir. Este foi um golpe fatal, que deixou órfã e à deriva aquela *polis* superior que a oração fúnebre celebrava, “uma democracia governada por um só homem” (2.65.9)²²... Na harmonia do um com o todo parecia residir, afinal, a chave do sucesso.

²² Ober, 2006: 151: “Não porque Péricles fosse a autoridade soberana do Estado, mas porque o seu comando era um elemento estrutural indispensável ao sucesso continuado do sistema sociopolítico”.

BIBLIOGRAFIA

- Asheri, David; Medaglia, Silvio; Fraschetti, Augusto (1990). *Erodoto. Le Storie. Libro III. La Persia*. Milano: Fondazione Lorenzo Valla.
- Asheri, David; Lloyd, Alan; Corcella, Aldo (2007). *A commentary on Herodotus Books I-IV*. Oxford: University Press.
- Cartledge, Paul (2007). Democracy, origins of. Contribution to a debate. In Kurt Raafflaub; Josiah Ober; Robert Wallace (Eds.), *Origins of democracy in ancient Greece (155-169)*. Berkeley: Los Angeles, London, University of California Press.
- Farenga, Vincent (2015). Liberty, equality and authority. A political discourse in Greek participatory communities. In Dean Hammer (Ed.), *A Companion to Greek Democracy and the Roman Republic (101-112)*. Oxford: John Wiley.
- Lanza, Diego (1977). *Il tiranno e il suo pubblico*. Torino: Einaudi.
- Lateiner, Donald (1989). *The historical method of Herodotus*. Toronto, Buffalo, London: University of Toronto Press.
- Leão, Delfim (2018). *Poesis da Democracia*. Coimbra: IUC.
- Linderborg, Otto (2018). *Herodotus and the origins of political philosophy. The beginnings of Western thought from the viewpoint of its impending end*. Uppsala Universitet: PhD.
- Loraux, Nicole (1986). *The invention of Athens. The funeral oration in the classical city*. Cambridge, Massachusetts and London: Harvard University Press.
- Ober, Josiah (2006). Thucydides and the invention of political science. In Antonios Rengakos, Antonis Tsakmakis (Eds.), *Brill's Companion to Thucydides (131-160)*. Leiden: Brill.
- Ober, Josiah (2007). 'I besieged that man'. Democracy's revolutionary start. In Kurt Raafflaub; Josiah Ober; Robert Wallace (Eds.), *Origins of democracy in ancient Greece (83-104)*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press.
- Raafflaub, Kurt (2015). Why Greek Democracy? Its emergence and nature in context. In Dean Hammer (Ed.), *A Companion to Greek Democracy and the Roman Republic (23-43)*. London: Wiley Blackwell.
- Rusten, Jeffrey (reimpr. 1999). *Thucydides. The Peloponnesian war. Book II*. Cambridge: University Press.
- Taylor, Martha (2010). *Thucydides, Pericles, and the idea of Athens in the Peloponnesian War*. Cambridge: University Press.

CONTRA A “LIBERDADE
DIRIGIDA” DO PCP: O DISCURSO
ANTICOMUNISTA NOS DEBATES
DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE
NO “VERÃO QUENTE” DE 1975

*Against the PCP's “directed freedom”: anti-
communist discourse in the Constituent Assembly
debates during the “Hot Summer” of 1975*

PATRÍCIA FREITAS
patriciafdl2017@gmail.com
Universidade do Porto, Faculdade de Letras

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-4558-4095>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-11_3

Texto recebido em / Text submitted on: 14/04/2025

Texto aprovado em / Text approved on: 04/11/2025

Biblos. Número 11, 2025 • 3.^a Série
pp. 61-88

RESUMO

Este artigo tem como principal objetivo identificar as principais linhas de força da argumentação anticomunista presente no discurso político dos deputados da Assembleia Constituinte, durante o designado “Verão Quente” de 1975. Tendo sido um período em que o processo revolucionário foi vivido com intensidade por largos setores da sociedade portuguesa, o clima de combate político e ideológico ultrapassou as manifestações, os comícios e as palavras de ordem, tendo-se instalado de forma evidente na Constituinte. Ao mesmo tempo que se preparava a futura Constituição democrática do país, estabelecia-se um dispositivo argumentativo de combate ao PCP, cuja proveniência se encontrava em todos os partidos, à exceção do MDP/CDE. Partindo dos conceitos de anticomunismo e discurso político, analisaremos o modo através do qual estes partidos encetaram uma sistemática descredibilização do PCP, ultrapassando a simples oposição política.

Palavras-chave: Anticomunismo; Assembleia Constituinte; Discurso político; Diário da Assembleia Constituinte.

ABSTRACT

The aim of this article is to identify the key lines of anti-communist argumentation in the political discourse of the members of the Constituent Assembly during the so-called “Hot Summer” of 1975. At a time when the revolutionary process was strongly felt by large sections of portuguese society, the climate of political and ideological struggle went beyond demonstrations, rallies and slogans and was clear in the Constituent Assembly. At the same time as the country’s future democratic constitution was being prepared, an argumentative device was being established to fight the PCP, whose origins were to be found in all the parties, except for the MDP/CDE. Based on the concepts of anti-communism and political discourse, we will analyse the way in which these parties systematically discredited the PCP, going beyond simple political opposition.

Keywords: Anti-communism; Constituent Assembly; Political discourse; Diary of the Constituent Assembly.

INTRODUÇÃO

As eleições realizadas a 25 de abril de 1975 representam um marco importante no processo de democratização português. Num contexto marcado pela aceleração do processo revolucionário, a presença institucional de uma assembleia eleita com uma ampla participação do povo português – 91% da população recenseada foi às urnas – demonstrava que quarenta e oito anos de ditadura não iriam impedir o desenvolvimento dos mecanismos de participação democrática. O ato eleitoral sucedeu logo após a assinatura do pacto entre o Movimento das Forças Armadas (MFA) e os partidos políticos, dando origem à Plataforma de Acordo Constitucional, que só viria a ser revista em 1976. Inicialmente, a necessidade de fazer convergir o MFA com o futuro texto constitucional foi proposta pelo Partido Comunista Português (PCP), sendo que todos os partidos manifestaram a sua concordância. Mais tarde, Diogo Freitas do Amaral diria que “Cunhal tinha em vista subordinar a Assembleia Constituinte ao MFA, impedindo assim que as eleições pudessem vir a anular as «conquistas da revolução»” (Amaral, 1995: 355).

Além de ter representado um ato de efetivação da democracia, foi também na Assembleia Constituinte que, obedecendo ao espírito de mudança que atravessava a sociedade portuguesa, se debateu sobre a “transição para o socialismo”, sobre a necessidade de “socializar os meios de produção e da riqueza” e também a “apropriação coletiva dos principais meios de produção”¹.

Ainda que sejam “poucos os que analisam a Constituinte ou lhe conferem relevância no processo revolucionário” (Rezola, 2021: 47), existe, contudo, um conjunto de obras que foram produzidas por antigos deputados à Constituinte, conferindo assim uma importância significativa a este órgão colegial². No campo da historiografia, além dos trabalhos já mencionados, identificam-se ainda dois estudos recentes. Um, cujo interesse principal reside no facto de analisar o percurso biográfico dos deputados, bem como

¹ Constituição da República Portuguesa, 1976.

² Referimo-nos a algumas obras fundamentais e de carácter memorial, como as de Miranda (2015) e Amaral (1995).

as suas intervenções parlamentares (Veiga; Rollo; Santos, 2021). O outro, que se debruça especificamente sobre a Assembleia Constituinte, no quadro das suas atribuições e vivências, dentro do contexto específico do processo revolucionário (Martins, 2023). Partindo da necessidade de contribuir para os estudos sobre este órgão, este artigo tem dois objetivos principais, sendo um deles contribuir para a valorização do papel da Assembleia Constituinte no processo revolucionário português, e o outro enquadrar o discurso político anticomunista na sua formação. Em termos cronológicos, será analisado o período que corresponde ao comumente designado “Verão Quente” de 1975, ou seja, desde o início dos trabalhos da Assembleia, em junho de 1974, até novembro de 1975, momento em que a esquerda militar é definitivamente derrotada e se abre uma nova fase do processo de democratização.

Optou-se, assim, por considerar como objeto de estudo central o discurso de oposição ao PCP. As razões que norteiam esta opção estão relacionadas com a necessidade de problematização dos aspetos discursivos anticomunistas que possam integrar o discurso político dos sujeitos que participavam nos debates. Ao mesmo tempo que se procura valorizar a função da Assembleia Constituinte, pretende-se compreender quais eram os principais argumentos mobilizados pelos partidos políticos com representação parlamentar para combater a linha político-ideológica seguida pelos constituintes comunistas. Inseridos numa dinâmica revolucionária heterogénea – incluindo o “Verão Quente” de 1975 – os debates que se desenvolvem no decurso da elaboração da Constituição apresentam traços que, inevitavelmente, refletem o clima de agitação que também se fazia sentir nas ruas.

A função primordial da Assembleia Constituinte era a elaboração de uma Constituição, obedecendo às orientações do MFA, que estipulava “a convocação, no prazo máximo de um ano, de uma Assembleia Nacional Constituinte” (Rezola, 2012: 637). O debate em torno da realização de eleições e do início da atividade da Constituinte foi amplo e demonstrou o conflito que existia entre os que defendiam a via da legitimidade eleitoral e os que defendiam a via da legitimidade revolucionária (Reis, 1995: 568).

Nesse sentido, apesar da eleição de uma Assembleia Constituinte estar prevista no Programa do MFA, esta questão esteve longe de reunir consenso.

O primeiro episódio que viria a revelar divergências quanto a este processo foi desencadeado na sequência da apresentação de um plano, pelo então primeiro-ministro Adelino de Palma Carlos, para alterar a ordem das eleições que estavam previstas no Programa do MFA. O que estava em causa era dar prioridade às eleições para o cargo de Presidente da República, proposta que o Conselho de Estado acabaria por rejeitar (Ferreira, 1994: 201). Verificou-se ainda uma nova tentativa de reforço dos poderes presidenciais, desta vez anulada pelos acontecimentos de 28 de setembro de 1974, que levariam à demissão de António de Spínola.

No plano dos partidos políticos, e para uma melhor interpretação do discurso anticomunista, é de salientar que alguns elementos do PCP e de outros partidos de esquerda radical, como o Movimento Esquerda Socialista, a União Democrática Popular e o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado, começaram também a questionar o papel da Assembleia Constituinte, argumentando que subsistiam dúvidas quanto à existência de “condições de efetiva liberdade de voto, ou de voto esclarecido” (Ferreira, 1994: 205), depois de quase meio século de ditadura³. A ausência de consenso sobre esta matéria contribuiu para o aprofundamento das discórdias entre aqueles que defendiam a legitimidade eleitoral, ou seja, os que propugnavam por um “regime político de democracia pluralista de tipo ocidental” (Ferreira, 1994: 206), e os que pendiam mais para a via da legitimidade revolucionária. O resultado das eleições viria a confirmar, segundo esta perspetiva, o PCP como grande derrotado, tendo conseguido apenas 12,5% dos votos, ou seja, trinta deputados. De facto, há quem defenda que o resultado das eleições para a Constituinte e o início do seu funcionamento “ocasionaram a primeira importante derrota das teses vanguardistas” (Antunes, 1988: 80), como demonstrava a distribuição de votos pelas forças políticas. Uma leitura

³ Uma análise preliminar e exploratória da tentativa de condicionamento do voto no PCP e em outros partidos de esquerda está expressa em Freitas (2025), a partir de uma perspetiva que privilegia a análise de um conjunto de jornais católicos, pertencentes às dioceses de Bragança-Miranda, Braga, Lamego, Viseu e Guarda e que se foca nas dinâmicas do discurso anticomunista católico neste período.

alternativa a esta aponta para uma maior incidência de votos nos partidos à esquerda, cerca de 60 por cento, passando pelo PS, o mais votado, e os restantes (Loff, 2022: 89).

Contrariamente à derrota do PCP, a capacidade política do Partido Socialista (PS) saía reforçada, à medida que também se intensificava a ação da “frente anticomunista que estava a ser criada para inverter a trajetória política que o pós-11 de Março tinha desenhado” (Loff, 2022: 91). Uma frente anticomunista que contava com o apoio não só do PS, como dos partidos à sua direita, dos setores mais conservadores da Igreja Católica, nomeadamente da sua hierarquia, da extrema-direita e, como veremos a seguir, o anticomunismo proveniente do partido da esquerda radical com representação parlamentar, a UDP.

Para esta análise implica saber, em primeiro lugar, que entre os doze partidos nacionais que concorreram às eleições, apenas seis conseguiram ter representação parlamentar: Partido Socialista, Partido Popular Democrático, Partido Comunista Português, Centro Democrático Social, Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral e União Democrática Popular (Espírito-Santo; Rodrigues; Espada: 2021: 93). Nesse sentido, e tendo em consideração o posicionamento e a natureza de cada um dos partidos, analisaremos o discurso político como uma ferramenta que oscila entre “o êxito em desconstruir o outro e a forma como constrói a si mesmo, como oposição ao outro” (Pinto, 2006: 93).

A partir do momento em que a Assembleia Constituinte iniciou os seus trabalhos, a discussão em torno da existência do período “antes da ordem do dia” marcou a agenda dos intervenientes. No que ao PCP diz respeito, o seu grupo parlamentar votou contra a concretização deste período, afirmando que os artigos 42º e 43º tornariam possível que a Assembleia discutisse “indefinidamente – repetimos, indefinidamente – durante o período de antes da ordem do dia!...” (DAC nº 5, 14-06-1975: 62). Posicionamento similar revelavam as declarações de Luís Catarino, deputado do MDP/CDE, ao afirmar que a proposta suportava as ambições dos partidos maioritários, permitindo-lhes “ultrapassarem a natureza e os limites restritos de uma Assembleia Constituinte” (DAC nº 5, 14-06-1975: 62). De facto, as posições

quer do PCP, quer do MDP/CDE, poderiam ter contribuído para o aprofundamento do discurso anticomunista, que se revelou uma prática discursiva constante durante o período em análise. Esta é, no entanto, uma hipótese interpretativa, devendo ser articulada com o contexto anterior à efetivação da Assembleia, ou seja, não ignorando que o regime deposto pela revolução tinha sido um dos principais difusores do pensamento anticomunista pela sociedade portuguesa.

Nesse sentido, considerámos relevante olhar para o período “antes da ordem do dia” como um espaço que, embora contra a vontade destes dois partidos, se revelou importante para a discussão de temas variados, ainda que com a política no topo dos interesses⁴. Relativamente à metodologia, privilegiar-se-á a análise de fontes primárias. Para tal, os debates constituem o corpo documental que suporta este artigo, ainda que a nossa análise possa ser frequentemente cotejada com elementos importantes das obras memoriais que foram citadas anteriormente, já que podem ser integrados no conjunto mais amplo de intervenções individuais – ainda que em contexto partidário – que foram proferidas na Assembleia Constituinte. Mobilizar-se-ão ainda alguns documentos partidários, sobretudo comunicados e declarações, presentes na Associação Cultural Ephemera, assim como documentação presente na Fundação Mário Soares e Maria Barroso. O cruzamento de fontes de diversa natureza permite compreender de forma mais abrangente as tendências do discurso anticomunista.

ANTICOMUNISMO E DISCURSO POLÍTICO

Na década de oitenta, Becker e Bernstein assinalavam a existência de trabalhos historiográficos dedicados ao estudo do anticlericalismo, do antifascismo, do antimilitarismo, enquanto constatavam que o anticomunismo não figurava na

⁴ A sistematização sobre as temáticas abordadas neste período está em Rezola (2021). Verifica-se, com base neste estudo, que a categoria “política” foi a que ocupou mais tempo de intervenção aos deputados.

lista dos *antis* privilegiados pela historiografia. Entre outras razões, apontavam a dificuldade em reunir documentação difusa para o seu estudo, fator que seria desmotivante para os historiadores (Becker e Bernstein, 1987: 17). Contudo, a nossa hipótese de trabalho pressupõe que se tente clarificar o conceito de anticomunismo, já que é em torno dele que se desenvolverá a análise do discurso político. Tem sido consensual afirmar que não existe uma definição específica para o conceito, na medida em que se reveste de uma polissemia que pode dificultar a sua problematização no contexto da análise historiográfica. Tal é o caso de Bonet, que classifica o anticomunismo como “um fenómeno complexo, ideológico e político ao mesmo tempo, explicável, além disso, à luz do momento histórico” (Bonet, 1986: 34). A complexidade do anticomunismo reflete-se na pluralidade ideológica a que está sujeito, não se cingindo, ao contrário do que se possa pensar, ao espectro discursivo e cultural da direita. Desse modo, “se existe o anticomunismo de cunho clerical, reacionário, fascista, etc., também pode haver o que se inspira nos princípios liberais ou, sendo de esquerda, nos princípios da social-democracia” (Bonet, 1986: 34). De resto, se a crítica do comunismo não é monopólio de nenhum quadrante político, social ou religioso, não deixa de ser verdade que o comunismo lidera a lista de temas que têm sido alvo de críticas e denúncias ao longo do tempo, sobretudo depois da revolução de 1917 (Liebman e Miliband, 1984: 1).

No caso português, sabemos que o anticomunismo tem carecido de uma abordagem sistemática por parte da historiografia, conhecendo-se, no entanto, alguns estudos que sugerem a necessidade de uma emersão mais profunda neste campo de estudos. À exceção de algumas obras sobre o Estado Novo, que indicam a sua inegável vocação anticomunista (Torgal, 2009; Martins, 2016), o anticomunismo permanece ainda como uma realidade pouco analisada. Apesar disso, numa abordagem mais particular, centrando-se numa análise discursiva, mas nem por isso alargada, Faria (1995) e Silva (2023) discutem alguns aspetos do discurso mobilizados pela retórica salazarista para legitimar ideologicamente o anticomunismo, sobretudo do ponto de vista político. Alargando a questão anticomunista ao campo religioso, conhece-se a importância que o regime deu às aparições de Fátima e o modo através do qual instrumentalizou este fenómeno religioso

para acentuar a necessidade de combate ao comunismo, particularmente a União Soviética e o comunismo espanhol, no contexto da Guerra Civil de Espanha (Rampinelli, 2012; Santos, 2017; Torgal, 2011), existindo ainda a dimensão da propaganda salazarista neste período (Pena, 2007). Do ponto de vista da continuidade, ou seja, da conceção do anticomunismo como uma prática com alguma longevidade e presente na sociedade portuguesa, note-se a sua inserção numa dinâmica de exclusão do *outro*, constituindo-se como uma extensão da “contínua exclusão do contendor” (Real, 2019: 405) que pautava a política portuguesa.

Relativamente ao processo revolucionário português, indica-nos a obra anteriormente referida que este foi um período em que vigorou a “fase popular” do anticomunismo, “manipulada ou não por forças políticas, e certamente influenciada por meio século de propaganda anticomunista” (Real, 2019: 407). De facto, o anticomunismo popular, na sua componente relacionada com a violência física – ataques contra os centros de trabalho do PCP e às sedes de outros partidos de esquerda – tem sido um objeto de estudo privilegiado no que toca à análise da mundividência anticomunista (Palacios Cerezales, 2003; Sánchez Cervelló, 1997). Por conseguinte, as restantes variáveis de análise, onde se incluem os discursos políticos, a prática doutrinária, em suma, a formação de um *pensamento anticomunista*, têm sido mais subalternizadas. Encontrando-nos na referida fase do anticomunismo de cunho popular, a vocação teórica, subjacente à prática política, sugere-nos uma reflexão mais profunda e alargada acerca dos mecanismos de manutenção e desenvolvimento de uma ideologia que remonta, em Portugal, a um período anterior à própria criação do PCP (Real, 2019: 406).

As justificações que apresentamos para problematizar o discurso político como portador de uma intenção de efetivar o sentimento anticomunista prendem-se, nesse sentido, com a multiplicidade de intervenções que registámos durante o período de antes da ordem do dia, entre junho e novembro de 1975. Sistemáticamente, foi um período usado para demonstrar o descontentamento generalizado em relação ao PCP e à sua postura no contexto do processo revolucionário, mas não só. Como diria Sophia de Mello Breyner, deputada do PS, a revolução estava a ser “liderada pelo maximalismo literato

dos falsos intelectuais de Lisboa, pelo facciosismo dos inconscientes e dos loucos e pelas estratégias dos oportunistas do marxismo pronto a vestir” (DAC nº 25, 2-08-1975: 620). Numa referência vaga e, simultaneamente, dirigida especificamente ao PCP, a deputada procurava distanciar-se a si e ao seu partido daquilo que considerava ser o “marxismo pronto a vestir” de uma esquerda *irresponsável e divisionista*.

Nesse sentido, o discurso político procura afirmar posições e ideias contrapondo-as às dos seus adversários. Neste caso, estamos perante uma Assembleia Constituinte, que é o “espaço de interação” (Marques, 2006: 305) onde os discursos confluem entre si. Nesse espaço, os principais intervenientes são os partidos políticos, que atuam num contexto parlamentar, no domínio do discurso, “que comporta uma expressão das ideias e uma linguagem codificadas” (Bernstein, 1988: 61). Não nos podemos esquecer, contudo, que apesar do carácter democrático deste novo contexto político, o discurso anticomunista reafirma-se como um mecanismo não só de oposição às linhas programáticas do PCP, mas também de combate ao seu conteúdo ideológico, interpretando-o, como acontecia durante a ditadura, como uma fonte de *agressão* que colocava o país entre a “genuflexão a Salazar e a genuflexão a Vasco” (DAC nº 31, 14-08-1975: 801).

UNIÃO DEMOCRÁTICA POPULAR: OS “TRAIDORES DAS BANCADAS CUNHALISTAS”

As intervenções parlamentares de Américo Duarte, o único deputado eleito pela UDP, revelam a pertinência de fazer uma caracterização ampla do anti-comunismo, provando que ele não constitui, de facto, uma realidade discursiva circunscrita ao universo da direita. Como salienta Bonet, não podemos excluir a hipótese de estarmos perante um anticomunismo “radical libertário, que muitas vezes ocupa posições de extrema-esquerda” (Bonet, 1986: 34). Também no âmbito dos partidos da esquerda radical, embora não tivesse tido representação parlamentar, o MRPP firmava posições de discordância em relação à Assembleia Constituinte, como se lê num comunicado, a propósito da realização de um comício subordinado ao tema “A classe operária e a questão

das eleições à Assembleia Constituinte”⁵. Aí, questionava-se a legitimidade do “partido dito comunista do ministro Barreirinhas Cunhal”, terminando com um apelo de “morte ao social-fascismo do P“C”P!”⁶.

Apesar de no espectro político ambos se posicionarem à esquerda, a UDP considerava que o PCP não estava nem política nem ideologicamente apto para integrar qualquer solução governativa, devido à sua política de colaboração com a União Soviética. De acordo com Américo Duarte, “o partido do Dr. Cunhal é, assim, o principal agente dos interesses imperialistas e expansionistas da actual Rússia, procurando que Portugal mude de patrão” (DAC nº 16, 12-07-1975: 338). Este era o primeiro passo para confiscar as liberdades sobre as quais os deputados comunistas falavam, sobretudo nos momentos de discussão do futuro projeto constitucional. Além disso, não era uma ideia circunscrita à percepção deste deputado, sendo partilhada pela maioria dos partidos com representação parlamentar e até por partidos sem representação institucional. Veja-se o caso já citado do MRPP que, tecendo críticas ao PCP, reafirmava o seu carácter social fascista, porque considerava que “a URSS e os seus aliados eram também imperialistas” (Sánchez Cervelló, 1993: 215). Note-se, no entanto, que esta conceção se estendia até às reflexões, por exemplo, do PPD, que, saudando a independência de Angola, recusava o “social-imperialismo” e as “manobras social-fascistas”⁷.

Ainda assim, outra importante preocupação da UDP tinha que ver com a participação do PCP nos Governos Provisórios. Sendo, no seu entender, um partido ao serviço dos interesses da política soviética⁸, não reunia as condições necessárias para integrar soluções governativas. A posição da

⁵ “A classe operária e a questão das eleições à Assembleia Constituinte”, 1974, Fundação Mário Soares / Luiza Medeiros, Disponível HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?passa=11051.089> (2025-10-24).

⁶ “A classe operária e a questão das eleições à Assembleia Constituinte”, 1974, Fundação Mário Soares / Luiza Medeiros, Disponível HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?passa=11051.089> (2025-10-24).

⁷ Associação Cultural Ephemera, “Comunicado”, 11 de novembro de 1975, fl. 1.

⁸ Relativamente a esta problemática, Ferreira defende que, embora o papel da URSS no processo revolucionário português ainda não tenha sido suficientemente estudado, “há testemunhos publicados sobre o apoio que deu ao PCP e às suas políticas em Portugal” (Ferreira, 2004: 156).

UDP aproximava-se mais do posicionamento leninista relativamente ao “nenhum apoio ao governo provisório”, encarando a atuação do PCP como um favorecimento ao triunfo da contrarrevolução. Segundo Américo Duarte, os governos provisórios não passavam de

gabinetes em que a burguesia pretende resolver os seus problemas, em que os imperialismos se digladiam e os seus representantes em Portugal, o PS e o falso partido comunista, se devoram na mira de novos lugares no Governo, esquecendo-se completamente que há camponeses na miséria [...]. (DAC nº 24, 1-08-1975: 598)

O deputado criticava também as insuficiências operacionais do PCP enquanto partido revolucionário, pois estaria, pelo contrário, a “vergar-se à própria democracia burguesa” (DAC nº 17, 16-07-1975: 373). Nas palavras do dirigente comunista Álvaro Cunhal, o partido defendia que Portugal não devia ser “um companheiro de viagem das democracias burguesas” (Cunhal *apud* Sánchez Cervelló, 1993: 235), pugnando sempre pela primazia da legitimidade revolucionária em detrimento da legitimidade dos processos eleitorais.

A UDP posiciona-se, especialmente no período de antes da ordem do dia, como “o terceiro partido mais participativo” (Rezola, 2021: 58). É compreensível que, temendo uma possível marginalização dentro da Assembleia, este partido se esforçasse por ver reconhecidas as suas aspirações e ouvidas as suas reivindicações. Nesse sentido, defendia, entre outras causas, a aliança operário-camponesa como verdadeira alavanca da revolução. Esta posição divergia da estratégia seguida pelo PCP que, segundo a UDP, era um partido que “goza hoje do ódio de milhares de camponeses pobres do Centro e Norte do País” (DAC nº 38, 28-08-1975: 1035). Esse ódio derivava do abandono da aliança operário-camponesa, assunto que irá marcar o discurso deste partido até pelo menos à criação da Frente de Unidade Revolucionária, em agosto de 1975.

Por outro lado, Eisfeld salienta que a grande parte dos interesses internacionais na Revolução Portuguesa provinha do “bloco EUA-Europa ocidental” (Eisfeld, 1985: 83).

Tendo em consideração as posições da UDP, há quem considere que lhe foi possível “angariar uma «auréola» revolucionária junto da população” (Ferreira, 1997: 228). De facto, a análise das intervenções de Américo Duarte revela precisamente a sua intensa combatividade, fosse contra o “social-fascismo” do PCP, fosse contra os “reacionários” e “fascistas” de outros partidos⁹.

PARTIDO SOCIALISTA: “AS CONSPIRAÇÕES PALACIANAS E AS MANIPULAÇÕES CASTRENSES DO DR. ÁLVARO CUNHAL”

Em julho de 1975, o deputado do PS, Jaime Gama, denunciava o “clima doentio em que decorre a nossa vida política” (DAC nº 14, 9-07-1975: 286). Uma das razões que motivava este discurso estava relacionada com a questão dos meios de comunicação social, tema que era fraturante nas intervenções do PS. Concretamente, a situação em que se encontrava o jornal *República*, que viria inclusive a motivar a saída do PS do IV Governo Provisório. Apesar disto, a perplexidade do PS em relação à capacidade de influência do PCP através dos meios de comunicação já fazia parte do seu discurso antes das eleições para a Assembleia Constituinte, tendo até demonstrado alguma surpresa pelos seus resultados eleitorais. No momento das eleições, os socialistas afirmavam que seria de esperar que o PCP obtivesse um resultado mais favorável, dada “a sua infiltração nos meios de comunicação social”¹⁰.

O tema do controlo dos meios de comunicação social foi introduzido de forma a conotá-lo com a “obra de uma minoria”, que conduzia o *República* à disseminação “de mentira e demagogia, às ofensas mais grosseiras, às

⁹ Em última instância, a UDP considerava que a presença de vários partidos nos Governos Provisórios significava uma “luta dos imperialismos”, numa clara referência a elementos do PPD e do PS: “A situação actual é o resultado da política de disputa dos imperialismos. Por isso, a tarefa primeira é lutar por um Governo de independência nacional, sem Mota, sem Soares e Sem Cunhal”, *DAC*, nº 20, 19-07-1975: 472.

¹⁰ “Portugal Socialista. Órgão Central do Partido Socialista”, 28 de abril de 1975, Lisboa, Fundação Mário Soares / Arquivo Histórico do Partido Socialista, Disponível HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=12264.022> (2025-10-24).

calúnias mais inconcebíveis” (DAC nº 14, 9-07-1975: 285). Por sua vez, Manuel Alegre não hesitava em afirmar que “o caso do jornal *República* não é um problema laboral, mas um problema político, que se insere numa estratégia global de controle dos órgãos da informação” (DAC nº 16, 12-07-1975: 333). Apesar de permanecerem ainda “algumas dúvidas por esclarecer” (Figueira, 2014: 74) em relação ao caso do jornal *República*, o PCP encontrava-se no centro gravitacional do debate em torno da liberdade de informação, não só associado a este caso em particular, como a outros. Para Igrejas Caeiro, a “ortodoxia da «cartilha do PCP e seus filhotes»” era responsável pela manipulação de outros órgãos de comunicação, como a “Rádio Renascença, Televisão, *Diário de Lisboa, Século, Diário de Notícias* e Emissora Nacional” (DAC nº 37, 27-08-1975: 1002). A 10 de julho de 1975, o PS emitia um comunicado onde explicava os contornos do caso *República*, referindo-se à saída de vários elementos “pêcês”, que tinham ido ocupar cargos em “jornais que recentemente tinham sido monopolizados pelo PC, tais como o *Diário de Notícias* e *O Século*”¹¹. Convém referir que, dentro da própria análise historiográfica, existem visões semelhantes, ou seja, que imputam ao PCP uma culpa acrescida no que dizia respeito à ausência de liberdade nos meios de comunicação, sobretudo depois do 11 de Março de 1975, momento a partir do qual “a maior parte dos jornais diários foi nacionalizado, o que permitiu ao PCP controlá-los com mais facilidade” (Matos, 2003: 100)¹². A partir daqui, intensifica-se o confronto entre as duas forças partidárias, sendo que as ações de qualquer natureza

¹¹ Associação Cultural Ephemera, “Comunicado”, 10 de julho de 1975, fl. 1.

¹² Note-se, por exemplo, a indignação de um deputado do PS sobre a cobertura noticiosa das manifestações do PCP: “Cada vez que há uma manifestação do PCP ou aliados, os títulos e fotografias estendem-se por várias colunas, as notícias por várias páginas, o número de manifestantes por vários zeros. Ontem, por exemplo, o *Diário de Notícias* garantia que 100000 pessoas tinham estado presentes na manifestação da FUR. Passei pela manifestação quando ela se dirigia para Belém e verifiquei que, tendo uma frente relativamente estreita, ela se prolongava por 500 m. 100000 pessoas? Das duas uma: ou não sou muito forte em aritmética, ou não reparei que os «guerrilheiros» da FSP iam às cavalitas de militantes do MDP e os amigos da Isabel do Carmo ao colo das bases do PCP” (DAC nº 40, 30-08-1975: 1114).

levadas a cabo pelo PS serviam fundamentalmente para uma “oposição sistemática a tudo aquilo que o PCP personificava como poder instituído” (Ferreira, 1997: 212).

Por outro lado, surgiam as controvérsias em relação ao rumo que deveria tomar o processo revolucionário. Depois da vitória eleitoral do PS nas eleições para a Assembleia Constituinte, o partido vai invocar sistematicamente a legitimidade eleitoral nos debates analisados, contrapondo o “desfasamento profundo entre a vontade popular democraticamente expressa e a linha minoritária autoritariamente imposta” (DAC n.º 35, 22-08-1975: 928). Esta crítica visava, sobretudo, a conduta do PCP, em colaboração com Vasco Gonçalves e com a 5.ª Divisão do Estado Maior Geral das Forças Armadas (EMGFA). Considerava-se que, através de uma estratégia contrária àquilo que eram as aspirações democráticas da maioria, o PCP, o primeiro-ministro e a 5.ª Divisão orquestravam planos que transformavam a “Revolução de Abril numa conspiração permanente contra a democracia” (DAC n.º 40, 30-08-1975: 1108). A atuação do PCP era encarada como um conjunto de manobras antidemocráticas:

O Partido Comunista Português, porventura frustrado com os resultados das eleições, sem respeito pela vontade popular e abandonando o processo democrático, arranca, dentro do mais puro estalinismo com uma estratégia para a conquista do Poder. Dominando certos sectores-chave do aparelho do Estado, infiltrando-se no seio das forças armadas, manipulando os órgãos de informação, os sindicatos e as autarquias locais, aproveitando habilmente as crises do 28 de Setembro e do 11 de Março, o Partido Comunista denuncia, no entanto, as suas intenções, e os portugueses começam a acreditar que o capitalismo de Estado, com uma nova ditadura, iria ser, a curto prazo, uma realidade em Portugal.
(DAC n.º 37, 27-08-1975: 998)

De certa forma, esta intervenção identifica os eixos principais na argumentação do PS: o controlo da informação, dos sindicatos e autarquias e de alguns setores das Forças Armadas. Como ficava patente ao longo de

1975, o problema sindical marcava a agenda do PS, referindo-se ao “clima de enorme tensão” provocado pela lei da unicidade sindical, rejeitando-a por ser a “unicidade sindical de inspiração totalitária”¹³.

Por outro lado, verifica-se um mal-estar geral em relação ao primeiro-ministro Vasco Gonçalves, que o PS considerava como um companheiro da “linha aventureirista que tem vindo a ser seguida pelas cúpulas do PCP” (DAC nº 34, 21/08/1975: 891). Além do seu pendor contrarrevolucionário, na visão dos deputados socialistas, esta aliança contribuía para a erosão das conquistas democráticas. Diagnosticava-se, assim, o “Cunhalismo Gonçalvesismo” (DAC nº 40, 30/08/1975: 1108) como uma das principais patologias da Revolução.

No que diz respeito à violência do “Verão Quente” de 1975, que se traduziu nos assaltos e atentados bombistas aos centros de trabalho do PCP e às sedes de outros partidos de esquerda, o PS justificava-os com a própria atuação do PCP a nível local. Um deputado do PS descrevia o comportamento de elementos comunistas em Portalegre:

Mas compreender-se-á ainda melhor esta política demagógica quando se assiste a casos como o que sucedeu há quatro ou cinco dias atrás na Federação dos Grémios da Lavoura de Portalegre, que agrupa cerca de dois milhares de produtores de leite, e cuja orientação estava a cargo de uma comissão de trabalhadores. Ali apareceu então uma outra composta de dez indivíduos afetos ao PCP, e a grupelhos como a FSP, automeada e tendo consigo uma lista de saneamento que incluía trabalhadores que se desejava afastar sem qualquer motivo (ou por motivos facilmente deduzíveis). Portanto, os saneamentos selvagens, a intimidação (há dias até se chegou ao extremo de dizer numa sessão do PCP, em Benavila, que era necessário partir os dentes, perdão, partir a cabeça a quem dissesse mal do Partido ou pelo menos alguma coisa contra).
(DAC nº 29, 9-08-1975: 736)

¹³ Associação Cultural Ephemera, “Pela unidade e liberdade dos trabalhadores – Comunicado do Secretariado Nacional”, 14 de janeiro de 1975, fl. 2.

Não deixa de ser relevante assinalar que, de facto, o ambiente que se fazia sentir fora do edifício parlamentar não estancava à porta da Assembleia Constituinte. Um dos acontecimentos que marcou de forma decisiva os trabalhos da Assembleia foi o cerco que ocorreu a 12 de novembro de 1975, empreendido pelos trabalhadores da construção civil. Octávio Pato, deputado comunista, afirmava, dias depois, que “nós também não concordamos com tal cerco. Mas, se se querem atribuir responsabilidades, então elas devem ser atribuídas ao Ministério do Trabalho, pela sua recusa sistemática em negociar” (DAC, nº 82, 19-11-1975: 2701). O PS, num comunicado do Secretariado Nacional, afirmava que os direitos dos trabalhadores da construção civil deviam ser salvaguardados e devidamente acautelados, mas também considerava que o que estava em causa era instrumentalizar os trabalhadores “numa manobra política que tem como objetivo principal o ataque ao Governo no quadro da estratégia golpista e antidemocrática de grupos minoritários”¹⁴. Estes grupos minoritários aos quais se referia o PS seriam novamente referidos a propósito dos acontecimentos do 25 de Novembro, momento em que os “grupos políticos da extrema-esquerda instrumentalizada pelo PCP”¹⁵ tinham saído derrotados.

Também no âmbito institucional surgia um discurso político anticomunista, em linha com o posicionamento do PS depois do 11 de Março e com os aspetos que naturalmente moldaram as suas relações com o PCP. Deste modo, talvez possamos concordar com a ideia segundo a qual o PS “não hesitou em empregar a estratégia ideológica do «anticomunismo» nas zonas geográficas onde o PCP era objeto de grande hostilidade por parte da população” (Ferreira, 1997: 212). Em sentido oposto, surgiam as justificações do dirigente socialista Mário Soares que, a propósito da vaga de mobilizações anticomunistas no Norte e Centro do país, “faz finca-pé na espontaneidade das acções e no carácter genuíno da indignação anticomunista” (Palacios Cerezas, 2003: 143).

¹⁴ Associação Cultural Ephemera, “Comunicado de Secretariado Nacional do Partido Socialista”, 13 de novembro de 1975, fl. 1.

¹⁵ Associação Cultural Ephemera, “25 de Novembro – Derrota do Golpismo Vitória da Democracia”, 28 de novembro de 1975, fl. 1.

PARTIDO POPULAR DEMOCRÁTICO: A “ESTRATÉGIA ODIOSA DO PARTIDO COMUNISTA”

Não tendo tido propriamente uma tradição de luta antifascista no período anterior à revolução, é possível afirmar que o PPD surgiu das “cinzas da ala liberal” (Sánchez Cervelló, 1993: 191) da Assembleia Nacional. Além disso, o PPD afirmava que se posicionava ao lado “dos pequenos e médios agricultores e também dos trabalhadores que não são oportunistas nem lacaios de caciques «do Partido»” (DAC nº 25, 2/08/1975: 618), numa evidente estratégia de demarcar a sua posição em defesa da classe trabalhadora, apesar de o grande suporte do PPD ter sido a “grande e média burguesia industrial e financeira” (Ferreira, 1997: 214). Do mesmo modo, defende-se que o PPD recebeu, nos primeiros tempos da revolução, alguns “participantes e apoiantes (e reformistas frustrados) do antigo regime”, tendo passado a acolher “personalidades e redes associadas ao antigo regime, bem como da Igreja” (Jalali, 2007: 141).

Um dos argumentos que se destaca nas intervenções dos deputados do PPD incidia sobre o facto de o PCP reivindicar para si a autoridade do processo revolucionário, enquanto consolidava a sua hegemonia no aparelho de Estado. Afirmava-se que, para esse efeito, o PCP influenciava o MFA, chegando a “colonizá-lo e arrastá-lo para a instauração de um clima de força e ditadura” (DAC nº 19, 18-07-1975: 430). Rejeitava, nos discursos dos seus deputados, os “apelos à via da ditadura do proletariado” (DAC nº 9, 20-07-1975: 163) e a “conquista do Poder por parte daqueles que pretendem impor um «socialismo iluminado» ou uma ditadura dita do proletariado que para a maioria não passaria de um «socialismo vindo do frio»” (DAC nº 50, 20-09-1975: 1448). Apesar disso, recorde-se que uma das resoluções do VII Congresso do PCP¹⁶ foi precisamente a alteração da fórmula *ditadura do proletariado*.

À semelhança da visão que modelava o discurso do PS, também o PPD considerava que o PCP era um partido, no contexto revolucionário, mais

¹⁶ O VII Congresso do PCP realizou-se no dia 20 de outubro de 1974, tendo sido o primeiro realizado em liberdade. Além da alteração efetuada à fórmula “ditadura do proletariado”, foram aprovadas outras alterações ao Programa e aos Estatutos, fruto da nova realidade em que o PCP passara a intervir depois do 25 de Abril de 1974.

antidemocrático que democrático, ideia que se manteve depois da tomada de posse do VI Governo Provisório. A propósito destas semelhanças, convém salientar que o PPD, apesar da demarcação programática, demonstrava a “constante ambiguidade ideológica” (Sánchez Cervelló, 1993: 198) ou a “indeterminação ideológica” (Jalali, 2007: 140) ao longo do processo revolucionário¹⁷:

No início das negociações, ao formular as suas condições para participar no VI Governo, o PPD apresentou as maiores reservas à integração do PCP nesse elenco. E fê-lo tendo em conta a constante prática insultuosa desse Partido para com os outros parceiros da coligação, as suas graves responsabilidades na crise social, política e económica que o País actualmente atravessa, a sua rejeição pelo povo português e a irresponsabilidade das suas cúpulas, que um dia numa frente revolucionária com várias organizações minoritárias e no dia seguinte se voltam para outros azimutes.

(DAC nº 47, 17-09-1975: 1336)

Ainda assim, o PPD não se considerava um partido político anticomunista, mas sim “antitotalitário”, pois era contra as “ações pidescas de vigilância, de busca, de repressão” (DAC nº 83, 20-11-1975: 2741) levadas a cabo pelos comunistas, que contrariavam a sua posição na Assembleia Constituinte. Estas ações eram relatadas por um deputado eleito pelo círculo eleitoral dos Açores, onde, segundo a sua experiência, o PCP se comportava de forma demagógica, provocando na população sentimentos de desconfiança e revolta. Essencialmente, o universo político dos comunistas era classificado como uma proposta de “colonização ideológica”, através de “lavagens ao cérebro com ideologias de pacotilha” (DAC nº 71, 29-10-1975: 2248). O mesmo descontentamento era demonstrado num comunicado proferido pelo secretário-geral do PPD, a propósito de um comício realizado no Porto,

¹⁷ A respeito desta questão, considera-se até que tanto o PS como o PSD (neste período, designado por PPD) são “partidos de eleitores, com uma orientação *catch-all* e a correspondente flexibilidade e indeterminação ideológica” (Jalali, 2007: 129).

numa manifestação de apoio ao VI Governo Provisório, sobre as “vítimas da fúria sanguinária das minorias comunistas e suas aliadas”¹⁸. O material teórico e propagandístico do PCP não era mais do que um conjunto de comunicados que “desencadeavam inexistentes movimentos populares, comissões minoritárias de trabalhadores e atroavam os ares das ruas de Lisboa com palavras de ódio e de verborreia pseudo-revolucionária” (DAC nº 42, 4-09-1975: 1178). A organização da juventude do partido, a Juventude Social Democrata, também destacava nas suas intervenções políticas o “boicote sistemático à Assembleia Constituinte e do VI Governo Provisório pelo PCP e outras organizações de cunho totalitário e cunhal-fascizante”¹⁹.

Verifica-se ainda outra dimensão do discurso que merece alguma atenção, devido ao facto de constituir uma das questões centrais do debate em torno das clivagens regionais sobre o acolhimento e a receção da revolução. Para os deputados do PPD, a ideia que se criava sobre o grau de consciência política do povo do Norte era condenável, sendo esse um dos motivos que conduzia à negação das ideias comunistas nessas zonas:

É o povo, o povo de todo o Norte, e muito em especial, neste momento, o povo de Amarante, que em grupos de vigilância, estrategicamente, se coloca, de manhã à noite e da noite até de manhã, como se outra coisa não tivesse que fazer, tentando descobrir o foco, tentando capturar o inimigo, o inimigo do fogo, e tentando saber quais as actividades de bandos armados que, dizendo-se defensores dessas gentes, contra eles estão!

(DAC nº 44, 11-09-1975: 1238)

Não deixa de ser relevante assinalar que as divisões regionais eram sistematicamente abordadas pelos partidos, porque considerava-se que o PCP fazia distinções injustas sobre o nível de consciência política da população

¹⁸ Associação Cultural Ephemera, “Comunicado de Francisco Sá-Carneiro – Secretário-Geral do Partido Popular Democrático aos militantes e simpatizantes do partido”, 9 de outubro de 1975, fl. 1.

¹⁹ Associação Cultural Ephemera, “Comunicado da Comissão Política Nacional da JSD”, 1975, fl. 1.

de certas regiões. Concretamente, referindo-se ao distrito de Braga, Álvaro Cunhal reconhecia que “neste distrito é muito intensa a campanha anticomunista” (Cunhal, 2014: 172). Ou ainda que seria imprudente retirar votos às “forças democráticas” e dá-los às “forças conservadoras ou reacionárias” (Cunhal, 2014: 179). Estas interpretações eram vistas como uma tentativa de dividir o país, já que “os pêçepistas haviam dividido o território nacional em duas regiões [...] situando ao norte de uma linha imaginária a fria escuridão fascista e deixando ao sul a luz reverberante das estepes politizadas”²⁰.

Como vimos, à semelhança de Mário Soares, também o PPD analisava a violência anticomunista fundamentalmente como um conjunto de atos de defesa contra o “risco de uma ditadura em Portugal” (DAC nº 39, 29-08-1975: 1071). Nesse sentido, encontramos um discurso de legitimação dessa violência, ainda que se lamentasse os seus efeitos, imputando as responsabilidades aos comunistas. Em relação ao povo de Trás-os-Montes, a narrativa era semelhante, na medida em que a sua aversão ao comunismo era *natural*, fruto de uma consciência política em tudo contrária às medidas que se tomavam durante o processo revolucionário:

É que o povo trasmontano não é tão curto de visão política como muitos pretendem [...]. Mas só porque não votou neste partido ou em qualquer uma das suas muletas, o povo de Trás-os-Montes passou a ser alcunhado de reaccionário [...]. Então por que razão se apelida de reaccionário o povo trasmontano? Por não reivindicar horários de trabalho? Por não reivindicar salários mínimos incomportáveis? Por não reivindicar semanas de cinco dias? Por não fazer ocupações indiscriminadas? Por não praticar saneamentos selvagens? Por receber de braços abertos, sem ódio nem ressentimento, todos que por lá passam?.

(DAC nº 37, 27-08-1975: 1005)

²⁰ “Portugal Socialista. Órgão Central do Partido Socialista”, nº 41, 21 de maio de 1975, Lisboa, Fundação Mário Soares / Arquivo Histórico do Partido Socialista, Disponível HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=12264.026> (2025-10-25).

Efetivamente, a propósito do anticomunismo nas zonas rurais do Norte, argumenta-se que “a rejeição do rumo político pode entender-se melhor se for tida em conta a dissonância entre o projeto político socializante e o *ethos* camponês nortenho [...]” (Palacios Cerezales, 2003: 152). No que diz respeito à análise do relacionamento da população com os partidos, é de salientar que, depois da revolução, se mantiveram as relações de base clientelar, especialmente através da ação “dos caciques locais que sobretudo partidos como o CDS e o PPD/PSD têm mantido e até reforçado o seu poder, a nível local e nacional” (Silva e Toor, 1988: 57).

No que diz respeito à discursividade do PPD, a sua estratégia era, em grande medida, semelhante à do PS, no que toca à definição de princípios ideológicos, devido “à sua identidade conjuntural com o projecto socialista” (Ferreira, 1997: 215), mas também no que diz respeito a reivindicar uma maior legitimidade para participar na vida política, depois dos resultados obtidos nas eleições para a Assembleia Constituinte. Podemos considerar que o PPD aproveitou “a conjuntura anticomunista do «Verão Quente» de 1975” (Ferreira, 1997: 216) para reafirmar a sua hostilidade em relação ao projeto de sociedade socialista que o PCP defendia. De salientar que, no rescaldo do 25 de Novembro, Mota Pinto afirmava que manter o PCP “ao lado dos partidos automaticamente democráticos, entre as forças democráticas, desacredita aos olhos do povo a democracia” (DAC nº 88, 3-12-1975: 2846). Posição semelhante emanava da cúpula do CDS, ao questionar as razões pelas quais Pinheiro de Azevedo reconhecia virtudes democráticas ao PCP, conferindo enfoque ao “envolvimento do PCP no 25 de Novembro”²¹.

CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL: “O POVO DISSE QUE NÃO QUER O COMUNISMO”

O CDS foi um dos partidos a ser fundado depois da revolução, com o propósito de constituir uma alternativa ao PPD, que seguia a linha da social-democra-

²¹ Associação Cultural Ephemera, “Onde vê Pinheiro de Azevedo as virtudes democráticas do PCP?”, s/d, fl. 1.

cia. Foi assim que Freitas do Amaral definiu o seu partido, “um partido do centro, de tipo neo-liberal e de inspiração giscardiana” (Amaral, 1995: 184). No contexto do processo revolucionário, o CDS é um partido que surge no panorama político com uma “indeterminação ideológica” (Jalali, 2007: 130) que lhe dificultava uma afirmação mais consistente e uma organização de bases mais eficiente, tendo até afirmado que “entre os seus fundadores havia dois anti-salazaristas” (Sánchez Cervelló, 1997: 191). Isto reflete as ligações que alguns dos seus integrantes tinham com o regime deposto e o esforço que se fazia para manter o CDS dentro da nova arquitetura política e institucional²². Além disso, o partido não participou em nenhum dos governos provisórios, facto que lhe diminuiu a “credibilidade institucional para se desenvolver como partido político” (Ferreira, 217: 217).

Para o partido centrista, o processo revolucionário que se seguiu ao 25 de Abril foi decisivamente influenciado pela ação do PCP. Em primeiro lugar, Freitas do Amaral considerava que os primeiros meses da revolução tinham revelado que “o PCP atuou democraticamente [...] e não praticou nenhum ato decisivo de natureza revolucionária ou pré-revolucionária” (Amaral, 1995: 276). Tal postura de colaboração ter-se-ia alterado depois do 28 de Setembro de 1975, momento a partir do qual o PCP começava o seu processo de “subversão” da legalidade democrática. Ainda assim, o próprio deputado constituinte admitia não possuir “nenhuma prova documental de que Álvaro Cunhal e o PCP tenham tomado esta decisão de desencadear um processo revolucionário tipicamente comunista” (Amaral, 1995: 277).

Apesar disso, o CDS conseguiu mobilizar os seus apoiantes, sobretudo os do Norte do país, para “participarem ativamente nas acções anticomunistas levadas a cabo especialmente pelo Movimento Democrático de Libertação de Portugal” (Sánchez Cervelló, 1993: 237). O deputado Amaro da Costa, em resposta ao deputado comunista Octávio Pato, dizia que “não será nunca de

²² A 30 de abril de 1974, ou seja, cinco dias após a queda do regime, Freitas do Amaral escreveu uma carta a Marcello Caetano, expondo-lhe a “sólida amizade” que por ele nutria, num gesto que considerava ser um “dever de consciência a cumprir – escrever umas palavras, de amigo para amigo, a Marcello Caetano” (Amaral, 1995: 153).

nós que o senhor sentirá manifestação de anticomunismo primário ou de outro tipo, porque nós, antes do mais, adversários, respeitamo-lo e respeitamo-lo pelo seu passado de perseguição e de luta” (DAC nº 9, 20-06-1975: 183).

Na realidade, tendo tido dezasseis deputados eleitos na Assembleia Constituinte, o CDS defendia a legitimidade eleitoral, revelando assim o seu posicionamento em relação ao rumo do processo revolucionário. Combatia as ambições da implantação de uma suposta “ditadura de esquerda” que era planeada pelo PCP e por outros “grupúsculos da extrema-esquerda” (DAC nº 28, 8-08-1975: 706). Esta posição acentuava-se com a entrada em funções do VI Governo Provisório:

O outro facto que afeta certamente – e aqui em muito maior escala – a confiança do VI Governo Provisório é a participação nele do Partido Comunista Português. É certo que este partido obteve o 3 lugar nas últimas eleições. Mas o povo português terá, sem dúvida, grande dificuldade em compreender como pode participar num Governo formado para respeitar, enfim, a vontade dos eleitores um partido que afirma preferir a via dita revolucionária à via eleitoral: como pode aliar-se aos adeptos da democracia pluralista quem preconiza, diferentemente deles, a construção de uma democracia popular [...].

(DAC nº 55, 1-10-1975: 1625)

O último argumento mobilizado pelo deputado Galvão de Melo, num dos debates parlamentares, invocava o perfil cristão do povo português que, maioritariamente, “não quer o comunismo” (DAC nº 31, 14-08-1975: 804). Tinha-o afirmado em Fátima e nas urnas, ao penalizar um partido que, segundo este deputado, tinha usufruído de várias vantagens durante a campanha eleitoral: “prática de anos; quadros; diretivas claras vindas do estrangeiro; dinheiro em abundância; imprensa, rádio e televisão todos os dias ao seu dispor; proteção ativa de certas minorias dentro do MFA” (DAC nº 31, 14-08-1975: 804).

De facto, no período de antes da ordem do dia, não se registam muitas intervenções do CDS. Mas a sua linha argumentativa, no que dizia respeito

ao PCP, não se distanciava muito da tendência generalizada de condenação que aqui temos vindo a analisar. Sem surpresas, a intervenção realizada sobre a questão da descolonização (Rezola, 2021: 57) mobilizava a referência às “injeções de marxismo-leninismo” (DAC nº 68, 24-10-1975: 2171) a que estava sujeita a população de Timor-Leste. Norton de Matos afirmava também que “a propaganda comunista feita a negros de civilização ainda rudimentar só os pode levar a uma conclusão: a necessidade de eliminar os brancos” (DAC nº 68, 24-10-1975: 2171). Ao mesmo tempo que condenava a condução do processo de descolonização, reafirmava a excessiva influência que, em seu entender, o PCP exercia sobre essa dinâmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais do que apresentar conclusões, este artigo pretende ser uma abordagem exploratória de uma ideia que fez parte do imaginário político, social e cultural do processo revolucionário português: o anticomunismo. Em primeiro lugar, é impossível analisar esta ideia política sem a considerar como parte integrante de um projeto ideológico que antecede em várias décadas a revolução. A ideia política do anticomunismo apenas se prolonga neste novo contexto, adotando características específicas que não escaparam à influência exercida pelas ideias do passado. É possível perceber que o discurso dos partidos analisados revela algumas características comuns, transversais ao espectro político com representação na Assembleia Constituinte – e até fora, se tivermos em conta as críticas do MRPP mencionadas anteriormente. A mais flagrante, e também a que se revela uma herança evidente do passado, é a de que o PCP seria um agente ao serviço de interesses estrangeiros, nomeadamente do comunismo soviético.

Desta análise sai reforçada a ideia segundo a qual a Assembleia Constituinte foi um “espaço privilegiado de disputa política” (Rezola, 2021: 56). Acrescentaríamos a evidente disputa ideológica que é identificável nos debates, sendo que o anticomunismo não será aqui encarado como uma mera oposição ao projeto político do PCP. A sua proveniência situa-se num tempo mais recuado, onde o comunismo era identificado como um “inimigo da Pátria” (Faria, 1995: 231). A partir daqui, o anticomunismo não se

encontra apenas veiculado ao universo simbólico das ameaças externas que o Estado Novo considerava centrais, como o bolchevismo e o soviétismo, passando a fazer parte de um leque mais vasto de problemas cuja existência era associada aos comunistas: a monopolização da informação, a adoção de políticas “sectárias” e “divisionistas”, a violência política, entre outros que foram mencionados neste artigo.

Em segundo lugar, sai reforçada a ideia segundo a qual continua a ser relevante analisar o papel da Assembleia Constituinte, porque a sua própria existência não foi consensual, tendo suscitado o apoio ou as críticas dos diferentes partidos políticos. As conflitualidades em torno das duas legitimidades, a eleitoral e a revolucionária, permitem também compreender melhor as dinâmicas do discurso anticomunista, ainda que na sua génese estejam sobretudo os elementos simbólicos associados ao regime que antecedeu o 25 de Abril.

BIBLIOGRAFIA

- Amaral, Diogo Freitas do (1995). *O Antigo Regime e a Revolução. Memórias Políticas (1941-1975)*. Círculo de Leitores.
- Becker, Jean-Jacques; Bernstein, Serge (1987). L'anticommunisme en France. *Vingtième Siècle, Revue d'histoire*, 15. Dossier: Quatre visages d'une modernisation française, 17-28.
- Bernstein, Serge (1988). Os partidos. In René Rémond, *Por uma História Política* (57-98). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Bonet, Luciano (1986). Anticomunismo. In Norberto Bobbio; Nicola Matteuci; Gianfranco Pasquino (Orgs.), *Dicionário de Política* (34-35). Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Cunhal, Álvaro (2014). *Obras Escolhidas. Volume V 1974-1975*. Lisboa: Edições Avante!
- Eisfeld, Rainer (1985). Influências externas sobre a Revolução Portuguesa: o papel da Europa Ocidental. In Eduardo Ferreira; Walter Opello (Orgs.), *Conflitos e Mudanças em Portugal (1974-1984)*. Lisboa: Teorema.
- Espírito-Santo, A., Rodrigues, J. E. e Espada, I. (2021). Candidatos a «pais» fundadores: as listas partidárias à Assembleia Constituinte. In Filipa Raimundo e João Cancela (Orgs.), *As eleições fundadoras da democracia portuguesa* (87-106). Lisboa: Assembleia da República.
- Faria, Telmo Daniel (1995). O comunismo: um anátema estado-novista. *Revista de História das Ideias*, 17, 229-161.

- Ferreira, José Maria Carvalho (1997). *Portugal no Contexto da «Transição para o Socialismo» (História de um Equívoco)*. Brasil: Editora da FURB.
- Ferreira, José Medeiros (1994). Portugal em Transe. In José Mattoso (Dir.), *História de Portugal*, vol. 8 (197-222). Editorial Estampa.
- (2004). O 25 de abril no contexto internacional. *Relações Internacionais*, 2, 143-158.
- Figueira, João (2014). Caso *República*: a morte de um jornal cansado de lutar. In Maria Inácia Rezola; Pedro Marques Gomes, *A Revolução nos Média* (53-78). Lisboa: Tinta-da-China.
- Freitas, Patrícia (2025). “*Que nenhum cristão se deixe levar pela armadilha do medo!*”: o anticomunismo católico no PREC (1974-1976). Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Jalali, Carlos (2007). *Partidos e Democracia em Portugal 1974-2005*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Liebman, Marcel; Miliband, Ralph (1984). Reflections on anti-communism. *The Socialist Register*, 21, 1-22.
- Marques, Maria Aldina (2006). Narrativa e Discurso Político: Estratégias argumentativas. In Macedo A.; Keating E, *O Poder das Narrativas, as Narrativas do Poder*. Atas dos Colóquios de Outono 2005-2006 (303-316). Universidade do Minho/CEHUM.
- Martins, Guilherme d’Oliveira (2023). A Assembleia Constituinte 1974-1976. In Pedro Tavares de Almeida, *O Parlamento Português* (1-20). Assembleia da República.
- Martins, Moisés de Lemos (2016). *O Olho de Deus no Discurso Salazarista*. Edições Afrontamento.
- Matos, Luís Salgado de (2003). A Igreja na revolução em Portugal (1974-1982). In José Maria Brandão de Brito, *O País em Revolução*. Círculo de Leitores.
- Miranda, Jorge (2015). *Da Revolução à Constituição. Memórias da Assembleia Constituinte*. Principia Editora.
- Palacios Cerezales, Diego (2003). *O Poder Caiu na Rua: Crise de Estado e Ações Coletivas na Revolução Portuguesa 1974-1975*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Pena, Alberto (2007). *Salazar, a imprensa e a guerra de Espanha*. Coimbra: Minerva.
- Pinto, Celi Regina Jardim (2006). Elementos para uma análise do discurso político. *Revista do Departamento de Ciências Humanas e do Departamento de Psicologia*, Santa Cruz do Sul, 24, 78-109.
- Rampinelli, Waldir José (2012). O uso das “aparições de Fátima” na manutenção do império colonial lusitano. *Revista Esboços*, 19, 27, 273-287.
- Real, Miguel (2019). Anticomunismo. In José Eduardo Franco (Dir.), *Dicionário dos Antis: A Cultura Portuguesa em Negativo – Volume I* (405-408). Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

- Reis, António (1995). A Dialética entre as Componentes Militar e Civil no Processo Revolucionário do 25 de Abril. *Revista de História das Ideias*, 17, 561-573.
- Rezola, Maria Inácia (2012). O Movimento das Forças Armadas e a Assembleia Constituinte na Revolução Portuguesa (1975-1976). *Historia Constitucional*, 13, 635-659.
- (2021). “Antes da ordem do dia”: a revolução na Assembleia Constituinte. *Revista Linguagem*, 3, 45-64.
- Sánchez Cervelló, Josep (1993). *A Revolução Portuguesa e a sua influência na transição espanhola*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- (1997). A contra-revolução no PREC (1974-1975). In João Medina, *História de Portugal* (133-142). Madrid: S.A.P.E.
- Santos, Magno F. de Jesus (2017). “Entre raios de fogo e giros de sol”: os videntes de aparições marianas e os escritos de mensagens anticomunistas (Brasil e Portugal). *Revista Cultura & Religión*. XI, 2, 150-171.
- Silva, Manuel Carlos; Toor, Marga von (1988). Camponeses e Patronos: o caso de uma aldeia minhota. *Cadernos de Ciências Sociais*, 7, 51-80.
- Silva, Cristiana Lucas (2023). A estereotopia como barreira: o caso do anticomunismo no Estado Novo. In Sandra Olivero Guidobono (Coord.), *Las identidades analizadas a través de las segregaciones histórico-culturales*. Madrid: Dakynson S. L.
- Torgal, Luís Filipe (2011). *O Sol Bailou ao Meio-dia. A Criação de Fátima*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Torgal, Luís Reis (2009). *Estado Novo, Estados Novos*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Veiga, Ivo; Rollo, Maria Fernanda; Santos, Paula Borges (2021). *Os Constituintes. Percursos biográficos e intervenções parlamentares (1975-1976)*. Assembleia da República.

ABAIXO OS “CADEADOS DE
FERRO FEUDAIS”! O MOVIMENTO
PARA A EXTINÇÃO DOS FOROS E
A RURALIDADE NA REVOLUÇÃO
PORTUGUESA (1974-1976)

*Down with the feudal iron locks! The movement
for the extinction of the foros and rurality in the
Portuguese Revolution (1974-1976)*

LEONARDO ABOIM PIRES

lapires@ghes.iseg.ulisboa.pt

Universidade de Lisboa, ISEG Research in Economics and Management, ISEG

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6033-350X>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-11_4

Texto recebido em / Text submitted on: 31/01/2025

Texto aprovado em / Text approved on: 06/10/2025

Biblos. Número 11, 2025 • 3.^a Série

pp. 89-113

RESUMO

A formação de movimentos sociais rurais foi uma das bases da mobilização popular que ocorreu durante a Revolução dos Cravos. Diferentes temas foram o motor para o surgimento de estruturas reivindicativas e entre estes encontrava-se a tributação da terra e do trabalho e, especificamente, os foros. A luta pela sua abolição conduziu ao nascimento do Movimento para a Extinção dos Foros (MEF), em 1975. A importância deste reside na circunstância de expressar a luta pela libertação da terra e da propriedade de quaisquer formas limitadoras ao seu usufruto. Este artigo examina as formas de atuação e alcance geográfico do MEF, visando revelar a sua inserção num quadro mais vasto das organizações de agricultores e das vitórias alcançadas num tempo de profunda transformação socioeconómica.

Palavras-chave: Ação coletiva; movimentos sociais; transformações rurais; revolução portuguesa; foros.

ABSTRACT

The formation of rural social movements was one of the foundations of the popular mobilization that took place during the Carnation Revolution. Different issues were the driving force behind the emergence of demand structures, and among these were land and labor taxation and, specifically, the *foros*. The fight for their abolition led to the birth of the Movement for the Extinction of the *Foros* (MEF) in 1975. When set in its historical context, the importance of this movement lies in the fact that it expresses the struggle to release land and property from any form of restriction on their usufruct. This article examines the ways in which the MEF worked and its geographical scope, with the aim of revealing how it fits into a broader framework of farmers' organizations and the victories they have achieved in a time of profound socio-economic transformation.

Keywords: Collective action; social movements; rural transformations; portuguese revolution; *foros*.

INTRODUÇÃO

O mundo rural não foi um elemento estático na paisagem revolucionária de Portugal entre 1974 e 1976, nem a reforma agrária no Sul constituiu a única reivindicação dos movimentos sociais agrários que emergiram nesse período. A revolução constituiu uma oportunidade histórica para que as classes rurais fizessem ouvir as suas exigências, o que levou à organização de lutas e movimentos associativos que marcaram a participação popular nos campos.

Historiograficamente, por um lado, a análise da profundidade histórica de estruturas organizativas em áreas urbanas tem despertado maior interesse e abordagens longitudinais, não se escudando apenas no trabalho historiográfico, mas identicamente em estudos antropológicos e ensaios sociológicos; por outro lado, na esfera dos temas rurais, o tema da reforma agrária é o que reuniu maior atenção, cooptando parte significativa da produção sobre a ação e a ideologia nos campos nesses anos. Todavia constata-se que outros movimentos no Processo Revolucionário em Curso (PREC), nomeadamente os surgidos em contextos rurais, têm ficado arredados das narrativas sobre o período, mesmo em obras cujo enfoque é, precisamente, uma história “dos que já não aceitam ser governados da mesma forma” (Varela, 2014: 15) e se mobilizaram nesse sentido entre 1974 e 1976. Trabalhos recentes repuseram a importância das organizações e movimentos rurais durante a revolução e na consolidação da democracia (Calvário, 2023; Paiva, 2023; Pires, 2025), o papel que os partidos políticos tiveram no seu enquadramento (Martínez Fernández, 2017) e o lugar das mulheres nesse processo (Calvário e Honório, 2024; Ferreira, 2025).

Um deles foi o Movimento para a Extinção dos Foros (MEF), criado em 1975 e com especial implantação no Centro do país. Os foros, juntamente com a parceria e a colónia¹, eram contratos baseados na prestação certa ou variável em géneros ou dinheiro, assumindo-se como sinónimo de renda, aceção definida no Códigos Civis de 1867 e 1966. O seu término foi algo

¹ Tipologia contratual apenas existente na Madeira, regulada pelo direito consuetudinário, em que o proprietário cedia a terra a outrem. Este assumia a obrigação de a tornar arável, realizar as benfeitorias rústicas ou urbanas necessárias e entregar ao proprietário, no momento da colheita, metade da produção. O Decreto Regional nº 13/77/M, de 18 de outubro, extinguiu este regime.

exigido, em que os protagonistas do MEF acentuavam o carácter arcaico desta forma de tributação, demonstrando a sua inadequação ao tempo presente. Este requisito está enquadrado numa ideia de libertação da terra de quaisquer atavismos que constituíssem um entrave à sua fruição e numa procura de maior igualdade entre trabalhadores agrícolas. A atuação deste movimento saldou-se numa vitória: o fim dos foros foi decretado em 1975, pelo V Governo Provisório, diploma apenas publicado em 1976 (Decreto-Lei n.º 195-A/76), abolindo a enfiteuse respeitante a prédios rústicos, “parte integrante da arquitetura legislativa tendo por objeto os pequenos e médios agricultores e as comunidades camponesas” (Piçarra, 2022: 95).

A partir do caso do MEF, este estudo procura analisar a ação coletiva e a organização do campesinato e a sua receção pelo governo e pelos partidos políticos no contexto do PREC. Do ponto de vista metodológico, combina-se o cruzamento e a análise de fontes primárias, através de documentação da Associação Cultural Ephemera e da Fundação Mário Soares e Maria Barroso e da imprensa regional e partidária. A investigação adota uma perspectiva de história dos movimentos sociais para examinar os discursos, as práticas dos atores envolvidos e a estratégia seguida. Com base na recolha documental realizada, observam-se as ações empreendidas pelo movimento, procurando captar a diversidade das experiências rurais no processo revolucionário.

O artigo organiza-se em três partes. Na primeira apresenta-se uma breve explicação jurídica e um resumo histórico sobre os foros no quadro dos regimes enfiteúticos. A segunda parte aborda a importância dos foros nas medidas de política agrária do período revolucionário, sem olvidar o papel desempenhado pelas estruturas partidárias nessa questão. A terceira e última parte, que constitui o foco principal, analisa a história do MEF, destacando as suas ações, o seu alcance territorial e a sua especificidade no contexto das organizações de agricultores surgidas da revolução.

ENFITEUSE E FOROS NA EXPLORAÇÃO DA TERRA

A estrutura fundiária portuguesa manteve-se, durante muito tempo, condicionada pela herança tributária do Antigo Regime e pelas limitações no

acesso à propriedade, na produção e na circulação dos produtos, o que coagia a expansão agrícola. Determinadas permanências estenderam-se nos anos seguintes, atravessando diferentes regimes políticos e consolidando formas específicas de encarar a propriedade rústica, bem como as hierarquias sociais que dela resultavam. Entre essas continuidades destacou-se o instituto da enfiteuse, acompanhado das suas obrigações, como o pagamento dos foros.

Nos principais textos reguladores destes domínios, o Código Civil de 1867 estabelecia que um contrato de emprazamento, aforamento ou enfiteuse se realizava quando o proprietário de um prédio transferia o seu domínio útil para outra pessoa, ficando esta obrigada a pagar anualmente uma pensão determinada e acordada pelas partes, designada por foro ou cânon (cap. XIII, art.º 1653). Com origens medievais e em vigor durante todo o Antigo Regime, o foro integrava, com a razão e o laudémio, a tríade presente na maioria dos contratos de aforamento, sendo definido como o “reconhecimento do domínio direto do proprietário pela exploração da terra, o mais rotineiro e comum” (Motta e Machado, 2017: 267).

De acordo com o Código Civil de 1966, a enfiteuse correspondia ao desdobramento, geralmente perpétuo, do direito de propriedade sobre um imóvel em dois direitos distintos: o domínio direto e o domínio útil. Essa era a principal diferença em relação ao arrendamento. Enquanto este não alterava a estrutura da propriedade, conferindo ao rendeiro apenas um direito de uso, a enfiteuse implicava uma divisão do direito de propriedade entre duas partes (Rodrigues, 2015). Segundo o Código, os principais direitos do titular do domínio útil (o enfiteuta) eram usar e fruir do imóvel como se fosse seu, alienar ou onerar o seu direito, tanto por transmissão entre vivos como por herança, e remir o foro (quando o contrato tivesse mais de quarenta anos, pagando-se um valor equivalente a vinte foros). Já o titular do domínio direto (o senhorio) tinha essencialmente direito a receber anualmente o foro e a alienar ou onerar o seu domínio. Assim, no quadro da enfiteuse, quem adquiria o domínio útil assumia a obrigação de pagar uma pensão anual ao senhorio, ou seja, o foro, que podia ser entregue em dinheiro ou em géneros.

A figura jurídica da enfiteuse e dos foros, apesar da sua matriz medieval, manteve-se surpreendentemente resiliente ao longo do tempo, sobrevivendo até uma fase bastante tardia. Como observa Marcos (2010: 980), estas formas contratuais “pareciam querer agarrar-se à vida como um moribundo à dobra do lençol”, conhecendo ainda “um derradeiro sopro vital de mais uma década”. No entanto, este prolongamento acabou por revelar-se derradeiro: a revolução pôs termo à sua existência, marcando de forma definitiva o fim de um regime jurídico que se mostrara até então duradouro.

A REVOLUÇÃO, A POLÍTICA AGRÁRIA E OS FOROS

O esboroar da mais antiga ditadura da Europa Ocidental às mãos do Movimento das Forças Armadas (MFA), a 25 de abril de 1974, abriu caminho para uma mutação profunda nas estruturas políticas, socioeconómicas e culturais portuguesas. Num contexto de transformação, num país em que a sua base produtiva esteve assente no sector primário durante décadas, um novo olhar sobre a política agrária foi sendo construído e perpassando os diferentes governos provisórios. A política económica para a agricultura do I Governo Provisório (maio – julho de 1974) não representou uma rutura significativa, mantendo um certo perfil tecnocrático em continuidade com lógicas anteriores. Apenas nos governos seguintes se verificou um corte mais concreto, em que a estratégia delineada agrupava ideias defendidas por diferentes sectores da vida pública e pelas reivindicações populares.

Dessa forma, Vasco Gonçalves, primeiro-ministro dos II, III, IV e V Governos Provisórios (julho de 1974 – setembro de 1975), num discurso de 30 de novembro de 1974, sublinhava que era necessário “exercer uma série de acções de natureza conjuntural, de modo que o nosso povo que vive pior, e que é, sem dúvida nenhuma, o ligado à agricultura [...] passe a viver melhor” (Gonçalves, 1977: 82). O entendimento vigente passava pela conceção de que a reforma agrária não preconizava apenas o fim do sistema latifundista nos campos do Sul, mas perante as diferenças socioeconómicas e de estrutura fundiária “estender a reforma agrária

ao Norte e Centro exigia outros instrumentos jurídicos” (Freire, 2002: 161). A Norte, onde o minifúndio era dominante, as linhas condutoras da política do Ministério da Agricultura foram feitas com base em “criar condições que permitissem às famílias uma participação ativa e autónoma nas instituições agrícolas e na vida das comunidades locais, contrariando o ascendente que ainda prevalecia [...] das estruturas tradicionais de poder” (Baptista, 2022: 172).

Entre os passos tomados nesse sentido conta-se a Campanha de Dinamização Agrícola² (janeiro – março de 1975), estruturada em comissões regionais e equipas de campo. Procurando um “maior contacto e estreitamente de ligações entre os trabalhadores da Secretaria de Estado da Agricultura e as populações rurais” (*Vida Rural*, 1132, 25-1-1975: 19), os distritos de Castelo Branco, Guarda, Viseu, Bragança, Viana do Castelo e Vila Real foram escolhidos como prioritários desta ação de esclarecimento de assuntos como o arrendamento rural, os baldios e os foros.

No contexto do III Governo Provisório (setembro de 1974 – março de 1975) surgiu o Programa de Política Económica e Social³ que previa legislação para a “eliminação dos sistemas de arrendamento especial, nomeadamente, as colónias, e extinção de todas as formas de parceria; extinção dos foros” (*Portugal Socialista*, 30, 6-3-1975: 13). O fim do sistema de aforamento era feito “por forma a permitir o acesso pleno à propriedade. Ter-se-ão em conta os interesses dos foreiros e dos senhorios de débil capacidade económica” (Governo Provisório da República Portuguesa, 1975: 86). Apesar do malogro deste projeto, em virtude dos acontecimentos subsequentes ao 11 de Março de 1975, os governos seguintes mantiveram o foco na mudança da realidade agrícola.

² Campanha conduzida pela 5ª Divisão do MFA, em colaboração com a Secretaria de Estado da Agricultura.

³ Projeto que propôs uma nova estrutura socioeconómica, baseado num “modelo económico não dirigista ou coletivista”, apresentando-se como “plataforma inovadora que, no entanto, será de curtíssima duração” (Rezola, 2018: 86).

O IV Governo Provisório (março – agosto de 1975), a autonomização do Ministério da Agricultura face ao da Economia e a nomeação de Fernando Oliveira Baptista para titular da pasta, na qual se manteria até ao V Governo (agosto – setembro de 1975), conduziu a mudanças estruturais. Observando o Norte, a ação governativa deu cobro a ideias já manifestadas pelos partidos políticos e pelo MFA em matéria agrária, como eram os foros. Mas, vendo que estes permaneciam, os camponeses agiram coletivamente para acelerar o tratamento da questão, criando o MEF, como se verá adiante. Nisso António Lopes Cardoso, Ministro da Agricultura e Pescas do VI Governo Provisório (setembro de 1975 – junho de 1976), entendia que no Norte a reforma agrária devia ser sinónimo de um “processo de renovação e desenvolvimento do sector agrícola” (*Portugal Socialista*, 84, 25-2-1976: 21). Era entendido que “os verdadeiros beneficiários e motores da reforma agrária têm de ser os assalariados agrícolas e os pequenos e médios agricultores” (*Vida Rural*, 1145, 26-4-1975: 18).

Para lá das instituições políticas, do lado da “sociedade civil”, foram constituídas organizações que procuravam agrupar os proprietários e produtores. A Associação Livre dos Agricultores foi o primeiro movimento associativo agregador de interesses ligados à agricultura, criado em maio de 1974, com influência no Sul. Todavia, era constituída por grandes proprietários e com maior foco nos problemas do trabalho, dos aumentos dos custos intermédios de produção (adubos, gasóleo, rações) e dos baixos preços dos produtos agrícolas. No Norte, correspondendo à zona de agricultura familiar, seguir-se-iam as Ligas dos Pequenos e Médios Agricultores, constituídas pelas classes intermédias e com o objetivo de “enquadrar a pequena e média produção, retirando-a à influência dos grandes proprietários agrícolas” (Piçarra, 2022: 49). Na mesma região foi constituído o Movimento Livre dos Agricultores que apresentou “alguma envergadura” e estando “aberto, em princípio, a todos os ditos [agricultores], mas procurando sobretudo movimentar os pequenos” e em que “os comunistas e «companheiros de estrada» predominavam” (Lucena e Gaspar, 1992: 140).

Sobre os foros, o MFA afirmara que era “preciso abolir imediatamente os foros e acabar de vez com esse direito medieval que constitui ainda um

pesado encargo para muitos agricultores do país” (*Movimento*, 25, 14-8-1975: 5). Nas forças partidárias em presença, a direita nunca foi explícita sobre esta questão, apostando numa interpretação desenvolvimentista da agricultura que passava pela eliminação do absentismo, o desenvolvimento das empresas agrícolas e dos sistemas de comercialização. O Partido Popular Democrático (PPD), sobre a reestruturação fundiária, pronunciava-se em relação ao “direito à propriedade privada, enquanto instrumento de realização pessoal dos indivíduos e do desenvolvimento cultural e económico da sociedade” e no “predomínio dos interesses públicos sobre os interesses privados” (Partido Popular Democrático, 1974: 4). O Centro Democrático Social (CDS) ainda mais omisso era, entendendo como medidas a tomar “o ajustamento da utilização da terra às suas potencialidades” dentro de diretrizes que “sobreponham sempre os interesses públicos aos privados” (Centro Democrático Social, 1974: 7). Em nenhum dos programas destes partidos se referem os foros.

A esquerda política teve mais atenção sobre o tema. O Partido Socialista (PS) era defensor da “remissão dos foros existentes e proibição do aforamento”⁴. Esta era uma adição a um pensamento já manifestado aquando das eleições legislativas de 1969 em que era defendido que, numa reforma agrária, se deveria efetuar a “regulação das relações propriedade-exploração”⁵. No seu programa fundacional de 1973, os socialistas defendiam a eliminação de “todos os vestígios semi-feudais da exploração agrícola, tais como foros” (Partido Socialista, 1973: 24). Mais tarde, numa manifestação realizada a 13 de abril de 1975, em Beja, convocada pelos candidatos do PS à Assembleia Constituinte pediu-se ao Governo “medidas imediatas no sentido de resolver a grave crise com que estes [trabalhadores agrícolas e pequenos camponeses] se debatem” (*Portugal Socialista*, 35, 9-4-1975: 15), em que a enfiteuse estava incluída.

⁴ Fundação Mário Soares e Maria Barroso (FMSMB), Documentos Joaquim Catanho de Menezes, pasta 02768.002.002, doc. 80715, fl. 2.

⁵ FMSMB, Fundo Alberto Arons de Carvalho, pasta 05790.010, fl. 4.

O Partido Comunista Português (PCP), ainda na ditadura, formulou considerações sobre os foros. Os comunistas, no seu programa de reforma agrária, defendiam que os foreiros, tal como os rendeiros, os seareiros, os meeiros, deviam “ficar na posse livre das terras que eles amanhã, sem terem de pagar nada por isso” (Partido Comunista Português, 1955: 8). No pós-25 de Abril, na proclamação do seu VII Congresso (Extraordinário), a 20 de outubro de 1974, no âmbito da “plataforma de emergência” para acudir aos problemas que atravessavam a economia, demonstrou a necessidade da “abolição dos foros. Abolição da parceria e sua conversão em regime de arrendamento” (*A Terra*, 3ª série, 6, outubro de 1974: 2). Como António Gervásio disse, enquanto deputado comunista na Assembleia Constituinte, a reforma agrária consistia identicamente em acabar “com formas feudais de exploração, como foros, parcerias e outros” (*Diário da Assembleia Constituinte*, 17, 16-7-1975: 380). Os foros eram classificados como “formas medievais de exploração a que o fascismo deu força” e todos os agricultores ainda sujeitos ao seu pagamento

se devem juntar a todos os outros vizinhos que estejam a suportar o mesmo encargo e devem fazer chegar ao Governo o conhecimento da situação de injustiça a que estão sujeitos para que o Governo Provisório tome imediatas medidas no sentido do abolir de imediato.

(*A Terra*, 3ª série, 12, janeiro de 1975: 4)

Atendendo às diversidades regionais, o fim dos foros tratava-se de “um complexo processo. Não se pode de um dia para o outro transformar a parceria num arrendamento pago em dinheiro” (*A Terra*, 3ª série, 13, fevereiro de 1975: 7), mas a extinção dos foros estava presente no projeto constitucional comunista (§5 do artigo 16º), apresentado em julho de 1975.

O PCP alertava para que “só com a participação activa e colectiva a Reforma Agrária poderá singrar nas reuniões de pequena e média propriedade” (*O Militante*, 43, 2, julho de 1975: 7). Esses apelos à unidade estavam patentes em discursos forjados na ideia de que “os trabalhadores do campo se devem unir aos da cidade, contra o inimigo comum. Essa aliança é a arma

poderosa do Povo contra o capitalismo” (*Jornal Camponês*, 1, dezembro de 1975: 5). A mobilização popular levava o deputado Joaquim Velez a concluir que era “uma das reivindicações mais salientes dos pequenos e médios agricultores o acabar com a parceria, a colónia e os foros” (*Diário da Assembleia Constituinte*, 78, 8-11-1975: 2586). Para lá dos discursos, os comunistas organizaram vários Encontros Camponeses e Encontros Distritais de Pequenos e Médios Agricultores, em que foi conferida importância ao tema dos foros. Na I Conferência dos Camponeses do Norte (Porto, 29 de dezembro de 1974) foram debatidos “foros e outras formas de tributação que sobrecarregam os pequenos e médios agricultores” (*Avante!*, 44, 35, 3-1-1975: 8), procurando liberar “os agricultores desse encargo medieval” (Colectivo das Edições «Avante!», 1975: 87). Depois, na I Conferência de Camponeses do Sul (Santarém, 5 de janeiro de 1975) foi defendida a “abolição total dos foros, manifestação medieval e parasitária de propriedade” (Colectivo das Edições «Avante!», 1975: 117), posição mantida no I Encontro de Pequenos e Médios Agricultores do Baixo Alentejo (Beja, 16 de fevereiro de 1975) em que, mais uma vez, se pediu a total abolição de foros e parcerias, tratando-se de “reivindicações específicas das classes intermédias dos campos” (Piçarra, 2022: 61).

Como se pode observar, a abolição dos foros, considerados um resquício medieval, tornou-se um tema debatido, articulando diferentes atores. Para além da mobilização social, destacou-se a diferença de posicionamentos políticos: o PPD e o CDS mantiveram silêncio ou omissão sobre os foros, enquanto o PS e o PCP defendiam explicitamente o seu fim, bem como o de outras formas de exploração agrícola. Nesta transformação social, a mudança não se limitou ao plano jurídico ou administrativo; tratou-se de uma verdadeira disputa de legitimidade e de poder no espaço rural, exemplificada pela ação do MEF.

“A HORA DE LIBERTAÇÃO DOS CAMPONESES ESTÁ A CHEGAR”: A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO PARA A EXTINÇÃO DOS FOROS

O período pós-25 de abril teve, entre outras características, uma inaudita extensão das mobilizações, um “levantamento popular vindo de baixo, do

âmago da condição social dos que nunca tinham tido voz e entravam tumultuosamente na história” (Rosas, 2023: 98). A dinâmica reivindicativa esteve fundamentada em que “os camponeses devem cada vez mais adquirir o hábito de reunirem para discutir em conjunto os problemas da lavoura (e não só)” (*A Terra*, 3ª série, 5, outubro de 1974: 2). Como sintetizou Paula Godinho, “os movimentos sociais constroem novos sistemas de sentidos, retransformando ou destruindo, deglutinando ou eliminando formas anteriores” (2004: 98). Estes processos são terreiros coletivos de lutas aceleradoras da transformação, nomeadamente, em ambientes revolucionários e ciclos de protestos, edificadores de uma nova ordem socioeconómica. Numa escala de coordenação, apresentam uma dimensão tática que partiu de lógicas sociais específicas, advindas de contextos regionais/locais particulares, diferenciação que revela um sistema social complexo. As motivações levaram-nos a concretizar, num esquema organizativo e homogéneo, as suas formas de atuar.

Sobre os foros, num primeiro momento surgiram reuniões sobre o tema. De São Cosme (Gondomar), na sequência de uma reunião feita a 25 de janeiro de 1975, foi enviada ao Ministro das Finanças, José da Silva Lopes, uma exposição na qual os pequenos e médios agricultores queriam ser “aliviados desta multidão de encargos fiscais e de foros”, impondo-se, para tal, “a extinção imediata dos foros libertando os agricultores deste encargo medieval” (*A Terra*, 3ª série, 13, janeiro de 1975: 2). O mesmo foi feito pelos habitantes de Guidões (Santo Tirso) e Vinha da Rainha (Soure), tendo estes últimos escrito ao Secretário de Estado da Estruturação Agrária, Agostinho de Carvalho (*Avante!*, 45, 71, 7-8-1975: 12).

Perante as tergiversações governativas, foi a junção de esforços entre os foreiros que constituiu a alavanca para a estruturação de um movimento reivindicativo coerente. Na sequência de reuniões entre os foreiros de Anobra, Sobreiro e Sebal Grande (Condeixa-a-Nova), em julho de 1975, nasceu o Movimento para a Extinção dos Foros (MEF) e foram criadas comissões de foreiros ao nível local que deviam constituir a base da organização dos agricultores para “a resolução de outros problemas que grandemente afectam” (*Vida Rural*, 19, 13-9-1975: 10) (Anexo 1). Nos meses anteriores, reuniões de foreiros no Porto, Coimbra e Viseu foram realizadas, das quais saíram

várias comissões, mas a sua expressividade teve na região do Centro o seu espaço privilegiado. Aí, a desigualdade no acesso à terra era descrita nos seguintes termos: “para o camponês, as canseiras e os esforços no cultivo da terra não compensam e, para os grandes capitalistas, a exploração da terra dá hoje em dia menos lucro do que a exploração outros produtos”⁶. Em Condeixa-a-Nova, os camponeses tinham estado sujeitos aos interesses “dos grandes proprietários locais que são o dr. Carneiro Folhadela (ex-presidente da Câmara de Condeixa) e o conde de Feijou, que sempre explorara, os camponeses obrigando-os a pagar pesadas rendas”⁷. Este retrato está em consonância com a noção de que os titulares dos foros eram “um punhado de «grandes senhores» que não desempenham qualquer papel na produção agrícola, merecendo por isso e muito justamente, aberta animosidade dos foreiros” (*Avante!*, 45, 97, 8-1-1976: 8). Um agricultor de Avenal referia que, “antes de ser obrigatório pagar ao Estado tínhamos de pagar à Sé”, sendo “uma das maiores injustiças que a gente sofre” e tendo subscrito “um abaixo-assinado, e aqui assinou muita gente, em que pedimos a extinção dos foros” e que “toda a gente se devia negar a pagar” (*Avante!*, 45, 67, 10-7-1975: 12).

O imposto braçal integrou o caderno reivindicativo do MEF, sendo contestado pelos agricultores de Ançã (Cantanhede). Enquanto alguns municípios o aboliram, como Coimbra e Mealhada, Cantanhede agravou a situação em 1975 ao aumentar a taxa em mais de 50%. Após uma reunião, o povo de Ançã determinou “só pagar se for a Junta de Freguesia a fazer a sua cobrança e esta for aplicada em obras na Freguesia”. Esta decisão foi oficiada à Câmara Municipal, esperando que com essas receitas se pudesse “fazer alguma coisa na freguesia, pois como alguém disse nessa reunião – o 25 de Abril ainda não chegou a Ançã” (*Diário de Coimbra*, 46, 15530, 20-10-1975: 2).

⁶ *O Trabalhador: jornal popular da região de Condeixa*, 1, 1, outubro de 1975: 2.

⁷ *A Terra: órgão do MRPP para o movimento camponês*, 6, 15-11-1975: 5.

O MEF e as mobilizações dos foreiros foram inspirados por apelos do PCP, uma vez que foi “Sousa Pinto, então funcionário do PCP, responsável pelo concelho de Condeixa-a-Nova” que teve “a iniciativa de incentivar [...] a formação do Movimento de Extinção dos Foros” (Paiva, 2023: 32). Assim, o partido demonstrou como o movimento era guiado por “objetivos justos pelo que nos devemos preocupar em lhes dar todo o apoio”, sugerindo a conveniência na criação de comissões de foreiros, “assim como a mobilização dos foreiros e da opinião pública através de abaixo-assinados, comunicados, cartas, para os jornais” (*O Militante*, 43, 3, agosto-setembro de 1975: 13). Da sua atuação, conclui-se que este programa de ação foi sendo cumprido, tendo sido as principais formas de luta escolhidas pelos seus membros.

O MEF, porém, não deve ser entendido apenas como reflexo ideológico-partidário, mas como expressão da capacidade de mobilização das classes rurais enquanto agentes de mudança. Este inscreve-se numa mobilização estribada em redes informais de solidariedade e caracterizada por uma noção comunitária, nunca tendo adquirido uma estrutura excessivamente formal, funcionando através das comissões de foreiros, nem tendo criado uma organização suprarregional. Essa solidariedade pode ser comprovada no facto de os dirigentes do movimento “serem vizinhos a encontrar-se naturalmente na taberna do Manuel Reis [em Anobra], onde discutiam os seus problemas e onde tomaram a maior parte das decisões” (Paiva, 2023: 37). A coordenação de esforços dos foreiros propunha a resolução de um problema comum aos camponeses numa região concreta, mas que reverberava noutros pontos do território.

Atendendo à matriz da política económica então vigente, associada à inédita capacidade reivindicativa expressa nas múltiplas ações coletivas, o questionamento da ordem social nos campos articulava-se com a subversão da condição de subalternidade vivida pelo campesinato. Nesse quadro, uma leitura possível do que representou o MEF pode ser formulada a partir desse entendimento da subalternidade: o seu potencial reivindicativo evidenciou que as lutas camponesas se orientaram “pela redistribuição e pelo reconhecimento [que] podem muito bem contribuir para fazer avançar a luta de classes,

desafiando as condições sociais de reprodução do capital e o poder político que as assegura” (Calvário, 2023: 1596).

Uma das primeiras iniciativas do MEF foi uma manifestação em 5 de outubro, em Avenal. Tendo agrupado mais de 250 agricultores da região, homens, mulheres (Fig. 1) e representantes das comissões de foreiros foram discutidos os foros e o imposto braçal, tendo aí declarado “a mais viva oposição ao pagamento destes impostos” e decidiram “os presentes não pagar os foros nem o imposto braçal, dado que são impostos injustos que sobrecarregam os agricultores já de si tão explorados” (*Diário de Coimbra*, 46, 15517, 3-10-1975: 6). E em cima de um tractor e no largo da escola primária, várias pessoas fizeram uso da palavra: Francisco de Oliveira Cardoso e José Monteiro Correia, do MEF; António Simões Maria, da Comissão de Foreiros de Taboeira (Aveiro) e João Pimentel Neves, presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, além de um técnico do Serviço de Apoio ao Desenvolvimento Agrário⁸. A extinção seria “a resolução de problemas de pessoas idosas que vivem unicamente do rendimento dos foros”, pedindo “uma segurança social capaz, que permita dispensar um tipo de rendimento com base na exploração” (*Povo Rural*, 1, 12, dezembro de 1975: 12). Após as intervenções e o debate suscitado pelo momento, no final da manifestação, “os foreiros juntaram os recibos para pagar os foros [...] a fim de serem entregues aos responsáveis do Governo” e “todos concordavam que ninguém devia pagar foros até a situação se resolver definitivamente” (*Diário de Coimbra*, 46, 15524, 13-10-1975: 2). Tal encontro definiu como primeira forma de luta o não pagamento dos foros no decurso do ano de 1975 e um abaixo-assinado pedindo a sua abolição. A partir desse momento, este movimento fez diligências, com cartas e abaixo-assinados vindos de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Faro, Leiria, Lisboa, Santarém, Viana do Castelo e Viseu.

⁸ Criado em abril de 1975 e extinto em novembro de 1976, era um organismo técnico que tinha como função a defesa dos interesses dos pequenos agricultores do Norte.

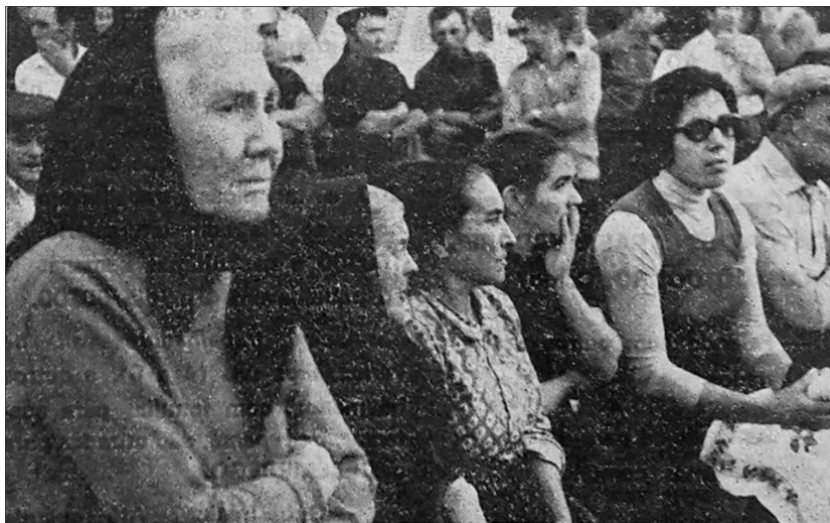


Fig. 1 – Mulheres na concentração de foreiros em Avenal.

Fonte: *A Terra*, 3ª série, 30, 24-10-1975: 1

(Biblioteca Nacional de Portugal, Cota J. 3363 V.).

O V Governo Provisório foi o responsável pelo lançamento da Lei dos Foros. Do lado partidário, a Organização Regional das Beiras do PCP referiu que acabava “para sempre este imposto feudal que sobrecarregava injustamente os agricultores” (*Diário de Coimbra*, 46, 15490, 2-9-1975: 2). No Algarve um comunicado do MEF assinalava “a grande alegria de comunicar a todos os agricultores esta grande vitória” (*O Algarve*, 68, 3512, 3-9-1975: 1). Contudo, a pressão exercida nas instâncias governativas permaneceu, pois, a lei não foi publicada. Nessa ausência, o MEF organizou formas de luta mostrando que “quando todos os agricultores do Norte deitarem mãos à obra, como muitos já estão fazendo, o Governo será e fará aquilo que o Povo quiser” (*A Terra*, 3ª série, 32, 21-11-1975: 2).

Apesar da mudança de governo, em setembro de 1975, a situação permaneceu. O MEF recebeu “com estranheza e profunda revolta” a decisão do VI Governo Provisório “de não promulgar de imediato os Decretos-Lei aprovados

pelo V Governo e, portanto, o Decreto-Lei que extingue os FOROS” (*Diário de Coimbra*, 46, 15514, 30-9-1975: 2). Face a esta pressão, foi aprovado na generalidade o projeto de Decreto-Lei do Ministério da Agricultura em que estava contemplada essa questão. O MEF emitiu um comunicado que sinalizava que a lei já estava em vigor desde 1975, porém, a mesma não tinha sido dada à estampa. Exigiu “do Governo a publicação do Decreto-Lei sobre a extinção dos foros”, além de manter “a sua palavra de ordem «Que ninguém pague foros»” (*Diário de Coimbra*, 46, 15533, 23-10-1975: 9). Atendendo à demora na publicação no *Diário do Governo*, o MEF enviou uma carta ao Presidente da República, Costa Gomes, na qual os seus membros “um pouco ansiosos perguntamo-nos porque não saiu a Lei” apelando a que intercedesse “por nós no sentido de que a Lei seja publicada urgentemente a fim de dar tranquilidade aos que ainda aguardam o seu 25 de Abril, nós, os agricultores” (*Diário de Coimbra*, 46, 15560, 24-11-1975: 4).

A 17 de janeiro de 1976, depois uma manifestação realizada junto da delegação do Instituto da Reorganização Agrária, em Coimbra (Anexo 2), tendo como palavras de ordem “Queremos que saia a Lei! Queremos que acabem os foros!”, foi entregue a Costa Gomes e a Lopes Cardoso uma moção pedindo a publicação da abolição do imposto. Noutras regiões do país, como em Braga, o apelo era idêntico: “é preciso fazer aplicar a lei de extinção dos foros” (*Nortada: jornal unitário de esquerda*, 1, 2, 1-6-1976: 6) e, a 3 de fevereiro, os moradores de São Pedro da Cova enviaram ao Presidente da República uma exposição fazendo o mesmo pedido.

Posteriormente, a data final para o pagamento dos foros terminava a 28 de fevereiro de 1976. Perante a desorientação dos foreiros, o MEF convocou uma conferência de imprensa, realizada a 27 de fevereiro, na sede do Sindicato dos Transportes Rodoviários de Lisboa (Fig. 2) e que teve a colaboração da Comissão Revolucionária de Apoio à Reforma Agrária, sinal de como a luta dos foreiros se inscrevia num plano mais vasto de mudança social. Esta sessão, que contou com a presença do agrónomo e membro do Secretariado do MDP/CDE, Blasco Hugo Fernandes, expôs a ameaça da “GNR instigada pelos donos dos foros, dos processos nos tribunais e das despesas que têm pago nos diversos processos que os envolveram” (*Diário de Lisboa*, 55, 18990,

28-2-1976: 7) porque “as repartições das Finanças estão-se nas tintas para as intenções do Governo de acabar com os foros” (*Povo Rural*, 2, 16, abril de 1976: 13) e era necessário acabar com “esta forma de exploração mais velha que a Sé de Braga” (*Diário de Lisboa*, 55, 18990, 28-2-1976: 7). Nessa ocasião, os foreiros chegaram à fala com o chefe de gabinete do Ministro da Agricultura e um elemento da Presidência da República. Perante o sucessivo adiamento da publicação do decreto e na iminência de entrarem em incumprimento do pagamento dos foros, os agricultores receberam indicações destes dois representantes para não os pagarem.



Fig. 2 – Conferência do MEF com Blasco Hugo Fernandes (ao centro)

Fonte: *Diário de Lisboa*, 55, 18990, 28-2-1976: 7

(Biblioteca Nacional de Portugal, Cota J. 4349 M.).

O PCP manteve o apoio ao MEF, defendendo que o VI Governo não revertesse as medidas adotadas em favor dos camponeses do Norte. É desta forma que, assumindo a reduzida presença de agricultores do Norte e das Beiras entre membros do partido, os comunistas mostram que a luta do MEF

era exemplo de uma organização unitária e de “luta quotidiana por melhores condições de vida” e “contra as forças conservadoras e reaccionárias” (*O Militante*, 44, 8, fevereiro de 1976: 8). Na Grande Jornada de Apoio à Reforma Agrária (Beja, 9-11 de abril de 1976), sobre o tópico da lei de extinção dos foros, era exigido “o estabelecimento imediato de severas punições contra quem infrinja o cumprimento desta lei” (Departamento Agrícola da Intersindical Nacional, 1976: 52). No VIII Congresso do PCP (11-14 de novembro de 1976), das teses apresentadas, no capítulo da reforma agrária noutras regiões, era pedida a “aplicação das Leis do Arrendamento Rural, e da extinção dos foros e restituição dos baldios às populações” (*Avante!*, 46, 139, 14-10-1976: 11).

Sessões de esclarecimento feitas pelo PS em treze concelhos de Viseu visaram a questão agrária que preocupava “sobremaneira a zona beirã”, constituindo tema central dos diálogos travados com as populações” e “lei do arrendamento rural, baldios e foros, comercialização e preços de produtos agrícolas” (*Portugal Socialista*, 86, 10-3-1976: 9) entre outros foram alguns dos temas em discussão (Fig. 3).



Fig. 3 – Sessão de esclarecimento do Partido Socialista em Viseu.

Fonte: *Portugal Socialista*, 86, 10-3-1976: 9
(Biblioteca Nacional de Portugal, Cota J. 3427 V.).

O resultado das lutas desencadeadas saldou-se numa vitória do MEF e no fim dos foros, “resíduo do modo de produção feudal” (*Avante!*, 46, 111, 8-4-1976: 4). A 16 de março de 1976, foi publicado o Decreto-Lei n.º 195-A/76, consagrando a abolição da enfiteuse respeitante a prédios rústicos, transferindo-se o domínio direto deles para o titular do domínio útil (art.º 1º). A mesma lei determinava extintos os créditos de foros em dívida há mais de um ano (art.º 6º) e foi abolida a instância sem custas nas ações que tivessem por objeto a remição de foros ou restituição por devolução dos prédios rústicos sujeitos ao regime enfiteutico (art.º 7º). A Constituição, aprovada a 2 de abril de 1976, estatuiu a proibição do regime de aforamento e a extinção da enfiteuse sobre os prédios rústicos (art.º 101, n.º 2), anteriormente operada pelo Decreto-Lei 195-A/76.

Além da componente estritamente jurídico-constitucional, é possível constatar que a pretensão manifestada por alguns sectores durante o PREC, e em que a reivindicação dos foreiros foi crucial, passou a dispor de uma explícita credencial constitucional. O MEF foi provavelmente “o primeiro grande movimento de agricultores totalmente vitorioso” (Paiva, 2023: 37), situação que se pode fundamentar em dois pontos: primeiro, depois do atraso na efetivação, a lei dos foros foi publicada; segundo, esta foi uma questão que ganhou dimensão maior, deixando inscrito na Constituição o fim deste sistema. Com isto o MEF diluiu-se, extinguindo-se, pois, alguns dos seus dinamizadores transitaram para outras estruturas associativas como o Movimento de Agricultores por uma Melhor Previdência Rural.

CONCLUSÕES

A ação desencadeada pelo MEF assume particular relevância no quadro das mobilizações rurais, ao corporizar a reivindicação de pôr termo a uma oneração secular. Apesar da sua curta duração, o movimento destacou-se por ter alcançado uma vitória efetiva: a consagração constitucional da extinção dos foros. Este resultado, inédito entre as mobilizações rurais do período, permite sublinhar o valor heurístico do estudo de caso do MEF, que revela dinâmicas mais amplas do PREC e oferece contributos para a análise dos movimentos sociais rurais.

O usufruto da terra, como cristalizador de hegemonias dentro do modelo de modernização conservadora vivido ao longo do Estado Novo, acabou visado. O MEF ofereceu condições operacionais para a assunção do confronto público, objetivando o fim de dependências e maximizando as oportunidades trazidas pela revolução. Assim, mesmo que localizado e aparentemente efêmero, foi um movimento que desempenhou um papel estratégico na subversão de estruturas de dominação agrária, sobretudo, na região Centro.

Num contexto em que a prática política e o exercício da contestação se reinventavam e se construía diariamente, torna-se fundamental destacar a articulação entre os movimentos sociais e a política económica emanada dos centros de decisão. No caso do MEF, essa articulação assumiu a forma de uma tensão constante entre uma intenção governativa hesitante, frequentemente subordinada a outras prioridades, e uma pressão popular que se consolidou num movimento reivindicativo, não sendo meramente reativo, mas igualmente produtor de inovação social. A convergência entre um momento político propício para dar resposta às reclamações sociais e a capacidade organizativa do campesinato traduziu-se, em última instância, numa conquista concreta: a abolição dos foros, símbolo da vitória política e social do movimento.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS

Associação Cultural EPHEMERA.

Fundação Mário Soares e Maria Barroso, Documentos Joaquim Catanho de Menezes.

Fundação Mário Soares e Maria Barroso, Fundo Alberto Arons de Carvalho.

FONTES IMPRESSAS

Centro Democrático Social (1974). *Política agrária: bases para uma discussão*. Lisboa: CDS.

Colectivo das Edições «Avante!» (1975). *O PCP e a Luta pela Reforma Agrária*. Lisboa: Edições «Avante!».

- Departamento Agrícola da Intersindical Nacional (1976). *Grande Jornada de Apoio à Reforma Agrária*. Lisboa: Departamento Agrícola da Intersindical Nacional.
- Governo Provisório da República Portuguesa (1975). *Programa de Política Económica e Social*. Lisboa: INCM.
- Gonçalves, Vasco (1977). *Discursos, conferências, entrevistas*. Lisboa: Seara Nova.
- Partido Comunista Português (1955). *O que é a reforma agrária?*. Lisboa: PCP.
- Partido Popular Democrático (1974). *Política agrária*. Lisboa: PPD.
- Partido Socialista (1973). *Declaração de princípios e programa do Partido Socialista*. Lisboa: Textos «Portugal Socialista».

FONTES PERIÓDICAS

- A Terra*.
- A Terra: órgão do MRPP para o movimento camponês*.
- Avante!*.
- Diário da Assembleia Constituinte*.
- Diário de Coimbra*.
- Diário de Lisboa*.
- Jornal Camponês*.
- Movimento*.
- Nortada: jornal unitário de esquerda*.
- O Algarve*.
- O Militante*.
- O Trabalhador: jornal popular da região de Condeixa*.
- Portugal Socialista*.
- Povo Rural*.
- Vida Rural*.

BIBLIOGRAFIA

- Baptista, Fernando Oliveira (2022). Política agrícola e reforma agrária, 1975. In Fernando Rosas (Coord.), *Revolução Portuguesa, 1974-1975* (163-184). Lisboa: Tinta-da-China.

- Calvário, Rita (2023). The making of peasant subalternity in Portugal: histories of marginalisation and resistance to agrarian modernisation. *The Journal of Peasant Studies*, 50, 4, 1593-1612.
- Calvário, Rita e Honório, Cecília (2024). “Nos campos, nós as mulheres lutámos muito”: mulheres rurais e o 25 de Abril. *Ex Aequo*, 50, 57-73.
- Ferreira, Ana Sofia (2025). Revolução nos campos do Sul: a participação das mulheres na reforma agrária em Portugal, 1974-1976. *Historia Agraria*, 96, 103-132.
- Freire, Dulce (2002). Da ditadura à democracia. Continuidades e mudanças na política agrária durante o PREC. *Arquivos da Memória*, 12/13, 145-167.
- Godinho, Paula (2004). Movimentos sociais rurais: questões de teoria e métodos. In Dulce Freire, Inês Fonseca e Paula Godinho (Coord.), *Mundo rural: transformação e resistência na Península Ibérica (século XX)* (89-105). Lisboa: Edições Colibri.
- Lucena, Manuel de e Gaspar, Carlos (1992). Metamorfozes corporativas? – associações de interesses económicos e institucionalização da democracia em Portugal (II). *Análise Social*, 27, 115, 135-187.
- Marcos, Rui Figueiredo (2010). O regresso da enfiteuse. In Jorge Miranda (Coord.), *O sistema contratual romano (975-983)*. Lisboa: FDUL.
- Martínez Fernández, Ernesto (2017). «Ganhar o campesinato para a revolução». O PCP e o processo de enquadramento do campesinato nortenho (1974-1975). *Análise Social*, 52, 222, 72-89.
- Motta, Márcia e Machado, Marina (2017). Sobre enfiteuses e outros termos: uma análise sobre os conceitos do universo rural. *História: Debates e Tendências*, 17, 2, 261-274.
- Paiva, Vasco (2023). *O desbravar dos caminhos*. Coimbra: Lápiz de Memórias.
- Piçarra, Constantino (2022). *Revolução e contrarrevolução nos campos de Portugal. Análise histórica das políticas agrárias, 1975-1977*. Tese de Doutoramento em História Contemporânea, FCSH, Lisboa, Portugal.
- Pires, Leonardo Aboim (2025). Movimentos populares rurais na região de Coimbra durante a Revolução dos Cravos. *Arquivo Coimbrão*, 46, 177-198.
- Rezola, Maria Inácia (2018). Programa de Política Económica e Social. In António Reis, Maria Inácia Rezola e Paula Borges Santos (Coord.), *Dicionário de História de Portugal: o 25 de Abril (vol. 7: Plano-Simões)* (78-86). Porto: Figueirinhas.
- Rodrigues, Lisbeth (2015). Arrendamento. In José Vicente Serrão, Márcia Motta e Susana Munch Miranda (Dir.), *e-Dicionário da Terra e do Território no Império Português*. Lisboa: CEHC-IUL.
- Rosas, Fernando (2023). *Ensaio de Abril*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Varela, Raquel (2014). *História do Povo na Revolução Portuguesa: 1974-75*. Lisboa: Bertrand Editora.

PELA EXTINÇÃO DOS FOROS

Somos agricultores foreiros.

Quando nós, ou os nossos antepassados, compramos, à custa de muitos sacrifícios as terras que hoje trabalhamos, ficamos sujeitos a mais uma forma de exploração — os foros.

Herdamos uma situação do fascismo em que temos de trabalhar de sol a sol, vivemos miseravelmente, temos de pagar as décimas, as taxas e os impostos, e ainda por cima temos, nós pequenos e médios agricultores, que pagar esta espécie de imposto anual mais próprio da Idade Média.

Os foros são cadeados de ferro feudais que nos prendem por toda a vida a senhores que nada têm a ver com a nossa terra, ou ao Estado.

Salazar e os seus lacaios em vez de acabarem com esta antiga exploração, aumentaram-na 20 vezes mais!

Hoje neste novo Portugal, pedimos ao Ministério da Agricultura que acabe de uma vez para sempre com os foros.

Aqui na nossa terra esta luta vem de longe e por isso constituímos o MOVIMENTO PARA A EXTINÇÃO DOS FOROS.

Pedimos a todos os agricultores foreiros que se juntem a nós, que criem comissões, que nos enviem cartas apoiando esta reivindicação, para fazermos chegar ao Ministério da Agricultura a nossa justa razão.

Podem enviar cartas e abaixo-assinados para:

Francisco Marques de Oliveira Cardoso

MOVIMENTO PARA A EXTINÇÃO DOS FOROS

Avenal — Condeixa-A-Nova

Na nossa unidade, na nossa organização, estará a nossa força!

UNIDOS VENCEREMOS!

ABAIXO OS FOROS!

3 de Julho de 1975

MOVIMENTO PARA A EXTINÇÃO DOS FOROS

Anexo 1 – Comunicado da fundação do MEF (1975).

Fonte: Associação Cultural EPHEMERA.

Abaixo os “cadeados de ferro feudais”! O Movimento para a Extinção dos Foros
e a ruralidade na revolução portuguesa (1974-1976)

MANIFESTAÇÃO

DE AGRICULTORES FOREIROS

DIA 17 DE JANEIRO ÀS 10 HORAS

JUNTO AO I. R. A.

INSTITUTO DE REORGANIZAÇÃO AGRÁRIA
Av. Fernão de Magalhães, 504-2.º — Coimbra

Será entregue uma moção
para o Presidente da República e para o Ministro da Agricultura

AGRICULTOR
COMPARECE

**A LEI DOS FOROS já
foi aprovada em dois
Conselhos de Minis-
tros. A LEI DOS FOROS
ainda não está publi-
cada. Estamos a pagar
foros injustamente.**

QUEREMOS QUE SAIA A LEI!
QUEREMOS QUE ACABEM OS FOROS!

M. E. F. — Movimento para a Extinção de Foros

Tip. Damasceno-Coimbra, 1-76 — 2000 ex.

Anexo 2 – Convocatória de manifestação organizada pelo MEF (1976).

Fonte: Associação Cultural EPHEMERA.

AMBIVALENCE IN
CONTEMPORARY SUNNI
ISLAMISM – A CHALLENGE
FOR WESTERN LIBERAL
DEMOCRACIES?

FELIPE PATHÉ DUARTE

felipe.duarte@novalaw.unl.pt

NOVA School of Law, CEDIS – NOVA University of Lisbon

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1067-5381>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-11_5

Texto recebido em / Text submitted on: 24/04/2025

Texto aprovado em / Text approved on: 05/11/2025

Biblos. Número 11, 2025 • 3.^a Série

pp. 115-142

ABSTRACT

This study examines the ambivalence of contemporary Sunni Islamism and its implications for Western liberal democracies. Its main objective is to clarify how Sunni Islamism operates as both a religious and political ideology—rooted in Islamic doctrine yet shaped by modern secular frameworks—thus challenging the conceptual boundaries of liberal democratic thought. The research addresses two central questions: *To what extent can Sunni Islamism be considered an authoritarian secular ideology rather than a purely religious movement? How does this dual identity influence its relationship with Western liberalism?* The originality of the paper lies in interpreting Islamism not as a religious deviation or reactionary force, but as a modern ideological project employing religious discourse for political mobilization and legitimacy.

Keywords: Islamism; Islam; Ideology; Secularism; Authoritarianism.

INTRODUCTION

In recent years, the concept of Islamism has become familiar in Western academia and Western political discourse. It is often linked with political upheavals and extremist violence using Islamic rhetoric. However, do we fully understand what this ambiguous concept refers to? Should it be seen as a unique aspect of Islam or as a secular ideology? Islamism is not simply an abstract representation of the Islamic faith or an exaggeration of Islam. While it originates from that context, it operates on a different level. This essay will analyse contemporary Sunni Islamism as a movement that, like any other social and political movement, has a specific doctrine. It draws inspiration from a secular ideology, using specific forms of political action to achieve its goals. However, there is a significant distinction: It is an ideology with religious principles that are put into immediate practice, meaning these principles are used as tools to analyse social and political conflicts, challenging the Western concepts of political liberty. Contemporary Sunni Islamism is a political ideology that formulates governance based on the Quran, seeking the establishment of an Islamic political entity. However, the extent of religion's influence on this political ideology is yet to be determined. This essay aims to illuminate these issues by providing a conceptual analysis of the various Western frameworks for contemporary Islamism, an ideology that presents religious precepts that seek to be transformed into immediate praxis, a challenge for Western liberal democracies.

This article aims to delve into the complex nature of contemporary Sunni Islamism in Western liberal democracies realm. It challenges common non-Muslim Western perceptions that often simplify it as a form of religious radicalism or extremism. Sunni Islamism is not just a result of religious fervour but is also a political ideology that combines religious principles with secular methods of social and political mobilization. Drawing on various theoretical frameworks, this study examines the intellectual roots and sociopolitical dynamics of Sunni Islamism, tracing its historical evolution from a reactionary force within the Muslim world to a global phenomenon that confronts modernity. Through a critical analysis of Western epistemological approaches to Islamism, the paper identifies two major interpretive frameworks: the modernist approach, which views contemporary Sunni Islamism

as a regressive reaction against Western influence and modernization, and the postmodernist approach, which frames it as a quest for cultural identity and autonomy in an increasingly globalized world. In addition, Social Movement Theory is applied to explore how contemporary Sunni Islamism functions as a political and social movement, mobilizing resources, framing narratives, and organizing strategies much like other secular ideological movements.

The main argument of the paper is that contemporary Sunni Islamism, while rooted in the Islamic tradition, goes beyond religious boundaries to function as an authoritarian secular ideology, distinct from traditional interpretations of Islam. Unlike classical religious movements, contemporary Sunni Islamism uses Islamic doctrine as a means to achieve political goals, particularly the establishment of an Islamic state governed by Sharia law. This conversion of religious principles into a structured political program represents a unique blend of religious and secular ideologies, which is the fundamental ambivalence at the heart of contemporary Islamism.

This article seeks to clarify the often-ambiguous relationship between Sunni Islamism and Islam. While Islamism heavily draws on Islamic doctrine, it cannot be reduced to a mere extension of religious practice. Instead, it represents a political ideology with a religious façade, using the Quran and the Sunnah as sources of legitimacy for its political ambitions. In this way, the study challenges simplistic categorizations of Islamism as either purely religious or purely political, offering instead a nuanced understanding of its dual identity.

METHODOLOGY

Methodologically, this research combines comparative conceptual analysis with interpretive-historical inquiry. It systematically examines Western theoretical frameworks—from modernist to postmodern and sociological perspectives—alongside primary Islamist writings by figures such as Hassan al-Banna, Sayyid Qutb, and Abû'l-Alâ Al-Mawdûdî. The analysis proceeds through a multi-layered interpretive method: (1) a textual and hermeneutic reading of Islamist sources to uncover the ideological and theological logic underpinning political Islam; (2) a comparative theoretical evaluation

of Western academic interpretations of Islamism; and (3) a socio-historical contextualization of Islamism's evolution in relation to colonialism, modernization, and globalization. This methodological integration allows for a nuanced understanding of Islamism as both a doctrinally grounded and politically adaptive phenomenon, offering a novel contribution to the study of religiously inspired political ideologies and their tension with liberal-democratic thought.

BACKGROUND

Contemporary Sunni Islamism is an eclectic movement that, like contemporary Shiite Islamism (whose maximum representation reflects the current Iranian constitutional theocracy), actively aims not only to affirm and promote the faith but also the creation of Islamic-inspired governing formulas. It is a historically determined and dated movement (20th and 21st centuries), framed within a reactive and disruptive phenomenon within the Muslim world (Roy, 1995). Between the 18th and 19th centuries, the three great Islamic empires (Ottoman, Indian and Persian) declined due to demographic problems, economic crises, and pressure from European colonising powers (Dale, 2010; Lewis, 2003; Quataert, 2005). As a reaction, in the first period, throughout the Muslim world, an Islamic “awakening” was sought – from Saudi Arabia (with Abd al-Wahhab, 1703-1792) to Nigeria (with ‘Uhman Da Fodio, 1754- 1817) and in the middle of the 19th century, another reactive period emerged, the “Islamic reformism” (*al-Islah*), which lasted until around the Second World War. Some currents stand out at this stage, such as Salafism or the *tanzimat* movement, which aimed at a political reform of the State (Lauziere, 2015; Shaw & Shaw, 1977). Finally, still within this reactive line, there is contemporary Islamism and its various forms, whose echo dates to the 1920s. The driving force was the exclusion of Islam in the founding of new post-Ottoman Empire nation-states, as well as the spread of modern Western ideologies (nationalism and socialism) in the Muslim world. The intellectual solidification and true reification of contemporary Islamism will only occur after the 1960s. It is easy to identify three distinct

forms of Islamism. One is more political; another is characterised as having a more missionary and less secular attitude; and a third has armed violence as its source. This article focuses on the first.

TWO NON—MUSLIM WESTERN EPISTEMOLOGICAL APPROACHES TO ISLAMISM

In Western academia, two significant lines of thought seek to justify the advent of Sunni Islamism: one that could be defined as “modern” and the other as “post-modern”. In the first line, the tendency is to justify Islamism as a reactive and regressive movement, carried out by intellectuals and less favoured urban social classes, against the westernisation of Muslim societies. It starts from the idea of a crisis that arises from a deep feeling of humiliation in the face of the failure of the once-great Islamic civilisation. The answer translates into a return to the origins and an abrupt and brutal refusal of everything with a Western character. Some authors, such as Bernard Lewis (2002, 2003) or Samuel Huntington (1996), emphasise the shock and confrontation between the pre-Enlightenment Muslim world and Western modernity. Roughly speaking, both associated this rise with historical and structural factors. To this end, they considered several historical facts: the fall of the imperial power of the Caliphate – a symbol of unity among Muslims; the effects of Soviet occupations; the legacy of the Crusades; or the massive presence of Western culture in Islamic countries.

These episodes are also intertwined with frustration and humiliation over the perceived impossibility of ‘modernisation’. According to these authors, the clash between the discovery of a certain Western way of life and radical interpretations of Islam led to the quest for new political ‘prescriptions’. In the same vein, Olivier Roy (1995, 2004) and John Gray (2003, 2008) view the phenomenon as a regressive modern utopia with a more secular than religious character. It becomes latent the very Western idea of individual and pessimistic revolt as a by-product of the conflicts accompanying globalisation. These authors see Islamism as a political-religious hybrid that fuses ideas of apocalyptic myth with utopian hope.

On the other hand, the second interpretative line of Western academia presents Islamism as a reactive manifestation of postmodernity. Here, Islam is perceived as a response to a loss of identity, cultural autonomy, and political or moral alternative. It is a quest for difference in the universalised world of Western values. In other words, postmodernity created a relativistic vacuum that fostered scepticism and irrationalism in the pursuit of certainty. Broadly, according to the 'post-modern' reading, it is in this condition that the basis of some contemporary religious radicalism lies. In the same interpretative line, some view the Islamic reactive phenomenon of the 20th century as a kind of third phase of the anti-colonial struggle (Burgat & Dowell, 1993). There was the political and economic. This is the identitarian and cultural (Castells, 2004; Esposito, 1984, 2003; Gellner, 1981, 1992; Kepel, 1992, 2000 and 2005). Essentially, the construction of contemporary Islamic identity is a reaction against unattainable modernisation, whether capitalist or socialist, the adverse effects of globalisation, and the collapse and post-colonial nationalist projects.

SUNNI ISLAMISM AS A SOCIAL MOVEMENT

These two approaches to Islam, the "modern" and the "post-modern", can also be added as another, more sociological, which applies concepts developed within the Social Movements Theory. Sociologists such as Quintan Wiktorowicz (2004a, 2004b and 2005), Asef Bayat (2005), Roel Meijer (2009) and Thomas Olesen (2009) do not approach Islamism as a monolithic system. However, they also do not read it as a specificity of the Islamic world in reaction. Making comparative readings with the mechanics of other social movements, they focus on Islamism's support instruments and social dynamics. In other words, attention is paid, for example, to the way disputes and rivalries are organised, how ideas are framed and propagated, and how hatred and feelings of injustice are collectivised. There is also a focus on the tactics and strategies adopted in the face of exogenous changes, which, according to the Social Movements Theory, are seen as creating opportunities or limitations.

Therefore, when analysing contemporary Islamism, three processes common to other social movements can be emphasised in this line: resource

mobilisation, the decision-making process, and the ideological framework. Here, neither cultural shock nor deprivation or frustration explains adherence to Islamism. Furthermore, Islam itself is not a determining factor. Above all, the aim is to avoid the stereotype and type of “essentialisation” of the two previous lines of approach. However, this escape often falls into a kind of “socialisation” of the entire process, limiting the analysis.

The observance of Islamism is due to a rational choice process with a logically well-defined strategy, where costs and risks are weighed. In other words, the adherence to the Islamist movement is not the result of a blind and irrational choice typical of a fanatical religious cult. It is an option for a purely strategic logic motivated by a narrative dimension that reveals the underlying ideology. However, and this is a characteristic feature, this rationale belonging to the collective presupposes the existence of a narrative and metapolitical rhetoric that unifies and catalyses different pretensions and feelings. It should be noted that what defines a movement (cohesion and combination of ideas and actions) depends mainly on leadership and ideology (Tilly, 1978). The ideological framework, perceived via the discursive element, is a variable to consider in understanding the movement. The discourse is built around two pillars: aversion to Western modernity (which includes aspects as broad as democracy, nation-state, or capitalism) and a return to the political function of religion.

However, it is essential to remember that Islamism is not an extension of Islam, in this perspective. Although it lives and comes from an Islamic context, it is a social movement with metapolitical rhetoric and a secular and subversive nature. It is a movement of rupture because it desires change and the annihilation of the opponent. It aims to change the status quo due to an incompatibility with the current situation’s values and legal, social, and political order. The main objective is the establishment of an Islamic State (*dawla Islamiyya*).

AN INCONGRUENT DEFINITION OF SUNNI ISLAMISM

Until the Iranian revolution of 1979, the term Islamism was virtually absent from the Western academic or political lexicon or the media. It was with the

emergence of figures like Ruhollah Khomeini (1902-1989) in Iran, a defender of political Islam and a constitutional theocracy, that the world was introduced to new forms of political manifestation drawing on Islam. This necessitated the conceptualisation of these manifestations. From the Western perspective, it was a new 'Islam' that was assumed, distinct from the Islam known until then. (Kepel, 2000 and 2005)

The terminology Islamism is still an ambiguous conceptual creation of Western academia to encompass notions of manifestations as varied as "Islamic fundamentalism", "Islamic revivalism", "political Islam", or "Islamic activism". These notions help characterise the movement only as a whole but are far from synonymous with Islamism.

For Muslims, the concept of Islamism or Islamists is not common. This term, translated as *Islamiyyûn* (masculine plural), does not exist in the Quran. Theorists of classical Sunni Islam (from the four most prominent theological schools – Hanafi, Malaki, Shafi and Hanbali), followers of Koranic terminology, do not use this term. Even reformers such as Abd al-Wahhab (1703-92), founder of Wahhabism, al-Afghani (1838-97) or Rashid Rida (1865-1935) never used the term (Mozzafari, 2007). Neither the writings of Hassan al-Banna (1906-48), founder of the "Muslim Brotherhood", nor those of Al-Mawdûdî or Sayyid Qutb refer to Islamism (Esposito, 1983; Mawdûdî, n.d.; Moussalli, 1994; Qutb, 2001 and 2009). Not even the Shiite leader Khomeini (1902-89) himself used the term. The Sudanese Hasan al-Turabi (1932-2016) stood out, who, like Western theorists, considered "Islamists" (*Islamiyyûn*) to be Muslim politicians for whom Islam is a solution, whether as a religion and government or as a constitution and law (Mozzafari, 2007; Turabi, 2003).

It's not sufficient to confine Islamism within the realms of fundamentalism or revivalism. There is an essentialist nature of a return to Sacred Text and an imposition of religious precepts, seemingly distorted. However, this notion extends beyond the religious component. There is a political nature, but it is deeply rooted in the religious dimension and doctrine, making the definition of Islamism as political Islam seem redundant or incomplete. It's important to note that, in the practice of Islam, there is no Western Westphalian separation between religion and politics. Secularisation is not

a reality in this religion (Gellner, 1994). The concept of ‘political Islam’ is a North American coinage, popularised in the 1980s due to the prominent role that Shiite religious leaders and scholars (*ulama*) began to play at the government level (International Crisis Group, 2005).

In fact, for most Muslims, Islam is a matter of the public sphere, as doctrine beyond faith is also normative. The doctrine, inseparable from the law (*Shariah*), postulates and transmits legal prescriptions and moral impositions to the Muslim community (*Ummah*). For Ernst Gellner, Islam is a “project of a social order (...) This means that there is a set of rules, eternal, divinely ordained, and independent of the will of men, which defines an appropriate ordering of society” (1981: 1). It is an orthopraxy – of a religious Islam (*din*), regulating way of life (*dunya*) and intervening as a State (*dawla*). In this way, religious leaders always assume the role of theologians and jurists. The executive power is subordinate to the legislative power (divine law), and these leaders end up playing the role of guardians of moral and political integrity (Gellner, 1994). In Islam, there are no canons, only divine law per se and addressed to the *Ummah*. In this sense, it seems pleonastic to speak of “political Islam”. Furthermore, this expression presupposes the existence of an apolitical Islam, which would have existed before 1979. It is a fallacious argument.

Islamism seeks, unapologetically, to shape all spheres of collective life. Moreover, what happens is the binding acceptance of a divine law (*Shariah*), immutable, which does not tolerate others of human origin. The Quran and Sunnah are the basis of this law. The difference is that Islamists see Islam not as a mere religion or just a religious doctrine but as a political ideology that can change different spheres of society. Islamist leaders use terms that are very un-Islamic (and very Westernised), such as civil society, ideology, State, or sovereignty (Roy, 2004).

“Islamic activism” may be an excellent approximation of Islamism. In effect, the movement seeks to include all lines of action that can influence a society – from political to cultural. However, “activism” refers to an extraordinary action that seeks social change, which does not cease to be so when it implies regularity. When change is achieved, or action for change is instituted, the idea of activism no longer makes sense. Islam is then a kind

of active religiosity, as opposed to a “passive” religiosity, which takes on a politicised form.

THREE SUNNI FOUNDING FATHERS

The echoes of contemporary Islamism were felt especially in the 1920s with Hassan al-Banna and the Muslim Brotherhood (*Ikhwan al Muslimun*) in Egypt. However, it was from the 1950s and 1960s onwards, with the theories and writings of the Pakistani Abû'l-Alâ Al-Mawdûdî (1903-1979) and the Egyptian Sayyid Qutb (1906-1966), that the ideology underlying the movement gained body and strength. Through them, we can understand the secular matrix of contemporary Islamism.

Al-Banna found in the application of Sharia the solution to the problems that afflicted colonial Egypt, which was increasingly distant from Islamic religiosity. The Muslim Brotherhood emerged as the vanguard of a movement that had a political purpose as its goal (Lia, 1998). For them, Allah was the objective; the Prophet was their leader, the Quran was their constitution, *jihad* was their path and martyrdom was their hope (Hussain, 2010). Al-Banna wanted to re-Islamize Egypt.

For this to happen, adopting the Islamic trinity (*din, dunya* and *dawla*) in practice would be necessary. This “extreme orthopraxy” then appears as an ideological system that merges and subsumes State, culture and religion. It constitutes a “progressive” challenge against the modernization of Islam that was taking place at the time and which, according to them, tended to Westernize trustworthy Muslim precepts. Based on an archetypal reading of the Prophet’s life, Hassan al-Banna recreates a method of transforming power. In the Sunnah, besides being the basis of jurisprudence for the Sharia, one can find a model for transforming power and fighting against the non-Islamic world. The founder of the Ikhwan divided the Prophet’s mission into three distinct phases: an introductory phase, a preparatory phase and an execution phase.

In the first phase, concepts and ideas are disseminated among the population through prayers, writings, civic action and other practical methods. In the next phase, the most reliable cadres are identified to carry out

and sustain the struggle to conquer power. It is the time for solidifying and identifying the relationships between hierarchies and the time for political and military doctrine and discipline. During this phase, only those who demonstrate absolute loyalty and the ability to carry out the assigned tasks are admitted to membership in the movement. Finally, the execution phase involves combat and efforts to achieve objectives – here, commitment and obedience to the chain of command become essential. With al-Banna, therefore, there is an instrumentality of political violence that seeks legitimacy in Islamic precepts. In his thinking, the rupture of a conjunctural order is latent in a pure dialectical process between destruction and preservation. Thus, starting in Egypt, this organization established strategic relationships with mosques, civic associations, and community organizations to influence potential activists with revolutionary ideas (Hussain, 2010).

Qutb, a member of the *Ikhwan*, advocates in his works a return to the religious sources of Islam to legitimize, based on a living hermeneutic reading, political action. In his work *Zilal al Qur'an*, or “In the Shadow of the Qur'an”, a commentary on the sacred Qur'an, Qutb translates the inerrancy of the sacred text into modern analytical tools applied to social organization – ranging from politics, through economics and ending with faith (Qutb, 2009). He demonstrates Islam as a universal system. In this way, he demands a contextual reinterpretation of man in his time (without altering the imaginary principles), making it applicable in contemporary Islam (Qutb, 2001).

It revolves around four basic concepts – *jahiliyya* (age of ignorance), the idea of *hakimmiyya* (absolute sovereignty of God), *tali'a* (need to create an advance guard) and *jihad* (fighting in the way of God – a subject we will look at in detail later). For Qutb, the Muslim world has been regressing, finding itself in the same state of religious ignorance as Mecca – *jahiliyya* – when the Prophet began his pilgrimage. For the Egyptian, this situation is due to the growing influence of other values in Islam, namely Western values. The concept of *jahiliyya*, a term that appears in the Quran associated with the Prophet's period in Medina (after the *hijra*), is full of political, intellectual and moral connotations. It is a Qur'anic concept that is used as an antithetical

formula to the idea of sovereignty. According to Qutb, sovereignty, if based on Islamic precepts, is the highest form of governmental and legal authority.

In other words, submission to sovereignty is here identified as being Islam itself. Sovereignty comes only from Allah (*hakimmiyya*), who exercises it through the Sharia. Naturally, whoever, in the exercise of power, does not govern in accordance with God's Law, acts against Him and against the community of believers, the *Ummah*. This type of ruler thus exercises power based on a form of idolatry, thus justifying and legitimizing his overthrow. Revolt against a power that is considered impious becomes legitimate. For Qutb, sovereignty and authority come solely and exclusively from God (*hakimmiyya*), by Whom men govern. He advocated a revolution that, like Marxist-Leninist revolutions, depended on a vanguard (*tali'a*) capable of fighting for the construction of an Islamic State.

It is a revolutionary vanguard whose militants should be the purest believers (Back, 2001). Their mission, through popular support or clandestine infiltration into the state apparatus, would be to show the path that the community of believers should follow, to lead them to abandon *jahiliyyah* (Qutb, 2001). For Qutb, the role of the vanguard group is crucial: in addition to acting as an interlocutor in the ongoing process, its militants are men of arms and men of prayer, that is, fighters and interpreters of the Quran and the Sunnah.

The legal rigidity imposed by scholarly clerics should be overcome by an open and dynamic legal-religious hermeneutics, as if it were a kind of Islamic law in motion (*fiqh haraqi*) (Roy, 1995). This should be based on the interpretation of the militants of the vanguard group who would apply it according to the context and social reality. The revolutionary action of the avant-garde would then create a new normativity and a "theology" applied to the earthly world, with the Medina model as an archetypal example.

Neither al-Banna nor Qutb rules out the use of violence to achieve their objectives. The use of this violence is seen by both as a kind of *ultima ratio*. And this is where the main difference lies between Islamists and jihadists, for whom violence is *prima* and not *ultima ratio*. But, above all, Qutb calls for the fight against internal enemies. That is, he calls for the fight against

the secular governments of Muslim countries, which are accused of acting in accordance with values that are contrary to the Islamic faith. Therefore, they are considered impious, since they limit God's sovereignty over men. They do not govern according to the *hakimmiyya* precept, and therefore they are tyrants, and therefore there is legitimacy for their overthrow.

Qutb, like al-Banna, considered Mohammed a timeless symbol of seizing power—a historical precedent that could revolutionize the Islamic world if resurrected. However, unlike al-Banna, Qutb categorized the process into two stages (Qutb, 2001 and 2009; Habeck, 2006). The initial stage involved the Prophet's thirteen years in Mecca, during which he peacefully attempted to convert non-believers. Qutb viewed this period as a time of spreading the faith. He emphasized the importance of avoiding violence, focusing instead on uniting and educating believers, preparing them for subsequent phases. Following his time in Mecca, the Prophet journeyed to Medina in what is known as the *hijra*. Qutb interpreted this migration as an effort to establish a new community based on Islamic principles.

The next phase refers to Mohammed's stay in Medina. This is when the first Islamic State was established, although it was still in its early stages. During this time, the Prophet led an armed offensive against the non-believers, and the Battle of Badr in 624 was a significant event for all Muslims, as it marked the point where a small group of Muslims defeated the powerful Quraysh tribe. Essentially, the small community of believers, known as the "vanguard", triumphed over the *jahiliyyah*. This battle was the first between Muslims and non-Muslims. Following this victory, the Muslim community grew, and Mohammed returned triumphantly to Mecca, making the city the center of the newly formed Islamic State. Additionally, in less than two centuries, the Islamic world extended from the Indian subcontinent to the Iberian Peninsula.

Qutb argued that the Muslim world had become "decadent." He believed that to revive the glory of the past and overcome modern *jahiliyyah*, certain stages needed to be recreated. This revival should start with the appeal (*dawah*) to authentic Islam. Then, a group of true believers would likely form a group (*jamaat*) or party (*hizb*) to seize power and govern according

to divine precepts. Like Prophet Muhammad's followers, this group should migrate, isolate themselves from the surrounding *jabiliyyah*, and establish the beginnings of an Islamic state (*dawla islamiyya*). Islamic law would then be applied to the public and private lives of its citizens. This concept envisions the initiation of a new Medina and eventually a return to Mecca. It is probable that the creation of this "Medina" would be accompanied by further conflicts and an increase in the number of believers joining the movement. Many Islamist groups have adopted Qutb's method and interpretation of the Prophet's life as a means of gaining power. The notion that true Islam is scarce and needs to be reinstated has influenced numerous Islamic ideologists. From this perspective, the world is viewed as being in a situation similar to that of Mecca during the time of Prophet Muhammad, necessitating the use of *dawah* to generate opposition. The process of appealing and uniting as a group (*jamaat* or *Hizb*) to seize power is a defining feature of Islamists groups.

Mawdûdî believed that the decline of Muslim power in South Asia and the breakup of the Ottoman Empire were mostly caused by French and British colonialism. Mawdûdî, who was a journalist and educated in the Deobandî school, advocated for a revolutionary form of Islam, a concept that later gained widespread appeal.

Mawdûdî, like al-Bana and later Qutb, firmly believed that Muslim society needed to be rid of all Western influence, shaping his entire ideology. During the rise of post-World War I nationalism and the fall of the Ottoman Empire, he rejected any Islamic claims to create a State based on the Western model, proposing instead the increasing Islamization of societies through a State that would exercise all its sovereignty in the name of the Prophet. By legitimizing power in God, Mawdûdî aimed to fully restore the religious dimension in human society, which had been relegated to the individual sphere under the influence of Western society. This "reestablishment" would easily take place once the link between the lordly dominion of God (*al-rububiyya*) and the servitude of man to God (*al-ubudiyya*) was restored (Meddeb, 2005). Similarly, Qutb, with the idea of *hakimmiyya*, emphasized that sovereignty came from Allah and did not emerge from the people, conventions, contracts, or a hegemonic group. Thus, he considered all

other forms of political governance as illegitimate and under his influence, the Islamic religion tended to become further politicized (Kepel, 2002).

In 1937, Mawdûdî became involved in politics. In 1941, he founded the *Jama'at i Islami* party, which remains active in Pakistan and is considered the vanguard of the Islamic revolutionary movement he promoted. This movement, influenced by the Leninist model, aimed to establish a contemporary Islamic State by following the example of the first Muslims who separated themselves from the impious people of Mecca during the *hijra*.

Kepel suggests that Mawdûdî was the first in the 20th century to theorize a strategic political action based on the original rupture that founded Islam (2002). This approach was influenced by the political actions seen in the Western world during the 1930s. Despite Mawdûdî's arrests, the *Jama'at i Islami* maintained its legal status and operated within the Pakistani political structure, but it was unable to gain a significant position through democratic means. The party's political program attracted mainly a specific lower middle class that had recently become literate, like the situation in Egypt.

His legacy is characterized by the politicization of the founding rupture of Islam and the urgent need for an Islamic State to counter the influence of the Western world. This ideological framework has been critiqued for encouraging its followers to spread death and destruction worldwide (Meddeb, 2005).

The "youth bulge" that many Muslim-majority societies experienced during the twentieth century played a significant role in the consolidation of Islamism by generating both social pressures and political opportunities for Islamist movements. Rapid population growth produced a large cohort of young people who faced limited economic prospects, urban unemployment, and political marginalization, creating fertile ground for ideological mobilization (Roy, 1994, 1995, 2004). In the absence of effective state structures and amid disillusionment with secular nationalist regimes, Islamist movements offered these youths a sense of purpose, belonging, and moral clarity. They provided social services, education, and networks of solidarity that secular institutions often failed to deliver, thereby channeling generational frustration into a framework of religious activism and political resistance.

Consequently, the youth bulge not only expanded Islamism's social base but also infused it with a dynamism and militancy that reshaped the movement's ideological and organizational trajectory across the Muslim world (Fuller, 2003; LaGraffe, 2012; Roy, 1994).

RELIGIOUS PRECEPTS OF A SECULAR AUTHORITARIAN IDEOLOGY?

In this article ideology and religion are not seen as opposites. They are analysed separately to avoid confusion with political or secular religions. Throughout the text, ideology is presented as the foundation of political pragmatism. The term "secular" is used to show the absence of religion in this ideological framework. This helps illustrate the autonomy of Islamism from Islam.

Authoritarian ideological systems are compelling bases for mobilisation and legitimation¹. They trace the path of a community and guide socio-political behaviour in favour of this path (Cassinelli, 1960; Gentile, 2013). In this sense, for western academia, Islamism can also be seen as an authoritarian ideology, as it presents itself according to a total life formula, where socio-political and economic actions are well marked (Tibi, 2008). As highlighted earlier, there is a matrix that shapes all spheres of society in favour of a cause. However, idiosyncratically, moving away from secular aridity will take the principles and foundations of the Islamic religion, transforming them into ideological precepts used in political rhetoric.

In short, Islamism still meets all the requirements of a secular ideology, but it tends to sacralise its doctrinal essence, which comes from Islam discursively. Therefore, legitimacy tends to be stronger and more mobilising, as it is the drink of ideological and religious dimensions. This perspective

¹ Authoritarian ideological systems, tend to appear as virtuous and messianic – a formula that is applicable and determining to all areas of society. Its praxis, or its exercise of formal power, is based, most of the time, on ideological dogmatism (normally in the form of messianism), on the identification of the dominant party with the collective, on the "invasion" of the State by agents of that political power and organized terror in the service of this dogmatism (Zippelius, 2010).

will also be reflected in leadership: it follows Allah and the dictates of His Prophet Mohammed.

Furthermore, although there is a projection of socio-political organisation into the future, Islamism is a regressive and revivalist ideology, facing a mythical past in which Islam was taken in its purest and most pious form (*salaf*). In an almost archetypal way, it parallels the first moments of Islam and the life of the Prophet. According to the Quran and Sunnah, Mohammed goes from Mecca to Medina (hegira – *hijra*), creating the first Muslim community in the latter. The model conceived in Medina by Mohammed and followed by the first four caliphs (*khulafa al-râshidun*) allowed the apartment of the *jabiliyya*.² It is the formula adopted by Islamist ideology. Sayyid Qutb is one of the great theorists of Islam who explored this formula (Qutb, 2001).

It is based on an ethical bond that unites people in the same society, the *Ummah*. Moreover, being a religious movement, the ideology underpinning it is based on the idea of a peculiar political community (albeit virtual), as it results from a pact superior to the contingent and precarious relationships of the everyday life of the *polis*. It means that religion has a function of social and political integration, becoming the central pillar guiding the actions of individuals in all fields of society (Pace & Stefani, 2000).

Naturally, faced with the pluralism and fragmentation that characterise contemporary Western societies, Islamism, unrealistically, seeks to conceive a unity in the action of individuals that aims at sociocultural transformation. As it was already said, it is a collective movement, with a religious rhetoric that conveys a modern utopia that immediately allows political mobilisation, emerging as a source for the non-legitimisation of the current sociopolitical order. Note that this source can also justify the transformation of this status quo through violent means.

² *Jabiliyya* means “age of ignorance”, a spiritual condition in which the pre-Islamic “barbaric” culture lived. This term is used by Islamist theorists, who have rethought it to describe, and later condemn, all non-Islamic values.

It takes advantage of the primacy of Islamic religious law (*Shariah*) over positive law to realise this utopia. Furthermore, it assumes the truth of faith as a guide for human action without mediation. In effect, this same truth gains political form, thus becoming a State ideology. Consequently, all instruments of political power become forms of imposition of this totalising ideology full of religious symbols.

Islamism, therefore, remains a revolutionary ideology like other modern Western totalitarian political formulas, but with the characteristic of being a hybrid that merges a myth of ideological utopian hope with a narrative with religious undertones. In this case, it is a political formula that calls into question the legitimacy of the modern Western State.

Nevertheless, more than the characterisation of an identity forged in a particular political and religious praxis, Islam is also marked by an absolute cultural and ideological otherness about the West. In this sense, it opposes not only secular nationalism, in force in some Muslim-majority countries since the second half of the last century, but also more traditional conceptions of Islam that consider social militancy and politics to be a minor factor.

IDEOLOGICAL PRAXIS

The implementation phase of the Islamist ideological project aims to seize political power. This strategy is based on two religious precepts – the response to the Islamic call and obligations (*dawah*) and, subsequently, the creation of a group (*jamaat*) or party (*hizb*) that must emerge as the vanguard of the movement.

Islamists have as their base premise the absolute indivisibility of the Islamic trinity. Their main objective is to apply this premise on a global (or local) scale. For them, the world is divided between *dar al-Islam* (Islamic territory, where Islamic jurisprudence is applied) and *dar al-harb* (literally means the *abode of war* but refers to non-Islamic territory). In the call for membership (*dawah*), it is implicit that the entire Islamic community has the task of expanding *dar al-Islam* throughout the world so that everyone can share in a socially and politically just order.

According to contemporary Islamism, the socio-political universe where Islamic jurisprudence is not applied, in addition to not being on the right path, tends to act repressively. The driving force behind this type of rhetoric is two political facts. Firstly, territories historically considered Islamic occupied by non-Muslims (such as Saudi Arabia – sacred territory – Chechnya, Kashmir, or Palestine). Secondly, countries with a Muslim majority and secular governments are repressive towards manifestations of Islam (as is the case of almost all that were or are political heirs of Nasserism, such as Algeria, Egypt, Tunisia, Libya, Syria, or Yemen).

Recognizing that the influence of Islam on politics has waned, Islamists look to an ideal past as a reference point. Their aim is to correct the world that they perceive as being on the wrong path and prevent the repression of Muslim brothers. To achieve this, they seek to restore the Caliphate – the first step towards the Islamization and correction of the world. This necessitates shaping society to make it receptive to this transformation (Qutb, 2001).

The grand objective of Islamism is the result of a precise and unilateral hermeneutical line that seeks to refound society. This mission, when faced with opposition from the status quo, seeks to subvert power to establish a state model based on the ideal model in the Koran and Islamic traditions. The unilateralism of this mission is evident in the fact that Islam invests, above all, in the political sphere. Contrary to what may seem apparent, Islamism must adhere to the guidelines of Islamic legal tradition. It views tradition as the necessary framework for believers to strictly follow their faith and implement divine law on earth. In politics, the path and instrument that govern the inclusion/exclusion of the State are deeply rooted in “sacredness” and are intended to be ethically established. Therefore, Islam, while striving for an ideal past, is an ideology of a progressive nature, more secular than religious.

Despite the apparent ideological uniformity, there is a differentiation in terms of the adherents’ convictions and not just the degree of militancy. This is evident in how they diagnose the problems of the Muslim world, interpret Islamic law, and act in various societal fields. The question of the legitimacy of their actions is also an important differentiating element.

Although Islamism often defines itself in opposition to secular political models, it has shown the capacity to adopt some virtues of secular States, particularly in supporting the fragile and vulnerable. Rooted in Islamic principles of charity (*zakat*) and social justice, many Islamist movements have filled welfare gaps left by weak or fragmented state institutions, providing education, healthcare, and aid to marginalized groups (Brooke, 2015; Wickham, 2013; Wiktorowicz, 2002). Yet this welfare orientation remains primarily faith-based rather than universalist, reflecting religious duty more than secular notions of equal citizenship. Consequently, while Islamism may mirror certain social functions of secular governance, it does so within a moral and theological framework that can reinforce rather than overcome social fragmentation.

In summary, the doctrinal body and ideological systematization are standard. The strategic application of the precepts is the only difference, and this depends primarily on contextual pressure. Different diagnoses lead to a variety of prescriptions. This categorization is far from fixed, as the differentiation of manifestations of Islamic activism is a recent and ongoing process. It's important to note that this essay refers only to a form of Islamism that seeks to gain political power through the dynamics of the political game, rather than through religious proselytism or armed action. Therefore, it is a political manifestation of Islam, and organization around party structures is a characteristic. It also includes movements relatively engaged in the democratic process and accepting the principle of the nation-state. They seek reform rather than just revolution.

Examples of this activism are some politicised Islamist movements such as the current *Ikhwan* and various branches (Egypt, Jordan, Palestine, Algeria, or Europe) (Al Anani, 2016; Lia, 1998; Obaid, 2017; Rubin, 2010; Wickham, 2015), the *Adalet ve Kalkınma Partisi* party in Turkey (Yesilada, 2023; Yilmaz & Bashirov, 2018), the *Milli Görüş* of the Turkish diaspora (Rosenberg, 2024), the *Parti de la Justice et le Développement* in Morocco (Monteanu et al, 2023), or the *Ennahda* movement in Tunisia (Cimini, 2021; Grewal, 2020; Yildirim, 2017).

Unlike more religious forms of activism, this contemporary Islamism became politicized and adopted modern Western organizational models and

political parties to seize state power and influence government structures. This led to a permeability of structures in response to the political context, resulting in the adoption of Westphalian principles that separate the political and religious spheres. Additionally, the movement embraced the nation-state principle over the supranational concept of the *Ummah* and shifted from revolutionary strategies to seeking the establishment of an Islamic state through constitutional reforms, while recognizing the constitution as a legal framework (International Crisis Group, 2005).

The most significant shift among the Islamists who have embraced political expression is their acceptance of the current status quo, despite their ongoing struggle against it. This shift marks a notable departure from the most radical and fundamentalist interpretations of Islam. In their speeches, they have set aside the revolutionary utopia of an Islamic State to emphasize other struggles, such as the pursuit of justice (*al-adala*), freedom (*al-hurriyya*), and the fight against state corruption. Their success is partly due to tying the desire for greater social and political justice to their propaganda, which is justified by the growing repression and corruption of the secular governments in the countries where they operate. They emphasize that these principles will be effective through the legal practice of the Islamic law, which is a central point of their political propaganda.

There are two important factors that show an evolution in this propaganda. First, it is recognized that all Muslims should live according to modern times instead of trying to recreate the Islamic State of Medina. This requires more intellectual effort and contemporary interpretation (*ijtihad*). This shows the intellectual rigor behind the development of political Islam. Second, it is important to acknowledge the role of community bodies (such as parliaments or assemblies) in the legislative process (International Crisis Group, 2005).

In the context of political Islam, there is a shift from the belief that only God should have sovereignty (known as *hakimiyya* in Qutb's conception) to the concept of people's sovereignty. However, despite the seemingly moderate nature of political Islamism, some groups do not support democratic processes in their political activities. Additionally, there are groups that, even though

they claim to be non-violent, still advocate for armed action. For example, *Jama'at I Islami* in Pakistan (Abbott, 1957; Shah et al., 2021) and the coup plotters of *al-Jabhab al-Islamiyah al-Qawmiyah*, led by Hassan al-Turabi in Sudan (Hassan & Buaben, 2015; Miller, 1994), do not fully embrace democratic principles. On the other hand, groups like *Hizb ut-Tabrir* (Hanif, 2012; Wali, 2017) and the now-defunct *al-Muhajiroun* (Weeks, 2020) do not explicitly advocate violence but can create an atmosphere of fear and distrust that may lead to armed actions fueled by the belief that Muslims are under attack.

CONCLUSIONS

While there is a semantic and conceptual relationship between doctrine and ideology, it's important to understand that they aren't interchangeable. Doctrine is an adaptable interpretation of specific ideas that are logically structured. It refers to a group's established set of beliefs, often formalized. It's a product of rational elaboration, which may come before the formation of a political identity (Crick, 1987). It encompasses philosophical orientations on a meta-level and envisions an ideal future society based on a complete ethical rejection of the current society applicable to the world (Cassinelli, 1960). This is the case with Islamic doctrine, the practice of Islam.

On the other hand, ideology is the dynamic social force that corresponds to such doctrine, emerging from a complex system of cause and effect. It's the doctrine in motion, albeit with distinct characteristics. This is evident in the case of contemporary Islamism, which is rooted in a comprehensive interpretation of Islamic doctrine. Its primary objective is establishing an Islamic State, locally or globally. Therefore, it's distinct from Islam as a religion. However, it draws from its founding doctrine, incorporating many symbols and concepts that form the movement's discursive and unifying language.

Contemporary Islamism, from a Western theoretical perspective, is not simply an expression of faith or an extension of Islam. It is rooted in its cultural context but also seeks to challenge and reshape the Islamic and cultural traditions of the regions it influences. Like other social and political

movements, it is driven by a specific doctrine that is applied ideologically, supported by specific forms of action. However, a crucial difference lies in its ideology, which incorporates religious principles intended to be immediately implemented. In other words, these principles are interpreted as tools for analyzing social and political conflicts, justifying power struggles. Significant figures such as Al-Banna, Al-Mawdúdí, and Qutb exemplify this idea. Islamism is a revolutionary ideology that aims to seize power, using specific forms of action to achieve its goals. Nevertheless, it is not drastically different from other modern secular Western authoritarian political formulas. It can be seen as a hybrid that combines a myth of utopian ideological hope with a regressive narrative of religious connotation. In essence, these principles are interpreted as instruments for analyzing political and social conflicts, justifying power struggles.

The narrative of Islamism, despite its religious rhetoric and strong utopian and millenarian character, is fundamentally secular. It is not merely a by-product or exception of Islamic religiosity, as actions in the name of Islam are not solely an expression of religious radicalization. They are driven by concrete political objectives, with a rhetorical justification supported by factual situations. These situations include the presence of Western forces in Muslim territory or the tyranny of predominantly Islamic secular rulers, as well as the inevitable process of acculturation to Western values and ways of life due to increasing globalization. The content analysis of the documentation reflecting this ideological dimension reveals a profoundly political and elegant simplicity. In essence, Islamist ideology, with populist touches, lacks complex theological argumentation to easily reach the masses. It focuses on triggering an accession process that depends not only on factual sociopolitical conditions, but also on a pragmatic-ideological dimension. The religious precept is an adaptive interpretation of a specific idea of Islam, tailored to situational application. It serves as a heuristic device that prompts activists to weigh the costs and benefits of their actions and behaviours. For every risk, there is perceived spiritual return and an advancement in the society. From this dual perspective, actions in the name of this ideology can be seen as not just rational, but strategically so.

REFERENCES

- Abbott, F. (1957). The Jama'at-i-Islami of Pakistan. *Middle East Journal* (Washington, D.C.), 11.
- Al Anani, K. (2016). *Inside the Muslim Brotherhood: Religion, Identity, and Politics*. Oxford University Press.
- Al-Mawdūdī, Abū'l-Alā (n.d.). *Jihad in Islam*. Lahore, Pakistan: Islamic Publications.
- Al-Turabi, H. (2003). *AI-Islam wal-Hukm*. London: Al-Saqi.
- Bayat, A. (2005). Islamism and Social Movement Theory. *Third World Quarterly*, 26, 6, 891-908.
- Burgat, F. & Dowell, W. (1993). *The Islamic Movements in North Africa*. Austin: University of Texas Press.
- Cassinelli, C. W. (1960). Totalitarianism, Ideology, and Propaganda. *The Journal of Politics*, 22, 1, 68-95. <https://doi.org/10.2307/2126589>
- Brooke, S. (2015). *Winning Hearts and Votes: Social Services and the Islamist Political Advantage*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- Castells, M. (2004). *The Power of Identity - The Information Age: Economy, Society, and Culture*; vol. II. Oxford: Blackwell Publishing.
- Cimini, G. (2021). Learning mechanisms within an Islamist party: Tunisia's Ennahda Movement between domestic and regional balances. *Contemporary Politics*, 27, 2, 160-179. <https://doi.org/10.1080/13569775.2020.1868103>
- Crick, B. (1987). *Socialism (Concepts in the Social Sciences)*. Maidenhead: Open University Press.
- Dale, S. (2010). The Muslim Empires of the Ottomans, Safavids, and Mughals. *New Approaches to Asian History, Series Number 5*. Cambridge University Press.
- Esposito, J. (Ed.) (1983). *Voices of Resurgent Islam*. Oxford: Oxford University Press.
- (1984). *Islam and Politics*. Syracuse: Syracuse University Press.
- (2003). *Unholy Wars – Terror in the Name of Islam*. Oxford University Press.
- Fuller, G. E. (2003). *The Future of Political Islam*. New York, NY: Palgrave Macmillan.
- Gellner, E. (1981). *Muslim Society*. Cambridge: Cambridge University Press.
- (1992). *Postmodernism, Reason and Religion*. London: Routledge.
- Gentile M. (2013). Meeting the “organs”: The tacit dilemma of field research in authoritarian states. *Area* 45, 426-432. <https://doi.org/10.1111/area.12030>
- Gray, J. (2003). *Al Qaeda and What It Means to Be Modern*. New York: New Press.
- (2008). *Black Mass: Apocalyptic Religion and the Death of Utopia*. London: Penguin Books Ltd.
- Grewal, S. (2020). From Islamists to Muslim Democrats: The Case of Tunisia's Ennahda. *American Political Science Review*, 114, 2, 519-535. <https://doi.org/10.1017/S0003055419000819>

- Hanif, N. (2012). Hizb ut Tahrir: Islam's Ideological Vanguard. *British Journal of Middle Eastern Studies*, 39, 2, 201-225.
- Hassan, G. S., & Buaben, J. M. (2015). Hassan al-Turabi's Religious Discourse on Faith, Renewal, and Ijtihād. *American Journal of Islam and Society*, 32, 1, 75-94. <https://doi.org/10.35632/ajis.v32i1.261>
- Huntington, S. (1996). *The Clash Of Civilizations. And The Remaking Of World Order*. New York: Simon & Schuster.
- Hussain, G. (2010). *A Brief History of Islamism*. London: Quilliam Foundation.
- International Crisis Group (2005). "Understanding Islamism". Middle East/North Africa Report N°37 – 2 March.
- Kepel, G. (1992). *La Revanche de Dieu. Chrétiens, juifs et musulmans à la reconquête du monde: Chrétiens, juifs et musulmans à la reconquête du monde*. Paris: Seuil édition.
- (2000). *Jihad. Expansion et déclin de l'islamisme*. Paris: Gallimard.
- (2005). *The Roots of Radical Islam*. London: Saqi Books.
- LaGraffe, D. (2012). The youth bulge in Egypt: An intersection of demographics, security, and the Arab Spring. *Journal of Strategic Security*, 5, 2, 65-80. <https://doi.org/10.5038/1944-0472.5.2.4>
- Lauzière, H. (2015). *The Making of Salafism Islamic Reform in the Twentieth Century*. New York: Columbia University Press.
- Lewis, B. (2002). *What Went Wrong?: Western Impact and Middle Eastern Response*. Oxford University Press.
- (2003). *The Crisis of Islam: Holy War and Unholy Terror*. New York: Random House.
- Lia, B. (1998). *The Society of the Muslim Brothers in Egypt: The Rise of an Islamic Mass Movement 1928-1942*. Ithaca Press.
- Meijer, R. (Ed.) (2009). *Global Salafism: Islam's New Religious Movement*. London/New York: Hurst/Columbia University Press.
- Meddeb, Abdelwahab (2005) *La Maladie de l'Islam*. Paris: Point.
- Miller, J. (1994). Faces of Fundamentalism: Hassan al-Turabi and Muhammed Fadlallah. *Foreign Affairs*, 73, 6, 123-142. <https://doi.org/10.2307/20046933>
- Moussalli, Ahmad S. (1994). *Radical Islamic Fundamentalism: The Ideological and Political Discourse of Sayyid Qutb*. Syracuse: Syracuse University Press.
- Mozaffari, M. (2007). What is Islamism? History and Definition of a Concept. *Totalitarian Movements and Political Religions*, 8, 1, 17-33. <https://10.1080/14690760601121622>
- Munteanu, A., & Seniguer, H. (2023). La « sécularisation » des discours et des pratiques en contexte islamique : le cas du Parti pour la justice et le développement au Maroc. *Social Compass*, 70, 3, 324-344. <https://doi.org/10.1177/00377686231180380>

- Obaid, N. (2017). *The Muslim Brotherhood: A Failure in Political Evolution. Intelligence and Defense Project*. Belfer Center for Science and International Affairs Harvard Kennedy School.
- Olesen, T. (2009). Social Movement Theory and Radical Islamic Activism. In *Islamism as Social Movement* (7-33). Centre for Studies in Islamism and Radicalization, Department of Political Science, Aarhus University, Denmark.
- Pace, E. & Stefani, P. (2000). *Il fondamentalismo religioso contemporaneo*. Brescia: Queriniana.
- Quataert, D. (2005). *The Ottoman Empire, 1700-1922 (New Approaches to European History)*. Cambridge University Press.
- Qutb, S. (2001). *Milestones*. New Deli: Islamic Book Service (original edition from 1964).
- (2009). *In the Shade of the Qur'an*. London: Islamic Foundation (original edition from 1954).
- Rosenberg, U. (2024). The Millî Görüş movement's view on Muslims in the West: Turkish migration to Germany as a case study. *Middle Eastern Studies*, 60, 1, 94-111. <https://doi.org/10.1080/00263206.2023.2181342>
- Roy, O. (1994). *The Failure of Political Islam*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- (1995). *Généalogie de l'Islamisme*. Paris: Hachette.
- (2004). *Globalised Islam*. New York: Columbia University Press.
- Rubin, B. (2010). *The Muslim Brotherhood – The Organization and Policies of a Global Islamist Movement*. London: Palgrave Macmillan.
- Said, E. (1974). *Orientalism*. New York: Routledge.
- Shah, F. et al. (2021). Democracy and Political Parties: An analysis of Jamaat-i-Islami Pakistan. *International Journal of Academic Research for Humanities*, 1, 1, 10-15.
- Shaw, S.J., & Shaw, E.K. (1977). *History of the Ottoman Empire and Modern Turkey: The Era of Modern Reform: The Tanzimat, 1839-1876*. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511614972.007>
- Tibi, B. (2008). Islamist Parties and Democracy: Why They Can't be Democratic. *Journal of Democracy*, 19, 3, 43-48.
- Tilly, C. (1978). *From Mobilisation to Revolution*. London: Addison-Wesley.
- Wali, F. (2017). Functionality of Radicalization: A Case Study of Hizb ut-Tahrir. *Journal of Strategic Security*, 10, 1, 102-117. <http://doi.org/10.5038/1944-0472.10.1.1525>
- Weeks, D. (2020). *Al Muhajiroun: A case study in contemporary Islamic activism*. New York: Palgrave Macmillan.
- Wickham, C. R. (2013). *The Muslim Brotherhood: Evolution of an Islamist Movement*. Princeton University Press.
- Wiktorowicz, Q. (Ed). (2002). Social Movement Theory and the Study of Islamism: A New Direction for Research. *Mediterranean Politics* 7, 3 (autumn) 187-211. <https://doi.org/10.1080/13629390207030012>

- (2004a). *Islamic Activism: A Social Movement Theory Approach*. Bloomington: Indiana University Press.
- (2004b). A New Approach to the Study of Islamic Activism. In *IIAS Newsletter*, 33, March.
- (2005). Genealogy of Radical Islam. *Studies in Conflict & Terrorism*, 28, 2, 75-97, <https://doi.org/10.1080/10576100590905057>
- Yeşilada, B. (2023). The AKP, religion, and political values in contemporary Turkey: implications for the future of democracy. *Turkish Studies*, 24, 3-4, 593-616. <https://doi.org/10.1080/14683849.2023.2186784>
- Yildirim, R. (2017). Transformation of the Ennahda Movement from Islamic Jama'ah to Political Party. *Insight Turkey*. 189-214.
- Yilmaz, I, & Bashirov, G. (2018). The AKP after 15 years: the emergence of Erdoganism in Turkey. *Third World Quarterly*, 39, 1-19. <https://doi.org/10.1080/01436597.2018.1447371>
- Zippelius, R. (2010). *Allgemeine Staatslehre*. Munich: Beck.

Liberdade e discurso(s)

VIOLÊNCIA CONTRA JORNALISTAS NA AMÉRICA DO SUL: ARGENTINA E BRASIL (2008 A 2024)

Violence against journalists in South America: Argentina and Brazil (2008 to 2024)

LIZIANE GUAZINA
guazinaliziane@gmail.com
Universidade de Brasília (UnB)

DANIELA RAMOS
dosvald@gmail.com
Universidade de São Paulo (USP)

ÉRICA ANITA BAPTISTA
anitaerica@gmail.com
*Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) | Instituto Nacional
de Ciência e Tecnologia em Disputas e Soberanias Informacionais (INCT-DSI)*

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4765-6918>
<https://orcid.org/0000-0001-7687-567X>
<https://orcid.org/0000-0002-3154-3820>

DOI
https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-11_6

Texto recebido em / Text submitted on: 16/04/2025
Texto aprovado em / Text approved on: 01/09/2025

Biblos. Número 11, 2025 • 3.^a Série
pp. 145-168

RESUMO

Este artigo analisa a violência contra jornalistas sob as lideranças populistas de Jair Bolsonaro (Brasil, 2018-2022) e Javier Milei (Argentina, 2023-atual). O objetivo é identificar padrões de ataques e semelhanças nos posicionamentos públicos de ambos os presidentes. A metodologia inclui: 1) revisão da literatura sobre violência contra jornalistas em populismos de extrema direita; 2) análise de relatórios do Foro de Periodismo Argentino (FOPEA) e da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ); e 3) quatro entrevistas semiestruturadas com membros de entidades profissionais. Os dados revelam que a violência contra jornalistas é persistente e multifacetada, intensificando-se nos governos Bolsonaro e Milei, com estratégias que descredibilizam a profissão e acentuam a polarização política.

Palavras-chave: Segurança de jornalistas; violência contra jornalistas; populismo; Brasil; Argentina.

ABSTRACT

This article analyzes violence against journalists under the populist leaderships of Jair Bolsonaro (Brazil, 2018-2022) and Javier Milei (Argentina, 2023-present). The objective is to identify patterns of attacks and similarities in the public stances of both presidents. The methodology includes: 1) a literature review on violence against journalists in far-right populisms; 2) analysis of reports from the Foro de Periodismo Argentino (FOPEA) and the Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ); and 3) four semi-structured interviews with members of professional entities. The data reveal that violence against journalists is persistent and multifaceted, intensifying under the Bolsonaro and Milei governments, with strategies that discredit the profession and accentuate political polarization.

Keywords: Journalist safety; violence against journalists; populism; Brazil; Argentina.

INTRODUÇÃO

Na campanha presidencial de 2016 nos Estados Unidos, Donald Trump empregou o termo *fake news* como uma estratégia para induzir dissonância cognitiva e descredibilizar o jornalismo profissional (Gutsche, 2018: 8). De forma análoga, Jair Bolsonaro adotou a mesma abordagem em sua campanha presidencial no Brasil em 2018, e um padrão similar foi observado na campanha de Javier Milei para a presidência da Argentina em 2023 (López-López et al., 2025). São lideranças que compartilham afinidades político-ideológicas e estilo comunicativo populista (Guazina, 2021; Rachman, 2022). Trump inaugurou com êxito uma tendência de comunicação política baseada em teorias da conspiração e discurso incivil na esfera pública (Barbati et al., 2024; Sodré, 2021), catapultado pelas plataformas digitais, especialmente o então Twitter (Waisbord et al., 2018). Bolsonaro e Milei avançaram nas suas campanhas a partir dos mesmos princípios, incentivando o sentimento anti-imprensa contra profissionais da m dia não alinhada politicamente.

“Os presidentes autoritários desqualificam para silenciar”¹, publicou o Foro de Periodismo Argentino (FOPEA, 2024a: n.p.) em abril de 2024, como uma nota de desagravo após dois ataques nominais do presidente argentino a jornalistas, um em entrevista a um canal apoiador no YouTube e outro na rede social X. Um dos jornalistas, Fernández Díaz, foi chamado de “estúpido” e “imbecil” porque avaliou, em coluna de opinião no jornal La Nación, o governo de Milei como populismo de direita (La Nacion, 2024: n.p.). As falas foram ao ar no canal “Neura”, de Alejandro Fantino, a quem Milei reserva deferência pelo apoio e divulgação, conforme analisa o professor Santiago Marino (Latam, 2024: n.p.). Milei não citou o nome, mas há inferências que dirigem os ataques a Fernández Díaz que, por sua vez, declarou ao FOPEA considerar o fato como um “programa de a o política” (FOPEA, 2024b: n.p.). O outro ataque, publicado na rede X, dirigiu-se   jornalista Maria Laura Santillán e foi categorizado como discurso estigmatizante machista e misógino, também pelo FOPEA (2024c: n.p.). Com cem

¹ Tradução livre dos autores. No original *Los presidentes autoritarios descalifican para silenciar*.

dias de mandato, 40% dos ataques a jornalistas na Argentina tiveram como origem o presidente Milei.

Levitsky e Ziblatt (2018) enumeraram as quatro principais características dos atores políticos autoritários, indicando que a presença de apenas uma delas já constitui um sinal de alerta para a sociedade. Segundo os autores (2018: 33), políticos que rejeitam as regras do jogo democrático, negam a legitimidade de oponentes, toleram e encorajam a violência, ou ainda dão indicações de disposição para restringir liberdades civis de oponentes, inclusive da mídia, podem se constituir em ameaças concretas à democracia.

Para uma das jornalistas entrevistadas neste trabalho, membro do *Instituto de Prensa y Sociedad del Perú* (associada ao *Voces Del Sur*²), esse contexto de restrição à liberdade de imprensa e ataques constantes por políticos “é uma tendência geral da região”³. Os presidentes latino-americanos são os mais poderosos atores políticos no continente (Inácio e Llanos, 2015), e seus discursos sempre alcançaram uma grande repercussão na esfera pública.

Neste artigo analisamos, de forma exploratória e comparativa, a série histórica (2008-2024) de violências contra jornalistas através dos dados do Foro de Periodismo Argentino (FOPEA), na Argentina, e da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), no Brasil. O objetivo, neste intervalo de tempo, foi identificar se os números aumentaram durante o mandato de lideranças populistas. Para nos aprofundarmos na compreensão dos padrões de ataques a jornalistas e nas possíveis diferenças e semelhanças, mapeamos também a recorrência de tipos de agressão. Assim, a abordagem metodológica contempla revisão da literatura sobre o tema, breve análise dos relatórios de violência contra jornalistas nos dois países, bem como entrevistas semiestruturadas com jornalistas associadas a importantes entidades, como a *Voces del Sur*, *Committee to Protect Journalists (CPJ)*, *FOPEA* e *FENAJ*. As jornalistas tiveram suas entidades preservadas e serão mencionadas como: E1, E2, E3 e E4.

² Rede de organizações latino-americanas da sociedade civil comprometida com a defesa da liberdade de expressão. Ver <http://vocesdelsur.info>

³ Entrevista realizada por telefone em 25/4/2024.

Historicamente, Brasil e Argentina sob ditaduras militares no século XX, possuem histórico de violência contra jornalistas para além desses períodos; e compartilham histórico de concentração midiática e altos índices de violência de gênero. Ambos os países possuem características comuns: baixa circulação de jornais; imprensa de elite com alinhamentos e orientações políticas frequentemente ligadas aos governos nacionais e locais; agenda de defesa da livre iniciativa; alta desconfiança relativa às instituições políticas; e frequente reação, por parte do empresariado, a propostas de regulamentação da mídia (Albuquerque, 2012; Hallin e Mancini, 2004).

Neste sentido, é importante lembrar do predomínio do mercado no sistema midiático e da persistência de oligopólios surgidos ainda em períodos ditatoriais. TVs e rádios públicas funcionam com estruturas precarizadas e mostram baixo poder de influência no debate público. Esse conjunto de características tem se perpetuado, ainda que a hibridação trazida pelas mídias digitais tenha impactado diretamente as lógicas de produção e consumo de notícias em ambos os países, que hoje possuem sistemas midiáticos híbridos.

É a partir desse pano de fundo complexo que abordamos o contexto argentino e brasileiro; avançamos com construção metodológica da pesquisa, o cotejamento dos relatórios do FOPEA e FENAJ e a análise das entrevistas; e, por fim, discutimos os resultados num esforço de comparação.

CONTEXTO ARGENTINO

A violência contra jornalistas não aparece de uma hora para outra sem que um processo anterior tenha pavimentado a sociedade dando condições para que o fenômeno se espalhe e que uma parte da sociedade não ache errado um presidente da República atacar cotidianamente a imprensa e jornalistas. Galtung (1990), ao desenvolver uma tipologia para a violência, identificou a violência direta, que se apresenta como um evento (os eventos, no nosso caso, aparecem nos relatórios de violência contra jornalistas). A violência estrutural se configura como um processo contínuo, e a violência cultural como uma invariante, cuja essência persiste ao longo do tempo. Assim, podemos compreender este

contexto contemporâneo de ataques como uma violência cultural, que pode ter a expressão de ataques diretos, mas que também é estrutural, e por isso se manifesta sem maiores impedimentos. O passado ditatorial na Argentina, a perseguição à imprensa e jornalistas que faz parte de toda ditadura também foi realidade neste país (Borelli, 2011), e escapa aos objetivos deste trabalho o aprofundamento na comparação ditatorial nos dois países.

Antes de Milei, o cenário já evidenciava agressões a jornalistas por atores da sociedade civil. Em dezembro de 2017, durante o governo de Mauricio Macri, Julio Bazán, repórter do canal Todo Noticia (TN – Grupo Clarín), enquanto cobria ao vivo uma manifestação contra a reforma previdenciária nos arredores do Congresso argentino, foi chamado de “mentiroso” e “filho da puta” pela multidão, além de ter sido agredido fisicamente e ter sido alvo de uma bomba que estourou perto do seu corpo, causando queimaduras no seu rosto (Clarín Redação, 2017: n.p.).

O Grupo Clarín tem um passado de oposição ao peronismo (Sivak, 2013) e se posicionou crítico aos governos de Néstor Kirchner (2003-2007) e Cristina Kirchner (2007-2015). Seus jornalistas eram tidos como “inimigos do povo”. No entanto, em que pesem os episódios de desqualificação de jornais e jornalistas por Néstor e Cristina Kirchner, e seus apoiadores, Javier Milei, eleito em dezembro de 2023, foi quem transformou os ataques em hábito. Antes porém, havia sinais do que depois iria sistematizar. Em 2018, em uma conferência de economia em Salta, atacou a jornalista Teresita Frías quando ela perguntou “Por qué las políticas keynesianas funcionaron en Estados Unidos desde el New Deal en adelante y por qué en Argentina no”. Milei respondeu, em tom exaltado: “Eres una idiota y no sabes nada [...] 2+ 2 son 4; la totalitaria sos vos; no sabés un carajo”⁴ (Stemphelet, 2023: n.p.). Posteriormente, Javier Milei diz-se arrependido e se desculpou publicamente, afirmando que era preciso “manejar a boca”

⁴ Em tradução livre das autoras: “Por que as políticas keynesianas funcionaram nos Estados Unidos a partir do New Deal e por que não funcionaram na Argentina?”; “Você é uma idiota e não sabe de nada [...] 2 + 2 é igual a 4; você é o totalitário; você não sabe de nada”.

(Canal Urbana Play 104.3 FM⁵). Milei ganhou as primárias das eleições em 2023 nesta cidade.

Milei é protagonista de um roteiro de estigmatização da imprensa, de jornalistas, e de mulheres jornalistas; ataques que são contabilizados pelo FOPEA. A ADEPA também se posicionou sobre a prática em um informe (2024: 4), pontuando que não é saudável o dissenso pelas estratégias do insulto e de argumentos *ad hominem*, dirigidos à pessoa, e não ao tema em debate, e que “(...) não há simetria possível entre um jornalista ou inclusive um meio, por maior que seja, e o dedo estigmatizante de um presidente”.

Em junho de 2024, no dia 27 pela manhã, o FOPEA publicou um comunicado rechaçando o anúncio feito na noite anterior, dia 26 de junho, pelo *Ministerio de Capital Humano* da Argentina, que ressuscitava uma lei extinta em 1985 que exigia uma matrícula governamental obrigatória para o exercício do jornalismo, o que implicaria em um controle maior do Estado sobre o jornalismo e jornalistas, restringindo a liberdade de imprensa no país. O comunicado foi apoiado pela rede *Voces del Sur* (FOPEA, 2024d). No entanto, no dia 27, o governo apagou a notícia. No mesmo dia, Mariano Pérez, um *youtuber* argentino que se autodenomina “libertário” e apoiador de Milei, foi agredido em um protesto da esquerda em frente ao Congresso. Iniciou-se uma estratégia coordenada de ação de alvo de *trolls* e disseminação de desinformação para desacreditar o FOPEA: como a instituição não fez um pronunciamento de apoio ao *youtuber*, circulou um diálogo falso de WhatsApp entre supostos membros da entidade, no qual diziam que não seriam solidários a Pérez. O site do FOPEA sofreu um ataque cibernético.

No dia 28, Milei, na rede X, disse que o “FOPEA es una vergüenza” (“FOPEA é uma vergonha”), escalando o ataque ao jornalismo e jornalistas, e citou uma frase da entrevista com a presidente da associação, Paula Moreno, na Radio Rivadavia, na qual disse que o *youtuber* não era um jornalista

⁵ Vídeo publicado em 30 de agosto de 2023. “Milei agredió verbalmente a una periodista en 2018: Episodio por Hugo Alconada Mon”. Proferimento extraído aos 8’35”. <https://www.youtube.com/watch?v=9x27hiUGI3U>

profissional, mas um militante do governo, por isso não cabia um apoio oficial da entidade: “Prefiero UN MILLÓN de veces tener la credibilidad de la gente que la de los CHORROS del ‘periodismo profesional’”⁶ (Clarín Redação, 2024). Entidades jornalísticas como o Comitê de Proteção a Jornalistas (CPJ) Américas, Fundamedios e IFEX América Latina e Caribe, que congregam cem associações em defesa da liberdade de expressão, se manifestaram em seguida apoiando Paula Moreno e o FOPEA. O episódio demonstrou como o posicionamento rápido da entidade pelo repúdio a uma lei que cercearia a liberdade de imprensa na Argentina aparentemente resultou na desistência da estratégia do governo, ao que se seguiu a atuação de um *youtuber* e uma sequência de ataques aparentemente coordenados, com o reforço de Milei.

Muitos elementos de uso de violência contra jornalistas descritos no contexto argentino recente também são observados no contexto brasileiro, com crescimento de casos registrados a partir das eleições de 2018 (Miranda et al., 2024; Paulino et al., 2023; Christofolletti, 2021).

CONTEXTO BRASILEIRO

A violência contra jornalistas no Brasil não é recente e, historicamente, os ataques têm seus registros mais graves durante a ditadura militar (Jorge, 2020; Kushnir, 2004). Nesse período, a censura, as perseguições, os episódios de tortura e as mortes marcaram o exercício da profissão jornalística (Carvalho, 2013; Carvalho, 2002). Dentre as medidas mais repressivas e danosas para a sociedade, o Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi, sem dúvida, a ação mais tirana (Motta, 2018). O AI-5 foi decretado pelo general Costa e Silva em 13 de dezembro de 1968 e permaneceu em vigor por dez anos, e impôs duras restrições ao exercício do jornalismo.

O período austero da ditadura perdurou até 1985, quando o Brasil iniciou o processo de redemocratização. Para os jornalistas, a violência que

⁶ Em tradução livre dos autores: “Prefiro ter a credibilidade do povo do que a dos LADRÕES do ‘jornalismo profissional’ um milhão de vezes”.

antes se sustentava pelos atos instituídos pelos militares, passou a ser praticada por criminosos quando denunciavam crimes contra os cidadãos e pelas autoridades, pois a prática dos crimes podia estar relacionada a omissões. Carvalho (2002) retoma o massacre na Penitenciária do Carandiru em 1992, quando 111 presos sob custódia do Estado brasileiro foram mortos durante uma operação da polícia; e o massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996, envolvendo a morte de 19 trabalhadores rurais sem-terra por forças policiais. Os eventos ilustram a luta contínua por justiça e direitos humanos no Brasil, e o papel dos jornalistas ao trazer esses desafios à tona, mesmo diante dos riscos.

O passivo de violência contra a liberdade de expressão e o livre exercício da imprensa no país tem sido registrado em relatórios oficiais da FENAJ e de outras organizações vinculadas à profissão, como a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), e Artigo 19, associações que integram o Observatório da Violência contra jornalistas no Brasil (MJSP, 2024), além dos sindicatos profissionais da categoria.

Com o crescimento dos movimentos reacionários de direita, sobretudo, impulsionados pelas mídias sociais digitais e seguindo uma onda que vinha sendo observada em outros países, o Brasil entrou em uma espiral de descrédito e desconfiança na imprensa. As chamadas Jornadas de Junho⁷ ocorridas em 2013 são exemplo desse momento em que a “grande mídia” passou a ser colocada em xeque. Vários jornalistas que cobriam as manifestações enfrentaram agressões por parte dos manifestantes e da polícia. O caso de um jornalista que perdeu um olho por ter sido atingido por uma bala de borracha disparada por forças policiais em São Paulo foi emblemático, mas não foi o único na longa história de violência contra profissionais na América Latina⁸.

⁷ As Jornadas de junho de 2013 foram uma série de protestos ocorridos em todo o Brasil. As pautas versavam sobre questões sociais, políticas, corrupção e a insatisfação em relação ao grande investimento que aquela altura era feito no Brasil em função da Copa do Mundo que o país sediará em 2014.

⁸ O fotógrafo brasileiro Sergio Silva foi atingido por uma bala de borracha disparada pela polícia, e ficou cego do olho esquerdo.

A crise econômica e política no Brasil se asseverava, sobretudo, com o impeachment de Dilma Rousseff (em 2016), se tornando um terreno fértil para o espraiamento das forças políticas conservadoras da extrema-direita. É nesse cenário que Jair Bolsonaro construiu sua imagem e foi eleito em 2018, depois de 30 anos de atuação parlamentar inexpressiva, o que se denomina no país “político de baixo clero”, sob a proposta de uma política conservadora de extrema-direita. Em 26 anos, o então deputado federal apresentou 53 projetos para militares (32%) e 44 para segurança pública (25%), e somente dois foram aprovados (Lindner, 2017). Com sua eleição para a presidência, o país seguiu a agenda da extrema-direita populista, a partir da defesa dos valores conservadores e se valendo de uma retórica da polarização e a construção de um inimigo comum – a esquerda política e a imprensa (Baptista et al., 2022; Araújo e Guazina, 2024).

O sentimento anti-mídia promovido por diferentes grupos forneceu novos elementos à política de silenciamento e hostilidade contra os jornalistas profissionais, sendo incorporado por cidadãos comuns, notadamente os consumidores de conteúdos produzidos por mídias hiper partidárias, embalados em desinformação e propaganda política, avessos à mídia *mainstream*. Jair Bolsonaro desqualifica a chamada “mídia tradicional” desde a sua campanha em 2018. Na ocasião, ele acusava os veículos de mídia que não estavam alinhados ao projeto político de serem propagadores de *fake news* (repetindo Donald Trump em 2016).

No período do governo Bolsonaro (2019-2022), praticamente todas as organizações que monitoram casos de violência contra jornalistas registraram alta no número de ataques e mapearam o papel do então ex-presidente na promoção de hostilidades contra a mídia, especialmente aquela não alinhada politicamente à sua agenda ideológica e interesses partidários.

Christofoletti (2021) mostra que desde o início, o governo Bolsonaro ficou marcado por relações tensas e conflitivas com a imprensa. Este tipo de comportamento também foi reproduzido em diferentes instâncias de governo, instituições governamentais e até mesmo por advogados e filhos do ex-Presidente, além de apoiadores dentro e fora do ambiente digital bolsonarista. Ficou célebre, por exemplo, a instituição do chamado “Cercadinho do Planalto”,

onde repórteres ficavam presos à espera de informações oficiais da Presidência da República, e muitas vezes sendo hostilizados por grupos de apoiadores, o que levou a tomada de medidas de segurança por parte dos profissionais e das empresas jornalísticas (Abreu, 2022). Também houve monitoramento de redes sociais de jornalistas por parte do governo federal, constituindo uma política de governo de promoção de hostilidades, com uso do aparato estatal.

Além disso, ficaram notórios os casos de ameaças e intimidação a jornalistas mulheres, como a jornalista da Folha de S. Paulo, Patrícia Mello, em 2020, que relatou seu caso no livro *A Máquina do Ódio* (2020), e o das jornalistas Vera Magalhães e Daniela Lima (Guazina et al., 2023), que sofreram ameaças publicamente. Miranda et al. (2024) lembram um dado alarmante: o Brasil figura entre os 40 países mais perigosos para mulheres jornalistas, de acordo com relatório do Repórteres sem Fronteiras (2022).

De acordo com a FENAJ, o período do governo Bolsonaro, entre 2019 e 2022, foi caracterizado pela “institucionalização da violência contra jornalistas, por meio da Presidência da República, com a prática sistemática de desacreditizar a imprensa e atacar seus profissionais” (FENAJ, 2022: 4). Desde então, os relatórios da entidade e de outras organizações têm mostrado mudanças positivas, inclusive com o movimento de desinstitucionalização dos ataques, mas o ambiente de hostilidades permanece em alguns setores políticos.

ANÁLISE DOS RELATÓRIOS FOPEA E FENAJ

Como ponto de partida do estudo, relacionamos os dados de ataques a jornalistas dos relatórios dos anos de 2008 a 2024 do FOPEA e da FENAJ. Os relatórios se justificam por sua longevidade e recorrência (casos reportados anualmente no mínimo desde 2008), a tipologia em comum (tipos de caso, agressor, meio e vítima) e a semelhança metodológica. Apesar do FOPEA não ser associado a sindicatos da categoria, como é o caso da FENAJ, recorre também a denúncias espontâneas, como é o caso no Brasil, para os sindicatos regionais. Na Argentina (Fig. 1), os casos de violência aumentaram durante o governo de Cristina Kirchner. Em 2013, quando a série histórica registrou o maior número, ocorreram eleições presidenciais e Kirchner foi reeleita.

Os anos de 2013 a 2015 foram marcados por muitos protestos relativos ao desempenho econômico do país e escândalos de corrupção. Por outro lado, no período houve avanços em projetos de lei em defesa da liberdade de expressão no país. No período observado, Javier Milei saiu de um cenário de campanha, em 2023, e os dados compilam, em 2024, seu primeiro ano de governo.

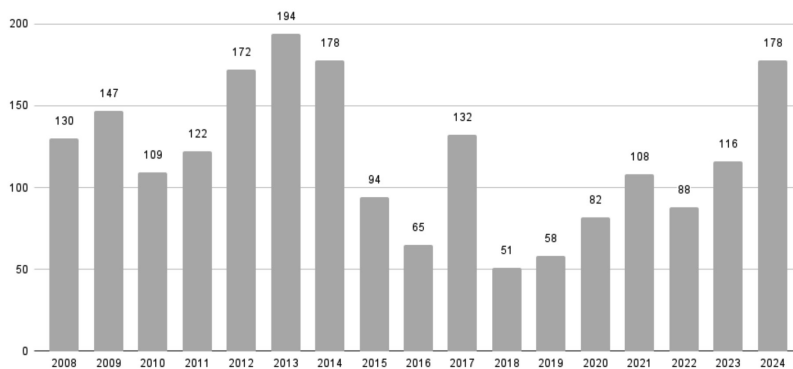


Fig. 1 – Casos de agressão a jornalistas por ano – série histórica da Argentina (2008 a 2024).

Fonte: Autores com dados do FOPEA.

Já no caso brasileiro (Fig. 2), o aumento do número de ataques tem relação direta com o governo Bolsonaro, com altos índices entre 2019 e 2022. Até aquele momento, o maior número tinha sido registrado em 2013, em função das Jornadas de Junho.

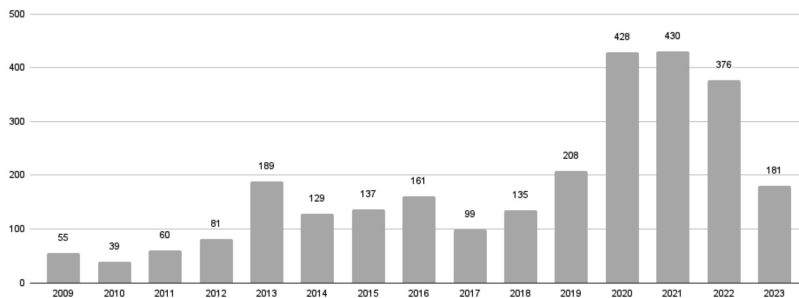


Fig. 2 – Casos de agressão a jornalistas por ano – série histórica do Brasil (2009 a 2023).

Fonte: Autores com dados da FENAJ.

Na Fig. 3 observa-se que os números de casos seguem tendencialmente valores próximos, com pico em 2013 para ambos os países. No entanto, os números crescem exponencialmente no caso brasileiro, demonstrando o impacto direto da institucionalização da violência durante o governo Bolsonaro.

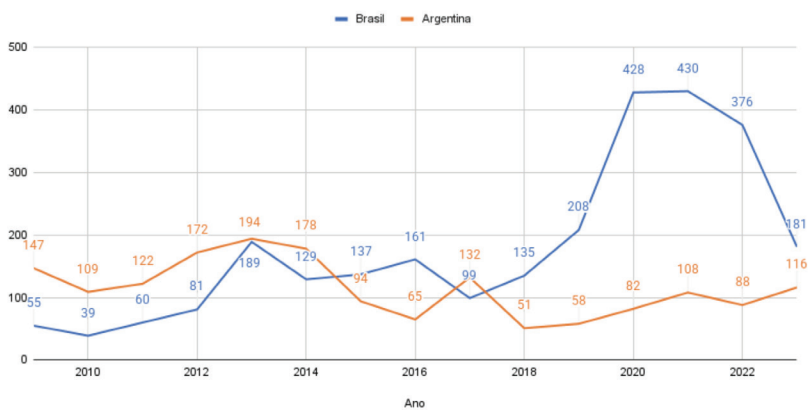


Fig. 3 – Casos série histórica comparada – Argentina e Brasil.

Fonte: Autores com dados da FENAJ e FOPEA.

Ainda que não se possa sobrepor a mesma tipologia de casos de violência nos relatórios do FOPEA e da FENAJ em virtude de diferenças metodológicas, observamos as similaridades e diferenças nos tipos de casos de violências cometidas contra os jornalistas nos dois países. Na Fig. 4 identificam-se agressões físicas e psíquicas, presentes em todo o período monitorado pelo FOPEA, com números notadamente altos entre 2017 e 2022. Vemos aqui a expressão clara da violência direta (Galtung, 1990). Em 2024, já no governo de Milei, a porcentagem das agressões físicas e psíquicas, o uso abusivo do poder estatal e a restrição ao acesso à informação pública se tornaram novamente um problema na Argentina. Nesse sentido, Milei aciona uma camada de violência estrutural, consolidada como cultural (Galtung, 1990) contra jornalistas, que já se manifestava no período Kirchner (2007-2015).

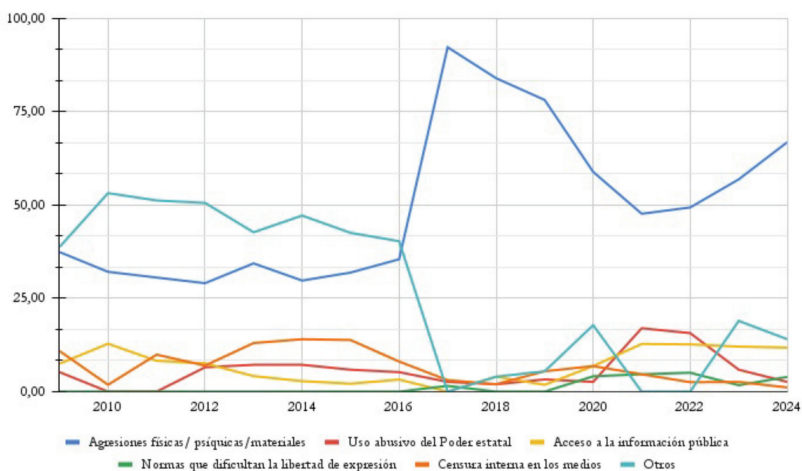


Fig. 4 – Tipos de agressões cometidas contra jornalistas na Argentina (%).

Fonte: Autores com dados do FOPEA.

Já no caso brasileiro, a Fig. 5 evidencia que as agressões físicas e verbais se destacaram em 2013, período das Jornadas de Junho (quando a tipificação foi acrescida da categoria “agressões físicas durante manifestações”), e outros tipos como as ameaças e impedimentos ao exercício profissional ascenderam a partir de 2014.

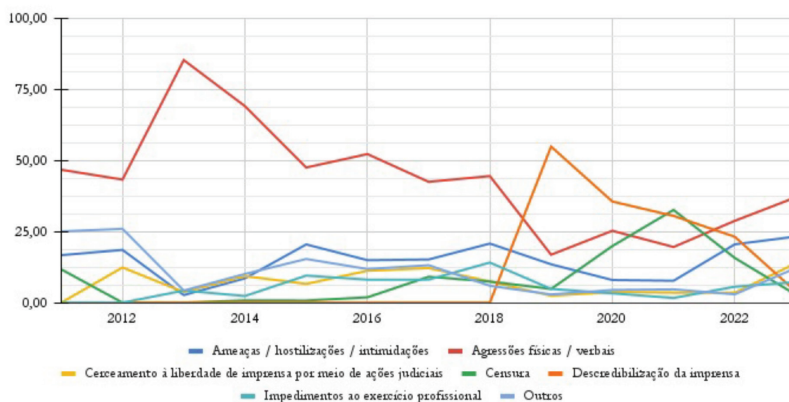


Fig. 5 – Tipos de agressões cometidas contra jornalistas no Brasil (%).

Fonte: Autores com dados da FENAJ.

As agressões físicas e verbais reduziram nos anos seguintes, porém, outros tipos se tornaram mais proeminentes, como a censura, e a partir de 2018 uma nova tipificação foi criada: descredibilização da imprensa. Tal forma se tornou um tipo frequente de agressão ao trabalho dos profissionais de imprensa ainda no cenário da disputa eleitoral de 2018, especialmente orientada pelo então candidato Jair Bolsonaro. Neste caso, há uma constante de violência direta com base na violência estrutural, que se manifesta como violência cultural (Galtung, 1990).

ENTREVISTAS: PERCEPÇÕES DAS LIDERANÇAS DAS ENTIDADES

Como mencionado, foram entrevistadas quatro jornalistas e integrantes de importantes entidades da classe: Voces del Sur, Committee to Protect Journalists (CPJ), FOPEA e FENAJ.

Entrevistada 01 = E1	Membro da entidade Voces del Sur (VDS) - organização que reúne entidades civis da América Latina para promover a liberdade de imprensa na região, bem como a segurança e proteção de jornalistas. Também integra o Instituto Prensa y Sociedad (IPYS) que tem sede no Peru.
Entrevistada 02 = E2	Tem uma carreira diversificada, passando por grandes veículos de comunicação e também atuando no Comitê de proteção de Jornalistas. Tem mais de 30 anos de experiência.
Entrevistada 03 = E3	Membro da FOPEA (Foro de Periodismo Argentino) há mais de dez anos, com experiência em rádio, televisão e mídia digital. É docente de jornalismo e redação jornalística.
Entrevistada 04 = E4	Membro da FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas). É graduada em jornalismo e tem experiência em redação, reportagem, subeditoria de economia.

Tabela 1 – Perfil das jornalistas entrevistadas.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas por telefone e por videoconferência entre os meses de abril e maio de 2024, de forma individualizada pelas autoras deste trabalho. Todas as entrevistas seguiram o mesmo roteiro de perguntas e as entrevistadas assinaram termo de consentimento para uso acadêmico das respostas. Os conteúdos foram organizados por temática: a) identificação dos ataques; b) impactos profissionais da violência sofrida; e c) soluções propostas para se enfrentar a violência contra os jornalistas em um ambiente político radicalizado e propício ao uso estratégico de ataques por parte de lideranças políticas.

A) IDENTIFICAÇÃO DOS ATAQUES

Entre os tipos de ataques identificados pelas entrevistadas no caso argentino, destacam-se ataques diretos e agressivos contra jornalistas por parte de Milei, demonstrando o uso do poder para intimidar e deslegitimar a imprensa. Uma

das entrevistadas também menciona o compartilhamento de informações falsas e não verificadas para atacar jornalistas, além de tentativas de controlar a cobertura jornalística. Destaca a estratégia de descredibilização da profissão, aspecto comum às estratégias de populistas radicais de direita:

Atacar a credibilidade é atacar o coração da profissão. A verdade é que estamos muito preocupados porque entendemos que os caminhos deles não são adequados, que existe uma relação muito assimétrica. É uma relação de poder muito diferente entre o presidente e um jornalista. Não importa que ele seja um jornalista de destaque, com bons acessos, muito exposto, ele ainda é jornalista, ainda é cidadão.
(E4, 2024)

De forma mais ampla:

Em relação à nossa profissão, vejo uma situação muito dolorosa em toda a América Latina. Participamos de diversas organizações que trabalham com direitos humanos e a liberdade de expressão, que é o nosso campo. E a verdade é que temos um cenário muito complicado no México, Guatemala, Nicarágua, El Salvador.
(E3, 2024)

Por outro lado, atualmente há uma personalização dos ataques, realizados diretamente pela figura do Presidente Milei a determinados jornalistas:

Durante o Kirchnerismo sempre houve uma situação de grande tensão com o jornalismo. A verdade é que tivemos diferentes expressões particulares com o kirchnerismo porque houve situações muito dolorosas para o jornalismo naquela época, inclusive com o uso da pauta da publicidade, com censuras e escraches, com discursos muito estigmatizantes. A diferença agora nestes cinco meses de gestão de Milei é que ele pessoalmente tem assumido uma abordagem muito agressiva em relação ao jornalismo, e em relação a alguns jornalistas em particular. Generaliza e qualifica o jornalismo com termos

muito sérios, ou seja, “ensobrados” – (que) na Argentina, é sinônimo de corrupto. Ele gera uma mensagem falsa.
(E3, 2024)

Em relação ao caso brasileiro, outra entrevistada relatou uma ocorrência de pressão e censura direta por parte de um governo local, que exigiu uma retratação de uma reportagem que havia desagradado este governo. Ela mencionou que a violência política se manifesta no ambiente de trabalho, com colegas duvidando e questionando a capacidade de jornalistas mulheres.

Ainda sobre o Brasil, outra entrevistada enfatizou o uso estratégico das redes sociais pela extrema-direita para disseminar discursos de ódio e atacar jornalistas. Ela destacou a capacidade da extrema-direita de manipular a opinião pública, incitar a violência contra a imprensa – principalmente direcionadas a mulheres jornalistas – e hostilizar jornalistas locais em eventos, como as enchentes no Rio Grande do Sul em 2024; atacar a liberdade de imprensa e tentar deslegitimar o trabalho jornalístico por parte de figuras políticas e seus seguidores, ameaçar e praticar violência física, incluindo o assassinato do jornalista britânico Dom Phillips. Ela afirmou:

[...] o ataque às mulheres inclui atributos físicos, por exemplo, o que no caso dos homens não acontece, então chamar jornalista de gorda, no caso da Basília, de macaca ou de... o seu cabelo é feio.
(E2, 2024)

Também na Argentina, a violência de gênero é uma realidade preocupante, especialmente no início do governo Milei⁹, como destaca uma entrevistada:

De Milei há uma dedicação especial em criticar as mulheres, que são várias. Nos últimos tempos foram María Laura Santillán, jornalista do La Nación

⁹ Um exemplo é o ataque contra a jornalista Maria O’Donnell em 2024. https://www.clarin.com/politica/javier-milei-acuso-mentirosa-maria-odonnell-periodista-respondio_0_aJpU5qeZGv.html

Masi e da Infobae, Romina Mangel, jornalista da Radio con Voz, María O'Donnell, Silvia Mercado, chamando-as de mentirosas, por exemplo. O que María fez também foi responder a ele, ela disse a ele, “presidente, eu não menti”, e ela mostrou a ele porque ele tinha mentido, e ele continuou insistindo. Nunca se retratou, certo? Existem vários casos e principalmente no caso de mulheres.

(E2, 2024)

Neste sentido, uma entrevistada afirmou que foram justamente casos ocorridos no Brasil que sinalizaram para o fato de que podem ocorrer agressões muito específicas, isto é, direcionadas a determinados jornalistas, em uma espécie de discurso estigmatizante:

São discursos estigmatizantes que são sistemáticos e calam a cidadania de uma maneira muito poderosa; o desprestígio sobre a imprensa é muito grande. [...] O discurso estigmatizante funciona; e por outro lado os meios também não respeitam seus códigos de ética. Há precariedade do trabalho jornalístico e crise econômica e uma série de variáveis que contribuem para que estes políticos façam este tipo de coisa.

(E1, 2024)

De modo geral, as entrevistadas apontaram para o uso de estratégias como a descredibilização da profissão, uso de discursos estigmatizantes, ataques direcionados via rede social e violência de gênero. Este uso não se restringe às figuras de Bolsonaro e Milei, mas se intensificaram em seus primeiros anos de governo, com discursos anti-*establishment* e com a polarização.

B) IMPACTOS PROFISSIONAIS DA VIOLÊNCIA SOFRIDA

As entrevistadas destacaram uma série de impactos na vida profissional em função da violência, a preocupação com a segurança dos jornalistas e o risco de ataques físicos e digitais. Entre os aspectos mencionados, estão: a) dificuldade

em realizar o trabalho jornalístico por restrições e hostilidade; b) autocensura e medo de criticar o governo e figuras políticas; c) polarização dentro da profissão; d) perda de credibilidade do jornalismo perante a sociedade; e) a criação de um ambiente de trabalho hostil e desmotivador para as mulheres jornalistas; além f) do medo de denunciar casos de violência devido à falta de apoio e canais adequados.

Por outro lado, apontaram a naturalização da violência como parte do trabalho jornalístico, dificultando a identificação e o combate a essas práticas.

C) SOLUÇÕES PROPOSTAS PARA SE ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA OS JORNALISTAS

A partir das experiências vividas durante suas carreiras e da liderança de organizações em prol da liberdade de expressão, de imprensa e dos direitos humanos, as entrevistadas sugeriram alguns caminhos para o enfrentamento da violência contra jornalistas, especialmente envolvendo autoridades ou figuras públicas. Os apontamentos constituem uma agenda comum propositiva de combate ao uso político dos vários tipos de violência como instrumento estratégico muito comum entre populistas autoritários:

- a) Fortalecer o jornalismo investigativo, combater a violência e a desinformação;
- b) Promover a educação midiática e fortalecer a sociedade civil;
- c) Responsabilizar figuras públicas e plataformas de mídia social, buscando medidas legais contra agressores e difamadores;
- d) Trabalhar em conjunto com outras organizações para monitorar e denunciar ataques à liberdade de imprensa;
- e) Promover a autocritica e a melhoria das práticas jornalísticas;
- f) Desenvolver protocolos de segurança para jornalistas, como medida para proteger os profissionais da área da violência praticada por governantes e outros atores;
- g) Fortalecer a organização e a representação da categoria jornalística por meio de sindicatos e federações.

CONCLUSÕES FINAIS

Neste artigo, buscamos analisar, de forma exploratória e comparativa, os padrões de ataques a jornalistas nos contextos brasileiro e argentino, a partir de uma abordagem multimétodos que levou em conta uma breve contextualização sobre o tema violência contra jornalistas no contexto de emergência dos populismos de extrema direita; a análise dos relatórios de violência contra jornalistas nos dois países publicados pelo FOPEA, na Argentina, e FENAJ, no Brasil; e a realização de quatro entrevistas com profissionais que militam pela liberdade de imprensa e pelos direitos dos jornalistas em ambos os países.

A partir dos dados, observamos que a violência contra jornalistas é uma prática permanente ao longo do tempo, que se desdobra em diferentes tipos de ataques, agressões e ameaças, com características de violência direta (ataques tipificados nos relatórios), estrutural e cultural. No caso argentino, o maior número de casos ocorreu no governo de Cristina Kirchner, e no caso brasileiro, durante o governo Bolsonaro. No entanto, os dados do FOPEA de 2024 mostram que no primeiro ano do governo Milei houve apropriação política do discurso *anti-establishment* de modo semelhante ao que ocorreu no governo Bolsonaro.

As entrevistadas mostram o uso de estratégias comuns a esses personagens alinhados com elementos populistas autoritários, tais como a descredibilização da profissão, uso de discursos estigmatizantes, ataques direcionados via rede social e violência de gênero. Este uso não se restringe às figuras de Bolsonaro e Milei, mas se intensificaram em seus primeiros anos de governo, pois eles se beneficiam da polarização para mobilizar apoiadores e influenciar a agenda pública com seus enquadramentos.

Por outro lado, as entrevistadas destacaram os impactos da violência nas rotinas profissionais, especialmente a autocensura e o medo de criticar governos, a dificuldade em realizar o trabalho jornalístico devido às restrições e à hostilidade, e a polarização dentro da profissão, com ataques e questionamentos entre os próprios jornalistas, inclusive o apoio de profissionais a governos autoritários, e, enfim, a perda de credibilidade do jornalismo perante a sociedade.

Por fim, as jornalistas enumeraram uma agenda comum de iniciativas que apontam para o fortalecimento do jornalismo investigativo e das organizações profissionais que defendem os direitos dos jornalistas, a educação

midiática e a responsabilização de plataformas digitais e figuras públicas que se utilizam da violência para a disputa política.

Ainda que de forma limitada, esses primeiros achados mostram a importância do papel das entidades no acompanhamento e registro dos casos de violência, assim como no enfrentamento direto das principais estratégias de descredibilização de jornalistas e do próprio jornalismo por parte de populistas autoritários, tanto na Argentina quanto no Brasil. Podemos concluir que o conjunto de dados aponta para um grave problema de segurança ocupacional conforme o modelo de análise de segurança de jornalistas de Slavtcheva-Petkova et al. (2023: 1214), afetando as dimensões física, psicológica, digital e financeira dos jornalistas nestes dois países.

BIBLIOGRAFIA

- Abreu, Tatiana (2022). Cercadinho do Alvorada: uma ameaça ao ethos do jornalista e à liberdade de imprensa. *Revista Miguel*, 6. DOI 10.17771/PUCRio.MIGUEL.59455.
- ADEPA (2024, March 20). 84ª Junta de Directores Informe de la Comisión de Libertad de Prensa e Información. <https://adepa.org.ar/wp-content/uploads/2024/03/184%C2%B0-Junta-de-Directores-2024.pdf>
- Albuquerque, Afonso (2012). On Models and Margins: Comparative Media Models Viewed from a Brazilian Perspective. In Daniel C. Hallin, e Paolo Mancini (Orgs), *Comparing Media Systems Beyond Western World* (72-95). Cambridge: Cambridge University Press.
- Baptista, Érica Anita; Hauber, Gabriela; e Orlandini, Maiara (2022). Despolitização e populismo. *Media & Jornalismo*, 22, 105-119.
- Barbati, Juliana; Rains, Stephen; Kenski, Kate; Shmargad, Yotam; Bethard, Steven; e Coe, Kevin (2024). Examining the Dynamics of Uncivil Discourse Between Sub-National Political Officials and the Public on Twitter. *Mass Communication and Society*, 28, 1, 154-173. <https://doi.org/10.1080/15205436.2024.2313095>
- Borelli, Marcello (2011). Voces y silencios. La prensa argentina durante la dictadura militar (1976-1983). *Perspectivas de la comunicación*, 4, 1, 24-41.
- Carvalho, Julia (2013). *Amorçados: uma história de censura e de seus personagens*. Barueri-SP: Manole.
- Carvalho, José M. (2002). *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- Clarín Redacción (2017, December 18). Reforma provisional: brutal agresión al periodista de TN Julio Bazán. *El Clarín*. https://www.clarin.com/politica/reforma-previsional-brutal-agresion-periodista-tn-julio-bazan_0_By9lbnBfz.html
- Clarín Redação (2024, June 28). El presidente Javier Milei atacó al Foro de Periodismo Argentino y escala la pelea del gobierno contra los periodistas. *El Clarín*. <https://shre.ink/tSZ1>
- Christofoletti, Rogério (2021, May). Violência de Estado contra jornalistas: impactos práticos e éticos das perseguições do governo Bolsonaro. *Anais do 19º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*, Brasil.
- FOPEA (2024a, April 10). Los presidentes autoritarios descalifican para silenciar. <https://fopea.org/los-presidentes-autoritarios-descalifican-para-silenciar/>
- FOPEA (2024b, April 16). El presidente de la Nación descalifica a Jorge Fernández Díaz, definiéndolo como imbécil y bruto. <https://shre.ink/tSZ9>
- FOPEA (2024c, April 16). El presidente de la Nación ataca a María Laura Santillán, acusándola de operadora y haciendo un comentario misógino. <https://shre.ink/tSZa>
- FOPEA (2024d, June 28). Así fue el ataque a FOPEA. <https://fopea.org/asi-fue-el-ataque-a-fopea/>
- Galtung, Johan (1990). Cultural Violence. *Journal of Peace Research*, 27, 3, 291-305.
- Guazina, Liziane (2021). Populismos de direita e autoritarismos: apontamentos teóricos para estudos sobre a Comunicação Populista. *Mediapolis*, Coimbra, 12, 49-65.
- Guazina, Liziane; Sousa-Silva, Mara Karina; Santos, Ébida; Carvalho, Mariana Martins; e Schiaffarino, Julia (2023). Análise exploratória da comunicação do governo federal a partir de três princípios da comunicação pública. In T. Jorge, *Desinformação o mal do século: distorções, inverdades, fake news: a democracia ameaçada* (246-273). Brasília: STF/UnB.
- Gutsche, Robert (Ed.) (2018). *The Trump Presidency, Journalism, and Democracy*. New York: Routledge.
- Hallin, Daniel e Mancini, Paolo (2004). *Comparing media systems: three models of media and politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Inácio, Magna e Llanos, Mariana (2015). The Institutional Presidency from a Comparative Perspective: Argentina and Brazil since the 1980s. *Brazilian Political Science Review*, 9, 1, 39-64.
- Kushnir, Beatriz (2004). *Cães de Guarda: Jornalistas e Censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- La Nación (2024, April 13). La filosa crítica de Jaime Bayly a Milei por sus ataques a periodistas. <https://www.lanacion.com.ar/politica/la-filosa-critica-de-jaime-bayly-a-milei-por-sus-ataques-a-periodistas-nid13042024/>
- Latam Journalism Review (2024, January, 16). 'O problema de Milei é com os jornalistas, não com a imprensa em si': 5 perguntas para o pesquisador argentino Santiago Marino. <https://abre.ai/jY3d>

- Levitsky, Steven e Ziblatt, Daniel (2018). *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- Lindner, Julia (2017, July 23). Bolsonaro aprova dois projetos em 26 anos de Congresso. *O Estado de S. Paulo*. <https://shre.ink/tSi4>
- López-López, Paulo Carlos; Pereira-López, María; Jaráiz-Gulías, Erika; e Lagares-Díez, Nieves (2025). Explanatory factors for the dissemination and control of fake news in the Latin American context. *Humanit Soc Sci Commun*, 12, 741. <https://doi.org/10.1057/s41599-025-05100-7>
- MJSP (2024, November, 6). Observatório da Violência contra Jornalistas mobiliza empresas e profissionais para denúncia de violência online e offline. <https://shre.ink/tSiJ>
- Motta, Rodrigo P. (2018). Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. *Revista Brasileira de História*, 38, 79, 195-216.
- Paulino, Fernando; Valente, Jonas; Guazina, Liziane; Urupá, Marcos; e de Carvalho, Mariana M. (2022). Políticas de Comunicação no Brasil: Uma visão geral dos dois primeiros anos do governo Jair Bolsonaro. *Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura*, 24, 2, 115-134.
- Rachman, Gideon (2022). The age of the strong man. How the cult of the leader threatens democracy around the world. Great Britain: Penguin Random House UK.
- RSF (2023, December). La agresividad de Javier Milei hacia la prensa es una señal de alerta: RSF seguirá de cerca el mandato del nuevo presidente argentino. <https://rsf.org/es/la-agresividad-de-javier-milei-hacia-la-prensa-es-una-se%C3%B1al-de-alerta-rsf-seguir%C3%A1-de-cerca-el>
- Sivak, Martín (2013). *Clarín, el gran diario argentino: Una historia*. Buenos Aires: Editora Planeta.
- Sodré, Muniz (2021). *A sociedade incivil: Mídia, iliberalismo e finanças*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Slavtcheva-Petkova, Vera; Ramaprasad, Jyotika; Springer, Nina; Hughes, Sallie; Hanitzsch, Thomas; Basyouni, Abit; e Steindl, Nina (2023). Conceptualizing Journalists' Safety around the Globe. *Digital Journalism*, 11, 7, 1211-1229. <https://doi.org/10.1080/21670811.2022.2162429>
- Stempelet, Ariel (2023, August 30). Cómo vive hoy la periodista salteña maltratada por Javier Milei en 2018 a quien le tuvo que pedir disculpas. <https://shre.ink/tSiO>
- Waisbord, Silvio; Tucker, Tina; e Lichtenheld, Zoey (2018). Trump and the great disruption in public communication. In P. Boczkowski e Z. Papacharissi (Eds.), *Trump and the media* (25-32). Massachusetts: The MIT Press.

*GABRIELA, CRAVO E CANELA:
MEMÓRIA E RECEÇÃO DA
TELENOVELA A PARTIR DAS
EXPERIÊNCIAS DE UM GRUPO
DE MULHERES PORTUGUESAS*

*Gabriela, Cravo e Canela: memory and
reception of the telenovela based on the
experiences of a group of Portuguese women*

INÊS SALVADOR
ines.salvador@ubi.pt
Universidade da Beira Interior

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-5936-5273>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-11_7

Texto recebido em / Text submitted on: 12/04/2025

Texto aprovado em / Text approved on: 22/09/2025

Biblos. Número 11, 2025 • 3.^a Série
pp. 169-190

RESUMO

Gabriela, Cravo e Canela, produzida pela Globo e emitida na RTP1 em 1977, instalou novos hábitos de consumo televisivo em Portugal e trouxe à discussão temas como a emancipação feminina, as relações de poder patriarcal e as questões de género. Esta investigação qualitativa analisa como oito mulheres portuguesas perceberam a telenovela, auscultando-as quanto às “transgressões femininas” que esta propunha. Três anos depois da Revolução de Abril, os seus núcleos familiares, sobretudo os de índole rural e religiosa, mantinham resistência quanto às novidades propostas pela narrativa. As entrevistadas associam as mulheres brasileiras ao estereótipo de liberdade ilustrado pela protagonista.

Palavras-chave: *Gabriela, Cravo e Canela*; receção; emancipação feminina; memória; percepções sociais.

ABSTRACT

Gabriela, Cravo e Canela, produced by Globo and broadcast on RTP1 in 1977, established new television viewing habits in Portugal and brought topics such as female emancipation, patriarchal power relations and gender issues into the social debate. This qualitative research analyses how eight Portuguese women perceived the telenovela, listening to them about the ‘female transgressions’ it proposed. Three years after the April revolution, their families, especially those of a rural and religious nature, remained resistant to the novelties proposed by the narrative. The interviewees associate Brazilian women with the stereotype of freedom illustrated by the protagonist.

Keywords: *Gabriela, Cravo e Canela*; reception; female emancipation; memory; social perceptions.

INTRODUÇÃO¹

Após o 25 de Abril de 1974 e até 1976, Portugal entrou num período intitulado de PREC – Processo Revolucionário em Curso. Durante este período foram feitas revisões à lei em setores como a saúde, a educação e a habitação, procurando-se estabelecer “a igualdade tanto na vida como na lei” entre homens e mulheres.

Nesta altura, em termos de comunicação mediática, a RTP1, detida pelo Estado e sob a administração militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), fazia duas transmissões diárias. A RTP1 apresentava uma “doutrina de desenvolvimento da formação e educação das massas, com programas de esclarecimento político, debates e complementação escolar” (Cunha, 2003a: 3). O uso para fins políticos da RTP1 aproximava, segundo vários autores, o uso que era feito da estação portuguesa pelos novos líderes revolucionários ao que, outrora, tinha sido levado a cabo pelo Estado Novo, registando-se uma “governamentalização da RTP” (Carvalho, 2003: 273 citado por Cádima, 2020: 134). Os anos de 1975 e 1976 ficaram também marcados, em termos televisivos, pelo registo em direto da tentativa de Golpe de Estado do general Spínola e em termos mediáticos, pela nacionalização da imprensa, da rádio e da televisão. É neste contexto mediático e político, de mudança e de consolidação democrática, que se regista a chegada de novas formas de consumo cultural à televisão, as telenovelas brasileiras. *Gabriela, Cravo e Canela* exemplifica essas modificações sociais através das imagens da emancipação feminina, relações de poder e patriarcado.

Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo compreender como é que oito mulheres portuguesas receberam e entenderam, no contexto do Portugal pós-revolucionário, as questões de género, emancipação feminina e patriarcado colocadas a nu em *Gabriela, Cravo e Canela*. Para atingir tais objetivos, procedeu-se à análise da recepção da telenovela por mulheres portuguesas, nascidas em famílias do mesmo distrito, mas imbuídas e criadas, na época, em contextos socioculturais e regionais distintos. Quando a trama foi exibida, estas mulheres tinham entre 10 e 32 anos, tendo atualmente entre 58

¹ Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., no âmbito do projeto com o identificador DOI: <https://doi.org/10.54499/2023.02911.BD>.

e 80 anos de idade, o que permite relacionar as suas memórias com processos de nostalgia e de reconstrução identitária.

Metodologicamente procedeu-se à aplicação de entrevistas semiestruturadas presenciais e à sua posterior análise de conteúdo. A aplicação desta técnica teve como objetivo resgatar a memória televisiva das entrevistadas e, sobretudo, observar quais as consequências provocadas pelo visionamento desta narrativa nas dinâmicas dos seus núcleos familiares e nas visões pessoais de cada uma.

Do ponto de vista teórico, o artigo mobiliza as perspetivas sobre género de Macedo e Amaral (2005) e de Hooks (2018) e enquadra a relação entre memória, nostalgia e receção televisiva através de Carvalheiro (2013) e Klaus (2016), o que permite compreender como as recordações individuais se cruzam com dinâmicas sociais, culturais e históricas mais amplas. A pesquisa oferece, ainda, uma reflexão sobre o modelo de codificação e descodificação das mensagens, proposto por Hall (1973) e uma inevitável abordagem à história e contexto da trama aqui objeto de pesquisa.

A pertinência desta pesquisa reside na necessidade de entender como a ficção televisiva, em particular as telenovelas, pode atuar como um agente de socialização e transformação cultural em momentos históricos de grande mudança, como foi o caso de Portugal pós-revolução. Este estudo contribui, ainda, para a compreensão do papel das telenovelas como meio de difusão de ideologias e comportamentos, além de fornecer *insights* sobre a receção dessas produções em contextos históricos, culturais e sociais específicos.

RECEÇÃO DE TELENÓVELAS

Quando a tónica é colocada na receção, o desafio está em olhar-se para as práticas e significados que a audiência atribui a um conteúdo mediático. Carvalheiro (2013) propõe uma separação conceptual entre os termos *uso*, *consumo* e *receção* de mensagens mediáticas, enquadramento que o presente artigo adota. Para o autor, o *uso* diz respeito à interação funcional que a audiência nutre com as tecnologias ou géneros audiovisuais e *consumo* denota uma absorção passiva dos conteúdos propostos pelos *media*. Em contraponto, *receção* surge como o conceito que alude ao processo de interpretação ativa das mensagens por parte

de quem as lê, vê ou ouve. A recusa da passividade no ato da receção já teria sido proposta por Hergoz que defendia que o devaneio proposto pelos conteúdos mediáticos não visava a alienação, mas sim o esquecimento momentâneo do real, deixando espaço para a interpretação pessoal das mensagens (Klaus, 2016).

O leque de interpretações possíveis impele o entendimento acerca do processo de codificação e decodificação das mensagens proposto por Hall (1973). Numa primeira fase, quem produz determinada mensagem, fá-lo à luz do seu quadro de referências. Depois, cada recetor ressignifica o conteúdo que lhe chega de acordo, não só com o respetivo mapa conceptual, valores e experiências, mas também com as estruturas sociais em que se movimenta e as crenças partilhadas nas comunidades e sociedade em que se insere (Policarpo, 2006; Almeida, 2007). Desta forma, de acordo com Hall (1973), a troca simbólica impõe, por parte de emissor e recetor, ou uma leitura hegemónica, ou oposicional ou exige uma negociação de sentidos. Em suma, a prática criadora do sentido resulta da interação entre o indivíduo e o texto. Isto significa que pessoas diferentes podem ter interpretações diferentes do mesmo conteúdo, fenómeno que é apelidado de polissemia dos textos (Klaus, 2016).

Têm sido efetuados – ao longo dos anos – vários estudos empíricos no sentido de indagar que usos fazem os telespectadores da telenovela e que gratificações têm ao consumi-la. De forma geral, conclui-se que os indivíduos procuram as telenovelas como forma de entretenimento e escape e como ferramenta de identificação e validação de atitudes, comportamentos e traços de personalidade (Burnay, 2005; Policarpo, 2006; Cunha, 2011). A aquisição de conhecimentos, a catarse emocional e a reflexão são também algumas das bonificações que o espectador obtém ao visualizar e acompanhar tramas desta índole.

A REVOLUÇÃO DE GABRIELA, CRAVO E CANELA EM PORTUGAL

Três anos após a Revolução de Abril (corria o ano de 1977), deu-se a revolução televisiva em Portugal. Neste ano, estreou na televisão portuguesa o primeiro conteúdo de natureza telenovelesca, “*Gabriela, Cravo e Canela* – um romance de costumes” (Cunha, 2013: 153) – e o concurso *A Visita de Cornélia*. Estes dois produtos foram responsáveis por tornar Portugal “num país televisivo”, ou

seja, despertaram no país “fenómenos inerentes à massificação das audiências contidas na televisão” (Cunha, 2003b: 7).

Gabriela, Cravo e Canela, original da Rede Globo de Televisão, foi emitida pela RTP1 de maio a novembro de 1977, no horário das 20 horas e 30 minutos. Em Portugal, foram exibidos 130 capítulos desta trama e não os 160 que a compunham (Cunha, 2003a; Rodrigues, 2015).

Conhecida como *Gabriela*, esta telenovela resultou da adaptação “bastante fiel” (Bravo, 2012 citado por Faria e Fernandes, 2014) para televisão do romance de Jorge Amado², publicado em 1952 e referente aos anos 20, intitulado de *Gabriela, Cravo e Canela: Crónica de uma Cidade do Interior*³. Pese embora a adaptação⁴ seja considerada pelos investigadores de elevado rigor sobretudo no que concerne aos diálogos e às temáticas abordadas, constata-se a existência de pontuais infidelidades ao texto (por exemplo, o desenvolvimento de determinadas personagens que no romance somente eram mencionadas pelo autor) pois o ajuste de uma obra à televisão implica a reconfiguração da trama às características do novo suporte (Alves e Marques, 2023).

A primeira telenovela exibida em Portugal contou com a produção de Walter George Dust, teve como protagonista Sónia Braga e apresentou como cenário Ilhéus, na Bahia, no Brasil. A história de *Gabriela* reunia no ecrã “a saga do cacau”, com a “alegria”, a “inaudita sensualidade reforçada na protagonista” (Rodrigues, 2015: 148) e o “culto político e estético” (Cunha, 2011: 8). As temáticas abordadas em *Gabriela* faziam sobressair questões de género, de patriarcado, de comércio e de poder, coincidentes com as liberdades ambicionadas pelos portugueses na Era democrática – “Portugal ambicionava libertar-se nem que fosse pela imaginação” (Rodrigues, 2015: 150). Por outras palavras, a trama assentava, pois, no confronto entre a “oligarquia financeira

² As obras de Jorge Amado contemplam “populares e subalternas que circulam num universo repleto de pluralidades, com diversidade de saberes, formas de falar e religiosidades” (Alves e Marques, 2023: 75).

³ Na perspetiva de Alves e Marques (2023), esta obra de Jorge Amado marca o apaziguamento do autor e o abandono dos seus textos mais revolucionários.

⁴ “A adaptação é sempre uma recriação” diz Jorge Amado (Tillmanm, 2020: 13).

dos coronéis diante do liberalismo progressista” e no registo da sobrevivência e de “transgressões das personagens femininas” (Hatschebach e Favoreto, 2017: 357-358). As questões políticas, a emancipação feminina, o equilíbrio entre o amor e as liberdades sociais, a exploração laboral e as mudanças nos estilos de vida e costumes foram também alguns dos principais busílis desta narrativa. A forma despudorada com que todos os temas eram abordados na trama trouxe “estranheza” e “curiosidade” aos telespectadores portugueses (Cunha e Silva, 2014).

A simbiose entre o cariz popular dos programas televisivos e a erudição das obras literárias, trouxe para o pequeno ecrã o público seletivo e acentuou o valor cultural que a televisão pode adquirir. Tal como refere Torres, “a adaptação de um romance com uma certa credibilidade literária permitiu, pois, que um setor culturalmente mais elevado aderisse à telenovela como objeto de consumo quase prioritário” (2008: 68). Por conta da proximidade linguística que une Portugal e Brasil, o público português de classe média-baixa tinha facilidade na compreensão e interpretação da mensagem da telenovela brasileira. Para além desta faixa de audiência, os homens eram, por terras lusas, a franja da população que mais fielmente acompanhava a trama (Cunha, 2003a). Tal é justificado por conta do vínculo doméstico que as mulheres portuguesas continuavam a ter, nesta fase da democracia. Em Portugal, por conta do reduzido número de televisores, o consumo de *Gabriela, Cravo e Canela* era feito em espaços públicos, como cafés, sociedades recreativas e associações ou em casa de familiares e amigos. A fruição coletiva deste conteúdo televisivo gerava interatividade entre os telespectadores, tornando-se uma mediadora social e política dos diversos grupos sociais (Martim-Barbero, 1977, citado por Cunha, 2003a e Cunha, 2003b). Para além disso, a telenovela *Gabriela* incutiu nos portugueses novas rotinas e hábitos de consumo de produtos televisivos já que eram feitos, por parte dos assíduos telespectadores, ajustes à vida laboral e doméstica de forma a que pudessem assistir à telenovela. A telenovela gerou, também, por exemplo, a introdução de vários vocábulos na língua portuguesa, promoveu a estigmatização da mulher brasileira e incitou o uso avolumado de produtos da indústria cultural brasileira. O facto de *Gabriela* ser representativa da “identidade nacional”, dos “projetos da nação” e da “cultura brasileira”

(Tillmann, 2020: 2) causou, contudo, um certo mal-estar entre uma faixa da população lusa. Esta considerava que a integração destes conteúdos na televisão nacional conspurcava a cultura portuguesa.

Gabriela foi “um produto revolucionário por incentivar a reorganização simbólica da realidade social a partir da reconfiguração e reescritura das trajetórias individuais das mulheres” (Cunha e Silva, 2014: 26) e foi a grande responsável pela fidelização do público a um género e, por consequência, a um meio e a um horário.

GÉNERO, PATRIARCADO E EMANCIPAÇÃO FEMININA

Mais do que falar em categorias sexuais (masculino ou feminino), importa entender que *género* é um conceito que adquire múltiplos significados com dimensão “política, sexual e cultural” (Macedo e Amaral, 2005: 87). Neste artigo considera-se *género*, o resultado da articulação entre a categoria biológica e a construção social que identifica e reconhece o género feminino ou masculino como portador de dadas funções e posições sociais.

Por sua vez, patriarcado associa-se a uma organização social formada a partir de células familiares, segundo as quais a atribuição das funções domésticas, sociais e políticas estão relacionadas com o sexo dos executores. Nesta senda, o homem acarreta relevo na pirâmide hierárquica doméstica e social, possuindo privilégios e regalias quer profissionais, quer financeiras e políticas. Já a mulher, nas sociedades patriarcais, está alocada a funções domésticas e é excluída de todos os tipos de decisões. Logo, as relações patriarcais são uma forma específica de relação de género em que as mulheres se encontram numa posição subordinada e de servilidade (Fernandes, 2021). A mesma autora reforça, consultando diversos outros teóricos, que as relações patriarcais se articulam com estruturas de classe, racismo, sexualidade ou deficiência, não podendo ser vistas como variáveis independentes.

Anota-se, ainda, que Macedo e Amaral avançam que a psicanálise constituiu a “lei do pai”, ou seja, um “sistema de poder e autoridade em relação ao qual o indivíduo define a sua subjetividade” (2005: 145). As autoras invocam, ainda, algumas perspetivas feministas contemporâneas, não unânimes, com

as quais Fernandes (2021) concorda, segundo as quais o patriarcado não é universal, decorrendo de questões histórico-contextuais.

Com o objetivo de cessar com os fenômenos e explorações sexistas e com a opressão surgiram os movimentos feministas. Segundo Hooks (2018), o problema que estes movimentos visam solucionar é a dominação e repressão que os sistemas de poder – sexismo institucionalizado – exercem sobre minorias sociais. Note-se que a cultura de dominação e controlo é, desde sempre, imposta a quem é mais frágil (mulheres, crianças, pessoas com deficiência, etc). Os sistemas de poder são, segundo a mesma autora, fortalecidos por crenças passadas que acompanharam o crescimento de homens e mulheres e por uma organização hierárquica. A crítica feminista recai, por exemplo, segundo Hooks (2018) no casamento patriarcal, na liberdade sexual e reprodutiva e na persistência da desigualdade nas tarefas domésticas. Neste sentido, os movimentos feministas apoiam a emancipação feminina e o desvinculo da mulher de funções pré-estabelecidas e castradoras das suas vontades e liberdades. Não se trata, segundo Hooks (2018), de uma hipervalorização da mulher face ao homem, mas num equilíbrio entre direitos, deveres, funções e liberdades entre os dois sexos.

O FEMININO EM *GABRIELA, CRAVO E CANELA*

A protagonista de *Gabriela*, bem como as personagens mais acarinhadas pelo público, eram femininas, verificando-se uma espécie de elevação destas ao Olimpo, por conta da sua fácil identificação (Rodrigues, 2015).

Todas as personagens femininas de *Gabriela, Cravo e Canela*, de alguma forma, personificam “o drama feminino diante a moralidade vigente” (Hatschebach e Favoreto, 2017: 357). Por um lado, surgem as que presidem o empoderamento feminino, subscrevendo as transformações sociais (as personagens Gabriela e Malvina, por exemplo). Por outro lado, brotam as que espelham os efeitos colaterais do patriarcado, demonstrando a submissão e a restrição aos desejos e prazeres mundanos (exemplo disso foi a personagem Sãozinha). Neste caso, as personagens femininas estão ligadas aos “bons costumes” e, por inerência, ao contexto doméstico e familiar e aos compromissos

maternais, sendo inexistente a sua autodeterminação (Martinha, 2013). De acordo com a autora, estas mulheres vergavam-se às ordens de pais, irmãos ou maridos, cingindo a sua vida aos deveres sociais e familiares. Todas as mulheres que na trama em estudo não preenchessem os requisitos enunciados eram tidas como prostitutas⁵, sem deveres familiares, mas com imposição e subjugação aos direitos do homem.

No fundo, estas associações correspondem aos dois tipos de estereótipos associados à mulher. Por um lado, a mulher submissa e subjugada aos desejos de outrem e à vida doméstica e privada. Por outro lado, a mulher empoderada e dona de si mesma, estereótipos que ainda hoje vigoram nas tramas portuguesas.

A protagonista desta trama, Gabriela, chegou a Ilhéus como migrante do mercado de escravos, depois da morte do tio. Gabriela era uma mulher “órfã”, vistosa, sensual e “impulsiva” (Martinha, 2013) que trabalhava como cozinheira para o árabe, apelidado de “turco”, Nacib. Para além das funções domésticas que desempenhava para Nacib, trabalhava, ainda no bar do Vesúvio, onde explorava a sua sensualidade. Gabriela acaba por casar com o patrão, homem que a partir desse momento, quer que Gabriela se torne uma mulher responsável, castrando parte das suas liberdades. Tal atitude leva-a a trair o marido com Tónico Bastos. Esperava-se que esta traição resultasse na morte de Tónico Bastos pois era costume derramar-se sangue em casos de adultério, como aconteceu no início da telenovela. Todavia, Nacib pede somente a anulação do casamento com Gabriela e incita o amante da ex-mulher a sair de Ilhéus. Tal atitude revela que Gabriela foi capaz de modificar as suas ideologias patriarcais. Gabriela mostra-se, de forma transversal nas suas atitudes e discursos desapegados dos valores morais, políticos e económicos vigentes, aparecendo como a maior representante da liberdade feminina na trama, em todas as suas valências.

Analisando brevemente a personagem Malvina, vislumbra-se que esta é a herdeira da maior fortuna da cidade o que, *a priori*, lhe confere

⁵ Apelidadas de “mulher tentação” ou “amante ideal” por Hatschebach e Favoreto (2017).

um alargado número de responsabilidades. Contudo, esta personagem rejeita-as e rompe com as tendências pré-determinadas para si pelo seu pai. Para além desta afronta, Malvina protagoniza uma outra transgressão às leis morais vigentes: mantendo uma relação com um homem casado. Perante o sucedido, o pai de Malvina, manda-a para um colégio interno, todavia, com vista a conquistar a liberdade que sempre ambicionou, Malvina fugiu e foi procurar a sua independência financeira e intelectual, procurando emprego e trabalho em São Paulo. Note-se que o seu pai não queria que ela fosse “doutora”, pese embora Malvina tenha dito desde sempre que não queria seguir as pisadas da mãe. Devido à sua ousadia e arrojo, Malvina foi apelidada de “indigna” e “desgraçada” por muitos habitantes de Ilhéus.

Já Sãozinha Mendonça apresentou-se como a personagem que, por transgredir as regras que lhe eram impostas pela sociedade, terminou morta. Sãozinha e o amante foram assassinados pelo marido desta mulher, Jesuíno Mendonça. A relação entre o casal era de opressão e subjugação da mulher face ao marido. A punição deste crime passionai dava sinais da mudança de mentalidades que proliferava em Ilhéus e, por analogia, no Brasil.

Gabriela, Cravo e Canela foi, em termos de construção social da imagem da mulher brasileira, a grande responsável por associar a “mulher tropical” a um certo tipo de características estereotipadas (Cunha e Silva, 2014). A leviandade, a sensualidade, a transgressão permanente das normas sociais instituídas e a quebra dos compromissos são algumas das especificidades que se mantêm, até hoje, associadas à mulher brasileira e que brotaram, numa primeira fase, de *Gabriela, Cravo e Canela*.

METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO

Considerando a relevância que a telenovela *Gabriela, Cravo e Canela* teve em Portugal vislumbra-se de enorme importância indagar como é que as mulheres portuguesas perceberam e rececionaram a trama. Neste sentido, procede-se à auscultação de oito mulheres lusas, com idades compreendidas entre os 10 e os 30 anos aquando da exibição da trama, quanto à sua perceção das transgressões

propostas pela trama e quanto ao impacto que a narrativa (suas conseqüentes abordagens e visões) teve na sua vida, em particular, no seu núcleo familiar. Será que se confirma que *Gabriela* originou “novos quadros e atitudes familiares e de género” (Rodrigues, 2015: 151)?

Chegou-se ao *corpus* desta investigação através da interlocução com o dono de um dos cafés que, no distrito da Guarda, transmitia a trama. Nessa conversa foram apontados alguns nomes de telespectadoras da trama naquele espaço⁶ que, por sua vez, motivaram novas redes de contacto (estilo amostragem, bola de neve). Algumas mulheres residiam com os pais na altura da exibição da trama, ao passo que outras viviam já longe dos respetivos contextos familiares. As mulheres entrevistadas possuem naturalidades diferentes (litoral e interior de Portugal), tendo crescido em contextos demográficos de variados níveis populacionais (aldeias, vilas e cidades). A composição da amostra procurou, assim, assegurar a representatividade de diferentes formas de fruição da telenovela, bem como captar perceções distintas relacionadas com a idade das entrevistadas e os seus contextos socioculturais.

As entrevistas semiestruturadas e semidiretivas foram aplicadas presencialmente, existindo uma adaptação das questões conforme o consumo ou ausência de consumo das telenovelas em causa, de acordo com as idades e conseqüentes níveis de memória e conforme o contexto familiar de cada uma. Ressalva-se, como sugere Carvalheiro (2013), que os resultados das entrevistas devem ser considerados como reinterpretações das experiências passadas e não como fotografias exatas do momento da receção, já que a receção é construída a partir do presente – “(...) entre uma multiplicidade de imagens históricas que se armazena, os indivíduos escolhem sempre os aspetos que fazem mais sentido para si no tempo real da narração (...)” (Carvalheiro, 2013: 89).

⁶ Gabriela, Filomena e Natália foram os nomes apontados pelo dono de um dos cafés que, no distrito da Guarda, exibia a trama.

Nome ⁷	Idade em 1977	Naturalidade	Local de habitação em 1977
Gabriela	20	Aldeia: interior do país	Guarda
Gisela	24	Aldeia: interior do país	Cidade: interior do país
Elvira	32	Aldeia: interior do país	Cidade no litoral do país
Fátima	16	Cidade: litoral do país	Cidade de onde é natural
Filomena	14	Aldeia: interior do país	Guarda
Doroteia	12	Cidade: interior do país	Cidade de onde é natural
Natália	10	Cidade: fora do país	Guarda
Sofia	10	Aldeia: interior do país	Aldeia de onde é natural

Numa primeira fase, procurou-se compreender qual o contexto familiar das entrevistadas no período pré-revolucionário. Seguiu-se uma incursão sobre os hábitos de consumo associados à trama em análise, explorando se cada mulher assistia de forma regular e consistente à trama e quais os motivos que levavam a essa realidade. Por fim, e após ser feito um levantamento de quem, na sua casa, assistia a *Gabriela, Cravo e Canela* tentou-se identificar quais as maiores alterações comportamentais e reflexivas instaladas nos diferentes membros da família: *Gabriela* mostrou-se capaz de intervir na perceção, interpretação e comportamento dos telespectadores (Cunha, 2013)?

Note-se que esta investigação se baseia no processo de recepção da telenovela, pelo que, um dos aspetos fundamentais a considerar é a memória. A televisão tem a capacidade de criar a memória do quotidiano e a memória coletiva, acerca de um determinado fenómeno social (Cunha e Silva, 2014). A memória coletiva resulta de um processo de seleção das imagens mentais apreendidas e da adição das memórias institucionais e individuais. Ressalva-se que todas as mulheres ouvidas recordam, claramente, a *febre* promovida por *Gabriela* e a novidade que gerou em termos estéticos, mediáticos e sociais, tanto no país, como na sua localidade e seio familiar. Contudo, à exceção das

⁷ Ressalva-se que os nomes mencionados são fictícios, possuindo somente coincidência com a realidade na letra que os inicia. Tal deve-se a questões de privacidade e com vista a garantir que as entrevistadas falassem mais abertamente com a investigadora, sobretudo, no que concerne às questões familiares.

personagens favoritas Gabriela, Malvina, Jerusa e Tonico Bastos, da banda sonora, dos cenários e vestuários, a sua memória parece diluir-se e ser pouco contundente em relação à narrativa apresentada.

ANÁLISE DOS DADOS

A análise das entrevistas teve por base os eixos temáticos que, previamente, deram origem ao guião das entrevistas. Desta forma, estipulam-se como unidades de análise:

- O contexto familiar das entrevistadas no período pré e pós-revolucionário (desde o respetivo nascimento até 1977);
- As funções desempenhadas no seio familiar das entrevistadas no período pré e pós-revolucionário;
- Considerações gerais sobre *Gabriela, Cravo e Canela*;
- Os hábitos de consumo da telenovela *Gabriela, Cravo e Canela* pelas entrevistadas;
- A perceção das mulheres ouvidas face à opinião dos membros dos círculos afetivos;
- Temáticas da trama mais recordadas pelas mulheres entrevistadas;
- Mudanças comportamentais registadas após o visionamento de *Gabriela, Cravo e Canela*;
- Mulher brasileira: definição e reconhecimento da mulher-tipo na novela em estudo.

Com idades compreendidas entre os 10 e os 32 anos em 1977, as oito entrevistadas acusam ter diferentes contextos familiares até ao ano citado. A idade e a conseqüente fase de vida em que as entrevistadas se encontravam parecem contribuir, em muito, para as alterações registadas nas suas vidas e núcleos familiares. Fátima, Filomena, Doroteia e Sofia, respetivamente com 16, 14, 12 e 10 anos de idade, coabitavam com a sua família nuclear: pais e irmãos. Ressalva-se que as famílias das referidas mulheres são de dimensão reduzida e que, em dois dos casos se registou a ausência da figura paterna de

forma regular por conta do fenómeno da emigração que assolou o país nos anos 70 (Doroteia e Sofia). Por sua vez, o caso de Filomena é ilustrativo de famílias (irmão) com membros destacados na guerra do Ultramar. O mesmo acontece com as famílias de Gabriela e Gisela, ambas com núcleos familiares de grandes dimensões (dez e doze irmãos, respetivamente) com um irmão, cada uma, a combater por Portugal nas antigas colónias lusas. A Gabriela e Elvira junta-se Gisela, no que concerne à saída de casa dos pais por motivos escolares existindo, por consequência, pouco convívio diário com os demais membros da família e com a rotina implementada em cada lar. Por fim, Natália cresceu fora de Portugal, em Angola, tendo vindo para Portugal em 1974. O seu contexto familiar era, diferentemente dos demais, circunscrito aos avós e primos.

A aparente ausência de distinção nos papéis sociais exercidos por homens e mulheres, relatados por Filomena, Fátima, Doroteia e Natália, revela-se contraditória quando comparada com as descrições das respetivas dinâmicas familiares. Nestes quatro casos, há o relato de normas patriarcais – funções domésticas alocadas às mães/mulheres e funções sociopolíticas ou trabalho fora de casa alocados às figuras masculinas. A normalização destas realidades ilustra como o sistema patriarcal estava enraizado nas famílias, de tal forma que não constituía uma anormalidade comportamental. À luz do que Carvalheiro (2013) defende, aquilo que se escolhe relembrar do passado é ditado pela forma como se entende o presente, o que, neste caso, revela uma possível e passiva aceitação de sistemas sociais hierárquicos e conservadores por estas mulheres. A evocação de uma infância “livre” e “sem preocupações” não elimina, portanto, a existência de desigualdades de género, antes expõe o modo como estas eram incorporadas como parte da ordem social dominante.

Em contrapartida, Sofia, Gabriela, Gisela e Elvira reconhecem explicitamente a separação dessas funções nas suas famílias. A frase recordada por Gabriela – “as coisas da casa são para as meninas, as da rua e do campo para os meninos” – sintetiza uma pedagogia quotidiana que, de forma aparentemente inocente, delimitava esferas de atuação entre géneros. Do mesmo modo, o testemunho de Elvira sobre a sua responsabilidade nos cuidados domésticos – “fazia a lide da casa, cuidava dos meus irmãos e fazia a comida” – reforça a ideia de que a divisão de funções era não apenas aceite,

mas também interiorizada como parte do processo de socialização feminina. Sofia e Gisela mencionam ter vivido a mesma realidade já que a ruralidade implicava o trabalho agrícola por parte dos “homens da casa” e o seu consequente convívio com pessoas fora do lar, ao passo que as mulheres estavam restringidas, em todos os sentidos, ao espaço privado.

O período pré-revolucionário revelou-se particularmente opressor para as mulheres com mais de 13 anos, por terem consciência do regime em que viviam. No caso concreto de Sofia, por exemplo, a transição de um regime para outro foi indolor e inconsequente já que, enquanto criança, Sofia não se apercebeu da realidade em que vivia e na que passou a viver: “apesar de haver falta de muita coisa que eu desconhecia haver, nunca senti existir nada de errado porque não conhecia outra realidade”. Esta visão, marcada pela ausência de referências ditatoriais, gerava a ilusão de normalidade, só percebida pela entrevistada anos mais tarde. Com uma experiência diferente e com uma apreensão da realidade distinta, Gisela explica que quer na rua, quer em casa “de poucos assuntos se falava... Era só quase o dia-a-dia. Como é que as pessoas trabalhavam ou o que se comia”. Esse silêncio, longe de ser apenas casual, funcionava como mecanismo de controlo social.

A falta de diálogo sobre economia ou política, em contextos urbanos, e a ausência de debates sobre sexualidade, emancipação ou independência feminina, nas zonas rurais, revelava, não só a implementação sólida dos sistemas sexistas institucionalizados, mas também o desconhecimento de muitas destas temáticas e problemas sociais – “nem se conhecia outra coisa” (entrevista de Gabriela).

Gabriela, Cravo e Canela foi acompanhada por sete das oito mulheres ouvidas de forma regular. Somente Sofia assistiu “a menos episódios do que os dedos de uma das nossas mãos” porque a sua mãe não gostava que ela andasse em convívios, nem em casa de outras pessoas. Sofia admite só ter assistido à trama quando o irmão a levava. Esta mulher garante que a proibição do consumo da telenovela em nada se prendeu às temáticas abordadas até porque a sua mãe “nem sabia o que aquilo era, nem o que se lá passava”. Esta ausência de curiosidade ou abertura para novos produtos televisivos pode ser lida como a continuidade de uma lógica conservadora, em que o

consumo mediático era secundário face à manutenção de normas familiares rígidas. A experiência de Sofia, por contraste com o consumo massivo registado pelas restantes entrevistadas, revela que *Gabriela* não foi apenas um fenómeno televisivo homogéneo, mas também um campo de negociação de valores entre gerações e dentro das famílias.

Unânime é a tese de que houve um consumo desenfreado da primeira telenovela brasileira transmitida em Portugal. Frases como “não podíamos perder”, “eramos doidinhas por aquilo” ou “aquilo foi uma loucura” ajudam a compreender o cenário do consumo nacional da trama. A novidade, em termos mediáticos, de linguagem, de estética e de comportamento estão na base deste consumo.

De forma transversal todas as entrevistadas apontam como público preferencial e regular de *Gabriela, Cravo e Canela*, jovens de qualquer género: “era por igual”, “tanto os homens como as mulheres viam a novela”. A substancial diferença nos hábitos de consumo prende-se com a localização onde era realizado o acompanhamento da narrativa. Constata-se que nas localidades mais pequenas (aldeias), o consumo era realizado em grandes grupos devido à escassez de televisores. Esta limitação tecnológica levava grande parte da população, à hora da novela, a esse espaço: “embora a sala fosse grande, abríamos a janela e havia pessoas que ficavam, do lado de fora, a ver a novela” (entrevista de Filomena). Por seu lado, em localidades maiores (cidades), a fruição era caseira. Gisela, Elvira, Fátima e Doroteia falam no acompanhamento da telenovela junto das pessoas com quem partilhavam casa ou, no caso de Elvira, o grupo com quem, por conta dos estudos, partilhava a hora da novela. Fátima, por exemplo, dá conta que na sua cidade Natal, os autocarros viajavam sem passageiros à hora de *Gabriela, Cravo e Canela*.

Na interioridade nacional, o impacto de *Gabriela, Cravo e Canela* não se limitou ao fascínio dos mais jovens, mas gerou também reações de rejeição, sobretudo entre pessoas de faixas etárias mais elevadas, marcadas pelo peso do conservadorismo religioso e pela escassez de informação. A telenovela em estudo foi classificada como “imoralidade”, “disparate” ou “pecado”, segundo as entrevistadas. Gabriela, por exemplo, diz ter ouvido muitas vezes “você só veem coisas sem jeito” por parte de familiares mais velhos. As justificações

apontadas dão conta de um choque com a realidade conhecida até então e de uma dificuldade em aceitar comportamentos ou pensamentos que pudessem colocar em causa os estilos de vida tidos como respeitosos e seguros. Esta tese é confirmada por Cunha segundo a qual, “Gabriela teve o poder de “educar e deseducar” um povo pouco alfabetizado” (2003a: 12).

A tese de que o que dava em *Gabriela* era “perturbante ouvir em diálogos correntes” (Virgílio Ferreira citado por Rodrigues, 2015: 151) foi corroborada por algumas entrevistadas. De tal ordem que, à exceção da realidade vivida por Elvira, mulher que em 1977 frequentava um curso pós-laboral noturno, todas as outras, embora algumas não de forma explícita, apontam ter sido constrangedor falar de determinadas temáticas com os demais telespectadores de *Gabriela*, *Cravo e Canela*. Mais do que um produto promotor da reflexão social, tratava-se de um formato de entretenimento cujo consumo terminava no encerramento de cada episódio. Isto significa que o “impacto” que se associa à telenovela em estudo é relativo. As entrevistadas de faixa etária superior aos 20 anos, admitem que a trama foi revolucionária, na medida em que abordava temas disruptivos, trazendo a lume questões sociais de premente reflexão. Contudo, tanto estas como as demais, falam na música, nas personagens, na roupa e nos cenários como os principais elementos atrativos da trama. Assume-se que, a consciencialização das mensagens trazidas pela trama só se deu anos depois da telenovela ter sido exibida e após sucessivos reforços temáticos de outras telenovelas brasileiras.

A imagem percecionada da mulher brasileira, em muito se aproxima da imagem projetada no ecrã. As entrevistadas concordam que as mulheres brasileiras, tal como Gabriela e Malvina, são “independentes” e “donas de si”, “sem preconceitos” ou amarras. Natália define-as como “desempoeiradas” e, ao contrário das demais, caracteriza-as como pouco honestas, o que parece divergir das imagens plasmadas no ecrã. A correspondência que as oito mulheres fazem entre a mulher brasileira representada na ficção e a mulher brasileira percecionada no mundo real, reforça a força da telenovela enquanto dispositivo cultural sedimentador de identidades.

Destaca-se como curioso o facto de nenhuma das oito entrevistadas saber que *Gabriela*, *Cravo e Canela* não foi transmitida na íntegra pela

RTP1. A normalização desta situação expõe uma aceitação dos mecanismos de controlo, pois segundo as entrevistadas “o que aparecia já era demais para o povo português”, como “tudo que deu foi tão chocante e novo que já não era preciso mostrar mais nada” (entrevista de Elvira). Sofia, a mais jovem entrevistada, é a única que assume perentoriamente que se trata de uma “ação pouco democrática”.

Para a maioria das entrevistadas, não foram os temas tratados nas telenovelas ou nos *media*, no geral, os grandes *outdoors* da Revolução de Abril. Para algumas, nem a própria liberdade conquistada com a democracia foi uma grande revolução pois, como crianças, não deram conta do opressor regime totalitário vivido até 1974. Para a maioria das mulheres entrevistadas, na época crianças e jovens, a democracia foi personificada pela vinda dos retornados e pelo fim da Guerra do Ultramar. Liberdades como a de expressão e de circulação entre outras conquistas sociais, como o voto ou a educação só foram celebradas e consolidadas nos anos e décadas seguintes.

Mais do que o “embate entre o novo e o velho” (Hatschbach e Favoreto, 2017), as mulheres entrevistadas afirmam que Gabriela foi “um choque”, não só com uma cultura que lhes parecia “distante” e, até à data, “desconhecida” e “impossível”, mas também porque muitas das ações plasmadas na narrativa abordavam temas e contextos que as mulheres não conheciam. *Gabriela* foi reformadora pois apresentou novas formas de vida, desafiando os limites do imaginário social da época.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos dos estudos de recepção de telenovelas já realizados dão conta de que fatores como a faixa etária, o género, o contexto familiar ou o nível de escolaridade contribuem para diferentes perceções das mensagens mediáticas e das narrativas telenovelistas. Neste artigo, atentou-se, particularmente ao contexto familiar e social das entrevistadas.

Conclui-se que, em 1977, tanto a idade como a localização geográfica e a consequente densidade populacional dos locais onde a trama era acompanhada, tiveram influência na forma como esta era percecionada, entendida e recebida.

A consciencialização da mudança de regime e da transição de uma sociedade pautada pela repressão para uma sociedade livre deu-se, sobretudo, nas mulheres mais velhas. Embora todas corroborem dizendo que a telenovela era “muito à frente do seu tempo” e “algo completamente diferente” do que estavam habituadas, certo é que as mulheres mais adultas reconhecem a intervenção social da telenovela na sociedade, ao passo que, as demais entenderam a novela como algo somente lúdico.

Segundo os relatos recolhidos, famílias com vivências mais rurais ou residentes em localidades com reduzido número de população, tendiam a demonstrar mais “estranheza” face ao ficcionado, pois a realidade apresentada na trama constituía-se consideravelmente distante da conhecida até então. Por sua vez, a população que se movimentava em locais de maior dimensão ou em zonas urbanas tendia a olhar com “curiosidade” para aquilo a que assistia, funcionando a telenovela como um reforço das suas crenças prévias e já conhecidas.

Embora tenha sido transversal a crença de que *Gabriela*, só por si, não constituiu uma alteração imediata dos seus contextos familiares e vida privada, certo é que todas corroboram que o “choque” provocado pela trama se concretizou numa “abertura para o mundo”. Mesmo no seio das famílias que assistiam à trama em conjunto ou no seio de famílias e comunidades liberais e democráticas, vislumbra-se que *Gabriela*, *Cravo e Canela* não era um tema abordado após o visionamento de cada episódio. As liberdades de Abril, tal como as disrupções trazidas a nu pelas telenovelas brasileiras levaram algum tempo a serem sedimentadas, em Portugal e nas famílias.

Em termos gerais, conclui-se que as mulheres entrevistadas retiveram com maior destaque as questões da independência feminina na sua memória, com menção de que o que constava no ecrã retratava aquilo que elas próprias ambicionavam ser ou ter.

Ressalta-se que os resultados desta pesquisa não podem ser generalizados já que o *corpus* não é socio-demograficamente representativo da sociedade lusa. Ao articular memórias individuais com transformações políticas e culturais mais amplas, o artigo reforça, no entanto, a importância de analisar a telenovela como espaço de construção simbólica e de negociação de valores

sociais, evidenciando o papel da televisão na formação de imaginários coletivos sobre género e liberdade. Para pesquisas futuras, parece pertinente o alargamento deste estudo a mulheres de todos os distritos portugueses, bem como a aplicação de metodologias semelhantes a outras telenovelas brasileiras transmitidas em Portugal nos anos 70 e 80. Seria igualmente enriquecedor comparar a receção das “transgressões femininas” propostas por *Gabriela* entre as mulheres que acompanharam a primeira emissão e aquelas que assistiram, anos mais tarde, à sua reposição.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Heloisa Buarque de (2007). Consumidoras e heroínas: género na telenovela. *Revista de Estudos Feministas*, 15, 1, UNICAMP, 177-192. <https://www.scielo.br/j/ref/a/BLfBr5bcP9KSVDjB7P9S6Wf/>
- Alves, Gedy Brun Weis e Marques, Márcia Gomes (2023). Género e formato na adaptação televisiva de *Gabriela, Cravo e Canela*. *Revista Tabuleiro de Letras*, 17, 1, 72-88. <https://www.revistas.uneb.br/index.php/tabuleirodeletras/article/view/17118/11613>
- Burnay, Catarina Duff (2005). A telenovela e o público: uma relação escondida. *Media & Jornalismo*, 6, 95-110. <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/15051>
- Cádima, Francisco Rui (2020). A televisão no Portugal pós-revolucionário: instrumentalização, desregulação, demissão do Estado e debilitação do setor dos media. *Media & Jornalismo*, 20, 37, 131-141. https://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/2183-5462_37_7
- Carvalho, José Ricardo (2013). Sobre receção, história e memória: notas epistemológicas e metodológicas. *Media & Jornalismo*, 22, 71-100.
- Cunha, Isabel Ferin e Silva, Joaquina de Fátima Tranquilin (2014). A telenovela *Gabriela* na memória da mulher brasileira. *Ciberlegenda*, 1, 22-35.
- Cunha, Isabel Ferin (2003a). A revolução de *Gabriela*: o ano de 1977 em Portugal. *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. Universidade da Beira Interior*.
- (2003b). As telenovelas brasileiras em Portugal. *Biblioteca Online das Ciências da Comunicação, Universidade da Beira Interior*.
- (2011). Memórias da Telenovela – Programas e Receção. *Media & Jornalismo*. Livros Horizonte.
- (2013). Memória, Nostalgia e História na receção de *Gabriela*. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, 151-165. <https://www.lusocom.net/anuario/anuario-2013/>

- Faria, Maria Cristina Brandão de e Fernandes, Guilherme Moreira (2014, setembro 2 – setembro, 5). *Gabriela: do romance ao remake*. [Artigo Conferência]. XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Foz do Iguaçu.
- Fernandes, Evelyn Blaut (2021). Morte ao patriarcado: Fraternidade, irmandade, sororidade. *Cadernos Pagu*, 63, 1-10. <https://www.scielo.br/j/cpa/a/kzKGbt3svhfMHF96CNrVSnJ/?lang=pt>
- Hall, Stuart (1973). Encoding and decoding in television discourse. *Centre for Contemporary Cultural Studies*.
- Hatschebach, Bruno Guilherme e Favoreto, Aparecida (2017). Notas preliminares acerca do feminismo em Jorge Amado: da subserviência às transgressões de Gabriela, Cravo e Canela. *Rebela – Revista de Estudos Brasileiros Latino-Americanos*, 7, 2, 256- 373. <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/rebela/article/view/2575>
- Hooks, Bell (2018). *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Klaus, Elisabeth (2016). From Listeners to Viewers: Herzog as the Founder of Qualitative Entertainment and Audience Research. In Elisabeth Klaus e Josef Seethaler (Eds.), *What Do We Really Know About Herta Herzog? Exploring the Life and Work of a Pioneer of Communication Research* (99-116). Peter Langag.
- Macedo, Ana Gabriela e Amaral, Ana Luísa (2005). *Dicionário da Crítica Feminista*. Edições Afrontamento.
- Martinha, Priscilla Petry Barros (2013). *Gabriela, Cravo e Canela: análise da composição dos figurinos para as telenovelas*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.5/6613>
- Policarpo, Verónica de Melo (2006). Viver a Telenovela: um estudo sobre a receção. *Media & Jornalismo*. Livros Horizonte.
- Rodrigues, Ernesto (2015). Os efeitos de Gabriela em Portugal. *Miscelânea, Assis*, 18, 145-154. <https://seer.assis.unesp.br/index.php/miscelanea/article/view/80/77>
- Tillmann, Juliana Camara (2020, dezembro 1 – dezembro, 10). *A telenovela Gabriela como mercadoria simbólica no jogo da negociação política*. [Artigo Conferência]. XXXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, virtual, 1-15.
- Torres, Mário Jorge (2008). A cultura light televisiva: o fenómeno das telenovelas. *Culturalite: Comunicação e Cultura*, 6, 67-80. <https://revistas.ucp.pt/index.php/comunicacaoecultural/article/view/466>

LIBERDADE E PODER EM
“A TOURADA” DE A NAIFA:
ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO
MULTIMODAL

*“Freedom and Power in “A Tourada”
by A Naifa: Critical Analysis of
Multimodal Discourse”*

ANA CRISTINA GOMES DA ROCHA

anacrocha@utad.pt

Instituto Politécnico de Viana do Castelo

JOAN R. SAPIÑA

jsapina@utad.pt

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Centro de Estudos em Letras

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4620-7798>

<https://orcid.org/0000-0001-5947-0478>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-11_8

Texto recebido em / Text submitted on: 15/04/2025

Texto aprovado em / Text approved on: 24/09/2025

Biblos. Número 11, 2025 • 3.^a Série

pp. 191-212

RESUMO

O presente artigo analisa o videoclipe da música “A Tourada” do projeto artístico A Naifa a partir da leitura de significantes multimodais que remetem para a imagética da Revolução de Abril. Através da Análise Crítica do Discurso Multimodal (ACDM) temos como objetivo examinar o discurso elaborado no “videoclipe” como expressão que constrói e reproduz uma resistência perante o poder. Portanto, partimos de uma base teórica de que é fundamental analisar e interpretar o discurso multimodal tendo em consideração as crenças partilhadas por quem (re)elabora o discurso, o conjunto de vivências históricas e individuais e o contexto socio-histórico no qual se enquadra. Sendo um discurso multimodal, isto é, composto por diferentes *modos*, será fundamental não só caracterizar as coordenadas ideológicas de resistência, mas também descrever e analisar as diferentes relações semióticas estabelecidas.

Palavras-chave: Música; ativismo; Revolução de Abril; semiótica.

ABSTRACT

This article analyses the music video for the song “A Tourada” by the artistic project A Naifa based on the reading of multimodal signifiers that refer to the imagery of the April Revolution. Using the Critical Analysis of Multimodal Discourse (ACDM), we aim to examine the discourse elaborated in the “videoclip” as an expression that constructs and reproduces resistance to power. Therefore, we start from the theoretical basis that it is fundamental to analyse and interpret multimodal discourse, considering the beliefs shared by those who (re)elaborate the discourse, the set of historical and individual experiences and the socio-historical context in which it is framed. Since it is a multimodal discourse, i.e. composed of different modes, it will be essential not only to characterise the ideological coordinates of resistance, but also to describe and analyse the diverse semiotic relationships established.

Key words: Music; activism; Revolution of April; semiotic.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma análise do videoclipe “A Tourada” (2013) do projeto artístico A Naifa partindo da abordagem teórica Análise Crítica do Discurso Multimodal (ACDM), procurando assim criar uma problematização que se centra nos diferentes discursos produzidos no videoclipe enquanto produto cultural de uma época muito específica marcada por contestações sociais a nível nacional e internacional. É, pois neste sentido, que tentaremos criar um diálogo entre este videoclipe de A Naifa e a canção escrita por Ary dos Santos e cantada por Fernando Tordo em 1973 no Festival RTP da Canção, na medida em que o videoclipe em análise recupera os ideais de Abril que já haviam sido apontados na canção de Ary dos Santos e de Fernando Tordo. Atendendo a um contexto sociopolítico e cultural muito específico, isto é, a intervenção da troika em Portugal e o descontentamento generalizado por parte da população portuguesa, é fulcral problematizar como a arte, nomeadamente a música, opera como discurso de resistência e de denúncia. Partindo do pressuposto que essa resistência acontece também no discurso, então, o videoclipe inscreve-se num conjunto de expressões artísticas mais comprometidas e interventivas que visam a consciencialização coletiva e que contribuem para a construção de um sujeito coletivo que ocupa o espaço público reivindicando a sua autoridade naquilo que pode ser definido como contrapoder.

A sua estrutura organiza-se a partir de secções e subsecções, sendo que a primeira visa apresentar as bases do marco teórico-metodológico da Análise Crítica do Discurso Multimodal (ACDM) e da metodologia especificamente utilizada neste artigo. Seguidamente, serão apresentados os resultados que advêm desta análise, colocando ênfase no modo linguístico e na interação entre os modos semióticos presentes no videoclipe, como por exemplo, a melodia, a componente visual, gestual, entre outros.

1. ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

A Análise Crítica do Discurso (ACD) é uma abordagem metodológica e teórica centrada na relação entre linguagem, poder e estruturas sociais. Baseia-se na

premissa de que a linguagem não é neutra, mas é utilizada estrategicamente pelos atores sociais para manter, reproduzir ou desafiar relações de poder, dominação e ideologia. A ACD tem como objetivo desvendar as formas como o discurso reflete e reproduz as desigualdades sociais, identificando como os discursos são construídos e sustentados através de práticas discursivas e como, ao mesmo tempo, esses discursos permitem possibilidades de resistência e mudança social (Wodak e Meyer, 2003), isto é, a ACD permite o questionamento das construções discursivas de poder, ideologia e agência, revelando possibilidades de transformação social (Hammersley, 2003).

Uma característica fundamental da ACD é a multiplicidade de abordagens e enfoques que pode adotar, tendo sempre em atenção as dinâmicas de poder implícitas nos textos. Assim, Fairclough (1992, 2001) propõe um modelo de três níveis para a análise do discurso: o discurso como texto, a prática discursiva e a prática social. Esta abordagem permite-nos explorar não só as características estruturais e linguísticas do texto (entendido desde a perspectiva multimodal), mas também a produção, circulação e consumo de discursos em contextos socioculturais específicos. A investigação destes níveis permite-nos compreender como a linguagem pode tanto consolidar como desafiar o poder e as estruturas sociais. Neste sentido, a ACD também torna transparente a representação das desigualdades sociais e das relações de poder nos discursos, salientando a importância de observar como os discursos estão ancorados em contextos históricos e sociais específicos (Wodak e Meyer, 2003). De facto, um dos aspetos cruciais da ACD é “trazer à superfície” a forma como os discursos dominantes exercem (o) poder, constituem e transmitem o conhecimento e organizam as instituições sociais (Locke, 2004; Wodak, 2004).

O conceito de multimodalidade refere-se à interação de múltiplos modos semióticos na criação de significado. Um “modo” é, portanto, definido como um conjunto de recursos semióticos que são regularmente utilizados numa comunidade para satisfazer os seus objetivos comunicativos (Kress, 2010). Estes modos podem incluir a linguagem escrita ou falada, gestos, imagens, sons, cores, entre outros (Kress, 2004). A ACDM estuda os discursos em que se combinam diferentes sistemas de signos (modos) e os mecanismos da sua

produção e compreensão (Kress e Van Leeuwen, 1996, 2020). Esta abordagem enfatiza a *intersemiose*, ou seja, as relações entre modos que emergem quando diferentes modos se combinam para criar um discurso que não pode ser compreendido isoladamente a partir de um único modo. Neste sentido, a ACDM preocupa-se não só com a linguagem verbal, mas também com os elementos visuais, sonoros, gestuais e outros envolvidos no processo de produção de sentido (Jewitt, 2009). Por outras palavras, a ACDM também se preocupa com a conceção, produção e distribuição de recursos multimodais em contextos sociais (Van Leeuwen, 2008) e com a ressemiotização (Iedema, 2001, 2003) de fenómenos multimodais à medida que a prática social/discurso se desenrola na comunidade.

Por outras palavras, a ACDM também se preocupa com a conceção, produção e distribuição de recursos multimodais em contextos sociais (Van Leeuwen, 2008) e com a ressemiotização (Iedema, 2001, 2003) de fenómenos multimodais à medida que a prática social/discurso se desenrola na comunidade.

Esta abordagem multimodal permite-nos identificar como o discurso, através da combinação de diferentes modos, participa na representação de questões sociais e políticas, no nosso caso em particular, a liberdade, a resistência político-ideológica e os valores da revolução de Abril. Além disso, permite-nos abordar a forma como os discursos se inscrevem numa rede de significados culturalmente determinados, como sublinha Kress (2010), e como, através da interação dos modos, se criam novos significados ou se reformulam os existentes.

A ACDM, portanto, oferece uma perspetiva rica e complexa para a análise dos discursos na música, pois não considera apenas a linguagem verbal, mas também outros recursos semióticos (o som, as imagens e os gestos, etc.) envolvidos na produção de sentido. Assim sendo, a análise de um videoclipe, por exemplo, poderia examinar não apenas a letra da música, mas também as imagens, os gestos dos intérpretes, a música e os efeitos sonoros, identificando como todos esses elementos se combinam para transmitir ideologias, representar ou questionar relações de poder, formando um discurso complexo com profundas implicações políticas e sociais (Pardo, 2015; Pardo e Forero, 2016).

A música, como forma de discurso, desempenha um papel crucial na construção, disseminação e reprodução ideológica e social (Zallo, 1988). Os discursos musicais estão carregados de conteúdos simbólicos que não só representam a realidade social, como também participam ativamente na formação de identidades e na reprodução/contestação de estruturas de poder. Este poder discursivo é articulado através da combinação dos modos semióticos acima mencionados, que se apresenta como um espaço no qual as identidades são interpeladas e diferentes perspectivas sobre as desigualdades sociais são expostas (Green, 2001; Kazemian e Hashemi, 2014; Deditius, 2016; Torres Osuna, 2023).

Ao mesmo tempo, como salienta Van Dijk (2005), os discursos não só refletem as crenças partilhadas por aqueles que os produzem, como são profundamente moldados pelo contexto social e histórico em que emergem. Esta perspectiva é essencial para compreender como os videoclipes, por exemplo, funcionam não só como representações da realidade, mas também como veículos de ideologia que reforçam ou desafiam as relações de poder existentes e podem ser centrais para “nos compreendermos como sujeitos históricos” (Frith, 2001: 36).

Através destes discursos argumentamos que as canções não só refletem a realidade, como contribuem ativamente para a moldar, disseminando certas visões do mundo e posicionando e questionando os ouvintes sobre questões políticas e sociais (Pardo, 2017). Ao incorporar a intertextualidade e a ressignificação dos discursos, como observado acima, a ACDM permite examinar como os significados são gerados não apenas dentro do videoclipe em si, mas também em relação a discursos culturais e políticos muito mais amplos (Wodak e Meyer, 2003).

2. METODOLOGIA

No nosso estudo seguiremos maioritariamente os pressupostos teórico-metodológicos desenvolvidos por Fairclough que propõe um modelo de três níveis para a análise do discurso: o discurso como texto, a prática discursiva e a prática social. Não obstante, tendo sempre em consideração que “CDA is for Fairclough

both theory and method, in a transdisciplinary dialogue with other theories and methods” (2001: 121).

Entendemos o discurso (multimodal) como texto e, por conseguinte, é necessário analisar as suas características linguísticas mais relevantes como a seleção lexical. Por esse motivo, optámos por uma análise dos campos semânticos relativos às principais imagens presentes no texto. Posteriormente, procedemos a uma análise de conteúdo categorial (Bardin, 1977). Como o nosso objeto de estudo é, em termos de número de palavras, muito reduzido, considerámos inapropriado optar por uma perspetiva quantitativa e de comparação com corpora mais vastos como é comum noutros estudos (Dremel e Matic, 2014; Yayin e Yi, 2023). Assim, optámos por uma análise por categorias, pois “[c]ontrariamente al analista lingüístico, que sólo se ocupa de las formas y su distribución, el analista de contenido tiene en cuenta fundamentalmente las significaciones (latentes y profundas)” (Andréu Baela 2000: 9). Ao seguirmos as técnicas e procedimentos delineados por Andréu Baela (2000), definimos o objeto de análise (o modo linguístico, a componente lexical), entendendo que a unidade de amostra e a unidade de contexto coincidem dado que é a letra da canção. Quanto à unidade de registo serão consideradas as palavras ou locuções com conteúdo léxico-semântico, tendo sido excluídas palavras funcionais, como preposições ou artigos (Beaugrande e Dressler, 1997).

Desta forma, codificamos as palavras ou locuções com conteúdo e agrupamo-las em categorias imagéticas e/ou temáticas, destacando:

- 1) a sua presença relativa de acordo com o número total de *tokens* na letra;
- 2) a bidirecionalidade das unidades de registo (negativa ou positiva).

Descartamos a análise de contingência, ordem ou intensidade, como propõe Andréu Baela (2000), devido às características estilísticas da letra de uma música que também devem ser configuradas de acordo com elementos rítmicos, sonoros e de rima, e que poderiam claramente criar enviesamentos na seleção de determinadas unidades nesses aspetos.

Após a análise do modo linguístico, analisam-se os restantes modos: visual e sonoro. Nestes, foram registadas as características mais marcantes,

tendo sempre em conta, por um lado, o diálogo intersemiótico, por outro lado, a relevância que determinadas características adquirem ao gerarem claros efeitos políticos ou ideológicos.

Entendendo que o discurso é também uma prática discursiva, um produto cultural criado ou fabricado, distribuído, consumido e recebido por um público (Fairclough, 1992, 2001). Por isso, incluímos uma breve análise da produção do videoclipe e do projeto artístico que o idealizou, e analisamos, de forma muito sucinta, a sua distribuição e divulgação nas redes sociais e em eventos. De seguida, examinamos o videoclipe enquanto discurso social, ou seja, os efeitos políticos e ideológicos que gera e a sua relação com as narrativas (contra)hegemónicas do seu contexto social e político.

3. CONTEXTOS HISTÓRICOS: 1973 E 2013

Tendo em conta a relevância dos contextos sociopolíticos para compreender e analisar o produto cultural escolhido nos três níveis proposto por Fairclough, consideramos pertinente descrever os referidos contextos sociopolíticos

A década de 1970 em Portugal é marcada pelas políticas de Marcello Caetano, que perpetuam a repressão sobre oposicionistas, trabalhadores, delegados sindicais, estudantes e professores, culminando na perseguição e prisão de muitas dessas pessoas. Da Primavera Marcelista ficam as promessas vãs não cumpridas, que, ao contrário do esperado, corroem uma ditadura envelhecida e fragilizada. É, pois, neste contexto conturbado e de opressão que se adensam os movimentos culturais dos quais Ary dos Santos faz parte e no qual surge a canção *A Tourada*. A letra é da sua autoria e cantada por Fernando Tordo, sagrando-se vencedora do Festival RTP da Canção de 1973 e, posteriormente, levada ao palco do Festival da Eurovisão da Canção desse mesmo ano. De Ary dos Santos e Fernando Tordo conhecemos as visões opostas ao regime e o intervencionismo através da arte – poesia e música – que os tornam figuras incontornáveis da resistência em Portugal. Da canção, sabemos que passou o crivo da censura e que se tornou emblemática pela multitude de significados que comporta em cada um dos seus versos.

Num artigo publicado no Jornal Expresso no âmbito de “101 canções que marcaram Portugal”, Jorge Cerejeira refere que:

Em ‘Tourada’, Ary dos Santos expôs o Portugal de então: os seus tipos sociais, as suas hipocrisias e as suas contradições. A canção era uma metáfora da decadência de um regime, uma crítica direta ao governo de Marcelo Caetano. É um enigma, ainda hoje, que a censura não a tenha vetado. Na voz de Fernando Tordo, é uma das canções mais pujantes da nossa herança musical. (Cerejeira, 2022)

Neste prisma, verifica-se que a canção atua como forma de intervenção e alinha-se com os movimentos de contestação da época (Branco, 2024). Ao contornar a censura através de mensagens subliminares, a canção opera como contradiscurso através da palavra veiculada que reconfigura um contrapoder simbólico (Bourdieu, 2004). A música (a par de outras artes) passa a ser o meio pelo qual o descontentamento social é codificado e transmitido, assumindo simultaneamente um cariz político e cultural, que, apela à resistência, a uma nova consciência que rejeita a repressão e o poder instalado. Em suma, é neste contexto – social, político e cultural – que emergem movimentos de contestação e intervenção que marcarão os anos seguintes (Corte-Real, 1996).

Em 2010 e 2011, a Grécia, a Irlanda e Portugal tornaram-se os primeiros países a serem intervencionados pela Troika da Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional na implementação de programas de empréstimos na Zona Euro que exigiam tanto contenção orçamental como reformas estruturais. O início dos anos 2010 é marcado pela austeridade económica transversal a uma Europa globalizada. A palavra austeridade desenha-se no panorama europeu como uma ação que significa implementar medidas económicas e políticas que levam à contenção social, cultural e económica. Os primeiros anos do século XXI ficam marcados como sendo a era da austeridade ou a cultura da austeridade. Proporcionalmente à crise instalada, crescem diversos movimentos de contestação e mobilizações sociopolíticas a nível internacional. Em Portugal, o cenário não é diferente e disso são exemplo *Geração à Rasca*

ou o protesto *Que se lixe a Troika*. Soeiro refere que “estes acontecimentos contestatários parecem assumir um caráter fundacional, criando uma cultura e uma marca identitária próprias” (2014: 2). Neste sentido, importa realçar que a arte, nomeadamente a música, funciona como catalisador que visa questionar a austeridade, a precariedade e, assim, ocupar os espaços públicos com discursos de intervenção.

O projeto *A Naifa* é um projeto musical português criado em 2004 que combina as linguagens clássicas do fado com o pop-rock. O grupo foi fundado por Luís Varatojo, Maria Antónia Mendes, João Aguardela e Vasco Vaz. As canções do grupo são criadas a partir de poemas de autores portugueses como Adília Lopes, Eduardo Pitta, José Luís Peixoto e José Mário Silva. Deste leque de influências destaca-se a versão “*A Tourada*” de que é objeto esta análise. Ao longo do videoclipe / performance é possível compreender a extensão da ocupação do espaço público e a forma como o poema de Ary dos Santos é ressignificado à luz de um ano marcado pelas alterações económicas em Portugal, revelando o descontentamento de diferentes sujeitos e / ou atores sociais. Pode-se, deste modo, falar de arte como ativismo e ocupação do espaço público como uma disputa de poder na qual se questiona esse mesmo poder.

4. RESULTADOS

Ao longo desta secção analisamos os três níveis da ACD de Fairclough, considerando a multimodalidade não apenas no nível textual, mas sim nos restantes níveis. Primeiramente, o nosso foco é descrever e categorizar os diferentes modos semióticos que operam ativamente para que se compreenda o produto cultural de *A Naifa – A Tourada* – como uma ressignificação da canção original de Ary dos Santos e Fernando Tordo. Nesse sentido, são analisados os modos presentes no videoclipe (linguístico, sonoro e visual). Em segundo lugar, expomos uma análise da sua produção, a sua distribuição e a sua difusão e receção em diferentes canais. Em terceiro lugar, é apresentada uma análise da interação entre os modos semióticos presentes no videoclipe problematizando os efeitos e significados político-discursivos

4.1. NÍVEL TEXTUAL

Volvidos 40 anos e num contexto histórico e sociopolítico muito diferente, a canção de Ary dos Santos serve como mote para o protesto e a denúncia das políticas económicas, financeiras e sociais da troika. Importa realçar que a relação de intertextualidade entre produtos culturais é veiculada a partir da recuperação integral da letra da canção original feita por A Naifa para, posteriormente, criar uma ressignificação da mesma partindo de elementos visuais.

No que diz respeito ao modo linguístico, identificamos três categorias bem delimitadas que pertencem a três imagéticas do discurso. Por um lado, a imagética da tauromaquia e, por outro lado, a descrição negativa da vida social, e ainda a resistência contra o regime. Em primeiro lugar, abunda o léxico relativo à tauromaquia em todas as estrofes da música e no próprio título da obra. Sendo assim, aparecem na letra lugares e objetos (camarote, barreiras, capote, guizo, choca, bandarilhas), profissões e movimentos do toureiro (espada, forcado, peão de brega, cavaleiros à garupa, derrote, toureamos), sons que remetem para a tourada (brado, olés dos nabos, passodoblismo) e todo um conjunto de referências ao próprio animal (cornos, chifre, vacas).

Em segundo lugar, a crítica à vida sociopolítica e cultural do regime é construída através de léxico que remete para a falsidade/roubo (levar ao engano, tretas, aldrabões, coristas, empresários moralistas), imagética do regime (praça da primavera¹, velhas doidas, galifões de crista, marialva, snobismo, antiquários, fadistas), inaptidão ou outros qualificativos negativos (dichote, frustrações, contradições, música maluca, olé dos nabos).

Em terceiro lugar, como já foi referido, de forma muito sub-reptícia há uma formulação de uma imagética de resistência, claramente veiculada na voz discursiva do *nós*, através de conceitos positivos (esperança, fazemos steza graça) e da sua agência (*nós vamos pegar o mundo*). De facto, encontramos a utilização de deícticos e verbos em 1ª pessoa do plural (*nós, toureamos, afugentamos, só*

¹ Incluímos a “praça da Primavera” no campo semântico relacionado com a imagética do regime ditatorial mantendo o referente original, isto é, a Primavera Marcelista. Contudo, no artigo será posteriormente problematizada essa inscrição nesse campo semântico.

nos podem causar dano) e outros em 3ª pessoa do singular e do plural. Contudo, detetamos que os verbos em 1ª pessoa do plural mostram um sujeito linguístico ‘nós’ cooperativo entre os seus diferentes membros (ombro a ombro, mano a mano), como já referimos com capacidade de agência, mas também claramente situado num cenário onde um *eles* podem causar danos. De esta forma é criado um cenário de sujeitos linguísticos antagónicos *nós vs. eles*.

Quanto à análise de conteúdo, como pode ser comprovado na tabela 1, refletem claramente as três imagéticas já referidas. São importantes em termos relativos as imagéticas da tauromaquia e da vida sociopolítica e cultural do regime, em contraposição com uma escassa presença de unidades referentes à resistência.

	Número	Valor %
Tauromaquia	21	24,4
Vida social	28	32,6
Resistência	8	9,3
Sem categoría	26	30,2
Total	86	100

Tabela 1 – Número e valor relativo de *tokens* pertencentes às categorias temáticas/imagéticas.

Se observarmos a tabela 2, as unidades que veiculam direccionalidade negatividade estão mais presentes na vida sociopolítica e cultural (doidas, moralistas) do que na tauromaquia (cornos da desgraça, feras). Contudo, é significativa a quantidade de unidades com carga negativa presentes na resistência, já que esta se configura linguisticamente como contraponto a um regime autoritário (levar ao engano, tristeza).

	Positivo	Negativo	Total
Tauromaquia	1	4	21
Vida social	3	10	28
Resistência	3	2	8

Tabela 2 – Tipo de direccionalidade segundo a categoria temática / imagética.

Se bem que na tabela aparecem três unidades como positivas da vida social (bravos, heroísmo e inteligente), é necessário compreender que através do contexto se pode afirmar que são usadas de forma irónica, isto é, conotadas de forma negativa, pelo que o número absoluto de unidades com carga negativa associada à vida social obteria um alto valor absoluto. Por um lado, também é necessário matizar que a unidade positiva referida à tauromaquia é, não por acaso, a que está ligada claramente a resistência: *bandarilhas de esperança*. Por outro lado, detetamos unidades negativas que não se encontram ancoradas em nenhuma das três categorias anteriores (contradições, frustrações), se bem que graças ao contexto em que se insere o produto cultural nos permite discursivamente associá-las à crítica à vida social do regime.

Por último, a análise de conteúdo oferece-nos um dado muito significativo: a repetição do verbo *entrar* 17 vezes sempre em posição inicial do verso. Além disso, é importante referir que não é a única repetição presente na letra, também detetamos uma estrutura repetida três vezes: orações subordinadas adjetivas que aludem à tauromaquia de forma indireta e que claramente são negativas (que não pegam nada, que não pagam nada, cuja profissão não pega).

Em suma, a elaboração das imagéticas descritas anteriormente e, nomeadamente, a utilização da linguagem com conotação negativa para se referir ao regime (ditatorial / de austeridade), reforça o carácter interventivo da canção e cria um marco discursivo construído pelos marcadores décticos (*nós* vs. *eles/o* regime) e que define e identifica os atores/sujeitos sociais do discurso político-ideológico.

No que diz respeito ao modo sonoro (áudio), podemos referir que na canção de Fernando Tordo o passodoblismo, presente linguisticamente e que atravessa a melodia no seu todo, remete unicamente para a imagética da tauromaquia reforçando todas as metáforas que são passíveis de se estabelecer entre esse referente e a construção do regime.

Verificamos que a aliteração é um traço constante que se manifesta claramente no modo linguístico através da repetição do verbo “entrar” 17 vezes no texto como referido anteriormente, assim como o uso frequente da consoante vibrante -r-, quer em grupos consonânticos no início de sílabas

(frustrações, aldrabões, lucro, bravos, chifres), como noutras posições silábicas (turistas, excursões). À semelhança da música de Fernando Tordo, verificamos que o trautear que tem início no minuto 3:20 do videoclipe tem um ritmo em *accelerando* e volume em *diminuendo* até ao fim do mesmo.

No modo visual destacamos o que consideramos ser a forma performativa e documental do videoclipe, isto é, se por um lado, existe a performance associada ao concerto e ao pós-concerto no camarim onde se vêem os músicos a despirem a suas roupagens artísticas de forma pausada e minuciosa como se o espetáculo continuasse, por outro lado, o registo da manifestação em frente à Assembleia da República (AR) sugere um registo documental. Cria-se, assim, uma narrativa que retrata os artistas num contexto não encenado e no qual eles intervêm enquanto elementos participativos da vida sociopolítica portuguesa. Atente-se ao minuto 2:25 em que um dos elementos da banda, Sandra Batista, já segura um cartaz de reivindicação que, visualmente, aparece em primeiro plano, seguindo-se uma saída do camarim e cuja transição de cenários é feita através da técnica *fade to black* (3:19). Na sequência 3:21 – 4:21, os artistas já se encontram no seio de uma manifestação e a partir da gestualidade dos mesmos podemos reconhecer características de luta, isto é, punhos fechados e erguidos e palavras de ordem gritadas em conjunto com os outros manifestantes. Já no minuto 4:02, voltamos a ver o cartaz, agora aberto e em primeiro plano, cuja mensagem remete para o último verso da canção. Nesse mesmo fotograma, ao fundo é apresentada a AR custodiada por forças de segurança pública e cercada por estruturas metálicas que mantêm os manifestantes à distância e que visualmente demarcam dois espaços ocupados por sujeitos distintos identificados pelas roupagens que envergam.

4.2. NÍVEL PRÁTICA DISCURSIVA

O nível da prática discursiva preocupa-se, então, em perceber como o texto é produzido e consumido, que relações de poder, ideologias e práticas sociais estão envolvidas, e como isso influencia e é influenciado pelos sentidos do texto (Fairclough, 1992, 2001). Ao aplicar esta perspetiva ao projeto A Naifa, torna-se evidente que o grupo, ao longo da sua existência (2004 – 2014), construiu um

discurso artístico imbricado em práticas sociais e ideológicas características da sociedade portuguesa contemporânea ao dar voz à poesia contemporânea, à crítica social e à experimentação estética. A música de A Naifa pelas suas características musicológicas é a conjugação entre o fado e o pop-rock (Guerra, 2022) com misturas de *beats* eletrónicos (Monteiro, 2013).

Relativamente à distribuição e divulgação do videoclipe, considerando que se trata de um projeto cultural, teve algum impacto nos meios de comunicação social, tanto em revistas da especialidade como nos suplementos culturais dos principais jornais portugueses². De facto, participou ativamente nas iniciativas do sector cultural para denunciar a troika³. No entanto, a sua divulgação nas principais rádios foi bastante limitada, como se pode verificar numa publicação nas redes sociais⁴, os seguidores do grupo afirmam que as músicas da banda não são transmitidas nas rádios, informação que é reiterada pela banda.

A sua divulgação nas redes sociais foi irregular, dado que nesse ano uma das redes sociais mais importantes e dinâmicas era o Facebook, as publicações nos seus canais de redes sociais alcançaram um número limitado de interações. Embora o tipo de discurso político que transmite possa ter tido eco em grupos ativistas e sites da época, após analisarmos os *posts* destes grupos⁵, descobrimos que apenas “Que se lixe a troika” publicou o videoclipe na sua rede social, o que também obteve uma disseminação limitada. Da mesma forma, outros grupos sociais e políticos que se poderiam identificar com a narrativa anti-austeridade, como o Esquerda.net, o Bloco de

² Cf.: <https://www.publico.pt/2013/11/08/p3/video/a-naifa-e-a-nova-tourada-20185212448>

³ Cf.: <https://www.esquerda.net/artigo/artistas-juntam-se-ao-protesto-cultural-em-todo-o-pa%C3%ADs/24989>
https://anaifapt-blog.tumblr.com/post/102270295598?fbclid=IwY2xjawMVaVpleHRuA2FlbQIxMQA-BHgsKuDFOLK1Asx5FpoPPiJFrUaNIvyMZbJXrDvVxAR7AZ61NChkaA04R_d-h_aem_lZjB-cyRKQJ60eEM51u_O4Q

⁴ Cf: https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=10151989647353414&id=58846263413

⁵ Tais como *Que se lixe a troika!*, *Rise Up Portugal*, *Precários Inflexíveis* e alguns dos sites locais destes grupos.

Esquerda, o PCP, a CGTP ou o PS, também não fizeram qualquer publicação sobre este videoclipe em 2013 ou 2014. No entanto, a este alcance limitado junta-se uma importante digressão nacional que os levou a estar presentes em inúmeras cidades de Portugal, embora se trate sempre de atuações em teatros ou auditórios de pequena ou média dimensão e nunca de grandes concertos ou participações em festivais importantes, com exceção da sua participação no Avante 2014.

4.3. NÍVEL PRÁTICA SOCIAL

Tendo em conta o contexto português já descrito anteriormente, *A Tourada* ressurgiu na voz de A Naifa como canção de protesto. O projeto A Naifa funciona, assim, como veículo de contestação social que reforça o papel preponderante da arte, nomeadamente a música, em fenómenos de ativismo cultural que desafiam o poder. Dentro desta análise cabe evidenciar dois momentos que consideramos relevantes para a interpretação dos significados e dos efeitos político-discursivos relacionados com a imagética do regime ditatorial presente na canção original. Como referido anteriormente, consideramos que a referência à “praça da Primavera” na canção original remete para a Primavera Marcelista, tendo, por isso, sido enquadrada naquilo que denominamos de imagética do regime. Na senda da resignificação deste elemento, *A Tourada* de A Naifa recoloca “a praça da Primavera” no campo semântico da resistência, alinhando-se com a dêixis *nós* entendida como povo e com a imagética do 25 de Abril de 1974, na medida em que no contexto de 2013 é possível reativar esse constructo ideológico. Portanto, interpela o sujeito político através da ativação dos valores da Revolução de Abril, uma vez que esse momento histórico faz parte da construção da identidade nacional e, que, por isso, é revisitado quando a soberania do país está ameaçada como se verificou em 2013 com a entrada da troika em Portugal.

No seguimento desta construção imagética, podemos ainda referir que na canção de Fernando Tordo, o passodoblismo presente linguisticamente e que atravessa a melodia no seu todo, remete unicamente para a imagética da tauromaquia reforçando todas as metáforas que são passíveis

de se estabelecer entre esse referente e a construção do regime. Contudo, no videoclipe de A Naifa existe uma ampliação semântica do passodoblismo na sua componente musicológica. A concomitância do trautear (minuto 3:21) com o primeiro fotograma em que aparece um dos elementos da banda já na manifestação em frente à Assembleia da República outorgam um significado e efeito político unívoco ao passodoblismo, isto é, esse ritmo trauteado evoca a marcha cívica e militar de libertação que ocorreu em Abril de 1974. A evocação deste momento, estabelece uma genealogia da resistência e de luta pela liberdade que acontece em 2013 e na qual se inscrevem os discursos anti-austeridade.

No que diz respeito à construção discursiva dos sujeitos políticos, na canção de 1973 o touro e toureiro e a dança que se estabelece entre os mesmos remete para a relação entre povo (sujeito coletivo) e a autoridade como ditadura. Em A Naifa esses sujeitos atualizam-se para dar lugar a um povo enquanto ator social que se identifica através da manifestação presente no videoclipe e a troika aparece simbolicamente representada pela imagem do edifício da Assembleia da República (cf. fragmento do videoclipe 3:21-4:18). A ocupação do espaço público por parte de uma massa homogênea de pessoas, por um lado, reforça as relações de poder (polícia – órgão de governo – troika) e, por outro lado, a capacidade de resistência que advém da conquista das liberdades de Abril e que se materializam nas manifestações contra a autoridade

Como já referido anteriormente (cf. secção 4.2), a representação da AR (cf. minuto 4:01 do videoclipe) é apresentada visualmente de forma a construir um eixo de poder em termos verticais, colocando visualmente uma barreira entre o órgão de representação democrático e os seus “representados” e, por conseguinte, denunciando a crise de representação acontecida na época da austeridade em determinados países do sul da Europa (Matos e Sabariego, 2020). O facto de a imagem explicitar o eixo vertical, pretende não apenas colocar o foco da denúncia num poder político (AR) que exerce a sua autoridade deixando de lado os manifestantes/povo, mas também denunciar o grande poder económico não visível no videoclipe que constitui a troika. É nesse sentido que o videoclipe parece resgatar os valores de Abril para interpelar a

uma cidadania em defesa da sua soberania político-económica e estabelece uma construção discursiva que pode ser denominada como populista de esquerda, nos termos descritos por Chantal Mouffe (2018).

A relação entre diferentes semióticas que importa aqui estabelecer prende-se com a relação da letra e o seu videoclipe (como já foi referido). Se por um lado a letra se mantém inalterada linguisticamente, a mesma é ampliada semanticamente a partir do seu videoclipe permitindo múltiplas leituras. As imagens apresentadas representam a saída da banda de um concerto (cf. fragmento 2:35-3:18), ouve-se a música ao fundo, vê-se em *slow motion* os movimentos dos seus intervenientes até à chegada ao edifício da Assembleia da República. Este ritmo atualiza o significado inicial da canção de 1973 na medida em que pode ser entendido como uma alegoria a um país que vive há dois anos amordaçado e “em câmara lenta” perante a violência insidiosa das medidas implementadas pela troika. Simultaneamente, o trautear em *acelerando* evoca uma resistência em crescendo contra o regime de austeridade.

Desta maneira, é ainda importante dissecar a relação que se estabelece entre a intensidade da letra como elemento de denúncia e ataque ao poder, o ritmo desacelerado que contrasta com a violência do vocabulário e o cartaz que aparece como imagem que reproduz o último verso da canção “Acabaram as canções” (cf. minuto 4:03) uma vez que estas relações permitem compreender como diferentes modos constituem a ressignificação e ampliação semântica do mesmo produto cultural.

Ao entendermos as canções como representação da liberdade (canção de 1973 e a ironia desse mesmo verso), então, esse significado pode ser expandido para a democracia (entendida como canção, como liberdade). O fim da canção-liberdade é o fim da democracia motivado pelas políticas da troika.

CONCLUSÃO

A Tourada, na versão de A Naifa, constitui um exemplo paradigmático de prática discursiva crítica. No plano textual (multimodal), veicula linguisticamente três imagéticas – tauromaquia, crítica da vida social e política do regime,

e a resistência – com uma elevada conotação negativa da vida do regime e construindo os sujeitos políticos “nós” *vs* “eles”. No plano sonoro destacamos a interdiscursividade e as técnicas e recursos que reforçam a metáfora do “trautear”, enquanto que visualmente nos é apresentado o cenário de confrontação de poder simbólico entre manifestantes e AR. No plano discursivo, a sua circulação e receção reativam os sentidos políticos da canção. Por fim, no plano sociocultural, a sua resignificação revela a permanência da arte como espaço de luta simbólica e disputa ideológica. Deste modo, a canção ultrapassa a sua historicidade para afirmar-se como ato discursivo de resistência contínua, tornando-se relevante tanto na ditadura como na democracia.

A presente análise demonstrou que a canção, enquanto objeto cultural, constitui um importante vetor de construção e disseminação de discursos ideológicos e sociais. No caso específico da reinterpretação de *A Tourada* por A Naifa, observou-se uma resignificação da obra original de Fernando Tordo e Ary dos Santos, situada no contexto da resistência ao regime ditatorial português, que atualiza os seus significados num novo enquadramento sociopolítico, caracterizado pela crítica a estruturas económicas e financeiras contemporâneas.

Através de uma abordagem multimodal, foi possível evidenciar que os efeitos de sentido produzidos pelo videoclipe resultam da interação entre diferentes modos semióticos – texto, imagem, som e performance – cuja leitura integrada é fundamental para compreender a complexidade discursiva do produto cultural em análise. Assim, a multimodalidade revela-se um conceito central para a análise crítica do discurso mediado por diferentes linguagens, nomeadamente no contexto audiovisual.

Conclui-se, portanto, que o videoclipe de *A Tourada*, na versão de A Naifa, não apenas reatualiza um discurso de resistência, mas contribui para a constituição de uma memória coletiva ancorada na liberdade e na oposição a estruturas hegemónicas de poder. A sua dimensão performativa reforça a capacidade da arte, em particular da música, de funcionar como espaço privilegiado de intervenção política e social, permitindo a constituição de comunidades discursivas que desafiam e reconfiguram os sistemas de poder.

BIBLIOGRAFIA

- A Naifa (2 de novembro de 2013). *A Naifa – A Tourada* [Arquivo de Video]. Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=AsEsOmIaggM>
- Andréu Baela, Jaime (2000). Las técnicas de análisis de contenido: una revisión actualizada. *Granada: Centro Estudios Andaluces*, 10, 2, 1-34.
- Bardin Laurence (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Beaugrande, Robert-Alain e Dressler, Wolfgang Ulrich (1997). *Introducción a la lingüística del texto*. Barcelona: Ariel.
- Bourdieu, Pierre (2004). Comment se représente-t-on le monde social? *Actes de la recherche en Sciences Sociales, Représentations du monde sociale: textes, images, cortèges*, 154, 3-9.
- Branco, Luís de Freitas (2024). *A Revolução antes da Revolução*. Lisboa: Zíurate.
- Cerejeira, Jorge (13 de novembro de 2022). 101 canções que marcaram Portugal #92: ‘Tourada’, por Fernando Tordo (1973). *Jornal Expresso*. <https://expresso.pt/blitz/2022-11-13-101-cancoes-que-marcaram-Portugal-92-Tourada-por-Fernando-Tordo--1973--c1d15027>
- Corte-Real, Maria de São José (1996). Sons de Abril: Estilos musicais e movimentos de intervenção político-cultural na Revolução de 1974. *Revista Portuguesa de Musicologia*, 141-71.
- Deditius, Sabina (2016). La canción como discurso ideológico. In Joanna Wilk-Racięska, Sabina Deditius e Anna Nowakowska-Głuszak (Eds.), *Relecturas y nuevos horizontes en los estudios hispánicos*. V. 3: Cultura y traducción (11-20). Wydawnictwo Uniwersytetu Śląskiego.
- Dremel, Anita e Matić, Renato (2014). Discourse and/as Social Practice—the Analysis of the Problem of Resistance and Hegemony. *Mediterranean Journal of Social Sciences*, 5.
- Fairclough, Norman (1992). *Discourse and social change*. Cambridge: Polity.
- (2001). Critical discourse analysis as a method in social scientific research. In Ruth Wodak e Michael Meyer (Ed.), *Methods of Critical Discourse Analysis* (121-138). London: Thousand Oaks.
- Frith, Simon (2001). Hacia una estética de la música popular. In F. C. Villalobos (Coord.), *Las culturas musicales. Lecturas en etnomusicología* (413-436). Trotta.
- Green, Lucy (2001). *Música, género y educación*. Madrid: Morata.
- Guerra, Paula. (2022). Barulho! Vamos deixar cantar o Fado Bicha. Cidadania, resistência e política na música popular contemporânea. *Revista de Antropologia*, 65, 2, 1-26.
- Hammersley, Martyn (2003). Conversation analysis and discourse analysis: methods or paradigms? *Discourse & Society*, 14, 6, 751-781.
- Iedema, Rick (2001). Resemiotização. *Semiotica*, 37, 1/4, 23-40.

- (2003). Multimodality, resemiotization: extending the analysis of discourse as multi-semiotic practice. *Visual Communication*, 2, 1, 29-57.
- Jewitt, Carey (2009). *The Routledge handbook of multimodal analysis* (Vol. 1). London: Routledge.
- Kazemian, Bahram e Hashemi, Somayyeh (2014). Critical discourse analysis of Barack Obama’s 2012 speeches: Views from systemic functional linguistics and rhetoric. *Theory and Practice in Language Studies*, 4 6, 1178-1187.
- Kress, G. (2004). Reading images: Multimodality, representation and new media. *Information Design Journal*, 12, 2, 110-119. <https://doi.org/10.1075/idjdd.12.2.03kre>
- Kress, Gunther (2010). *Multimodality: A social semiotic approach to contemporary communication*. London: Routledge.
- Kress, Gunther e Van Leeuwen, T. (1996). *The grammar of visual design*. London: Routledge.
- (2020). *Reading images: The grammar of visual design*. London: Routledge.
- Locke, Terry (2004). *Critical discourse analysis*. London: Continuum.
- Matos, Ana Raquel e Sabariego, Jesús (2020). Movilización colectiva, transformación democrática y resistencia contra la crisis y la austeridad en el sur de Europa: La experiencia de Portugal y España. *RES. Revista Española de Sociología*, 29, 1, 71-86.
- Monteiro, Tiago. (2013). “Tudo isto (ainda?) é fado” ou a tradição já não é mais o que era: reconfigurações de um gênero musical entre a raiz e o pop. *Revista Brasileira de Estudos da Canção*, 3, 145-162.
- Mouffe, Chantal (2018). *Por un populismo de izquierda*. (Trad. Soledad Laclau). Buenos Aires: Siglo veintiuno.
- Pardo, Neyla Graciela e Forero, Nelson Camilo (2016). *Introducción a los estudios del discurso multimodal*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.
- Pardo, Neyla Graciela (2015). *Estudios críticos del discurso multimodal y multimedial: desplazamiento forzado*. Retirado de: <https://repositorio.uptc.edu.co/server/api/core/bitstreams/b5e1954f-001a-4ce5-b7f1-ddeddfc32977/content>
- Soeiro, José (2014). Da Geração à Rasca ao Que se Lixe a Troika. Portugal no novo ciclo internacional de protesto Sociologia. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, XXVIII, 55-79.
- Torres Osuna, Cristian Daniel (2023). Canciones famosas latinoamericanas y su discurso sobre la migración de tránsito: de la indocumentación a la vulnerabilidad y la violencia. *Interdisciplina*, 11, 29, 239-264.
- Van Dijk, Teun A. (2005). Discurso, conocimiento e ideología Reformulación de viejas cuestiones y propuesta de algunas soluciones nuevas. *CIC. Cuadernos de Información y Comunicación*, 10, 285-318.

- Van Leeuwen, Theo (2008). *Discourse and practice: New tools for critical discourse analysis*. Oxford University Press.
- Wodak, Ruth (2004). Critical discourse analysis. In C. Seale, G. Gobo, J.F. Gubrium e D. Silverman (Eds.), *Qualitative research practice* (197-213). London: Sage.
- Wodak, Ruth e Meyer, Michael (2003). *Métodos de Análisis Crítico del Discurso*. Barcelona: Editorial Gedisa.
- Yayin Wu e Zhang Yi (2023). A Study of News Discourse from the Perspective of Fairclough's Three-Dimensional Model. *International Journal of Languages, Literature and Linguistics*. 9, 2, 129-134.
- Zallo, Ramon (1988). *Economía de la cultura*. Madrid: Akal.

FORMAÇÃO DE
PROFESSORES DE INGLÊS
E JUSTIÇA LINGUÍSTICA:
LIBERDADE, IDENTIDADES E
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

*English language teacher education and
linguistic justice
Freedom, identities and social change*

MÓNICA LOURENÇO
mlourenco@fl.uc.pt
Universidade de Coimbra, CEIS20

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8124-2452>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-11_9

Texto recebido em / Text submitted on: 31/05/2025

Texto aprovado em / Text approved on: 01/10/2025

Biblos. Número 11, 2025 • 3.^a Série
pp. 213-235

RESUMO

Este artigo explora a forma como a formação de professores de inglês pode ser concebida para promover a justiça social, respeitando a liberdade linguística e as identidades de indivíduos e comunidades. Tendo como pano de fundo um estudo de caso realizado com futuros professores de inglês, exploram-se, neste artigo, os percursos de aprendizagem dos participantes, bem como as tensões emergentes nos seus discursos quando imaginam a adoção de práticas linguísticas alinhadas com estes princípios. A partir da análise dos dados, propõe-se uma formação de professores como espaço de resistência e transformação social, que capacite os futuros docentes para reconhecer as suas identidades plurais, desafiar ideologias monolingues e adotar práticas pedagógicas inclusivas e justas.

Palavras-chave: formação de professores; ensino da língua inglesa; justiça linguística; plurilinguismo; identidade profissional.

ABSTRACT

This article explores how English language teacher education can be conceptualized to promote social justice while respecting linguistic freedom and the identities of individuals and communities. Based on a case study conducted with prospective teachers of English, the article examines their learning paths and the tensions that arise in their discourses when they envision pedagogical approaches grounded in these principles. The article argues for teacher education as a space of resistance and social transformation, empowering future teachers to embrace their plural identities, challenge monolingual ideologies and implement inclusive, justice-oriented practices.

Keywords: teacher education; English language teaching; linguistic justice; plurilingualism; professional identity.

INTRODUÇÃO

Na última década, temos assistido a transformações profundas na composição sociolinguística das sociedades ocidentais, impulsionadas por sucessivos fluxos migratórios. Portugal, historicamente percecionado como um país monolíngue, não é exceção. Em 2014, residiam no país cerca de 300 mil imigrantes; uma década depois, esse número aumentava para 1,6 milhões, representando, atualmente, cerca de 15% da população (AIMA, 2025). Estas alterações demográficas trouxeram para as escolas uma maior diversidade de línguas e culturas, o que tem colocado desafios às práticas educativas tradicionais.

Em resposta a esta realidade, o Ministério da Educação tem vindo a implementar políticas orientadas para uma educação inclusiva, que contemple todos os alunos¹, incluindo os de origem migrante. Em 2018, foi aprovado o Decreto-Lei nº 54, que estabelece um enquadramento legal abrangente para a educação inclusiva. Mais recentemente, foram reforçados os programas de ensino de Português Língua Não Materna, visando facilitar o acesso dos alunos recém-chegados ao currículo, através da seleção de disciplinas a frequentar e da planificação de outras atividades letivas ajustadas ao seu perfil sociolinguístico e percurso escolar (MECI, 2025b). Simultaneamente, iniciou-se o processo de contratação de mediadores linguísticos e culturais para apoiar a integração de alunos estrangeiros, promover a mediação entre escolas, famílias e comunidades, e contribuir para ambientes escolares mais inclusivos (MECI, 2025a).

Apesar destes avanços, subsistem desafios significativos. A *Review of Inclusive Education in Portugal* (OECD, 2022) identifica várias áreas críticas, destacando a insuficiente preparação dos docentes. Embora, a nível europeu, exista uma consciencialização crescente quanto à necessidade de promover uma educação plurilíngue e intercultural nos cursos de formação de professores (Council of Europe, 2022), as iniciativas nesse âmbito continuam a ser pontuais. Os programas de formação de professores de línguas,

¹ Neste texto, recorre-se à forma masculina como genérica, exclusivamente por razões de simplificação da leitura.

em particular, ainda reproduzem normas monolíngues e monoglóssicas que visam promover uma inalcançável fluência nativa na língua-alvo, sem preparar adequadamente os futuros docentes para conceber práticas pedagógicas adequadas a contextos linguística e culturalmente diversos (Fedorova e Kaur, 2022; Potts e Cutrim Schmid, 2022). Esta abordagem faz com que muitos professores recém-formados se sintam pouco preparados para enfrentar a realidade multilíngue das escolas.

Perante este cenário, é fundamental integrar princípios de justiça linguística na formação inicial (Piller, 2016), de forma a capacitar os futuros professores para questionarem os preconceitos monolíngues enraizados nas estruturas educativas e implementarem práticas mais justas.

Nesta linha, apresenta-se neste artigo um estudo de caso qualitativo com professores em formação inicial (PFI) que procurou compreender os contributos de um programa de formação concebido de acordo com uma perspetiva de justiça linguística, na construção de uma identidade docente sustentadora de práticas linguísticas inclusivas e justas. Com base na análise das interações discursivas dos PFI, identificam-se aprendizagens e tensões relacionadas com a consciencialização e integração de práticas respeitadoras da diversidade linguística e cultural no ensino da língua inglesa. Esta reflexão insere-se no debate sobre liberdade e identidades, proposto como tema no presente número da revista *Biblos*, sublinhando a importância de uma formação que prepare os professores de línguas para respeitar a liberdade linguística e as identidades plurais dos alunos, como condição essencial para uma educação mais justa.

1. FORMAÇÃO DE PROFESSORES, JUSTIÇA LINGUÍSTICA E IDENTIDADE PROFISSIONAL

Este trabalho concebe a formação de professores como um processo social, cultural e historicamente situado, em que o saber, o fazer e o sentir emergem de interações contínuas e respondem às exigências e especificidades de contextos concretos (Tardif, 2002). Enquadra-se, assim, numa perspetiva de formação docente enquanto prática moral e reflexiva (Alarcão, 2001), na qual o professor

assume o papel de “intelectual transformador” (Kumaravadivelu, 2012), que reflete criticamente sobre a sua ação e promove mudanças em colaboração com outros atores educativos.

No atual contexto de diversidade linguística e cultural, não faz sentido (continuar a) conceber uma formação de cariz “aplicacionista”, que vê o professor como mero executor de técnicas. Em vez disso, é crucial valorizar um modelo de professor reflexivo e politicamente consciente, preparado para lidar com a diversidade linguística e cultural e para fazer da educação um motor de construção de uma sociedade mais justa.

A literatura tem vindo a atribuir um papel de relevo aos professores de línguas, reconhecendo a sua capacidade para adotar práticas linguística e culturalmente responsivas, que contribuam para a equidade e inclusão nas suas salas de aula (Erling e Moore, 2021). Referindo-se aos programas de formação de professores de inglês, Banegas e Santiago Sanchez (2024) afirmam que estes não podem ser apolíticos, devendo apoiar os professores no desenvolvimento de pedagogias críticas e plurilingues, capazes de questionar ideologias dominantes. Isto implica enfrentar os desafios hegemónicos da difusão global do inglês, frequentemente ensinado a partir de normas “nativas” (britânicas ou americanas) e de ideologias de padronização, que desvalorizam variedades locais, repertórios plurilingues ou práticas de *translanguaging*.

Neste contexto, o conceito de justiça linguística tem vindo a ganhar destaque como um objetivo educativo, ao valorizar a diversidade linguística e questionar hierarquias de línguas tradicionalmente legitimadas pela escola (Piller, 2016). Promover a justiça linguística implica adotar uma postura crítica face a estruturas sociolinguísticas opressivas e dinâmicas de poder que, muitas vezes, contribuem para a alterização de determinados falantes e repertórios nos contextos educativos. Assim, os professores de línguas são desafiados a posicionar-se como agentes de transformação social, comprometidos com uma educação ética, inclusiva e crítica, que respeite os direitos linguísticos de todos os alunos.

No entanto, a adoção deste enquadramento não está isenta de desafios. Banegas e Santiago Sanchez (2024) salientam que não basta abordar a inclusão e a justiça linguística como conteúdos curriculares; é essencial reconceptualizar

experiências educativas significativas e mobilizar a agência como um elemento inerente à formação de professores. Zeichner (2014) também identifica tensões associadas à predisposição dos futuros professores para assumir o papel de defensores da justiça social. De facto, a implementação de uma educação linguisticamente justa pode desencadear reações emocionais nos professores, decorrentes de conflitos entre ideologias linguísticas, sistemas de valores e responsabilidades esperadas, todos fortemente interligados com a identidade docente (Zembylas e Chubbuck, 2017). A literatura tem mostrado que as ideologias linguísticas, entendidas como sistemas de crenças sobre o valor, o estatuto e a legitimidade das línguas e variedades (Blommaert, 2006), desempenham um papel central na forma como os professores conceptualizam a diversidade linguística e constroem a sua identidade profissional. Estas ideologias sustentam frequentemente hierarquias linguísticas que privilegiam determinadas línguas ou variedades em detrimento de outras, constituindo um dos maiores desafios para a promoção da justiça linguística no ensino. Assim, importa trabalhar na (re)construção da identidade profissional dos futuros professores, partindo da consciencialização sobre o seu próprio plurilinguismo e atitudes linguísticas para a adoção de pedagogias plurilingues, entendidas como mais justas e inclusivas.

2. PLURILINGUISMO E PEDAGOGIAS PLURILINGUES NO ENSINO E NA FORMAÇÃO

O conceito de plurilinguismo², divulgado pela ação do Conselho da Europa, tornou-se central nos debates educativos. Enquanto competência, o plurilinguismo assenta na ideia de que todas as pessoas têm o potencial para aprender e utilizar várias línguas, com diferentes níveis de proficiência e para diversos fins. Afastando-se da visão das línguas como sistemas separados, o plurilinguismo reconhece as

² Neste trabalho, distingue-se plurilinguismo de multilinguismo: o multilinguismo refere-se à coexistência de várias línguas num espaço ou comunidade, enquanto o plurilinguismo enfatiza a competência individual e dinâmica de mobilizar diferentes línguas e variedades para comunicar.

formas dinâmicas com que as pessoas utilizam os seus repertórios linguísticos nos mais variados contextos. Neste enquadramento, entende-se que as experiências e conhecimentos que uma pessoa possui de diferentes línguas formam uma competência plurilingue (Coste et al., 2009), à qual a pessoa pode recorrer em diferentes situações e com interlocutores específicos para uma comunicação eficaz.

O plurilinguismo constitui também um valor educativo, na medida em que promove uma aceitação positiva da diversidade. Como referem Beacco et al. (2010: 40), “if one recognizes the diversity of languages in one’s repertoire and the diversity of their functions and values, that awareness of the diversity one carries within oneself fosters a positive perception of other people’s languages”. Nesta perspetiva, o plurilinguismo contribuiu para o reconhecimento da natureza multifacetada das identidades individuais e coletivas, constituindo a base para uma educação inclusiva.

No âmbito da política linguística europeia, o plurilinguismo tem-se afirmado como um conceito incontornável. Documentos como o *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas* (Council of Europe, 2020) e o *Framework of Reference for Pluralistic Approaches* (Candelier et al., 2012) têm influenciado a reconceptualização dos currículos de línguas em vários países, incluindo Portugal. Estes referenciais propõem descritores e níveis de competência que reconhecem o carácter integrado e dinâmico do repertório linguístico dos aprendentes, salientando que os conhecimentos plurilingues dos alunos são valiosos para o seu percurso educativo. Cenoz e Gorter (2013) e Hopp e Thoma (2021) evidenciam que as abordagens plurilingues favorecem o desenvolvimento da consciência metalinguística e gramatical e aumentam a motivação dos alunos. Desta forma, contribuem, não só para potenciar a aprendizagem de línguas, mas também para construir ambientes educativos que acolhem e valorizam a diversidade.

Contudo, como sublinham Lau e Van Viegen (2020), conceitos como “plurilinguismo” ou “interculturalidade” continuam afastados da realidade escolar, tanto a nível teórico como prático. Os sistemas formais de ensino tendem a manter uma visão monolíngue da aprendizagem, que reforça hierarquias linguísticas ao privilegiar a norma-padrão em detrimento de variedades regionais ou de herança, por exemplo. Este enquadramento sustenta a perceção de que certas línguas (como

o inglês, pelo seu estatuto global) e certas variedades (como o inglês britânico ou americano normativo) são mais legítimas do que outras. Paralelamente, os professores enfrentam obstáculos à integração de práticas plurilingues e interculturais, resultantes da ausência de formação adequada, recursos limitados e pressão para cumprir currículos que não contemplam a diversidade linguística.

Neste contexto, torna-se fundamental repensar os modelos de formação de professores, de modo a integrar uma perspetiva plurilingue e intercultural. Estudos recentes (Banegas e Santiago Sanchez, 2024; Erling e Moore, 2021) mostram que a integração de tais abordagens na formação inicial de professores pode contribuir para o desenvolvimento de identidades profissionais mais reflexivas e comprometidas com a justiça social e linguística. O presente estudo inscreve-se nesta linha de reflexão.

3. ESTUDO EMPÍRICO

3.1. OBJETIVOS E DESENHO INVESTIGATIVO

Este estudo teve como principal objetivo compreender de que forma um programa de formação, orientado por princípios de justiça linguística, contribuiu para a construção, por parte de um grupo de futuros professores de inglês, de uma identidade docente sustentadora de práticas plurilingues, entendidas como mais inclusivas e justas. Em particular, o estudo procurou responder às seguintes questões de investigação:

- De que modo as atividades integradas no programa de formação contribuíram para consciencializar os PFI sobre a necessidade de valorizarem a justiça linguística no ensino da língua inglesa?
- Que tensões emergem nos discursos dos PFI quando imaginam a adoção de práticas plurilingues?

Com base nestas questões, realizou-se um estudo de caso qualitativo (Yin, 2018). O recurso a esta metodologia permitiu compreender, de

forma mais aprofundada, como os PFI interpretam e reagem a concepções pedagógicas assentes em princípios de inclusão e justiça social, antecipando o seu papel como professores de inglês em contextos multilingues e multiculturais.

3.2. PROGRAMA DE FORMAÇÃO

Os dados foram recolhidos no âmbito de uma unidade curricular em Didática do Inglês, componente obrigatória do primeiro semestre dos cursos de mestrado em ensino de Inglês de uma instituição de ensino superior (IES) portuguesa. Esta unidade curricular visa familiarizar os estudantes com objetivos, metodologias e abordagens contemporâneas no ensino da língua inglesa; incentivar a reflexão crítica sobre documentos de política educativa nacionais e europeus; e desenvolver competências ao nível da planificação de aulas e criação de recursos pedagógico-didáticos. Ao longo do semestre, utilizam-se diversos métodos de ensino, incluindo leituras orientadas, discussões em grupo, palestras conduzidas por especialistas e tarefas práticas.

No ano letivo 2024/2025, a unidade curricular teve como *Leitmotiv* o conceito de justiça linguística. No início do semestre, os PFI criaram uma representação visual do seu repertório linguístico através de mapas cronológicos, que representam momentos-chave na sua aprendizagem, e Constelações Linguísticas Dominantes (CLD), que refletem as línguas que, no seu quotidiano, assumem maior funcionalidade ou centralidade identitária.

Nas sessões seguintes, os PFI exploraram um módulo de autoaprendizagem intitulado “Linguistic equality as a basis for social and educational justice” (<https://www.eu-bold.com>) e assistiram a uma palestra sobre *native-speakerism*. No âmbito destes temas, recolheram e analisaram a paisagem linguística da IES e refletiram sobre a forma como a visibilidade (ou invisibilidade) das línguas no espaço público transmite mensagens implícitas sobre pertença, legitimidade e prestígio (Lourenço, 2025).

A meio do semestre, participaram em três aulas ministradas por uma investigadora visitante, incidindo sobre pedagogias plurilingues críticas, e assistiram a um *webinar* sobre educação plurilingue e intercultural.

As últimas aulas foram dedicadas à análise de documentos reguladores e orientadores da educação em línguas no contexto nacional e internacional (Aprendizagens Essenciais, Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas, *Framework of Reference for Pluralistic Approaches*) e à conceção de planos de aula e recursos pedagógicos para o ensino do inglês.

3.3. PARTICIPANTES

Participaram no estudo 16 PFI com uma média de idades de 25 anos, dos quais seis se identificaram como mulheres e sete como homens. Os PFI estavam inscritos em três mestrados em Ensino de Inglês como Língua Estrangeira: seis no mestrado monodisciplinar de Inglês e nove em mestrados bidisciplinares (cinco em Inglês/ Português, três em Inglês/ Espanhol e um em Inglês/Alemão). Nesse ano letivo, frequentava também a unidade curricular um estudante de mobilidade, inscrito num mestrado em Ensino de Inglês e História na sua instituição de origem.

A maioria dos participantes tinha naturalidade portuguesa e apenas quatro tinham nascido no estrangeiro – um no Brasil, outro no Canadá, um na Alemanha e um nos Estados Unidos. Todos os PFI falavam português como primeira língua, com a exceção do estudante de mobilidade que, embora filho de pai português, frequentava aulas de português para estrangeiros ao nível A2.

3.4. RECOLHA E ANÁLISE DOS DADOS

Atendendo às questões de investigação definidas para este estudo, recolheram-se gravações áudio das interações dos PFI em aula, de forma a captar com maior precisão as dinâmicas comunicativas. Os dados foram tratados recorrendo a análise de conteúdo indutiva (Schreier, 2012). Para o efeito, foi feita uma primeira audição das gravações, tendo sido destacados momentos ou passagens relevantes. Posteriormente, transcreveram-se as passagens na íntegra e analisaram-se as transcrições de forma indutiva, permitindo que subtemas emergissem dos dados.

Todos os PFI deram o seu consentimento informado no início do semestre, autorizando a gravação das suas interações e a sua utilização para fins investigativos. Além disso, foi-lhes assegurado que a sua identidade se manteria anónima em todos os momentos de divulgação dos resultados. Assim, neste estudo, são identificados com a abreviatura PFI, seguida de um número (PFI1, PFI2, ...).

4. RESULTADOS

Esta secção está organizada em três partes que refletem as categorias de análise que emergiram dos dados e que se relacionam com a construção de uma identidade profissional crítica, assente em princípios de justiça social e inclusão e no compromisso com práticas plurilingues. Para cada categoria, apresentam-se excertos das transcrições das gravações que ilustram aprendizagens e tensões emergentes nos discursos dos PFI. Por questões de clareza e economia de espaço, traduziram-se os excertos originalmente em língua inglesa para português.

4.1. DO PLURILINGUISMO PERCEBIDO AOS DILEMAS DA COMUNICAÇÃO

No início do programa de formação, os PFI criaram uma representação visual e metafórica do seu repertório linguístico, utilizando a abordagem CLD. Na discussão em grande grupo, os PFI reconheceram que a atividade promoveu uma maior consciencialização do seu repertório linguístico, tendo muitos deles incluído, nas suas representações, línguas que não utilizam regularmente. O Excerto 1 capta um momento significativo da discussão, iniciado pela questão da docente (D).

Excerto 1

D – O que é que descobriram com esta atividade?

PFI1 – Há aqui pessoas que incluíram seis ou sete línguas nas representações do seu repertório linguístico. Eu só consigo manter uma conversa numa ou duas línguas. Mas percebi que não é preciso ser completamente proficiente numa língua para a incluir no repertório.

PFI2 – É como a metáfora usada pelo PFI16 [na CLD]. O teu repertório é como um lago, tudo flui para dentro e para fora do lago, e podes usar essa competência para comunicar.

PFI9 – Sim. Quando estás a falar com os teus amigos e de repente usas uma palavra em inglês e depois uma expressão em espanhol. Estás a utilizar todo o teu repertório linguístico para comunicar.

O Excerto 1 mostra como os PFI começam a questionar concepções tradicionais de língua e de proficiência, à medida que tomam consciência da complexidade da competência plurilingue e do seu próprio repertório. Neste processo, reconhecem que as competências parciais devem ser valorizadas como componentes legítimas de uma identidade linguística integrada (Coste et al., 2009). Como afirma o PFI1, “não é preciso ser completamente proficiente numa língua para a incluir no repertório individual”. Esta mudança de perspetiva reforça a ideia de que a comunicação se apoia num repertório linguístico dinâmico, composto por “bits of language” (Blommaert e Backus, 2013), em vez de se limitar a sistemas linguísticos rígidos. A referência da PFI2 à metáfora usada pelo PFI16 na sua CLD ilustra uma concepção emergente da competência plurilingue, representada como um lago onde as línguas interagem e se misturam. Esta imagem é retomada pela PFI9, que sublinha como os falantes recorrem naturalmente a recursos de várias línguas na comunicação quotidiana, em função do contexto e dos interlocutores. Estas perceções revelam um afastamento progressivo de visões normativas de proficiência linguística, aproximando os PFI de uma compreensão mais flexível e situada da linguagem.

A reflexão desencadeada pela atividade das CLD leva os PFI a reconhecer a importância de valorizar os percursos e repertórios linguísticos dos seus futuros alunos, como revela o Excerto 2.

Excerto 2

T – Acham que isto vai mudar a forma como abordam os vossos alunos na aula de inglês?

PFI13 – Enquanto professores, devemos ajustar as nossas estratégias e materiais às competências dos alunos, de acordo com os seus repertórios

linguísticos. Por exemplo, se tivermos um aluno alemão e também soubermos alemão, podemos usar esse conhecimento para fazer comparações com as estruturas linguísticas do inglês.

Neste excerto, a PFI13 reconhece a importância de compreender os percursos linguísticos dos alunos para definir estratégias pedagógicas mais ajustadas à diversidade linguística presente na sala de aula. Esta consciencialização está em sintonia com práticas educativas inclusivas que visam apoiar a aprendizagem de novos conteúdos a partir dos conhecimentos e experiências prévias dos alunos, ou seja, dos seus “fundos de conhecimento” (Moll et al., 1992).

Não obstante esta abertura à diversidade dos alunos, ao refletirem sobre a atual situação demográfica das escolas portuguesas, os PFI mostram-se preocupados, pois percebem que poderão vir a ensinar alunos que não dominam nem o inglês nem o português. Como refere a PFI9:

Excerto 3

PFI9 – Já tenho alguma experiência de ensino, mas confesso que agora estou mais preocupada. Nunca pensei que pudesse ter de ensinar inglês a alguém que não fala esta língua nem fala português. Sem uma língua comum para comunicar, sinceramente, não saberia o que fazer.

A PFI expressa uma preocupação genuína ao tomar consciência de que a diversidade linguística das escolas portuguesas pode representar um desafio comunicativo. A afirmação “sinceramente, não saberia o que fazer” revela uma sensação de incerteza e de vulnerabilidade profissional. Esta tensão evidencia dois preconceitos comuns sobre o ensino de línguas: a suposição de uma base linguística comum e a compreensão implícita da sala de aula como um espaço monolíngue e homogêneo. Naturalmente, os futuros professores esperam partilhar, pelo menos, uma língua com os seus alunos que permita mediar o processo de ensino. A constatação de que tal pode não acontecer obriga os PFI a repensar as suas estratégias pedagógicas, questionando abordagens tradicionais e monolíngues ao ensino das línguas.

4.2. PRESTÍGIO, PODER E DIVERSIDADE: IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS EM DEBATE

Para introduzir o conceito de justiça linguística, os PFI exploraram a Unidade 1 do módulo “Linguistic equality as a basis for social and educational justice”. Este módulo inclui um vídeo de Jan Blommaert, no qual o autor explica o que é a diversidade linguística e como esta se relaciona com a desigualdade. Na mesma aula, os PFI participaram numa palestra proferida por uma docente da IES sobre o conceito de *native-speakerism*,

a pervasive ideology, according to which so-called “native-speakers” (NSs) are superior to “non-native speakers” (NNSs). This term was coined by Holliday (2006) and includes not only the superiority of the language used by NSs but the “Western/Anglophone culture” and the Western teaching methodology.

(Fedorova e Kaur, 2022: 60)

O Excerto 4 apresenta as reflexões dos PFI após a realização destas atividades.

Excerto 4

D – Em que é que o vídeo e a palestra vos fizeram pensar?

PFI1 – Para mim, na questão do *native-speakerism*, porque é algo que já senti. Gostava de concorrer a ofertas de emprego no Japão, mas dizem sempre “Só para falantes nativos”. Não importa o quão proficiente possa vir a ser em inglês; nunca vou conseguir concorrer a essas ofertas.

D – Viram o vídeo de Blommaert? A certa altura, ele diz: “Any form of linguistic difference may become at some point, for some reason, and in the hands of some people an instrument of inequality”.

PFI12 – Quer dizer que as pessoas podem ser discriminadas por falarem com um determinado sotaque; podem ser vistas como menos inteligentes ou como pertencentes a uma classe social menos privilegiada.

T – Alguma vez passaram por isso?

PFI6 [natural dos Açores] – Quando vou aos Serviços Sociais ou à Secretaria,

mudo a forma como falo. Isto irrita-me, porque não o quero fazer. Mas sinto que me irão perceber melhor se falar de uma forma mais “neutra”.

O Excerto 4 evidencia a capacidade dos PFI para articular conceitos teóricos, como a justiça linguística, com as suas próprias vivências de exclusão e discriminação linguística. Emergindo deste processo reflexivo, destacam-se questões estruturais relacionadas com a ideologia do falante nativo e o acentismo, revelando uma consciência crescente sobre o poder das ideologias e variedades linguísticas dominantes na sociedade. O PFI1 alude à figura do falante nativo idealizado, frequentemente presente em anúncios de emprego, enquanto o relato da PFI6 expõe formas de discriminação mais subtis, como microagressões linguísticas, que conduzem a estratégias de silenciamento e autocensura. Este “silenciamento autoimposto” reflete a pressão para corresponder a padrões linguísticos dominantes, tidos como socialmente valorizados (Piller, 2016). As reflexões partilhadas revelam uma consciência sociolinguística em construção, capaz de desnaturalizar ideologias hegemónicas e de reconhecer os efeitos do “*habitus* monolíngue” (Gogolin, 1997) no quotidiano escolar e social.

Mais à frente na discussão, os PFI começam a questionar-se sobre as implicações práticas das suas reflexões.

Excerto 5

D – Por que é que isto é importante para vocês, enquanto professores?

PFI4 – A maioria de nós aprendeu que o inglês britânico ou o inglês americano são superiores. Agora temos de pensar como vamos abordar esta questão com os nossos alunos. Podemos ter alunos com muitos sotaques diferentes, o que não significa que não saibam falar inglês.

PFI13 – Temos de preservar a justiça linguística na sala de aula e não devemos dizer que alguém que fala com sotaque britânico é superior aos outros e que os outros devem aspirar a ter esse tipo de sotaque.

PFI1 – Pergunto-me até onde é que isto pode ir. Como professor de inglês, teria de ensinar a pronúncia correta, que seria qualquer pronúncia nativa. Portanto, também poderia ser inglês com sotaque alemão.

D – Em termos de pronúncia, o que é que devem ter em conta?

PFI13 – Talvez a compreensão.

PFI12 – Evitar confusões. Por exemplo, dizer “sing” em vez de “thing”.

PFI1 – Mas será mesmo assim tão simples? Porque alguns sotaques são muito difíceis de compreender. Onde se traça a linha entre um erro e um sotaque? Alguns alunos podem pronunciar mal uma palavra, mas conseguimos entendê-los; isso não afeta a inteligibilidade. Por outro lado, podem ter um sotaque muito marcado e falar inglês correto, sem erros.

PFI12 – Acho que acabaria por ensinar as variedades tradicionais, porque são as mais vantajosas para os alunos.

PFI4 – Sim, mas devem ser respeitadas como qualquer outra variedade.

Este excerto gira em torno da controvérsia do *native-speakerism*, do prestígio linguístico e do papel dos professores como garantes da diversidade linguística na aula de inglês. As tensões emergem no discurso dos PFI através de preconceitos ideológicos, herdados das suas experiências escolares e de uma tradição de ensino centrada em normas linguísticas dominantes (inglês britânico e inglês americano) associadas a maior prestígio social.

Ao discutirem a diversidade intralinguística da língua inglesa em articulação com a justiça linguística, os PFI exprimem posições contraditórias. Enquanto alguns afirmam que “teria de ensinar a pronúncia correta” (PFI1) ou que “acabaria por ensinar as variedades tradicionais, porque são as mais vantajosas para os alunos” (PFI12), outros defendem que todas as variedades “devem ser respeitadas como qualquer outra” (PFI4). Estas posições ilustram um processo de reflexão e negociação identitária sobre o papel do professor de inglês num contexto de crescente diversidade linguística.

4.3. PEDAGOGIAS PLURILINGUES: DOS PRINCÍPIOS ÀS PRÁTICAS

Um momento-chave no programa de formação surgiu durante uma interação com uma professora convidada (PC), especialista em pedagogias plurilingues. Neste momento, retratado no Excerto 6, os PFI são convidados a imaginar as suas práticas pedagógicas futuras, enunciando os princípios orientadores da sua ação.

Excerto 6

PC – Enquanto futuros professores, qual consideram ser o princípio orientador da vossa prática?

D – Se ajudar, podem completar a frase: “Quero que os meus alunos...”

PFI15 – Quero que os meus alunos se respeitem uns aos outros.

PC – Sim, que digam: “Não partilhamos a mesma língua ou o mesmo contexto cultural, mas valorizo quem tu és”.

PFI10 – Quero que os meus alunos aprendam uns com os outros.

PC – Muito bem! Não só apreciar, mas aprender.

PFI9 – Quero que os meus alunos se sintam à vontade uns com os outros; que sintam que a sala de aula é um espaço seguro.

PFI4 – Quero que os meus alunos se sintam ouvidos.

PC – Como é que se faz isso?

PFI15 – Ouvindo o seu feedback, tentando compreender os seus interesses.

PC – Quando planificas as tuas atividades com base nos “fundos de conhecimento” dos alunos, eles sentem que têm algo a oferecer. Estes são princípios muito bons. Uma vez definidos os princípios, podem começar a planificar as atividades.

Auxiliar os PFI a identificar princípios orientadores para a sua ação profissional é fundamental na formação docente orientada para a justiça linguística e social (Banegas e Santiago Sanchez, 2024; Zeichner, 2014). O Excerto 6 mostra este processo de acompanhamento reflexivo, em que os PFI expressam o que gostariam que a sua sala de aula fosse: um espaço seguro e acolhedor (PFI9), assente em valores de inclusão (PFI15), aprendizagem mútua (PFI10) e participação ativa (PFI4), que tem em conta os interesses dos alunos (PFI15). A PC reforça esta ideia ao referir o conceito de “fundos de conhecimento”, incentivando os PFI a valorizarem os saberes prévios e os contextos culturais dos alunos, tornando a aprendizagem mais significativa.

Esta discussão sugere que os PFI estão a desenvolver uma identidade docente mais crítica, baseada em princípios como o respeito, a aprendizagem mútua e a inclusão. Apesar destes avanços, quando confrontados com

os desafios reais da sala de aula, os discursos dos PFI revelam tensões e incertezas, como mostra o Excerto 7.

Excerto 7

PFI3 – Estamos a falar sobre incluir outras línguas na sala de aula. Como podemos fazer isso na aula de inglês, quando o objetivo da aula é aprender uma língua específica?

PC – Boa pergunta. Bem, nas aulas de línguas, podemos centrar-nos no desenvolvimento da consciência metalinguística dos alunos, nas ligações entre línguas, no alargamento do vocabulário, bem como nas competências de leitura, escrita e oralidade. Tudo isso é convergente e pode apoiar a aprendizagem da língua inglesa.

PFI4 – Acho que os alunos podem continuar a aprender inglês enquanto fazem atividades plurilingues, desde que não se perca o foco.

PFI13 – Os alunos devem perceber que há um propósito na tarefa plurilingue.

PFI5 – A minha dúvida é: haverá tempo suficiente para fazer atividades plurilingues nas aulas de inglês?

PC – Essas atividades devem ser integradas na tarefa sempre que surgir uma oportunidade. Tem de ser um processo contínuo e algo que vão desenvolver ao longo da vossa carreira.

A discussão revela tensões importantes: como integrar atividades plurilingues em aulas cujo objetivo principal é o ensino de uma língua específica (PFI3); como garantir que estas atividades não desviam o foco da aprendizagem do Inglês (PFI4); e como gerir o tempo para as implementar dentro do currículo (PFI5). Estas preocupações geram sentimentos de incerteza, mesmo quando a PC esclarece os benefícios das atividades plurilingues para a aprendizagem da língua ou quando sublinha que a integração do plurilinguismo deve ser contínua e não um esforço pontual.

Embora reconheçam, teoricamente, o valor da promoção da diversidade e da justiça linguística, os PFI confrontam-se com a complexidade de aplicar estes princípios na prática, dentro de um contexto de ensino ainda marcado

por estruturas normativas. Esta tensão e outras previamente abordadas revelam um conhecimento pedagógico em construção, evidenciando a dificuldade dos PFI em conciliar identidades docentes críticas e inclusivas com as exigências curriculares e da prática letiva.

5. DISCUSSÃO

O estudo revela que o envolvimento de futuros professores de inglês com questões de justiça linguística pode contribuir para aprofundar a sua compreensão sobre a importância de valorizar a diversidade linguística no ensino da língua. Ao participarem em diversas atividades no âmbito de uma unidade curricular em Didática do Inglês, que promoveram a reflexão crítica, os PFI articularam conceitos teóricos com as suas experiências pessoais e com a prática idealizada. Estas atividades suscitaram uma maior consciência dos seus repertórios linguísticos e um questionamento crítico de noções tradicionais de proficiência linguística e de norma. Relacionando estes conhecimentos com situações reais de sala de aula, os PFI começaram a imaginar-se como professores de inglês plurilíngues, comprometidos com práticas linguísticas mais inclusivas e equitativas.

No entanto, os seus discursos evidenciam também tensões de natureza pedagógica e identitária. As tensões pedagógicas manifestam-se no sentimento de impreparação para implementar pedagogias plurilíngues e promover ativamente a justiça social nas suas práticas futuras. Por seu lado, as tensões identitárias surgem quando os PFI refletem sobre o seu papel enquanto professores plurilíngues de inglês num sistema educativo fortemente marcado por ideologias monolíngues. Estas tensões evidenciam a natureza complexa, mas geradora, do processo de construção de uma identidade docente consciente e comprometida com a justiça social.

Os resultados do estudo oferecem importantes contributos para a formação de professores. Uma das principais conclusões é que atividades isoladas não são suficientes para promover uma aprendizagem transformadora; esta só ocorre no seio de uma cultura de sala de aula que estimule a reflexão crítica e o diálogo colaborativo. A criação de um espaço seguro e inclusivo, onde se valorizem diversas perspetivas, permite que os PFI confrontem e reformulem

crenças e preconceitos, coconstruam saberes e desenvolvam uma identidade profissional mais crítica. Neste processo, o papel da docente mediadora revela-se fundamental, ao colocar questões desafiadoras, incentivar a reflexão e apoiar a articulação entre teoria e prática.

Outra implicação relevante prende-se com a importância de partir das experiências sociais, linguísticas e educativas vividas pelos PFI. Ao serem encorajados a relacionar as dimensões pessoais, profissionais e contextuais das suas vidas, integrando passado, presente e futuro, os PFI estão mais aptos para construir identidades docentes ancoradas num sentido de propósito e agência (Banegas e Santiago Sanchez, 2024; Pinho, 2023).

Da análise dos dados emergem, assim, princípios orientadores de uma formação docente alinhada com a justiça linguística (Fig. 1). Estes princípios articulam-se em torno de quatro palavras-chave: transformação social, plurilinguismo como valor, pedagogias inclusivas e responsivas, e profissionalidade crítica.

Palavras-chave	Princípios “Uma formação de professores alinhada com a justiça linguística...”
Transformação social	... reconhece a educação em línguas como um espaço de poder, negociação de identidades e transformação social.
Plurilinguismo como valor	... incentiva os professores a valorizarem os seus próprios repertórios linguísticos e os dos seus alunos como recursos para a comunicação e a aprendizagem.
Pedagogias inclusivas e responsivas	... capacita para a integração de pedagogias que respondam às realidades multilingues das escolas (e.g., abordagens plurais, <i>translanguaging</i>).
Profissionalidade crítica	... apoia os futuros professores na construção de uma prática reflexiva e socialmente justa, que desafia preconceitos linguísticos e culturais e promove práticas inclusivas e equitativas.

Fig. 1 – Princípios de uma formação docente alinhada com a justiça linguística
(Fonte: a autora).

Contudo, os resultados do estudo devem ser interpretados com cautela quanto à sua transferibilidade, uma vez que se baseiam num

grupo específico de participantes, com perfis e experiências próprias, num contexto institucional particular. Além disso, o posicionamento da investigadora e a sua proximidade com os PFI podem ter influenciado tanto as interações como a interpretação dos dados. É também relevante sublinhar que uma única unidade curricular de um curso de mestrado é insuficiente para preparar os PFI para as complexidades da justiça linguística no ensino. Para ultrapassar abordagens fragmentadas, os programas de formação de professores devem adotar um compromisso contínuo e transversal com a justiça social (Banegas e Santiago Sanchez, 2024; Zeichner, 2014). Isto implica integrar estes princípios não apenas em unidades curriculares isoladas, mas em toda a formação inicial. Este modelo integrado poderá promover nos futuros professores as competências, a confiança e a orientação ética para acolherem e valorizarem a diversidade linguística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo levam-nos a propor uma formação de professores entendida como um espaço de transformação e resistência, no qual os PFI iniciam um percurso contínuo de construção de uma identidade profissional crítica, centrada na justiça linguística. Este compromisso exige uma abordagem formativa coerente e transversal a todo o programa de formação, integrando atividades que combinem reflexão teórica e prática pedagógica. Esta articulação permite que os futuros professores não apenas reconheçam a diversidade linguística, mas a mobilizem ativamente como recurso pedagógico ao serviço da equidade e da inclusão.

Nesse sentido, o reconhecimento e o respeito pela liberdade linguística e identitária dos alunos (i.e., a liberdade de usarem e aprenderem através das suas línguas) não se limitam apenas a uma exigência pedagógica, mas configuram-se como um ato essencial de justiça social. Cinquenta anos após o 25 de Abril, reafirmar esta liberdade nas escolas constitui uma forma de prolongar o seu legado, contribuindo para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e inclusiva.

BIBLIOGRAFIA

- AIMA (2025). *Relatório Intercalar “Recuperação de Processos Pendentes na AIMA. População Estrangeira em Portugal”*. Lisboa: Agência para a Integração, Migrações e Asilo.
- Alarcão, Isabel (2001). *Formação reflexiva de professores. Estratégias de supervisão*. Porto: Porto Editora.
- Banegas, Darío Luis; Santiago Sanchez, Hugo (2024). Social justice and language teacher education from Latin America. *Teachers and Teaching*, 30, 2, 131-138.
- Beacco, Jean-Claude; Byram, Michael; Cavalli, Marisa; Coste, Daniel; Cuenat, Mirjam; Goullier, Francis; Panthier, Johanna (2010). *Guide for the development and implementation of curricula for plurilingual and intercultural education*. Strasbourg: Council of Europe.
- Blommaert, Jan (2006). Language Ideology. In Keith Brown (Ed.), *Encyclopedia of Language and Linguistics* (2nd ed., 510-522). Oxford: Elsevier.
- Blommaert, Jan; Backus, Ad (2013). Superdiverse repertoires and the individual. In Ingrid de Saint-Jacques; Jean Jacques Weber (Eds.), *Multimodality and multilingualism. Current challenges for educational studies* (11-32). Rotterdam: Sense Publishers.
- Candelier, Michael; Camilleri-Grima, Antoinette; Castelotti, Véronique; de Pietro, Jean-François; Lörincz, Ildiko; Meissner, Franz-Joseph; Noguero, Antonio; Schröder-Sura, Anna (2012). *A framework of reference for pluralistic approaches to languages and cultures*. Strasbourg: Council of Europe.
- Cenoz, Jasone; Gorter, Durk (2013). Towards a plurilingual approach in English language teaching. Softening the boundaries between languages. *TESOL Quarterly*, 47, 591-599.
- Coste, Daniel; Moore, Danièle; Zarate, Geneviève (2009). *Plurilingual and pluricultural competence*. Strasbourg: Council of Europe.
- Council of Europe (2022). *The importance of plurilingual and intercultural education for democratic culture*. Strasbourg: Council of Europe.
- (2020). *Common European Framework of Reference for Languages. Learning, teaching, assessment – Companion volume*. Strasbourg: Council of Europe.
- Erling, Elizabeth J.; Moore, Emilee (2021). Socially just plurilingual education in Europe. Shifting subjectivities and practices through research and action. *International Journal of Multilingualism*, 18, 4, 523-533.
- Fedorova, Natalia; Kaur, Kashmir (2022). Native-speakerism. A thorn in the side of ELT. *Journal of Second Language Teaching & Research*, 9, 59-80.
- Gogolin, Ingrid (1997). The ‘monolingual habitus’ as the common feature in teaching in the language of the majority in different countries. *Per Linguam*, 13, 2, 38-49.

- Hopp, Holger; Thoma, Dieter (2021). Effects of plurilingual teaching on grammatical development in early foreign-language learning. *The Modern Language Journal*, 105, 464-483.
- Kumaravadivelu, B. (2012). *Language teacher education for a global society. A modular model for knowing, analyzing, recognizing, doing, and seeing*. Abingdon: Routledge.
- Lau, Sunny; Van Viegen, Saskia (Eds.) (2020). *Plurilingual pedagogies. Critical and creative endeavours for equitable language in education*. Cham: Springer.
- Lourenço, Mónica (2025). Fostering critical multilingual language awareness through linguistic landscapes: A case study with future English teachers in Portugal. *Studia Iberica*, 25, 181-199. <https://doi.org/10.12797/SI.25.2025.25.09>.
- MECI [Ministério da Educação, Ciência e Inovação] (2025a). Mediadores Linguísticos e Culturais. *Nota informativa* (23 de janeiro).
- (2025b). Portaria n.º 86/2025/1. *Diário da República*, 1ª série, 46 (6 de março).
- Moll, Luis; Amanti, Cathy; Neff, Deborah; Gonzalez, Norma (1992). Funds of knowledge for teaching. Using a qualitative approach to connect homes and classrooms. *Theory into Practice*, 31, 2, 132-141.
- OECD (2022). *Review of Inclusive Education in Portugal*. Paris: OECD Publishing.
- Piller, Ingrid (2016). *Linguistic diversity and social justice: An introduction to applied sociolinguistics*. Oxford: Oxford Academic.
- Pinho, Ana Sofia (2023). Pre-service teachers' professional identity and representations of English as a foreign language: Toward a dominant language (teaching) constellation? In Larissa Aronin; Sílvia Melo-Pfeifer (Eds.), *Language awareness and identity. Insights via Dominant Language Constellation approach* (219-245). Bristol: Multilingual Matters.
- Potts, Diane; Cutrim Schmid, Euline (2022). Plurilingual practice in language teacher education. An exploratory study of project design and ideological change. *AILA Review*, 35, 1, 60-88.
- Presidência do Conselho de Ministros. (2018). Decreto-Lei n.º 54/2018. *Diário da República*, 1ª série, 129 (6 de julho), 2918-2928.
- Schreier, Margrit (2012). *Qualitative Content Analysis*. Thousand Oaks: Sage.
- Tardif, Maurice (2002). *Saberes docentes e formação profissional* (7ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Yin, Robert (2018). *Case study research and applications. Design and methods* (6th edition). Thousand Oaks: Sage.
- Zeichner, Kenneth (2014). Formação de professores para a justiça social. In Maria Alfredo Moreira; Kenneth Zeichner (Org.), *Filhos de um deus menor. Diversidade linguística e justiça social na formação de professores* (135-151). Mangualde: Pedago.
- Zembylas, Michalinos; Chubbuck, Sharon (2017). Emotions and social inequalities. Mobilizing emotions for social justice education. In Paul Schutz; Michalinos Zembylas (Eds.), *Advances in teacher education research* (343-363). Cham: Springer.

ENTRE A LIBERDADE DE
INVESTIGAÇÃO E A PROTEÇÃO
DE DADOS SENSÍVEIS. O CASO
DO *CORPUS* CORAUDIS

*Between research freedom and sensitive data
protection: the case of the CorAuDis corpus*

CONCEIÇÃO CARAPINHA

mccarapinha@fl.uc.pt

Universidade de Coimbra, CELGA-ILTEC, Faculdade de Letras

CORNELIA PLAG

cornelia.plag@fl.uc.pt

Universidade de Coimbra, CELGA-ILTEC, Faculdade de Letras

SUSANA FERREIRA

susana.ferreira@fl.uc.pt

Universidade de Coimbra, CELGA-ILTEC, Faculdade de Letras

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7860-6561>

<https://orcid.org/0000-0002-5644-8723>

<https://orcid.org/0000-0004-1633-431x>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-11_10

Texto recebido em / Text submitted on: 14/04/2025

Texto aprovado em / Text approved on: 04/09/2025

Biblos. Número 11, 2025 • 3.^a Série

pp. 237-259

RESUMO

A pesquisa baseada em *corpora* representa uma forma de validar a investigação; contudo, a disponibilização dos textos em regime de acesso aberto pode levantar questões relacionadas com a partilha de dados pessoais dos envolvidos. No caso de um *corpus* de audiências, este problema é substancialmente ampliado.

O presente artigo aborda os desafios encontrados no processo de anonimização do *corpus* de audiências CorAuDis, bem como as questões éticas suscitadas pelos dados sensíveis nele contidos. São também analisadas as possíveis formas de disponibilizar em regime de acesso aberto. Este contexto suscita ainda uma reflexão sobre a liberdade científica do investigador, que procura encontrar um equilíbrio entre os requisitos de confidencialidade e o valor científico dos textos.

Palavras-chave: *Corpus* de audiências; anonimização; dados sensíveis; liberdade científica; acesso aberto.

ABSTRACT

Corpus-based research is a method of validating investigations; nevertheless, the provision of texts through open access may give rise to questions concerning the sharing of personal data of those involved. This problem is exacerbated in the case of a *corpus* of hearings.

The present article addresses the challenges encountered in the process of anonymising the *corpus* of hearings CorAuDis, as well as the ethical issues raised by the sensitive data it contains. The potential avenues for the dissemination of the aforementioned material in an open access environment are also analysed. This context also rises questions regarding the scientific freedom of researchers, seeking to strike a balance between confidentiality requirements and the scientific value of the texts.

Keywords: *Corpus* of hearings; anonymisation; sensitive data; scientific freedom; open access.

INTRODUÇÃO

No atual paradigma científico, é exigido ao linguista a pesquisa a partir de dados autênticos.

Por conter dados efetivamente produzidos por falantes reais em contextos específicos, por se encontrar informatizado, permitindo, portanto, uma pesquisa mais célere e mais seletiva, e ainda pelo facto de constituir um manancial de informações que podem fundamentar pesquisa linguística em diferentes planos de descrição, um *corpus* pode tornar-se “a useful tool for discovering many aspects of language use that otherwise may go unnoticed” (Reppen, 2022: 13).

Neste sentido, um dos principais objetivos que presidem à construção de um *corpus* é a possibilidade de o disponibilizar como infraestrutura de apoio à investigação, especialmente entre pares. Também a crescente adoção de práticas científicas abertas vai ao encontro deste desiderato; com a Declaração de Bona (2020), reafirma-se a promoção da liberdade de investigação científica no espaço europeu e promove-se “o direito dos investigadores individuais de definir livremente as questões que são objeto de investigação, (...) de reunir dados empíricos, (...) de publicar e comunicar livremente e de propor novas ideias e hipóteses e de as divulgar livremente”.

Em sentido divergente ao estabelecido nestes princípios, todavia, emerge, na construção de um *corpus*, quer na fase da recolha de dados, quer no momento do seu tratamento informático, quer ainda na etapa da sua disponibilização, múltiplas e complexas questões que nem sempre são fáceis de compaginar com os princípios consignados na Declaração. Uma dessas questões diz respeito à confidencialidade dos dados a compilar e ao grau de liberdade do investigador.

Se muitos dos *corpora* atualmente disponíveis não envolvem problemas quanto à divulgação dos dados neles contidos, o mesmo não se verifica quando os dados a compilar são de natureza sensível e/ou carregam informação personalizada. O *corpus* em construção que deu origem à presente reflexão – o *corpus* de audiências CorAuDis – constitui um destes casos, exigindo uma reflexão sobre o direito à proteção de dados pessoais dos envolvidos e sobre o dever de confidencialidade que pode recair sobre o investigador que os colige e analisa.

Tendo como enquadramento estas questões, o presente texto apresenta e discute os desafios encontrados – quer no plano mais prático quer no plano mais teórico – aquando do processo de anonimização das transcrições, refletindo ainda sobre o papel do investigador, dividido entre as exigências científicas e o direito à liberdade de investigar, por um lado, e as responsabilidades éticas, por outro.

As perguntas que orientaram esta pesquisa foram as seguintes:

- Em que consiste o processo de anonimização¹?
- Quais os problemas práticos enfrentados pelos investigadores no tratamento de informação sensível?
- Qual pode/deve ser o grau de intervenção do investigador?

Este artigo apresenta a seguinte organização: na secção 1, abordar-se-ão alguns dos princípios que orientam a construção de um *corpus* e os problemas gerais encontrados durante a transcrição das audiências; a secção 2 discutirá as diferentes modalidades de anonimização segundo o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD)² e os desafios práticos e teóricos decorrentes do processo de anonimização do *corpus* CorAuDis; uma reflexão sobre a condição e o papel do investigador no atual panorama da ciência aberta e eticamente responsável ocupará a secção 3. O texto encerrará com algumas considerações relativas aos moldes em que o *corpus* poderá ser disponibilizado.

1. A CONSTRUÇÃO DE *CORPORA*

1.1. PRINCÍPIOS DE COMPILAÇÃO DE DADOS

Os *corpora* podem ser bastante distintos, quer no tocante à quantidade de dados recolhida, quer no que respeita ao seu tipo, à sua diversidade, à sua acessibilidade,

¹ O termo ‘anonimização’ é usado, aqui, num sentido genérico. Ver, adiante, a secção 2.

² A norma que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares e à livre circulação desses dados (RGPD) é a Lei n.º 58/2019 de 08 de agosto.

quer ainda no que concerne à forma de os organizar internamente; contudo, há alguns princípios que devem orientar a compilação de um *corpus*.

Os textos autênticos devem ser representativos dos textos da área em análise, ou seja, conter uma amostra significativa do universo em estudo, permitindo, assim, efetuar generalizações. Um *corpus* deve também possuir uma outra propriedade, a do equilíbrio, o que implica apresentar uma distribuição proporcional dos diferentes textos abrangidos pelo domínio em causa (neste caso, a ‘audiência’, enquanto evento comunicativo). O conjunto de dados que constituem o *corpus* deve ainda estar armazenado em formato digital, viabilizando pesquisas automáticas ou semiautomáticas através do recurso a *software* especializado. Um outro princípio diz respeito à autenticidade ou, por outras palavras, à preferência pela preservação da totalidade dos textos: segundo Sinclair (1991), a remoção de informação de um *corpus* deve ser limitada, para evitar a perda de dados e de autenticidade³. É precisamente à luz deste princípio que será discutida a anonimização de dados, uma vez que a remoção de informação relevante pode reduzir ou até anular o potencial valor científico dos dados⁴.

1.2. DESAFIOS DA TRANSCRIÇÃO DO *CORPUS* CORAUDIS

O CorAuDis constitui uma infraestrutura de apoio à investigação, concebida com o propósito de possibilitar o estudo sistemático de um género discursivo oral, produzido num contexto profissional e institucional. Trata-se de um *corpus* especializado que permite descrever regularidades discursivas e padrões de uso linguístico próprios deste *setting*. É constituído por um conjunto de 37 audiências, da área do Direito Penal (relativas aos anos de 2016 e 2017), que teve como base os áudios disponibilizados pelo Tribunal de Coimbra⁵. Na impossibilidade –

³ Um conjunto mais completo de princípios de construção de *corpora* consta de Knight e Adolphs (2022: 23).

⁴ A mesma ideia é retomada, embora de forma mitigada, em Knight e Adolphs (2022: 23).

⁵ A gravação das audiências que o próprio Tribunal realiza constitui um procedimento habitual, relacionado com o recurso que pode advir das decisões judiciais.

legal – de divulgar os ficheiros áudio, deu-se início ao processo de transcrição, o único formato permitido para a divulgação dos dados.

A transcrição de uma audiência, gravada apenas através de material áudio, é um processo moroso e exigente (Love e Wright, 2021). A multiplicidade de intervenientes dificulta a identificação precisa das vozes e, portanto, dos autores dos enunciados. O ruído de fundo e a baixa qualidade das gravações do Tribunal comprometem, frequentemente, a audibilidade e inteligibilidade do discurso, duas condições essenciais para garantir a precisão e o rigor da transcrição.

Emergem, ainda, com particular relevância, os problemas decorrentes do registo oral em que a audiência decorre. A representação de dados paralinguísticos (pausas, silêncios, tom de voz, débito, etc.), de fenómenos fonéticos (de uma pronúncia mais marcada ou de crases e aféreses, por exemplo) e de traços discursivos (hesitações, repetições, interrupções, formas truncadas, e.o.) exigiu um minucioso sistema de transcrição. Tendo em conta estas especificidades, é inegável que algumas perdas resultarão do processo de transcrição. E, apesar dos avanços significativos da tecnologia e da crescente adoção de ferramentas automáticas, como “voice-to-text software and (...) AI rather than human transcription” (McMullin, 2021: 140), parece não haver nenhum sistema de transcrição que consiga, de forma rigorosa e exaustiva, dar conta de toda a complexidade e especificidade do oral.

A opção por uma transcrição *full verbatim* – transcrição literal – pretendeu preservar toda a informação possível, apesar da perda de dados de natureza contextual, decorrente da não utilização de vídeo (na gravação original) e da perda de outros dados, motivada pelo próprio processo de transcrição. Paralelamente, procurou-se assegurar a inteligibilidade do texto, evitando o uso excessivo de sinalética.

Particularmente complexos foram os dilemas colocados pelo processo de anonimização de dados pessoais, dado que uma transcrição *ipsis verbis* das gravações teria permitido a identificação de pessoas, locais e eventos mencionados nas sessões. Tornou-se óbvio que seria impossível transcrever a totalidade do que havia sido dito em sala de audiências, uma vez que questões de ordem ética e legal impendiam sobre o conteúdo dos áudios. Desta

forma, o já referido princípio da preservação da totalidade dos textos teve de ser repensado, pois, na verdade, “[w]hile an ideal scenario would be to include all possible data produced in a given context in order to claim, in a scientific manner, a total accountability, this is in practice rarely possible” (Jaworska e Kinloch, 2018: 7).

Como proceder, então, para não divulgar dados pessoais e, simultaneamente, tentar manter o máximo possível de informação acerca do caso que conduziu à audiência? Em rigor, toda a discussão em torno deste problema conduziu às três perguntas de base (ver introdução).

2. O PROCESSO DE ANONIMIZAÇÃO

2.1. ENQUADRAMENTO LEGAL

A anonimização é o processo que remove as ligações criadas entre uma pessoa específica e os seus dados (Quinn, 2017), impossibilitando o respetivo rastreamento (Stam e Diaz, 2023)⁶.

Os dados pessoais englobam diferentes tipos de informações sobre as pessoas; segundo as normas previstas no RGPD, entende-se por “dados pessoais” toda a

informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável («titular dos dados»); é considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular; (...).

⁶ Este método de desassociação de dados pessoais constitui, aliás, uma obrigação legal, prevista pelo Parlamento Europeu, aplicada à ciência e aos organismos públicos e privados.

Neste vasto conjunto de informações, Leedham et al. (2021: 2) distinguem identificadores diretos e indiretos: os diretos correspondem a informações individuais e únicas que permitem, por si só, identificar uma pessoa (Stam e Diaz, 2023: 8; Leedham et al., 2021: 2), como, por exemplo, o nome completo, o número do cartão de cidadão ou a voz; no caso dos indiretos, a identificação é possível através do cruzamento de dados. Embora a idade, por si só, não constitua um elemento identificador, a sua combinação com outros dados, tais como o cargo profissional ou o local de trabalho, por exemplo, pode conduzir à pessoa em causa⁷.

De acordo com o Considerando 51 do RGPD, alguns destes dados podem ser classificados como especialmente sensíveis – a origem étnica, por exemplo –, embora o documento refira também que quaisquer dados pessoais podem, através de um uso indevido, comprometer os direitos e as liberdades fundamentais do seu titular, hipótese que justifica a inclusão destas informações no conjunto dos dados sensíveis.

De modo a minimizar tanto quanto possível a exibição de dados pessoais, o RGPD prevê duas modalidades de encriptação: a anonimização e a pseudonimização.

Enquanto a anonimização é irreversível, pois todos os dados pessoais são removidos, de forma permanente, tornando-se irrecuperáveis, a pseudonimização é o processo de substituição de informação sensível por informação neutra, reduzindo as hipóteses de identificação, a não ser recorrendo a informações adicionais, ou seja, ao conjunto de metadados que se manterão fora do alcance do público⁸. Com efeito, esta segunda técnica permite a conservação das tais “informações suplementares”, como disposto no Artigo 4.º, alínea 5), do Regulamento:

⁷ A este propósito, Stam e Diaz (2023) distinguem identificadores indiretos fortes e fracos, de acordo com a maior ou menor probabilidade de permitirem identificar um indivíduo: veja-se a diferença entre um número de telemóvel e a data de nascimento.

⁸ Este arquivo de metadados encontra-se sob a proteção do Artigo 12.º da Lei n.º 59/2019 da República Portuguesa.

5) «Pseudonimização», o tratamento de dados pessoais de forma que deixem de poder ser atribuídos a um titular de dados específico sem recorrer a informações suplementares (...) mantidas separadamente e sujeitas a medidas técnicas e organizativas para assegurar que os dados pessoais não possam ser atribuídos a uma pessoa singular identificada ou identificável; (...).

À medida que o grau de personalização dos dados aumenta, mais complexo e moroso se tornará o processo de os anonimizar, exigindo “technical skills and an understanding of privacy requirements to select the most adequate techniques and settings to provide the best anonymization results” (Ferreira et al., 2024: 457)

Uma vez substituídos, os dados adquirem um carácter genérico, tendencialmente inócuo, tendo como principal função preencher espaços em branco, sem comprometer o sentido das transcrições dos dados originais e o trabalho inferencial do leitor/investigador que pretende aceder aos dados (como ilustra o Exemplo 1).

Exemplo 1⁹:

J (00.21) – O nome dos pais:: ↑

A1 (00.22) – eh:: NOME APELIDO2 e NOME APELIDO3.

J (00.26) – A data de nascimento ↑

A1 (00.28) – DATA.

[...]

J (00.32) – =DATA. {ruídos} *Ond'* é que nasceu?

A1 (00.34) – eh:: Em CONCELHO1.

Em ambos os processos de encriptação, é necessário garantir que os identificadores são transformados ou removidos, ao mesmo tempo que é necessário assegurar a conservação do valor de base do *corpus*, ou seja, garantir que essas alterações não impedem as pesquisas para as quais o *corpus* foi constituído. E este duplo objetivo nem sempre parece ser concretizável.

⁹ As abreviaturas presentes nos exemplos correspondem a: J = juiz; A1 = arguido 1; DA4 = defesa do arguido 4; T1 = testemunha 1.

2.2. O PROCESSO DE ANONIMIZAÇÃO NO *CORPUS* CORAUDIS

No caso do *corpus* CorAuDis, o processo de anonimização ocorreu em simultâneo com o processo de transcrição.

Numa primeira fase, procedeu-se ao levantamento dos identificadores diretos, que se reportam, no caso em análise, ao número de processo do tribunal, ao nome completo dos envolvidos e, em contextos criminais muito específicos, como o tráfico de drogas e o roubo, às alcunhas e aos hipocorísticos, bem como dos indiretos mais recorrentes, tais como datas, endereços, contactos, características de veículos, locais, empresas, etc., com base na classificação de Stam e Diaz (2023). Numa segunda fase, e por meio da pseudonimização, esses identificadores foram convertidos em elementos vazios demitidos de um titular, “replacing personal information with standard placeholders” (Petyko et al., 2022: 13), tal como se ilustra na tabela *infra*:

Identificadores (diretos e indiretos)	Após pseudonimização
Processo de tribunal	NÚMERO DE PROCESSO
Nomes	NOME APELIDO1, NOME APELIDO2, ...
Alcunhas ¹⁰	ALCUNHA NOME1, ALCUNHA NOME2, ...
Hipocorísticos	HIPOCORÍSTICO NOME1, HIPOCORÍSTICO NOME2, ...
Datas	DATA
Endereços	CONCELHO, RUA, NÚMERO, CÓDIGO POSTAL, ...
Contactos	NÚMERO DE TELEMÓVEL
Veículos	MARCA, MODELO, MATRÍCULA
Locais	HOSPITAL, ESCOLA, ESQUADRA, EMPRESA, ...

¹⁰ Foi decidido que as alcunhas e os hipocorísticos deveriam ser representadas conforme o Exemplo 2. Assim, a um nome próprio específico (*e.g.* Francisco Silva) corresponde uma alcunha (*e.g.* Mãozinhas) ou um hipocorístico (*e.g.* Chico) pela/pelo qual um indivíduo é nomeado dentro da sua rede de amigos ou de contactos.

Exemplo 2:

¹ (02.47) – (...) permanecendo nas imediações da residência do senhor NOME APELIDO2 (.), também p- > conhecido *pla* alcunha, ALCUNHA NOME2, (...)

Com o avanço do processo de transcrição e a emergência de novos dados, essa listagem de identificadores foi sendo ampliada, exigindo a permanente atualização das normas de transcrição.

Ainda que as substituições acima mencionadas não ofereçam dúvidas e não constituam um obstáculo ao entendimento do evento comunicativo em si mesmo, uma vez que o processo de pseudonimização ocorre num plano muito micro, o mesmo não ocorre quando outro tipo de dados é equacionado.

A reconstituição de acontecimentos passados que tem lugar em sala de audiências surge sob forma de narrativas (muitas vezes opostas) mediadas subjetivamente por quem as viveu ou testemunhou (Silva, 2012). Esse relato de uma história, que se constrói a várias vozes, fica registado na gravação e, *a posteriori*, na transcrição. E, do mesmo modo que algumas destas narrativas subjacentes aos processos judiciais são conhecidas do grande público, por envolverem pessoas vulneráveis ou figuras públicas, as histórias de vida menos mediáticas não deixam de ser importantes, traumáticas e íntimas para quem as experienciou, merecendo igual reserva. Como se pretende demonstrar, não é suficiente empreender a anonimização de nomes (tomados aqui num sentido muito genérico), pois todo o conteúdo de uma audiência é suficientemente claro para permitir a identificação dos envolvidos e da história a eles associada (Rock, 2001). A exposição pública de um destes casos, que pode ocorrer com a disponibilização, sem restrições, de um *corpus* deste género, é, pois, problemática, implicando desafios mais complexos. De facto, é este tipo de “highly sensitive or disturbing data, which poses an important ethical dilemma for researchers” (Petyko et al., 2022: 11).

O presente exemplo reporta-se a uma audiência que julga um crime de furto de energia elétrica, alegadamente cometido pelos proprietários de um estabelecimento comercial numa localidade pequena, contra uma empresa fornecedora de eletricidade. Para além da óbvia presença dos nomes de todas estas entidades, são mencionados diferentes detalhes sobre a vida dos envolvidos, tais como o facto de o estabelecimento ser familiar, isto é, ser propriedade de um casal idoso e do seu filho, o facto de haver um familiar menor a viver com o pai e com a mãe em semanas alternadas, o facto de este pai ter uma casa própria que está a pagar ao banco e ter uma viatura

com um conjunto de características específicas, adequadas ao tipo de negócio desenvolvido e ainda o facto de o referido estabelecimento ter sofrido obras. Apesar de todos os identificadores diretos e indiretos (nos termos do RGPD) terem sido pseudonimizados, há, como se constata, um conjunto de informações disseminadas ao longo da audiência que, quando combinadas, possibilitaria a identificação dos três arguidos.

O mesmo tipo de risco pode ocorrer com o discurso de outros intervenientes, neste caso, dos próprios profissionais. Ainda que contra todas as expectativas, as intervenções destes agentes judiciais têm suscitado muitas interrogações e grandes dificuldades ao processo de ocultação de dados pessoais, por conterem comentários que veiculam visões de mundo muito personalizadas, aumentando assim as possibilidades de serem identificadas como pertencendo a um indivíduo particular. Analisemos, em primeiro lugar, o discurso dos advogados.

Com a exposição de versões antagónicas por parte das duas fações em litígio, a atividade verbal que decorre em tribunal é claramente conflitual. Assim, é expectável que os advogados adotem um tom mais hostil e, naturalmente, mais emocional. Por outro lado, se aos leigos não é permitido desviarem-se dos tópicos propostos pelos profissionais, o discurso destes, pelo contrário, está repleto de digressões, as quais constituem terreno fértil para a partilha espontânea de informações e opiniões pessoais. Toda esta partilha de dados é suscetível de criar dificuldades ao investigador/transcritor, que terá de tomar decisões sobre o que pode ser incluído e o que deve ser omitido.

Numa das audiências, no momento das alegações finais, um dos advogados discorre, nos seus frequentes comentários laterais, sobre a sua atividade profissional e as suas relações – ao que os dados indicam, bastante conflituosas – com os restantes agentes judiciários. As expressões que usa para referir outros membros do seu grupo profissional (Exemplo 3) e as afirmações que faz a propósito do Ministério Público (Exemplo 4) constituem um bom exemplo destes casos, os quais facilmente permitem chegar ao seu nome após uma breve pesquisa.

Exemplo 3:

DA4 (00.00) – (...) Foi feita uma boa corrupta!

Exemplo 4:

DA4 (00.00) – (...) É por isso *qu'*a justiça, em Portugal, (.) passa *plo* desprestígio que passa! (.) É DEVIDO ao Ministério Público, {ruídos} ao MAU USO que este faz do processo, no inquérito e no julgamento, *QU' AS COISAS CHEGARAM AO PONTO A QUE CHEGARAM!* (.) Não tenho (problemas) {ruídos} de o dizer, *porqu'*eu DOU A CARA E:: DOU NA CARA! PORTANTO, NÃO MANDO RECADOS A NINGUÉM!¹¹

Tal exposição pública de dados pessoais (opiniões e crenças) dificulta enormemente a tarefa de transcrição. A omissão desta informação, no sentido de evitar a identificação do jurista, implicaria a eliminação quase total de grande parte do final da audiência, o que, por sua vez, comprometeria a relevância científica do texto.

A este propósito, e embora o RGPD categorize estes identificadores indiretos como “especialmente sensíveis” e determine que o seu tratamento é proibido, abre algumas exceções “para fins de arquivo de interesse público, para fins de investigação científica ou histórica ou para fins estatísticos baseados no direito da União ou dos Estados-Membros” (Considerando 53). Entramos, então, numa zona cinzenta, pois o Regulamento, que rotula estes dados de sensíveis, abre, em simultâneo, a possibilidade de os analisar (e expor), ao abrigo do pressuposto da chamada Ciência Aberta.

Um outro exemplo, de natureza diferente, ilustra ainda um movimento argumentativo baseado em estereótipos que categorizam comunidades e os seus comportamentos:

Exemplo 5:

DA1 (15.11) – Olhe! eh:: São pessoas de etnia cigana?

T1 (15.14) – Sim.

DA1 (15.15) – eh:: Geralmente, estas situações, *quand'*um é detido, (.) a família junta-se toda, não é? (.) É costume?

¹¹ As maiúsculas representam um tom de voz mais forte e/ou mais irritado.

Há ainda a assinalar, no âmbito do discurso dos profissionais, o discurso dos magistrados, aquele que tem originado mais ponderação.

A longa e exigente formação de um magistrado permitiria antecipar que o conhecimento legal e a experiência teriam, como consequência, um desempenho imparcial em sala de audiências. De facto, o artigo 34.º da Lei n.º 2/2008, que regula o ingresso nas magistraturas e a formação de magistrados, bem como o Plano de Estudos do 41.º Curso de Formação de Magistrados para os Tribunais Judiciais (2024/2025), do Centro de Estudos Judiciários, preconiza, entre outras “competências fundamentais inerentes ao exercício de funções”, a de “alcançar a melhor solução do ponto de vista prático e jurídico (justiça do caso concreto), no âmbito de um procedimento que respeite, no plano substantivo e processual, os direitos de todas as pessoas envolvidas”.

Porém, no material recolhido para o *corpus*, sobressai todo o tipo de enviesamentos e de estereótipos que perpassam no discurso dos juizes. A imparcialidade e a neutralidade, perante quem litiga e perante o objeto do litígio, qualidades essenciais na prática judicial (Almeida, 2017), encontram-se, por vezes, bastante afastadas do fórum, sendo substituídas por juízos de valor subjetivos.

Se muitos destes enviesamentos afloram de modo implícito, não consciante, podendo, ainda assim, afetar a forma como o juiz avalia os factos e a forma como delibera, pois, de acordo com Harris e Sen (2019: 242), “research shows that judges’ personal backgrounds, professional experiences, life experiences, and partisan and ideological loyalties might impact their decision making”, muitos outros podem, de forma mais saliente, ser diretamente observados – e gravados! – quando são verbalizados de forma explícita pelos profissionais.

Os vários exemplos subsequentes revelam que muitas perguntas e muitos comentários do juiz contêm observações que, à luz de uma análise mais crítica, não se coadunam com as exigências éticas previstas na sua formação. Veja-se o caso seguinte, relativo à inquirição de uma testemunha (vítima) de um crime de ameaça agravada:

Exemplo 6:

J (16.42) – Ó senhor NOME APELIDO! O senhor > O senhor acha esse seu comportamento normal? (.) Se calhar, aqui ninguém na sala acha! (..)

O senhor está a exponenciar um facto *qu'*a generalidade das pessoas, apesar de ter algum temor, não entra em DEPRESSÃO! (.) Está a perceber o > Está a perceber a^{sic} porquê > o porquê das perguntas da *sotora*? {ruídos} Tem a ver essencialmente *co'*isso! O senhor é *duma* sensibilidade EXTREMA!

Na mesma audiência, o juiz inquire, depois, o filho da vítima da ameaça. Atente-se, mais particularmente, na primeira e na última intervenções do magistrado e na forma como é designada a autora do crime de ameaça, também presente em sala de audiência.

Exemplo 7:

J (06.06) – Um rapaz de dezoito anos [tem medo] > *duma* > *duma* velha de > de > de::/

T1 (06.10) – Ah! Isso:: > Isso quer dizer muito pouco!

J (06.13) – (()) que tem receio o quê? *Qu'* ela tenha lá uma caçadeira em casa?

T1 (06.16) – {riso} Isso não sei.

J (06.18) – Ou *qu'* ela ponha uma bomba e mande aquilo tudo *plos* ares?

DA? (06.21) – Ó meu Deus! [(())] {riso}

J (06.21) – [Não! Estou > Agora estou > Agora estou a ques- > estou a questionar! Precisamente porque não percebo *com'* é *qu'* um rapaz de dezoito anos, numa situação destas, também > também se d- > se > se:: > se fica na sombra dos medos do pai!

Numa outra audiência, o juiz – que dialoga com os restantes profissionais acerca de um dos participantes leigos ali presentes – recorre ao uso da terceira pessoa gramatical para o referir, ignorando a sua presença e negando, ao visado, o estatuto de verdadeira pessoa. Em simultâneo, a utilização do termo ‘diminuído’, para além de cientificamente discutível, também não promove um ambiente inclusivo.

Exemplo 8:

J (05.14) – [la dizer, efetivamente, *s'* ele é capaz ou incapaz, {conversas

paralelas} *s'* é diminuído ou não é diminuído, *pra* eles não terem problemas. Por isso, no dia três *d'* abril, o senhor virá cá! É *memo pa* alegações e::, depois::, marcamos o:: > a leitura do acórdão. *Tá* bem?

No exemplo 9, é utilizado o termo 'raça', que também é um termo cientificamente equivocado.

Exemplo 9:

J2 (10.10) – Os *outos* senhores que *tavam* na linha > na linha de reconhecimento eram da me- > eram de raça negra?

No caso seguinte, e ainda que em tom jocoso, é bem patente a reprodução de ideias estereotipadas acerca de uma determinada comunidade:

Exemplo 10:

J (05.34) – *Sotor*, ela é russa, mas não havia indícios de vodka!

Em suma, o discurso do juiz nem sempre é neutro e pode revelar a adoção de visões de mundo e atitudes tendenciosas, que correspondem à *vox populi*, e que ele reproduz acriticamente em sala de audiência.

3. O INVESTIGADOR: ENTRE A LIBERDADE CIENTÍFICA E A RESPONSABILIDADE ÉTICA

Partilhar dados, tornando os *corpora* públicos, constitui uma salutar prática académica, recomendada pelas universidades e pelas entidades financiadoras da investigação. O direito à liberdade de pesquisa e de publicitação dos dados e dos resultados obtidos parece, contudo, neste caso particular, sofrer algumas restrições, dada a especificidade e o carácter sensível do material que compõe o *corpus*. O domínio do discurso forense – tal como o da saúde – exige, aos investigadores, uma reflexão aprofundada sobre os riscos envolvidos na divulgação de toda a informação recolhida em sala de audiências.

Em muitos casos, a investigação contendo dados pessoais pode prosseguir sem limitações quando se obtém o consentimento informado dos participantes. Porém, no *corpus* em análise, e considerada a origem das audiências, obtidas através de uma fonte privada (Nelson, 2010: 61), que mantém as gravações apenas para uso interno da instituição, não é possível aceder aos produtores originais dos discursos. Sem conseguir obter o consentimento livre e informado dos diferentes participantes, resta, ao investigador, o recurso à anonimização (ou pseudonimização) processo que, como se constatou, não é isento de problemas e de aporias.

Ainda que o material áudio coligido corresponda a audiências abertas ao público, é lícito considerar o objetivo – meramente técnico-jurídico – para o qual o Tribunal obtém as gravações; em rigor, elas são usadas apenas em caso de recurso para tribunais superiores, os quais as avaliam no sentido de confirmar se os factos ficaram provados *e/* ou se a lei foi corretamente aplicada, sem qualquer outra finalidade (considerando que cada juiz é soberano na sua audiência). Em sentido divergente, os objetivos da análise que pode ser realizada através da disponibilização do *corpus* em acesso aberto são completamente distintos, bastante mais amplos, envolvendo, pelo menos potencialmente, a interseção com outras áreas científicas (a Linguística, em primeiro lugar, mas também a Sociologia, a Antropologia, a Ciência Política, o próprio Direito...) que podem ter uma visão mais crítica dos fenómenos ali observados. De facto, os discursos dos agentes judiciários, caracterizados por enviesamentos de vária ordem, poderiam, se amplamente divulgados, dar origem a estudos sobre a ideologia dos juízes, os preconceitos e os estereótipos veiculados.

Terá o investigador a responsabilidade social de trazer a público e de questionar estes discursos, considerando, por outro lado, a inexistência de uma autorização formal – de cada um dos magistrados envolvidos – para a sua divulgação? Terá o investigador legitimidade para expor e, no fundo, denunciar estes enviesamentos quando os objetivos originais do projeto – apresentados ao Tribunal – não eram estes?

Parece haver, em suma, dois objetivos irreconciliáveis por parte do investigador: por um lado, reivindicar o direito à liberdade científica, tentando

contribuir para a melhoria da administração da justiça – demonstrando, por exemplo, através de dados reais, a forma como a comunicação entre profissionais e leigos pode não funcionar, a forma como a linguagem usada em tribunal pode constituir um obstáculo no acesso do cidadão comum à Justiça ou ainda a forma, discriminatória, como algumas comunidades são tratadas em sala de audiências; por outro lado, cumprir a legislação relativa à proteção de dados.

Os programas de Ciência Aberta promovem a disponibilização dos dados resultantes dos projetos de investigação em plataformas de Acesso Aberto; no entanto, essa abertura é sempre condicionada pelos requisitos legais relativos à privacidade dos indivíduos envolvidos na investigação, o que reconduz a presente reflexão ao processo de anonimização.

Em busca de respostas para os dilemas surgidos, sobretudo para o processamento destes dados considerados sensíveis, foram testados alguns programas informáticos que poderiam agilizar o fluxo de anonimização/pseudonimização para dados escritos. No entanto, nenhum deles¹² reconhece os segmentos textuais mais problemáticos, os que contêm marcas de enviesamento¹³; em paralelo, e tal como vimos, o RGPD também é taxativo quanto à necessidade de evitar a publicitação de dados sensíveis:

(75) O risco para os direitos e liberdades das pessoas singulares, cuja probabilidade e gravidade podem ser variáveis, poderá resultar de operações de tratamento de dados pessoais suscetíveis de causar danos físicos, ma-

¹² Os programas (Argus, ARX, sdcMICRO, CAT, UTD, entre outros) testados no âmbito do projeto CorAuDis não se revelaram um coadjuvante na tarefa de anonimização de dados sensíveis, já que todos eles exigem conhecimentos avançados de informática. Até à data, nem sequer o trabalho colaborativo entre algumas destas aplicações e a IA favorece o reconhecimento de segmentos textuais que encerram marcas de discurso tendencioso.

¹³ Tendo em conta a complexidade das aplicações testadas, foi solicitada a demonstração de um *software* pago – *Data Anonymizer* –, uma aplicação *online*, com uma interface intuitiva, que substitui, automaticamente, os identificadores diretos e indiretos por valores genéricos, de acordo com as configurações estabelecidas pelo utilizador. Ainda que seja um investimento que permita economizar tempo, o problema persiste: a máquina não está treinada para detetar os discursos enviesados apresentados neste estudo.

teriais ou imateriais, em especial quando o tratamento possa dar origem à discriminação, à usurpação ou roubo da identidade, a perdas financeiras, prejuízos para a reputação (...).

A primeira conclusão a tirar é a de que os dados forenses, como estes que constituem o CorAuDis, não podem ser tornados públicos tal como foram recebidos, sob pena de poderem acarretar danos reputacionais irreversíveis para os envolvidos (que nem sequer autorizaram a sua divulgação); em segundo lugar, conclui-se também que os atuais programas de anonimização de dados em uso em diferentes áreas (inclusive no contexto judicial) não estão adequadamente desenhados para responder aos distintos desafios colocados por este material.

O que fazer, então? Qual o grau de liberdade científica do investigador, que tem de fazer uso de procedimentos de pseudonimização e, tem, portanto, de intervir e de manipular os dados, mantendo, em simultâneo, a sua utilidade, não diminuindo a inteligibilidade das transcrições, e não comprometendo a partilha de conhecimento científico? Quais os limites entre divulgação e transgressão?

A adoção de um único modelo de ética na ciência será o mais adequado? Exigirão os dados qualitativos com que se trabalha nesta área um outro modelo? Resumir-se-á o processo de anonimização à identificação dos itens lexicais que devem ser encriptados ou, como defende Krishnanurthy (*apud* Rock, 2001), deve ser o conteúdo, na sua totalidade, a merecer a atenção do investigador? E se esta for a resposta, os procedimentos de anonimização terão de ser manuais e a análise, casuística. Ainda assim, e tal como questiona Baker (2018), será possível remover, completamente, toda a informação pessoal dos *corpora*?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final da presente reflexão, necessariamente limitada pelo número de audiências transcritas (e pelos problemas nelas encontrados), é pertinente realçar alguns pontos.

Os dados que mais dúvidas e hesitações desencadearam e que motivaram a presente reflexão – disseminados no discurso dos advogados e dos magistrados – localizam-se num plano bem mais impercetível do que aquele em que se encontram os identificadores diretos, ou seja, situam-se no plano da expressão da subjetividade por parte dos profissionais do fórum, por outras palavras, no plano da expressão de opiniões, crenças e visões de mundo. Por outro lado, e de forma distinta da dos identificadores diretos, a codificação destes traços estende-se a diferentes planos de descrição linguística para além do lexical (fonológico, morfológico, sintático, semântico e discursivo) (Pinto et al., 2021: 207) tornando, neste caso, mais complexo ainda o processo de identificar esses traços e encriptá-los.

Perante a dificuldade em encontrar estudos que respondam, de forma concludente, a estas questões, perante a ausência de legislação que defina, de forma inequívoca, os procedimentos a seguir, ou até de práticas consolidadas em outras áreas de ciência, a decisão final sobre as medidas a adotar quanto às modalidades de disponibilização do *corpus* só pode ser cautelara.

Num contexto em que os conceitos de anonimização, confidencialidade e acesso aberto se interseam, o estabelecimento de filtros de acesso ao *corpus* emerge, então, como um procedimento urgente a implementar. Se o conhecimento do discurso que ocorre em sala de audiências é essencial para realizar estudos, para melhorar a comunicação (ou a falta dela) em tribunal e, no fundo, para fazer serviço público, consolidando valores, como a ‘justiça social’, é, todavia, fulcral enfatizar que as restrições de confidencialidade e o respeito pelos dados pessoais se sobrepõem a todas as aspirações trazidas pelo modelo da Ciência Aberta.

Prevê-se, assim, que as versões originais das audiências sejam arquivadas num repositório detido pela instituição que tutela a investigação e que apenas estejam disponíveis para os investigadores afetos ao projeto; para a versão pseudonimizada dos textos – que manterão os identificadores indiretos que foram discutidos na secção 2.2. –, o acesso será limitado aos investigadores que satisfizerem um conjunto de critérios: será necessário o registo, acompanhado da explicitação dos objetivos subjacentes à pesquisa que pretendem efetuar e, mais importante ainda, um comprovativo de que integram um centro de investigação.

Alguns problemas se antecipam, ainda assim, no horizonte. Um deles reporta-se aos custos financeiros e logísticos inerentes ao processo de implementação destes filtros, dada a necessidade de monitorização.

Um outro possível problema diz respeito ao uso que os investigadores qualificados farão dos dados. Ainda que com todas as credenciais validadas, não será possível (nem eticamente justificável) controlar o tipo de estudos e de divulgação de dados que virá a ser realizado por esses investigadores.

Um terceiro aspeto, já de natureza distinta, que terá de ser equacionado, talvez de forma longitudinal, é o dos efeitos da anonimização nos estudos que vierem a ser realizados, dada a possibilidade de ser necessário refinar, ainda, os critérios de anonimização, à medida que novas audiências vierem a ser transcritas¹⁴.

Não existindo uma resposta única para todas as questões levantadas, o presente estudo, de natureza qualitativa, pode ajudar a fundamentar ou a definir futuros protocolos que permitam melhorar os procedimentos de transcrição de dados forenses ou, até, a construção de *corpora* de dados sensíveis.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Maria Teresa F. (2017). Julgar com uma perspetiva de género? *Julgar*, 1-13. <https://julgar.pt/wp-content/uploads/2017/11/20171109-ARTIGO-JULGAR-Julgar-com-uma-perspetiva-de-g%C3%A9nero-Teresa-F%C3%A9ria.pdf>.
- Assembleia da República (2008). Lei n.º 2/2008. Diário da República n.º 9/2008, Série I de 2008-01-14. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2008/01/00900/0039100412.pdf>.
- (2019). Lei n.º 58/2019. Diário da República n.º 151/2019, Série I de 2019-08-08. <https://files.diariodarepublica.pt/gratuitos/1s/2019/08/15100.pdf>.
- (2019). Lei n.º 59/2019. Diário da República n.º 151/2019, Série I de 2019-08-08. <https://files.diariodarepublica.pt/gratuitos/1s/2019/08/15100.pdf>.
- Baker, Paul (2018). Language, sexuality and corpus linguistics. concerns and future directions. *Journal of Language and Sexuality*, 7, 2, 263-279.

¹⁴ À data de publicação deste artigo, o CorAuDis tem 15 transcrições completas, estando a 16.ª em curso.

- Centro de Estudos Judiciários (2024). Plano de Estudos do 41.º Curso de Formação de Magistrados para os Tribunais Judiciais (2024/2025). Ed. *Centro de Estudos Judiciários*. https://cej.justica.gov.pt/Portals/30/Ficheiros/formacao/inicial/curso_41/1.1%20BA_ciclo/Plano_de_Estudos_41.%20BACurso.pdf?ver=a2SNiu6WJibD1S1VjFkIbw%3d%3d.
- Ferreira, Ana; Bischoff, Francisco; Almeida, Rute; Nogueira-Silva, Luis; Cruz-Correia, Ricardo; Muchagata, Joana (2024). How Anonymous Are Your Anonymized Data? The AnyMApp Case Study. *Communications in Computer and Information Science*, vol 1958. Cham: Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-031-49215-0_54.
- Harris, Allison P.; Sen, Maya (2019). Bias and Judging. *Annual Review of Political Science*, 22, 1, 241-259. <http://dx.doi.org/10.1146/annurev-polisci-051617-090650>.
- Jaworska, Sylvia; Kinloch, Karen (2018). Using multiple data sets. In C. Taylor and A. Marchi (Eds.), *Corpus Approaches to Discourse: A Critical Review* (110-129). London: Routledge.
- Knight, Dawn; Adolphs, Svenja (2022). Building a spoken corpus: what are the basics? In Anne O’Keeffe and Michael McCarthy (Eds.), *The Routledge Handbook of Corpus Linguistics* (21-34). London: Routledge.
- Leedham, Maria; Lillis, Theresa; Twiner, Alison (2021). Creating a corpus of sensitive and hard-to-access texts: Methodological challenges and ethical concerns in the building of the WiSP corpus. *Journal of Applied Corpus Linguistics*, 1, 3, 1-10. <https://doi.org/10.1016/j.acorp.2021.100011>.
- Love, Robbie; Wright, David (2021). Specifying Challenges in Transcribing Covert Recordings: Implications for Forensic Transcription. *Frontiers in Communication*, 6. <https://doi.org/10.3389/fcomm.2021.797448>.
- McMullin, Caitlin (2021). Transcription and Qualitative Methods: Implications for Third Sector Research. *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 34, 1, 140-153. <https://link.springer.com/article/10.1007/s11266-021-00400-3>.
- Nelson, Mike (2010). Building a written corpus: what are the basics? In Anne O’Keeffe and Michael McCarthy (Eds.), *The Routledge Handbook of Corpus Linguistics* (53-65). London: Routledge.
- Parlamento Europeu. (2024). Resolução do Parlamento Europeu P9_TA(2024)0022. https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2024-0022_EN.html.
- Petyko, Marton; Busso, Lucia; Grant, Tim; Atkins, Sarah (2022). The Aston Forensic Linguistic Databank (FoLD). *Language and Law / Linguagem e Direito*, 9, 1, 9-24.
- Pinto, Alexandra Guedes; Warrot, Catarina Vaz; Cardoso, Henrique Lopes; Duarte, Isabel Margarida; Sousa-Silva, Rui (2021). Detecção de linguagem tendenciosa em decisões judiciais. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, 8, 203-217.

- Quinn, Paul (2017). The Anonymisation of Research Data – A Pyrrhic Victory for Privacy that Should Not Be Pushed Too Hard by the EU Data Protection Framework?. *European Journal of Health Law*, 24, 1-21.
- Reppen, Randi (2022). Building a corpus: what are key considerations? In Anne O’Keeffe and Michael McCarthy (Eds.), *The Routledge Handbook of Corpus Linguistics* (13-20). London: Routledge.
- Rock, Frances (2001). Policy and Practice in the Anonymisation of Linguistic Data. *International Journal of Corpus Linguistics*, 6, 1, 1-26.
- Silva, Joana Aguiar e (2012). As narrativas do direito e a verdade judicial. In Rui do Carmo (Coord.), *Linguagem, argumentação e decisão judiciária* (111-124). Coimbra: Coimbra Editora.
- Sinclair, John (1991). *Corpus, concordance, collocation*. Oxford: Oxford University Press.
- Stam, Alexandra e Diaz, Pablo (2023). Qualitative data anonymisation: theoretical and practical considerations for anonymising interview transcripts. *FORS Guides*, 20, Version 1.1, 1-15. <https://doi.org/10.24449/FG-2023-00020>.
- União Europeia (2016). Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados. <https://eur-lex.europa.eu/eli/reg/2016/679/oj>.

Liberdade e literatura(s)

AS VOZES DA LIBERDADE

The voices of freedom

ANA PAULA ARNAUT

arnaut@ci.uc.pt

Universidade de Coimbra, Centro de Literatura Portuguesa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9853-5940>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-11_11

Texto recebido em / Text submitted on: 08/04/2025

Texto aprovado em / Text approved on: 31/07/2025

Biblos. Número 11, 2025 • 3.^a Série

pp. 263-283

RESUMO

Neste artigo abordamos a relação entre liberdade de expressão e a criação literária em Portugal, especialmente no período pré e pós-25 de Abril de 1974, não esquecendo a problematização de alguns pontos de vista sobre o modo como a Revolução afetou a produção literária e frustrou, até certo ponto, as expectativas de que obras deixadas na gaveta durante a ditadura fossem publicadas. Tecemos também considerações sobre o modo como escritores e escritoras resistiram à Censura durante o Estado Novo e a forma como, em ambos os casos, embora recorrendo a diferentes procedimentos, a literatura serviu de arma de combate ideológico e sociocultural. Destacamos, ainda, a complexidade das reações à liberdade recém-conquistada.

Palavras chave: 25 de Abril; Revolução; Censura; resistência; liberdade.

ABSTRACT

In this article we address the relationship between freedom of expression and literary creation in Portugal, especially in the period before and after 25 April 1974, not forgetting to problematise some points of view on how the Revolution, affected portuguese literary production and frustrated, to a certain extent, expectations that unpublished works because of censorship would be published. In addition, we consider how writers resisted censorship during the Estado Novo and how, in both cases, although using different procedures, literature served as a weapon in the ideological and sociocultural struggle. We also highlight the complexity of the reactions to the newly won freedom.

Keywords: 25th April; Revolution; Censorship; Resistance; Freedom.

E eis que subitamente (da noite para o dia, foi o caso) retomámos a voz pária, essa que nos era natural e que desde os muitos antepassados nos tinha sido negada. Retomámo-la em insurreição, em autêntica primavera popular: flores, como se diz, na boca dos canhões.
(Pires, 1977 [1975]: 273)

Escrita livre, escrita livre, não mais a palavra torturada nem o gueto do pensar.
(Pires, 1977 [1975]: 275)

A liberdade que chegou num esperado alvorecer de um “dia inicial e limpo / Onde emergimos da noite e do silêncio” para, “livres”, habitarmos “a substância do tempo” (Andresen, 1977: 28), e que permitiu que a poesia viesse para as ruas, lembrando mais um verso de Sophia (Andresen, 1977: 43)¹, parece não ter encontrado correspondência, no entanto, para Cardoso Pires, como para outros companheiros do mesmo ofício, na expectativa de que obras que estavam na gaveta fossem dadas à estampa, como se “ao terror da Ditadura [tivesse] sucedido o silêncio da liberdade” (Pires, 1977 [1975]: 275).

Interrogando-se sobre a necessidade de a liberdade como impulso estimulador da criação literária e, em simultâneo, sobre se a Censura não coartara “os voos de ninguém”, o que explicaria o motivo pelo qual “com a porta aberta, não surgiam, afinal, as admiráveis reprimidas obras imaginariamente escritas para a gaveta”, Eduardo Lourenço conclui que “essa pouca verdade” se explica, facilmente, pelo facto de

A revolução de Abril, para aquelas gerações que, durante décadas, de modos diversos, a haviam sonhado, chegava, enquanto acontecimento libertador de pulsões criadoras, realmente tarde. Havia sido justamente o seu sonho, a

¹ “A poesia está na rua” foram também as palavras de ordem de Vieira da Silva para, em dois cartazes, celebrar a Revolução de Abril.

sua miragem, o pensamento das suas hipotéticas ou previsíveis contradições que mobilizara ou servira de linha de fuga ideal a uma parte considerável da ficção portuguesa desde os anos 40 aos anos 60.
(1984: 8)

Anos antes, no exato ano da revolução, aventurando-se “pelas veredas da nossa literatura” e pela releitura de “desabafos” “dos irmãos de ofício”, já Miguel Torga havia manifestado, na entrada de 7 de maio de 1974 do seu *Dário XII*,

a convicção de que em Portugal todos os verdadeiros escritores escrevem em tensão negativa. Com raiva, com sarcasmo, com ironia ou com amargura. É ver as páginas azedas espalhadas pelo melhor da obra de cada um. A paz de uma grafia sem crispação não é connosco. (...) De aí que façamos da caneta um estadulho, um cautério, uma seta ervada ou um cilício. Um instrumento, ao mesmo tempo, de agressividade e de maceração.
(1986 [1977]: 61-62)

Assim parece ter sucedido com tantos e tantos escritores, que, de forma mais ou menos cautelosa ou mais ou menos ostensiva, fizeram da literatura uma arma de combate e de denúncia ideológica e sociocultural, apesar do peso do lápis azul da Censura² estadonovista, que se fez sentir principalmente

² Se o artigo 1º do Decreto n.º 12 008 de 1926 regista que “A todos é lícito manifestar livremente o seu pensamento por meio da imprensa, independentemente de caução ou censura e sem necessidade de autorização ou habilitação prévia”, o artigo 10º proíbia, “sob pena de prisão correccional e multa correspondente, afixar ou expor nas paredes ou em quaisquer outros lugares públicos, pôr à venda ou vender, ou por outra forma espalhar pelo público, cartazes, anúncios, avisos e em geral quaisquer impressos, manuscritos, desenhos ou publicações que contenham ultraje às instituições republicanas ou injúria, difamação ou ameaça contra o Presidente da República, no exercício das suas funções ou fora d’ele, ou que aconselhem, instiguem ou provoquem os cidadãos portugueses a faltar ao cumprimento dos seus deveres militares, ou ao cometimento de atos atentatórios da integridade e independência da Pátria, ou contenham boato ou informação capazes de alarmar o espírito público ou de causar prejuízo ao Estado, ou que contenham afirmação ofensiva da dignidade ou do decôro nacional, ou ainda algumas

a partir de 1934 (Torres, 1983 [1977]: 29). Torga foi, justamente, um desses escritores. Por motivos de ordem ideológica, o relato nu, cru e verdadeiro das atrocidades cometidas pelo franquismo levou a que o volume IV de *A criação do mundo* (1939) fosse apreendido, e o autor preso, em Leiria, e, depois, encarcerado três meses no Aljube (Rocha, 2000: 68, 70). O livro só viria a ser reeditado em 1971, não sem antes, entre outras violações das suas liberdades, Torga ter visto o volume VIII de *O Diário* (1959) ser também apreendido pela Polícia.

Mas o caso mais curioso parece ser o de Ruben A., embora por uma outra ordem de razões, na medida em que suscita a intervenção não de um qualquer anónimo censor, mas do próprio Salazar. Encarnando a figura de crítico literário, e em nome da tacanha e rançosa mentalidade da época, depois de ler e sublinhar o volume II de *Páginas* (1950), e de sobre ele escrever quatro páginas de “crítica violenta, arrasante e doutrinal (Cruz et al., 1996: 117), o Presidente do Conselho exige que o leitor de Português, em exercício de funções no King’s College Londres desde 1947, regresse a Portugal. A citação é longa, mas necessária:

Caiu-me ontem debaixo dos olhos um livro, *Páginas II*, de Ruben A., que me dizem ser leitor de Português em Londres, escolhido portanto ou patrocinado pelo Instituto de Alta Cultura. Pertence a uma boa família do Porto – Andresen, creio. O livro, ou é de um louco ou de um sujeito que, tendo dinheiro para pagar um livro de dislates, se propôs rir-se de todos nós. Há páginas inteiras completamente ininteligíveis e irreduzíveis na análise das regras da gramática portuguesa, recheadas de termos de invenção do

das ofensas previstas nos artigos 159.º, 160.º, 420.º e 483.º do Código Penal e bem assim quaisquer publicações pornográficas ou redigidas em linguagem despejada ou provocadora contra a segurança do Estado, da ordem e da tranquilidade públicas”. Em 1933, o Decreto nº 22 469 de 11 de abril institui a censura prévia também às publicações não periódicas respeitantes a “assuntos de carácter político ou social” (artigo 2º), de acordo com o artigo 20º da Constituição da República Portuguesa, recentemente aprovada pelo Plebiscito Nacional de 19 de março de 1933.

Autor e formadas sem tom nem som. Explora-se o reles, o ordinário, o palavriado porco, não só da língua literária, mas do falar corrente.

As porcarias, obscenidades, palavrões juncam o livro. Em certas passagens é chocantemente desabrido com os ingleses.

Parece-me que o livro pertence a uma onda modernista, e não é um caso para a Censura ou para a polícia de costumes. Mas se o Autor é leitor em Londres, nessa qualidade temos nós de ver o que escreve e como escreve.

Em conclusão: *O Autor não pode representar Portugal nem ensinar português.*

Este é que é o ponto essencial a tratar com o Instituto de Alta Cultura. E já não falo de certas taras morais ou sexuais do livro se vê que o Autor deve pertencer aí a um círculo de pessoas que a polícia persegue.

(In Cruz et al., 1996: 117-118)

O escritor manter-se-á no posto, todavia, até 1952, ano em que renuncia, depois de, em 25 de julho de 1951, após insistência do ministro Pires de Lima, e de testemunhos abonatórios, Salazar ter acabado por reconhecer que “Não há objeção ao que se pretende (dado?) que o maluco do homem tem habilidade e competência para o cargo” (in Cruz et al., 1996: 117-118). De regresso a Portugal, o autor de *A torre da Barbela* (1964) verá vedada, no entanto, a possibilidade de ensinar em instituições de ensino superior ou em instituições culturais do Estado.

A vivência ditatorial levou, pois, compreensivelmente, um conjunto de autores ideologicamente empenhados a socorrer-se de múltiplos malabarismos imaginativos, desse modo escondendo as críticas ao regime e à sociedade vigentes, e desse modo, eventualmente, escapando às teias da Censura³. Em

³ Na sessão da Assembleia Nacional de 28 de julho de 1971, em que se discutiu na generalidade a proposta e projeto de lei sobre a liberdade de imprensa, o deputado Júlio Evangelista, convocando o ensaio *Elogio da Censura*, de Paul Morand, cujo teor adapta aos “requintados constrangimentos’ de que falava Paul Valéry”, afirma que “a censura através de todos os inconvenientes, que aliás todos reconhecemos, obrigou o escritor a fazer da sua pena uma arma de subtileza, de acutilante subtileza”. Vai mais longe, embora dizendo não perfilhar a doutrina. Do ponto de vista do leitor, havia também grandes vantagens: “a censura obrigou-o a ler com atenção especial, forçando-o a ler nas entrelinhas, a ler nas meias-palavras, a esforçar-se por

“Discurso entre irmãos”, José Cardoso Pires refere-se nestes termos à vivência do escritor no Estado Novo:

Reduzido (...) a um circuito mais ou menos fechado, o movimento literário defende-se, entre outras coisas, com uma linguagem alegórica de que, na minha opinião, ainda não estamos libertos de todo. Lembro-me de alguns autores aparecidos nos anos 40 em que isso era evidente, mas (o que é mais do que tudo consolador!) vejo agora como, naqueles cuja obra ficou, esse pecado foi eliminado.

Eliminado como? Com que incentivo? Com que diálogo em plano de igualdade com os contrários?

A sós. Em circuito fechado. No convívio de uma camaradagem literária que, à perspectiva destes anos, se me afigura única, exemplar. Alguém perdeu com isso e não é preciso muito esforço de atenção para perceber quem foi. O país e cada escritor. Todos nós. O futuro.

(Pires, 1977 [1964]: 31)⁴

Assim, numa linha paralela a essas publicações que, aberta e objetivamente, procediam, apesar de tudo, e de modo diverso, à denúncia da opressão e das desigualdades sociais (relembrem-se a prosa, a poesia e o drama neorealistas), subsistia um outro conjunto de obras em que o empenhamento

apreender aquilo que o escritor quis mas não pôde dizer à vontade”. Não se esquece também de citar a célebre frase do “abade Galianni, quando se dirigia a Madame d’Épinay: ‘Sabe, minha senhora, o que reputo de sublime oratório? É a arte de dizer tudo sem ir parar à Bastilha’” (*Diário das Sessões*, 1971: 2617). Em “Técnica do golpe de Censura”, Cardoso Pires (1977 [1970-71]: 202), provavelmente por lapso, atribui a frase ao deputado Aguiar e Silva.

⁴ José Cardoso Pires protagonizará um dos mais curiosos casos da Censura estadonovista com o seu *Dinossauro excelentíssimo*. Na tentativa de contrariar Miller Guerra, deputado da Assembleia Nacional da ala liberal, que insiste na ausência de liberdade em Portugal, o ultraconservador Casal Ribeiro pergunta-lhe: “V. Exa. quer mais liberdade do que aquela que nós vivemos neste momento, quando se permite, por exemplo, a saída de um livro ignóbil chamado Dinossauro Excelentíssimo? (*Diário das Sessões*, 1972: 3960-3961). Apontado estupidamente como um exemplo da liberdade, a Censura ficou sem capacidade de atuar, em relação ao livro e ao seu autor. E foi um verdadeiro sucesso, com seis edições em 1972-1973” (Ferrão et al.: 6).

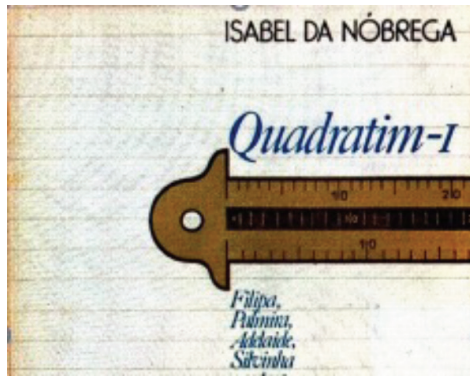
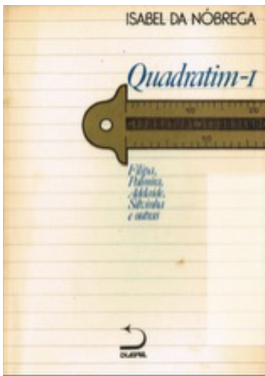
social e ideológico e os veios de resistência política se encontravam diluídos na sua estrutura profunda. Estas, só aparentemente não ousavam, portanto, a insurreição e a denúncia da situação sociopolítica portuguesa. Parece-nos ser o que sucede, durante a ditadura, com uma vaga neorrealista que foge à ortodoxia da doutrina, ou, num outro âmbito, com a escrita ficcional de Fernanda Botelho, por exemplo, e a sua recorrente apetência por temas direta ou indiretamente relacionados com uma (alienante) condição feminina, que só começaria a alterar-se com os primeiros tempos da liberdade dos cravos.

Não deixa de ser curioso e interessante que a *escrita masculina*, principalmente a dos neorrealistas, parece surgir em pleno regime salazarista como mais ousada e ideologicamente mais provocatória, cabendo, na generalidade, à *escrita feminina*, ou à *escrita fêmea*, numa designação alternativa, um posicionamento político menos frontal, mais sub-reptício, mas nem por isso de menor relevo. Uma escrita de autoria feminina que se destaca, todavia, por uma reconhecida linha de vanguardismo formal, a lembrar alguns modernistas, e também cultivada, entre outros, por Almeida Faria, em *A paixão* (1965), Augusto Abelaira, em *Bolor* (1968), por Cardoso Pires, em *O Delfim* (1968), não por acaso considerado o romance que marca o início do Post-Modernismo no cenário português, ou por Nuno Bragança, em *A noite e o riso* (1969). Assim sucede em *Os pregos na erva* (1962) ou *Depois de os pregos na erva* (1973) de Maria Gabriela Llansol, em *Maina Mendes* (1969) de Maria Velho da Costa, ou, entre outros, em *Comente o seguinte texto* (1972) de Eduarda Dionísio.

Não se pense, todavia, repetimo-lo por outras palavras, que estas e outras escritoras não protagonizaram um papel ativo de relevo na cena da resistência sociopolítica portuguesa, na linha, aliás, do que Ana de Castro Osório já havia feito quando, em 1905, publica *Às mulheres portuguesas*, manifesto feminista que a torna pioneira da luta pela igualdade de direitos entre homem e mulher. Não esqueçamos que falamos em termos genéricos, e, por conseguinte, tendo em conta o número substancialmente mais elevado de escritores do que de escritoras, é natural que a presença dos primeiros mais se faça notar. Lembramos, a propósito, a empenhada colaboração na *Seara Nova* de Irene Lisboa, “precursora”, segundo Paula Morão, “de linhas que

outros viriam a desenvolver” (1994: 25), ou a não menos comprometida participação de Eduarda Dionísio também nas páginas deste que foi o principal órgão da oposição democrática e em cujo primeiro número os colaboradores não se assumem apenas como “poetas militantes, críticos militantes, economistas e pedagogos militantes”. Aqueles que aí publicam deixam igualmente claro que querem “constituir na Seara Nova um núcleo de homens de boa consciência e vontade enérgica dispostos a assumir perante a exploração, a rapina, o egoísmo e a mentira nacionais uma violenta e sistemática atitude de protesto” (1921: 1).

Salientamos, na mesma ordem de ideias, as crónicas de imprensa sobre a condição feminina de Maria Isabel da Nóbrega, publicadas em vários jornais entre 1969 e 1973 (reunidas em 1976 sob o título *Quadratism - I*), e às quais Casimiro de Brito chama, “arma contra o obscurantismo” (1977: 79). Provando o carácter insurreto da autora e da sua escrita, tal como sucederá com a ambiguidade gerada no e pelo título do romance publicado em 1979 por Eduarda Dionísio, *Retrato dum amigo enquanto falo*⁵, a capa do livro ostenta parte de uma fita métrica em forma de pénis:



⁵ *Falo* “enquanto sujeito da fala”, mas também “enquanto objeto de desejo, enquanto paradigma de uma crítica social do machismo – e talvez duma burguesia intelectual de vaga esquerda, sem actividade política concreta, que encontra nas suas ideias progressistas uma virilidade fantasmática que virtualmente a compensa e lhe proporciona relações de dominância ideológica” (Seixo, 1979: 89).

Sublinhamos também o que de denúncia sobre o papel da mulher na sociedade sua contemporânea pontua a obra de Maria Ondina Braga, ou, inevitavelmente, as *Novas cartas portuguesas* (1972) de Maria Velho da Costa, Maria Isabel Barreno e Maria Teresa Horta, recordando que o livro, pelo pressuposto carácter imoral e pornográfico, e consequente fonte de corrupção social, valeu às autoras um processo judicial e a impossibilidade de sair do país até 1974, ano da Revolução dos Cravos.

Ilustradas que ficam com estes (não poucos de entre muitos outros) exemplos a coragem e a capacidade diversamente transgressora dos escritores em relação à curta *intelligentsia* da época salazarista, retomamos o raciocínio que vínhamos tecendo, afirmando que, porventura, para uma *velha* geração de escritores, as impressões e as considerações que acima registámos a partir de Eduardo Lourenço e de Miguel Torga podem decorrer, em última instância, de uma crise de identidade provocada pela necessidade de aprender a lidar, na e pela escrita, com uma nova era⁶. É nesse sentido que entendemos as palavras de Cardoso Pires quando assume que “por agora o escritor libertado está em suspenso, de mão adiada”, porque “A Revolução é esmagadoramente criadora em si mesma, deixa para trás a cada instante o projecto e a imaginação da escrita” (Pires, 1977 [1975]: 281). Antes, já havia constatado que “connosco tem sido assim, nestes dois anos de liberdade vivemos mais numa hora do que até então tínhamos vivido em meses”, importando, por isso,

que se diga que as transformações tão ansiosamente desejadas não nos pouparam no confronto com a realidade. De instante a instante levantavam, e continuam a levantar, contradições que insuspeitadamente guar-

⁶ O jornalista, personagem de *Lavagante* de José Cardoso Pires, depois de afirmar pertencer “à geração reformada de 45”, porque “Todos nós fomos reformados, sem nunca termos entrado na guerra”, e depois, ainda, de constatar que se haviam viciado porque “Agora temos a Censura a escrever por nós”, interroga-se sobre “Quem sabe escrever amanhã, quando a Censura acabar?” (Pires, 2008: 12, 13). *Lavagante* é inicialmente publicado em edição reduzida em *O tempo e o modo*, com o título “Um lavagante e outros exemplares” (Pires, 1963: 30-32), com a menção de que se tratava de um capítulo do próximo romance do autor.

dávamos dentro de nós e que são estertores do passado face ao que é novo e indomável. Isso põe em causa o nosso ego reflexivo, obriga a rever, a procurar referências.

(Pires, 1977 [1975]: 276-277)

Habitados, no tempo que foi, em palavras de Maria Velho da Costa (2024 [1975]: 37-38), a escrever “sobre o papel, do lado de fora do corpo”, obrigando-se, ou obrigando-se alguns, a “ser obscuros, pois que o futuro (os outros) estava de certa forma vedado”, os escritores tremem, no agora do pós-revolução, “porque [lhes] entrou a rua para dentro das casas e o poeta deixou de ser a pedra sacra da indagação oculta ou terá de deveras degolar-se sem qualquer metáfora”.

Nesta mesma linha de entendimento se posiciona Carlos Reis (2004: 16), para quem as diversas transformações decorrentes da Revolução de Abril “não foram (nem podiam ser) lineares nem fulminantes, podendo mesmo falar-se, a propósito de alguns escritores com longo trajeto já traçado, em reacções de perplexidade e mesmo de desajustamento à nova realidade”. Talvez, de facto, os escritores, ou, pelo menos alguns escritores, só escrevam em tensão negativa, e isso pode explicar, de certo modo, o que Eduardo Lourenço vê como “a esterilidade” e “A paralisia da nossa ficção durante os primeiros dois anos de Abril” (Lourenço, 1984: 8). Mas uma paralisia, um silêncio, que em breve serão ultrapassados, depois de um necessário tempo de serenidade e de reflexão porque tudo foi “excessivo para a (...) capacidade de pensar e sentir”, como escreveu Vergílio Ferreira (apud Reis 2004: 16).

Ajustados à nova realidade do tempo da democracia e da liberdade, “a perspectiva” e “a escrita” de autores já conhecidos e consagrados antes do 25 de Abril manter-se-ão “as mesmas”, é certo. Escritores como Urbano Tavares Rodrigues, Fernando Namora, Augusto Abelaira, Maria Velho da Costa, José Cardoso Pires ou Almeida Faria, etc., serão atingidos pelo “fenómeno «Revolução»”, “sem alterar, no essencial, a visão que lhes é própria, embora inflectindo-a, por vezes, como é o caso de Agustina, «apolítica» antes de Abril e insolitamente «interveniente» (no seu modo irónico e lúdico) depois”. E, acrescentamos, continuando com Lourenço, desviando-a (“a visão”) para

várias “descidas aos infernos (ambíguos) do pesadelo extinto” (Lourenço, 1984: 8-9). Ou levando-a para não menos variadas descidas a outros infernos coevos, possibilitados pela tensão positiva da Revolução, pela libertação das amarras impostas pelo lápis da Censura, também; pela liberdade, enfim.

Uma liberdade que não correu nas ruas sem riscos e sem perigos, mas que, apesar disso, se celebrou e cantou com total à-vontade de expressão temática e ideológica, e, porque não, formal. Por outras palavras, pode não se ter verificado a existência de obras na gaveta, mas a nova realidade não só não coartou definitiva e irremediavelmente a produção literária daqueles autores, como lhes deu a matéria-prima com que, *mutatis mutandis*, lhes permitiu continuar a exercer um papel interventivo, a mesma função social, no novo espaço-tempo.

Com efeito, a ditadura, como o será a Revolução de Abril, como veremos, e como o foram outras que marcaram o tempo pretérito, também se revelou “grande[] consumidora[] de imaginário colectivo” (Lourenço, 1984: 7), da geração que literariamente a viveu e daquela que só em democracia iniciou o seu ofício de escrita. Destacamos, por um lado, entre outros nomes que revisitaram o passado da ditadura nas suas várias latitudes e longitudes (por vezes em estreita e crítica ligação com o presente de onde escreviam), José Saramago, com *Manual de pintura e caligrafia* (1976), *A noite* (1979) e *Levantado do chão* (1980); Cardoso Pires, também no romance e no drama, com *Balada da praia dos cães* (1982), *Alexandra Alpha* (1987) e *Corpo-delito na sala de espelhos* (1980); António Lobo Antunes, em romances como *Os cus de Judas* (2004a [1979]), *Conhecimento do inferno* (2004b [1980]), *O manual dos inquisidores* (1995) ou *Até que as pedras se tornem mais leves do que a água* (2017); ou Álvaro Laborinho Lúcio, com *As sombras de uma azinheira* (2022).

No que toca à perspectiva de mulheres escritoras – algumas das quais já conhecidas e publicadas no antes do 25 de Abril – não é difícil perceber que só depois dessa data, que concretiza um antigo sonho de um mundo novo⁷,

⁷ Ou talvez não tão novo e livre quanto se desejava. Segundo depoimento de Maria Teresa Horta, em 13 de janeiro de 1975 “homens de todos os partidos” atacaram um grupo de mulheres do MDM (Movimento pela Libertação das Mulheres) “pretendia queimar símbolos da opressão de género durante uma iniciativa no parque Eduardo VII, em Lisboa” (Carneiro, 2021). Em

livre e democrático, a sua escrita fêmea se abra, definitiva e inevitavelmente, a uma notória linha de inscrição de preocupações sociais, políticas e ideológicas de vária índole. Registamos, mais uma vez entre tantos outros exemplos possíveis, a descrição das barbaridades cometidas no cenário da guerra colonial, em *A Costa dos murmúrios* de Lídia Jorge (1988), a referência, em *A Floresta em Bremerhaven*, de Olga Gonçalves, à prisão do pai de Manuel, “por dizer de suas razões” (1975: 68), a menção à infelicidade traduzida no envio de soldados para as colónias (1975: 50), e a constatação do medo que antes se tinha dos ricos (1975: 104), ou do facto de “Mocracia” ser a palavra que os fascistas menos gostariam (1975: 70-71).

De forma também compreensível, a própria Revolução, e os desapontamentos que sempre acontecem neste tipo de viragens sociais, com frequência numa linha de contraponto com o passado ditatorial, torna-se também alvo de denúncias e ajustes de contas. Dito de outro modo, a Revolução de Abril, com as suas esperanças e as suas desilusões emoldura e/ou consubstancia de modo abrangente a matéria-prima à volta da qual se orquestram os enredos das obras de uma *velha* e de uma nova geração de escritoras. Disso são exemplo Maria Velho da Costa, em *Casas pardas* (2024 [1977]), *Lúcialima* (1983) ou *Missa in albis* (1988); Agustina Bessa-Luís, em *Crónica do cruzado Osb.* (1976) e *As fúrias* (1977)⁸; Eduarda Dionísio, em *Retrato dum amigo enquanto falo* (1979); ou Lídia Jorge em *O dia dos prodígios* (1980), romance de estreia da autora em cujas páginas é traçado um retrato dos tempos pós-revolucionários

outro exemplo, recorde-se a polémica gerada em torno de *O evangelho segundo Jesus Cristo* (1991) de José Saramago e a proibição de candidatura do romance ao Prémio Literário Europeu.

⁸ Numa linha de representação ideológica diferente dos nomes das autoras que mencionamos, em clave já assinalada numa das citações que fizemos de Eduardo Lourenço, cumpre frisar que a escrita de Agustina surge contaminada por uma visão mais intensamente disfórica dos acontecimentos. Uma visão, mais conservadora, se preferirmos. Nos retratos da sociedade portuguesa subsequente à Revolução dos Cravos, dado em *Crónica do cruzado Osb.* e em *As fúrias* (reunidos em 2007 sob o título *As chamas e as almas*), expõem-se, sem dúvida, alguns modos de ver o mundo que exaltam os acontecimentos de Abril. Mas a intensidade e a veemência (senão a violência ideológica) dos múltiplos comentários negativos – tanto de algumas personagens como da instância narrativa –, ensombram de forma irremediável(?) uma leitura permeável aos eventuais efeitos positivos da Revolução.

que se estende da euforia à suspeição, ora melancólica ora desencantada e crítica, dos plenos e efetivos resultados práticos dos ventos da democracia no campo político e social (à semelhança do que sucede em Eduarda Dionísio, ou do que Saramago ou Laborinho Lúcio farão em *Levantado do chão* ou em *As sombras de uma azinheira*, respetivamente).

É deste modo que, no romance de Eduarda Dionísio, antes de sabermos que “a esquerda era incompetente” (1979: 91) ou que “A esperança volta a saber na boca com amargura” (1979: 102), assistimos à descrição de tempos e espaços de alegre perturbação e entusiasmo, de desenfreados sentimentos, de inaudita alegria motivada pela libertação “cada vez mais compreensível” (1979: 63). Uma libertação que transforma “as odiosas marchas militares” em “hinos de paz”, as “execráveis viaturas de combate” em “arautos das novas eras”, “os que não tinham desertado das guerras fraticidas das colónias” em “irmãos de crenças, capazes de amar os mesmos países e heróis” (1979: 63).

Mas de todos os escritores que da Revolução fizeram tema e assunto, é, talvez, na imensa obra de António Lobo Antunes que encontramos o retrato mais extenso, e também mais corrosivo. Ainda que nela encontremos a evocação fulgurante de Abril⁹, como pontualmente sucede, por exemplo, com o narrador de *Os cus de Judas*, ou com Rui S. ou Margarida, de *Explicação dos pássaros* (2004c [1981]) e *A morte de Carlos Gardel* (2008 [1994]), respetivamente, as páginas antunianas são, em regra, repetimos, profundamente disfóricas no que toca quer à própria Revolução quer às suas consequências, principalmente naquele que é o romance que mais alargada e incisivamente trata estes aspetos: *Fado alexandrino* (2007 [1983])¹⁰. Antes de tecermos breves considerações sobre esta narrativa, vejamos o que o autor nos diz em entrevista a Rodrigues da Silva: “No fundo, a gente até ao 25 de Abril levou

⁹ Digno de registo, neste âmbito, é o romance *Alexandra Alpha* de José Cardoso Pires (1988: 339ss), em páginas comoventes que, de certo modo, relegam para segundo plano o retrato amargo e doloroso, porém humorístico, da sociedade pós-Abril e dos seus tipos.

¹⁰ Sobre as representações do 25 de Abril na obra do escritor, ver Arnaut, 2024.

a vida a meterem-nos o dedo no rabo e até certo ponto não sei se não nos continuam a fazer o mesmo sem a gente querer”.

Quanto a *Fado alexandrino*, ouviremos uma das personagens dizer que “Não houve revolução nenhuma, meu tenente, convença-se disso, insistia o soldado, à parte menos dinheiro e mais desordem que diferença se nota de 74 para cá?” (Antunes, 2007 [1983]: 497). E outra a comentar: “– É curioso como tudo se tornou tão depressa como antes do golpe, meu capitão, disse o alferes. Isto é, tirando umas quantas paredes pintalgadas e uns quantos palermas que se foderam para nada, é claro” (Antunes, 2007 [1983]: 656). O desalento e a descrença nos ideais propagados pela Revolução estendem-se também a personagens com participação ativa em atividades de oposição à política do Estado Novo, como sucede com Celestino, o oficial de transmissões que pertencia a uma organização revolucionária de esquerda desde setenta e dois, tendo por isso sido preso.

Em registo de claro distanciamento relativamente ao ambiente festivo e ao discurso eufórico do imediato pós-25 de Abril, ou em voz toldada pelo vinho que dentro de si se dissolvia, saberemos não só que foi engaiolado em Caxias, pela PIDE, mas que se habitou ao cárcere, “ao pátio deserto da cadeia e às suas três ou quatro arvorezinhas mirradas” “como um rafeiro idoso”. Talvez por isso, ou por tudo, o dia da libertação é assim descrito:

no dia seguinte à chegada do Emílio à prisão, veio aquela confusão toda, os soldados, os aplausos, os repórteres, a barulheira, a liberdade, a gente a sair o portão encadeados por tantos abraços, tantos sorrisos, tanta alegria, tanto magnésio de fotógrafos, tantas entrevistas, e eu a pensar, puxado, empurrado, vitoriado, apertado, retratado, Quero voltar para o beliche, tapar-me com a almofada malcheirosa, embrulhar-me nos lençóis sujos, comer o peixe podre dos domingos, continuar ali: a miséria só é difícil nos primeiros tempos, meu capitão, umas semanas depois, como na guerra, olhe, se nos vêm roubar os trapos, os percevejos, os piolhos, os pingentes de merda do rabo, temos uma saudade disso que nem sei quê. E não me apetecia a ponta de um corno regressar à estafadeira da militância política (...).

(Antunes, 2007 [1983]: 264)

Em ambiente narrativo que, malgrado tudo, é o de uma festa, que, como em outros momentos do romance, convoca, duplicando pela palavra, imagens então facultadas pelos meios de comunicação social – como o da rendição do Presidente do Conselho ao General Spínola, prisioneiros levados em ombros, a família que os esperava –, não se estranha, pois, que à pergunta de um repórter sobre qual a sensação de ser livre, lhe apeteça responder “Uma merda” (Antunes, 2007 [1983]: 277), assim mantendo o registo de irrisão a que nos vinha habituando. O escárnio e o conseqüente distanciamento da personagem relativamente aos festejos de Abril encontra-se também patente no modo como reproduz vozes anónimas que gritam desejos de construção de “uma nova Pátria, uma Pátria sem calabouços nem grilhetas (...), por cima dos trágicos escombros da herança fascista”, de erguer “o autêntico santuário da Igualdade neste formoso jardim sem par à beira-mar plantado” (Antunes, 2007 [1983]: 275-276).

Na mesma ordem de ideias, salvaguardando algumas diferenças relativamente ao ponto de vista do oficial de transmissões, nomeadamente no que toca à consciência ideológica e às suas implicações no ponto de vista adotado, também o soldado Abílio e, para o mesmo efeito, o seu tio Ilídio, encaram a Revolução de forma disfórica e descrente na mudança, se bem que por motivos diversos. Enquanto as atitudes do primeiro (Celestino) podem ser explicadas pela sua militância revolucionária e pela progressiva suspeição das suas práticas e políticas, as dos segundos decorrem da observação e da vivência de um real-lugar social onde o imaginário político parece corresponder tanto à assimilação da retórica propagandística do Estado Novo quanto, no caso concreto de Abílio, a uma mente moldada por cenários fictícios, como o cinema.

Não se estranha mais uma vez, por conseguinte, que o soldado se pergunte “Que caralho é a democracia” (Antunes, 2007 [1983]: 237), ou que não veja o novo cenário de Abril como “uma revolta a sério”, porque “não houve execuções”, “não houve sangue”, considerando ainda, em (eventual) antecipação da falência no cumprimento das transformações anunciadas, que “os que mandavam antes ocupam o poleiro outra vez, depois de uns anos de exílio, depois de umas semanas de cadeia, de forma que continuamos na mesma nesta terra de merda” (Antunes, 2007 [1983]: 230). Devem assinalar-se, ainda, entre outros aspetos, o modo hiperbólico como são narrados o cerco e a

ocupação das instalações da PIDE (Antunes, 2007 [1983]: 229), cujos agentes ganharão voz e estatuto (irónico) de injustiçados pela Revolução em *A ordem natural das coisas* (1992) e *Ontem não te vi em Babilónia* (2006), lembrando procedimentos usados por Cardoso Pires em *Corpo-delito na sala de espelhos*.

Na impossibilidade de desenvolver assunto tão largo em espaço tão curto, não podemos, no final desta incursão pelas vozes da liberdade, deixar de enfatizar que a inscrição de linhas narrativas de desalento relativamente à Revolução e aos seus efeitos não implicam, necessariamente, a ausência de concordância e de adesão dos autores à causa da Revolução e da democracia. Conquanto fique claro que a Revolução de 25 de Abril de 1974 deu azo a representações literárias que se estendem da euforia ao desalento e à crítica das suas consequências¹¹, quase sempre acaba por ressaltar a ideia de que os efeitos positivos se sobrepoem aos negativos.

Prova-o o facto de as obras terem sido publicadas sem qualquer intromissão da Censura. Provam-no, também, as gerações de escritores, os

¹¹ Como já escrevemos em outra ocasião (Arnaut, 2004), é possível delimitar o tratamento desta temática em dois grandes grupos de obras. Por um lado, *textos* publicados em tempo mais ou menos distante de 1974, mas que encerram o relato ou no próprio momento da Revolução ou em momentos muito próximos, e que olham e pensam a mudança de forma eufórica e plena de esperança num futuro melhor, livre, justo e igualitário – *Manual de pintura e caligrafia* e *A noite* (1979) de José Saramago ou *O dia dos prodígios* (1980) de Lídia Jorge. Por outro lado, e a maioria caberá neste grupo (onde também cabem os títulos acima mencionados, porque sempre, ou quase, nos é dado o reverso da medalha). Por outro lado, *textos* cujo enredo se prolonga pelo imediato período pós-revolucionário, por vezes num tempo que quase toca o nosso presente, e que nos facultam a entrada num universo tingido ora por *nuances* de desencantada e melancólica, quando não disfórica, suspeição crítica sobre o golpe militar de Abril, ora por matizes que incisivamente apontam para um (talvez necessário), ajuste de contas com a Revolução. Tal acontece com *Retrato dum amigo enquanto falo* (1979) de Eduarda Dionísio, *Levantado do chão* (1980) de José Saramago, *Lusitânia* (1980) de Almeida Faria, *Alexandra Alpha* (1988) de José Cardoso Pires, *Os memoráveis* (2014) de Lídia Jorge, *As sombras de uma azinheira* (2022) de Álvaro Laborinho Lúcio, ou, ainda com *Era bom que trocássemos umas ideias sobre o assunto* (1995) de Mário de Carvalho, romance em que a Advertência Prévia, chama a atenção do leitor para o facto de o livro conter “particularidades irritantes para os mais acostumados...”, em referência que se prende, entre outros aspetos com a modelização paródica de algumas personagens tipo que, apesar de inventados, claramente nos trazem à memória um leque de figuras enraizadas no tempo-espaço do pós-25 de Abril de 1974 (sobre o assunto, ver Arnaut, 2002: 245-274).

post-modernistas e os hipercontemporâneos, saídos (de modo diverso) da geração que a ditadura viu nascer e que Abril definitivamente reconheceu e proclamou. Estes autores, em pleno uso da liberdade conquistada, e conscientes de que, como um dia escreveu Almada Negreiros, “Nós não somos do seculo d’inventar as palavras. As palavras já foram inventadas. Nós somos do seculo d’inventar outra vez as palavras que já foram inventadas” (1921: 20), reapropriar-se-ão de temas e de *técnicas compositivas inovadoras do passado*, criativamente os misturando, reciclando, misturando com outras artes, e criticamente as adequando ao tempo cada vez mais rápido e violento do nosso presente. Um tempo marcado por problemas à escala planetária, como a intensificação da violência, as alterações climáticas, os movimentos migratórios, as questões resultantes dos avanços científicos e tecnológicos, nomeadamente a inteligência artificial e a vigilância das redes sociais. Novos tempos, novas críticas, empenhamento social em clave ajustada ao contexto e, também, em certos casos, a uma nova máscara da Censura: o politicamente correto.

Prova-o, ainda, em derradeira instância, a nossa própria vivência, não obstante habitarmos um espaço-tempo dominado por esse renovado cerceamento da liberdade de expressão. Apesar de todos os problemas e de todas as falências sociais e ideológicas, sobressai a ideia de que, então como agora, o país (novo) que se respira é preferível à pátria rota e em agonia de que fala Elisa em *Casas pardas*, de Maria Velho da Costa (2024 [1977]: 130).

BIBLIOGRAFIA

- Abelaira, Augusto (1968). *Bolor*. Lisboa: Bertrand.
- Almada, José de (1921). *A invenção do dia claro*. Lisboa: Olisipo. Apartado 145. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/cache/epub/22801/pg22801-images.html>
- Andresen, Sophia de Mello Breyner (1977). *O nome das coisas*. Lisboa: Moraes.
- Antunes, António Lobo (2004a [1979]). *Os cus de Judas*. 25ª ed./1ª ed. *ne varietur*. Lisboa: Dom Quixote.
- (2004b [1980]). *Conhecimento do inferno*. 14ª ed./1ª ed. *ne varietur*. Lisboa: Dom Quixote.
- (2004c [1981]). *Explicação dos pássaros*. 11ª ed./1ª ed. *ne varietur*. Lisboa: Dom Quixote.
- (2006). *Ontem não te vi em Babilónia*. Lisboa: Dom Quixote.

- (2007 [1983]). *Fado alexandrino*. 1ª ed./1ª ed. *ne varietur*. Lisboa: Dom Quixote.
- (2008 [1994]). *A morte de Carlos Gardel*, 4ª ed./1ª ed. *ne varietur*, Lisboa, Dom Quixote.
- (2017). *Até que as pedras se tornem mais leves que a água*. Alfragide: D. Quixote, 2017.
- Arnaut, Ana Paula (2002). *Post-Modernismo no romance português contemporâneo. Fios de Ariadne-máscaras de Proteu*. Coimbra: Almedina.
- (2004). Representações do 25 de Abril na literatura portuguesa. *Rivista di studi portoghesi e brasiliani*, VI, 13-22.
- (2024). *Lides de la Revolución de Abril en la obra de António Lobo Antunes*. *Boletín de la Academia de Yuste*, 1-12. Disponível em: https://www.fundacionyuste.org/wp-content/uploads/2024/11/02_Tribuna_APA_B43-es.pdf. Versão portuguesa mais alargada a ser publicada em Carmo, Carina Infante do e Patrício, Rita (orgs.). *Contar de Abril. Testemunho e Revolução*.
- Bragança, Nuno (1969). *A noite e o riso: triptíco*. Lisboa: Moraes.
- Brito, Casimiro (1977). Isabel da Nóbrega. *Quadratim – I* (recensão). *Colóquio/Letras*, 36, março, 78-79. Disponível em: <https://coloquio.gulbenkian.pt/cat/sirius.exe/issueContentDisplay?n=36&p=78&o=p>
- Carneiro, Mariana (2021). 13 de janeiro de 1975: Maria Teresa Horta lembra dia em que violência machista saiu à rua. Disponível em: <https://www.esquerda.net/artigo/13-de-janeiro-de-1975-maria-teresa-horta-lembra-dia-em-que-violencia-machista-saiu-rua/72198>
- Carvalho, Mário de (1995). *Era bom que trocássemos umas ideias sobre o assunto*. Lisboa: Caminho.
- Costa, Maria Velho da; Barreno, Maria Isabel; Horta, Maria Teresa (2022 [1972]). *Novas cartas portuguesas*. Org. Ana Luísa Amaral. Alfragide: Dom Quixote.
- Costa, Maria Velho da (2024 [1975]). *Cravo*. Desenhos de Ilda David. Lisboa: Assírio & Alvim.
- (2024 [1977]). *Casas pardas*. Prefácio de Manuel Gusmão. Lisboa: Assírio & Alvim.
- (1983). *Lúcialima*. Lisboa: O Jornal.
- (1988). *Missa in albis*. Lisboa: Dom Quixote.
- Cruz, Liberto et al. (1996). *O mundo de Ruben A*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Decreto Lei 12 008. *Diário do Governo* nº 167/1926 (2 de agosto), Série I. Disponível em: <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1926/08/16700/09050910.pdf>
- Decreto Lei 22 469. *Diário do Governo* n.º 83/1933 (11 de abril), Série I. Disponível em: <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1933/04/08300/06540654.pdf>
- Diário das Sessões* (1971), nº 130, 29 de julho. Disponível em: <file:///C:/Users/Admin/Downloads/dan110sl02n130.pdf>
- Diário das Sessões* (1972), nº 201, 29 de novembro. Disponível em: <file:///C:/Users/Admin/Downloads/dan110sl04n201.pdf>

- Dionísio, Eduarda (1972). *Comente o seguinte texto*. Lisboa: Plátano.
- (1979). *Retrato dum amigo enquanto falo*. Lisboa: Armazém das Letras.
- Faria, Almeida (1965). *A paixão*. Lisboa: Portugália.
- Ferrão, Manuela, et al. (Org.) (2005). *Livros proibidos no Estado Novo: catálogo da exposição* / [ed. lit.] Assembleia da República. Apresentação João Bosco Mota Amaral. Lisboa: Assembleia da República, Divisão de Edições. Disponível em: <https://search.app/jQTXS5hNn4FFqDGM9>
- Gonçalves (1975). *A Floresta em Bremerhaven*. Lisboa: Seara Nova.
- Jorge, Lídia (1980 [1980]). *O Dia dos Prodígios*. 2ª ed. Lisboa: Europa-América.
- (1988). *A costa dos murmúrios*. Lisboa. Europa-América.
- Llansol, Maria Gabriela (1962). *Os pregos na erva*. Lisboa: Portugália.
- (1973). *Depois de os pregos na erva*. Porto: Afrontamento.
- Lourenço, Eduardo (1984). Dez anos de literatura portuguesa (1974-1984). *Literatura e Revolução. Colóquio/Letras*, 78, março, 7-16. Disponível em: <https://coloquio.gulbenkian.pt/cat/sirius.exe/issueContentDisplay?n=78&p=7&o=r>
- Lúcio, Álvaro Laborinho (2022). *As sombras de uma azinheira*. Lisboa: Quetzal.
- Luís, Agustina Bessa (1976). *Crónica do cruzado Osb*. Lisboa: Guimarães & C.ª.
- (1977). *As fúrias*. Lisboa: Guimarães & C.ª.
- Morão, Paula (1994). Irene Lisboa e a crítica. Notas para um roteiro. *Colóquio/Letras*, 131, janeiro, 25-36. Disponível em: <https://coloquio.gulbenkian.pt/cat/sirius.exe/issueContentDisplay?n=131&p=25&o=r>
- Nóbrega, Isabel da (1976). *Quadratism – I*. Lisboa: Diabril.
- Osório, Ana de Castro (2015 [1905]). *Às mulheres portuguesas*. Ed. de Andreia Neves e Filipa Catarina. Disponível em: https://bibliotronicaportuguesa.pt/wp-content/uploads/2015/03/ana_de_castro_osorio_as_mulheres_portuguesas_3.pdf
- Pires, José Cardoso (1963). Um lavagante e outros exemplares. *O tempo e o modo*, 11, dezembro 1963, 30-32. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/EFEMERIDES/josecardosopires/JoseCardosoPires_Colaboracoes_OTempoeoModo.htm
- (1977 [1964]). Discurso entre irmãos. *E agora, José?*. Lisboa: Moraes, 27-36.
- (1977 [1970-71]). Técnica do golpe de Censura. *E agora, José?*. Lisboa: Moraes, 198-262.
- (1977 [1975]). Literatura e Revolução dos Cravos. *E agora, José?*. Lisboa: Moraes, 273-282.
- (1980). *Corpo-delito na sala de espelhos*. Lisboa: Moraes.
- (1987). *Alexandra Alpha*. Lisboa: Dom Quixote.
- (2008). *Lavagante: encontro desabitado*; rev. e fixação do texto Ana Cardoso Pires. Lisboa: Ed. Nelson de Matos.

- Reis, Carlos (2004). A ficção portuguesa entre a Revolução e o fim do século. *Scripta*, Belo Horizonte, 8, 15, 15-45. Disponível em: <file:///C:/Users/Admin/Downloads/Dialnet-AFiccaoPortuguesaEntreAREvolucaoEOFimDoSeculo-6165889.pdf>
- Rocha, Clara (2000). *Miguel Torga. Fotobiografia*. Prefácio de Manuel Alegre. Lisboa: Dom Quixote.
- Ruben A. (1997 [1950]). *Páginas II*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Saramago José (1985 [1976]). *Manual de pintura e caligrafia*. Lisboa: Caminho.
- (1979). *A noite*. Lisboa: Caminho.
- (1982 [1980]). *Levantado do chão*. Lisboa: Caminho.
- (1991). *O evangelho segundo Jesus Cristo*. Lisboa: Caminho.
- Seara Nova* (1921), nº 1, 15 de outubro, 1-3. Disponível em: https://pt.revistasdeideias.net/pt-pt/seara-nova/issue/iss_0000000190
- Seixo, Maria Alzira (1979). “Retrato dum amigo enquanto falo”, de Eduarda Dionísio (recensão). *Colóquio/Letras*, 52, nov., 88-89. Disponível em: <https://coloquio.gulbenkian.pt/cat/sirius.exe/issueContentDisplay?n=52&p=88&o=r>
- Torga, Miguel (1986 [1977]). *Diário XII*. 3ª ed. revista. Coimbra: ed. autor.
- (1959). *Diário VIII*. Coimbra: ed. autor.

“COMO SE CALÇA UMA PESSOA
QUE VAI ESCREVER?”
A AUTORREPRESENTAÇÃO
CANGIANTE EM MARIA VELHO
DA COSTA

*“Como se calça uma pessoa que vai
escrever?” Cangiante self-representation in
Maria Velho da Costa*

CLÁUDIA CAPELA
csferreira@esev.ipu.pt
UTAD CEL; IPV, ESEV

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7931-689X>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-11_12

Texto recebido em / Text submitted on: 18/03/2025

Texto aprovado em / Text approved on: 01/09/2025

Biblos. Número 11, 2025 • 3.^a Série
pp. 285-307

RESUMO

Este trabalho propõe os escritos da personagem Elisa, em *Casas Pardas*, como ensaio transgressivo do seu autorretrato, delimitando, posteriormente, a concepção de escrita de Maria Velho da Costa. Ao produzir um discurso intertextual pela apropriação de vários registos, Elisa subverte a natureza autoritária e fixa da língua, operando sobre a gramática social e o discurso representacional da mulher, sobretudo enquanto pessoa escrevente. Como prefiguração de um ato artístico e socialmente interventivo, tal gesto sublinha a manipulação do autorretrato como lugar libertário. Tal movimento não deixa de dialogar com o exercício instaurado pelas Três Marias em *Novas Cartas Portuguesas*, o qual parte justamente da noção de reconhecimento do rosto para, na sua contrafação, desvelar a condição das mulheres no século XX.

Palavras-Chave: Autorrepresentação feminina; autoria; paródia; variação; liberdade.

ABSTRACT

This work proposes the writings of Elisa, from *Casas Pardas*, as a formally transgressive essay of her self-portrait, delineating the author's conception of writing. By producing an intertextual discourse and appropriating various registers, Elisa subverts the authoritative and fixed nature of language, directly affecting the social grammar and representational discourses of women, particularly as writing individuals. Such is an artistic and social libertarian gesture. Fictional manipulation is thus emphasized as a fertile ground for liberation just like the exercise carried out by Três Marias in *Novas Cartas Portuguesas* which depends on the notion of face recognition and its puzzlement to unveil the condition of women in the 20th century.

Keywords: Female self-representation; authorship; parody; variation; liberty.

Do período da viagem de Artemisia Gentileschi a Londres, em 1638, destaca-se *Autoritratto in veste di Pittura*, ou, simplesmente, *La Pittura*. O que faz deste quadro apetecível? Entre outros, o facto de cruzar o autorretrato e a alegoria, num período em que aos pintores, aos homens em particular, era inviável a figuração de si mesmos enquanto tal, já que a Pittura, representação alegórica introduzida na arte italiana na primeira metade do século XVI, é materializada como figura feminina.

Artemisia Gentileschi emerge “forcefully as the living embodiment of the allegory”, de acordo com Mary D. Garrard (1980: 106). Seguindo os atributos da personificação da pintura postulados por Cesare Ripa em *Iconologia* (1977), Artemisia Gentileschi corrompe-os em simultâneo, reinterpretando a simbólica e a sua representação visual. Os signos que dão o autorretrato como alegoria – a corrente dourada com o pendente da máscara, expressão de imitação, os caracóis desalinhados como insígnia do temperamento artístico divino, e o *drappo cangiante*, procedimento usado como evidência de virtuosidade técnica, no caso, quanto ao tratamento da cor, referido já no *Trattato dell'arte de la pittura* por Giovanni Paolo Lomazzo em 1584 – *desconceptualizam* a autora, identificando-a como interventora de um processo natural ativo e *dessublimando* o ícone. A representação do ato de pintar sublinha, sobretudo, autoconsciência.

A auto-observação e posterior autorrecriação feminina configuram um gesto interventivo estético-político, reclamando o direito à representação num espaço historicamente marcado pela exclusão. Apropriando-se de múltiplos registos discursivos, Elisa, de *Casas Pardas*, encena um autorretrato metalinguisticamente transgressivo, num movimento evocativo de Artemisia Gentileschi e do seu manifesto de autoria simbólica. Este gesto encontra eco em *Novas Cartas Portuguesas*, texto em que o reconhecimento/contrafação dos rostos se afirmam como estratégias críticas ao regime patriarcal. Explorando estratégias de variação linguística, ironia e autoparódia, propõe-se compreender, ao longo deste estudo, como Elisa, representação de uma autora metaliterariamente empenhada, opera uma desconstrução das categorias de género e de autoria, num contexto de transição sociopolítica. A análise desenvolve-se em torno da performatividade textual, da fragmentação narrativa e da reinvenção do sujeito literário feminino, num gesto libertário crescente após 1974.

Os anos 70, em Portugal, determinam de facto uma mutação quanto ao sujeito e à sua representação. Em “Dez anos de literatura portuguesa (1974-1984): ficção”, Maria Alzira Seixo comenta o que começara a ser “um outro tipo de expansão da escrita” (1984: 42). Sublinhando a experimentação formal, o aprofundamento subjetivo e a revisão crítica da tradição literária portuguesa, Maria Alzira Seixo destaca a “diversidade na composição: valorização da escrita, recurso a formas de pluralização discursiva”, bem como o primado da enunciação e a produção feminina (1984: 42). Segundo Manuel Gusmão, a Revolução corresponde à “irrupção de uma fala tateante e truculenta, construção de uma voz múltipla” (2013: 11). Evidente será que tal energia expansiva se foi magnetizando ao longo da vigência ditatorial, tendo contribuído, para tal dinâmica, uma diversidade de autores e, em particular, mulheres. Escrevendo, souberam materializar representações de *senhoras de si*, senhoras do seu sexo, ausência bem notada por Eduardo Lourenço em “Envoi et adieu à Madeleine” (Lourenço, 1994), desde Oriana de *Amadis*, cuja origem parece, para o fim, indiferente.

A representação não é aqui de somenos, nem, certamente, a autoria e a manipulação da língua. Assim, de forma irónica como Gentileschi, Maria Velho da Costa, já depois de as Três Marias, entre si e cada qual, terem adentrado esse território de sinal tendencialmente masculino e particularmente marialvista durante os anos de vigência do Estado Novo, questiona:

como se calça uma pessoa que vai escrever pelas ruas, que vai principalmente isso, uma pessoa fêmea? Com os sapatos da Agustina que devem ser o que de mais parecido se faz em calçado no Porto com o que de mais parecido se fazia em calçado no Porto? Como os da Irene Lisboa, saldos da secção do Grandella nos anos trinta, se a havia? Como a Virginia Woolf, os mais feios da melhor loja, duas vezes ao ano, por atacado, como os da Gertrude Stein, duas fivelas de strass sem sola?

(Costa, 2013: 75)

Não se trata de estabelecer angústias *bloomianas* – a noção de autoria implica a reconstrução feita à luz do entendimento polifónico e rizomático

deduzido da leitura dos textos de Maria Velho da Costa –, nem de simplesmente distinguir a linha matrilineal. Trata-se, sobretudo, de indagar da forma e assumir a escrita enquanto registo de múltiplos. Trata-se da percepção da facilidade de adestramento da língua, da sua maleabilidade, e da produção possível. Vir a escrever um dia, ou o auto da aprendizagem, eis uma formulação possível para Elisa, a que pergunta. Que a facilidade não se torne facilitismo:

possuir uma gama de advérbios variegada não é nenhuma bênção, nem pelo contrário (...) Repito-me mas não sei se endoideça dado que as palavras me vêm tão corredoiros e de singular, arredio prazer, como pela perfeição de pelo pé de uma cereja roubada haver (...) se não me ponho a pau, num dia assim ainda escrevo, um dia.

(Costa, 2013: 69)

Lemos, assim, a construção de Elisa, uma das várias personagens-escreventes de Maria Velho da Costa e putativa autora do livro que *Casas Pardas* convoca, como autorretrato, fazendo-se notar a ficcionalização da percepção costiana quanto à escrita. Assim, e porque não escrevem, Mary e Elvira, as outras vozes femininas do texto, não serão analisadas sob esse desígnio. Mais do que explorar o aspeto potencialmente biográfico, interessa compreender como o discurso de um *eu* autoral é construído numa época de transição sociopolítica, cenário que se reveste de extrema relevância no texto em questão. Assim, interessa particularizar a forma. Manuel Gusmão refere-o com clareza:

é a multiplicação dos autores-mulheres por onde vêm às linguagens literárias significativas diferenças. Mas é também uma real diversidade de escritas e de poéticas, uma diversidade estética, compositiva, estilística e temática; a invenção, redescoberta e miscigenação de sub-gêneros romanescos; a desenvoltura na diversificação das referências culturais e na utilização das técnicas literárias.

(Costa, 2013: 11)

Gusmão sublinha a especificidade das mudanças, as quais dão a conhecer que o ato, deliberado, resulta dessa consciência da modelização *cangiante* da língua. Do latim *cambiare*, *cangiante* significa *mudar, transformar-se*. Um dos cânones da pintura renascentista, a técnica envolve o uso da luz como construção da perspectiva, recorrendo à espacialidade estratificada para definir volumes com diferentes estádios de reflexos de cor. Neste caso, o tecido textual de Maria Velho da Costa (MVC) bem evidencia a variação, não apenas na perceção da obra como totalidade, mas na análise das orações, construída a base do tecido linguístico sobre uma apropriação ressoante de estilos e composições, de (socio)idioletos e géneros, de homenagem e paródia, comumente autoparódia, produzindo um discurso autónomo e voluptuoso. A propósito de *Casas Pardas*, Maria Alzira Seixo afirma tratar-se de um exemplar romance da modernidade ficcional portuguesa:

onde uma filiação naturalista do desenho das personagens e da ordenação da história dramaticamente se agudiza na fragmentação narrativa e na confrontação dos vários tipos de discurso que manifestam uma verdadeira poética da frase multifacetada nas suas incidências semânticas e ideologicamente carregada de efeitos sabiamente organizados de intertextualidade. (Seixo, 1984: 38)

A ironia e a autoparódia merecem, no âmbito da representação autor-retratística em MVC, um estudo coeso, pois configuram um mecanismo daquilo que Susan Van Dyne (1994), no seu trabalho sobre Plath, *Revising Life*, identifica enquanto estratégia narrativa revisionista do código de restrição associado à figuração feminina. Assim, a teatralização grotesca, a autoparódia e o domínio performático da ação sobre o espetador constituem transgressões no espaço textual. Ora, o grotesco e o abjeto, como Kristeva elucida, disturbam a ordem, o sistema: “What does not respect borders, positions, rules. The in-between, the ambiguous, the composite.” (Kristeva, 1982: 4). Numa apropriação lata do pensamento das autoras acima, dir-se-ia que a variação, ou os *drappo cangiante* de MVC assumirão, teatralizando, instrumentos de reinvenção do retrato da mulher, da voz no texto, sem olvi-

dar, naturalmente, a autoparódia como método. Judith Butler (1999) inicia o seu *Gender Trouble* precisamente interrogando a determinação do *sujeito feminino*, refletindo sobre a representação apriorística das categorias para, depois de pensar a noção de poder e as suas assimetrias, salientar a prática parodística de género como denúncia do seu essencialismo ilusório. Não será de negar o duplo sentido do parágrafo anteriormente citado. *Com que sapatos se calça uma pessoa fêmea para escrever?* situar-se-á no âmbito da paródia da *escrita feminina* por um lado, e indicará, por outro, que o cerne da questão é, ainda assim, inultrapassável.

Desconsiderando a cobertura da boca, a reprodução das vestes longas e dos pés descalços¹, impedindo o observador de encontrar proporção e simetria convencional, Gentileschi ignora a sugestão de Ripa, pois evita lugares comuns da *Pittura* – e consequentemente da representação da mulher –, recusando-lhe um princípio meramente retórico personificado na beleza física². Essa autoconsciência de Gentileschi trespassa a ação inaugural de Elisa. Trata-se de alguém que se prepara para escrever, como aliás Sara, em *Missa in Albis* (2016) o fizera já, ou Raquel, em *Irene ou o Contrato Social* (2000), certa da multiplicidade formulaica da língua, o que a transtorna e seduz. Assim, a consciência de que mais do *que o que se diz*, é fundamental a forma *como se diz* instala a dúvida: como fundar esse ofício da linguagem?

Maina Mendes, publicado em 1969, opera na reconfiguração do romance, produzindo-se uma voz em *mute*, fragmentada, muito devedora da leitura irónica, como Eduardo Lourenço explica, da situação feminina e da condescendência a que a sua voz fora votada: “Poucas coisas foram oferecidas com mais condescendência ao sexo feminino do que a palavra como

¹ “Le donne spesso volte hanno lunga la veste e corto l’intelletto”, um provérbio do século XVI (Garrard, 1980: 108).

² Garrard comenta: “Ripa carefully interweaves the themes of the pure intellectual beauty of painting and the physical beauty of women in order to reinforce the cerebral and therefore noble, character of the art of painting. In this, he adopts the device of the Mannerist painters, a formula by which women’s bodies stand for men’s minds. Women, in this conception, do not share in the cerebral bounty of the art they symbolize” (Garrard, 1980: 107).

glosa infinitamente reversível e nula de uma situação que podia suportar “falando-a”, com a condição de não a transformar” (Costa, 1977: 9). Tal afirmação ultrapassa a questão socio-individual e implica a expressão artística, inscrevendo-se na questão da geopolítica da identidade, conceito de Susan Stanford Friedman (1998), na apropriação do corpo enquanto lugar de autorrepresentação geográfica da corporeidade da mulher, e de que a voz é sinal. Neste domínio, Adrienne Rich (2003) reclama o território mais próximo, o corpo, como ponto de partida. Significa, assim, antever a voz da mulher não apenas enquanto construção pessoal, mas como amplificação dos lugares que lhe foram sendo vedados continuamente. A automutilação da voz com que MVC inaugura o texto na primeira parte de *Maina Mendes* reveste-se desse pendor histórico de quem usa a arma sobre si mesma como objeto de equilíbrio. Eduardo Lourenço continua:

Confinada e glorificada como suporte da re-reprodução, mas ausente da nobre produção, a palavra feminina só podia ecoar ou correr paralela – nos casos da Teresa de Ávila ou de Marie Curie – à nomeação soberana do mundo, privilégio de Adão e seus abençoados sucessores.
(Costa, 1977: 10)

Portanto, o significado de pensar com minúcia o tipo de sapatos a calçar evoca a violência operada sobre a utilização efetiva da própria linguagem, do recorte e esvaziamento exigido à figura da mulher, condenada à reprodução da língua pátria, e não, talvez, mátria, em diversos estratos da sua vida. Mera incubadora, a figura fêmea parece, assim, rebelada contra a imagem que qualquer pretenso atilado espelho pretende assegurar, inventando a sua fala.

Começar a andar implica, portanto, encontrar sapatos. Agustina Bessa-Luís, Maria Isabel Barreno, Maria Judite de Carvalho constituem, no entender de Eduardo Lourenço, acontecimentos na “história real e textual da moderna consciência feminina, assinalando nela a passagem da mulher como objeto à sua conversão em sujeito” (Costa, 1977: 12). A *Maina Mendes*, à sua mudez, assiná-las-á como “refluir mágico para o ponto zero a partir do qual poderá, mais tarde, inventar a fala (...) autónoma e soberana, que os homens usufruem sem

riscos desde sempre, por ‘direito divino’”, pelo que o romance será a “epopeia (...) da invenção dessa fala, a sua inevitável e magistral recuperação” (Costa, 1977: 10). Se *Novas Cartas Portuguesas*, com Maria Isabel Barreno e Maria Teresa Horta, descrevem o tremor que Portugal vinha pressentindo social e literariamente, pois, e como aponta Maria Alzira Seixo, a intertextualidade, a hibridez e a alteridade são centrais na obra, pondo em causa a noção de autoria e autoridade, dialogando sempre com o “corpo social do discurso” (Seixo, 2001: 179), *Casas Pardas* materializa-o, integrando a mudança na palavra *poder*. Quer pela insistência na interrogação face à autoria/autoridade, quer pela modelagem compositivo-estilística, o romance assenta numa incitação à variação, à produção de um discurso autónomo, reconhecível, e desconforme, dir-se-ia, face aos modelos existentes. Um exercício de libertação quanto à expressão e à inscrição no campo da estética, bem como na reconversão linguística com efeitos sociais. A paródia, na deformação de textos (con)sagrados, profana e expande o espaço textual. Nesse sentido, a legitimação da pergunta: *como se calça uma pessoa que vai escrever?* Assumindo a literatura como um tecnicismo, passe-se a redutora inscrição, a questão coloca-se a nível linguístico, composicional, além da componente temática. Este aspeto tem sido negligenciado na leitura de *Novas Cartas Portuguesas*, lugar amplo em que a dicção, ou o significante, é tão revolucionário como o significado.

Parece, deste modo, indispensável ressaltar o percurso de Elisa como uma aprendizagem de escrita, consequente e refletida. O ato consciente implica uma construção discursiva que, porém, importa não converter em soliloquio. Aprender a escrever, ou a calçar-se, é, então, uma questão de consciencialização do mundo, uma exteriorização, escrever para fora, como quem se calça para sair à rua. Trata-se de deixar que o corpo ocupe o seu espaço. Não é despiendo que Elisa o pergunte no exterior, observando quem passa –

Aqui estou de banco de Avenida (...) E sei agora porque é que estou aqui sentada a mais gelar por fricção de costado a tinta do banco (...) estou a perceber que isto não pode ser assim e que Eu tenho que perceber isso sentada por debaixo de um lindíssimo dia de Lisboa.

(Costa, 2013: 73)

–, porquanto o projeto de individuação da voz escrevente é inteiramente dependente da inscrição celular numa comunidade, pois a escrever, escreve-se para outrem e a partir de outrem. O *eu*, neste contexto, assemelha-se a um ponto de passagem entre a audição – a polifonia e o substrato musical são reconhecíveis em MVC – e o vozeamento. Uma cadeia.

A escrita, enquanto projeto, alcança a configuração do mundo em que o pronome da tessitura romanesca ou discursiva se inscreve:

Tudo é afinal novo. Ou há uma maneira de olhar de mim em que tudo é novo (...) Isso é por causa do que vais escrever quando um dia escreveres, dizia ontem-hoje o Lúcio, que ele é dos que acham que o que se faz de desnaturado é sempre coisa para ser de arte. Sempre é uma ordem. Começo a saber o que é mexer numa arte por dentro das guitas do boneco mas não é isso ao que eu ando, ou ando a outra coisa que talvez só lá chegue pela vestimenta disso. Eu queria era. Outra era?

(Costa, 2013: 74)

A pergunta que imediatamente antecede a problemática do calçado, “Será que para andar deveras ao que ando só descalça e com um funil na cabeça e badalo de contágio?” (Costa, 2013: 75), introduz mais prontamente o dispositivo do autorretrato enquanto subjetividade apostada na emancipação e liberdade. Tomando-as como figuras de leitura (De Man, 1986), autorretrato e autobiografia são, sobretudo, construções representacionais de um *eu*, produção de um discurso centrado na figura de uma *persona*, biográfica ou ficcional. A propósito, Isabel Baraona afirma que nenhum texto é uma projeção direta e fiel do autor, pois a transposição de uma memória em linguagem cria uma nova narrativa moldada pelo tempo presente e pela distância em relação à experiência vivida (Baraona, 2011: 110).

A problemática pronominal – o texto é dividido em *casas* (capítulos), e em cada casa é inscrito o discurso de uma das três mulheres, modificando-se o uso das pessoas gramaticais – implica um tratamento linguístico inovador e configura um mecanismo transgressivo, fazendo notar a interdependência social e a identidade como ambiente simbiótico; o *eu* é sempre um *tu* ou um

ela em simultâneo; o aspeto relacional é elementar enquanto autoconhecimento numa vertente individual, nacional e intercultural; dir-se-ia que no âmbito da escrita em primeira pessoa, autoficcional/biográfica, a instauração de diversidade pronominal é relevante como ato de desbravamento e discursivização. Se o individual é coletivo, como o pessoal é político, a variação dos pronomes destas mulheres diz da relevância das figurações de feminino no final da década de 70 enquanto emancipação e resultado do adestramento da língua, da invenção da fala não meramente fixada em *mim*, mas nos pronomes *outros*. Na verdade, a subjetividade poderá ser pensada como fenómeno coletivizante, de *outrização* permanente. Assim, *cangiante*, a pronominalização dinamiza a funcionalidade autorretratista. Elisa e Elvira, duas personagens de *Casas Pardas*, movem-se; Mary, a terceira, permanece, o movimento progressivo das primeiras contrasta com a estabilidade de Mary, pois a sua obnubilação, individual e coletiva, legenda um tempo que soçobra.

Neste triplo processo de individuação, na “re-semantização do nome próprio”, como lhe chama Manuel Gusmão (2013: 20), interessa-nos particularmente Elisa enquanto aprendiz da escrita, e o viés metalinguístico operado pela personagem. Nesse sentido, a corrupção da forma canónica da enunciação, singular e intransmissível, implica uma mudança no sentido de libertação da língua, fulcro para a transformação estética e social. Em último caso, tal mecanismo de polivocalização integra a noção de língua e literatura para MVC, num registo intertextual, polifónico.

Se Elisa desvenda mecanismos de construção romanesca, sem deixar de os estabelecer em relação ao contexto e ao *outro*, Elvira demonstra, por seu lado, um espaço de conflito interior, de densificação pessoal igualmente devedor das relações com o mundo. Mary, na sua consumição, desempenhará o exercício contrário. A sua reflexão, dramática, isolá-la-á na sua casa até à extinção. Três enunciações que formam sujeitos complexos, dos quais se destaca Elisa como mediadora vocálica.

No segundo capítulo, ou “Casa de Elisa, Os trabalhos de casa: pote padre”, os exercícios desenvolvidos como experiência de escrita são reveladores. Trata-se da *cópia*, assinalada a cursivo no corpo de texto, de textos atribuídos a Santa Teresa de Ávila e de Gertrude Stein. Os textos são copiados

paralelamente, formando duas colunas. Se *De gravissima culpa*, citada da regra teresiana *Constituciones para las Carmelitas Descalzas* – note-se a ironia dos pés descalços, que Elisa repete em vários momentos – evoca a experiência inscrita na infância da autora, que nunca ocultou o rigor ditatorial do colégio frequentado, o texto de Stein, por sua vez, não só interage com o discurso anterior, como é chamado à problematização quer da noção de autoridade e propriedade da *palavra*, quer do aparato formal, atendendo à desconstrução radical da escrita, promovendo ainda a noção de desmontagem da percepção literária de (auto)biografia e retrato.

O primeiro discurso, na coluna da esquerda, trata-se de uma mescla das últimas disposições do capítulo das culpas de *Constituciones*, ordenado gradualmente de *leve culpa* a *gravíssima*:

incorrigibilidad de aquella que no teme cometer las culpas y rehusa sufrir la penitencia [...] que por el gran vicio de su lengua en esta manera sea punida de ahí sea puesta en la carcel; y si en algun tiempo fuere librada de la carcel, no tenga voz ni lugar

Look at me now and here I am
And with it all it is not preparation [...] It is mine to sit and carefully to be thought through
Let it be that it is said let me alone [...]
And noises have no other.
It is in their refrain that they sing me
It just can happen so.

(Costa, 2013: 130)

Do pecado do uso da língua, cuja penitência é sofrer o dismantelamento, a despossessão e desterritorialização, “no tenga voz ni lugar”, passa-se à reflexão do *eu*: “It is mine to sit and carefully to be thought through”. Não deixa de ser relevante que o pensamento seja feito de través: ser pensada, ser atravessada pelo pensamento acerca de mim. A distinção entre o uso da ativa e da passiva será fruto de novas indagações posteriormente. É a língua que

diz o *eu* que pensa? Uma produção ulterior? Uma imagem, portanto, de *si mesma* pensando-se não exatamente como prolongamento, mas representação paralela? Uma representação que evoque outras e que lhes saiba responder?

À lei teresiana contrapõe-se o que, segundo Marjorie Perloff, na análise à escrita de Gertrude Stein, constitui uma “sintaxe diferencial” (2003), justapondo-se a subversão gramatical ao discurso coeso e coerente cuja sintática parece estabelecer uma espécie de competência impositiva e regularizadora. Autoritária, de facto.

Perante a essencialização da culpa e da penitência, produz-se uma sintaxe libertária, de experimentação e reinscrição, o que não surpreende que tal implique a natureza da representação do *eu* e o seu linguajar: “eu vou-me explicar que essa é a destinação de quem copia a dúvida da identidade própria [...] Porque onde eu nasci, pátria e casa, estava tudo roto” (Costa, 2013: 130). Se, estilisticamente, os dois textos citados convergem para uma ideia de aprendizagem contínua, parcelada apenas pelo tempo de vivência das experiências, a verdade é que a sua amálgama ou justaposição implicará o que Rosalind Moad, precisamente sobre Stein, apelida de *voice-montage* (Moad, 1993: 9). Veja-se outro exemplo, no qual diversas falas são simultaneamente emitidas, compondo um mosaico alargado dos espaços:

Era já noite cerrada dizia o filho prà mãe debaixo daquela arcada passava-se a noite bem, Canta o resto, canta, Lala, Agora, Zizinha, deixe-me as fitas do avental, credo, que seca, olhe a sua mãezinha que vem lá, O pai deixa,

E esta ovação clara do dia passar passando
(Costa, 2013: 63)

Ou:

Não é que eu me rale, sempre amei
Mais o Divertimento e a mais Vida
Que a Vidinha. Sara dixit melior
(a scholar is a scholar is a scholar,

Tenho o sétimo, céus, ano):
 – Não é por nada Zizinha, mas
 ir alugar casa tendo a casa dos seus
 (Costa, 2013: 134)

Tais montagens de vozes *polivocalizam* o texto e a origem dele, numa prática de individuação moldada sonoramente de vastas proveniências. A consolidação autorrepresentacional, tomando a primeira pessoa, produz séries variáveis, elevadas a uma potência máxima em *Missa in Albis*. Os registos, numa variação não seletiva, do mais coloquial ao mais poético, e do mais expectável ao mais inventivo, libertam o discurso de qualquer regra consolidada da narrativa e das suas categorias, desobrigando o texto de conceções restritivas e moldando-o sob a maleabilidade linguística. É caso disso a abertura de *Casas Pardas*, ou a icónica conversa de Sara e Simão, em *Missa in Albis*, numa leitaria. Tal montagem ganhará espaço considerável nesse texto, tornando a linguagem personagem de facto, o que resultará no colapso da ideia de narração totalizante. É a “cabeça azoadada de vozes” (Costa, 2013: 63) a base dessa montagem, bem como a da composição espacial, indagando, ainda que de forma elíptica e fragmentada, a fala como segmento de completude e (auto e hétero) retratos performativos, mesclando, como uma lembrança a que se somam as demais, tempos diversos e antagónicos. Tal montagem caleidoscópica de vozes pensa o indivíduo no lugar de um todo, e toma geografias mais amplas em *Myra*. Com efeito, o pensamento aberto postulado já nas questões levantadas por Elisa – a questão de identidade nacional, do seu passado colonial africano e do seu futuro europeu – atinge proporções superiores, como que um “crioulo galáctico” (Costa, 2013: 397), inventariando a língua e o que dela influi nos indivíduos.

Outro exemplo da composição experiencial de Elisa e do seu próprio retrato é, desta vez sob o mote de palavras “*copiosa mente*”, a citação da *Crónica do Cruzado Osberno*, evocando Agustina Bessa-Luís, visto tratar-se da citação da tradução do texto latino da Conquista de Lisboa aos Mouros, paralela a um texto intitulado “O malogrado”, assinalado, em rodapé, como “Eulisa. ELISABONN, texto em preparação” (Costa, 2013: 138). As *cópias*

e *redações* são inscritas nos textos como autorreferência, fazendo-se alusão à, já então, disponibilidade da autora para a escrita, atividade reconhecida na infância e insinuada como autoparódia em textos como *Missa in Albis* e *O Livro do Meio*, numa partilha epistolar com Armando da Silva Carvalho.

Se, imediatamente antes, Elisa reflete sobre a natureza gramatical de ser-se dita –

Mas também, inda sou damizela,

A fita amarela que trazes pendurada ao pescoço desde que me conheço, Cesariny, filha? Disparate, pai, António, cumá ti, Maria, cumá eu, Lisboa, cuma nós. Lembro-me mal desse sorriso.

Da compulsividade do registo. Espécie de Barragem contra a Voz Passiva. Ela abandona-se, é o contrário de, Ela é abandonada. Ou se é caso de vingança, como diz a mestra, também posso, enquanto passa nas ameias, e na deglutição e digestão televisiva dos serões em família dos jantares do meu bairro, digo que posso, in(com)paravelmente, refazer-me

copiosa mente
(Costa, 2013: 135)

– logo depois descreve “onde se põe quem é escritor: de um sítio donde dá a ver um voyeur muito parecido com o próprio” (Costa, 2013: 138).

Depois das *redações*, a *tradução*. Trata-se dos primeiros versos do poema narrativo “A lover’s complaint”, de Shakespeare, como mote para o “Monólogo da Mofina”, alusão diretíssima a Gil Vicente, já explícito na nomeação do livro, e a Mofina Mendes, estabelecendo um acordo intertextual entre o sujeito feminino shakespeariano e a alegoria da instabilidade da personagem vicentina. Na verdade, tal recriação na produção de uma das várias vozes responsáveis pelo tecido textual como primícia ou amadurecimento da narradora Elisa, na construção do seu próprio retrato, identitário e literário, descende do queixume shakespeariano e da malfazeja sorte da pastora vicentina. O

discurso de Mofina, no texto de *Casas Pardas*, apropria-se de um tipo social, e o pote vicentino, aqui, age como elemento de paródia, não sendo de ignorar o facto de o capítulo ser nomeado como *pote podre*.

O comentário, depois, da autora das vozes, é como um aparte de que fosse responsável como dramaturga, entabulando diálogos com o Mestre, no caso, Gil Vicente, no pensamento de si como parte de um todo maior, fazendo depender a sua identidade do contexto sociogeográfico dessas *casas pardas*. De facto, a agilidade na montagem das vozes implica a pretensão de as formular como no palco, o que, aliás, é bem visível num dos capítulos, “A terça casa”, texto dramático de três atos, justamente no qual se vê a dinâmica do poder e do efeito do sismo. Assim, o diálogo entre Elisa e Mestre Gil é frutuoso:

Se não tiveres medo das tuas sombras elas vêm-te comer à mão. Comer o quê, Mestre? Dá-lhes um pouco da carne dos teus ossos, acabam por se comer umas às outras. Não virão mais, Mestre?, Sempre, sempre mais, de totalas tuas parte mundanais, ao fim de uns anos são com anhos do teu aprisco. E isso mata, Mestre? A longo prazo, tudo mata, pastora.

(Costa, 2013: 163)

Uma paisagem humana, sùmula contínua de crescentes vozes e imagens. O autorretrato é feito de fora para dentro, formulando a conceção de literatura e língua enquanto intertexto. Retratos literários fá-los-á mais evidentes em *Missa in Albis*, nomeadamente os de Nuno Bragança, Maria Gabriela Llansol, e Agustina Bessa-Luís, assumindo a apropriação e recriação das suas imagens literárias, linguisticamente. Cite-se, consecutivamente: “Estava um homem em cima de um monte a olhar para o monte que estava branco porque tinha nevado. Fechou um olho porque aquilo era tão branco que quase que o cegava” (Costa, 2016: 284).

Porque Sara se está perdendo, e o seu espírito e o seu corpo, por um fenómeno que é o tomar por recreação um estado que devia ser vivido com solenidade: a disposição às palavras. Sabe, na qualidade de sintoma, sinal tardio, que é possível pela escrita alcandorar-se um lugar temido: a pura luz (Costa, 2016: 394)

E, ainda:

Cheirava a terra molhada e havia camélias precoces, brancas, que começavam a abrir. Eu avisei-o que elas não tinham cheiro por isso as cortesãs as usavam, para não destoar dos perfumes. Martim riu-se, disse que eu era muito imaginosa e que a fé de Sara lhe estava a fazer perder a sua. – não, entre o Simão e a Sara passa-se o tipo de coisa que no Norte faz gorar os ovos deitados e no Sul as perdigueiras ciarem antes do tempo, os canitos nascem cegos. (Costa, 2016: 115)

A questão é contínua, como quem desenha: “A minha mente desagrega? A minha mente executa, excreta, solo de trompa em fuga” (Costa, 2013: 293) e há a necessidade de extirpação: “A casa de onde me extirpo é um inferno” (Costa, 2013: 295) e conclui: “Não é o que eu percebo que me muda, é o que muda que me há-de perceber” (Costa, 2013: 299). A pergunta mantém-se, a produção do próprio retrato manualmente: “Elisa quer dizer o quê, a eleita ou a elidida, suprimida? A elisão evita o hiato” (Costa, 2013: 305). No texto que se segue, intitulado “Enunciação, depois da *cópia, redação, tradução*”, dá-se o encontro consigo mesma, “Chamo-me Elisa” (Costa, 2013: 307); trata-se da sua inscrição identitária diante de alguém tido como *outridade*, numa averbação da *différance* e das relações da língua e da história portuguesa com a sua herança e responsabilidade.

Estas autorrepresentações desembocam na V Casa, “Língua”. De “Vaga” a “Língua”, interpoladas pelos irónicos “Trabalhos de Casa” e “Angelus”, o percurso é ascendente e termina na projeção da *persona* como uma *ela*, registo do que foi já conseguido e de que é possível observar, a dois tempos, o interior e o exterior, o traço robusto do lápis, barramento de um *eu*, a assunção de um *ela*, um espaço de permeio entre objeto e a sua dicção inevitavelmente elaborada. Tal oscilação da autofiguração entre o *eu* e o *ela* parece, portanto, uma técnica de adulteração do conceito de *identidade*, da ideia da grafia de *si*, complexificando as noções de biografia, ficcionalidade e representação.

Enquanto produção ou desdobramento, a palavra procura, mais do que mimetizar, construir. Nesse sentido:

Quanto a Elisa, ah, Elisa está em casa. É noite. Este capítulo é nocturno como teréis decifrado já pela sequência algo rígida da sucessão aqui dos dias e das noites. A literatura moderna serve para demonstrar a irrelevância da evidenciação de processos de mostrar. [...] A sua atenção aos objectos, incluindo os próprios pés e as mãos em movimento, as feições no espelho e as gravuras ou caracteres impressos, agudizou-se muito.

(Costa 2013: 383)

“A minha pátria são os pronomes dolorosamente pessoais. Eram as coisas assim que Elisa escrevia nesses dias” (Costa, 2013: 388). Esta escrita é a da aprendizagem do gesto. Do gesto do traço da escrita, dos outros, *milenaes*, pois que se inscrevem numa leitura e performance social que importa conhecer: “Olhando para o espelho com o cabelo húmido frisando comprido debaixo da toalha acrescentava ainda que era já mulher e que sim, sim, também isso se veria depois, da diferença de solidões, de gestos milenares.” (Costa, 2013: 389). De resto, “Podia de facto ter endoidecido, Elisa, mas fora uma criança preparada (...) a mutações muito bruscas, das que podem ficar reconhecidas na nomenclatura dos textos como revelações” (Costa, 2013: 391).

O gesto retratístico continua; destaca-se a – propositada ou inconsciente? – variação pronominal, que se assinala e se lê como retrato da personagem e da autora: “Falta-me um grito, uma única frase de confiança brotada das rochas de basalto desta cidade (...), nação marcada pela dispersibilidade (...) E esse seria um tema muito recorrente nos seus escritos” (Costa, 2013: 403). E então, Elisa é Electra, *elektron*³,

E então, uma outra vez a pequena Elisa adormece dentro do seu corpo de adolescência a um tempo lenta e precoce, adormece porque não está de facto a preparar nenhum exame mas a modular a trajectória do seu corpo que fala sobre a porção de terra que lhe coube (...) Tem agora os cabelos

³ Sublinhados originais no texto de MVC.

quase pretos espalhados sobre a cara de feições agudas e fechados os olhos sobre a íris cuja coloração é variável por luminosidades ou humor.
(Costa, 2013: 405)

Depois, é o sono e o sonho, Elisa aliciana sobre a lebre, em “floresta musguenta cheia de mísaros”, que a prepara: “Agarra-te bem que inda agora vamos a entrar” (Costa, 2013: 405). No discurso, na sua labilidade, na hora nova do mundo novo. Como em *Pittura* de Artemisia Gentileschi, o que encontramos nos textos de Maria Velho da Costa é a artista “engaged in work” (Garrard, 1980: 109), sem outro sinal distintivo de qualquer *status* que não seja a simples manipulação da escrita, a absorção prática que o ofício implica.

Por seu lado, será pela ironia ante o canónico, seja na desvirtuação do género literário e na interpenetração dos registos de língua, seja na revisitacão da tradiçào literária e na consideraçào de autoria, que as *Novas Cartas Portuguesas* produzem um autorretrato não somente das mulheres, mas da literatura: “O que é a literatura? E o que é esta experiência de três?” (Barreno, Horta, Costa, 2017: 288). Além da referência frontal aos diversos tipos de clausura e da interrogaçào do pretenso “destino biológico” (Barreno, Horta, Costa, 2017: 205) fadado para as mulheres, a inovaçào do livro é a escrita colaborativa, ultrapassando a noçào de univocidade:

Talvez mais nada do que o dizermos em alta voz – coragem? necessidade? – os mal-estares, os ataques, as recusas e os medos. Quem escreve, omite e elabora, segundo as regras do tempo e do lugar, alinda o auto-retrato. Aqui e agora, por exemplo, podem aparecer certas liberdades de linguagem, mas outras não, os maneirismos aceites são uns quantos, e ser reacionário é a desclassificação sem recurso; somos todos escritores puros e limpos, ai, e de tão bons sentimentos. Por isso não emendei, não omiti, etc. Que saia a nossa dialéctica de mulheres-nas-cidas-e-criadas-na-burguesia-citadina-desta-sociedade-cujos-valores-bem-sabemos-e-simpatizantes-com-todas-as-classes-e-grupos-explorados-com-agudo-sentimento-de-pertença-ao-grupo-explorado-«mulheres»-, que esta nossa dialéctica retorcida se desenrole entre nós e os outros, e não só intra-eus ou intra-nós.
(Barreno, Horta, Costa, 2017: 289)

A clausura das mulheres é toda uma clausura cultural, de língua, portanto, e como tal, exige resistência e reescrita. No prefácio de *Novas Cartas Portuguesas*, Maria de Lourdes Pintasilgo evoca uma leitura psicanalítica, embora lhe resista, bastando-lhe para o efeito a sinalização do “inconsciente”, cujo significado ultrapassa o estilo barroco da obra, mas que se situa ao nível do discurso, no “dizer quem, no dizer como” (Pintasilgo, 2017: 36). Se “Mariana nunca foi mais que seu convento e o senhor de Chamilly apenas lhe foi pretexto de vir escrevendo a nosso encontro” (Barreno, Horta, Costa, 2017: 28), então, “a literatura é uma longa carta a um interlocutor invisível, presente, possível ou futura paixão que liquidamos alimentamos ou procuramos.” (Barreno, Horta, Costa, 2017: 3). O exercício literário é o da “paixão”, pois “o que pode a literatura? Ou antes: o que podem as palavras?” (Barreno, Horta, Costa, 2017: 197). Conscientes de que tomar a palavra constitui uma arma, é dela que a edificação de uma potencial cultura partilhada dependerá. Nesse caso, urge

reaprender a ser, [...] reinventar o modelo, o papel, a imagem, o gesto e a palavra quotidianos [...] inventar[es] sozinha a mãe, a heroína, a ideologia, o mito, a matriz, que te pusesse espessura e significado perante os outros [...] Chegará o dia, Maria Ana?
(Barreno, Horta, Costa, 2017: 199)

Facilmente se reclama para o lugar da palavra, da escrita e da literatura, a reinvenção de modelos, de máscaras que possam fazer soar uma língua inclusiva.

A teia urdida pelas “três aranhas astuciosas fiando de nós mesmas nossa arte” (Barreno, Horta, Costa, 2017: 34), além de evocar Ariadne e a conceção ficcional de Virginia Woolf, potencia uma leitura sob a proposta de “*sympoesis*” e “tentacular thinking” de Donna Haraway (2016), e de que *Cat’s Cradle Series* de Baila Goldenthal (2008) constitui outro bom exemplo, evidenciando a complexidade das relações humanas e o princípio *compostista*, por oposição ao pós-humanista (Haraway, 2016: 101). De facto, e numa perspetivação no âmbito dos estudos ecocríticos que, contudo, não exclui, acreditamos, a

dinâmica desenvolvida em *NCP*, pode afirmar-se: “The earth of the ongoing Cthulucene is sympoietic, not autopoietic” (Haraway, 2016: 33).

O mosaico de citações, a heteroglossia e a contradição do logocentrismo, ou, se preferirmos: a *sympoiesis* promove uma *desessencialização* da figura protocolar e autoritária do *eu*, sem, porém, deixar de a pensar enquanto pertença de um núcleo partilhado e contributivo, como quem se retratasse extirpando-se de si mesmo. Assim, o autorretrato, em *Casas Pardas*, assenta sobretudo na re-enunciação e encenação dos *eus* em movimento, casas-carrosséis, profanizando iconoclasticamente a língua e tudo aquilo que a caracteriza enquanto cultura. Ao desviar-se e ao transgredir o texto formalmente, liberta-se e revitaliza-se a representação da mulher. A renúncia de Elisa a um formato social privilegiado, à funcionalidade cooperante de uma ideia de feminilidade, bem como à *auctoritas* da língua, seja escrita, seja oralizante, literária, popular, mas canonizada de alguma forma, resulta na reinvenção não apenas do discurso, mas da conceção de autorretrato enquanto potencial género. A desordem textual, a heterogeneidade dos níveis de linguagem, os jogos fonético-semânticos, as subversões do canónico, a fragmentação e retoma reinventada de expressões memorizadas, aforísticas e assim estereotipadas, permitem agilizar a questionável essência da língua, pelo que daí resultará a possibilidade de variação quer da identidade, quer, consequentemente, da representação, influenciando nas conceções sobre os objetos e sujeitos pensados.

São *casas* ambíguas: *pardas* se fechadas sobre si, pelo que a abertura ao azoado de vozes enriquece-as, não raro entorpecidas e empobrecedoras, decorrentes do discurso instituído. Ainda assim, pardacentas, matizam o retrato, abrindo-o à natureza múltipla e reconstrutiva da língua. Elisa representa[-se]:

Então, sempre é artista? Não, amadora de registos. Quer dizer que não tem profissão? Pois, não, tenho, ainda é muito pequenina. Vai ser poeta, é? Não me parece, preciso tanto de explicar. Nacionalidade? Amadora de registos, varia, divagante.

(Costa, 2013: 292).

BIBLIOGRAFIA

- Baraona, Isabel (2011). Autor de um mundo, autor de si. *Cadernos PAR*, 4, 107-111.
- Barreno, Maria Isabel; Horta, Maria Teresa; Costa, Maria Velho da (2017). *Novas Cartas Portuguesas*. Ed. anotada, Org. de Ana Luísa Amaral. Alfragide: D. Quixote.
- Butler, Judith (1999). *Gender Trouble*. New York: Routledge.
- Costa, Maria Velho da (1977). *Maina Mendes*. Lisboa: Moraes Editores.
- (2013). *Casas Pardas*. Porto: Assírio e Alvim.
- (2016). *Missa in Albis*. Porto: Assírio e Alvim.
- De Man, Paul (1986). *Rethoric of romanticism*. New York: Columbia University Press.
- Friedman, Susan Stanford (1998). *Mappings. Feminism and the Cultural Geographies of Encounter*. Princeton: Princeton University Press.
- Garrard, Mary D. (1980). Artemisia Gentileschi's Self-Portrait as the Allegory of Painting. *The Art Bulletin*, 62, 97-112.
- Gentileschi, Artemisia (c. 1639). *Self-Portrait as the Allegory of Painting (La Pittura)* [Pintura]. London: Tate Britain Gallery.
- Goldenthal, Baila (2008). *Cat's Cradle Series*. [Pintura]. Disponível em: http://www.bailagoldenthal.com/painting/cats_cradle/cats_cradle.html
- Gusmão, Manuel (2013). Prefácio – A arte da polifonia e o rigor da paixão: uma poética da individualização histórica. In Maria Velho da Costa, *Casas Pardas* (7-58). Porto: Assírio e Alvim.
- Haraway, Donna (2016). *Staying with the trouble: making kin with the Chtulucene*. Durham: Duke University Press.
- Kristeva, Julia (1982). *Powers of Horror, An Essay on Abjection*. New York: Columbia University Press.
- Lourenço, Eduardo (1994). *Nós e a Europa*. Lisboa: INCM.
- Moad, Rosalind (1993). *1914-16: Years of innovation in Gertrude Stein's writing*. York: University of York.
- Perloff, Marjorie (2003). Gertrude Stein's Differential Syntax: Sarah Tryphena Phillips lecture. *Proceedings of the British Academy*, 117, 401-427.
- Pintasilgo, Maria de Lourdes (2017). Pré-Prefácio (leitura breve por excesso de cuidado). In Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, *Novas Cartas Portuguesas*, Ed. anotada, Org. de Ana Luísa Amaral (27-29). Alfragide: D. Quixote.
- (2017). Prefácio (leitura longa e descuidada). In Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, *Novas Cartas Portuguesas*, Ed. anotada, Org. de Ana Luísa Amaral (31-48). Alfragide: D. Quixote.

- Rich, Adrienne (2003). *The Fact of a Doorframe: Selected Poems 1950-2001*. New York: WW Norton & CO.
- Ripa, Cesare (1977). *Iconologia*. New York: Garland Publishing.
- Seixo, Maria Alzira (1984). Dez anos de literatura portuguesa (1974-1984): ficção. *Revista Colóquio/Letras*, 78, 30-42.
- (2001). *Outros erros. Ensaios de literatura*. Porto: Edições Asa.
- Van Dyne, Susan (1994). *Revising Life: Sylvia Plath's Ariel Poems*. Chapel Hill: The University of North Carolina.

NÃO HÁ REVOLUÇÕES
INOCENTES: LIÇÕES DA POESIA
EXPERIMENTAL PARA O 25 DE
ABRIL DE 1974

*No revolution is innocent: lessons from
experimental poetry for 25 April 1974*

SANDRA GUERREIRO DIAS

sandra.cgd@gmail.com

*Instituto Politécnico de Beja, Escola Superior de Educação | Universidade de Coimbra,
Centro de Literatura Portuguesa*

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4414-9029>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-11_13

Texto recebido em / Text submitted on: 15/04/2025

Texto aprovado em / Text approved on: 27/08/2025

Biblos. Número 11, 2025 • 3.^a Série

pp. 309-331

RESUMO

A Poesia Experimental Portuguesa (PO-EX) é uma tradição literária de vanguarda que se alinhou com as artes no combate à ditadura política e cultural do século XX português. Fê-lo, no entanto, sob a perspectiva da subversão do texto e discursos. Poetas como E. M. de Melo e Castro, Ana Hatherly, António Aragão, Salette Tavares, José-Alberto Marques, entre outros, estiveram na linha da frente da revolução cultural e literária que o 25 de Abril motivou, podendo encontrar-se, na sua produção teórica e artística, vias de reavaliação crítica das ideias e valores da revolução democrática de 1974 que constituem lições, isto é, partituras para o diálogo e modos de ação crítica que a PO-EX legou para a posteridade. Neste artigo, abordam-se alguns destes trabalhos, focando-se a análise na reavaliação reflexiva do potencial revolucionário destas criações.

Palavras-Chave: Poesia; 25 de Abril de 1974; Literatura Experimental; Revolução Literária; Portugal.

ABSTRACT

Portuguese Experimental Poetry (PO-EX) is an avant-garde literary tradition that joined forces with the arts in the fight against the political and cultural dictatorship of the 20th century in Portugal. However, it did so from a perspective of subverting texts and discourses. Poets such as E. M. de Melo e Castro, Ana Hatherly, António Aragão, Salette Tavares, José-Alberto Marques, among others, were at the forefront of the cultural and literary revolution that 25 April brought about. In their theoretical and artistic production, we can find ways of critically revisiting the ideas and values of the 1974 democratic revolution that constitute lessons, in other words, scores for dialogue and modes of critical action that PO-EX bequeathed to posterity. This article looks at some of these works, focussing the analysis on the reflexive revisiting of the revolutionary potential of these creations.

Keywords: Poetry; 25th April 1974; Experimental Literature; Literary Revolution; Portugal.

assassinar palavras
com gesto teatral
matar o dia a dia
para inventar a noite
juntar muitas estrelas
e fabricar o sol.
(Salette Tavares, 1959-1960)

A Poesia Experimental Portuguesa (PO-EX) agrega um conjunto de poetas e práticas artísticas que, dos meados do século XX em diante, se propuseram repensar e renovar, de modo radical, o campo literário português. A sua ação é política, resgatando o potencial transformador da reflexão e criação artística, em sintonia com as vanguardas históricas. Este propósito assumiu particular relevância e especificidade no contexto ditatorial português¹. Poetas como Salette Tavares, Ana Hatherly, E. M. de Melo e Castro, António Aragão, Abílio-José Santos e José-Alberto Marques, pertencentes à primeira geração (anos 1960-1990), e uma segunda geração (de 1980 até aos nossos dias), com artistas como César Figueiredo, Fernando Aguiar, António Barros, António Dantas, Gabriel Rui Silva, entre outros, colocaram a literatura no centro da discussão civilizacional sobre o lugar do texto e da inscrição técnica na pesquisa e intervenção da realidade sócio histórica. A herança destes artistas permanece atual, podendo hoje, no rescaldo dos 50 anos da Revolução de Abril, ressaltar-se, não só os testemunhos e pensamento crítico que estes poetas

¹ Veja-se o seguinte testemunho de E. M. de Melo e Castro, em 1982: “Viviam-se então anos tensamente contraditórios. Por um lado, chegavam da Europa e do mundo ondas de abertura, de inovação, de protesto, em suma, de reformulação política, cultural e social, com todos os ingredientes que hoje definem para nós a década de 60 e que culminaram em Paris no Maio de 68. Por outro lado, internamente éramos dilacerados por um clima opressivo de sacrifício inútil e injusto, tanto para nós próprios como para as vítimas da política de Salazar. (...) É, pois, numa sociedade traumatizada e eivada de contradições internas que a Poesia Experimental aparece, propondo ainda mais o reforço dessas contradições e desses traumas através da desconstrução do discurso que suportava ideologicamente essa sociedade” (Melo e Castro, 1980: 82).

produziram, em particular, sobre o tempo histórico da Revolução de 1974, como as propostas teórico-estéticas que legaram. Neste texto, recordam-se algumas destas lições que, dialogando, em particular, com aquele período, contribuem, também, para uma teorização praxiológica do texto poético. A análise parte da seguinte hipótese: que projetos de reflexão-ação sobre o 25 de Abril de 1974 apresentam, em concreto, obras e intervenções de E. M. de Melo e Castro, Ana Hatherly, António Aragão, Salette Tavares e António Barros produzidas durante ou sobre aquele período, e de que modo a amplitude inovadora das suas teorias contribui, hoje, para inteligir, de modo crítico, a revolução democrática portuguesa e o papel da literatura e arte neste âmbito? A resposta à hipótese levantada é elencada, por autor, nos subcapítulos seguintes, privilegiando-se uma leitura analítica que, tendo em consideração outros estudos produzidos nesta ótica (Maduro, 2019; Torres, 2008), se foca na verificação de pressupostos teórico-estéticos avançados pelos próprios poetas sobre as dimensões pragmáticas e performativas do texto na relação com o tempo, espaço e agentes da Revolução de 1974.

LIÇÃO N.º 1: “NÃO HÁ SINAIS INOCENTES” (E. M. DE MELO E CASTRO)

“Não há sinais inocentes” é o título de uma operação estética levada a cabo por E. M. de Melo e Castro para o encontro “Alternativa Zero”, organizado por Ernesto de Sousa em 1977 na Galeria Nacional de Arte Moderna de Belém (GNAMB), em Lisboa. A ação é representativa dos princípios que nortearam a intervenção da PO-EX no contexto pré e pós-revolucionário. A mesma não foi anunciada e consistiu na distribuição, no dia da inauguração, pela sala da galeria, de um conjunto de trinta sinais de trânsito brancos, em madeira, com cerca de 1,80 metros. Em seguida, o público foi convidado a intervencionar este material, como o autor relata:

Carreguei na campanha: plim, plim, plim, plim, plim! “Atenção!”. Estava a salinha cheia de gente. Então: “plim, plim, plim, plim, plim, uma performance que eu vou aqui fazer, mas quem vai fazer a performance são vocês.

Têm aqui trinta sinais: dez triangulares, dez circulares, dez quadrados, de branco. Têm aqui tintas, agora pintem à vontade.” E fui-me embora, só lá apareci no dia seguinte.

(E. M. de Melo e Castro, comunicação pessoal, 2012)

O convite à participação e inscrição livre nestes sinais coincide com o programa desenvolvido por este poeta nas diversas teorizações que realizou sobre a relação entre texto e forma, marcadas, neste período de intensa atividade política, por uma ancoragem diretiva que incita à reflexão e ação por intermédio da escrita e fala. É nesta linha que o autor relembra que “Ler não é soletrar mas encontrar os significados dos sinais” (Fernandes et al., 1974). O mesmo se aplica à escrita, como no convite que é feito na intervenção de 1977, e que pode ser resumido nos mesmos termos: escrever não é soletrar mas reinscrever os significados dos sinais. Este é o princípio subjacente, também, ao ensaio “Pode-se escrever com isto”, que o autor publica na revista *Colóquio/Artes*, ainda em 1974, e que inicia assim:

Uma superfície e um objecto qualquer capaz de feri-la e de marcá-la. É tudo o que é preciso. Escrever não é mesmo outra coisa. E pode-se escrever com isto e com aquilo. A ferida deixada na superfície lisa é uma marca, um sinal, uma letra, indício (– pegada? – detrito?) de alguém que feriu a superfície lisa com “aquilo”. De que se pode escrever com “isto”. Um gesto, uma intenção, uma mensagem que se deixa fixada na ferida da parede.

(Melo e Castro, 1977b: 48)

Neste texto, Melo e Castro analisa a explosão visual patente na vandalização criativa dos *slogans* e mensagens políticas que, entre 1974 e 1976, tomaram de assalto o espaço urbano português, nomeadamente cartazes, pinturas coletivas em muros e paredes, sinais de trânsito, bandeiras, estandartes, dísticos, entre outros. O espetáculo é lido, pelo autor, como manifestação popular de liberdade que se insurge contra o “estado de coisas”, desenhando e explorando gramáticas do texto visual. Afirma: “a explosão do visualismo em Portugal é (...) uma consequência imediata da necessidade de afirmação

individual e que daí se passa para a manifestação da vontade colectiva de vastos grupos” (Melo e Castro, 1977b: 49). O poeta aproveita o exemplo para sublinhar a importância de reaprender a ler e escrever criticamente os sinais enquanto manifestações potenciais de sentido, forças geradoras de inventividade e abertura.

Esta tese foi apresentada e desenvolvida em diferentes contextos por E. M. de Melo e Castro, em poemas, performances, comícios, programas de televisão, ou textos teóricos, de que há a destacar o artigo “A revolução da linguagem e a linguagem da revolução”, publicado no jornal *Expresso* a 1/6/1974, onde o autor, em pleno período revolucionário em curso (PREC) apelava ao “Terrorismo do Signo”, à “Subversão do Símbolo e da Sintaxe” e à “Guerrilha da Semântica” (Melo e Castro, 1977a: 15).

Num dos seus trabalhos mais icónicos, “Música Negativa” (1977) (Sousa e Ribeiro, 2004: 122), E. M. de Melo e Castro propõe uma lição de silêncio – isto é, de escuta abrupta dos sinais. A performance foi apresentada no *happening* “Concerto e Audição Pictórica”, que teve lugar em 1965 na Galeria Divulgação, tendo sido também, mais tarde, filmada e documentada por Ana Hatherly. A peça consiste na percussão silenciosa de três instrumentos em três movimentos distintos e alternados: percutir no ar, agitar no ar e percutir pousado. Na pauta criada para o efeito, o título é reformulado para “peça 59 música negativa ou poema”, acrescentando-se as seguintes indicações cénicas: os três instrumentos são representados por três letras, A, B e C, e os três movimentos, respetivamente, por um quadrado, um triângulo e um círculo, podendo estes ser substituídos por três ações alternativas: “procurar uns olhos em plena rua”, “estar definitivamente só” e “a inquietação”. Os modos de percutir podem também ser substituídos por “3 caminhos de procura”. No registo videográfico de 1977², que inicia com a indicação “este filme é sonoro”, o autor percutiu um chocalho sem badalo, incitando a escuta criativa. O convite é, pois, para que, como em “Não há sinais inocentes”, o leitor participe: escutando, o grito

² Disponível em <https://po-ex.net/taxonomia/materialidades/videograficas/e-m-de-melocastro-musica-negativa/>.

censurado, e relendo os sinais, também do corpo que percute o seu próprio ritmo e linguagem silenciosos porque não podem ser ditos.

Também em *As palavras só-lidas* (1979), livro de poemas redigido no rescaldo da Revolução de 1974, o poeta avança com um conjunto de epigramas que sintetizam os recursos revolucionários na rua, como a liberdade de expressão, a criatividade e o sentido de comunidade, propondo a releitura e apropriação das palavras monolíticas (só lidas ou sólidas como uma rocha, impenetráveis). O autor elabora assim uma teoria poética da revolução que defende com base na despragmatização do sinal. Explica:

só as letras se lêem. o que é falso. que o branco só branco nunca é branco.
e os vagos traços no bordo mais extenso são os novos sinais. leitura intensa.
que nada comunica e tudo significa? ou o papel em branco. engano de um motor.
é o sinal esperado pelo nosso esperar, é o sinal aberto do acaso maior.
(Melo e Castro, 1979: 39)

O 25 de Abril, constitui, para este poeta, a oportunidade de investigação e aprofundamento de uma noção de texto como programa, exercício de subversão que propõe numa teorização e prática poéticas que concetualizam o texto como jogo de ação e probabilidades. Dez anos mais tarde, em *Projecto: Poesia*, o poeta sintetiza, do seguinte modo, a posição da poesia experimental sobre a revolução poética proposta para o movimento político de 1974:

Para o experimental as palavras são os materiais, instrumentos e meios de comunicação, não só de si próprias, como da aventura da descoberta de novos campos semânticos. Dotando as palavras de plasticidade operacional ou seja de inventividade prática, determinar-se-ão os novos modelos linguísticos mais perto das necessidades reais de uma comunicação dinâmica.
(Melo e Castro, 1984: 41-42)

Em suma, a lição proposta por E. M. de Melo e Castro para o 25 de Abril de 1974 reside no apelo à experimentação da “máxima função inventiva” (Melo e Castro, 1984: 26) da linguagem, para que à radicalidade da proposta

política de libertação, alie, a poesia, a radicalidade estética dos sinais, força motriz na qual reside a sua natureza criadora.

LIÇÃO N.º 2: “TUDO O QUE É PROFUNDO SE REVELA À SUPERFÍCIE”³ (ANA HATHERLY)

Ana Hatherly foi, juntamente com Melo e Castro, uma das figuras mais interventivas do debate político-cultural do pós-25 de Abril. Para além da obra poética e ensaística, a autora apresentou programas de rádio e televisão, participou em debates públicos, escreveu na imprensa periódica e colaborou, ainda, com as Campanhas de Dinamização Cultural do MFA⁴. A poeta, professora e ensaísta escreveu extensamente sobre estas matérias e deixou para a posteridade diversas obras emblemáticas sobre o 25 de Abril, entre elas, as mais conhecidas, o filme experimental “Revolução” (1975) e a série “As ruas de Lisboa – Descolagens da Cidade” (1977). Neste texto, destacam-se outros trabalhos que conformam uma arquitetura de poema como ação que, intervindo a partir da gramática indicial da escrita, revela os seus interstícios.

Os três poemas visuais intitulados “A Revolução”, “Revolução” e “Revolução”, de 1975⁵, de Ana Hatherly, sugerem um emaranhado dinâmico de grafismos a preto e branco que podem ser lidos como esse “espaço essencial de imprevisão” (Hatherly, 1979: 59), o qual ensaia constelações de sentido e rutura para um tempo histórico que, ainda hoje, permanece de abertura: o 25 de Abril de 1974. A preto e branco, os quadros exploram as possibilidades assémicas da escrita que apontam para uma reescrita do espaço/tempo em convulsão. O confronto entre as dinâmicas de sentido, por seu turno, entrelaça-se para convergir na circunscrição de universos, outros, por delinear, em potência. Os três poemas visuais, no seu conjunto,

³ Hatherly, 1975a: 45.

⁴ Mais sobre esta matéria em: Dias, 2017.

⁵ Reproduzidos em *Ana Hatherly – a mão inteligente* (Hatherly, 2003), respetivamente: “A Revolução”, p. 79, “Revolução”, p. 107 e “Revolução”, p. 109.

afigram, assim, um conceito de revolução como sinal, caminho ou labirinto a percorrer, confluência, arrojo.

Esta bicromia e confronto simbólico entre o espaço em branco, metáfora possível de silêncio, vazio, respiração, e o preto, a marcação, recorte inscrito, proposição, é explorada noutros dois trabalhos representativos deste período: “poemad’entro” (1977) e “Rotura” (1977), sequência de intervenções que se relacionam entre si. O primeiro foi apresentado em “Alternativa Zero”, na GNAMB, e consistiu numa instalação a preto e branco, entre luz e sombra, de cartazes brancos rasgados e projetados em paredes pretas. O jogo de iluminação criado com recurso a holofotes velados estabelecia, de acordo com descrição da autora, a pulsação e ritmo do poema, ampliados pela participação do público que, ao entrar no “espaço contido”⁶, rasgava freneticamente os cartazes e papéis pendurados. Ana Hatherly explica:

Tratava-se evidentemente duma espécie de retrato em negativo do que se passava então à nossa volta, nesse período pós-25-de-Abril em que as paredes das ruas regorgitavam (*sic*) ainda de cartazes já meio-destruídos que repercutiam dentro de nós – rotura e decadência singularmente juntas. (...) Foi uma experiência importante, porque então ficou demonstrado que a provocação dum gesto criador pode de facto traduzir uma forma de sentir colectiva. (Hatherly, 1981: 254)

Trata-se, também, como em Melo e Castro, de colocar nas mãos da audiência a manufatura do poema, a possibilidade da sua redescoberta e sentido reatualizado no tempo e espaço da leitura, participação no enredo em curso. Como a autora explica, em *A Reinvenção da Leitura*: “a própria ilegibilidade natural da escrita, fazem agora da leitura uma forma de reinvenção que se torna obrigação cívica” (Hatherly, 1975b: 26). É a isso que esta intervenção convida: tomada de posição.

⁶ “It’s important to note that this was not a gallery space but rather a ‘container’ where the public would enter” (Carlos e Hatherly, 2018: 393).

Quanto a “Rotura”, performance que teve lugar um mês depois na Galeria Quadrum, é importante registar, como Hatherly explica mais tarde, que a própria designação “rotura” pressupõe a desintegração material de algo, por contraposição ao termo “ruptura”, que supõe uma fenda no espaço (Carlos e Hatherly, 2018: 80-81). Para esta ação, a poeta pendurou, dispondo, agora, labirinticamente – ao invés de em espaço contido, como no poema anterior, pelo que a participação nesta instalação-poema pressupunha, desde logo, a escolha deliberada de um caminho de leitura –, 13 painéis em papel de cenário branco com as dimensões de 1,20 x 2,20m suspensos em caixilhos de alumínio. A poeta-performer entrou em cena ao princípio da noite, irrompendo por entre a moldura humana vestida com um fato de operária – umas calças escuras, uma camisa aos quadrados dependuradas por fora e uma boina de artista – e empunhando um cesto com diferentes objetos cortantes e uma escada.

A performance foi registada por duas equipas de filmagens: uma equipa da RTP (Elyseu, 1977) e uma equipa de alunos de Hatherly, com realização da própria⁷. O aparato mediático contribuiu para a solenidade do ritual, que consistiu na dilaceração violenta dos painéis expostos com os artefactos cortantes que a poeta transportava consigo, movendo-se por entre o labirinto com as escadas na mão, subindo e descendo-as para rasgar os painéis. Também aqui o jogo de luzes realça o combate entre o material de escrita, a tela, folhas de espessura média, e o arremesso da força corporal que luta para escrever, inscrever-se na superfície opaca, densa, cuja perfuração requer o investimento total do corpo da artista. A própria confessa, inclusive, ter-se sentido exausta após a performance pela enorme violência requerida e provocada pelo ato⁸.

No final, enquanto a artista se retira de cena, os painéis jazem esventrados, dependurados ou espalhados pelo chão, exibindo as diferentes configurações do talhe – cortes retos, em relevo, camadas, janela ou mesmo serrilhados.

⁷ Este estudo baseia-se em ambos os registos.

⁸ “At the end, I was exhausted. It was a big effort. There was a lot of violence. I emitted violence but there was also violence directed towards me. One notes that I am fighting with the material and myself. That’s what this performance is really about” (Carlos e Hatherly, 2018: 394).

A configuração, profundidade e extensão destas incisões podem ser lidas como o aparato da lacuna que é preciso descerrar no sistema de linguagem, resultado da experimentação plena do lugar de sentido. Já a violência latente neste gesto performativo de Ana Hatherly traduz a urgência de um tempo em convulsão sobre o qual a autora convida continuamente, nos seus trabalhos, a agir criticamente. Como Hatherly explica: “*Rotura* came at a special historical moment, with a particular atmosphere. That atmosphere inspired the possibility to shout. *Rotura* is a very loud scream.” (Carlos e Hatherly, 2018: 395).

Tanto esta performance como a instalação anterior podem ser lidas como experiências de rasura do sistema, procurando evidenciar, trazer à superfície, à vista e ao uso, as possibilidades inesgotáveis da linguagem enquanto gramática infinita (Chomsky). À saturação sistémica dos modelos de discurso, a autora responde com a criação de um espaço de silêncio, reinscrição do poema como “centro de energia” vivencial, na linha de Pierre Garnier (Hatherly, 1975b: 24), espaço de significação em potência e que é preciso ocupar com todo o corpo, conforme explicita:

Dentro do sistema da linguagem o desconhecido é igual ao potencial, ao ainda não formulado mas implícito na capacidade do sistema. O silêncio – a ausência, o vazio – é parte integrante do potencial combinatório do sistema, aponta para ele. Por isso nele reside tanto a força criadora como a grande força destruidora do sistema. (Hatherly, 1983: 82)

LIÇÃO N.º 3: “OUSAR É MAIS IMPORTANTE DO QUE USAR” (ANTÓNIO ARAGÃO)

Mais discreto no panorama mediático-cívico, António Aragão produziu, neste período, textos programáticos de intensa virulência interventiva. Datam de Abril de 1974 os seguintes poemas: “Lisboa (à noite)” e “Metamorfose e Revolução”. Estes escritos denunciam o ambiente de saturação e contradição intuído, desde logo, pelo poeta. Pergunta-se, no segundo poema: “Será que o poeta sabe de mais / e isso acorda a violência na fome dos ventres / e a proibição dos outros contra a liberdade?” (Aragão, 2021: 244). O texto é composto pela enumeração de seis perguntas que refletem sobre o ofício do poeta, o seu papel e missão

perante a mudança eminente, questionando-se acerca de um “canto da verdade” que é já amargo. No primeiro poema, escreve, no final:

e ainda dissemos e tentámos a bandeira para cada dia
mas já sem haver o cuspo o muro o fogo
nem o sítio crescido de poder ser falado
e sabíamos que não faltava a maneira de tudo se perder
muito antes ainda de tudo estar perdido
(Aragão, 2021: 243)

Aragão situa-se do lado da perda, anunciando a contínua necessidade de alerta – “Será que o poeta descobre o ofício / de ver mais perto o país interdito / e acende a lâmpada sobre o calor das cabeças?” (Aragão, 2021: 244). Este ofício não começa nem cessa com o 25 de Abril de 1974. “Poema vermelho e branco” foi escrito em 1971, no Funchal, e consiste num poema desdobrável dentro de um envelope em formato quadrangular com um círculo recortado ao centro. Deste, observa-se o interior do poema, composto por abas combináveis em sequências a duas cores, branco e vermelho, de um e outro lado do decomponível. A conotação revolucionária das cores é evidente, associada que está às seguintes instruções, na capa do poema (o envelope): “o significado está no que não se deseja nem pretende”, “este poema não serve para uso nem para consumo”, “ousar é mais importante do que usar”. Em suma: o poeta convida a usar o poema, a descodificar as combinações cromáticas de sentido, a ousar a descoberta do que não serve – no sentido utilitário – mas que consubstancia a evidência de um sentido revelado nesse descarte. Este poema-objeto é o segundo de uma série de dois, entrelaçando-se o seu conteúdo programático com o artefacto que se lhe antecede: “poema azul e branco”⁹, do ano anterior, cuja conotação conservadora é, por

⁹ Consultaram-se as versões destes poemas disponíveis no arquivo *po-ex.net*: <https://po-ex.net/taxonomia/materialidades/tridimensionais/antonio-aragao-poema-vermelho-e-branco/> e <https://po-ex.net/taxonomia/materialidades/tridimensionais/antonio-aragao-poema-azul-e-branco/>.

contraposição, igualmente óbvia. As instruções são as seguintes, para este objeto: “a forma activa mais a cor é a expressão do poema”, “‘ler’ o poema é simplesmente dobrar e desdobrar”, “a carga semântica é despersonalizada a qualquer nível da construção – emoção”. Neste trabalho, o modo de uso chama a atenção para a necessidade de manobrar a forma para ler o poema, isto é, de descodificá-lo de acordo com a combinatória selecionada pelo usuário. Por outro lado, chama-se a atenção para a proeminência da forma na consecução do sentido, sendo o “leitor” convidado a explorar a materialidade do texto: uma superfície branca e azul, de cada lado, cuja dobragem, variável, permite múltiplos efeitos geométricos, logo, pontos de vista, perspectivas. A destituição de sentimento do poema assenta numa focagem analítica que se baseia nos princípios da experimentação e invento, ou seja, propiciando, como explica Aragão, esse “imperecível acto de descoberta, esse imaginar a que o homem se dá, se oferece e resolve, [que] surge sempre sem dúvida, sob a forma de arte, como uma interpretação da natureza transfigurada em objecto possível de definição” (Aragão, 1987: 102). Tudo está contido nas possibilidades, sendo a perda o que conduz à necessidade da própria voz, à sua restituição, à capacidade de continuamente reinventar.

Isso mesmo constitui o tema do poema “Povo/Ovo” (1977), poema-metamorfose que constitui o trabalho mais relevante do autor sobre Abril de 1974. Um seu estudo já foi realizado (Dias, 2022) mas uma leitura atenta continua a suscitar releituras. Desde logo, a evidente relação que é possível estabelecer entre este texto e o cartaz de Marcelino Vespeira criado para a Comissão Central de Dinamização Cultural e Ação Cívica do Movimento das Forças Armadas (MFA) para a Comissão Nacional de Eleições de 1975. Neste, pode ver-se um “tabuleiro de xadrez”, a várias cores – preto, branco, verde e vermelho – recortado sobre fundo branco. As palavras “povo”, “ovo” e “voto” são distribuídas pelas diferentes “casas” do “tabuleiro”, correspondendo a sua distribuição a várias possibilidades combinatórias dos grafemas. Note-se que apenas a letra “v”, de voto, e “p”, de povo, surgem grafadas a vermelho, variando as restantes entre o preto e o branco. A palavra “voto” surge destacada através da combinação cromática no seu todo, que circunscreve um quadrado no canto superior esquerdo do “tabuleiro” onde

os termos “povo” e “voto” são escritos de trás para a frente e de frente para trás, de forma intercalada, relacionando os dois eixos principais do jogo que apenas se “ganha”, se um e outro, o voto e o povo, se articularem entre si. Com efeito, é essa a missiva do cartaz, cuja proposição é a de que a escolha democrática se joga na escolha certa entre povo e voto, anunciada, aliás, de forma explícita na faixa inferior do poster, onde se pode ler: “Não faças o jogo da reacção vota pela revolução”¹⁰.

Também o poema “Povo/Ovo”, de António Aragão, explora as relações de proximidade fonética entre povo e voto, colocando-se, porém, a tónica nos três fonemas que ambas as palavras partilham, /o/, /v/ e /u/ ou os dois grafemas, [o] e [v], ou um seu palíndromo, isto é, ovo. A relação com o poema de Augusto de Campos, “ovo novo” também é evidente, que, por sua vez, retoma o poema figurativo de Símias de Rodes, de cerca 300 a.C. Como o poema de Campos refere, “[o] ovo [é um] novo (...) dentro do centro” (Campos et al., 2014: 185). O ovo, como a linguagem, é o que permite nomear, é o que permite começar, conhecer, compreender, criar. Continuidade, circularidade constituem, pois, palavras-chave deste poema, princípio presente, também, na sua metamorfose material, em diferentes modalidades: poema sonoro, performance, poema visual e instalação¹¹. Esta diversidade está em consonância com a circularidade contida no palíndromo, núcleo do poema, que sucessivamente se desdobra, também, na diversidade de leituras possíveis que convoca, por si só, ou na relação mais estreita com o cartaz de Vespeira e o seu tempo histórico: é o voto que permite a continuidade do povo, dando-lhe voz; o voto do povo é o ovo do povo, isto é, com que tudo começa, o novo; o povo, como o ovo, é o princípio de tudo, de novo. Ou como num outro poema visual do autor, “istória: OU ou OU”, de *Mais exactamente p(r)o(bl)emas* (1968), e que consiste numa sequência interminável gerada, concetual e formalmente, por intermédio da articulação circular da conjunção “ou”, em que o movimento é assinalado por um fluxograma de setas onduladas em

¹⁰ Consultado em: <https://imprensanacional.pt/history/povo-voto-voto-povo/>.

¹¹ Mais em: Dias, 2022.

seu torno e que, rodando sobre si, avançam no espaço do poema mas sempre retornam ao seu início. Como o poema que se ousa e se encontra, enredando caminhos. Escreve, António Aragão, em “poesia encontrada”:

não há dúvida que uma poesia por essência do acaso e do encontro fortuito rodeia-nos aumentada por todos os lados das horas e dos espaços.

é uma poesia que, tirada do dia a dia de todos os dias, chega-se ao viver ajustado do tempo e das modificações acidentais e essenciais, descobre-se no imprevisível dos olhos e reinventa-se no sítio exacto da imaginação.

o que interessa é ela própria, a sua provocação e testemunho.

(Aragão, 2021: 97)

LIÇÃO N.º 4: “QUEREMOS SER AEDOS E TROVADORES. É OUTRO TEMPO.” (SALETTE TAVARES)

Salette Tavares escreveu *O Livro do Corpo* entre 1974 e 1977. Neste, figura um poema de 26/09/1974 intitulado “Xaimite”, que inicia com a estrofe seguinte: “Renasce voz / agora que é outro mar / e este ‘fulgor de terra’ / te fez voltar / rasgado pela luz dos serões velas” (Tavares, 2022: 676). *Lex Icon*, último livro publicado pela autora antes do 25 de Abril, por seu turno, abre com o texto “As Lições”, a primeira das quais: “Ensinaram-me a falar / aprendi a escrever. / Ensinaram-me a escrever / aprendi a falar” (Tavares, 2022: 511). Para além de poeta, Salette Tavares foi, também, professora de diferentes níveis de ensino, revelando, a sua obra, evidentes inclinações didáticas. É este, aliás, o tema da sua comunicação no *I Congresso de Escritores Portugueses* de 1975, no qual apresentou a comunicação intitulada: “Voz (vós?)”. A proposta, redigida em clave paródico-performativa, versa sobre a necessidade de criação de um novo partido político: o partido dos não surdos que devolverá, ao povo, a voz, a fala, mote e condição necessária para a revolução social e cultural do país. Avança:

Nós depois do 25 de Abril, reivindicamos o som, reivindicamos a voz da palavra. Abaixo os surdos, saneamento dos surdos. Dêem-nos a Liberdade do Melhor, lutemos contra a falsa democracia que eles impingiam

exigindo o fácil para o Zé Povinho. (...) Demos tudo o que é melhor, sem censuras internas, sem falsos cuidados, tudo inteiro, palavras com som, a letra como som que representa, ou só o som. Som sem letra já chega. É a hora. Dêem-nos a TV. Queremos ser aedos e trovadores. É outro tempo! (Tavares, 1980: 30)

Em intertextualidade com o poema “Nevoeiro”, de Fernando Pessoa (Pessoa, 1986: 123), nomeadamente o verso final “É a hora!”, a poeta lança o grito de ordem contra o ensurdecimento e afasia – o “nevoeiro” – vividos neste período, e que remetem, não só, para a cacofonia generalizada de um país em revolução, como para a necessidade de repensar os modelos de alfabetização propostos pelas Campanhas de Alfabetização do Movimento das Forças Armadas. Tavares defende uma pedagogia da linguagem ancorada na sua dimensão primária, o som e a voz, tema sobre o qual a autora também escreveu e produziu reflexão (veja-se Dias, 2023). Esta tese é desenvolvida na apresentação que fez, depois, no *II Congresso de Escritores Portugueses*, em 1982, intitulada “Silêncio”, e onde Tavares recorda a sua infância e a descoberta mágica do som:

Tudo passou a ser música quando o som e o silêncio se combinavam. E a palavra, encontrada já então em várias línguas e pronúncias, começou ao mesmo tempo para mim como som e como letra.

(...)

Cantar é talvez a utilização máxima do órgão complexo que em cada um de nós é o instrumento da musicalidade da palavra. Porque a palavra é sempre som, e os grandes rios linguísticos que percorrem o mundo tiveram seu corpo milénios antes da escrita.

(Tavares, 1982: 101-102)

A lição de Salette Tavares para o 25 de Abril reside na defesa da natureza intrinsecamente vocal e musical da fala humana, da sua libertação e reconexão aos ritmos naturais da terra e do corpo. Veja-se “Poema”, de *Quadrada* (1959-1969): “Na terra regada / procuro a palavra / aberta fechada / matéria formada”

(Tavares, 2022: 291), ou “Barro Berro”: “De poder acreditar forjei o barro / para o Canto Igual em que me quero”, terminando assim: “De instinto porta aberta dou passagem / ao gesto da palavra feita estrada / e no breve meu querer à mão empresto / contorno que me veste seiva e lava” (Tavares, 2022: 294-295).

Neste seu “programa educativo” cabe, também, a criação de um alfabeto visual-sonoro, intitulado “Alfabeto” e que consiste na disposição das diferentes letras do alfabeto em claves de sol e dó. Para além da conversão do alfabeto em notação musical, Tavares acrescenta, ainda, para cada consoante e vogal, o respetivo termo de nomeação convencionado, “á”, “bê”, “cê”, etc. Neste detalhe, lê-se uma crítica mais explícita aos métodos de ensino da escrita e da leitura, propondo-se, com este poema-manifesto, que se devolva às “palavrinhas letrinhas muito correntinhas” (Tavares, 1980: 30) o seu canto e voz. Em “Brincando, brincando”, texto que antecede o alfabeto sonoro, a poeta insta mesmo o Ministro da Educação a proibir esta metodologia de ensino que associa o som das letras a expressões escritas (Tavares, 1985: 60). Fá-lo, todavia, em tom provocatório, num diálogo que estabelece com uma interlocutora imaginária a que chama “Senhora Poesia Visiva dos Anos 80” que interpela, para que fale, já que perdeu a voz. A conversa termina em jeito de prece, com uma litania cantada em latim e dirigida a todas as plantas mencionadas n’*Os Lusíadas* de Luís de Camões, a quem se roga: “ora pro nobis”.

O carácter didático-interventivo da obra de Salette Tavares está bem explícito, ainda, em “Sou Toura Petra”, aula-performance que teve lugar a seguir ao 25 de Abril, entre novembro de 1974 e fevereiro de 1975, na escola Ar.Co, onde a autora lecionou. O estudo desta intervenção já foi realizado (Cardoso, 2024; Dias, 2023), sistematizando-se, neste texto, a relação com a lição que aqui se vem explanando. Nesta aula-performance, a professora, “Sou toura”, apresenta-se com vestes negras e dois cravos vermelhos no chapéu, igualmente preto. A simbologia do contraste entre luto e flor, cravos, celebração, alude à necessidade de continuar a “arrancar as ervas democráticas da preguiça” (Tavares, 1974), como refere em carta preparatória enviada à filha, Salette Brandão. Por isso, a autora concebe uma aula, dividida em três momentos, três dias, e diversas tarefas: discussão teórica, dentro da sala, e atividades no jardim da escola, ao ar livre.

Na primeira aula, no interior, discorre-se sobre conceitos de estética baseados na obra de P. Klee, apresentando-se variações crítico-paródicas de diversas histórias tradicionais, entre elas, da Gata Borralheira e do Capuchinho Vermelho. A tradição oral é aqui recuperada com o intuito de analisar e discutir criticamente conotações arquetípicas relacionadas com temas universais, como as relações de poder, a jornada do herói/heroína, a luta entre bem e mal, transformação e metamorfose, o amor impossível, desafio do *statu quo*, entre outros. Destaque-se o diálogo estabelecido entre a professora e os seus alunos que, a partir de um conjunto de questões colocadas pela “sou toura”, discutem, por escrito, aspetos relacionados com estes temas e outros, propostas que revelam o carácter didático e desconstrutivo que a poeta procurou imprimir à discussão. Esta preparação teórica foi complementada por um conjunto de atividades ao ar livre, entre elas, a encenação de uma ópera de Maurice Ravel e tarefas várias de jardinagem, seguidas de piquenique, jogos tradicionais e convívio entre a turma. Esta rutura do quotidiano por intermédio de jogos e exercícios rituais de potencial transformador (Huizinga, 2003; Schechner, 1994; Turner, 1982) pode ser lida como instrução para o exercício da liberdade e criatividade, reencontro com a voz própria, atitude e interpelação crítica dos tempos que então se viviam. É na voz do corpo que tudo começa, na sua capacidade de se escutar e escutar o mundo. A literacia da voz – embora a ela não se resuma – foi, pois, um dos principais legados da obra de Salette Tavares para o 25 de Abril de 1974.

LIÇÃO N.º 5: MAIS CRAVOS (NEGROS?) OU EPÍLOGO PARA O 25 DE ABRIL (ANTÓNIO BARROS)

António Barros pertence à segunda geração experimental e as suas obras constituem uma “ante-câmara” da Revolução de 1974 que tem devolvido um seu negativo a preto e branco. A produção do autor é particularmente prolífica nos últimos anos, sendo o 25 de Abril um dos seus principais pretextos de reflexão crítica. A estética de Barros enquadra-se no movimento Fluxus, propondo-se ações e instalações que combinam texto, matéria orgânica intervencionada, artes gráficas, escultura e meios técnicos que cruzam, em leitura política, arte e vida. As suas obras mais paradigmáticas a este respeito continuam, no entanto,

a ser, “Escravos” (1977) e “Revolução” (1977)¹², instalações-performance que permitem, ainda hoje, medir “a temperatura” da revolução no ar dos tempos. São primordiais e atemporais, também por isso. Daí o seu poder evocativo.

“Escravos” é um painel visual e foi inicialmente concebido para uma ação no Círculo de Artes Plásticas de Coimbra (CAPC) em abril de 1977. O poema é composto por uma sequência de 24 versos, ao longo dos quais se repete a palavra única que dá nome ao texto: escravos. As letras, pretas, são dispostas em fundo branco. A sucessão dos diferentes, mas iguais, versos é acompanhada de uma rarefação progressiva da primeira sílaba, es-, estratégia que coloca em evidência, sensivelmente a meio do poema, a sequência contida na palavra principal: -cravos. Repare-se que se trata de cravos negros, e não vermelhos, o que sugere, desde logo, a matriz enlutada deste trabalho. Note-se, contudo, que entre a palavra “escravos” e “cravos” não existe uma relação de derivação morfológica, contendo ambas radicais lexicais distintos. Este aspeto torna o poema assaz acutilante, por chamar a atenção para a proximidade, não morfológica, mas histórica, entre estes dois universos nominativos aparentemente diferenciados: os cravos, flores, e os escravos, força trabalhadora privada de liberdade e autonomia, jogo de palavras com que se desafia o leitor a inferir ligações. Entre as diferentes possibilidades de leitura do poema encontram-se as seguintes: os cravos já não são cravos mas ex-cravos, que deixaram de o ser e por isso são negros; cravos são flores para os escravos que morreram, continuam a morrer pela revolução, pela democracia; os cravos jogam-se sobre a terra quando o que estava vivo, morre – quem morreu? O que morreu? Cravo é ainda, do ponto de vista morfológico, um verbo, forma flexionada do verbo “cravar” conjugado na primeira pessoa do presente do indicativo. Cravo pode, pois, ainda ser lido como aquilo ou aquele que crava, palavras, balas, sinais, alertas para o que não podemos esquecer e que também escrevem, ditam o devir da história.

¹² Consultaram-se as reproduções disponíveis no arquivo *po-ex.net*: <https://po-ex.net/taxonomia/materialidades/tridimensionais/antonio-barros-revolucao/> e <https://po-ex.net/taxonomia/materialidades/planograficas/antonio-barros-escravos/>.

“Revolução” (1977) segue o mesmo paradigma compositivo, mas há várias diferenças a assinalar: as letras são brancas sobre fundo negro, adensando a moldura formal e semântica do texto, a tela é mais comprida, estendendo-se invariavelmente como tapete que pode ser, ora pisado, usado, ora apreciado, venerado, e o jogo de palavras mais sofisticado. O apagamento gradual de letras e sons dá origem à variação entre quatro termos: revolução, evolução, resolução, solução. Como António Barros lembra no catálogo da exposição itinerante “Poemografias”, de 1985: “Todos os poemas são oratória” (Barros *apud* Aguiar e Pestana, 1985: 12). Assim também este trabalho pode ser visto como canção, oração, ladainha que se estende indefinidamente no tempo e no espaço, lembrando que tudo está sempre a recomeçar – todos os versos do poema iniciam com o morfema re-, que entre outros, significa repetição. Por outro lado, indica também o movimento de retrocesso, voltar atrás, o que, no contexto deste poema, pode adquirir uma conotação dupla: por um lado, apontando-se a necessidade de voltar atrás e não perder de vista o rasto, significado histórico do impulso inicial da revolução, e, por outro, o perigo de se retroceder no tempo, regredindo na conquista política e civilizacional alcançada. Para que tal não aconteça, o poeta sugere um entendimento do termo e significado “revolução” como “resolução”, compromisso que se assume e para o qual se contribui, pelo qual se vela, pelo qual se age, individual e coletivamente. Por outro lado, os antagonismos ainda em curso, percebidos como evolução natural do curso histórico, requerem uma solução, pronta, que é a da determinação pelos ideais desta revolução, ou seja, pela revolução em si, que não se esgota, mas, sim, varia em graus de premência e intensidade. Por fim, o morfema re- pode ainda ser lido como estratégia discursiva de intensificação da urgência de uma mensagem que se apresenta cada vez mais perentória, à medida que o tempo avança e apaga, rarefaz, como nas letras do poema, a liberdade conquistada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os poetas experimentais portugueses ocuparam as “trincheiras” da revolução de 1974. Estes artistas atuaram nas margens para, desde o centro, pugnar por

um lugar da literatura nesta história. Escrito, dito, falado, desenhado, o poema é concebido, por estes artistas, como ato performativo que interfere, dá a ver, nomeia, convida a atuar, transforma. Na era da algoritmização avançada, cujas consequências civilizacionais estão ainda, em larga medida, por conhecer, eis, como estas lições poéticas sobre o 25 de Abril, emergem, 50 anos depois, mais atuais e urgentes do que nunca.

BIBLIOGRAFIA

- Aguiar, Fernando e Pestana, Silvestre (Eds.) (1985). *Poemografias – Exposição Itinerante de Poesia Visual*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Aragão, António (1987). Tecnologia, arte e sociedade. In F. Aguiar (Ed.), *1o Festival Internacional de Poesia Viva* (145-151). Figueira da Foz: Museu Municipal Doutor Santos Rocha.
- (2021). *Obra (Re)Encontrada*. Ed. R. M. Ribeiro, R. Torres, e B. Ministro. Lisboa: Edições do Saguão.
- Campos, Augusto de; Pignatari, Décio e Campos, Haroldo de (2014). *Teoria da Poesia Concreta: Textos Críticos 1950-1960*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- Cardoso, Inês (2024). *Resistência e (in)consumibilidade nas poepráticas de Salette Tavares e António Aragão*. Tese de Doutoramento. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Carlos, Isabel e Hatherly, Ana (2018). Conversation between Ana Hatherly and Isabel Carlos on Rotura. Trad. T. Maier. *OEI Magazine*, 80-81, 393-398.
- Dias, Sandra Guerreiro (2017). Poesia e Corpo, em Ana Hatherly. *Plural Pluriel – Revue des Cultures de Langue Portugaise*, 16, 1-16.
- (2022). Um buraco no ovo: Problemáticas da linguagem em António Aragão. *Translocal*, 4, 86-105. <https://doi.org/DOI: 10.34640/universidademadeira2022dias>
- (2023). «O corpo é um objeto inteiramente desejável»: Pedagogia e poesia, em Salette Tavares. *Revista 2i: Estudos de Identidade e Intermedialidade*, 5, 8, 113-130. <https://doi.org/10.21814/2i.5213>
- Elyseu, José (Diretor). (1977, junho 17). Demarcações do Gesto [Transmissão]. RTP. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/demarcacoes-do-gesto/>
- Fernandes, Sebastião; Torquato, António e Mendes, João (Diretores) (1974). Encontro com E. M. de Melo e Castro, colaboração de Ernesto de Sousa [Gravação de vídeo]. Galeria Buchholz. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/e-m-de-melo-e-castro/>

- Hatherly, Ana (1975a). *63 Tisanas (40-102)*. Lisboa: Moraes Editores.
- (1975b). *A reinvenção da leitura*. Lisboa: Editorial Futura.
- (1979). *O espaço crítico – Do simbolismo à vanguarda*. Lisboa: Editorial Caminho.
- (1981). Texto (inédito) acerca de «Rotura», que surge na sequência de «poema d'entro» na «alternativa zero». In A. Hatherly e E. M. de Melo e Castro, *PO.EX: textos teóricos e documentos da poesia experimental portuguesa (253-255)*. Lisboa: Moraes Editores.
- (1983). Notas para uma teoria do poema-ensaio. In A. Hatherly (Ed.), *O Cisne Intacto (77-83)*. Porto: Limiar.
- (com Abranches, A.) (2003). *A Mão Inteligente*. Lisboa: Quimera.
- Huizinga, John (2003). *Homo-ludens: Um estudo sobre o elemento lúdico da cultura*. Trad. V. Antunes. Edições 70.
- Maduro, Daniela Cortês (2919). Entre literatura e revolução: A poesia experimental portuguesa. *Colóquio/Letras*, 202, 160-170.
- Melo e Castro, Ernesto Manuel de (1977a). A revolução da linguagem e a linguagem da revolução. In *In-Novar (13-19)*. Lisboa: Plátano Editora.
- (1977b). Pode-se escrever com isto. *Colóquio Artes, Separata*, 32, 48-61.
- (1979). *As palavras só-lidas*. Lisboa: Livros Horizonte.
- (1980). *As vanguardas na poesia portuguesa do séc. XX*. Amadora: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- (1984). *Projecto: Poesia*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- (2012). Entrevista de Sandra Guerreiro Dias a E. M. de Melo e Castro no Hotel Tryp [transcrição] (S. G. Dias) [Inédito].
- Pessoa, Fernando (1986). *Mensagem e outros poemas afins*. Ed. António Quadros. Mem Martins: Europa-América.
- Schechner, Richard (1994). Ritual and Performance. In T. Ingold (Ed.), *Companion Encyclopedia of Anthropology (613-647)*. Londres: Routledge.
- Sousa, Carlos Mendes de e Ribeiro, Eunice (Eds.) (2004). *Antologia da Poesia Experimental Portuguesa*. Coimbra: Angelus Novus.
- Tavares, Salette (1974). [Carta manuscrita de Salette Tavares de 11 de novembro de 1974].
- (1980). Voz (vós?). In E. M. de Melo e Castro (Ed.), *PO.EX.80: Exposição de Poesia Experimental Portuguesa (28-30)*. Lisboa: Galeria Nacional de Arte Moderna de Belém.
- (1982). Silêncio. In APE (Ed.), *II Congresso de escritores portugueses (101-103)*. Lisboa: Dom Quixote.

- (1985). Brincando brincando: Texto teórico sobre as perspectivas da poesia visual para os anos oitenta. In Fernando Aguiar e Silvestre Pestana (Eds.), *Poemografias: Perspectivas da poesia visual portuguesa* (57-69). Lisboa: Ulmeiro.
- (2022). *Obra poética 1957-1994*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Torres, Rui (2008). Poetics and Politics of the Portuguese Experimental Poetry. In R. Torres (Ed.), *CD-ROM da PO.EX: Poesia Experimental Portuguesa - Cadernos e Catálogos*, vol. 1 (9-19).
- Turner, Victor (1982). *From Ritual to Theatre: The Human Seriousness of Play*. Performing Arts Journal Publications.

MÁRIO CESARINY. “A
LIBERDADE AGITA, ACELERA,
AFECTA, NÃO NASCE, MORRE
EM INCÊNDIO”

*Mário Cesariny. Freedom stirs, accelerates,
affects, is not born, dies in flames*

MARIA BOCHICCHIO

preciseparole@hotmail.com

Universidade de Coimbra, CIEC - Centro Interuniversitário de Estudos Camoniano

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8584-2669>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-11_14

Texto recebido em / Text submitted on: 07/05/2025

Texto aprovado em / Text approved on: 29/10/2025

Biblos. Número 11, 2025 • 3.^a Série

pp. 333-343

RESUMO

Este artigo propõe a partir do verso-poema “a Liberdade agita, acelera, afecta, não nasce, morre em incêndio”, uma reflexão sobre o conceito de liberdade no processo criativo de Mário Cesariny. Propomo-nos analisar as tensões entre liberdade individual, e subversão coletiva da linguagem na sua obra, marcada por uma crítica feroz ao realismo ideológico e às normatividades políticas, tanto de esquerda quanto de direita. No contexto do surrealismo português, a liberdade surge como um gesto poético e subversivo, inseparável, não convencional, mas antes uma espécie de dismantelamento da escrita pela utilização da palavra em bruto de tal modo que se fragmenta e rarefaz desarticulando-se, a fim de criar uma desconexão discursiva. A arte poética de Mário Cesariny constitui, ao mesmo tempo, uma gramática de mediação onírica do mundo e uma afirmação radical da liberdade como inquietação, rutura e resistência aos constrangimentos sociais, culturais e ideológicos do seu tempo.

Palavras-chave: Liberdade (individual e coletiva); Mário Cesariny; surrealismo; poética da resistência; desobediência estética.

ABSTRACT

This article proposes, based on the verse-poem ‘Freedom agitates, accelerates, affects, is not born, dies in flames a reflection on the concept of freedom in the creative process of Mário Cesariny. We propose to analyse the tensions between freedom, individuality and collective subversion of language in his work, marked by a fierce critique of ideological realism and political norms, both left-wing and right-wing. In the context of Portuguese surrealism, freedom emerges as a poetic and subversive gesture, inseparable, unconventional, but rather a kind of dismantling of writing through the use of the raw word in such a way that it fragments and rarefies, disarticulating itself in order to create a discursive disconnection. Mário Cesariny’s poetic art constitutes, at the same time, a grammar of dreamlike mediation of the world and a radical affirmation of freedom as restlessness, rupture and resistance to the social, cultural and ideological constraints of his time.

Keywords: Freedom (individual and collective); surrealism; Mário Cesariny poetics of resistance; aesthetic disobedience.

Mário Cesariny nasceu em 1923, poucos meses antes da publicação em Paris do primeiro manifesto surrealista que tal como o segundo, publicado em 1930, pouca repercussão teve em Portugal, e só bastantes anos mais tarde foi objeto de atenção ativa por parte de um pequeno grupo de escritores que se declararam adeptos do programa e das proclamações neles contidos, tendo tido Mário Cesariny um papel preponderante na defesa e divulgação das ideias de Breton e dos seus companheiros. Despertando ainda jovem para a literatura e para a arte, Mário Cesariny não poderia deixar de tomar conhecimento das doutrinas e práticas neo-realistas que nos anos 30 começaram a opor-se às doutrinas e práticas modernistas e presencistas, em jornais e em revistas como *Seara Nova*, *Diabo*, *Sol Nascente*, e depois na coleção do "Novo Cancioneiro", que direta e indiretamente davam conta da gravidade dos problemas sociais ou políticos que impunha a afirmação do Estado Novo em Portugal e do fascismo e do nazismo noutros países da Europa.

Assim, não admira que os primeiros poemas, mas não só, de Mário Cesariny acusassem influências de modelos neo-realistas, como o próprio facilmente reconheceu: "A minha linguagem nos primeiros poemas era marcadamente neo-realista" (Bochicchio, 2007: 20).

Mas, não tardaria muito, já estaria a distanciar-se e a combater ironicamente, parodicamente ou humoristicamente, em textos poéticos de *Nicolau Cansado Escritor* (1945), as ideias e o estilo neo-realistas. O seu distanciamento em relação aos neo-realistas virá também a caracterizar-se pouco mais tarde por uma forte rejeição do comunismo soviético, como explica a Perfecto Cuadrado numa extensa carta inédita de 1997 sobre os primórdios do Surrealismo em Portugal, que reproduzimos

Aqui, poderás pensar que os surrealistas, portugueses, tiveram medo da cadeia e dos processos desta correlativos. Mas, ó Perfecto, na cadeia já nós estávamos, e, contrariamente aos neo-realistas, não fazíamos de uma prisão ainda maior – o cárcere – uma bandeira gloriosa para medalha futura. Pior – e é óbvio que não falo só por mim - : sabíamos, desde 1947, que tal bandeira era sobremodo para exaltação e, se possível, imediata aplicação, daquela coisa horrorosa em que o comunismo se tornou logo

a seguir à Revolução Russa. Falo dos soviets; e já antes do Stalin; desde o Lenine e até com o Trotsky.

(Cesariny, 1997: 14)

Para Mário Cesariny que evolui rapidamente a partir de coordenadas neo-realistas em direção ao Surrealismo, a poesia é uma modalidade surrealista de operar a revolução e de subverter tudo o que estiver socialmente institucionalizado. O poeta é um agente provocatório e corrosivo dessa radical proposta de transformação revolucionária. A poesia em Mário Cesariny, serve o abalo de toda a espécie de institucionalização da existência em sociedade pelo meios mais variados, do sarcasmo, da provocação e do pastiche, da grosseria, da incoerência, da recusa (por vezes apenas aparente) ou desconjuntamento dos processos herdados, à utilização destes últimos em termos completamente fora do contexto normal.

É nesta perspetiva que “Raio de Luz”, de *Nicolau Cansado Escritor* (1945: 57), incluído em *Nobilíssima Visão* (Cesariny, 1991: 57), se pode ler como uma espécie de retrato irónico dos escritores neo-realistas:

Burgueses somos nós todos
ó literatos.
Burgueses somos nós todos
ratos e gatos.

De igual forma, o poema “O Poeta Chorava” constitui também uma crítica à estética e poética presencistas e neo-realistas, capaz de as destruir com o riso de outro poeta, desta vez maiusculado (Cesariny, 1991: 7-8):

O poeta chorava
o poeta buscava-se todo
o poeta andava de pensão em pensão
comia mal tinha diarreias extenuantes

O poeta era sinceríssimo honesto total
[...]

E agora o poeta começou por rir
Rir de vós [...]

O POETA
destrói-vos

Acresce dizer que também os poetas românticos não recebem tratamento melhor em "Todos por Um" (novamente em *Nobilíssima Visão*), muito provavelmente por contraposição a uma irónica afirmação de Álvaro de Campos (Álvaro de Campos, 1944: 277): "Produtos românticos, nós todos / E se não fôssemos produtos românticos, se calhar não seríamos nada" (Cesariny, 1991: 31).

A manhã está tão triste
que os poetas românticos de Lisboa
morreram todos com certeza (...)
Oxalá que os poetas românticos do Porto
sejam compreensivos a ponto de deixarem
uma nesgazinha de cemitério florido
que é para os poetas românticos de Lisboa não terem de
recorrer à vala comum.
(Cesariny, 1991: 31)

Se isso aconteceu foi porque entretanto Mário Cesariny fora sacudido pela leitura de poetas portugueses como Cesário Verde e Fernando Pessoa / Álvaro de Campos, ou de poetas seus coetâneos, mas sobretudo pela leitura de surrealistas franceses, que recomendou a outros companheiros e que assim vieram vivificar a poesia portuguesa quando em França começavam a parecer esgotados. Os tempos e os desenvolvimentos dependeram, assim, da cultura, da vida social e da situação histórica e política das várias nações europeias. Ausente na Alemanha hitleriana e quase sem expressão na Itália fascista, o surrealismo tem bom impacto na Bélgica, em Espanha, em Inglaterra. Em Portugal, foi mais tardio. Como nos disse Cesariny, "no fim da Segunda

Guerra o surrealismo tinha acabado, mas nós achávamos que não tinha acabado e resolvemos adoptá-lo” (Cesariny, 1991: 31).

As palavras de Cesariny referiam-se a um pequeno grupo de jovens artistas que costumavam reunir-se em Lisboa no café *Herminius* e que, em 1947, chegaram a Paris para se avistarem com André Breton. O período de entre as duas guerras mundiais tinha ficado para trás. A falta de coerência e de sentido do tão perturbado mundo dessas décadas começava já a dar lugar aos esforços de reconstrução de uma Europa que tinha sido em grande parte destruída e ficara fortemente abalada nos seus próprios fundamentos civilizacionais. Mas os mimetismos artísticos e as energias criadoras regem-se por regras que transbordam das coordenadas históricas imediatas e encontram maneira de se desenvolver noutras circunstâncias epocais, sociais, políticas e culturais.

Falar de Cesariny é falar do surrealismo. Uma acusação feita ao movimento, historicamente ativo em França no período compreendido entre a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, foi a de “xenofilia”, quis torná-lo responsável por, exportando-se, contribuir do mesmo passo para uma degradação de uma arte nacional cujo primado respeitaria a França, como sustentava Apollinaire. Mas o surrealismo é o resultado de fermentos diferentes; e, não se tratando de nenhuma escola, mas antes de uma aventura da mente, disposta a pôr a própria vida em discussão, a sensibilidade surrealista instalou-se e germinou onde o terreno era mais favorável ao acolhimento da sua semente de revolta. É por este motivo que se afigura acertado afirmar que o surrealismo português chegou tarde – como, aliás, quase todas as importações intelectuais das sucessivas modernidades, descontados o futurismo e o primeiro modernismo do nosso século XX. Surgiu na segunda metade dos anos 40, num meio literário grandemente dominado pelos neo-realistas empenhados num combate por grandes transformações sociais de pendor comunista, e após vários atritos deles com os presencistas muito em especial no tocante à missão e às responsabilidades do artista na sociedade¹. E

¹ São indispensáveis os vários textos de Jorge de Sena sobre o surrealismo, postumamente reunidos em *Estudos de Literatura Portuguesa – III* (213-260). Lisboa, Edições 70, 1988.

também surgiu condicionado em larga medida pela actuação da censura (a designada "comissão do lápis azul" ou "exame prévio"), ao serviço do regime político vigente ao tempo e muito atenta à defesa intransigente da chamada moralidade pública, provavelmente por a famigerada comissão pressentir que o surrealismo pretendia subvertê-la de um modo radical.

É sintomático que, num relatório da polícia política sobre uma sessão surrealista realizada em Lisboa em maio de 1949, o chefe de brigada, quanto a Cesariny, se tenha apenas preocupado em salientar a incompreensão manifestada pelo público quanto aos poemas lidos: "Os poemas tiveram o condão, segundo auscultei na assistência, de serem compreendidos unicamente pelo autor" (Ginga, 2001: doc. 4)². É nesse quadro que se poderá entender melhor a que ponto Mário Cesariny foi, simultaneamente, um combatente da ditadura intelectual das esquerdas, a cujos exercícios Jorge de Sena viria depois a chamar de "totalitarismo da baixaza" (Lourenço, 2007: 19), e da ditadura política das direitas, recorrendo para isso a toda uma gama de recursos expressivos que podia ir dos mais subtis subentendidos até à farsa mais desabrida.

É certo que, hoje, a uma distância de perto de 70 anos, se torna muitas vezes complicado compreender o alcance de algumas formulações satíricas e irónicas. Como escreve Maria Helena da Rocha Pereira, "dentro de todos géneros literários, a sátira é o mais marcado pelos anos, ou de interesse mais efémero. Uma vez passadas ou alteradas as condições em que se originou, difícil se torna a sua exacta compreensão" (Pereira, 1950: 6). E por isso, pode acontecer tomarmos hoje como puro humor "surrealista" o que, na altura da escrita, era intencional e satiricamente orientado com um propósito de subversão, ou lermos como subversão engendrada adrede o que não passaria na época de puro divertimento surrealista. Na verdade, e num sentido sur-

² No relatório da PIDE sobre sessão do JUBA, maio de 1949, reproduzido em facsímile doc. 4 (extratexto), a informação prossegue dizendo, quanto aos poemas lidos por Cesariny: "Estas composições foram alcunhadas de desonestas e de mistificações. Um amontoado de monstruosidades assim como uma comunicação sobre o surrealismo, absolutamente incompreensível por 99% da assistência, um amontoado de palavras que só o autor deveria ter compreendido (...)".

realista, subversão era-o sempre. Nessa bi-direcionalidade, todavia, estamos perante um dos processos mais caros ao surrealismo: a sátira e o sarcasmo. Parece-nos poder-se dizer que nos seus poemas e polémicas, ele combateu tudo o que lhe parecesse uma imposição desse “realismo” estreito e dogmático, muito embora a sua escrita anterior ao *Manual de Prestidigitação* apresentasse elementos derivados do realismo (com uma forte matriz cidadina e discursiva inspirada em Álvaro de Campos e em Cesário Verde) e aparentados, no estilo e na intenção de protesto político, com os processos neo-realistas, ao mesmo tempo que nela se procurava proceder, com uma sustentada ironia, àquilo a que Cesariny chamou “reabilitação do real quotidiano”, como se vê, por exemplo, no poema XVII do *Discurso* em que pretende realizá-la (Cesariny, 2005: 95):

Eu em 1951 apanhando (discretamente) una beata (valiosa)
Num café da baixa por ser incapaz coitados deles
De escrever os meus versos sem realizar de facto
Neles, e à sua, a minha própria unidade
– Fumar, quere-se dizer
[...]

A escrita de Mário Cesariny revela-se intrinsecamente animada pela paródia, pela ironia, pelo humor mais corrosivo e cáustico, muitas vezes a raiar o absurdo e o grotesco. Encontra-se igualmente presente nela uma dimensão lúdica e provocatória que constitui uma das estratégias centrais da intervenção surrealista de Cesariny.

Pela negativa e pela positiva, Mário Cesariny iria, ao longo da sua obra, manifestar com frequência, às vezes convocando ou parodiando outros autores, as suas ideias sobre estética ou sobre a poesia, que para ele, como para Rimbaud (que traduziu) só fazia sentido na medida em que mudasse a sociedade ou a vida. Tinha assim uma noção altamente romântica e libertaria da poesia, perspetivada numa dinâmica revolucionária, em que tudo fosse desreguladoramente posto em questão e em que o romantismo fosse contrabalançado por uma vertente mais satírica e destrutiva de todas as convenções sociais e pondo vertiginosamente em questão todos os valores literários anteriores.

Cesariny acreditava numa poesia da transfiguração do real, ligada às coisas mais concretas e mais viscerais, pelos processos de uma "alquimia do verbo", servida por uma ágil articulação do verso e da sintaxe e por um vocabulário insólito. Tudo isto, de par com a preocupação do escândalo e do escárnio, da provocação, da irreverência sem limites, do desafio aos bons costumes, do *panache*, da organização de uma espécie de desconchavo verbal que desse para irritar e enervar os bem-pensantes.

Cesariny, no dizer de Gaspar Simões, introduziu no surrealismo um "sarcasmo elíptico" (Simões, 1976: 155), em que por vezes as alusões e os subentendidos parecem contribuir para a pirueta apresentada, ou funcionam como *private joke*, não se deixando decifrar completamente. Nas últimas décadas, passou a dedicar-se mais à pintura, tendo abandonado a poesia, e chegou a declarar quando o entrevistámos: "Já não gosto de poesia, de versos. Não serve para nada" (Bochicchio, 2007: 18).

No final da vida, Cesariny, recapitulando em entrevista por citação literal o que já tinha escrito no poema "mágica" (*Manual de Prestidigitação*) continuava a definir a sua poesia como "a técnica mais proibida da mágica mais procurada", e acrescentava: "A poesia nasce do contacto com o mundo na solidão em que nos encontramos" (Cesariny, 2005: 95). Esta formulação não aponta para nenhuma espécie de "enlevo" lírico, pois está à vista que, em Cesariny, esse contacto com o mundo é por via de regra muito agressivo quando não radicalmente demolidor. Mas a poesia representa também uma certa visão encantatória e mágica do mundo, uma visão que, reclamando-se da teoria alquímica, da "alchimie du verbe" rimbaldiana, conjugada aqui e ali com princípios da tradição ocultista, poderia configurar-se como instrumento de uma reinvenção e de uma transformação do mundo em que a autenticidade fosse atingida fora de todos os circuitos correntes de utilização da palavra ao serviço do pensamento lógico.

Cesariny não se limita a denunciar e a criticar as práticas culturais correntes; procura antes, através da poesia, "um país futuro, um projecto político de vida poética" (Cesariny, 1997: 15). Deste modo, a escrita poética pretende eximir a linguagem, ao nível dos seus códigos ideológicos e temáticos, das constricções de um pensamento estritamente lógico e racional para

redescobrir, na libertação do excessivo utilitarismo comunicacional ou literário-ornamental, o maravilhoso da aventura e da espontaneidade primordiais.

A promoção de um novo conceito de poesia convoca toda uma série de estratégias literárias e jogos linguísticos, a fim de contrabandear para a escrita os textos da tradição mais prestigiosa e poderosa, neste caso específico, a tradição judaico-cristã. Cesariny opera uma nova escrita, própria da pós-modernidade, graças ao uso desarticulado e adulterado das fontes autorais do passado. Essa re-utilização é transgressora, paródica do texto sagrado e da demais literatura, em geral com fins provocatórios, produzindo grande efeito no seu tempo, na medida em que tendia, através da farsa, a fazer tábua rasa dos modelos e/ou critérios do passado, mas sem deixar de os usar, e valendo-se da autoridade dessa linhagem. A provocação é um elemento para uma releitura da literariedade na poesia de Cesariny.

Assim se entende a necessidade de renovar criativamente a linguagem poética, revitalizando as formas de expressão existentes ou, caso isso seja possível, propondo novas formas ainda não desgastadas pelo uso, como exemplarmente afirma Cesariny na composição parodicamente intitulada “Exercício espiritual” (Cesariny, 2005: 128):

É preciso dizer rosa em vez de dizer ideia
é preciso dizer azul em vez de dizer pantera
é preciso dizer febre em vez de dizer inocência
é preciso dizer o mundo em vez de dizer um homem

É preciso dizer candelabro em vez de dizer arcano
é preciso dizer Para Sempre em vez de dizer Agora
é preciso dizer O Dia em vez de dizer Um Ano
é preciso dizer Maria em vez de dizer aurora.

O que pretendia Cesariny com esse exercício, o que procurava e o que nos propunha o movimento surrealista era, segundo Cesariny, “A defesa do amor, da liberdade e da poesia”, por via de uma série de disjunções “vicárias”, em que cada termo deveria substituir-se ao outro, assim se formulando uma

proposta de subversão da realidade a que poderiam não ser alheias algumas pretensões políticas.

A arte poética de Cesariny define-se sob a égide do jogo, da hipérbole, do excesso. O seu discurso provocatório teve grande impacto cultural no Portugal de meados do século XX, mas ao mesmo tempo foi penalizado pelos sectores bem-pensantes e convencionais. Hoje podemos considerar que a sua poesia se inscreve em pleno contexto da pós-modernidade, assinalando o que há de pioneiro e inventivo no jogo literário e nos seus registos subversivos, provocatórios, parodísticos, eróticos e burlescos. Numa palavra, para Cesariny, como para os surrealistas em geral, a poesia é uma prática que se liberta de qualquer controle da razão. A poesia afirma-se em Mário Cesariny como um ato de *liberdade livre!*

BIBLIOGRAFIA

- Bohicchio, Maria (2007). A maravilha do Acaso. In Herberto Helder (Org.), *Cesariny, Uma Grande Razão* (15-22). Lisboa: Assírio & Alvim.
- Cesariny, Mário (1991). *Nobilíssima Visão*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- (1997). *Textos de Afirmção e Combate do Movimento Surrealista Mundial*. Lisboa: Documenta.
- (2000). *Tem Dor e Tem Puta*. Lisboa: Biblarte.
- (2005). *Manual de Prestidigitação*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Campos, Álvaro (1944). *Poesias*. Lisboa: Ática.
- Ginga, Tchen Adelaide (2001). *A Aventura Surrealista*. Lisboa: Edições: Colibri.
- Lourenço, Eduardo (2007). *Sentido e Forma da Poesia Neo-Realista*. Lisboa: Gradiva.
- Pereira, Maria Helena Rocha (1950). *As Imagens e os Sons na Lírica de Guerra Junqueiro*. Porto: Livraria Portugália.
- Simões, João Gaspar (1976). *Perspectiva Históricas da Poesia Portuguesa* do Simbolismo aos Novíssimos. Porto: Brasília Editora.

DE LA DOULEUR À LA PAROLE :
LA POÉSIE DE SÍLVIA BRAGANÇA
COMME ACTE DE RÉSILIENCE
ET DE TRANSMISSION¹

*From Pain to Words: The Poetry of Sílvia
Bragança as an Act of Resilience and
Transmission*

IRENE SILVEIRA ALMEIDA
irene@unigoa.ac.in
Goa University

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0725-3188>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-11_15

Texto recebido em / Text submitted on: 12/04/2025

Texto aprovado em / Text approved on: 31/07/2025

Biblos. Número 11, 2025 • 3.^a Série
pp. 345-365

¹ Cet article a été développé dans le cadre de l'Institut de Littérature Comparée, Unité R&D financée par des fonds nationaux de la FCT – Fondation pour la Science et la Technologie (UID/00500/2025 | DOI: <https://doi.org/10.54499/UID/00500/2025>).

RÉSUMÉ

Cet article propose une analyse des poèmes de Sílvia Bragança, confrontée à la perte de son époux Aquino de Bragança, figure clé des luttes de libération au Mozambique. En articulant la théorie psychologique de reconstruction de sens développée par Robert Neimeyer – centrée sur la réattribution causale, la quête de bénéfices, le changement identitaire – avec l’anthropologie philosophique de Paul Ricoeur et ses concepts clés tels que l’identité narrative et la dialectique entre *mêmeté* et *ipséité*, nous montrons comment l’écriture poétique devient un vecteur de reconfiguration du soi. Les poèmes de Sílvia, empreints de la perte intime et d’un désir de paix, s’inscrivent dans un processus réflexif où la parole participe à une réinterprétation du vécu. La poésie devient un espace visuel de transmission, où la douleur se dit, se partage, se mue en résilience.

Mots-clés : Reconstruction de sens; Identité narrative; Traumatisme; Résilience; Mémoire et transmission.

ABSTRACT

This article analyses poems by Sílvia Bragança, who was confronted with the tragic loss of her husband, Aquino de Bragança, a key figure in the Mozambican liberation struggles. By articulating the psychological theory of meaning making developed by Robert Neimeyer— focused on causal reattribution, benefit-finding, continuing bonds, and identity change— with Paul Ricoeur’s philosophical anthropology and its key concepts such as narrative identity, and the dialectic between *mêmeté* (sameness) and *ipséité* (selfhood), we show how poetic writing becomes a vector for the reconfiguration of the self. Sílvia’s poems, shaped by personal loss, and the longing for peace, unfold as a reflective process in which words participate in a work of reinterpretation. Poetry becomes a visual space of transmission, where pain is expressed, shared, and forged into resilience.

Keywords: Meaning-making; Narrative Identity; Trauma; Resilience; Memory and transmission.

INTRODUCTION

Cet article vise à explorer comment l'écriture poétique peut devenir un espace de reconfiguration du soi à la suite d'un traumatisme personnel, en l'occurrence la perte du conjoint. Cette réflexion prend pour point de départ l'expérience intime de Sílvia Bragança, confrontée à la disparition tragique de son époux, Aquino de Bragança, intellectuel engagé et figure majeure des luttes de libération en Afrique australe. Né à Goa, Aquino a joué un rôle stratégique en tant que conseiller de Samora Machel, président du Mozambique, et acteur clé des négociations qui ont mené à l'indépendance. Aquino, scientifique et journaliste militant, se distingue par son talent pour la négociation politique discrète. Engagé dans les mouvements de libération du Mozambique et de l'Angola, il se trouve souvent placé au cœur de missions délicates et d'échanges confidentiels. Son expérience étendue et ses nombreux contacts au Portugal s'avèrent déterminants après le coup d'État militaire du 25 avril 1974, et il joue un rôle clé dans les premiers contacts entre le FRELIMO¹ et les autorités portugaises, qui mènent finalement à l'indépendance du Mozambique en 1975. Aquino se consacre ensuite à l'ancrage intellectuel du nouvel État et fonde le Centre d'Études Africaines de l'Université Eduardo Mondlane (Davidson, 1987). La transition postcoloniale, loin d'être pacifique, avait exposé les nouvelles nations indépendantes aux tensions de la Guerre froide et aux conflits internes nourris par des influences extérieures. L'une des tragédies majeures de cette période est la mort du président Samora Machel dans un accident d'avion. Le destin tragique d'Aquino se scelle en même temps que celui de Machel, dans l'accident de l'avion présidentiel à Mbuzini en octobre 1986, un événement longtemps entouré d'accusations d'intrusion étrangère.

Depuis quelques années, Aquino partageait sa vie avec Sílvia, une artiste et poète d'origine goanaise, qu'il a épousée en secondes noces. Née à Goa, Sílvia a poursuivi des études en arts plastiques à Lisbonne grâce à une bourse de la Fondation Gulbenkian. Son parcours artistique et intellectuel l'a ensuite conduite au Mozambique, où elle a épousé Aquino en 1984. Sa mort soudaine dans le crash de Mbuzini en 1986, aux côtés de Machel, a laissé une blessure

¹ Frente de Libertação de Moçambique.

intime. En 1998 sort son recueil *A quem a minha vida, a vida deu?*². Il rassemble des poèmes imprégnés de cette perte, de la mémoire du combat et du désir de paix. Profondément marquée par la disparition tragique de son mari, elle a par la suite entrepris de rechercher et raconter son histoire dans une biographie intitulée *Aquino de Bragança: Batalhas ganhas, sonhos a continuar* (2009), suivie de la version anglaise, *Battles Waged, Lasting Dreams: Aquino Bragança, the Man and His Time*, (2011). Si l'œuvre biographique de Sílvia, sa littérature éducative et pour enfants, ainsi que son art abstrait ont retenu l'attention en Afrique, en Inde et en Europe, son recueil de poésie est resté largement négligé jusqu'à l'année dernière – anniversaire centenaire de la naissance d'Aquino Bragança. La commémoration du centenaire, réalisée à l'université de Goa (Inde), a été l'occasion d'une conférence par Colin Darch, chercheur et académique, et ancien étudiant d'Aquino, et du visionnement de *Special Envoy*³. Cette commémoration d'Aquino et de Sílvia, le 30 octobre 2024, a vu la sortie d'une récréation multilingue d'*A quem a minha vida, a vida deu?* en portugais, anglais, français, konkani, hindi et marathe, publiée par l'Université de Goa et intitulée *Songs in the Sun*. La poésie originale de Sílvia est rééditée sous le titre imagé *Sonhos ao Sol*.

Le présent article entend mettre en lumière la poésie de Sílvia et en explorer les dimensions mémorielles, afin de mieux comprendre comment la poésie peut servir à la fois d'acte de résilience, de témoignage et de reconstruction du sens dans un monde marqué par l'injustice et des combats pour la liberté. Cette étude devient d'autant plus notable en 2025 - année marquant cinquante ans depuis la révolution des œillets à Lisbonne et l'indépendance du Mozambique - non seulement en raison de la parution en 2024 du recueil multilingue incorporant l'art original de Sílvia, mais aussi, car le poète ayant vécu les événements d'avril 1974, date un poème du recueil quelques mois après. Composé de vingt-et-un poèmes, le recueil mêle le texte et l'art pictural. À tirage réduit, il est malheureusement demeuré en marge de l'attention médiatique et académique. Notre étude vise à interroger les

² À qui ma vie, a-t-elle donné la vie ?

³ Documentaire sur Aquino réalisé par Lotus Film and TV Production.

dynamiques mémorielles à l'œuvre dans cette poésie, par une analyse détaillée de sept poèmes. La problématique centrale de cette étude se tourne autour de ces trois questions : De quelle manière les poèmes de Sílvia articulent-ils le deuil personnel et la mémoire collective ? Comment la poésie autobiographique devient-elle un outil de réinterprétation et de transformation du vécu traumatique ? En quoi la narration poétique, en tant que forme d'expression intime, favorise-t-elle la résilience et la transmission d'une mémoire singulière ? Après avoir exposé les concepts fondamentaux de Robert Neimeyer et de Paul Ricœur, l'article se penche sur un poème centré sur le moment traumatique de la perte, avant d'analyser la réattribution des causes et la mise en évidence de bénéfices dans quatre autres textes. Il s'achève sur l'exploration des liens perpétuels et des processus de transformation, révélant les dynamiques de résilience et de transmission à l'œuvre dans l'écriture poétique de Sílvia.

DU TRAUMATISME À LA NARRATION

La narration du deuil, qui peut se faire à travers l'écriture, permet à l'individu de garder les souvenirs, d'en extraire du sens et une source de résilience face à la perte. Neimeyer (2000: 551-555) accorde de l'importance à la reconstruction de sens dans la thérapie de deuil. Lorsqu'un événement traumatisant bouleverse les cadres de compréhension de soi et du monde, le sujet engage un travail actif de réinterprétation autour de quelques mécanismes décisifs. Gillies et Neimeyer (2006: 36-37) les présentent comme réattributions causales, qui consistent à chercher des explications à l'événement, et la considération des bénéfices, qui permet de dégager une forme de croissance ou de transformation à partir de l'épreuve vécue, redonnant ainsi une valeur à l'épreuve. Park et Folkman (1997: 126-127) distinguent ainsi plusieurs types d'attributions – causales, d'incidence sélective, et de responsabilité-par lesquelles les endeuillés revisitent l'incident, Dans le processus d'évaluation initiale, les individus formulent rapidement des attributions causales automatiques. Celles-ci peuvent ensuite être révisées – devenant des réattributions – au fil du travail de reconstruction du sens, jusqu'à parvenir à une version du sens situationnel compatible avec leur vision du monde. La considération des bénéfices se trouve parfois alliée à cette démarche et permet de traiter la détresse

comme une source de renouveau personnel où l'adaptation à la perte implique l'émergence de nouveaux schémas de pensée porteurs de sens, en place de ceux ébranlés par la perte. Ce processus peut conduire à un changement identitaire, impliquant fréquemment l'engagement dans de nouveaux objectifs. Il est perçu comme une stratégie d'adaptation efficace, et représente l'une des finalités possibles d'un processus de reconstruction de sens bien mené. Ce cheminement favorise ainsi la croissance post-traumatique, grâce à la mobilisation conjointe de facteurs tels que l'optimisme, l'ouverture, l'extraversion, l'appui de la communauté. Cette croissance personnelle se manifeste par la capacité à identifier des bénéfices, à évoquer spontanément des souvenirs positifs, et à s'appuyer sur une forme de spiritualité intrinsèque (Gillies et Neimeyer, 2006: 36-37, 47-49, 54). Un autre apport marquant de cette approche est la notion de liens perpétuels qui consiste dans le maintien d'une relation intérieure et évolutive avec ce qui a été perdu, au lieu de tout simplement rompre avec le passé. Steffen et Klass (2018: 203) attestent à la conservation par de nombreux endeuillés des liens perpétuels-un attachement émotionnel avec le défunt bien après son décès. Ce lien, généralement réinvesti par la mémoire et parfois le récit, devient un vecteur de reconstruction identitaire et de continuité existentielle. Den Elzen (2021: 228) qui travaille sur les mémoires de veuves, insiste sur l'aptitude de l'écriture des mémoires de deuil et des autobiographies dans la reconstruction de l'identité ébranlée par la perte. Le développement contemporain de l'écriture autobiographique trouve un écho dans la psychologie du sens élaborée par Neimeyer. Sa conception⁴ explique en partie l'essor du récit de soi, où l'être humain, face au traumatisme ou à la rupture, tente de donner sens à l'épreuve en la racontant. Longtemps relégué aux marges des études littéraires, le genre autobiographique est reconnu comme une forme centrale de la production narrative contemporaine, avec ses multiples déclinaisons, y compris fictionnelles (Gefen, 2013: 2-3). Il permet d'explorer le rapport que nous entretenons avec notre histoire et notre mémoire. Comme le souligne Watteyne (2011: 65), historiens et romanciers ont en commun de raconter le monde : les premiers s'appuient sur des archives et privilégient la rigueur factuelle, tandis

⁴ Meaning-making.

que les seconds mobilisent librement l'imagination. Pour Bragantini (2013: 143-144), le point de départ de toute narration biographique est une vie à raconter ; mais le récit ne se contente pas de la transcrire, il la transforme en lui donnant forme. Cette mise en récit opère donc une transfiguration du vécu. Si la vie est réglée par l'aléatoire, le texte devient le cadre de sa mise en ordre. La narration permet de repositionner l'expérience bouleversée dans une trame intelligible.

La reconstruction de sens aide à réduire la douleur, et se présente comme un processus non linéaire, ancré dans la narration, et médiatisé par le dialogue, l'écriture, ou bien l'expression artistique. La perspective psychologique de Neymeyer rejoint les perspectives philosophiques, notamment celle de Paul Ricoeur, qui dans *Soi-même comme un autre* conçoit l'identité humaine comme essentiellement narrative, et apporte une réflexion sur la capacité de l'homme à se dire, à se reconnaître comme l'auteur de ses paroles et de ses actes, et à en assumer la responsabilité (Piva, 1999: 208, 215-218). Il s'agit d'un sujet qui souffre, qui se souvient, et qui se raconte. Cette anthropologie narrative accepte un état vulnérable où le sujet se trouve exposé, et s'affiche blessé. La perspective de l'homme comme être qui souffre et qui agit s'alimente des influences existentialistes, et mise sur l'action et le langage. (Barthélémy, 2015: 439-40). Parmi les notions centrales que Ricoeur élabore, celle d'identité narrative est fondamentale. Au lieu de concevoir l'identité comme une donnée fixe, il la considère comme un processus continu, qui se forge à travers le récit. Le sujet se constitue dans le temps par sa capacité à mettre en intrigue sa propre existence, en lui donnant une cohérence, en intégrant les changements de la vie. L'acte de se raconter devient alors un mode d'appropriation de soi. Ricoeur fait la distinction entre la mêmété qui renvoie à ce qui reste stable dans le temps (les traits constants et souvent observables) et l'ipséité qui désigne la fidélité à soi-même, et inclut la compétence du sujet à tenir parole, à faire preuve de constance malgré les épreuves. La tension entre mêmété et ipséité fait émerger une conception dynamique de la subjectivité, qui consiste à demeurer fiable, reconnaissable à travers les aléas du temps. L'ipséité implique une reconnaissance progressive de soi, toujours inachevée (Barthélémy, 2015: 440-442). Cette reconnaissance passe par le récit, qui fonctionnerait comme médiateur entre l'expérience vécue et la mise en sens. Raconter sa vie permet non seulement de lui donner forme, mais aussi de la réinterpréter. Ainsi, le récit

devient acte créatif dans le sens où il transforme les événements contingents en une histoire porteuse de sens. Ceci explique pourquoi l'identité personnelle, selon Ricœur, est toujours révisable. (Barthélémy, 2015: 439-440). Au fond, la pensée ricœurienne s'agit d'une philosophie de la responsabilité et de l'altérité, car le soi construit toujours dans le rapport à autrui qui contribue à l'accomplissement du self (Barthélémy, 2015: 443-444).

La poésie de Sílvia peut être lue comme un geste de narration de soi, dans le sens que Ricœur donne à cet acte. En effet, loin de se cantonner dans une simple expression lyrique ou esthétique, son écriture apparaît comme un acte de mise en récit du vécu, où le sujet poétique cherche à donner forme, à travers le langage et le dessin, à l'expérience, à la douleur, au souvenir, pour arriver au sens. Dans *A quem a minha vida, a vida deu?*, recueil de poèmes marqués par les séquelles de la guerre civile mozambicaine, Sílvia donne voix à une subjectivité blessée. Le sujet poétique, vacillant entre témoignage et réflexion, entreprend la réunification lente des fragments de mémoire éclatée. C'est ici qu'apparaît l'identité narrative selon Ricœur : au-delà d'un moi unifié et stable (la même-té), l'on constate une ipséité en quête de fidélité à soi, malgré les blessures, les pertes, les effondrements qui frappent le sujet et la communauté. La narration poétique – même si fragmentée et sans la linéarité du récit autobiographique conventionnel – présente un espace de reconfiguration du vécu. Il est vrai que Sílvia se souvient ; mais en plus, elle recompose, redonne sens à travers la parole et son rythme, sa musicalité, son image et sa métaphore. Ainsi, cette poésie incarne une médiation entre la vie vécue, avec ses expériences brutes, et la vie racontée où les mêmes expériences se trouvent réinterprétées.

À LA RECHERCHE DU TEMPS PERDU

Le poème intitulé *Poema aos 35*⁵ et sous-titré *Recordando 19 de Outubro de 1986*⁶ (Bragança, 2024: 18-19) se définit dès le premier vers comme un poème

⁵ Poème aux 35.

⁶ En souvenir du 19 octobre 1986.

de larmes et de douleur. Son titre énigmatique traduit en forme laconique, à la fois numériquement et métaphoriquement, la perte des trente-cinq individus qui ont péri dans le crash, tandis que le sous-titre grave pour l'éternité la date dans la mémoire par le biais de l'écriture. En décidant de traiter le sujet à l'échelle sociale, voire nationale, le poète dépasse sa propre souffrance et se fait gardienne de la mémoire d'une communauté en deuil, en verbalisant la perte subie par de nombreuses épouses, enfants et proches à travers des voix qui résonnent dans le poème : "Papa... mamã querida... meu esposo adorado... minha mulher mais terna" (Bragança, 2024 [original 1998]: 18). Cette polyphonie exprime les effets d'une mémoire traumatisée où les victimes revivent inlassablement le jour fatal. Ce jour, éternellement et douloureusement présent, structure l'architecture même du poème. Vingt-et-un vers le précèdent, vingt-trois le suivent, encadrant un triptyque tragique autour du jour qui demeure figé comme si aujourd'hui : "Hoje! Hoje! Hoje!" (Bragança, 2024 [original 1998]: 18). Par cette triple évocation, le 19 octobre 1986 est situé au cœur du texte et ses échos amplifiés, la répétition aidant l'ancrage mnésique. Puis, le terme générique, aujourd'hui, plutôt que la date exacte, exprime un présent éternel auquel les victimes sont condamnées : le temps s'est immobilisé, le jour gravé à jamais dans la mémoire des proches, et dans le souvenir du pays entier.

Après ce triple appel, l'événement tragique est évoqué : "*Tocou-nos a dor*" (Bragança, 2024 [original 1998]: 18). D'une brièveté émouvante, cette phrase exprime la première sensation qui suit un désastre : la douleur. Mais ici, la douleur n'est pas seulement ressentie ; elle devient sujet. La personification de la douleur traduit l'affliction et l'impuissance des familles des trente-cinq disparus, pétrifiées dans l'écho de l'agonie. Le poème s'ouvre sur un mélange d'expression affective avec une abondance d'attributs valorisants, suivi aussitôt de l'expression de la peine. La réaction instantanée à la douleur est décrite de manière réaliste et métaphorique, par l'image des larmes amères et salées creusant des vallées interminables. L'imagerie de la terre est mobilisée pour suggérer la peine qui sculpte et transforme l'âme. Le vallon de larmes se cristallise dans un désir insatisfait et sans issue. La prise de conscience d'une solitude intense est exprimée directement par la voix des victimes désormais retrouvés seuls au monde. Le recours à la mémoire

heureuse comme mécanisme de survie est aussi évoqué à travers des gestes de tendresse : poser sa tête sur l'épaule aimée, se blottir contre une poitrine protectrice, plonger son regard dans celui de l'autre. Cette évocation douce est brusquement confrontée à la réalité dure par l'interrogation poignante sur une rencontre éventuelle, qui trouve sa chute dans une réponse inflexible qui traduit l'impossibilité de retrouver l'être chéri. L'absence s'enfonce donc, marquant la rupture irréversible entre un passé de bonheur et le présent vidé de sens. L'inutilité de réveiller la mémoire s'enracine dans les vers qui suivent le triptyque central autour d'aujourd'hui. La quête des souvenirs et des rêves partagés se heurte à la brutalité du réel. À ce point, le poème opère un glissement du temps vers l'espace, en esquissant des images palpitantes qui auraient marqué le site du crash : des flammes dévorantes et des os calcinés.

Puis, le lieu de l'accident prend vie à travers une composition synesthésique où la vue et l'ouïe se confondent: des cris, des sanglots, des gémissements se fondent dans des éclairs étouffants. Alors que le poème semble atteindre son paroxysme dans cette représentation cinématographique des suites de l'accident aérien, il se dissout soudainement dans une reconstruction imaginaire, entraînant le lecteur dans les pas des survivants, suspendus entre la réalité du deuil et l'impossibilité de retrouver la paix en des souvenirs doux. Le poème termine par un long vers signalant par sa typographie en majuscules l'ampleur de la conclusion qu'il porte. Ce vers dessine l'image pénible d'un peuple meurtri, entraîné dans un long cortège ⁷. L'imagerie, centrée cette fois non pas sur l'accident en soi, mais sur un tissu en mouvement, se déploie en une construction tripartite : de longues traînes de douleur, des voiles de mariée translucides, et des manteaux en attente d'une paix encore fragile en temps de guerre civile. La métaphore du tissu suit une gradation qui symboliserait, selon nous, le processus de guérison à venir, la peine cédant progressivement la place à la paix ; et annonce le parcours que devra entreprendre la veuve, tout comme le pays devenu orphelin.

⁷ “dos fazedores das guerras vítimas somos, alastrando em caudas longas de dor gemidos e ais... transformando longos e diáfanos véus de noivas em ansiados mantos de paz em guerra... há vinte... anos...” (Bragança, 2024[original 1998] : 19).

Le temps se révèle décisif dans ce cheminement. Le poème, qui s'ouvre sur une date précise énoncée dans le sous-titre, oscille autour d'un aujourd'hui omniprésent en son milieu, pour clore sur une prise de distance temporelle à la fin avec l'évocation du passage de vingt ans. Cette structure mimétique reflète le trajet des victimes : du choc initial à une acceptation progressive du drame, accédant finalement à une forme de paix intérieure. Au fil de ce processus thérapeutique, les victimes gagnent en agentivité. D'abord définies comme de simples objets, victimes de la guerre, elles apparaissent passives, entraînées malgré elles. Puis le verbe *transformer* employé au gérondif, vient évoquer la continuité d'une évolution active, suggérant que l'apaisement, durement acquis, devra être sans cesse rétabli et renforcé. Ici, le poème rejoint la notion ricoeurienne d'identité narrative et de reconnaissance où le sujet souffrant, raconte, et en ce faisant, se construit. Ce poème significatif par la fixation sur le jour et les événements de 1986 qui ont frappé la communauté comme le pays entier, annonce en forme d'une préface, le chemin suite à la catastrophe et introduit déjà la narration du deuil. Par ailleurs, nous y reconnaissons un présage, du processus de récréation du sens, et de sa vertu rédemptrice. Les victimes en marche devront entreprendre ce long cheminement réitéré par l'imagerie du tissu fluide qui aboutirait, avec le passage du temps, dans une sorte de paix. Nous tenons que le calme apaisant doit être pris tant dans sa dimension élargie et collective, renvoyant à la paix pour un pays en agitation, qu'au niveau individuel, prophétisant le chemin de reconstruction de sens qui sera entamé par les survivants brisés et la communauté fragmentée. La mise en relief de la transformation et de sa dimension temporelle pourra aussi être lue comme référence indirecte au processus de négociation entre *mêmeté* et *ipséité*.

EN QUÊTE DE SENS, DE CAUSES ET DE BÉNÉFICES

D'autres poèmes du recueil prolongent la réflexion introduite dans le poème vu en haut, et nous en analysons quatre dans cette section, afin de comprendre les oscillations émotionnelles qui accompagnent l'expérience de la perte, plus particulièrement les réattributions causales et la considération des bénéfices.

Le poème – *Há cinco meses*⁸ (Bragança, 2024 [original 1998]: 45) – structuré temporellement cinq mois après l’incident, met en évidence la persistance du souvenir du jour tragique. La mémoire, décrite comme résistante, par le poète, refuse de pardonner le moment de la perte et d’offrir un moment de réconfort. Pourtant, ce n’est pas le crash en lui-même qui domine, mais l’instant du dernier adieu, qualifié comme un départ sans retour. Dans ce poème, l’évocation du drame ne passe pas par la reconstitution de l’accident, mais au contraire par le souvenir obsédant d’un instant apparemment anodin, chargé après coup d’une portée funeste. Le poème se présente sous la forme d’un dialogue imaginé entre deux amants, dans une scène banale de départ où Aquino annonce à sa femme qu’il part par ces mots qui deviendront ses ultimes paroles: “Sílvia ! Eu vou !” (Bragança, 2024 [original 1998]: 45). Pourtant, dans une tentative de reconstruction mémorielle, Sílvia imagine qu’Aquino invite sa femme à l’arrêter en communiquant sa maladie et son besoin d’avoir Aquino à ses côtés. L’emploi des modalisateurs et du subjonctif signale l’improbabilité de cette scène. Le lecteur comprend alors que l’invitation supposée d’Aquino est un pur fantasme, et du coup que l’injonction de sa femme à rester à la maison, ne s’est jamais produite. Cet effort de réécriture du passé, même si fictive, reflète un questionnement amer, un qui rôde autour d’une restructuration de la scène tragique en sens inverse et qui la remplace, au moins momentanément dans l’esprit, avec des probabilités heureuses. L’hypothèse que Sílvia formule ici repose sur un élément précis, sa maladie. En d’autres termes, si seulement elle avait exprimé ouvertement son besoin de soutien, Aquino serait probablement resté, échappant ainsi à la fin tragique qui le frapperait une fois embarqué sur l’avion.

Cependant, cette réécriture rassurante qui attribue la perte de son mari à son propre silence par rapport à sa maladie, sera rejetée par la suite. Une strophe de dix-sept vers viendra démentir l’illusion antérieure, et restituera un dialogue que le lecteur reconnaît comme plus conforme à la réalité. Enfin, Sílvia ne supplie pas Aquino de rester, au contraire, elle l’encourage de partir, vu que sa présence est essentielle pour la paix au pays. Le mot qui

⁸ Cinq mois plus tôt.

renvoie à la paix est répété trois fois, soulignant la portée de la cause que Sílvia réattribue rétrospectivement à ce départ. Par ce glissement tardif, il devient évident qu'elle opère une réattribution causale. Elle remplace la cause du départ, comme issue de sa propre non-verbalisation de ses maux, avec une autre considérablement plus sublime. Au lieu de garder l'hypothèse antérieure que sa maladie aurait pu sauver Aquino, si seulement elle l'avait imploré de rester, elle confère une raison supérieure au départ funeste, la paix, qui, par ses qualités intrinsèques de félicité collective, faciliterait l'acceptation du tragique. Ensuite, elle donne voix à la mission d'Aquino devenue leur mission commune, changer le monde et retrouver la paix. Cette vocation qui va dépasser leurs désirs personnels, exigera une force surhumaine, et le poème utilise des adjectifs qui véhiculent la fermeté, la force, l'encouragement et la certitude pour souligner la résolution du couple. La modification de *rester* en *partir* semble surgir d'une vision intérieure où Sílvia perçoit en Aquino une montagne de rêves et d'idéaux. Finalement, la raison ultime du départ fatal est résumée comme une étape clé dans sa lutte sur la terre pour l'humanité, car il serait le seul capable de tisser les liens diplomatiques pour la paix. L'agentivité se déplace progressivement vers Aquino, dont la mission apparaît comme le véritable moteur du destin. Sílvia, dans chacune de ses reconstructions, le suit dans ses choix, confirmant ainsi que, malgré la douleur de la perte, elle confère un sens supérieur à son absence. Les réattributions causales dans ce poème sont progressives : du silence personnel de la femme à cette injonction de partir décisif en faveur des efforts pour la paix au Mozambique, avant d'aboutir enfin à une mission universelle de paix pour l'humanité. L'on comprend que la reconstitution des faits décrits ne correspond pas à une fidèle représentation de la réalité, mais qu'elle traduit le processus mental du poète-sujet qui met en place des mécanismes d'adaptation, cinq mois après l'incident. Ces stratégies, par un mouvement poétique qui traduit plus que l'esthétique, une oscillation psychologique du soi en quête des causes, d'abord rappelées ou imaginées, puis progressivement considérées, rejetées, modifiées et appropriées, illustrent la position de Gillies et Neimeyer (2006: 36-37) et de Park et Folkman (1997: 126-127) sur cette étape clé du travail face au deuil.

Si la phase des réattributions causales aboutit à la prise en conscience de l'importance de l'activité politique et diplomatique d'Aquino, en tant que mission pour le pays et, dans un sens élargi, pour l'humanité, il serait logique d'attendre un prolongement de cette conception dans d'autres poèmes. Notre analyse des poèmes datés antérieurement et postérieurement au crash confirme non seulement le mérite de cet idéal humaniste pour le couple, mais aussi sa mobilisation par la suite en tant que bénéfice considéré en premier. Le poème *Amor e alegrias!*⁹ (Bragança, 2024 [original 1998]: 40-41) porte en germe le tiraillement entre aspirations personnelles et devoirs sociétaux, un dilemme récurrent qui sera repris dans l'écriture poétique de Sílvia. Ce poème met en scène un moment monumental dans la vie du couple, leur mariage. L'union religieuse, célébrée le 23 décembre 1984, est évoquée avec une simplicité touchante, ancrée dans un cadre familial restreint. La présence des proches-le fils d'Aquino, le neveu et la nièce de Sílvia-confère à cette cérémonie une atmosphère d'intimité et de fusion, renforcée par l'usage répété du possessif de première personne au pluriel, qui estompe toute démarcation entre les sujets de l'alliance conjugale. Toutefois, la magnitude du poème se déploie après la cérémonie. Alors que le couple rentre, une femme en pleurs les aborde, exprimant sa détresse face à l'emprisonnement de son mari. Sílvia, jeune mariée, n'hésite pas à partager avec elle leur modeste repas de riz et de curry de poisson. Cet épisode, apparemment anecdotique, porte une grande valeur symbolique. Le festin de noces se transforme en une scène d'entraide, où la célébration de l'amour ne se limite pas au couple, mais s'élargit à l'humanité souffrante. Le geste empathique de Sílvia illustre un renoncement immédiat à une jouissance égoïste de la joie matrimoniale, en faveur d'un mouvement envers autrui. Le dernier vers qui peint des cœurs unifiés, traduit cette conception insolite de l'amour, qui, loin de se refermer sur lui-même, se renforce en s'ouvrant à la communauté. Cette optique exceptionnelle, présente dès la genèse du couple comme explicitée par Sílvia dans ce poème narratif, cache en soi le noyau de mêmété qui inspirerait, par la suite, la

⁹ Amour et joie !

reformulation de causes et de bénéfiques pour s'accorder à leur vision partagée. Étant chacun des individus fortement tournés vers l'autre souffrant, l'ipséité qui suivra leur union et l'éventuelle rupture, se fera dans la même logique.

Une dynamique similaire autour du dépassement de soi est perceptible dans *Ao Aquino*¹⁰ (Bragança, 2024 [original 1998]: 42-43), un poème postérieur à l'incident, où l'amour conjugal se voit investi d'une mission transcendante. Le poème débute par une référence abrupte aux fresques des grottes d'Ajanta¹¹ et semble replacer l'essence du couple dans la continuité des amours gravés pour l'éternité sur le rocher. À travers une succession de scènes sensuelles, le poème questionne, avec délicatesse et retenue, la légitimité du désir par un refrain qui paraît par la ponctuation tant interroger qu'affirmer le contraire : "Sera pecado ?!"¹². Cette interrogation paraît au début suggérer un conflit moral, mais la dernière strophe dissipe toute ambiguïté en arguant que cet amour ne saurait être un péché, car il ne s'arrête pas aux amants eux-mêmes, mais s'étend aux autres. Ici, comme vu précédemment, le poème met en scène une transformation de l'amour intime vers une finalité plus exaltée, où l'union du couple se forge dans un mouvement de perpétuation et de transmission.

Dans les deux poèmes, *Amor e alegrias!* et *Ao Aquino*, le passage de moi à nous, puis de nous à l'humanité, illustre un idéal chéri du couple, qui sera remobilisé avec vigueur comme facteur clé de la résilience par la considération des bénéfiques, étape essentielle dans le modèle de reconstruction de sens, élaboré par Gillies et Neimeyer (2006: 36-37). Le renoncement apparent à un bonheur intime et exclusif ne sera guère perçu comme un manque imposé de dehors, mais dans la forme d'accession à un épanouissement élevé. Au fond, la poésie de Sílvia met en évidence un mécanisme de soulagement post-traumatique et rejoint la logique des stratégies d'adaptation selon Gillies et Neimeyer (2006: 36-37) : donner un sens élargi à une expérience personnelle douloureuse en la réinsérant dans une trame collective et dépasser

¹⁰ À Aquino.

¹¹ probablement visitées par le couple durant un voyage en Inde.

¹² Serait-ce un péché ?!

la sphère individuelle vers un idéal plus vaste. En lui réattribuant un sens positif, Sílvia rend la perte personnelle et du couple, en un bénéfice communautaire et même universel. Cette idée est explicitement peinte dans les vers qui apparaissent dans l'avant-dernier strophe du poème *Dialogando com o invisível para o comunicar*¹³ (Bragança, 2024 [original 1998]: 46-48) par l'imagerie d'une cueillette de meilleurs fruits, qui véhicule par le comparatif l'idée de bénéfiques. Ce poème reprend comme fil rouge la temporalité en annonçant à plusieurs reprises les deux années passées en absence. Durant un bref moment, Sílvia semble osciller du côté du bonheur intime vécu à deux qu'elle désigne comme merveilleux. Mais l'amertume se trouve vite dissipée dans la compréhension élargie qui suit, où elle exprime, à travers la métaphore de meilleurs fruits, l'idéal de paix pour lequel œuvrait Aquino, et qu'elle embrasse comme mission de vie. Par le va-et-vient discret entre bonheur individuel et idéal communautaire, observable parmi ses vers, l'on comprend la ténacité requise pour la négociation entre mêmeté et ipséité, dans l'effort de rester fidèle à soi, en dépit des épreuves.

EN CONSTRUCTION DE LIENS PERPÉTUELS

Le poème *Um barco e duas estrelas*¹⁴ (Bragança, 2024 [original 1998]: 33-34) a recours à une allégorie céleste pour évoquer la relation amoureuse entre Sílvia et Aquino. Le récit poétique s'ouvre sur la rencontre de deux étoiles venues des confins de l'univers. L'échange de regards et de sourires peuvent être interprété comme symbole de leur amour naissant. Naviguant sur l'océan Indien – espace significatif¹⁵ – elles voguent vers un port sûr. Tragiquement, ce passage idyllique est troublé par des forces obscures. Les étoiles-sœurs se trouvent brutalement séparées par une tempête, dont l'origine est doublement attribuée aux forces humaines et célestes : les gorges humaines portent référence à un monde ter-

¹³ Interagir avec l'invisible pour communiquer.

¹⁴ Un navire et deux étoiles.

¹⁵ car liant les continents indien et africain, théâtre d'action d'Aquino et de Sílvia.

restre menaçant, et les dieux sombres à des puissances funestes. L'éloignement devient inévitable, et l'une des étoiles, devient une lointaine lueur dans un autre système solaire. Mais loin de se laisser submerger par la perte, l'étoile protagoniste répond par l'action. Elle sourit, prend conscience de son isolement et, avec un courage inébranlable, attire les amarres, se relève, et avance. Ce geste symbolique marque un tournant dans le récit : de compagne d'une traversée à deux, elle devient capitaine de son propre voyage. Sa transformation s'achève dans la dernière strophe, où elle apparaît radiante, entourée de bancs de poissons argentés. Les créatures aquatiques luisantes ne sont pas seulement des compagnons silencieux ; ils révèlent avec leur lueur le chemin vers le nouveau système solaire où brille désormais son étoile bien-aimée.

Ce poème trace un double processus de métamorphose. Aquino devient une étoile lointaine, tandis que Sílvia, bien qu'éprouvée par la rupture, incarne une résilience malgré la solitude. Un détail remarquable consiste dans le champ lexical lumineux qui, avant d'atteindre son apogée dans le système solaire qui abrite l'étoile chérie, se nourrit des reflets éclatants qui surgissent de la vie aquatique. Le message subtil rappelle que la solitude ne se traduit pas en un isolement, mais comporte, pour Sílvia, un mouvement d'ouverture vers l'autrui, regagnant ainsi, la philosophie de Ricœur qui valorise la contribution des rapports humains (Barthélémy, 2015: 443-444). L'accompagnement des poissons argentés nuance le mouvement de solitude envers la solidarité, et atteste que même en l'absence physique de l'être aimé, le sujet s'ouvre aux forces bienveillantes qui l'appuient durant le voyage. Ensuite, la traversée maritime de l'océan Indien, qui devient, après la tempête, un voyage en direction à un port nouveau -le système solaire- résonne avec la notion de liens perpétuels. La navigation incessante de l'étoile protagoniste serait une métaphore de la continuité du lien amoureux, suggérant que l'absence n'est pas vécue comme une rupture totale. La confiance de l'étoile qui poursuit son voyage avec un sourire, révèle une acceptation des circonstances dures, qui, loin de se limiter à la résignation impuissante, s'ancre dans l'espoir d'une possible retrouvaille. Selon nous, ce poème qui porte dans son titre l'image d'un navire et deux étoiles-éléments identifiables avec Aquino, Sílvia, et leur vie à deux- s'inscrit dans un processus de reconstruction de sens, où

l'expérience de la perte communiquée par la métaphore de la tempête, est réordonnée pour offrir un sens régénéré à l'existence. Ce poème met en avant une héroïne qui, au lieu de sombrer, redéfinit son itinéraire et assume un rôle qui intègre la persistance du lien. Il illustre parfaitement la dynamique de perpétuation des liens, et son rôle soignant dans la reconstruction de soi après une rupture, comme explicitée par Steffen et Klass (2018: 203), ainsi que l'assurance d'un être souffrant et agissant (Barthélémy, 2015: 439).

Le poème, imprégné d'un fort symbolisme de lumière, donne à voir une dynamique de résilience et de croissance post-traumatique. (Gillies et Neimeyer, 2006: 48). Cette thématique de renouvellement sera explicitement traitée dans le poème *Dialogando com o invisível para o comunicar* (Bragança, 2024 [original 1998]: 46-48) qui s'ouvre sur une marque temporelle significative : Pâques de 1988, exactement deux ans après la tragédie. Son choix d'ancrer le poème dans le cadre d'une fête religieuse célébrant la résurrection oriente immédiatement l'interprétation vers une reconstruction de sens après la perte. Adressé directement à Aquino, le poème prend la forme d'une conversation intime avec des dialogues enchâssés. Le poème s'organise autour d'un espace précis dans la demeure familiale, probablement la cuisine. Deux ans plus tard, Sílvia s'y installe et contemple ce qui aurait pu être et ce qui est devenu inévitable. Structuré par la mémoire, le poème tisse des liens entre diverses conversations du passé, de ton intellectuel, d'autres plus personnelles. L'on trouve vers le milieu du poème le dialogue qui se déroule en 1988, dans son esprit, où Sílvia implore Aquino de lui donner sa force de communiquer fermement afin de faire avancer la paix pour l'humanité. Elle récupère, pour ainsi dire, la vocation d'Aquino et puise la force dans ses propres croyances religieuses. La métamorphose intérieure de Sílvia est explicitement émise par l'évocation du Christ ressuscité. Le motif de la résurrection apportant la joie est renforcée par l'image de grains de sable dans le désert, capables de se germer en diamants, ce qui scelle la notion d'une métamorphose intérieure progressive. Tout comme vu auparavant, la douleur cristallise en une nouvelle forme, plus radieuse, véhiculée par une imagerie lumineuse, laissant sur terre une étincelle de l'étoile, pour ainsi dire, sous la forme de diamant. L'étude approfondie des réflexions de Sílvia, telles que rapportés dans plusieurs poèmes

du recueil permet de percevoir, en outre du symbolisme de la lumière, l'insistance sur des valeurs spirituelles, marquée par l'emploi récurrent et la mise en majuscules des termes qui renvoient à la paix, à l'amour et au Seigneur, ainsi que par l'intégration d'images bibliques telles que marcher sur l'eau, déplacer les montagnes, aimer, faire confiance¹⁶. Nous concluons que la foi apparaît comme un moteur fondamental du processus de régénération et confère à Sílvia la résilience pour surmonter le chagrin et redéfinir son identité après la perte. Ce sentiment religieux puise ses racines dans les expériences de jeunesse vécues à Goa, et le retour qu'elle y effectue illustre une négociation subtile entre mêmeté et ipséité (Barthélémy, 2015: 440-442).

CONCLUSION

L'écriture poétique de Sílvia s'inscrit dans un mouvement de reconstruction de sens et de transformation identitaire, tel que conceptualisé par Gillies et Neimeyer (2006: 36-37). Face à la perte tragique d'Aquino, elle ne se contente pas de commémorer sa mémoire, mais investit l'acte d'écrire d'un rôle thérapeutique et émancipateur. La poésie devient la voie par laquelle elle va redéfinir sa propre identité, passant de l'épouse endeuillée au scribe engagé, construisant un pont de la mémoire personnelle à une mission universelle. Nous constatons qu'après le retour inévitable à l'accident, le lien perpétuel avec Aquino s'inscrit dans la mémoire du lieu, par le dialogue remanié, et la spiritualité émergente qui présage discrètement une transformation de Sílvia. Le processus de reconstruction de sens, déjà amorcé dans les poèmes par une révision du passé traumatisant, la réattribution des causes, la considération des bénéfiques, la construction de liens perpétuels, aborde enfin un changement identitaire. D'une veuve plongée dans le doute, Sílvia s'affirme comme une femme en quête d'un sens plus vaste à l'existence.

Il devient pertinent d'accentuer à ce point le titre de la biographie que publie Sílvia, en 2009, fruit d'une longue recherche qu'elle entame après la publication du recueil de poésie. Pour ce travail qu'elle poursuit durant plu-

¹⁶ Notamment dans le poème *Sonhando, continuarei sonhando* (Bragança, 2024 [original 1998]: 49).

sieurs années, elle reprend le titre d'un poème du recueil. Le poème *Batalhas ganhas, sonhos a continuar*¹⁷ (Bragança, 2024 [original 1998]: 35-36) enchaîne des réflexions et des dialogues remémorés, où Aquino apparaît d'abord comme amant, puis gourou, et enfin ami et muse. Ce récit poétique mis en scène dans un espace familial où règne Sílvia, la cuisine, tourne autour des rêves et d'action dans un continuum qui semble naturel même si inachevé. Inspirée par les combats menés et gagnés par Aquino, Sílvia gardera ses rêves vivants au cœur, avant de les transmettre aux jeunes, comme il l'aurait souhaité. La thématique du partage de la parole dans un mouvement dialogique – avec soi, l'autre et la communauté – s'inscrit dans une démarche explicitement mémorielle, renforcée dans le poème par l'allusion aux multiples langues, vecteurs de pensée. Si le poème se clôt sur l'image suspendue d'une épouse gardienne des rêves, c'est dans l'acte d'écrire la biographie éponyme que Sílvia nous convie à en trouver la suite. On y reconnaît le reflet de l'étoile radieuse du poème emblématique, allégorie puissante d'une femme qui reprend la barre de son existence, se réaffirmant comme l'auteure de ses paroles et de ses actes. Durant ce voyage qu'elle continue seule, mais soutenue et accompagnée, elle se redresse en scribe, fidèle à la transmission du message d'Aquino, ainsi qu'à sa propre promesse. Son acte d'écrire – qu'il s'agisse de poésie autobiographique ou de recherche biographique – nous conduit au cœur des concepts d'identité narrative, de reconnaissance, de responsabilité et d'altérité tels que proposés par Ricœur (Barthélémy, 2015: 440-444).

Ainsi, l'œuvre poétique de Sílvia forge un espace de résilience où l'intime rejoint le collectif. L'acte d'écrire, initié comme un geste de réconfort, devient une démarche de libération, puis de mission, où l'absence se comble par la parole transmise. À travers sa plume, Sílvia accomplit sa transformation d'épouse aimante à écrivaine investie d'une mission. Son écriture poétique va devenir un phare pour les jeunes générations, poursuivant les échanges ardents et érudits entamés dans l'intimité de la cuisine. Si elle remémore le sacrifice d'Aquino et ses combats acharnés pour la liberté, par le titre qu'elle donne

¹⁷ Batailles gagnées, rêves qui se poursuivent.

au recueil – *A quem a minha vida, a vida deu?* – elle y insère également dans un poème concis et visuel où s’expriment l’espoir et l’engagement (*Não mates, não tires ao sol o direito de nascer!*¹⁸; Bragança 2024 [original 1998]: 218), l’image du soleil levant comme métaphore de l’amour qui pousse à l’action.

RÉFÉRENCES

- Barthélémy, Annie (2015). Le self dans l’ouvrage de Ricœur *Soi-même comme un autre*. L’attestation de soi : certitude et fragilité du self. *Symposion*, 2, 4, 431-445.
- Bragança, Sílvia (2024 [original 1998]). *A quem a minha vida, a vida deu?* In Irene Silveira Almeida (Ed.), *Sonhos ao Sol by Sílvia Bragança* (18-49). Goa: Goa University.
- Bragantini, Attilio (2013). Identité personnelle et narration chez Paul Ricœur et Hannah Arendt. *Lo Sguardo – Rivista di filosofia*, 12, 2, 135-149.
- Davidson, Basil (1987). Aquino de Bragança, 1928-86. *Africa* 57, 2, Cambridge University Press.
- Den Elzen, Katrin (2021). Therapeutic writing through the lens of the grief memoir and dialogical self theory. *Journal of Constructivist Psychology*, 34, 2, 218-230.
- Gefen, Alexandre (2013). “Retours au récit”: Paul Ricoeur et la théorie littéraire contemporaine. *L’héritage culturel de Paul Ricoeur, Fabula-Colloques*, 1-8.
- Gillies, James; Neimeyer, Robert (2006). Loss, Grief, and the Search for Significance: Toward a Model of Meaning Reconstruction in Bereavement. *Journal of Constructivist Psychology*, 19, 1, 31-65.
- Neimeyer, Robert (2000). Searching for the Meaning of Meaning: Grief Therapy and the Process of Reconstruction. *Death Studies*, 24, 6, 541-558.
- Park, Crystal; Folkman, Susan (1997). Meaning in the Context of Stress and Coping. *Review of General Psychology*, 1, 2, 115-144.
- Piva, Edgar Antonio (1999). A questão do sujeito em Paul Ricoeur. *Síntese, Belo Horizonte*, 26, 85, 205-237.
- Steffen, Edith; Klass, Dennis (2018). Culture, contexts and connections: a conversation with Dennis Klass about his life and work as a bereavement scholar. *Mortality*, 23, 3, 203–214.
- Watteyne, Nathalie (2011). Paul Ricoeur : des poèmes aux récits et des récits aux poèmes. *Études littéraires*, 42, 2, 59-68.

¹⁸ Ne tue pas, n’enlève au Soleil le droit de naître !

WORLDS OF FREEDOM
AND UNFREEDOM: THE
TOTALITARIAN IMAGINARIES
OF LEWIS GRASSIC GIBBON'S
GAY HUNTER AND ANTONI
SŁONIMSKI'S *TWO ENDS OF
THE WORLD*

KATARZYNA PISARSKA
katarzyna.pisarska@elach.uminho.pt
Universidade do Minho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7567-5529>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-11_16

Texto recebido em / Text submitted on: 06/04/2025

Texto aprovado em / Text approved on: 05/11/2025

Biblos. Número 11, 2025 • 3.^a Série
pp. 367-387

ABSTRACT

This paper analyses the visions of totalitarian futures in two works written in the interwar period, namely Lewis Grassie Gibbon's *Gay Hunter* (1934) and Antoni Słonimski's *Two Ends of the World* (1937). In both novels, the rise of Fascism, supported by the use of advanced technologies, is shown as directly responsible for the destruction of the known world and for the suppression of individual and collective freedom. While addressing the rise of totalitarianism, both authors also envision humanity's return to a more primitive state, however, for different purposes. This paper, therefore, explores the intersections as well as differences in the authors' perceptions of modernity, progress, civilisation and primitivism, as crucial to their extrapolations of humankind's destiny.

Keywords: Totalitarianism; primitivism; Darwinism; utopia; dystopia.

RESUMO

Este artigo analisa a representação de futuros totalitários em duas obras escritas no período entre-guerras, *Gay Hunter* de Lewis Grassie Gibbon (1934) e *Dois Fins do Mundo* de Antoni Słonimski (1937). Nos dois romances, a ascensão do Fascismo, apoiada no uso de tecnologia avançada, mostra-se diretamente responsável pela destruição do mundo conhecido e pela supressão da liberdade individual e coletiva. Ao mesmo tempo que abordam a ascensão do totalitarismo, ambos os autores imaginam o regresso da Humanidade a um estado mais primitivo, ainda que com propósitos distintos. Este artigo explora, portanto, as intersecções bem como as diferenças das percepções que os autores têm da modernidade, do progresso, da civilização e do primitivismo, como aspetos cruciais à extrapolação do destino da Humanidade.

Palavras-chave: Totalitarismo; primitivismo; darwinismo; utopia; distopia

I

Across Europe, the interbellum period witnessed the development of literature along many strands covered by the label of Modernism. Those were the years of the modern Scottish Renaissance, which intended to regenerate national identity while reconnecting it with the international literary scene (see McCulloch, 2009: 1-8). In Poland, which regained independence after 123 years of partition, the early Modernism of the “Young Poland” period (c. 1890-1918), with its propensity for symbolism, neo-romanticism and decadence (see Milosz, 1969: 322-329), gave way to new tendencies after WWI, which advocated vitalism, optimism and fascination with everyday life (see Kowalczykowa, 2004).

However, interbellum authors both in Scotland and in Poland could not but notice the dangers of totalitarianism connected with the rise of Fascism in Italy and Nazism in Germany. Equally preoccupying was the threat of Communism represented by Soviet Russia. The sense of political instability and danger connected with the premonition of a new war looming on the horizon added to the pessimism of the 1930s, already aggravated by the hardships of the Great Depression and by the overwhelming feeling of civilisational crisis. Modernity was increasingly seen in literature through a catastrophic lens¹. Unsurprisingly, the interbellum is also an era of great totalitarian dystopias such as Yevgeny Zamyatin's *We*, Aldous Huxley's *Brave New World*, and Katherine Burdekin's *Swastika Night*, a trend which eventually culminated in George Orwell's *Nineteen Eighty-Four*.

This article analyses two such apocalyptic responses to the totalitarian depictions of “modernity”, Lewis Grassic Gibbon's *Gay Hunter* (1934) and Antoni Słonimski's *Two Ends of the World* (*Dwa Końce Świata*, 1937), which show the annihilation of humanity as directly resulting from the rise of Fascism and the use of modern technologies. The two works, written around the same time at two geographical extremes of the European continent, and

¹ On the changing mood in Polish literature between 1918 and 1939, and its apocalyptic and macabre tenor in the 1930s, see the chapter “Independent Poland 1918-1939” in Czesław Miłosz's *The History of Polish Literature* (1969).

thus in different social and political circumstances, become involved in a dialogue and a polemic with the visions of the future offered by speculative writers of the era like H. G. Wells and Aldous Huxley, reflecting on the direction in which European civilisation was supposed to be heading. While addressing the rise of totalitarian ideologies and its dystopian ramifications, both Gibbon and Słonimski depict humanity's return to a pre-historic, primitive state; however, they interpret this civilisational regress in different ways. The article thus explores the intersections of themes and literary and philosophical inspirations between the two works, as well as differences in the authors' perceptions of modernity, civilisation, progress and primitivism, as crucial to their respective presentations of what humankind's destiny might or should be.

II

James Leslie Mitchell, better known by his penname Lewis Grassie Gibbon², was an advocate of the diffusionist theory, promoted by such anthropologists and writers as William Perry, William Rivers, Harold Massingham, and especially Professor Grafton Elliot Smith from London University, whose *Human History* (1930) was a revelation to Gibbon. The diffusionists believed that primitive humans lived in a kind of Golden Age, they were nomadic hunter-gatherers, not settled food producers. They were not constrained by laws and they needed no laws, because in their innocent primitive condition, humans were naturally kind, generous and sociable. As there was no idea of the state, there was no government. Primitive man had no religion and therefore no externally imposed moral code, no taboo, no sense of sin and no propensity for violence. According to the aforementioned theory, man lived in this condition for thousands of years until the accidental discovery of agriculture in ancient Egypt. It was there and then that civilisation began, forcing former nomads into a settled

² In this article I use Mitchell's penname, Gibbon, as the one commonly used in the scholarship devoted to his works, even though he published *Gay Hunter* under his real name.

lifestyle, subjecting them to the authority of government, religion and social hierarchies. As this civilisation spread (or diffused) around the world, it also made wars inevitable (Young, 2004: 419; cf. Gibbon and MacDiarmid, 1934: 18). Such nostalgic longings for a primitivist, almost Rousseauian utopia were criticised by Gibbon's contemporaries and have now been largely discredited in anthropology (see Idle, 1999: 259-260), yet they explain why Gibbon, avowedly not a primitivist himself (see Gibbon and MacDiarmid, 1934: 245), regarded civilisation as evil³.

Interestingly, as Jeremy Idle notes, Gibbon believed that modernity, understood as the irreverent and rebellious twentieth century, should wipe out everything that preceded it – much in the vein of the Italian Futurists, who wanted to destroy museums, libraries, and academies, or like theorists of early Modernism (e.g. T. E. Hulme) who postulated the destruction of all poetry that was more than twenty years old (Idle, 1999: 258, 260). The annihilation of the old, as Gibbon thought, would give birth to a new, different, civilisation. Such sentiments are visible in Gibbon's novels and essays, e.g. *The Thirteenth Disciple*, in which he depicts the nineteenth century going up in flames, or in "Aberdeen", in which he envisions the destruction of sixteenth-century city parts which speak of suffering, death and ignorance, shadowed by cheerless Calvinism, as opposed to "the glinting, flinting structures that tower new-built up Union Street" (Gibbon and MacDiarmid, 1934: 209; cf. Idle, 1999: 261). As will be seen, such sentiments also find their way into *Gay Hunter*.

In *Gay Hunter* (1934), Gibbon uses the time-travel motif borrowed from his literary mentor H. G. Wells, and sends a young female American anthropologist, the eponymous Gay Hunter, on a dream trip from the 1930s to a far distant future in which the use of destructive technologies has brought

³ Speculation on the human predicament during a Golden Age, of course, constitutes a long tradition in the imagination of the West. Its bifurcations range from the Garden of Eden to the Elysian Fields, from Arcadia to the Islands of the Blest, far predating Rousseau. Life in a condition of fullness has also produced the idea of Cockaigne. Such imaginings have been called "the utopia of escape" and "the body utopia" (Sargent, 2010: 12). For more information see: Claeys and Sargent, 1999: 2-3; Claeys, 2011: 17-23 and 29-32; and Kumar, 1991: 2-12.

human civilisation to ruin and the descendants of the survivors live the life of the Cro-Magnon. The primitive world of the future, in line with the author's diffusionist outlook, is one of unfettered freedom, equality and natural morality, uncontaminated by the advanced science, violent ideologies and racist hierarchies of Gay's own times. This idyllic life is eventually threatened by the spectre of Fascism, carried into the future by Gay's fellow time-travellers, Major Ledyard Houghton and his fiancée, Lady Jane Easterling. The Fascist couple want to re-create the ancient civilisation with themselves as masters and the new humans as slaves, a plan which is eventually thwarted by Gay and a group of hunter-gatherers⁴.

Significantly, Gay resembles the Cro-Magnon even before she meets them: she says that her teeth are like the teeth of the Cro-Magnon, her bones are big and archaic, in contrast to the reed-like figures fashionable in her days (4), and she likes going around naked (9). Quite naturally, she becomes the mouthpiece for Gibbon's diffusionist views. The opening paragraphs show Gay taking in the sight of the landscape of the Wiltshire Downs, in which the megalithic Stonehenge can be seen in the vicinity of later human creations – Pewsey village, the Netheravon barracks and the Upavon military airfield. The landscape spatializes humanity's historical departure from the freedom, simplicity and peace of the hunting-gathering Golden Age, beginning with the rise of religions, through settled agricultural communities, and ending with modern facilities connected with warfare. The quiet Wiltshire Downs, but for the barracks and airfield, look like "the world of the antique men", inviting diffusionist reflections on Gay's part about the time when the hunters hunted naked and free "with no dream of that which awaited their kind in the deeps of the future" (5). Those reflections are followed by Gay's repeated criticism of modern civilisation as ruthless, militaristic and dehumanizing, humanity's dystopian creation based on all sorts of oppression, in which "[a]ll the poor folk labour[ed] at filthy jobs under the gathering clouds of war and

⁴ For a discussion of Gibbon's representation of the totalitarian ideologies of Fascism and Nazism in *Gay Hunter* see Pisarska, 2024: 66-69.

an undreamed tyranny”, and “the world was one great pounding machine, pounding the life out of humanity, making it an ant-like slave-crawl on an earth tuned to a dung-hill of its own futilities” (15).

In the novel's present, and indeed in its futuristic projections, the ideologies of Fascism and Nazism are posited as most pernicious and despotic, curbing civil liberties and subordinating human lives and works to the overreaching goals of their respective tyrannies. Meeting Major Houghton for the first time, Gay reflects on the unspeakable horrors of the Nazi persecution of German Communists, and, by implication, of all those who do not conform to the racial and cultural standards of the National-Socialist “utopia” – the people whom Houghton calls “the scum” (13) and the Nazis call the *Untermenschen*. When invited to speculate on the future of the human species, Houghton paints a nationalistic vision of England based on hierarchy, racial purity and moral and cultural regeneration through a return to some vaguely defined original state (conveyed by his repeated use of the word “again”), an ideal which is undermined in the present times by the decadent, denationalising and multicultural forces of Modernism (13)⁵. As such his vision can be seen as an example of what Timothy Snyder calls the *politics of eternity* [original italics], i.e. “a longing for past moments that never really happened [...]”, erecting “illegible monuments to national victimhood, all of them distant from the present, and all of them equally accessible for manipulation”, where “[e]very reference to the past seems to involve an attack by some external enemy upon the purity of the nation” (2017: 121; cf. Riemen, 2018: 26). Implicit in Houghton's ideas is strict control and the subjugation of the human body and spirit within the confines of an ethnically uniform authoritarian state, akin to the Fascist oligarchy, as opposed to the freedom of an individual in a cosmopolitan, liberal and egalitarian community, most

⁵ Houghton's vision corresponds with the definition of Fascism as “a politicized and revolutionary form of ultranationalism bent on mobilizing all remaining ‘healthy’ social and political energies to resist the perceived onslaught of decadence so as to achieve the goal of a regenerated national community. It is a project that involves the rebirth (palingenesis) of both the political system and the social and moral culture that underpins it” (Griffin, 2005: 795).

closely represented by liberal democracy. Ironically, Fascism and Nazism (the two terms seem to be often used interchangeably in the novel), are seen as throwbacks of an earlier, more primitive stage of civilisation, whose savage mentality and irrationality are now supported by modern military technologies. This train of thought can be noticed in Gay's musings on "the beasts and savages of civilisation gathering under the swastika flag" (10). Elsewhere, disgusted with Houghton and his fellow-Fascists, Gay observes that "you couldn't wash off the[ir] foul beliefs and superstitions that came out of the dreary past and equipped them with knives wherewith to cut the throats of all the decent traits in civilisation" (10).

Initially, after her encounter with the primitive people, who call themselves the Folk of the Place, Gay wryly notes the collapse of "the dreams and plans and hopes" (52) of her own century regarding the path that humanity was supposed to follow: "The England of Shakespeare, Newton, Awebury – it had ended in nakedness, brown skins, and a bow..." (53). Such thoughts, however, give way to the perception of the hunters' innate nobility and their truly human, unaffected, deeply physical and moral engagement with the world and other people. Gay is surprised that Rem, one of the hunters, fails to take advantage of the fact that they are alone in the country and does not act towards her like a savage from a pornographic novel, aggressive, cannibalistic and driven by the basest of instincts (59-60). For a while she blames his "unnatural", completely asexual attitude on her own unattractiveness as a woman (62). She soon realises, however, that sexual violence and exploitation have no place among the primitive men of the future: they never impose themselves on another human being, and they kill only in defence or when they hunt for food. Moreover, the sexuality of the new humans is not policed by patriarchal laws, taboos and hypocrisy. It is predicated on spontaneity, freedom, empathy and the equality of the sexes. This state of affairs is contrasted with the oppression of women in Gay's own times, in which they are reduced to breeding machines, as is the case in Fascism and Nazism (15), or they become, their bodies sexualised by conventions and taboos, "doll[s] in the rags of civilisation's clothes", and thus mere objects "for the dreary lust of men" (117).

Gay's findings, therefore, contradict the prevailing conception of natural man as savage. Aggression, just as the calculating and mercenary behaviour of marriageable women of Gay's time, is an unnatural product of her own, savage, civilisation (65). The novel, accordingly, shows Gay's sexual awakening in a world of primeval innocence and unhampered desire. When she finally makes love to Rem, the experience is a liberating one, both for Gay and implicitly for all the women in history whose sensuality has been throttled by the miasmas of patriarchy – "it was as though she were all the starved and cheated women of all time who had mated in shame, inadequately, hemmed in by codes and taboos and shames – she was their justification, in her their dim, sad lives found harbour" (102).

In consequence, Gay begins to notice the superiority of the primitive utopia based on freedom, sympathy and equality to the state of unrealised enslavement and unhappiness of present-day humanity within the confines of a civilisation that was supposed to protect them (a necessary acquiescence that Freud so convincingly describes in his *Civilization and its Discontents*).⁶ This contrast between the thriving and liberated future humanity, survivor of the old world of inequality and oppression, and its degraded twentieth-century counterpart, civilisation's waning experiment, is highlighted in the episode presenting Gay's conversation with the Old Singer of the tribe. The aged hunter, "wizened ancient, brown and tough and naked, with his thin gnarled hands and perfect teeth, lithe and compact", is contrasted with the old man Gay once saw outside Paddington Station – a "battered old man with a face like a decaying fungus, green and horrible", in whose eyes she saw only "hopeless fear and death". "That was what it had meant for the masses of the people since they built the first Pyramid," observes Gay, "– toil and taboos and a slimy death" (80). It is no wonder, therefore, that Gay regards the new humans as "the freest and finest people [she has] ever met" (154) and refuses to participate in Houghton and Jane's plans to colonise and enslave them.

⁶ For details see Freud, 1981: 95ff.

However, the old world of masters and slaves threatens to make a comeback when Major Houghton and Lady Jane lay their hands on ancient technologies and enslave some of the Folk⁷ after poisoning their minds with the Evil Song of the Voices, i.e. the promises of a better, safer and easier life, in short with “the madness of civilisation” (106). Those powerful “ghostly fetters from the past”, Gay muses, can affect even the minds of the innocent dwellers of future Arcadia, who mistake them for “guiding links to freedom” (114), a conclusion which reflects the belief held by generations of (anti-)utopian authors from Swift to Golding and beyond about the corruptibility of human nature. The diseased dreams of power and progress, which brought down the old world, have been forgotten by the survivors of the global cataclysm, making it possible for them to create a life of freedom and innocence in which new dreams are dreamt, new paths envisioned by purified humanity, in oblivion of its oppressive and degenerate prehistory (106-107). The far-future world is a place of utopian possibility, mapped by the mental evolution of humankind disconnected from its biological past, a species which in its aims and desires is seen as completely distinct from twentieth-century hominids. The primitive utopia of the future is therefore predicated on the transformation of the psyche, not only its physical environment or bodily form. It is a Rousseauian eupsychia, “an optimum state of consciousness”, where the “perfectly autonomous, fulfilled” individual I is integrated with the organic and united communal I (Manuel, 1978: 2), living in the state of nature.

It is this newly emergent individual and collective mind, free of civilisational sins and atavisms, which is endangered when Houghton and Lady Jane lure some of the hunters into subjection with their old promises, bringing again humanity’s Fall from grace, which is noticeable in the shame of the slaves regarding their own nakedness. Meaningfully, the new Fascist masters

⁷ Lyall notes an unintended connection of “Folk” with the German “Volk”, in the context of the novel warning against Nazism (2015: 132). The connection is surely relevant, as is, presumably, the etymology of the word “slave”, which connects a condition of social inferiority and lack of freedom with the Slavonic peoples.

establish their headquarters in The Shining Place (i.e. ancient London), a deserted metropolis of one of the Hierarchies – the highly advanced states of the Fascist Federation from centuries before – in which the racial elites once subjugated, mistreated and exploited the eugenically bred Sub-Men, “the ancient Lowly” (87). The war between the Hierarchies and the Sub-Men, about which Gay learns from a recording left to posterity, “signifies the conflict of total politics of the 1930s – fascism and communism – projected into the future” (Lyall, 2015: 131-2), and the Sub-Men’s final rebellion against their oppressors results in the complete destruction of the then civilisation in an atomic war. Likewise, the Fascist utopia of Houghton and Lady Jane, which revives all the Fascist horrors of the previous centuries, is destroyed at the end of the novel in an almost biblical twist, first by an explosion, like the Cities of Sodom and Gomorrah (175), and then by a flood, obliterating Fascism’s Satanic threat to the Folk’s Edenic freedom and innocence.

III

If Gibbon postulates humankind’s salvation in its return to the untainted innocence and freedom of the early *Homo sapiens*, Antoni Słonimski explicitly rules out this possibility. Written in response to Huxley’s *Brave New World*, which Słonimski saw as an attack on progress and as a vindication of primitive forces (Mazan, 1975: 84; see also Słonimski, 1956: 302-305), *Two Ends of the World* presents technological development and humanity’s return to nature as equally terrifying options (Mazan, 1975: 86). Set in the year 1950, the story shows the annihilation of humanity by means of Blue Rays, a highly advanced weapon of mass destruction operated by Hans Retlich, a hyper-Fascist, who wants to restore humans to their primitive origins. For this purpose he preserves only a selected group of young people called Rubenites (from the name of his estate Ruben in Denmark), conditioned from infancy to a life of brutality and discipline. However, a few specimens of old humanity remain and they become carriers of pre-apocalyptic values and attitudes, while the new world becomes a battleground between the extremes of Fascism and Communism.

The novel is set in 1950 but the world it extrapolates is virtually the world of the 1930s. Hitler, Goering, Il Duce and Stalin are still alive, so is the League of Nations, sluggish and ineffective as usual. The name of Retlich is a quasi-anagram of Hitler (see Mazan, 1975: 85), and both their careers and the states they create bear a number of similarities. Interestingly, Retlich is also a former member of the Nazi Party and the former commandant of a concentration camp. The aesthetics of Retlich's camp at Ruben have a lot in common with the aesthetics of Hitler's Nazi state: a blend of Germanic and ancient Roman elements, with black spiders (like black swastikas) on the Rubenite banners (81, 89). Moreover, Retlich's new society is a male comitatus, in which the sexual drive is supposed to be sublimated into an intimate relation with the leader, while the woman's only role is to give birth to new male worshippers (90).⁸

On a deeper level, Słonimski's book is a Darwinist satire which interrogates humankind's position in the evolutionary scheme, and poses questions about the nature of humanity and about what it is that makes us different from brute beasts. It is not surprising, therefore, that his novel directly refers to and resonates with the ideas and works of those utopian authors in which evolution, eugenics and the hierarchy of species constitute major themes. H. G. Wells, Karel Čapek, Aldous Huxley and George Bernard Shaw provide an imaginative context for Słonimski's satirical vision. Moreover, Darwinism, whether biological or social, is inextricably linked in Słonimski's novel with the ideology of Fascism, which presupposes, as Retlich notes, "a regression to earlier life forms and a renunciation of humanitarianism as an element weakening the conquering spirit and force" (35).⁹

Retlich's ideas clearly resonate with the cultural primitivism underpinning the respective versions of Italian and German Fascism and their cult of violence. As noted by George Boas:

⁸ Compare Susan Sontag's views on body, gender and aesthetics in *Fascism* (1981: 89-93).

⁹ All translations from Polish are mine.

The emphasis upon leadership, that which was later to be called by the Nazis the *Führerprinzip*, was a throwback to the model of the horde governed by the will of a strong man. Mussolini emphasized the need for strength and power. Bitterly opposed to any form of humanitarianism, a kind of neo-Darwinism was his ideal. Man was a superior form of ape and must remember this.

(1973: 597)

In Retlich's new world, this precept is taken literally as humankind's evolutionary step back: humans should be made to resemble their immediate animal ancestors, i.e. apes, to abandon their upright position and instead walk on all fours. Humankind's post-apocalyptic purification leads through brutalisation and subjection to evolutionary mechanisms. The struggle for survival and the law of the jungle are reflected in Retlich's new Decalogue, which promotes blunt and brutal force and the exploitation of one person by another (19). They will "fight tooth and nail for their lives" (37), states Retlich, who makes the Rubenites' living conditions as difficult and primitive as possible. The Blue Rays kill all creatures with more advanced nervous systems, which includes higher taxonomic divisions from amphibians to mammals. However, in his ark at Ruben, Retlich preserves major animal predators, venomous species and parasites (35), which serve as man's natural enemies. In the same manner, he forbids all technology, medical inventions, more complicated weapons and even everyday tools, which fall into the category of "Life made easy" – the Rubenites fight with sticks and maces, and open coconuts and cans with their nails or with stones (52).

Other important elements of the Rubenites' devolved condition are ignorance, lack of self-awareness and the atrophy of all higher feelings and pursuits. Even though the choice of boys and girls is determined by "racial criteria", Retlich, as opposed to the Nazis, does not choose the Nordic race, as it has too much predisposition to humour, "one of the greatest anarchic forces of the old world" (35). Instead, he chooses Laps, allegedly "the saddest people on earth" (35). Religion is also dangerous because it makes one raise one's head to the stars and from there it is only a stone's throw away from

art and dreaming, this Jewish invention (17), a creativity divorced from “accuracy and purposefulness”, which is Retlich’s motto. Moreover, affecting human emotions, art introduces an element of unpredictability and chaos – a lesson learnt from Plato – just as nature is unpredictable in its evolutionary preferences of preservation and elimination. That is why Retlich regards Fascism and Nazism as half-measures, as you can trust no one – even Hitler may all of a sudden become religious and start singing French songs because every human being carries inside the seeds of civilisational malaise (19). Old humanity has to be eliminated *in toto* to make sure that the disease has been extirpated. Only what he deems worthy of preservation will be preserved and the new humanity has to be methodically “created”. Retlich becomes such a Creator, a new God the Father, from whose gardens at Ruben, as if from Eden, will come new uncorrupted Adams. In this context, the name of the strongest Rubenite, Yar, acquires a new significance – “Yar” read backwards is “Raj”, i.e. “paradise” in Polish (cf. Mazan, 1975: 90).

Trying to control nature, Retlich resorts to eugenics and conditioning. The children he chooses are all colour-blind and descended from tone-deaf parents; therefore, they are allegedly “insensitive to a filth called art” (17). The words “beautiful” and “ugly” are struck out of language and replaced by “useful” and “useless”, utilitarianism instead of aesthetics, a policy which resonates not only with the manipulation of the language for the purposes of the official propaganda¹⁰ but also with the elimination of purpose-less activities (e.g. art for art’s sake) in totalitarian states like Nazi Germany (Arendt, 1973: 322). Raising one’s head is severely punished and the Rubenites are to live in caves because the ceiling forms a barrier between the head and the sky and forces a person to bend and walk on all fours. As the inheritors of the earth the Rubenites are denied all scientific inventions that would ensure their domination as a species because it would imply teaching them, and teaching would “infect their pure and virtuous psyche with the miasmas of beliefs and desires, and push this undisturbed stream of blood [again] into the madness

¹⁰ For details on the language of the Third Reich see Klemperer, 2013.

of art and Communism” (37). Ignorant, brutish and cruel, and very literally returned to nature, the Rubenites must be protected against this pernicious influence, so Retlich also decides to destroy all the remnants of civilisation such as books, paintings, statues and all technological achievements¹¹.

Retlich's implementation of his deterministic and mechanistic worldview puts an end to the long and arduous rise of consciousness – intellectual and moral – among the cycles of progress and regression. As noted by the narrator: “A mysterious force of destinies, laboriously pushing the human species forward, ended in a disaster” (30), which brings to mind Bergson's concept of “creative evolution” and of the *élan vital*, a force behind the development of all life, and all creative and artistic activity of humankind. However, nature and its uncontrollable forces, Bergson's vital impetus, prevail in the end, first, in the accidental survival of a handful of old humans, and second, in the awakening of the Rubenites as a result of a simple dance performed by Zina, an Italian Roma girl, which leads to Yar's rebellion against Retlich and the eventual killing of the dictator.

Interestingly, arguing against humanity's return to nature, Słonimski resorts to one of the major myths of literature, namely *Robinson Crusoe*, which praises human resourcefulness and expresses faith in the benefits of civilisation. Henryk Szwalba, one of the survivors of the Blue Ray apocalypse, is referred to as a Warsaw Robinson, while Warsaw is compared to a sunken ship or a desert island (see 43, 71-2). Encumbered with the goods salvaged from shops and libraries, he resembles Robinson from illustrations in children's books (44), he only needs a parrot and an umbrella. His yearning for another human being, his Friday, as the narrator puts it, is fulfilled when he

¹¹ Preventing the unfettered cultural growth of the Rubenites, Retlich also restricts their freedom to privacy. Following the best totalitarian traditions, his hyper-Fascism obliterates the boundary between private and public life (see Arendt, 1973: 338-339), which is shown as both disturbing and grotesque. Solitude is a crime, therefore, the Rubenites have to always stay together, even when using the toilets (53). Moreover, the system of collectivist life, devised by Retlich, encourages mutual surveillance and informing on one another for personal benefit and rewards (52).

meets Chomiak – not a man-eater but a sausage-eater (55) – who is hardly a noble savage, rather a true savage, a Warsaw con man, aggressive, carnal and opportunistic. At first Szwalba is convinced of his civilising mission with respect to Chomiak: “Now I have an obligation to look after my companion in misery. I must eradicate his drinking habit, I must educate him and introduce him to the world of beauty’, ambitiously deliberated Robinson, listening to the mighty snoring of his Friday” (64), but Chomiak’s education is virtually lost on him. Szwalba and Chomiak represent respectively the perennial duality of reason and instinct: Szwalba escapes into the world of literature and art while Chomiak indulges his appetites, and Szwalba’s lack of sexual temperament is contrasted with Chomiak’s overblown libido (72). Being an opportunist, Chomiak is also better at adaptation to new circumstances, which guarantees his evolutionary success – he establishes an immediate rapport with the Rubenite rebels led by Yar and at the end of the novel he is the first to follow the new humans to wherever they intend to go (cf. Wyka, 1989: 39).

In the character of Szwalba, Słonimski represents a passage between two extremes in thinking about human nature and its destiny. Initially, Szwalba believes that people can be changed for the better by science and art; that they can be ennobled by knowledge, beauty and progress. He awaits Socialism free of violence and terror; he regards hatred as a curable disease in a species which is still very young, and which will eventually turn to “justice, freedom and peace” (45). Szwalba’s initial faith in humankind’s intellectual and moral perfectibility gives way to utter disillusionment. From Szwalba’s perspective, humanity’s return to the state of nature is a return to some earlier evolutionary stage, but far more primeval than Retlich’s intended regression to apes. Humans have jumped back several taxonomic divisions and at least one extinction event, and the world is now returned to the era of dinosaurs – “reptiles or Archaeopteryxes “(45) – only disguised as the *Homo sapiens*. Szwalba’s reflections anticipate the concept of the triune brain, developed by Paul D. MacLean in the 1960s. According to this theory, the human brain consists of three complexes: reptilian, responsible for instinctual behaviour involved in homing, mating, territoriality and

aggressive display; paleomammalian, responsible for emotion and motivation governing feeding, reproduction and parenting; and neomammalian, which makes it possible for humans to speak, write, learn and solve problems (for details see MacLean, 1990: 15-17). Szwalba comes to realise that he was always wrong about humanity: the reptilian brain worked insidiously under cover of higher mammalian and strictly human motivations, and the world destroyed by Retlich, a world of injustice, exploitation, war and all kinds of suffering, was a direct consequence of humanity never really being human but beastly (46-47). If Retlich kills old humankind because of its departure from its natural beastly heritage, Szwalba condemns it for never having attained a fully human condition, free of violent atavisms. Szwalba notices the same mistakes and perversions in Yar's behaviour as happened before: a product of Retlich's hyper-Fascism, Yar creates Communism (with a recognisable Bolshevik face), with its various abuses and horrors: collectivism, stifling bureaucracy, terror, surveillance, arbitrary punishments and show trials (see 110-112). The new humanity, therefore, is merely a continuation of the old world, forever governed by prehistoric beasts, and this "tyranny of nature" can only be resisted through escapism (121).

Ultimately, Szwalba's Darwinist outlook, as Professor Pankhurst, a scientist from Edinburgh and another survivor, points out, amounts to dividing humans into Morlocks and Eloi. The former, brutish and driven by instincts, are bound to survive, while the latter, peaceful and given to intellectual and aesthetic pursuits, are doomed to die, as they are too weak without the support of a civilised society and its various protective mechanisms. They are like mistletoe, in Szwalba's opinion, they live only as long as the tree (i.e. civilisation) which makes their life possible (112). Professor Pankhurst follows Yar and his company, hopeful about the possibility of creating a better world, in which humanity will again "look to the stars [...] and find elation in word, colour and sound", and in which "human thought will again build the edifice of knowledge" (120). He wants to actively contribute to the progress of the new humanity, to restrain savagery and ignorance, and bring forth the era of peace and love (120). Pankhurst's utopian hope and involvement are contrasted with Szwalba's disillusionment and withdrawal

into the world of art and literature, as he stays behind, in the desert island of Warsaw, all alone.

As such, Pankhurst's and Szwalba's respective attitudes can be defined – if somewhat simplistically – in terms of positive and negative types of freedom, as conceptualised by Isaiah Berlin in his seminal 1998 essay “Two Concepts of Liberty”. In the circumstances that exist, Pankhurst exercises his freedom *to* – “to be a subject, not an object; to be moved by reasons, by conscious purposes”, to be “a doer – deciding, not being decided for, self-directed and not acted upon by external nature or by other men as if [he] were a thing, or an animal, or a slave incapable of playing a human role, that is, of conceiving goals and policies of [his] own and realising them” (1998: 203). Szwalba, on the other hand, represents freedom *from* – from coercion, from any arbitrary interference, by people or institutions, with his life and actions, a freedom which is in principle individualistic, and which lies at the foundation of individual rights and civil liberties (1998: 194, 200).

IV

Written in the same decade and permeated with the same fears of a looming war, the works of Gibbon and Słonimski present nature (understood as the world of living things and as the basic character of humanity) and civilisation as crucial to their respective totalitarian imaginaries. Gibbon's primitives have no history and no memory of the old world, an oblivion which is a utopian blessing. The primitive hunters stand for an ideal of moral life and communal spirit, and reflect Gibbon's own faith in man's innate goodness. Humanity's return to nature is therefore seen as an opportunity to recover our true uncorrupted nature of pure and noble desires and motivations, a quality which Gibbon sees as necessary to bringing forth a new world of freedom, justice, equality and peace – it involves the return to a time beyond history in order to change the course of history. In Gibbon, therefore, the vector of human perfectibility goes backward to biological and pre-civilisation origins, implying the re-awakening of the Cro-Magnards in us, even though, as he writes elsewhere, “human nature go[es] into an underground pit for a million years” (1986: 254). In Słonimski's novel, in contrast, humanity's return to

nature is presented as a Darwinist nightmare, in which all the creations of human genius are lost and the true human nature, forever savage and beastly, which has been brewing beneath the thin veneer of civilisation and culture, is liberated and given free rein. Corruption, therefore, is only tangentially connected with civilisation, it is humanity's inherent flaw that infects and is perpetuated by the products of civilisation. Nature is very explicitly contrasted here with expressions of human thought and creativity like art and literature which offer Henryk Szwalba routes of inner exile. Even modern technologies, destructive as they are, are not condemned wholesale by Słonimski, but rather their users – people motivated by “[c]omplexes, big and small, psychological traumas, hormones, [and] secretory glands” which, as Professor Pankhurst points out, have shaped the history of the world (113). Retlich's Rubenites, like Gibbon's primitives, have no history or knowledge of what the old humanity has achieved or what crimes it has perpetrated. They are, in Pankhurst's words, like sticks or boards in a fence not like living trees with leaves and roots, and so, they are bound to build the new world through trial and error, but build they will. Hence, the novel implies that the history of human civilisation is made up of cycles, a Spenglerian notion which is encapsulated in the words allegedly spoken by Aldous Huxley at the beginning of the novel – “the frame of the universe will remain and within this frame nature will again create all its errors and delights” (8).

Surprisingly, however, both authors end on a hopeful note. *Gay Hunter* wakes up from her post-apocalyptic dream of a primitive utopia and returns to her own times, when “there are still pity and kindness, humour, love and irony” (184). She can see the cityscape of London, the future Fascist metropolis of her dream, and voices the hope that it “might yet, as in all the world, build [the people] a life that would never know the nightmare of the Hierarchies” (184). However, the nature of a better world remains open. “There are many Songs – this we live, and that which you lived,” says Rem, a hunter from the future, with Gay on the verge of wakefulness. “And all are part [...] of a greater singing. Even though it may not be with us, you have still your own Song” (180). Equally open is the fate of humanity in Słonimski's novel: the landscape of Warsaw and by implication of the

whole world is an echoing void, and the last sentences describe Szwalba as a primitive man, emaciated and hairy, with his eyes bloodshot from intensive reading. However, he sometimes comes out of his cave to look at the sky on moonlit nights, as if he was waiting for the colourful aeroplanes promised by departing Professor Pankhurst – symbols of humanity’s utopian condition that will one day be attained¹².

BIBLIOGRAPHY

- Arendt, Hannah (1973). *The Origins of Totalitarianism*. San Diego: Harcourt, Brace, Jovanovich.
- Berlin, Isaiah (1998). Two Concepts of Liberty. In Henry Hardy and Roger Hausheer (Eds), *The Proper Study of Mankind: An Anthology of Essays* (191-242). New York: Farrar, Straus and Giroux.
- Boas, George (1973). Primitivism. In *Dictionary of the History of Ideas*, vol. III (577-598). New York: Charles Scribner’s Sons.
- Claeys, Gregory (2011). *Searching for Utopia: The History of an Idea*. London: Thames & Hudson.
- Claeys, Gregory, and Lyman Tower Sargent (1999). Introduction. In Gregory Claeys and Lyman Tower Sargent (Eds). *The Utopia Reader* (1-5). New York and London: New York University Press.
- Freud, Sigmund (1981). *Civilization and Its Discontents*. In James Strachey (Ed.), *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud*, vol. XXI (64-145). London: The Hogarth Press.
- Gibbon, Lewis Grassic, and Hugh MacDiarmid (1934). *Scottish Scene or the Intelligent Man’s Guide to Albyn*. London and Melbourne: The National Book Association, Hutchinson and Co. Publishers.
- Griffin, Roger (2005). Fascism. In Maryanne Cline Horowitz (Ed.), *New Dictionary of the History of Ideas*, vol. 2 (795-803). New York: Charles Scribner’s Sons.
- Idle, Jeremy (1999). Lewis Grassic Gibbon and the Urgency of the Modern. *Studies in Scottish Literature* 3, 1, 258-268.
- Klemperer, Victor (2013). *The Language of the Third Reich*, trans. Martin Brady. London: Bloomsbury.

¹² In contrast, Marta Wyka reads the ending of the novel in irredeemably pessimistic terms, as the failure of both the individual and civilisation (1989: 41).

- Kowalczykowa, Alina (2004). The Interwar Years – 1918-1939. In Grażyna Borkowska (Ed.), *Ten Centuries of Polish Literature* (202-227). Warsaw: Inst. Badań Literackich PAN.
- Kumar, Krishan (1991). *Utopia and Anti-Utopia in Modern Times*. Oxford: Basil Blackwell.
- Lyall, Scott (2015). The Battle for Civilisation in Gibbon's Science Fiction. In Scott Lyall (Ed.), *The International Companion to Lewis Grassic Gibbon* (119-132). Glasgow: Scottish Literature International.
- Manuel, Frank E. (1978). A Dream of Eupsychia. *Daedalus* 107, 3, 1-12.
- Mazan, Bogdan (1975). Antyutopia jako negatywna oraz utajona odmiana utopii: (na przykładzie "Dwóch końców świata" Antoniego Słonimskiego). *Prace Polonistyczne* 31, 73-93.
- MacLean, Paul D. (1990). *The Triune Brain in Evolution: Role in Paleocerebral Functions*. New York and London: Plenum Press.
- McCulloch, Margery Palmer (2009). *Scottish Modernism and its Contexts 1918-1959: Literature, National Identity and Cultural Exchange*. Edinburgh: Edinburgh UP.
- Milosz, Czesław (1969). *The History of Polish Literature*. New York: Macmillan.
- Mitchell, J. Leslie (1986). *Three Go Back*. London: Lionel Leventhal Limited.
- (1989). *Gay Hunter*. Edinburgh: Polygon Cosmos.
- Pisarska, Katarzyna (2024). Totalitarianism and the political imagination in interbellum Scottish utopian literature. In Anieła Korzeniowska and Izabela Szymańska (Eds), *The Meeting of Scotland and Europe* (59-70). Warsaw: Wydawnictwo Naukowe Semper.
- Riemen, Rob (2018). *To Fight Against This Age: On Fascism and Humanism*. New York, London: W. W. Norton & Company.
- Sargent, Lyman Tower (2010). *Utopianism: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press.
- Słonimski, Antoni (1956). Zła książka świetnego pisarza. In Władysław Kopaliński (Ed.), *Kroniki Tygodniowe 1927-1939* (302-305). Warszawa: Państwowy Instytut Wydawniczy.
- (1991). *Dwa końce świata*. Warszawa: Książka i Wiedza.
- Sontag, Susan (1981). Fascinating Fascism. In *Under the Sign of Saturn* (73-108). New York: Vintage Books.
- Snyder, Timothy (2017). *On Tyranny: Twenty Lessons from the Twentieth Century*. London: The Bodley Head.
- Young, Douglas F. (2004). Mitchell, (James) Leslie. In *Oxford Dictionary of National Biography*, vol. 38 (418-423). Oxford: Oxford UP.
- Wyka, Marta (1989). *Głosy różnych pokoleń*. Kraków: Znak.

AS MULHERES NO ROMANCE
DE SABINE SCHOLL
TRANSIT LISSABON (2024)*

Women in Sabine Scholl's novel
Transit Lissabon (2024)

MARIA DE FÁTIMA GIL

mfgil@fl.uc.pt

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras de Coimbra | Universidade do Porto,
CITCEM

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2928-0371>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-11_17

Texto recebido em / Text submitted on: 03/05/2025

Texto aprovado em / Text approved on: 27/08/2025

Biblos. Número 11, 2025 • 3.^a Série

pp. 389-410

* Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UID/04059/2025 com o identificador DOI <https://doi.org/10.54499/UID/04059/2025>.

RESUMO

No Verão de 1940 chegou a Portugal uma grande onda de refugiados judeus, que traziam ideias novas e poderiam ter influenciado o caminho do país para a liberdade. O Estado Novo, porém, travou qualquer mudança. Tanto a História, como a Literatura têm vindo a interessar-se pela presença desses fugitivos e pelos seus efeitos na sociedade portuguesa, equacionando as respostas do povo luso ao comportamento liberal dos exilados e, bem assim, as reações dos exilados ao Portugal de então. É sob este último ponto de vista que o presente estudo aborda o romance de Sabine Scholl *Transit Lissabon*. Centrando-se nas personagens femininas, pretende examinar não só a sua configuração literária, mas também o modo como elas avaliam as mulheres e os homens portugueses com que se cruzam nesta obra de metaficção historiográfica e de meta-memória.

Palavras-chave: Estado Novo; refugiadas; portuguesas; metaficção historiográfica; meta-memória.

ABSTRACT

In the summer of 1940, a large wave of Jewish refugees arrived in Portugal, bringing new ideas that could have influenced the country's path to freedom. The Estado Novo, however, curbed any change. The presence of these fugitives and their effects on Portuguese society have interested both History and Literature, particularly regarding the responses of the Portuguese to the liberal behaviour of the exiles, as well as the reactions of the refugees to the Portugal of the time. It is from this latter point of view that this study approaches Sabine Scholl's novel *Transit Lissabon*. Focusing on the female characters, it intends to examine not only their literary configuration, but also their assessment of the Portuguese women and men they come across in this work of historiographic metafiction and meta-memory.

Keywords: Estado Novo; female refugees; Portuguese; historiographic metafiction; meta-memory.

INTRODUÇÃO

“Liberdade” foi a palavra mais dita, gritada, chorada, abraçada, em Portugal, no dia 25 de Abril de 1974. O que começara como um golpe de Estado militar, posto em prática por uma geração de jovens oficiais de carreira, transformou-se numa verdadeira revolução, porque o povo encheu a rua em apoio eufórico aos capitães. Nessa altura, a palavra “Liberdade” não exprimia somente libertação de 40 anos de fascismo, mas também libertação de uma existência fechada, presa a uma conceção ruralista da sociedade e dos “bons costumes”, que teimava em ignorar as transformações no mundo. As mulheres, remetidas para um lugar de secundarização nessa sociedade patriarcal e retrógrada, eram duplamente vítimas e tal circunstância pouco se alteraria até 1974. Só a Revolução dos Cravos viria a originar transformações significativas na realidade da discriminação das mulheres portuguesas. A mudança na condição feminina poderia, contudo, ter ocorrido bem mais cedo, tivesse Salazar permitido que Portugal fosse país de acolhimento – e não apenas país de trânsito –, para a onda de refugiados que chegaram a este extremo ocidental da Europa, na década de 1940, fugindo a Hitler¹.

A Historiografia Contemporânea e os Estudos Literários e Culturais vêm sublinhando o choque que significou, na política e na sociedade portuguesas, a presença de todas estas pessoas – na sua grande maioria de origem judaica –, acossadas pela incerteza e pelo medo, mas habituadas a um mundo mais moderno, mais livre e mais cosmopolita². Historiadoras como Irene Pimentel, Christa Heinrich, Katrin Sippel ou Carolina Henriques Pereira e estudiosas da Literatura e da Cultura como Teresa Oliveira ou Manuela Veloso olharam para essa realidade destacando a perspectiva feminina. Irene Pimentel, por exemplo, chama a atenção para a influência das refugiadas na moda e nos

¹ De entre os estudos sobre a ditadura portuguesa, destaquem-se as obras do historiador Fernando Rosas; por exemplo Rosas, 1994.

² No âmbito da historiografia, realço os volumes – hoje em dia consagrados – de von zur Mühlen, 1992; Pimentel, 2006; Milgram, 2010; e Schäfer, 2014 [2002], sobre os quais assenta grande parte das observações que se seguem sobre o tema. No domínio dos Estudos Literários e Culturais, saliento a notável coletânea de Oliveira e Teixeira, 2018.

costumes, sublinhando o facto de as mulheres em Portugal, principalmente as mais jovens, terem começado a imitá-las:

As estrangeiras influenciaram a moda, com a introdução do turbante, do penteado curto ‘à refugiada’, dos sapatos com cunha de cortiça e dos vestidos curtos.

Seguindo o seu exemplo, muitas jovens portuguesas começaram também a sentar-se em cafés e a frequentar, sozinhas, o cinema e a sair à rua sem meias, luvas e chapéu.

(Pimentel, 2006: 170)

Não se pense, todavia, que estes comportamentos eram bem aceites por todo o universo feminino. Muitas mulheres portuguesas, sobretudo das classes médias e altas, desaprovavam tais levandades, pois, para elas, os papéis sociais estavam bem definidos: o espaço público era dominado pelo homem e à mulher cabia o espaço do lar³. Nos círculos mais conservadores, começava-se a vituperar a alegada má influência dos novos hábitos sobre a moral. Isso mesmo comprova uma carta que a presidente da secção portuguesa da Ação Católica Internacional para Obras de Protecção às Raparigas chegou a escrever a Oliveira Salazar, em julho de 1940, protestando pela “imoralidade crescente que a afluência de refugiados estrangeiros vem trazendo às nossas praias, estâncias termais e vilas da Província” e exigindo dele medidas contra “os abusos de quem tão pouco sabe respeitar os costumes e tradições do país que generosamente lhe deu guarida” (*apud* Pereira e Faria, 2024: 154).

Com efeito, a liberdade das refugiadas perturbava os códigos da sociedade lusa e, se encantava as jovens da época, deixava as senhoras escandalizadas e os homens mesmerizados pela ousadia. Não resisto a transcrever dois apontamentos sobre o assunto, que Irene Pimentel também cita. O primeiro é retirado do romance *O Cavalo Espantado* (1960), de Alves Redol:

³ Sobre a condição feminina em Portugal nos anos 1940, cf., por exemplo, Martins, 1994: 103-122; Pimentel, 2006: 166-169; Garrido, 2020: 201-209; e Sippel, 2024: 36-37.

E as estrangeiras sentaram-se por ali [na esplanada], a ler e a conversar [...]. Ficou ali uma montra de pernas e de coxas para todas as gulas lisboetas, às escâncaras, sem pudores recalçados. [...] Do passeio dos cafés começaram a chegar bichas de gente, assim com modos distraídos [...]. Os rapazes dos jornais vieram repetir para ali as suas gaifonas; atiravam-se para o chão, em lutas combinadas, de maneira a revezarem-se nos miradouros das paisagens insólitas. [...] As senhoras passavam e fugiam perturbadas de tão escandalosa vergonha pública [...].

(*apud* Pimentel, 2006: 168)

O segundo é uma reflexão de Alexandre Babo, na autobiografia *Recordações de um Caminheiro* (1983):

À [pastelaria] “Suíça”, no Rossio, já chamavam o “Bompernasse”, ali onde predominavam as mulheres [...] fumando em público. [...] Tudo isto era um murro na boca do estômago do provincianismo nacional. [...] Aquela gente aparentava outros hábitos, mais livres, mais naturais e abertos [...], [elas] sentadas nos cafés, nas cervejarias, nos passeios públicos, o que até então era apanágio exclusivo dos homens e de algumas poucas mulheres.

(*apud* Pimentel, 2006: 168)

Como é óbvio, Salazar nunca autorizaria que os ventos de mudança trazidos pelos refugiados pusessem em causa os alicerces sociais, políticos e religiosos sobre os quais construiu o seu Estado Novo. Não surpreende que, desde 1938 – com a anexação da Áustria (*Anschluss*) e a Noite de Cristal –, mas sobretudo na Primavera de 1940, após a capitulação da França, Portugal passasse a aceitar os fugitivos a Hitler apenas temporariamente, pressionando os refugiados a encontrarem soluções além-mar com rapidez. Em face de tal política, “apesar de os refugiados terem sido responsáveis por mudanças de hábitos e de comportamentos dos portugueses, não houve lugar a uma modificação dos valores conservadores e tradicionalistas nacionais” (Pereira e Faria, 2024: 165).

Se se conhece a forma como a sociedade lusa reagiu ao comportamento liberal dos refugiados europeus, não deixa de ser igualmente interessante

olhar a questão da perspectiva oposta, ou seja, como os refugiados, à época, encaravam a sociedade portuguesa. Assim, a elegante Alma Mahler-Werfel – mulher do escritor austríaco Franz Werfel – fala de “uma calma paradisíaca, num país paradisíaco” (*apud* Heinrich, 2002: 6)⁴, enquanto a jovem Ruth Arons⁵ achou Lisboa uma “aldeia, muito atrasada” (*apud* Pimentel, 2006: 55). Outras refugiadas salientam os hábitos retrógrados, particularmente no que toca às mulheres. Margit Morawetz recorda que as jovens da classe média não podiam sair à rua sem ser acompanhadas e Yvette Davidoff lembra que, quando foi com a mãe a um café, todos os homens ficaram a olhá-las estupefactos; como depois lhe explicaram, as mulheres não frequentavam cafés e muito menos sozinhas (Sippel, 2024: 43). O escritor Alfred Döblin, por seu turno, queixa-se da luz e do ruído de Lisboa, que lhe parecem demasiado intensos, tal como o hábito masculino a que chama “o escarro anatómico”, mas não deixa de assinalar a simpatia e solidariedade dos portugueses, à semelhança do que fazem outros colegas seus, como Friedrich Torberg ou Jan Lustig (Pimentel, 2006: 135, 141, 160, 173). Compreensivelmente, dada a sua precária situação, os estrangeiros raramente enunciam uma posição de crítica política. Mas tal não significa que não se apercebiam da miséria social. A ativista antinazi Eva Lewinski, por exemplo, encontra em Alfama, “miséria indescritível, sujidade e horror”, com as crianças doentes e andrajosas e os adultos a viverem em casas sem qualquer réstia de luz (Heinrich, 2002: 7).

Tanto no que toca às reações da sociedade portuguesa, como no que diz respeito aos juízos dos fugitivos, as historiadoras acima mencionadas fundamentam as suas afirmações num cuidadoso levantamento de dados, recolhidos em arquivos, jornais e entrevistas, mas joeiram igualmente textos memorialistas ou recorrem até, como vimos, a obras de ficção. No contexto da historiografia pós-moderna, consciente da sua própria construtividade e

⁴ Esta e outras traduções ao longo do trabalho são da minha responsabilidade e, em virtude das limitações de espaço, não poderão ser acompanhadas pelo original alemão.

⁵ Ruth Arons chegou a Lisboa em 1936, aos 13 anos, com os pais e a irmã. No final da guerra, casou com o historiador Joaquim Barradas de Carvalho e veio a ser uma das poucas refugiadas conotadas com a oposição a Salazar.

discursividade desde Hayden White, Katrin Sippel justifica esta metodologia: “[m]emoirs and memories as well as novels and articles in the press, must be taken for what they are – subjective and very personal accounts. Nevertheless, they can illustrate a historic situation or an argument.” (Sippel, 2024: 36).

A par deste potencial ilustrativo dos textos ficcionais para a historiografia, convém não esquecer, do ponto de vista dos Estudos Editoriais, a liberdade de configuração da História pela Literatura e as estratégias especificamente literárias utilizadas para tal. Se é verdade que “[h]istorical novelists take the bare bones of ‘history’, some facts, some atmosphere, some vocabular, some evidence and weave a story within the gaps” (de Groot, 2010: 10), eles dispõem, para isso, de meios particulares, que as convenções da ciência histórica normalmente interditam. Refiro-me, por exemplo, às técnicas de presentificação dos pensamentos e das emoções das personagens e à semantização de certos artifícios narrativos.

Dois dos romances que Irene Pimentel aproveita para a sua argumentação – *Deus não Dorme* (1944), da jornalista e escritora francesa Suzanne Chantal⁶, e *Sob Céus Estranhos* (1962), da escritora judia-alemã Ilse Losa – são disso bons exemplos⁷. O mesmo podemos dizer sobre *Transit Lissabon*, publicado por Sabine Scholl, em 2024.

1. O ROMANCE *TRANSIT LISSABON*

A escritora austríaca Sabine Scholl, nascida em 1959, é uma autora multifacetada, cujo trabalho se desdobra entre a poesia e o romance, entre o ensaio e o drama. O reconhecimento da sua produção traduziu-se já em diversos galardões,

⁶ Trata-se, na verdade, do pseudónimo da jornalista, escritora e crítica de cinema Suzanne Yvonne Marie Beaujoin, que abandonou Paris em 1940 e se fixou em Portugal, casando em 1949 com o jornalista José Augusto (dos Santos).

⁷ Estes dois romances são frequentemente citados nos estudos que abordam a passagem dos refugiados por Portugal, pois, ao contrário das curtas referências nos textos de Alfred Döblin, Heinrich Mann, Lion Feuchtwanger e outros, incidem especificamente sobre o tema. *Sob Céus Estranhos*, não obstante apresentar um protagonista masculino, foi visto desde a sua publicação como uma biografia ficcionalizada da autora e tem sido objeto de numerosos trabalhos; destaque, por exemplo, Marques, 2001 e Holzschuh, 2013.

designadamente o prestigiado “Literaturpreis der Stadt Wien”, que lhe foi atribuído em 2022.

Nesse ano, Scholl deu à estampa um romance intitulado *Die im Schatten, die im Licht*, que merece uma breve referência, porque a autora, para além de utilizar a técnica de montagem habitual nas suas narrativas, aborda, pela primeira vez, a temática da Segunda Guerra Mundial. Com efeito, a obra apresenta aspetos da vida de nove mulheres austríacas, que foram vítimas ou beneficiaram do regime nazi, desde o *Anschluss* até ao fim da guerra. Nesta ótica decididamente feminina, algumas das figuras são decalcadas de personalidades históricas conhecidas, outras resultam da composição de detalhes de variadas origens. Quer isto dizer que subjaz ao romance uma cuidadosa investigação documental – como, aliás, testemunha o circunstanciado e inabitual registo de fontes, que também existe em *Transit Lissabon*. Nessa medida, ao demonstrar até que ponto o acesso ao passado da Segunda Guerra Mundial resulta crescentemente da mediatização material da memória e não já da ligação geracional, o romance exemplifica um traço importante da meta-memória, no sentido de Jan Lensen (2021)⁸. Não obstante a abundância de documentos consultados, porém, *Die im Schatten, die im Licht* não pretende “reproduzir” a História. Procura, antes, revelar literariamente paradigmas de vida femininos em tempo de guerra (Gürtler, 2022), assumindo-se como uma metaficção historiográfica (Hutcheon, 1988)⁹. O seu propósito é o de alargar a memória histórica, sem abdicar nem da liberdade criativa que

⁸ Lensen afasta-se aqui do conceito avançado pela primeira vez por Birgit Neumann (2008), visto que esta estudiosa se refere ao tratamento reflexivo de recordações pessoais, tenham elas sido vividas ou transmitidas em contexto familiar pela geração que lidou com os acontecimentos. Lensen sublinha que o período da memória comunicativa sobre a Segunda Guerra Mundial está a esgotar-se e considera que a negociação ficcional do passado pelas gerações mais novas surge menos de uma relação direta do que de “material media, such as film, TV-series, documentaries, history books, biographies, memories, reports, monuments, museums, archives, art, and literature” (Lensen, 2021: 1).

⁹ Consabidamente, o conceito de metaficção historiográfica foi proposto por Linda Hutcheon (1988), para designar as formas literárias pós-modernas que esbatem as fronteiras entre História e Literatura, questionando a objetividade da primeira, mas reforçando também o carácter ficcional da segunda, ao chamarem a atenção sobre as próprias estratégias do ato de narrar.

assiste à ficção, nem das estruturas autorreflexivas com que a literatura da pós-modernidade expõe a consciência de si mesma.

Na obra *Transit Lissabon*, Scholl retoma os princípios temáticos e compositivos já concretizados em *Die im Schatten, die im Licht*, centrando-se, desta feita, na fuga dos intelectuais de língua alemã a Hitler¹⁰.

Scholl explica, no “Nachwort” [Posfácio] (277-279), que o estímulo para o romance surgiu da escassa atenção dada na Áustria às escritoras exiladas e ainda do seu próprio interesse pela atriz e autora vienense Hertha Pauli. Contudo, afirma não se ter limitado à biografia de Pauli e do respetivo círculo de amigos, uma vez que pretendia destacar também o salvamento de milhares de refugiados por Portugal. Tal intenção decerto beneficiou da experiência de Scholl como Leitora na Universidade de Aveiro entre 1988 e 1990 (<https://sabinescholl.com/about/>). Por um lado, o contacto com o idioma luso ter-lhe-á facilitado o acesso à importante bibliografia existente entre nós. Por outro lado, esses são os anos da reabilitação, no nosso país, do antigo cônsul em Bordeaux, Aristides de Sousa Mendes (Milgram, 2010: 103-104), cuja importância Scholl também salienta no “Nachwort” (278). O tema da passagem dos refugiados por Portugal foi “descoberto” nessa altura e tornou-se um assunto que continua a suscitar atenção, a nível nacional e internacional. Assim, *Transit Lissabon* constitui um dos exemplos mais recentes de um interesse específico, que tem produzido artefactos culturais e literários tão diversos como os já citados estudos académicos, várias exposições – por exemplo a que foi organizada pelo Goethe Institut de Lisboa, em 1994 –, projetos inter-artísticos – veja-se a produção *Sob Céus Estranhos*, de Daniel Blaufuks (2002/2007) – e romances como *A Small Death in Lisbon* (1999), de Robert Wilson, ou *O Pintor Debaixo do Lava-Loiça* (2011), de Afonso Cruz, entre outros.

Ao contrário da obra *Die im Schatten, die im Licht*, em *Transit Lissabon* a focalização oscila entre o ponto de vista das figuras femininas e o das personagens

¹⁰ Futuras citações ou referências do romance serão apenas assinaladas com a indicação da página respetiva.

masculinas, mas as mulheres continuam a ocupar um lugar fundamental no cerne da diegese. Naturalmente, isso acontece porque a autora se inspirou na vida de Hertha Pauli e no triângulo amoroso que ela manteve com o escritor alemão Walter Mehring e com o jurista austríaco Carl Frucht. Foram estas personalidades históricas que deram origem às figuras ficcionais de Ava Blom, Billy Friedländer e Conrad Rosendahl, respetivamente. Sabine Scholl reforçou, todavia, o elemento feminino, ao acrescentar duas outras personagens, compostas a partir de múltiplos dados reunidos na sua investigação. Trata-se da jovem costureira e fotógrafa amadora Louise Jolowitz, ou só Lou, namorada de Conrad em Lisboa, e ainda da espia francesa Chantal, que trabalha para os ingleses e nos é apresentada através das suas memórias. Note-se que enquanto os outros protagonistas são identificados com apelidos judaicos, desta figura só se sabe o nome próprio. Contudo, uma das *personas* que assume no arriscado ofício de espia – designadamente quando frequenta o círculo das senhoras da legação alemã em Lisboa e usa na lapela uma pequena cruz suástica (123-125) –, chama-se Susanne, tal como a avó de Frankfurt que a ensinou a falar alemão sem sotaque. Em minha opinião, o facto de a figura se dar a conhecer com estes dois antropónimos poderá ser uma curiosa homenagem de Sabine Scholl à autora da já mencionada obra *Deus não Dorme*, que trata da vida dos refugiados em Portugal e também consta na bibliografia do livro em análise.

A inclusão de Chantal constitui uma das mais interessantes estratégias narrativas do romance. Ela participa fugazmente nas histórias das outras protagonistas, mas surge sobretudo como narradora intradieética e autobiográfica, através da colagem de textos memorialistas, escritos num plano temporal posterior ao tempo da narrativa e distribuídos em cinco diferentes capítulos ao longo da obra. Outro artifício utilizado no romance, que não só permite evocar o contexto histórico mais vasto, mas tem um evidente propósito comentador, consiste na montagem de muitas e variadas referências intertextuais. Sublinhe-se a citação de lírica de língua alemã, com trechos desde Andreas Gryphius (1616-1664) a Hilde Spiel (1911-1990), sem esquecer, naturalmente, Walter Mehring. O mesmo desígnio tem a integração de outros *media* no romance – filmes, jornais, canções –, cujos excertos surgem por vezes, de forma pouco comum, como títulos dos segmentos em que a obra

se divide¹¹. Para além desta polifonia e semantização, assinala-se ainda um conjunto de métodos tradicionalmente utilizados para diversificar a enunciação narrativa – como a alternância de pontos de vista, o uso reiterado do discurso indireto livre, ou a caracterização oblíqua das personagens, através, por exemplo, da relação que estabelecem com certos objetos¹².

Se as técnicas de montagem e poliperspetivação põem em causa a narrativa linear e são já características das obras da modernidade, sabemos que a pós-modernidade acentua esta função metaliterária, para discutir o processo de criação artística e o tratamento dado à História pela Literatura. Em *Transit Lissabon*, tal questão é realçada no posfácio – que, não por acaso, abre com as palavras “Podia ter sido assim” (277). Este começo, inesperado e fortemente desilusionístico, enfatiza a dimensão ficcional, o elemento lúdico e autorreflexivo da metaficção historiográfica, no preciso momento em que, para surpresa do leitor, se revela que a narrativa partiu de figuras reais e de uma situação histórica específica.

O paratexto é, pois, semantizado e torna-se um segmento-chave na estrutura do romance. Mas a diegese de *Transit Lissabon* – escrita na linguagem simples que caracteriza Sabine Scholl, com frases curtas e paratáticas, frequentemente de desenho lírico e muitas vezes elípticas – pode ser dividida em três blocos. O primeiro inicia-se durante o exílio parisiense das personagens, em 1938, retrocedendo em seguida a Berlim, no final dos anos vinte. Só numa segunda macrossequência se avança para o período português, até à partida para a América. O romance tem ainda um epílogo, intitulado “Nachwelt” [Posteridade], que arredonda a história, resumindo a existência subsequente das figuras.

¹¹ Veja-se, por exemplo, o título seguinte, retirado de um panfleto de 1933, onde se antecipa o famigerado auto-de-fé dos livros, em maio desse ano, em Berlim: “Limpem as vossas bibliotecas! Cultivem a cultura alemã e destruam a literatura inferior e corrompida de escritores não alemães! Os livros selecionados serão recolhidos pela associação de estudantes e mais tarde queimados solenemente.” (26).

¹² É o caso de Lou com a sua máquina fotográfica – oferecida pelo pai –, que constitui não só uma projeção de memória afetiva, mas também um escudo e uma forma de captação do mundo, ajudando a mostrar a ancoragem da figura entre passado, presente e futuro.

Na moldura criada por essas duas secções, que decorrem fora de Portugal, o texto explana as vivências dos quatro protagonistas – e de Chantal – neste pequeno país do sudoeste europeu. O presente trabalho procura investigar como a experiência da alteridade portuguesa se reflete em *Transit Lissabon*, centrando-se nas figuras femininas. Se as refugiadas, como disse na introdução, eram vistas de forma contraditória – ora modelos a seguir, ora libertinas e desrespeitosas para com os “bons costumes” –, interessa-me agora examinar como são construídas no romance e como avaliam as mulheres e os homens portugueses com que nele se cruzam.

2. AS REFUGIADAS E A SUA PERSPETIVA SOBRE OS PORTUGUESES EM *TRANSIT LISSABON*

Começemos pela elegante Chantal, de cabelo ruivo e *chignon* francês (75), a quem cabe representar, no romance, uma categoria específica do ecossistema luso da época: os espiões que abundavam em Lisboa durante a guerra. Figurando como autora de memórias, apresenta-se aos leitores numa posição autodiegética e com a distância temporal de uma década, que lhe permite avaliar criticamente o Portugal salazarista. A par da instância narrativa heterodiegética, é através desta figura que o romance transmite informações sobre a realidade do país e também as interpreta e enquadra no contexto próprio da ditadura. Assim, Chantal menciona o nacionalismo e a exaltação do império, incutidos desde tenra idade (122-123), a importância do volfrâmio para a economia (256), a pressão sobre os refugiados para que partam rapidamente (94), o analfabetismo da maior parte da população (258) e o isolamento em que o ditador mantém o país (122). A este propósito chega a citar a célebre frase “Orgulhosamente sós!” (258), que Salazar só proferiu muito mais tarde, em 1965, na conjuntura da guerra colonial.

Chantal habita no mesmo alojamento de Lou, a pensão “Glória” (74)¹³, mas quase não se cruza com o grupo dos quatro protagonistas, porque se

¹³ Não por acaso, trata-se do local em que Döblin esteve hospedado na sua fuga por Lisboa.

move noutros espaços sociais: os dos refugiados glamorosos e endinheirados que frequentam o Casino e as praias do Estoril (257). Nos vestíbulos dos grandes hotéis, adota outra *persona* e passa por criadora de moda, folheando revistas internacionais à procura de inspiração (96). Com a sua “boa aparência, as maneiras de um internato suíço, conhecimento de várias línguas, um guarda-roupa elegante” (148) e algumas joias – que, ao contrário dos outros refugiados, não precisa de vender –, Chantal sabe integrar-se em cada um dos diferentes cenários, obtendo, de todas as conversas que ouve, indicações preciosas.

A primeira vez que a encontramos é numa passagem de modelos a que assistem senhoras portuguesas. A espia qualifica-as como “matronas” e descreve-as, física e ideologicamente:

As pernas roliças, os pés em sapatos grosseiros, na sua maioria castanhos. Nos dedos carnudos das mulheres havia anéis brilhantes, com pedras que cintilavam. Peles espessas cobriam-lhes os ombros, em drapeado. Os seus chapéus inclinavam-se para a direita, tal como as suas ideias. Aquelas que podiam dar-se ao luxo de se sentar aqui eram normalmente casadas com homens poderosos ao serviço do Professor Salazar. (70)

Chantal caminha entre elas de forma graciosa, deixando claro que cresceu em Paris e que é diferente das jovens portuguesas. Tem, todavia, o cuidado de ocultar o seu lesbianismo e a sua relação com Ruth, jovem bailarina de um clube noturno frequentado por alemães, que a mantém muito bem informada sobre tudo o que ouve (150).

Os traços conservadores e a apresentação tradicionalista – e deselegante – das senhoras da sociedade são alimentados por aquilo que, segundo Chantal, as revistas da época escreviam sobre o ideal feminino. Embora, na realidade, certos periódicos elogiassem não só a moda inovadora das refugiadas, mas também a adesão de algumas portuguesas aos novos trajés (Sippel, 2024: 44), Scholl, pela voz da sua personagem, acentua um viés nacionalista e retrógrado na imprensa. Chantal nota que as revistas femininas realçavam as diferenças entre as estrangeiras e as portuguesas, opondo às

primeiras, supostamente de olhar desafiador, sedutoras, ousadas e vestidas de forma extravagante, os olhos negros, a doçura e a timidez alegadamente característicos das mulheres portuguesas, que não se deixariam empolgar pelos novos figurinos (147). A modéstia lusa ganhava à modernidade e à liberdade das exiladas, que envergavam em Lisboa vestidos de manga curta, usavam batom, dispensavam a combinação, os chapéus, as meias e as luvas, e calçavam escandalosas sandálias de cunha. Chantal relata a este propósito o incidente em que, acompanhada pelo milionário arménio para quem avaliava pintura – e no qual se reconhece a figura de Calouste Gulbenkian –, quase foi expulsa do Restaurante Tavares:

No início, quiseram mandar-me embora do Tavares por causa das minhas sandálias parisienses, de couro vermelho, os pés nus, as unhas visíveis e envernizadas. Isso era indecente. Andar descalço na cidade era proibido, diziam eles. As mulheres portuguesas usavam sempre sapatos fechados. Mas o arménio, sendo um *gentleman*, convenceu o empregado com dinheiro. [...] A partir desse dia, as sandálias passaram a ser permitidas no Tavares. Os pés descalços já não eram apenas um sinal de pobreza, mas um símbolo de elegância, desde que estivessem cobertos por sandálias francesas pecaminosamente caras. (98)

A investigação historiográfica confirma que a proibição de andar descalço na cidade era uma estratégia do regime para ocultar a miséria da população e que não usar meias ou sapatos fechados era indecoroso para as senhoras da alta sociedade lusa (Pimentel, 2006: 159, 167-168). Mas Chantal não se limita a transmitir informação factual sobre essa proibição e sobre as mulheres portuguesas. Aqui, ela desempenha o seu papel de instância comentadora: a estranheza que revela denuncia tais imposições como sintomas da condição retrógrada e iliberal do país, ao mesmo tempo que, com ironia, expõe a pequena corrupção e o poder do capital, capaz não só de inverter e naturalizar o que até então era interdito, mas até mesmo de o elevar a um plano de suprema distinção. Ao fazer tudo isto de forma autodiegética, colocando-se no centro dos episódios, conquista a simpatia dos leitores e leva-os a partilhar a sua opinião.

Também as vienenses Ava e Lou suscitam empatia, não tanto pela forma como são literariamente construídas – a maior parte das vezes de maneira tradicional, sob mediação da instância narradora heterodiegética –, mas antes pelo destino de fugitivas que é o seu. De origens sociais diferentes, representam, na constelação de personagens, a contrapartida feminina dos respetivos apaixonados, Billy e Conrad, e tal como eles, são configuradas no romance de modo contrastivo.

Ava, alta e elegante, de cabelos castanhos, olhos verdes e sobrancelhas desenhadas à moda, com um traço fino, vem de uma família da alta burguesia judaica, culta e não praticante, e recebe dinheiro do pai e do irmão, que estão a salvo em Zurique. Lou, por seu turno, loira, de cabelo curto, estatura pequena e quase sem maquilhagem, nasceu num bairro operário vienense, foi para Paris fazer a sua formação como costureira e, chegada a Portugal, não tem quaisquer notícias dos progenitores. Estes dados sobre as famílias ganham importância no romance, porque permitem invocar o contexto da perseguição na Áustria. No caso de Ava, Scholl alude à neutralidade da Suíça, país que no início acolheu fugitivos e de onde é possível receber divisas, o que facilita não apenas a sobrevivência desta personagem, mas também a do seu amigo Billy, como acontecia com alguns refugiados. No caso de Lou, Scholl lembra uma das humilhações mais terríveis a que os judeus austríacos foram submetidos pelos nazis: o pai da jovem, fotógrafo de profissão, depois de ter visto o seu estúdio destruído na Noite de Cristal, é obrigado a esfregar a rua com uma pequena escova (136). O facto de Lou não saber dos pais, deixa facilmente perceber o seu destino.

As duas protagonistas não diferem, todavia, apenas na aparência e na classe social. Assim, enquanto Ava é uma intelectual, que ainda não descobriu o seu caminho, nem na arte nem na vida, que não tem sentido prático e depende dos amigos para as coisas mais essenciais, Lou é uma artífice pragmática, que rapidamente consegue sobreviver com o seu trabalho. Enquanto Ava só domina o francês e se encontra, por isso, mais isolada, Lou depressa compreende e fala a língua portuguesa. Por fim, enquanto Ava mergulha, em Lisboa, num abismo de desespero e depressão que a faz adoecer, Lou mantém-se ativa e objetiva, trabalhando numa organização de apoio aos refugiados, juntamente com o namorado, Conrad.

No que toca a Portugal, Ava é a primeira a obter informações sobre o país, em Bordéus, nos dias em que aguarda o visto do cônsul Aristides de Sousa Mendes. Porém é a Lou que cabem as vivências iniciais em Lisboa. O prazer de comer torradas com manteiga e – ao contrário do que notava Alfred Döblin – a intensa e quente luz da cidade sobrepõem-se ao impacto de um café cheio de homens, que cospem ruidosamente para o chão (67). Seguindo pela Baixa, esperam-na duas outras surpresas: por um lado, os assobios e piropos que os portugueses lhe dirigem; por outro, o facto de perceber “que era a única mulher à vista, a andar sozinha pelas ruas” (68). Se aqui já ecoa o pressuposto dos diferentes espaços simbólicos e de género, referidos na introdução deste estudo, Lou ainda vê reforçado o seu assombro quando sai da pensão à noite, pois os assobios tornam-se mais altos e insistentes. Em discurso indireto livre, dá-se voz à incredulidade da figura: “Onde estavam as mulheres nesta cidade? Ficavam sempre em casa? E aquelas que andavam tão tarde cá fora eram aparentemente presa fácil” (75). Também o espanto dos portugueses face à liberdade das refugiadas – a que Alves Redol e Alexandre Babo, como vimos, deram expressão – surge associado a Lou, quando Chantal lhe confirma que os homens fitavam ostensivamente as pernas nuas, os ombros e mesmo os decotes das refugiadas (78). Mas a expedita jovem vienense encontra uma solução para afastar os olhares e os galanteios inconvenientes: apesar de considerar que muitos dos homens “até nem pareciam nada mal”, ela pega na máquina fotográfica e finge que fotografa os mirones (78-79).

Outra situação que Lou acha insólita verifica-se na praia. Enquanto os portugueses se sentam na areia sem despirem a sua indumentária habitual – “as mulheres de vestido, meias e xailes, os homens de camisas brancas, gravatas, fatos e sapatos escuros e pesados” (133) –, os estrangeiros usam calções ou, no caso das mulheres, fatos de banho de duas peças. Mas, de novo, isso atenta contra a moral: “De vez em quando, os agentes da polícia faziam patrulhas, vigiando os códigos de vestuário contra a permissividade excessiva. Se a nudez autorizada fosse ultrapassada, eram distribuídas multas” (133).

Igualmente proibidas eram as carícias dos apaixonados em público. Também neste caso os polícias estavam atentos à distância e Lou não pode

deixar de ser irónica ao ver um jovem casal português tocar disfarçada e timidamente na mão um do outro, iludindo a proibição: “E isso ao ar livre, à luz do ofuscante sol, à frente de toda a gente! [...] Escandaloso!” (210).

Ava, por seu turno, quando chega a Lisboa, não só acha a cidade provinciana – como Ruth Arons – e reage com perturbação ao ruído e à luz – como Alfred Döblin –, mas também se confronta com as convenções retrógradas. Não percebe por que razão Conrad recusa as suas manifestações de ternura em público (100-103) e é-lhe difícil compreender o que leva os portugueses a mirarem-na tão insistentemente: “Aquilo era um jardim zoológico? E ela um animal raro?” (119), desabafa, em discurso indireto livre. A narradora heterodiegética vem em seu auxílio, lembrando aos leitores a condição feminina em Portugal e explicando a reação dos homens. Vale a pena citar todo o trecho, embora seja longo:

Uma mulher sozinha num café durante o dia, isso era impensável. As mulheres portuguesas viviam escondidas. Quanto mais distintas fossem, menos eram vistas. As raparigas, quando muito, olhavam das janelas para as ruas movimentadas. Só era permitido sair com acompanhante e nunca sem um destino. Passear só era possível para os homens. E se as mulheres saíam de casa para fazer recados ou passear com a proteção masculina, faziam-no malvestidas. Cores impossíveis, saias vermelhas com blusas verdes, um lenço amarelo. Os seus penteados, simples. Escondiam o rosto sob véus dependurados de chapéus aborrecidos. As suas meias eram de um castanho claro repugnante, os seus sapatos fechados e mal cosidos. A etiqueta ditava que as mulheres nunca deviam ser abordadas por um homem desconhecido. Claro que os portugueses assobiavam e estalavam a língua quando uma mulher desacompanhada se aproximava deles. (119-120)

Ava tem acesso a mais uma perspectiva sobre as mulheres portuguesas quando vai convalescer nas Caldas da Rainha, uma das chamadas “residências fixas” para onde os refugiados eram encaminhados. Aí apaixonava-se pelo jovem Nuno, de quem engravida, mas, como no final se saberá, acaba por sofrer um aborto espontâneo (272-273). Nas Caldas e nas aldeias próximas,

Ava depara-se com a pobreza endêmica do interior: “As pessoas da aldeia viviam principalmente de peixe seco e couve. A acompanhar, batatas em vinagre e azeite” (157). Nuno, que é um assalariado rural muito atraente e surpreendentemente culto – por ter frequentado o seminário em Coimbra, antes de ser expulso (163-165 e 220) e se ter tornado antifascista (260-267)¹⁴ –, mostra-lhe a realidade da emigração, bem como as duras condições em que a mãe vive. Quando Ava, cedendo à religiosidade católica que já a fascinara na infância, se entrega no seu ninho de amor a uma atmosfera de ruralidade mística e insiste em ir a Fátima – o que, mais tarde, a fará até escrever um romance sobre a Irmã Lúcia e o chamado milagre (274)¹⁵ –, Nuno também desconstrói a imagem idealizada. No santuário, não deixa de lhe dizer que as pessoas que ela vê, vestidas de escuro e a cumprir promessas com grande devoção e sacrifício, são apenas vítimas do interesse sociopolítico do Estado, que tem vantagem em manter o povo analfabeto e preso a orações em vez de contestar a indigência em que vive (235 e 237).

Se todas estas representações transmitem uma visão disfórica do Portugal salazarista, essa heteroimagem ainda se acentua num outro momento, pois a miséria não é exclusiva da província. Também existe em Lisboa e afeta sobretudo as crianças, como Lou percebe:

No passeio havia crianças agachadas a pedir esmola. Lou tinha pena dos pequenos. A maior parte deles nem sequer podia ir à escola, para aprender a ler e a escrever. Muitos morriam de fome [...]. Nas praças, em frente às estações de caminho-de-ferro, nos degraus que levavam às igrejas, estavam sentados a tossir, estropiados ou martirizados com doenças de pele, a lastimar-se. [...] Mas depois o Professor Salazar preferia gastar o dinheiro numa parada da grandeza do império em vez de em hospitais ou escolas. (231)

¹⁴ Este amor por Nuno inspira-se no romance que Hertha Pauli viveu realmente com Gilbert Dubois, um jovem carpinteiro de uma pequena aldeia francesa, que viria a juntar-se à *Résistance*.

¹⁵ Scholl esclarece ter-se inspirado, para este pormenor, no romance que Franz Werfel escreveu em Lourdes sobre Santa Bernardette (278).

A realidade que a voz narrativa aqui desenha era a que, como vimos acima, tinha impressionado Eva Lewinski na sua passagem pela capital. Mas Lou vai mais longe, ao criticar a inversão de prioridades e os gastos supérfluos numa ideia ultrapassada de glória. Na referência à “parada da grandeza do império”, o leitor compreende a alusão ao duplo centenário que se comemorava em 1940, bem como ao desfile de nativos das colónias portuguesas que decorreu nessa altura no centro de Lisboa (246-251).

Nesta ocasião, os quatro protagonistas do romance troçam do desencontro entre o orgulho imperial e a realidade da penúria, do atraso e da ineficiência portuguesa, para eles ironicamente consubstanciada no grande navio ancorado em Belém, que, de tão pesado, não consegue navegar (263-264). A última imagem que percecionam dos portugueses, em contraste com os fugitivos que se acumulam no cais, é a de senhoras a serem fotografadas em frente desse “barco espetáculo”, sorrindo de inconsciência, com mantilhas sobre os cabelos e vestidas de preto, tal como as mulheres da Nazaré “que esperavam eternamente pelos seus maridos no mar, viúvas a prazo” (264).

CONCLUSÃO

Chegada a este ponto, julgo ser de recordar que *Transit Lissabon* assenta sobre conhecimento muito bem documentado, quer em alemão, quer em português – o que, aliás, se comprova facilmente pelas obras historiográficas, literárias e fílmicas que constam no aparato do fim do volume. A partir da multiplicidade de “media materiais” (Lensen, 2021: 1), Sabine Scholl construiu uma metaficção historiográfica e um exercício de meta-memória que recria, de forma muito sensível, o quotidiano dos refugiados no Portugal de 1940.

Tal como em *Die im Schatten, die im Licht*, há no universo diegético de *Transit Lissabon* personagens femininas decalcadas sobre a biografia de figuras conhecidas – Ava Blom/Hertha Pauli – e outras – Lou e Chantal – compostas a partir de elementos vários do material compulsado. O seu tratamento literário diverge, na medida em que Lou se revela tendencialmente uma figura plana, sempre corajosa e ativa do princípio ao fim do romance, enquanto Ava surge como uma figura redonda, que adquire

espessura através das suas muitas inseguranças e contradições. Quanto à camaleónica e eficiente Chantal, ganha particular relevância por assumir os papéis de narradora autodiegética e instância comentadora. Embora muito diferentes entre si, todas exemplificam padrões de comportamento feminino no momento em que milhares de pessoas procuravam fugir a Hitler por Lisboa. Podemos até dizer que são figuras-tipo das refugiadas de língua alemã em Portugal – a intelectual, a costureira, a espia –, do mesmo modo que as situações com que se deparam são situações-tipo do confronto com a alteridade portuguesa. No romance, acham-se os *topoi* do choque cultural constantemente assinalados nos “media materiais” sobre o assunto: a quebra das convenções de conduta e indumentária por parte das exiladas nas esplanadas e praias; as reações surpreendidas e sexualizadas dos homens portugueses; o controle de costumes pela autoridade; a gratidão das fugitivas ao país pacífico e de população acolhedora, mas o seu espanto pela sociedade retrógrada e a opressão feminina; a disparidade que notam entre o orgulho imperial do Estado e a miséria das gentes; a ditadura que sabem não ser igual ao regime nacional-socialista, mas que isola o país.

As três protagonistas, configuradas de acordo com a norma liberal e moderna da sociedade europeia da época, recusam abdicar da sua forma de vestir e do seu hábito de frequentar sozinhas os cafés. Sem surpresa, todas elas reclamam dos homens que abusivamente as fitam e ultrajam e, no que toca às mulheres portuguesas, avaliam negativamente quer as regras restritivas a que estas estão sujeitas, quer também a sua falta de gosto. Sublinhe-se que Scholl procede aqui a um uso original do que se conhece sobre a influência das refugiadas na moda, pois, em vez das alterações que elas deixaram, apresenta o que nesse domínio as estrangeiras vieram encontrar no país. A par da falta de liberdade feminina na sociedade patriarcal, as três personagens também se apercebem da pobreza que atinge as mulheres, sobretudo nos estratos mais desfavorecidos. Todavia, condicionadas pela situação precária em que se encontram, a sua reação à injustiça social e às convenções de género não é política e combativa, mas de indignação e compadecimento. A situação instável e transitória dos exilados constitui, de resto, um dos elementos que

esta metaficção historiográfica traz para primeiro plano, pondo em causa certos aspetos do julgamento que muitos portugueses faziam à época sobre a realidade da fuga. Enquanto as fontes dão conta de que a imprensa lusa tendia a centrar-se nas personalidades conhecidas e no luxo dos refugiados mais abonados, definindo uma imagem ainda hoje recorrente em Portugal (Pimentel, 2006: 254-255), *Transit Lissabon* contraria a invisibilidade do calvário dos estrangeiros, revelando em múltiplos episódios o desenraizamento e a perda de identidade, as dificuldades de sobrevivência daqueles que chegavam sem nada, a preocupação com entes queridos presos ou mortos, o tormento da inação forçada e a espera infindável por um bilhete de embarque.

Em suma, nesta obra de meta-memória, Sabine Scholl explora os interstícios da História e cria uma teia narrativa pós-moderna, que expõe o sofrimento dos fugitivos e mostra o Portugal arcaico dos anos 1940 à luz do olhar estrangeiro. *Transit Lissabon* não se esgota no universo feminino, mas a ótica de Ava, Lou e Chantal permite evidenciar tanto a anacrónica condição das mulheres portuguesas, como a experiência simultaneamente eufórica e disfórica da realidade das exiladas no confronto cultural com a sociedade portuguesa.

BIBLIOGRAFIA

- de Groot, Jerome (2010). *The Historical Novel*. London; New York: Routledge.
- Garrido, Álvaro (2020). Um Retrato da Sociedade Portuguesa no Salazarismo (1930-1960). In António Costa Pinto; Nuno Gonçalo Monteiro (Coord.), *História Social Contemporânea. Portugal: 1808-2000* (175-214). Lisboa: Objectiva.
- Gürtler, Christa (2022). Sabine Scholls neuer Roman über Lebensentwürfe von Frauen in Kriegszeiten. Rezension. *DER STANDARD*. <https://www.derstandard.at/story/2000133832416/scholls-neuer-roman-ueber-lebensentwuerfe-von-frauen-in-kriegszeiten> (acesso: 1/03/2025).
- Heinrich, Christa (2002). Zuflucht Portugal. Exilstation am Rande Europas. *FILMEXIL*, 16, 4-32.
- Holzschuh, Julia (2013). *Literarische Inszenierung von Frauenstimmen bei Ilse Losa*. Diplomarbeit. Wien: Universität Wien. Áustria.
- Hutcheon, Linda (1988). *A Poetics of Postmodernism*. New York: Routledge.
- Lensen, Jan (2021). *World War II in Contemporary German and Dutch Fiction. The Generation of Meta-Memory*. New York; London: Routledge.

- Marques, Ana Isabel (2001). *Paisagens da Memória. Identidade e Alteridade na Escrita de Ilse Losa*. Coimbra: Minerva e CIEG.
- Martins, Maria João (1994). *O Paraíso Triste*. Lisboa: Vega.
- Milgram, Avraham (2010). *Portugal, Salazar e os Judeus*. Lisboa: Gradiva.
- Neumann, Birgit (2008). The Literary Representation of Memory. In Astrid Erll; Ansgar Nünning (Ed.), *A Companion to Cultural Memory Studies* (333-344). Berlin; New York: de Gruyter.
- Oliveira, Teresa Martins de; Teixeira, Maria Antónia Gaspar (Ed.) (2018). *De Passagem. Artistas de Língua Alemã no Exílio Português*. Porto: Afrontamento e ILCML.
- Pereira, Carolina Henriques; Faria, Fábio Alexandre (2024). *Refugiados em Portugal no século XX. Entre a Hospitalidade e a Intransigência*. Lisboa: Manuscrito.
- Pimentel, Irene Flunser (2006). *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial. Em Fuga a Hitler e ao Holocausto*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- Rosas, Fernando (1994). *O Estado Novo (1926-1974)*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Schäfer, Ansgar (2014). *Portugal e os Refugiados Judeus Provenientes do Território Alemão (1933-1940)*. Coimbra: IUC.
- Scholl, Sabine (2024). *Transit Lissabon. Roman*. Berlin: Weissbooks.
— <https://sabinescholl.com/about/>
- Sippel, Katrin (2024). Lisbon: The Weltstadt years? The Influence of Female Jewish Refugees on the Portuguese Capital Lisbon during the Second World War. *MOBILE CULTURE STUDIES. THE JOURNAL*, 8, 35-52.
- von zur Mühlen, Patrick (1992). *Fluchtweg Spanien-Portugal. Die deutsche Emigration und der Exodus aus Europa 1933-1945*. Bonn: Dietz.

A “REVOLUÇÃO PONDERADA”
OU A REPRESENTAÇÃO DO
25 DE ABRIL NO ROMANCE
SCHWERENÖTER (1987) DE
HANNS-JOSEF ORTHEIL*

*The “tactful revolution” or the representation
of the 25th of April in the novel
Schwerenöter (1987) by Hanns-Josef Ortheil*

ROGÉRIO MADEIRA

rogerpcm@fl.uc.pt

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras | universidade do Porto, CITCEM

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0814-2500>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-11_18

Texto recebido em / Text submitted on: 03/05/2025

Texto aprovado em / Text approved on: 30/07/2025

Biblos. Número 11, 2025 • 3.^a Série

pp. 411-429

* Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/04059/2020 com o identificador DOI <https://doi.org/10.54499/UIDB/04059/2020>.

RESUMO

No momento em que decorrem ainda as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril parece-me oportuno reavivar a memória também no que respeita à receção de tão relevante acontecimento histórico na literatura de expressão alemã. Consequentemente, o presente estudo revisita o romance *Schwerenöter* (1987), de Hanns-Josef Ortheil, uma das obras literárias alemãs que concede um espaço mais significativo à imagem de Lisboa e de Portugal. Estarão em análise os aspetos fundamentais da representação histórico-ficcional da Revolução dos Cravos, a qual é percecionada pelo narrador e protagonista com contornos utópicos quando vive na capital portuguesa uma fase particularmente cativante do seu longo e atribulado percurso formativo enquanto artista e representante da *conditio germaniae*.

Palavras-chave: Relações Luso-Alemãs; Ficção Histórica; Saudade; Revolução dos Cravos; Liberdade.

ABSTRACT

At a time when the 50th anniversary of the 25th of April is still being celebrated, it seems appropriate to revive the memory of the reception of such a relevant historical event in German literature. Consequently, this study revisits the novel *Schwerenöter* (1987), by Hanns-Josef Ortheil, one of the German literary works with a most significant focus on the image of Lisbon and Portugal. The study will analyze the fundamental aspects of the historical-fictional representation of the Carnation Revolution, which is perceived by the narrator and protagonist with utopian contours when he experiences in the Portuguese capital a particularly captivating phase of his long and troubled formative career as an artist and representative of the *conditio germaniae*.

Keywords: Portuguese-German Relations; Historical Fiction; Saudade; Carnation Revolution; Freedom.

No dia 25 de abril de 1974, Portugal atraiu a atenção de todo o mundo através da notícia dos acontecimentos revolucionários que puseram fim a quase meio século de ditadura fascista, satisfazendo os longos e generalizados anseios políticos do povo por liberdade e democracia. A Revolução dos Cravos suscitou de imediato particular interesse entre intelectuais e artistas dos mais diversos quadrantes e o espaço de língua alemã não constituiu exceção. Na verdade, fazendo-se eco da cobertura levada a cabo pela comunicação social, não tarda a emergir um conjunto de textos, por norma de autores de esquerda, que dão corpo a uma série literária de expressão alemã dedicada à revolução portuguesa, a qual, sobretudo devido à escassez de sangue derramado, é quase invariavelmente saudada como concretização do ideal utópico da Liberdade¹.

Curiosamente, pouco mais de uma década volvida sobre essa receção eufórica, num célebre texto intitulado “Portugiesische Grübeleien” [“Cismas portuguesas”] (1986), já um consagrado poeta alemão se referia ao mesmo acontecimento histórico em termos paradoxais como “algo inesquecível que está esquecido” (Enzensberger, 1987: 197), dando conta do seu desencanto perante a percecionada degradação da memória coletiva portuguesa². Não

¹ Os primeiros testemunhos da revolução lusa na literatura de expressão alemã vêm a lume no imediato pós-25 de Abril através de dois escritores alemães de esquerda, designadamente Johannes Schenk (1941-2006), autor do ciclo de dez poemas com o título “Avenida da Liberdade”, escrito em junho de 1974 e publicado, em 1977, como primeira parte da coletânea *Zittern* [Tremores], e Alfred Andersch (1914-1980), que publicou a reportagem “Reise in die Revolution” [“Viagem à Revolução”] no jornal *Frankfurter Rundschau* (14.07.1975). Seguem-se os *Diários Portugueses (1969-1976)* [*Portugiesische Tagebücher (1969-1976)*] (1979) de Curt MeyerClason (1910-2012), antigo diretor do Goethe-Institut de Lisboa que, em abril de 1974, teve oportunidade de assistir a acontecimentos ligados à derrocada da ditadura do Estado Novo. Uma breve resenha crítica dos textos literários em língua alemã que retratam o 25 de Abril, com referência a outros trabalhos já publicados sobre esta matéria, pode ser consultada no meu estudo monográfico sobre o imaginário de Lisboa (cf. Madeira, 2002: 41-45).

² Trata-se de um texto híbrido, da autoria de Hans Magnus Enzensberger (1929-2022), o qual combina traços ensaísticos com uma reportagem ficcionalizada do nosso país que difunde uma imagem ambivalente de Portugal e Lisboa. Foi originalmente publicado no semanário alemão *Die Zeit* (26.9.1986) e incluído, depois, num volume de reportagens sobre diversos países europeus (Enzensberger, 1987: 177-233; cf. Madeira, 2002: 44s.). Um outro olhar crítico – e bem mais disfórico, por sinal – acaba de ser lançado através do volume temático da

obstante a relevância dos legítimos balanços críticos, vindos a lume sobretudo em anos comemorativos da Revolução dos Cravos³, é outro o objeto central do presente estudo. Por conseguinte, vou centrar-me na década de 1980, mais precisamente no contexto da recrudescente produção literária sobre Portugal, motivada pela adesão do nosso país à CEE e pela receção da obra de Fernando Pessoa⁴. Na verdade, quase em simultâneo com a supracitada reportagem de Enzensberger, é dado à estampa o romance *Schwerenöter* (1987), de Hanns-Josef Ortheil, o qual inclui uma das últimas e mais significativas representações estético-literárias do 25 de Abril por autores de língua alemã⁵ e constitui o objeto de análise do presente trabalho, uma versão refundida e atualizada de um subcapítulo da minha monografia sobre *O Imaginário de Lisboa nos Romances «Bekanntnisse des Hochstaplers Felix Krull» de Thomas Mann e «Schwerenöter» de Hanns-Josef Ortheil* (Madeira, 2002: 174-187).

Ortheil, casado, desde 1983, com a editora Iva Klemm, vive atualmente em Hildesheim. O autor nasceu em novembro de 1951, na RFA da

revista literária *die horen*, o qual reúne textos literários curtos bem como trabalhos artísticos e fotográficos relativos ao 25 de Abril sob o título *Das Gras wächst von selbst: Faulheit und weitere Untätigkeiten - 50 Jahre Nelkenrevolution – Unverhofft [A erva nasce espontaneamente: preguiça e outras inatividades - 50 Anos da Revolução dos Cravos – Inesperadamente]* (2024).

³ De facto, tal como em Portugal (Monteiro, 2024, por exemplo) também na Alemanha têm sido publicados diversos estudos de prestigiados académicos relativos à temática em apreço, com destaque para as coletâneas editadas por Reinstädler e Tohrau (2015) e Pinheiro et al. (2024). A título ilustrativo do trabalho de memória sobre 25 de Abril realizado no contexto alemão, refira-se ainda o número 194 da revista *die horen* dedicado à *Literatura portuguesa. 25 anos após a Revolução dos Cravos [Portugiesische Literatur. 25 Jahre nach der Nelkenrevolution]* (1999), organizado por Michi Strausfeld.

⁴ Sobre o impacto causado pela integração de Portugal no espaço político-económico europeu, em 1985, e pela receção da obra pessoana, impulsionada pela primeira edição alemã do *Livro do desassossego [Das Buch der Unruhe]* (1985), na evolução das relações literárias e culturais luso-alemãs, cf. Madeira (2002: 34s., 129).

⁵ Tenho somente conhecimento de três outros romances alemães mais recentes que, sem dissimularem o pendor epigonal, abordam o tema da Revolução de 1974: o primeiro, intitulado *Nelkenliebe [Amor aos cravos]* (2017), da argumentista e presumível autora de *bestsellers* Anja Saskia Beyer; o segundo, de Birte Stährmann, tem o título *Schatten und Licht in Lissabon [Sombra e luz em Lisboa]* (2019); por último, *Die vergessene Revolution: Freiheit. Liebe. Nelken [A revolução esquecida: Liberdade. Amor. Cravos]* (2024), de Joachim Stengel.

era Adenauer, como filho único de um topógrafo, que colaborara com o regime nazi, e uma bibliotecária que, traumatizada pela perda de quatro filhos durante e após a Segunda Guerra Mundial, se remete a um silêncio absoluto, o qual afeta também o filho durante a infância vivida em Colônia, Wuppertal e na região do Westerwald. Só aos oitos anos de idade o pequeno Hanns-Josef desperta verdadeiramente para a leitura e também para a escrita quase compulsiva, acedendo ao ensino público. Em 1967 a família muda-se para a cidade de Mainz, onde o adolescente consegue, não sem dificuldades, concluir o ensino secundário para depois completar a formação acadêmica, na universidade local, com estudos em Filosofia, Germanística, Ciências Musicais e Literatura Comparada. Em 1976, ano em que inicia o desempenho das funções de assistente no Instituto Alemão da Universidade de Mainz (até 1988), obtém o doutoramento com uma dissertação sobre a teoria do romance publicada, posteriormente, sob o título *Der poetische Widerstand im Roman. Geschichte und Auslegung des Romans im 17. und 18. Jahrhundert* [*A Resistência Poética no Romance. História e Interpretação do Romance nos Séculos XVII e XVIII*] (1980), registrando passagens também por outras universidades (Göttingen, Roma e Paris, entre outras). Em 1979 dá início à carreira literária com *Fermer*, romance que reflete ainda a influência da Nova Subjetividade (Schmitz, 1997: 27ss.). Desde finais da década de 1980, tem conciliado a prolífica atividade de escritor profissional com a de argumentista, pianista e professor de Literatura Contemporânea, Jornalismo Cultural e Escrita Criativa na Universidade de Hildesheim. Autor multifacetado e defensor de um ideário estético-literário próximo do pós-modernismo, conta agora mais de setenta livros publicados, não raro, de pendor autobiográfico, entre os quais se encontram romances, biografias, ensaios, relatos de viagens e textos de divulgação científica⁶. De entre as quase duas dezenas de distinções com

⁶ Note-se que, depois do volume *Ein Kosmos der Schrift: Hanns-Josef Ortheil zum 70. Geburtstag* [*Um cosmos de escrita: por ocasião do septuagésimo aniversário de Hanns-Josef Ortheil*] (2021), coeditado com Iva Klemm, o autor já publicou mais cinco novos livros, a saber: os romances autobiográficos *Ombra* (2021) e *Kunstmomente – wie ich sehen lemte* [*Momentos artísticos – como eu aprendi a ver*] (2023), as coletâneas de prosa narrativa curta *Charaktere in meiner Nähe*

que foi agraciado, destaco a atribuição do Aspekte-Literaturpreis (1979), do Brandenburgischer Literaturpreis (2000) e dos Prémios Thomas Mann (2002), Nicolas Born (2007) e Elisabeth Langgässer (2009).

O romance *Schwerenöter*, redigido entre março de 1983 e novembro de 1986 (S 644)⁷, constitui um ambicioso projeto do autor que lhe valeu, em 1988, a obtenção da Bolsa Villa Massimo em Roma e do Prémio Literário de Estugarda, Capital do Estado de Baden Württemberg, mas esteve longe de colher o louvor unânime junto da exigente crítica literária de língua alemã⁸. A prolixa obra perfila-se, na senda da tradição clássica goethiana, como romance de formação [“Bildungsroman”] da pós-modernidade, sem descurar outras influências intertextuais⁹, e oferece-nos um retrato abrangente da sociedade alemã do pós-guerra, de resto, anunciado pela casa-editora na nota de apresentação (S 2) e na contracapa do livro, motivando um coro de críticas¹⁰. A ação romanesca

[*Personagens perto de mim*] (2022) e *Von nahen Dingen und Menschen [De coisas e pessoas próximas]* (2024), bem como o manual de escrita criativa *Nach allen Regeln der Kunst. Schreiben lernen und lehren [De acordo com todas as regras da arte. Aprender e ensinar a escrever]* (2024). Uma resenha biobibliográfica mais completa do autor pode ler-se na supramencionada monografia (Madeira, 2002: 123-128).

⁷ As citações da obra em análise serão referenciadas – tanto no corpo de texto como em nota de rodapé – através da sigla S, seguidas do(s) número(s) da(s) página(s) respetiva(s). Por motivos de limitações de espaço, as citações de todos os textos escritos originalmente em língua alemã serão, regra geral, transcritas somente em tradução portuguesa, a qual é da minha responsabilidade, salvo indicação em contrário.

⁸ Para uma análise exaustiva da receção predominantemente negativa do romance ortheiliano, cf. Madeira (2002: 129-146).

⁹ O romance *Wilhelm Meisters Lehrjahre [Os Anos de Aprendizagem de Wilhelm Meister]* (1795/96), de Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832), representante do Classicismo alemão, é geralmente considerado como obra fundadora do supramencionado subgénero romanesco de grande tradição na literatura de expressão alemã. Helmut Schmitz (1997: 120) salienta também o facto de a técnica narrativa do entrelaçamento entre elementos históricos e dados biográficos dos gémeos fictícios ter sido inspirada na obra literária de Jean-Paul (pseud. Johann Paul Friedrich Richter, 1763-1825), aliás, uma das referências literárias de Ortheil. A respeito da influência estrutural dos 24 cantos da *Odisséia* sobre o romance em estudo, cf. Madeira (2002: 130).

¹⁰ Michael Töteberg (1996: 6), por exemplo, mostra-se sarcástico ao rotular o extenso romance de 643 páginas com o neologismo “ZEIGRODEURO”, um empolado anagrama, composto a partir das sílabas iniciais da expressão panfletária reproduzida pela editora Piper na contracapa do livro

centra-se num par de irmãos gémeos, fisicamente idênticos mas psicologicamente bem distintos, os quais personificam duas atitudes contrastantes perante a vida ou dois modos diferentes de se integrar ou de enfrentar os desafios da sociedade alemã ocidental, simbolizando ao mesmo tempo a *conditio germaniae*, a ambivalência da alma alemã que constitui, de resto, a base da teoria ortheiliana da “sedução tenebrosa” ou “melancólica” [“Schwerenöttertum”], inspirada na famosa conferência de Thomas Mann (1875-1955) sobre *A Alemanha e os Alemães* [*Deutschland und die Deutschen*] (1945) e exposta num dos capítulos centrais do romance em apreço justamente intitulado “Schwerenöter” [“Sedutor melancólico”] (S 305-344)¹¹. Assim, enquanto Josef se revela mais extrovertido, picaresco e impulsivo, Johannes, o eu-narrador e protagonista mostra-se mais introvertido, melancólico e reflexivo, digladiando-se mutuamente na tentativa de superação do dualismo da alma germânica. Ao entrelaçar episódios de vida pessoal dos gémeos com eventos históricos e convulsões sociais, Ortheil cria efetivamente um quadro abrangente da história políticossocial da República Federal da Alemanha, desde o período da fundação do estado ocidental alemão até ao início dos anos 80, quando Josef, protótipo do *homo politicus*, se realiza política e socialmente com a eleição como deputado do partido Os Verdes para o *Bundestag*, enquanto Johannes, sujeito-narrador e *alter ego* do autor real Hanns-Josef Ortheil, busca inspiração em Luís de Camões (1524-1580) e concretiza o sonho de se tornar escritor por meio da escrita e publicação de um romance autobiográfico com o título *Schwerenöter* (cf. S 642)¹².

(“Ein großer deutscher Zeitroman — von Adenauer bis zu den Grünen” [“Um grande romance de época alemão”]. Ortheil defende-se das críticas contundentes relativas ao questionável retrato panorâmico da RFA, refutando o cariz historiográfico e sociopolítico do mesmo, e relevando antes a natureza estético-literária do conjunto da obra em apreço (cf. Madeira, 2002: 145s.).

¹¹ Acerca das dificuldades de tradução suscitadas pelos lexemas “Schwerenöter” e “Schwerenöttertum”, cf. Madeira (2002: 134ss.), estudo que apresenta também uma explicação mais detalhada da supramencionada teoria da duplicidade da alma e da nação germânica. Cf. ainda Schmitz (1997: 111ss.; 120s.) e Missler (1997: 264).

¹² Para um esclarecimento cabal da influência determinante do autor d’*Os Lusíadas* no momento culminante da ação romanesca que proporciona a superação da crise identitária e do renascimento do herói como artista, cf. Missler (1997: 263) e Madeira (2002: 204ss.).

Um papel fundamental na evolução do processo formativo integral do herói-artista que conduz a este desenlace feliz cabe precisamente à Revolução de 25 de Abril de 1974, testemunhada *in loco* por Johannes, na sequência de uma relação amorosa, intensa mas fugaz, com Fernanda, uma bela portuguesa, filha de um influente e abastado empresário, pela qual o jovem pianista alemão se apaixonara após um concerto realizado em Paris (cf. S 523-556). Todavia, entre os críticos literários que abordam o episódio lisboeta, somente Widmar Puhl (1987) e Barbara Dobrick (1987) reconhecem verdadeiramente – e bem, a meu ver – não apenas o efeito destrutivo do amor infeliz para o herói melancólico, mas também o impacto positivo dos acontecimentos revolucionários por ele presenciados nas ruas da capital lusa¹³.

Note-se, antes de mais, que a estada de Johannes em Portugal é narrada num dos capítulos mais longos que ostenta o título “Saudade” (S 557-589), palavra intraduzível e expressamente apontada como paradigma de um pretenso sentimento nacional e, ao mesmo tempo, síntese ideal da experiência de vida do protagonista. Na sequência de visitas do casal de namorados a monumentos emblemáticos e longos passeios pelas ruas da capital, a que não serão alheios os intertextos de Reinhold Schneider (1903-1958) sobre Lisboa e Portugal¹⁴, o texto romanesco descreve a saudade como um “desassossego inspirador de melancolia” e por uma “incapacidade anestesiante, paralisante” (S 563). Ao mesmo tempo, a saudade lusitana parece refletir igualmente as

¹³ De facto, a maioria dos revisores parece não perdoar a Ortheil o desmesurado esforço para inserir todos os aspetos relevantes da história do pós-guerra num contexto narrativo verosímil e denunciam o caráter trivial da conceção romanesca, considerando o surgimento da revolução portuguesa aquando da estada do narrador-protagonista em Lisboa como estratégia narrativa demasiado repetitiva, tendo em conta a quantidade de acontecimentos históricos incluídos no romance (cf. Madeira, 2002: 142s.).

¹⁴ Na verdade, muitos dos temas, motivos e símbolos associados aos espaços percecionados por Johannes e Fernanda, como a Torre de Belém ou o Mosteiro dos Jerónimos, por exemplo, fazem parte do imaginário de Lisboa difundido na literatura de língua alemã dedicada à realidade lusa, em especial nas obras schneiderianas *Portugal. Ein Reisetagebuch* [*Portugal. Diário de viagem*] (1931) e *Das Leiden des Camões oder Untergang und Vollendung der portugiesischen Macht* [*O sofrimento de Camões ou Decadência e apogeu do poderio português*] (1931). Cf. Missler (1997: 260s.) e Madeira (2002: 163-173).

condições psicológicas do protagonista alemão, tão seduzido pela passividade e pela nostalgia que nem consegue confessar à amada os seus desejos mais íntimos (cf. S 564). A heteroimagem da interioridade nostálgica e da inércia enraizadas na realidade histórico-cultural estrangeira surgem ao herói alemão – protótipo do “sedutor melancólico” – como espelho da identidade e da realidade próprias, ou seja, como autoimagem. Este predomínio da saudade é subitamente quebrado pelo acontecimento nacional tão inesperado quanto desejado pela maioria da população portuguesa – a revolução.

Com efeito, logo pela manhã do dia 25 de abril de 1974, Johannes é acordado pelo alarido dos criados no quintal do esplêndido palacete, situado numa das colinas lisboetas com vista para o Tejo, e tenta saber o que se passa. A notícia da difusão pela Rádio Renascença da canção “Grândola Vila Morena” de Zeca Afonso (1929-1987) surpreende o jovem alemão que inicialmente não percebe o seu significado. Consciente ou inconscientemente, mas por certo também com o objetivo de sublinhar a natureza repressiva e censória do Estado Novo, Ortheil coloca uma pequena infidelidade histórica – ou uma liberdade poética, se preferirmos – na boca de Gabriel, criado da casa e motorista. Ao informar o protagonista sobre os acontecimentos, de todo inesperados, da noite de 24 para 25 de abril, o empregado afirma que a canção que serviu de senha ao movimento revolucionário se encontrava há muito proibida, o que contradiz os factos históricos¹⁵. Em todo o caso, é Gabriel, ex-emigrante na RFA e, por isso, fluente em língua alemã,

¹⁵ A respeito do referido momento histórico, Rodrigues et al. (2001), por exemplo, depois de mencionarem a difusão, às 22 horas e 55 minutos do dia 24 de abril, da canção “E depois do Adeus” de Paulo de Carvalho, pela estação lisboeta Emissores Associados, esclarece o seguinte: “À meia-noite e vinte, o «Movimento» pôs-se sobre rodas, à voz do locutor Leite de Vasconcelos, anunciando o «Gândola Vila Morena», inicialmente, Otelo [Saraiva de Carvalho] hesitava entre duas canções de Zeca Afonso – «Venham Mais Cinco» e «Traz Um Amigo Também» – que representavam um chamamento explícito. Mas estas canções enfrentavam dificuldades junto dos censores, motivo por que o locutor Santos Coelho, da mesma equipa de Leite de Vasconcelos, sugeriu «Grândola», *que não estava proibida* e que uma semana antes fizera um sucesso retumbante numa festa da Casa da Imprensa no Coliseu dos Recreios. Otelo aceitou com entusiasmo, por causa da estrofe «o povo é quem mais ordena» que viria a ser o timbre da Revolução.” (Rodrigues et al., 2001: 29; itálico meu).

quem ajuda Johannes a interpretar as ocorrências relacionadas com o golpe militar, esclarecendo-o nomeadamente acerca da suposta função atribuída à icónica canção:

«O que é que aconteceu, Gabriel?» – «Hoje de manhã a *Rádio Renascença* deu o sinal.» – «Qual sinal?» – «*Grândola, vila morena* ... É uma canção de José Afonso ... *Grândola, vila morena*, Terra da fraternidade ... A canção era proibida até agora.» – «Proibida?» – «Há muitos anos. As estações de rádio não podiam difundi-la.» – «É tens a certeza?» – «Eu próprio a ouvi há poucos minutos.» – «Significa revolução, *Senhor*, significa a liberdade. O Governo foi derrubado, o Movimento das Forças Armadas tomou o poder.» – «Gabriel, isso é impossível. Uma revolução não eclode de um dia para o outro, uma revolução pressupõe longos preparativos, um bom aparelho...» – «*Senhor*, esta é uma revolução portuguesa, acho eu.» – «É o que é uma revolução portuguesa?» – «Branda, com pouco sangue derramado...» – Branda? *Ponderada*? O que é que isto me fazia lembrar? Será que ele tinha razão? Será que os sonhos nos quais nós na Alemanha há muito deixáramos de acreditar se realizariam aqui em Portugal? Perguntei a Gabriel o que é que ele pretendia fazer agora. «Nada, *Senhor*, é melhor não sairmos agora de casa. O *Senhor Presidente* saberá o que há a fazer.» – «Teremos que aguardar com paciência até ele chegar?» – «Eu vou aguardar, *Senhor*...» (S 564s.)

A celeridade e a eficácia das ações protagonizadas pelos revolucionários com vista à consumação da queda do regime fascista em Portugal consitui um dos aspetos que mais contribuem para a perplexidade evidenciada pelo protagonista alemão perante o relato de Gabriel¹⁶. O outro aspeto especí-

¹⁶ É certo que o golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 surpreendeu toda a gente até pela rapidez e a competência com que foi executado, mas desde a eclosão do chamado “Movimento dos Capitães”, em 1973, havia sinais de que o fim do regime salazarista estava próximo, como refere Fernando Rosas: “A 14 de Março de 1974, o Governo respondia ao verdadeiro apelo à revolta que representara a não comparência de Costa Gomes e Spínola à reunião da “brigada

fico sublinhado, no texto histórico-ficcional, pelo empregado submisso do Senhor Presidente é o caráter relativamente pacífico da revolução portuguesa e o qual, de resto, mais estranheza causou aos observadores estrangeiros, levando, por exemplo, a revista *Der Spiegel* a apelidá-la sintomaticamente de “höfliche Revolution” [“revolução branda”], designação a que não são alheios os estereótipos da brandura dos costumes, da cortesia, do civismo e do pacifismo dos portugueses¹⁷. Johannes assume, no plano diegético, precisamente o papel de observador alemão dos acontecimentos que marcaram a realidade histórico-política de Portugal. Como homem de esquerda, o narrador-protagonista vê na pacífica Revolução dos Cravos a concretização dos sonhos utópicos da sua geração, o caráter “brando” [“höflich”] da revolução portuguesa recorda-lhe, aliás, a proximidade de um outro adjetivo (“taktvoll”) [“ponderado” ou “com tacto”] e condu-lo ao conceito adorniano de “tacto” [“Takt”] como uma sensibilidade especial ou uma ponderação do ser humano que, de forma utópica, caracteriza a Revolução do 25 de Abril no romance de Ortheil¹⁸.

do reumático”, demitindo-os dos seus cargos. Não tinha já força para mais, nem sequer para isso. A 16 de Março é a saída em falso das Caldas da Rainha, que Caetano tenta pateticamente desdramatizar. Será o ensaio geral, o afinador do golpe militar de 25 de Abril de 1974, que sai como previsto e que não falha. O regime caía, sem que praticamente ninguém acoresse em sua defesa.” (Rosas, 1994: 558). Sobre esta matéria, cf em especial Rodrigues et al. (2001: 69-132).

¹⁷ Num artigo sobre o impacto da Revolução dos Cravos na opinião pública alemã, Zimmerer (1996: 578) considera que a cobertura da imprensa escrita padece de um recurso generalizado a velhos clichés para explicar a revolução portuguesa, descurando a análise rigorosa das causas políticas, económicas e sociais deste acontecimento histórico. Acerca da reportagem na referida revista alemã pode ler-se o seguinte: “*Der Spiegel* transformou a disponibilidade proverbial dos portugueses para a paz e a sua brandura em manchete ao designar o golpe como «A Revolução Branda» (*Der Spiegel*, 6.5.1974: 82). A alegada natureza romântica dos portugueses serviu igualmente para o *Spiegel* caracterizar o impressionante papel desempenhado pelo general Spínola: seria um «velho guerreiro liberal com traços quixotescos» ou até um «romântico arrebatado pelo júbilo delirante», como questionava o autor (*Der Spiegel*, 6.5.1974: 83).” (*apud* Zimmerer, 1996: 574).

¹⁸ A este respeito não posso deixar de salientar que, no capítulo “Der Herr der Gelehrten” [“O senhor dos sábios”] (S 373-405), o protagonista demonstra a sua especial predileção pela sensibilidade do pensamento de Theodor W. Adorno (1903-1969), afirmando, por exemplo, o seguinte: “A esta sensibilidade chamou Adorno *tacto*. Já Goethe, como vim a saber, tratara deste

É mesmo o pianista alemão que dá, em primeira mão, a notícia ao pai de Fernanda, tratado apenas por meio do epíteto “Senhor Presidente”, que reage com um nervosismo, do qual cedo se recompõe para aceitar o desafio de uma nova realidade política e social (S 566). A reação imediata do empresário deixa, pois, antever um homem de ação e de grande firmeza que exige de imediato a presença dos seus informadores para se familiarizar com as ocorrências. Gabriel, o motorista, é o seu homem de confiança que faz um primeiro ponto da situação, dando conta da evolução rápida e pacífica dos acontecimentos desde a partida das forças lideradas pelos “Capitães de Abril” em direção à capital para ocuparem as principais praças locais e a televisão sem deparar com qualquer oposição, até aos voos rasantes dos aviões da Força Aérea pela manhã, passando pelos comunicados do MFA, intercalados com marchas militares e canções de intervenção de Zeca Afonso (cf. S 566). A narração parece respeitar a realidade histórica e reflete uma imagem positiva de Portugal pela forma pacífica como decorre um acontecimento que não raro se caracteriza por um banho de sangue¹⁹.

O pai de Fernanda toma consciência da delicadeza da sua situação que exige uma mudança de atitude, um distanciamento ou mesmo um corte radical com os homens afetos ao antigo regime, tal como uma aproximação aos seus subalternos proletários (cf. S 566s.). Assim, o Senhor Presidente revela-se um bom ator e não deixa de sublinhar bem o seu contentamento face à revolução. A afabilidade e a euforia encenadas pelo proprietário do

tacto. O tacto consistia em *desviar-se conscientemente do caminho*. (...) O tacto era o segredo do discurso e do pensamento de Adorno. Mantinha presentes as convicções com as quais se rompera e não visava mais que a suave aproximação entre razão e sensualidade, pensamento e fantasia.” (S 403).

¹⁹ É bem conhecido o papel determinante desempenhado pelo capitão Salgueiro Maia (1944-1992), um dos líderes do golpe militar, no comando das operações conducentes a uma revolução pacífica: “A acção de Salgueiro Maia no dia 25 de Abril de 1974, à frente de uma coluna da Escola Prática de Cavalaria, foi decisiva para a imagem de uma revolução sem sangue em Portugal que correu o mundo. Tendo desarmado toda a resistência das forças governativas pela persuasão, coube-lhe ainda a missão de cercar o Quartel do Carmo da GNR e de preparar as condições para a rendição de Marcello Caetano.” (Ferreira, 1994: 28).

luxuoso palacete pretendem cativar os empregados e mostrar-lhes que estão do mesmo lado. Ao mesmo tempo é ele quem mantém a calma e controla a situação como quem chefia um gabinete de crise (S 567). Agarrado ao telefone e na companhia interessada do protagonista, o pai de Fernanda mantém-se em permanente estado de alerta, assistindo à distância aos acontecimentos que vão tomando o seu rumo natural e cuja descrição minuciosa (cf. S 567s.) faz referência à ocupação estratégica dos locais públicos mais importantes, ao encerramento do comércio e dos serviços públicos, bem como à sedução do povo pelo “espetáculo da conquista do poder” (S 568), instalado no Largo do Carmo à entrada do quartel da GNR, e à débil resistência de alguns elementos da PIDE/DGS que provocou apenas três mortos e algumas dezenas de feridos mas que seria rapidamente ultrapassada pelas ações determinadas e bem planeadas dos militares portugueses (cf. Rodrigues et al., 2001: 42ss. e Ferreira, 1994: 28s.). A boa organização dos portugueses é, aliás, anotada – e bem – como um aspeto surpreendente da revolução pela figura do Senhor Presidente, parecendo radicar na preconceituosa hetero e autoimagem de desorganização e incompetência lusitanas que consegue porventura granjear adeptos dentro e fora do nosso país: “espantoso, verdadeiramente espantoso, tratando-se de portugueses; não se esperaria tamanha determinação por parte dos militares, de modo algum” (S 568)²⁰.

O relato dos eventos ocorridos na Baixa lisboeta através dos telefonemas do pai de Fernanda apenas confere algum espaço a duas figuras políticas: Marcello Caetano (1906-1980), o Presidente do Conselho e chefe do Governo deposto, que consegue escapar incólume à ira dos seus opositores e exaltar-se, e o general António de Spínola (1910-1996), o polémico líder da Junta de Salvação Nacional, que viria a ser designado Presidente da República. O primeiro, depois de ter constituído para muitos um motivo de esperança com o seu projeto de continuidade e renovação em finais da década de 60,

²⁰ A propósito de heteroimagens estereotipadas dos portugueses recentemente difundidas no espaço cultural de língua alemã, cf. *supra*, a nota 2.

é apontado agora como “um fracassado” (S 568)²¹. O segundo é apresentado pelo empresário como figura carismática, admirado pela astúcia, experiência e capacidade de renovação: “aquela raposa”, “um velho guerreiro, um reformador, sim, o orgulho de Portugal” (S 568)²².

A cobertura ficcional do dia da Revolução dos Cravos pelo narrador-protagonista alemão revela-se bastante completa, tendo em conta os dados históricos conhecidos. É Johannes quem avança com a notícia da confirmação definitiva da vitória do Movimento das Forças Armadas, dispensando-nos da transcrição do texto do comunicado do MFA, transmitido via rádio (S 568). O protagonista deixa-se contagiar pelo júbilo coletivo dos portugueses e não resiste a juntar-se à multidão que percorre as ruas da cidade neste dia histórico e confere traços vivamente utópicos ao texto lisboeta de *Schwerenöter*. O jovem alemão acompanha Fernanda e o pai na descida à Baixa lisboeta, uma “caldeira em ebulição” (S 568), para assistir à euforia popular. Os festejos incontidos com vinho e flores, os simbólicos cravos, a música de intervenção são ingredientes que conferem um sabor especial a este cortejo inesperado e ilimitado que subia

em toda a largura a *Avenida da Liberdade*, grupos a cantar e a dançar, movidos de novo pela embriaguez, rasgando e queimando os retratos do

²¹ Rosas (1994: 554) menciona o início da desagregação final da ditadura em 1970-1971 e o enfraquecimento, a partir do Verão de 1973, da posição de Caetano, o qual “parece disposto a ceder tudo: nomeia Spínola vice-chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, um cargo inventado para ele; permite, com imprevisíveis efeitos, a publicação do seu livro *Portugal e o Futuro*, pede até a demissão, em Fevereiro de 1974, face ao significado do que no volume se afirmava, convidando os generais a tomar o Poder, e volta a ameaçar demitir-se quando Américo Tomás insiste, pelas mesmas razões, no afastamento dos dois chefes militares [Costa Gomes e Spínola]”.

²² O epíteto de “reformador” dever-se-á certamente à publicação da célebre obra do general do monóculo, a qual terá inclusive apressado a revolução, como sublinha Ferreira (1994: 18): “O livro de António de Spínola, *Portugal e o Futuro*, lançado em meados de fevereiro de 1974 pela Arcádia, não foi só um retumbante êxito editorial. A tese segundo a qual a questão colonial não tinha solução militar foi um desafio público ao poder político, que acelerou a organização do golpe contra o regime quase cinquentenário”. Sobre o papel de Spínola e sobre a génese do MFA, cf. ainda Marques (1998: 421ss.) e, especialmente, Rodrigues et al. (2001: 145ss.).

antigo ditador Salazar, e o coro triunfal das criaturas humanas a crescer, *Grândola, vila morena*, enquanto dentro de mim despertavam bruscamente as lembranças das manifestações em Berlim e Frankfurt, ocorridas já há anos, lembranças dos anos das vagueações e dos sonhos que pareciam realizar-se aqui de forma tão inesperada, nesta *revolução ponderada*, nesta libertação de sentimentos há muito recalcados que nos permitia dançar e cantar com outras pessoas totalmente estranhas, pela noite dentro, descendo até ao cais dos cacilheiros, subindo um pouco até um dos miradouros sobre a *Avenida*, para lançar um olhar às massas flutuantes, arremessadas de um lado para o outro, sem descanso, até ao momento em que de manhãzinha subimos de novo ao palacete, a esse silencioso mundo estranhamente morto... (S 568s.)

Este quadro eufórico da capital portuguesa a fervilhar em liberdade constitui, sem dúvida, o momento climático do episódio lisboeta no romance em apreço, resultando na concretização do sonho utópico do protagonista de uma *revolução ponderada* [*taktvolle Revolution*] (S 569).

Nos dias após a revolução, não obstante as enfáticas manifestações de júbilo por parte do pai de Fernanda em relação ao sucesso do golpe de Estado militar, a atitude dele parece bastante fria e calculista. O Senhor Presidente mostra-se incansável no acompanhamento dos acontecimentos revolucionários, desdobrando-se em contactos e em negociações secretas com interlocutores não identificados, num esforço notável para não deixar desmoronar o seu império económico, edificado à custa de inconfessados compromissos com a ditadura fascista. Assim, a bem cogitada estratégia de reorganização e adaptação à nova e conturbada realidade pós-revolucionária passa pela afirmação das suas novas convicções democráticas e pelo disfarce das suas anteriores ligações secretas ao Estado Novo, bem como de sinais exteriores de riqueza (S 569s.). Johannes chega mesmo a desmascarar a atitude do empresário neodemocrata, o qual ignora o povo oprimido e os relatos dos prisioneiros políticos que, finalmente, dão voz à liberdade de expressão para depois demonstrar, publicamente, o seu interesse nas deslocações à sede da PIDE e ao forte de Caxias (S 570). A sua atenção centra-se naturalmente na

evolução política, daí a sua satisfação ao ver regressar Mário Soares (1924-2017) do exílio e a apreensão do político socialista face ao entusiasmo com que é acolhido o líder comunista Álvaro Cunhal (1913-2005). A mudança de atitude do Senhor Presidente manifesta-se ainda, por um lado, através de uma receção a representantes do MFA na sua casa apalaçada e na qual não faltaram os simbólicos cravos, e, por outro, através da oportuna generosidade em relação aos trabalhadores, patente no aumento de ordenados e gorjetas (cf. *S* 570s.).

A modelação do Senhor Presidente ao novo espírito de liberdade e democracia culmina na realização, em família, de uma efusiva festa de comemoração democrática – extensiva aos empregados da casa – da Revolução de 25 de Abril. Nessa noite de alegria o anfitrião não esquece o jovem estrangeiro que se encontra de visita a Lisboa e concede-lhe a realização de um desejo: um telefonema para a Alemanha. A conversa telefónica entre Johannes, empolgado pela revolução portuguesa, e Josef, imerso nas águas agitadas da radicalizada realidade alemã de meados dos anos 70, em vez de constituir motivo de alegria, acaba por entristecer o protagonista (*S* 572s.). Com efeito, a indiferença do irmão relativamente ao histórico acontecimento vivenciado em terras lusas vem ensombrar o estado de espírito do gémeo que, subitamente, é também confrontado com a precariedade da sua situação em Lisboa: “Mas o que é que estás a fazer aí em baixo, nesse teu Portugal?” (*S* 573). Para Josef, a Alemanha continua a ser o centro do mundo e a “palaciana revolução” portuguesa adquire a dimensão irrisória “de um espetaculozinho ao ar livre...” (*S* 573), quando comparada com as tumultuosas cenas de violência por ele presenciadas em terras germânicas. Além disso, o telefonema traz um outro motivo de consternação ao protagonista: a notícia da já anunciada queda do chanceler Willy Brandt (1913-1992), o “sonhador” (*S* 573), devido aos escândalos relacionados com a infiltração de um espião da RDA no seu governo e com uma amante. No âmbito da ação romanesca, o fracasso retumbante do líder carismático da SPD, seu ídolo político, funciona como prefiguração especular do destino de Johannes, cuja degradação psíquica não tarda a consumir-se.

Na verdade, a situação do herói estrangeiro em Lisboa — um pianista sem emprego a viver à custa da família da namorada — afigura-se como

insustentável e será o Senhor Presidente a despoletar uma solução que passa, inevitavelmente, pelo fim do idílio amoroso e o afastamento gradual, mas definitivo, entre Johannes e a filha do abastado empresário, ocupadíssimo com o restabelecimento dos negócios e da rede de influências políticoeconómicas no conturbado período pós-revolucionário. O fim da relação com Fernanda é, efetivamente, promovido pelo pai através da separação forçada do casal de namorados, compensada com a concessão de um emprego administrativo monótono e esgotante ao artista alemão, que se revela incapaz de reconquistar o amor de Fernanda e de se integrar na construção da sociedade democrática portuguesa. A conseqüente crise existencial e identitária embrenha o sedutor melancólico no “labirinto da saudade”²³ e acaba por motivar a sua partida de regresso à Alemanha. Só após anos de sofrimento e tratamentos vários, Johannes consegue libertar-se da depressão, reagindo, como se referiu na sinopse inicial do romance, ao triunfo do irmão gêmeo na vida política alemã com a realização pessoal do desejo de se afirmar no espaço cultural de língua alemã como escritor.

Para concluir, gostaria de reiterar as ideias fundamentais a respeito da representação estético-literária da Revolução de 25 de Abril de 1974 no romance *Schwerenöter* (1987). O acontecimento histórico que vem instaurar a liberdade e a democracia em Portugal surge, no mundo histórico-ficcional, intimamente articulado com o destino do narrador-protagonista, o qual, de acordo com a teoria explanada por Hanns-Josef Ortheil, representa a *conditio germaniae*, ou seja, a duplicidade da alma ou da nação alemã. Com efeito, Johannes vive em Lisboa momentos culminantes da sua biografia com a dupla realização dos seus sonhos, por um lado, no plano sentimental através da idílica relação amorosa com a jovem beldade portuguesa e, por outro, no plano político através da experiência *in loco* da histórica Revolução dos Cravos, sujeita a um tratamento histórico-ficcional bastante minucioso. No texto romanesco,

²³ Sobre o uso da expressão metafórica criada por Eduardo Lourenço (1923-2020), na obra ensaística *O Labirinto da Saudade* (1978), para descrever o processo de desagregação mental do protagonista alemão na fase final do episódio lisboeta, cf. Madeira (2002: 196-203).

em que não faltam referências a protagonistas históricos, como Spínola ou Zeca Afonso, é concedido particular relevo à celeridade, à eficácia e ao caráter pacífico das ações levadas a cabo pelos líderes revolucionários do MFA, contribuindo para a representação idealizada do 25 de Abril como “revolução ponderada” [“takvolle Revolution”], designação inspirada no pensamento de Adorno. Assim, a imagem de Johannes e Fernanda a percorrerem a Avenida da Liberdade no meio da multidão, munida dos icónicos cravos e entoando a “Grândola, vila morena”, enfim, inebriada com o êxito do golpe militar que derrubara o regime fascista simboliza, evidentemente, a concretização da utopia. Todavia, trata-se apenas de um momento utópico no longo trajeto do protagonista que se revela incapaz de superar os obstáculos colocados pela poderosa figura do Senhor Presidente no caminho da conquista do amor de Fernanda e da plena integração na sociedade portuguesa pós-revolucionária. O abastado empresário português, rapidamente adaptado à nova realidade política imposta pelo 25 de Abril, força o fim do idílio amoroso e o regresso do sedutor melancólico alemão ao país de origem, onde acaba por conseguir superar a crise identitária por meio da realização pessoal como escritor.

BIBLIOGRAFIA

- Das Gras wächst von selbst: Faulheit und weitere Untätigkeiten - 50 Jahre Nelkenrevolution – Unverhofft. die horen: Zeitschrift für Literatur, Kunst und Kritik* (2024). Zusammengestellt von Andreas Erb und Christof Hamann, Jgg. 69, Nr. 294.
- Dobrick, Barbara (1987). Adenauer wartete. *Deutsches Allgemeines Sonntagsblatt*, 12.
- Enzensberger, Hans Magnus (1987). Portugiesische Grübeleien. In Hans Magnus Enzensberger, *Ach Europa! Wahrnehmungen aus sieben Ländern. Mit einem Epilog aus dem Jahre 2006* (177-233). Frankfurt a.M.: Suhrkamp.
- Ferreira, José Medeiros (Coord.) (1994). *História de Portugal. Volume 8: Portugal em Transe*. Dir. José Mattoso. Lisboa: Estampa.
- Madeira, Rogério Paulo (2002). *O Imaginário de Lisboa nos Romances «Bekennnisse des Hochstaplers Felix Krull» de Thomas Mann e «Schwerenöter» de Hanns-Josef Ortheil*. Coimbra: MinervaCoimbra/CIEG.
- Marques, A. H. de Oliveira (1998). *História de Portugal. Volume III: Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*. Lisboa: Editorial Presença.

A “revolução ponderada” ou a representação do 25 de Abril
no romance *Schwerenöter* (1987) de Hanns-Josef Ortheil

- Missler, Eva (1997). *Lissabon. Das Bild der Stadt und die Stadt als Bild*. Aachen: Shaker.
- Monteiro, João Gouveia (Dir.) (2024). *Portugal 50 Anos depois do 25 de Abril. O que mudou? O que falta fazer?* Lisboa: Editorial Presença.
- Ortheil, Hanns-Josef (³1990). *Schwerenöter*. München: Piper [1.^a ed. – 1987].
- Pinheiro, Teresa; Stock, Robert; Thorau, Henry (Hg.) (2024). *Fünfzig Jahre Nelkenrevolution: Transkulturelle und intermediale Perspektiven auf Portugals demokratischen Wandel seit 1974*. Bielefeld: transcript Verlag.
- Puhl, Widmar (1987). Josef und Johannes bei Ortheil. *Die Welt*, 16.
- Reinstädler, Janett; Thorau, Henry (Hg.) (2015). *Die Nelkenrevolution und ihre Folgen: Der portugiesische 25. April 1974 in Literatur und Medien*. Berlin: edition tranvía - Walter Frey Verlag.
- Rodrigues, Avelino; Borga, Cesário; Cardoso, Mário (⁴2001). *O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Rosas, Fernando (Coord.) (1994). *História de Portugal. Volume 7: O Estado Novo*. Dir. José Mattoso. Lisboa: Estampa.
- Schmitz, Helmut (1997). *Der Landvermesser auf der Suche nach der poetischen Heimat: Hanns-Josef Ortheils Romanzyklus*. Stuttgart: Heinz.
- Töteberg, Michael (1996). Der Schriftsteller als Papagei. Über Literatur und literarische Konzepte von Hanns-Josef Ortheil und Gerhard Köpf. *Text + Kritik*, 113, 19-25.
- Zimmerer, Jürgen (1996). Die Nelkenrevolution und die deutsche Öffentlichkeit. Überlegungen zur Rezeption der portugiesischen Revolution in den deutschen Printmedien. *Runa. Revista Portuguesa de Estudos Germanísticos*, 26, 573-578.

LA FIABA DELLA LIBERTÀ.
MIGRAZIONE E SALVEZZA
NELL'ESORDIO DI ORNELA
VORPSI

*The tale of freedom. Salvation and
migration in Ornella Vorpsi's debut work*

ANGELA BUBBA
angela.bubba2@gmail.com
Independent researcher

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6965-5297>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-11_19

Texto recebido em / Text submitted on: 15/04/2025

Texto aprovado em / Text approved on: 30/07/2025

Biblos. Número 11, 2025 • 3.^a Série
pp. 431-449

RIASSUNTO

L'articolo tratta dell'esordio letterario dell'autrice albanese Ornela Vorpsi: *Il paese che non muore mai*, che ripercorre i suoi anni vissuti nel proprio paese di origine – all'epoca sotto la dittatura di Enver Hoxha – e analizza alcune delle più disumane limitazioni della libertà, pubblica almeno quanto privata. Particolare attenzione è rivolta all'elemento femminile, oltremodo vessato dal regime di Hoxha e destinatario di una profonda stigmatizzazione reiterata dalle medesime donne. Infine, è approfondito il legame col genere della fiaba, specie nella rilettura di Italo Calvino. Viene chiarita la connessione tra Vorpsi e l'autore italiano, e contestualizzata l'importanza che la fiaba esercita in questa rappresentazione, di un percorso di ricerca e lotta per la libertà.

Parole chiave: Ornela Vorpsi; Albania; dittatura; fiaba; Italo Calvino.

ABSTRACT

The article discusses the literary debut of Albanian author Ornela Vorpsi: *Il paese dove non si muore mai*, which retraces the years she lived in her home country – then under Enver Hoxha's dictatorship – and analyzes some of most inhumane limitations on freedom, both public and private. Special attention is given to the female condition, oppressed under Hoxha's regime and subjected to deep stigmatization, often perpetuated by women themselves. The article also explores the connection with the fairy tale genre through Italo Calvino's interpretation. It clarifies the relationship between Vorpsi, the Italian author and the significance of the fairy tale contextualized within this representation of a journey of struggle and search for freedom.

Keywords: Ornela Vorpsi; Albania; dictatorship; fairy tale; Italo Calvino

ALBANIA, PAESE ANCORA INCOMPRESO

In un intervento critico che ponga al centro il tema della libertà, eleggere come oggetto d'indagine l'Albania è senz'altro una scelta inusuale, alquanto in controtendenza rispetto a numerose altre possibilità di studio: una dichiarazione d'intenti, la mia, che s'inserisce nel solco stesso della parabola di questo Paese, la cui storia e cultura non hanno mai goduto nel corso del tempo di una particolare attenzione, anzi hanno scontato un sorta di peccato d'oscurità, un dovere al nascondimento o peggio all'indifferenza, una rinuncia alla rivelazione.

Conseguentemente, l'effetto di distorsione che da decenni continua a generarsi rende ancora oggi quest'area dei Balcani, "con i suoi complessi problemi", "di difficile comprensione nel suo insieme"; e a ciò è da aggiungere anche l'evidenza che il "flusso, continuo e ripetuto, di notizie offerte dalla stampa specializzata non raggiunge la maggioranza dell'opinione pubblica" (Biagini, 2021: 1), contribuendo così a rendere questo piccolo ma cruciale punto del Mediterraneo ancora più relegato dentro sé stesso, in una posizione ingiustamente marginale e tristemente isolata rispetto a molti altri Paesi, non solo europei.

Restando sul contemporaneo, l'immaginario attuale dell'Albania non differisce molto da quello del più recente passato: pensare all'Albania oggi vuole dire pensare a un territorio vessato da una grave arretratezza, in larga parte ancora rurale e preda di speculazioni di vario genere. Un luogo su cui pesa l'eredità del brutale regime comunista di Enver Hoxha, dittatore incontrastato che esercitò la sua feroce autorità ininterrottamente per circa quarant'anni, a partire dalla fine della seconda guerra mondiale fino alla morte, avvenuta nell'aprile del 1985.

In quasi mezzo secolo, Hoxha istaurò quella che è considerata la più sanguinaria dittatura d'Europa, oltretutto la più duratura e pervasiva nei suoi effetti a medio e lungo termine, registrabili anche dopo la scomparsa del leader politico, all'interno di un popolo che risulta ancora dolorosamente marchiato, smembrato in quello che era il proprio mondo tradizionale e valoriale.

E i segni, le cicatrici di un simile trascorso sociopolitico, sono ugualmente visibili nell'arte che l'Albania ha prodotto, sono riscontrabili in numerose opere di artisti che hanno pagato anche con la propria vita, col proprio

sacrificio, alcuni per aver denunciato gli abusi di Enver Hoxha, altri anche solo per essersi discostati di poco dalle sue spietatissime leggi.

L'ESORDIO DI ORNELA VORPSI OVVERO LA CONTINUAZIONE DI UNA LOTTA

È all'interno di questa compagine che dovremmo inserire la vicenda, comune quanto eccezionale, di Ornela Vorpsi: scrittrice, pittrice e fotografa nata a Tirana nel 1968; diventata nota, nel 2004, per aver dato alle stampe un romanzo andato incontro a un rapido successo internazionale, divenuto in breve un caso editoriale e capace di riportare lo sguardo del mondo sulla società albanese, specie sugli eventi più traumatici che l'hanno caratterizzata, all'interno dei quali si svolge la stessa infanzia e adolescenza di Ornela Vorpsi.

Per comprendere meglio la genesi dell'opera, e il suo successivo e non facile percorso editoriale, occorre conoscere le tappe essenziali della biografia di Vorpsi, la quale nel 1991 abbandona la propria terra natia e approda in Italia, dove s'iscriverà all'Accademia di Brera, a Milano. Successivamente, nel 1997, emigrerà di nuovo, stavolta verso la Francia, dove proseguirà un percorso interdisciplinare dedicato alla letteratura e alle arti visuali.

Il romanzo a cui mi riferisco, *Il paese dove non si muore mai*, viene scritto inizialmente in italiano. Vorpsi, dunque, non ricorre alla propria madrelingua bensì alla lingua del Paese che l'ha adottata subito dopo l'abbandono dell'Albania. Il testo tuttavia, almeno in un primo momento, non risulta convincente per l'editoria italiana, che ne rifiuta la pubblicazione.

Soffermiamoci su questo primo aspetto, ovvero sulla mancata accettazione di Ornela Vorpsi, che è certamente significativa, ed è da inserire nella contestualizzazione della cosiddetta letteratura migrante italoфона, ossia quella letteratura prodotta in lingua italiana da parte di autori e autrici la cui lingua madre non è appunto l'italiano.

Questa specifica branca letteraria si è affacciata nel panorama italiano a inizio degli anni '90, ed è sempre andata incontro a una difficile convivenza con la letteratura italiana ufficiale del canone. Si tratta quindi di una produzione artistica che nella sua fase aurorale ha goduto di una scarsissima

se non inesistente considerazione, ed è stata per questo recepita con molta difficoltà e lentezza anche dagli ambienti accademici, all'interno dei quali solo dopo molto tempo si è iniziato studiare scientificamente la letteratura migrante prodotta in italiano. Tutto il percorso di Ornela Vorpsi è perciò da leggere alla luce di tali vicissitudini, le medesime che la portarono a rivolgersi paradossalmente all'editoria extraitaliana. Infatti, come ricostruisce Daniele Comberiati, *Il paese dove non si muore mai* appare

per la prima volta in lingua francese, in traduzione, nel 2004, presso la nota casa editrice Actes Sud. Solo dopo il successo ottenuto in Francia, un editore italiano si è finalmente deciso a pubblicare il testo nella versione originale. Ci si trova quindi di fronte ad una lunga traslazione linguistica: l'autrice ha abbandonato la propria lingua-madre, l'albanese, per scrivere un testo sull'Albania (ma che nell'ultimo capitolo si sposta in Italia) con la sua seconda lingua, l'italiano, ovvero la lingua del primo paese di accoglienza. Non riuscendo però a trovare un editore, è stata costretta a pubblicare *Il paese dove non si muore mai* in traduzione francese. Tra l'altro è da notare che la versione francese [...] differisce non poco dall'originale, soprattutto per quanto riguarda la disposizione dei capitoli e l'introduzione di alcuni personaggi. (Comberiati, 2010: 225-226).

È questo uno di quei cortocircuiti non rari dell'editoria, non solo italiana, ma che in questo caso diventa ancora più emblematico, poiché riguarda un romanzo acclamato in numerosi Paesi, vincitori di moltissimi riconoscimenti e ancora oggi studiato in un contesto internazionale. La mia è naturalmente una puntualizzazione necessaria, che nell'economia di quest'articolo trova la sua più precipua giustificazione nel suo legame col tema che stiamo trattando: la libertà, di cui Ornela Vorpsi venne privata prima in Albania e poi (almeno fino al 2005) nella stessa Italia, una terra che ha letto quel romanzo –insieme a molti altri – con gli occhi del pregiudizio, del sospetto verso i migranti e della loro svalutazione. Siamo perciò di fronte a una grave limitazione delle proprie libertà: come chiamare infatti l'insistita capacità di ignorare l'espressione degli altri, che saranno perfino costretti a pubblicare in una

successiva, terza lingua (in questo caso il francese)? Non è forse una perdita di diritti? Non è anch'essa regresso, decadimento, costrizione?

Vorpsi ad ogni modo non ha mai condannato l'Italia e la sua lingua; al contrario ha sentito sempre quell'idioma vicino, eleggendolo come unico e pieno strumento di comunicazione della propria realtà creativa, la quale tuttavia risente del disorientamento implicito vissuto dall'autrice.

Si può affermare che, scrivendo in italiano e vivendo in Francia, lo straniamento linguistico per Ornella Vorpsi sia duplice, in primo luogo perché abbandona la propria lingua-madre, e in secondo luogo perché non utilizza quella del paese di accoglienza. L'italiano diventa una lingua senza passato, senza infanzia, necessaria per affrontare gli anni vissuti in Albania sotto il regime comunista e per distaccarsene criticamente. Si può ipotizzare ugualmente che la decisione di continuare a scrivere in italiano rappresenti una maniera di legarsi alla lingua con la quale è riuscita a superare il proprio passato albanese. (Comberiati, 2010: 226-227).

Anche la stessa Ornella Vorpsi si esprimerà al riguardo. Nel corso di un'intervista del 2009 ha affermato di aver

[...] pensato spesso di scrivere in francese perché evidentemente è la lingua in cui vivo, è la lingua che parlo di più. Invece l'italiano per me rimane in senso stretto una lingua di casa, e di libri. Però mi sembra che con l'italiano ho scavato, ho creato una certa dimensione, e mi ci vorrebbe un grande coraggio, una grande forza per andare verso il francese – lingua che sento meno flessibile [...] mi sembra che il francese lascia meno spazio a manipolazioni. È una lingua che esige una certa forma, in una maniera un po' più forte della lingua italiana¹.

¹ L'intervista è stata curata da Emma Bond, Jennifer Burns e Maria Cristina Mauceri, ed è attualmente contenuta ne *Il confine liquido. Rapporti letterari e interculturali fra Italia e Albania* (Aa. Vv., 2013: 203).

E ancora, all'interno del medesimo dialogo:

[...] utilizzare una lingua che non abbia del vissuto mi riesce molto più facile, così come per gli altri autori è necessario e vitale lavorare nella propria lingua. Io ho proprio bisogno di avere distanza dai miei ricordi, distanza dal vissuto, mi è più facile, sono più serena².

In questo senso una lingua senza infanzia, secondo la definizione di Daniele Comberiati, si tramuta nell'unico mezzo effettivo per dar voce all'infanzia; una lingua senza passato è l'unico strumento che Vorpsi possiede per far rivivere proprio quel passato, il suo passato, che altrimenti sarebbe impossibile descrivere, data l'elevata drammaticità che lo caratterizza. Il trauma di una giovane albanese, che è anche il trauma di un intero popolo, può conquistare così la propria cittadinanza, può essere ammesso ad esistere tramite la parola scritta, e proprio in quel processo, non meno drammatico e tuttavia liberatorio, essere riscattato, per essere finalmente reso visibile, libero in un mondo che fino a quel momento l'aveva spesso ignorato.

La visibilità in questo modo acquisita, prima per mezzo della lingua francese, poi dell'italiano e in seguito di tante altre lingue, rende *Il paese dove non si muore mai* non solo gesto letterario ma anche atto di autentico valore etico e civile, un dispositivo di denuncia e lotta per i diritti umani, una chiamata alla consapevolezza di quanto accaduto in quel lembo di terra europea in un'epoca relativamente recentissima, e sulla quale occorre continuare a riflettere.

IL FEMMINILE COME APICE DELL'ABUSO

È il paese dove non si muore mai. Fortificati da interminabili ore passate a tavola, annaffiati dal rachi, disinfettati dal peperoncino delle imman-

² L'intervista è stata curata da Emma Bond, Jennifer Burns e Maria Cristina Mauceri, ed è attualmente contenuta *Il confine liquido. Rapporti letterari e interculturali fra Italia e Albania* (Aa. Vv., 2013: 212).

cabili olive untuose, qui i corpi raggiungono una robustezza che sfida tutte le prove.

La colonna vertebrale è di ferro. La puoi utilizzare come ti pare. Se capita un guasto, ci si può sempre arrangiare. Il cuore, quanto a lui, può ingrassare, necrosarsi, può subire un infarto, una trombosi e non so cos'altro, ma tiene maestosamente.

Siamo in Albania, qui non si scherza.

(Vorpsi, 2005: 5).

Così inizia *Il paese dove non si muore mai* nella sua versione italiana. Il lettore è scaraventato dentro un luogo descritto subito come difficilissimo, un panorama dove ogni cosa è metafora della brutalità e del sopruso perpetrati, un mondo straniante e durissimo: in particolare per le donne, condannate durante il regime di Enver Hoxha alle più umilianti vessazioni patriarcali, ridotte all'asservimento e costrette a una continua e mortificante oggettificazione da parte del genere maschile. Anche di questo Ornella Vorpsi informa i lettori fin dalle prime pagine del romanzo:

Quando il marito era via per affari o in prigione, si diceva alla donna che non avrebbe fatto male a ricucirsi un po' là sotto, in modo da convincerlo che aveva aspettato lui e soltanto lui, e che la sua dolorosa assenza le aveva ristretto lo spazio tra le cosce (in questo paese il marito ha un istinto molto sviluppato della proprietà privata).

[...]

Quando passi per la strada, i loro sguardi t'incrociano penetrandoti fino al midollo, così a fondo che il tuo essere diventa trasparente.

Una volta dentro di te, questo sbirciare diventa un'arte meticolosa.

A casa si presentava lo stesso discorso:

– Non ti preoccupare, – è mia zia che parla, – ti manderemo dal medico per vedere se sei vergine o no.

[...]

In questo paese dove nessuno muore, mia zia non fa eccezione: non muore neanche lei.

Avevo delle immagini ricorrenti (mai dette a nessuno); prima di addormentarmi, a occhi socchiusi, sognavo il suo funerale.

Vedo: una sciarpa nera (ne avrei preferita una vaporosa di pizzo), che mi avrebbe stretto il collo proprio come a Madame Bovary o ad Anna Karenina. Di sicuro sarei stata pallida, avrei pianto a fiumi perché l'amavo tanto, ma il desiderio di liberarmi di lei e delle sue ire che si abbattevano tutte su di me era troppo forte.

(Vorpsi, 2005: 7-9).

Come vediamo, l'invadenza della sopraffazione è tale che viene istintivamente introiettata anche dalle stesse donne, e da queste fatta rimbalzare, in una triste trafila generazionale, sulle successive figlie e nipoti. Le donne diventano dunque complici della loro umiliazione, diventando prosecutrici inconsapevoli del medesimo movimento di svilimento e oltraggio, lo stesso che l'autrice tenta anche di stemperare chiamando in causa due modelli letterari, fra i più noti di tutti i tempi: Madame Bovary e Anna Karenina (entrambe, non casualmente, andate incontro a un destino infelicissimo), oppure immaginando il funerale di una parente, come evento catartico che le permetterebbe di guadagnare anche un breve margine d'azione.

Nelle descrizioni di Vorpsi, inoltre, l'accento viene posto ripetutamente sulla sfera del sessuale, usato e evocato di continuo come terreno primario di offesa. La stessa genitalità femminile diviene allegoria di disprezzo, è assicurazione di mortificazione e vilipendio, è rovina.

La donna dunque è male proprio per il suo essere ontologicamente donna; è sbagliata a prescindere; è pericolo, vergogna, catastrofe. E a tutto ciò è da aggiungere l'isolamento, specie interiore, delle donne albanesi, vicine solo fisicamente, perché psicologicamente in duello l'una contro l'altra: un *modus vivendi* che rende ancora più evidente quello che Patrizia Resta definisce un fatto oggettivo delle albanesi, ovvero il loro naturale assoggettamento, la loro spontanea subordinazione, "che né il modello di emancipazione socialista [...] né quello che ha guidato i movimenti femministi degli ultimi anni, sono riusciti ad intaccare" (Resta, 1998: 51): descritte tradizionalmente come un "peso" per la famiglia d'origine, esse passeranno in seguito alla famiglia

del marito, dove “la loro funzione è assimilata a quella dell’“otre fatto per sopportare pesi e fatiche”” (Resta, 1998: 52).

Il risultato di una tale ingerenza sulle donne albanesi, portata scientemente avanti per secoli e che ha toccato uno dei culmini principali durante il regime di Hoxha, ha così prodotto l’aggravante di una lotta intestina fra le donne stesse, a tal punto debilitate da non poter neppure stringere segretamente alleanza. Ciò è chiarito da questo breve ma intensissimo passaggio:

Nel nostro caro paese dove non si muore mai, dove il corpo è forte come il piombo, abbiamo un detto, un detto profondo: «Vivi che ti odio, e muori che ti piango».

Questo adagio è la linfa del nostro paese. Dopo la morte nessuna brutta parola, oserei dire nessun cattivo pensiero, ti tocca più. La morte è rispetto. (Il rispetto degli albanesi si deve meritare; cominciate a morire e lo sveglierete, una volta morti finalmente lo otterrete).

(Vorpsi, 2005: 11).

Questa mancanza di ascolto, di comprensione, in una parola di amicizia, diventa più stringente, più dolorosa ed evidente quando le protagoniste sono le donne, similmente impossibilitate ad esercitare anche la più lieve forma di soccorso e di sorellanza: un automatismo anch’esso interiorizzato dalle albanesi, che lo hanno reso ripetizione e abitudine, e quindi in definitiva norma comportamentale, né da contraddire né tantomeno da variare.

Hoxha ha dunque ricreato un immaginario sociale, in peggio, ha risemantizzato il sentire di un intero popolo e ha fatto sì che i valori della complementarità e dell’aiuto umani fossero di fatto annullati, anzi decadessero come per effetto di una scomunica ufficiale, banditi per sempre dalla sfera antropologica dell’agire, così da non essere più previsti neppure tra donna e donna: una simile degenerazione ha di conseguenza reso il femminile albanese ancora più fragile di quanto già non fosse, trasformandolo in una materia ulteriormente soggetta alla violenza maschile, che infatti non ha tardato a manifestarsi.

The social environment depicted in this work is grim, and the solitude on these women absolute. The absence of a nurturing community is a result of the prejudices that women face whenever they are perceived to defy the rules of patriarchy. These women are repeatedly assaulted, often verbally in the streets and physically or sexually in private spaces.

(Radi, 2021: 207).

La libertà che guadagna Ornella Vorpsi lasciando l'Albania, prima per l'Italia e poi per la Francia, riguarda dunque anche questo specifico campo: è una libertà politica ma anche corporale in senso ampio, oltretutto intellettuale e naturalmente interiore, perfino spirituale. Quest'ultimo aspetto lo si coglie da un rapido ma tremendo dialogo tra la giovane protagonista e la sua maestra di scuola, all'interno di una delle lezioni tipo risalenti al periodo dittatoriale albanese, in cui qualsiasi riferimento al trascendente era fortemente vietato.

- Compagna maestra, ma se ne rende conto che l'universo non può essere senza fine? Chiuda gli occhi. Lo immagina senza fine, ma vede? Non è possibile, deve finire da qualche parte, altrimenti si sarebbe stancato anche se è l'universo.

- Tu Ornella non hai le idee chiare in testa, manchi di convinzioni di carattere etico. Le tue insinuazioni posso essere giudicate di carattere mistico, alludi forse alla presenza di qualcuno?

- Non credo, non alludo a niente, ma non si può essere senza fine, mi è impossibile che sia senza fine.

- Ornella, adesso siediti, ti consiglio di studiare un po' meglio il materialismo dialettico e la teoria dell'evoluzione della specie -. E poi continua rivolgendosi alla classe: - Dovete studiare per bene le opere fondamentali di Darwin, dovete essere armati davanti al nemico: mettiamo caso che Ornella esprima i suoi dubbi al nemico, lui ne può approfittare per metterla su una strada sbagliata; quella della religione, che, come sappiamo, è l'oppio dei popoli.

(Vorpsi, 2005: 69).

Dunque, la dittatura invade anche lo spazio personalissimo che attiene alle confessioni religiose. E la dittatura di Enver Hoxha, uomo che si dichiarava marxista-leninista ortodosso, inasprì fortemente questo aspetto, tanto da arrivare a dichiarare ufficialmente l'Albania il primo Paese ateo al mondo. Non solo, questa volontà politica venne messa per iscritto negli anni '60, all'interno dell'articolo 37 della Costituzione albanese, che recitava: "Lo Stato non riconosce alcuna religione e supporta la propaganda atea per inculcare alle persone la visione scientifico-materialistica del mondo" (Franza, 2017); mentre nel 1977 toccò all'articolo 55 del Codice penale, che regolamentava la reclusione da tre a dieci anni per propaganda religiosa nonché per conservazione e distribuzione di materiale di argomento religioso (Franza, 2017).

Dunque l'unico credo ultraterreno possibile, per Ornella Vorpsi e per qualunque albanese vissuto in quei tempi, era una religione statale, una religione in cui ad essere venerato non era nient'altro che lo Stato e più precisamente lo Stato diretto da Hoxha, capace anche di giungere alla successiva, paradossale imposizione di quello che è stato definito un confessionismo ateo.

Ora un tale, pesantissimo carico ideologico, come abbiamo letto sopra, viene gettato senza alcuna sensibilità addosso a una bambina, un giovane essere che legittimamente arriva a porsi domande sul mondo e i suoi misteri, sulla sua imperscrutabilità, sulla sua infinitezza. La risposta del regime è tuttavia violenta e immediata, bloccando sul nascere qualsiasi curiosità, e prima ancora qualsiasi tentativo di coscienza autocritica.

È interessante a questo punto notare come la ribellione di Ornella si origini a partire da una riflessione sul tema della libertà, scatenata sempre da un contesto scolastico e avente come protagonista il celebre quadro di Eugène Delacroix *La liberà che guida il popolo*.

In prima fila sulle barricate c'è una donna, sembra persino la più coraggiosa tra i rivoluzionari. La foto è stampata male, faccio vedere la pagina al nonno.

– Guarda, nonno! E poi dite che le donne sanno solo far da mangiare.

– Ah sì, – mi risponde, – è un quadro molto conosciuto, vai a vederlo a colori nella piccola enciclopedia italiana [...]

Corro a vederlo a colori, perché i colori cambiato tutto, cerco il nome del

pittore, ma non... non è la stessa pittura, eppure sì, è proprio lei. Non capisco. Ma qui la donna – la coraggiosa donna – ha i seni di fuori! Nel mio libro di storia no!

– Ma nonno, cos'è questo brutto scherzo? Nel mio libro di storia lei ha i seni coperti da una stoffa bianca, e nell'enciclopedia dell'Italia capitalista i suoi seni svolazzano in aria. Qual è il quadro vero? Non è che gli italiani vogliono compromettere la figura della donna, e insieme a lei anche la rivoluzione? (Vorpsi, 2005: 67).

La piccola Ornella rimane sconcertata di fronte a quella scoperta, meglio ancora di fronte all'attestazione di quella condanna. Una condanna a qualsiasi genere di libertà e visione personali, una condanna al corpo e allo spirito, una condanna alla fantasia in particolare, una condanna alla vita. Vorpsi inoltre connette il valore dell'emancipazione a quello della sensualità, attraverso il riferimento fisico del seno, che ricopre di fatti un valore non marginale nell'opera di Delacroix. L'accento su quel preciso elemento è un altro modo per riflettere sulla condizione femminile, sul suo specifico stato di donna albanese: cioè falsata, come la protagonista del dipinto sotto censura, coperta, rieducata, zittita.

LA FIABA COME PRIMA POSSIBILITÀ LIBERTARIA

A questo punto è necessario evidenziare che per il titolo del suo romanzo Vorpsi si è rifatta a un'opera di Italo Calvino, ripresa dalla scrittrice in forma letterale: *Il paese dove non si muore mai*³, contenuta nelle celebri *Fiabe italiane*,

³ La fiaba descritta da Calvino è basata su una variante popolare veronese, in cui un giovane protagonista, contrariato dall'idea di morire, si mette alla ricerca di un luogo esente da morte. Dopo averlo trovato, ed averci vissuto in piena agiatezza per moltissimi anni, il giovane, preso da nostalgia, fa visita ai posti del suo passato, desideroso d'incontrare tracce e persone della vita precedente. Il suo desiderio, tuttavia, non può essere soddisfatto, in quanto nessun segno del passato è ormai visibile. Tornerà per questo indietro, incontrando nel mentre un vecchio che si rivelerà essere la morte, la quale, astutamente, trascinerà con sé il ragazzo.

La storia è stata trasmessa anche in altre varianti, italiane e straniere, diverse a seconda dell'area geografica di provenienza.

duecento narrazioni fiabesche di origine italiana riunite in un'unica raccolta e pubblicate nel 1956.

In primo luogo è importante rilevare che Calvino, influenzato dagli studi di Propp, ha lavorato a questa ricognizione e riscrittura di fiabe non solo per esaltare il piacere di “una narrazione spontanea e popolare”, e nemmeno per un “gusto del fantasioso fine a se stesso”. Piuttosto, ciò che “interessa a Calvino è l'infinita gamma di possibilità presenti nell'universo della fiaba italiana, il suo essere un modo diverso, nuovo e utile, di guardare il mondo, e, forse, di cambiarlo in meglio” (Gaiba, 2004: 151).

È una sottolineatura difficilmente ignorabile, relativamente all'opera di cui ci siamo occupando. Infatti la possibilità di variare, la moltiplicazione delle opzioni, l'infinito repertorio di percorsi, scelte, ripensamenti e ritorni, in breve la declinazione del senso di libertà che il meccanismo fiabesco offre, più di ogni altra costruzione narrativa, deve aver pesato anche inconsciamente sull'attrazione dimostrata da Vorpsi, non soltanto verso l'argomento della fiaba riportata da Calvino ma anche, e forse ancor prima, verso il genere fiabesco in toto, per le intrinseche qualità strutturali che lo costituiscono.

Nel romanzo di Vorpsi lo vediamo già dalla trama, costruita seguendo le tappe principali del genere fiabesco: l'esordio iniziale, poi la serie di complicazioni, quindi lo sviluppo delle diverse peripezie vissute da chi racconta e in conclusione il finale. In questo modo l'autrice, con grande maestria, fa immergere il lettore nel suo romanzo che in realtà è una fiaba, immettendolo in quel vortice che passa dall'esposizione aurorale del suo dramma e procede man mano per piccole e grandi prove, avventure, ostacoli: le cosiddette peripezie, fino ad arrivare ad un immaginato quanto catartico lieto fine, che riesce miracolosamente ad essere previsto; così come ad essere prevista, e ciò non deve sorprendere, è la sottolineatura del ruolo dell'eroe, in questo caso eroina, che è sempre la protagonista e voce narrante della vicenda, variamente accompagnata da aiutanti ed antagonisti, sia pure in modalità ambigue e transitorie (meno nette rispetto alla fiaba tradizionale) e immancabilmente spinta, da sé stessa, verso una gloriosa conquista finale, ovvero la libertà, cui addebitare l'agognato scioglimento dell'andamento problematico della storia.

Non mancano poi altri moduli più istituzionalmente ricollegabili alla narrazione fiabesca, in primis quelli della reiterazione⁴ e dell'indeterminatezza⁵; e se ciò può farci pensare di star leggendo qualcosa spostato a volte sull'asse del fantastico, dall'altra parte questa stranissima, scioccante fiaba montata su da Vorpsi crea volutamente un vertiginoso effetto contrario, dove il surrealismo conduce a una penetrazione ancora più profonda del reale, più precisamente alla verità che intende esprimere la scrittrice, in merito alla propria vita e di riflesso alla vita del popolo cui appartiene. È questa una intenzione compositiva nettissima, da riconnettere a una posizione altrettanto chiara di Calvino, il quale a suo tempo volle chiarire, all'interno dell'introduzione al volume citato, che le fiabe sono illuminate da un coefficiente altissimo di sincerità: equazione che Vorpsi, e lo dimostra la sua opera, deve avere assolutamente assimilato.

In sostanza, afferma lo scrittore,

le fiabe sono vere.

Sono, prese tutte insieme, nelle loro sempre ripetuta e sempre varia casistica di vicende umane, una spiegazione generale della vita, nata in tempi remoti e serbata nel lento ruminio delle coscienze contadine fino a noi; sono il catalogo dei destini che possono darsi a un uomo e a una donna, soprattutto per la parte di vita che appunto è il farsi d'un destino: la giovinezza, dalla nascita che sovente porta in sé un auspicio o una condanna, al distacco dalla casa, alle prove per diventare adulto e poi maturo, per confermarsi come essere umano. E in questo sommario disegno, tutto: la drastica divisione dei viventi in re e poveri, ma la loro parità sostanziale;

⁴ Questa è riscontrabile nella serie di ambientazioni proposte così come nella descrizione dei sentimenti, quindi dell'interiorità dei personaggi coinvolti. Non ultima, è la stessa scrittura a procedere spesso per ripetizioni di formule, fraseggi, battute.

⁵ Anche una buona dose di indefinitezza aleggia nel romanzo di Vorpsi, che dà vita a un racconto assai oscuro, per quanto esplicito, a una narrazione volutamente sospesa, che chiude l'Albania in una sorta di recinto tragico e magico insieme, ragionando misteriosamente sulla sua violenza.

la persecuzione dell'innocente e il suo riscatto come termini d'una dialettica interna ad ogni vita; l'amore incontrato prima di conoscerlo e subito sofferto come bene perduto; la comune sorte di soggiacere a incantesimi, cioè d'essere determinato da forze complesse e sconosciute, e lo sforzo per liberarsi e autodeterminarsi inteso come un dovere elementare, insieme a quello di liberare gli altri, anzi il non potersi liberare da soli, il liberarsi liberando; la fedeltà a un impegno e la purezza di cuore come virtù basilari che portano alla salvezza ed al trionfo; la bellezza come segno di grazia, ma che può essere nascosta sotto spoglie d'umile bruttezza come un corpo di rana; e soprattutto la sostanza unitaria del tutto, uomini bestie piante cose, l'infinita possibilità di metamorfosi di ciò che esiste.

(Calvino, 1956: VIII).

Metamorfosi, dunque, come concetto contenitivo finale e riassuntivo, ma soprattutto come immagine di palingenesi e rinascita, emblema di rinnovamento radicale, simbolo di nuova esistenza: applicando tutto ciò a un riferimento dittatoriale, a una dimensione di segregazione prima e di affrancamento dopo, capiremo quali ben più profondi, intensi e rigeneranti effetti esso possa avere: nel caso che stiamo trattando, effetti di liberazione prima immaginativa ovvero psicologica, e poi fisica, su piano privato tanto quanto pubblico.

La scelta della fiaba di Ornela Vorpsi non è dunque un'azione neutrale, la sua preferenza non nasce per caso e incarna naturalmente una visione artistico-estetica tanto quanto sociale-politica. Per Ornela Vorpsi, a tutti gli effetti una scampata al massacro prima che un'autrice, una superstite, una sopravvissuta, la fiaba funzionerà così da strumento incendiario, mezzo davvero memorabile e capace più di ogni altro di avvicinarla alla libertà, a quella tecnicamente conquistata come a quella descritta a posteriori nel proprio resoconto finzionale. L'ecfrasi libertaria di quest'autrice è per questo più intesa quando sul procedere cronachistico innesta il tono della leggenda, aggiunge cioè l'atmosfera fiabesca e sfocia, pur all'interno della tragedia, in una dimensione da racconto meraviglioso; il che potrebbe sembrare legittimamente una regressione più o meno inconscia, un abbassamento dovuto,

anche in relazione all'età della protagonista della storia (cioè principalmente Vorpsi bambina): questo saremmo tentati di pensarlo, almeno leggendo superficialmente il testo, che saggiato in maniera accurata risponde invece in altra maniera, e colloca l'influenza del genere fiabesco su un piano molto più stratificato, oltretutto perfettamente coerente con le scelte formali-stilistiche e biografiche dell'autrice.

Inoltre, è bene inoltre ricordare che il patrimonio culturale albanese, in seno al quale Vorpsi si è formata, è largamente debitore alla tradizione orale, allo stesso modo essenziale per la conservazione dei racconti fiabeschi in tutto il mondo. Proprio l'Albania da questo punto di vista costituisce un caso davvero emblematico in relazione all'oralità: basti solo pensare al corpus giuridico del "Kanun", così denominato, messo per iscritto solo in tempi recenti eppure in grado di regolamentare tutti gli aspetti della vita albanese per secoli⁶.

Le mie ultime osservazioni possono infine accostate anche a un altro elemento costitutivo dell'identità di Ornela Vorpsi, che oltre ad essere una sopravvissuta è stata e continua ad essere una migrante, ossia una rappresentante di quelle vite fatte d'erranza, di soglie perenni, di peregrinazioni, incroci ed attese. L'autrice difatti non è mai tornata a vivere stabilmente in Albania, neppure dopo il crollo della dittatura. Dall'Italia si è spostata in Francia e in questo Paese è rimasta, continuando a portare avanti un intenso percorso di ridefinizione identitaria: condizione che ha ugualmente a che vedere con la natura delle fiabe. Queste, infatti, hanno per Calvino

una natura migratoria: viaggiano nel tempo e nello spazio, attraversando anni, continenti, strati sociali, descrivendo di volta in volta un itinerario

⁶ Con "Kanun" s'intende un importante quanto temibile corpus di norme albanesi, originatosi probabilmente nel Medio Evo nell'area montana dell'Albania e da lì tramandato oralmente di generazione in generazione. Messo per iscritto solo nel '900, disciplinava la vita degli albanesi dalla nascita fino alla morte, e si basava sostanzialmente sui concetti di onore, giustizia, ospitalità, vendetta. Non è ovviamente questa la sede critica in cui approfondire il riferimento, che rimane però senz'altro utile a farci comprendere quanto Vorpsi sia implicitamente connessa a quel mondo, di cui anche il moralismo del "Kanun" è espressione.

di ascesa o discesa, costruendo una narrazione che si riproduce e trasforma continuamente gli ascoltatori in narratori e viceversa. Il narratore di fiabe, infatti, lascia le proprie impronte sul testo che viene così a trovarsi segnato dalle mani attraverso le quali è passato nel suo girovagare.
(Barsotti, 2020: 115).

Vista da questo punto di vista, la fiaba è effettivamente, inequivocabilmente quel tipo di narrazione che può dare voce a un percorso migrante, a un percorso odepotico e sempre mutante, a una natura fisica e interiore in perenne rivisitazione. Inoltre,

Queste caratteristiche strutturali della fiaba, che ne fanno un vero e proprio nucleo generativo di ogni racconto, soddisfano un'altra esigenza profonda del Calvino narratore, la ricerca del "modello", un modello che faccia coesistere le regole del gioco con la libertà del giocatore, ovvero il narratore e – perché no? – il lettore.
(Barsotti, 2020: 115).

L'attenzione torna dunque al tema libertario, amplificato implicitamente dalla struttura della fiaba, la quale rimbalza non solo tra le mani della narratrice Vorpsi ma anche tra quelle del lettore o della lettrice, come abbiamo appena letto: aspetto non secondario, questo, e anzi di sicuro interesse, uno scambio di sguardi che espande e vivifica la realtà raccontata, rendendo ancora più affascinante *Il paese dove non si muore mai*: non un romanzo bensì un romanzo fiabesco, una delle più rilevanti testimonianze sull'essere ancora vivi, sull'essere fuggiti e l'essere salvi da uno dei peggiori regimi di sempre.

BIBLIOGRAFIA

- Aa. Vv., Emma Bond, Daniele Comberiati (a cura di) (2013). *Il confine liquido. Rapporti letterari e interculturali fra Italia e Albania*. Nardò: Besa.
- Barsotti, Susanna (2020). Calvino interprete della fiaba e rappresentante dello strutturalismo. *Studi sulla formazione*, 1, 111-121. Firenze: Firenze University Press.

- Biagini, Alessandro Folco (2021). *Storia dell'Albania contemporanea. Dagli illiri all'Impero ottomano, dall'indipendenza alla dittatura di Enver Hoxha ai giorni nostri*. Milano: Bompiani.
- Calvino, Italo (1956). *Fiabe italiane*. Torino: Einaudi.
- Comberiati, Daniele (2010). *Scrivere nella lingua dell'altro. La letteratura degli immigrati in Italia (1989-2007)*. Bruxelles: Peter Lang.
- Franza, Carlo (2017). I martiri cristiani albanesi e l'inferno di Enver Hoxha. Il ricordo a 70 anni (gennaio 1947-2017) dalla persecuzione. *Il Giornale*, <https://blog.ilgiornale.it/franza/2017/02/01/i-martiri-cristiani-albanesi-e-l-inferno-di-enver-hoxha-il-ricordo-a-70-anni-gennaio-1947-2017-dalla-persecuzione/>
- Gaiba, Carlo (2004). Italo Calvino. In Gabriella Fenocchio (a cura di), *La letteratura italiana. Il Novecento: Dal Neorealismo alla globalizzazione* (139-164). Milano: Mondadori.
- Radi, Lidia (2021). Albania Mon Amour: Tales of Female Love and Duty in the Italian Writings of Vorpsi, Dones, and Ibrahim. In Marie Orton; Graziella Parati; Ron Kubati (a cura di), *Contemporary Italian Diversity in Critical and Fictional Narratives* (199-213). Lanham: Fairleigh Dickinson University Press
- Resta, Patrizia (1998). La condizione femminile in Albania. In Gioia Di Cristofaro Longo; Luciana Mariotti (a cura di), *Etnografia al femminile. Saggi ed esperienze* (51-71). Roma: Armando.
- Vorpsi, Ornella (2005). *Il paese dove non si muore mai*. Torino: Einaudi.

Entrevista

COM JOSÉ BRAGANÇA DE MIRANDA, SOBRE A LIBERDADE

A HISTÓRIA MOSTRA-NOS QUE NÃO TEMOS DE ESCOLHER O PIOR

*Entrevista com José Bragança de Miranda,
sobre a Liberdade*

JOSÉ BRAGANÇA DE MIRANDA
bragancamiranda@gmail.com
Universidade Lusófona

CARLOS CAMPONEZ
carlos.camponез@fl.uc.pt
Universidade de Coimbra

JOSÉ GOMES PINTO
jpgomespinto@gmail.com
Universidade Lusófona, CICANT

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3232-4822>
<https://orcid.org/0000-0003-0832-7174>
<https://orcid.org/0000-0002-9460-9014>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-11_20

Texto recebido em / Text submitted on: 21/07/2025

Texto aprovado em / Text approved on: 30/07/2025

Biblos. Número 11, 2025 • 3.^a Série
pp. 453-476

Doutorado em Ciências da Comunicação e com a agregação em Teoria da Cultura pela Universidade Nova de Lisboa, José Bragança de Miranda, em entrevista à *Biblos*, reflete sobre o tema da liberdade, cruzando a Comunicação, a Filosofia, a História e a Política. Refratário às lógicas monistas do pensamento e das organizações, o atual reitor da Universidade Lusófona considera que, a ter existido, o fim da História abriu-se com as *Revoluções* que conduziram ao controlo do poder absoluto. Reconhecendo que o controlo desse poder não é uma conquista definitiva, José Bragança de Miranda defende, no entanto, que a História mostra que a escolha do pior não se apresenta como uma inevitabilidade para a Humanidade. Por isso, mais do que discutir conceitos como a *Liberdade*, considera que é importante fazer uso deles, atualizando em cada ínfimo presente o legado de muitos heróis do passado.

Biblos: Onde é que estava no dia 25 de Abril e em que medida esse acontecimento mudou na sua vida?

José Bragança de Miranda: Nesse dia, estava em Lisboa. Acabava de fazer 21 anos e de chegar, em janeiro, de Moçambique. Estava a trabalhar. Logo de manhã, a minha mãe deu-me a notícia de que havia uma coisa grave a acontecer, dizendo-me para eu não sair de casa. Claro que a primeira coisa que fiz foi ir para o centro da cidade. Foi, para mim, um momento esperado, porque, em Moçambique, convivia com amigos que tinham pais que eram militares e, entre eles, já se constava que alguma coisa estava para acontecer.

Entretanto, eu, que tinha saído de Chaves totalmente nietzschiano, fui convertido, aos 19 anos, em Moçambique, num marxista. Ainda que sem grande convicção, mesmo assim, uma conversão. Para mim, era claro que qualquer coisa tinha de suceder e ia acontecer. Muito mais tarde, quando li Kant, acerca do entusiasmo, percebi o que é que ele queria dizer. Aquilo não era retórica: havia uma espécie de entusiasmo, uma fúria coletiva que, naturalmente, se desencadeia entre as pessoas em momentos como o 25 de Abril. Abriu-se, assim, um período indefinido, que não se mede pelo relógio, mas pelo tempo da História.

Biblos: Como equaciona, no espaço histórico português, a realização do poder como limitação e como abertura?

José Bragança de Miranda: Eu sempre considerei que o Estado, seja ele qual for, é sempre “impolítico”. Se não for “animado” politicamente, o Estado torna-se politicida ou, no mínimo, liberticida, se entregue à sua lógica como máquina de poder e como máquina de gestão. É uma maquinaria assustadora e terrível, que, deixada à solta, se alimenta de poder para criar mais poder, sendo facilmente capturada pelos absolutismos. Nietzsche, no *Zaratustra*, chamava-lhe o mais frio dos monstros. Portanto, considero que é absolutamente essencial que haja uma pulsão política que impeça, que suspenda ou que não deixe que se desenvolvam as tendências mais preocupantes e mais despóticas do poder. Veja-se o que está a passar-se nos Estados Unidos: é preciso lutar muito duramente para que aquela máquina não se torne numa máquina de destruição.

O 25 de Abril, por várias razões, primeiramente pelo facto de a política estar em eclosão, mas também por razões constitucionais, permitiu, pelo menos, uma menorização do poder do Estado que se expressa, na democracia, na alternância e na rotatividade. Sem realizarem a política são condições dela. São princípios fracos, insuficientes, do ponto de vista de uma política humana não servil, mas essa limitação da desmesura da máquina administrativa é essencial. Isaiah Berlin distinguia entre a liberdade negativa e a liberdade positiva. Ao contrário do que aconteceu noutros tempos, hoje não acredito na liberdade positiva como forma de obrigar os outros a serem felizes, uma situação que tem sempre a violência como consequência. Acreditei, bastante mais, na ideia de que, numa época da transição – e toda a política moderna depende dessa ideia –, o Estado e a obediência política também são transitórios e em trânsito, sem um término à vista que não seja especulativo. A melhor forma de evitar a sua captura e uso desmesurado é limitá-lo formalmente. Mas, claro, luta-se também em torno das formas.

A percepção sobre a necessidade de limitar o poder resultou de um conjunto de alterações essenciais na modernidade Europeia. Uma delas, decisiva, foi a tripartição do poder absoluto em poderes: o executivo, o legislativo e o

judicial. Isto foi algo enunciado racionalmente por Montesquieu, entre outros. Uma das formas de limitação do poder é a sua fragmentação e permanente rearticulação. A tripartição tem a vantagem de, no mínimo, tornar complexas as articulações onde isso tudo se joga. Uma outra alteração foi introduzida pela Revolução Francesa, ao incluir a própria ideia de revolução no interior do Estado Constitucional e da democracia. Ou seja, o poder, por mais perfeito que seja, abandona a condução política, deixa de usar o poder e, periodicamente, submete-se a um plebiscito, a uma decisão que o pode invalidar. Dizer que estamos perante meras possibilidades formais significa incompreender a importância da democracia enquanto método de decisão que excede toda a realização.

Biblos: Quando se fala em cumprir Abril, isso significa, para si, um cumprir-se coletivo?

José Bragança de Miranda: A pergunta remete-nos para duas questões. A primeira é se devemos entregar ao Estado, seja ele qual for, o destino coletivo sobre o que possa ser o melhor para todos. Infelizmente, com o andar dos tempos, temos vindo a perder confiança nessa ideia de que a História termina numa espécie de oásis, num paraíso onde não há nem dissonância, nem negatividade, nem conflitos. Isso implicaria que não existiria Estado nem estruturas de mando, mas uma pura exuberância da vida. Cabe a cada um de nós dar-lhe corpo, mas torneá-la e torná-la em programa significa uma guerra permanente.

A segunda questão, bem mais minimalista, estriba em saber como politicamente se pode garantir que um mínimo de bens comuns – como, por exemplo, a saúde e a educação, a habitação, mas também a água, a eletricidade, ou a arte, – esteja disponível e seja distribuído potencialmente para todos. Ora, isso implica luta política, decisão sobre a escassez ou a abundância dessas comunalidades.

Tanto os objetivos maximalistas como os minimalistas dependem da luta política. Dependem do teor estratégico do tempo político. Não penso que possa haver uma teoria ou uma ideia, seja ela qual for, que possa garantir, por si, um determinado resultado. Eu diria que será a ação de todos e de cada um que irá

ou não deslocando a linha de partilha do que é comum. Naquilo que chamei de transição, a coisa complica-se, já que a escassez, induzida ou não, predomina.

Biblos: Para além da temática do 25 de Abril, o tema da *Biblos* é o da Liberdade, em sentido lato. Concorde que não existe um pensamento próprio das Ciências da Comunicação sobre a Liberdade e que as reflexões que nela se fazem provêm da Filosofia, do Direito, ou da Ciência Política?

José Bragança de Miranda: Eu acho que há uma atenção demasiado forte das Teorias da Comunicação sobre o *medium* e a medialidade. É evidente que é altamente preocupante a crítica que se faz aos meios de comunicação de que são uma forma de controle, de sedução e de engano. Mas também não sei se essas críticas não vêm dos próprios meios de comunicação e dos seus promotores. A situação em que vivemos parece indicar uma crise da mediação. Uma série de transformações, ligadas aos novos algoritmos e às aplicações tecnológicas, aliadas à velocidade eletrónica das redes, estão a concorrer com os *media* clássicos, originando que, ou de fora, ou paralelamente, ou do interior da comunicação, surja uma infinidade de frases, gestos, imagens, filmes e pequenas decisões. O tempo da mediação encurta-se brutalmente e isso liberta tendencialmente a multidão, em geral, da excessiva pressão da comunicação formal e da temporalidade controlada pelos chefes de redação, os proprietários dos *media*, os agentes políticos, entre outros.

Daí a sensação de crise que leva a acusar a banalidade desses infinitos gestos que circulam pelas redes e que aparecem como que selvagens àqueles que exercem o controlo dos *media*. É uma atitude conservadora típica. Quando surgiu a imprensa, ela foi recebida de forma apocalíptica porque ia destruir a educação e a grande literatura. Depois, quando surgiu a televisão, foi anunciado outro apocalipse, porque ela iria agora destruir o jornalismo e a literatura. Desde Platão – do *Fedro* até hoje –, sempre que a plebe, na sua generalidade, toma a palavra, isso é recebido como algo de problemático.

Temos de reconhecer que, neste momento, a maior pressão sobre a liberdade da palavra, da frase, das imagens vem daqueles que insistem que tudo o que não passa pelos meios formais da comunicação são *fake news*,

pós-verdade e coisas que tais. Isso só se passa na cabeça daqueles que vivem em e do poder formal da comunicação e que não estão preparados para essa crescente dispersão da expressão em geral. Isso está patente em vários estados, a China, os Estados Unidos, que estão muito preocupados em controlar essa imensa presença da plebe na palavra e nas imagens públicas. Para além da diretividade, também a ritmização controlada do tempo em que se pode falar, por exemplo, a voz chamada “voto”, é complicada por esta imensa profusão. Devia-se falar no momento certo e autorizado; mas fala-se sempre – eis o escândalo! É interessante verificar que Heidegger, já nos anos 30, denunciava o que denomina por “palavreado”, por ser inautêntico. Quer-se sempre voltar à frase autorizada, em que poucos falam e muitos ouvem.

Biblos: Mas não concorda que a Liberdade é um tema distante de um pensamento próprio das Ciências da Comunicação? Isso tem a ver com uma ideia segundo a qual a Comunicação é um cruzamento onde todos passam e só alguns se detêm?

José Bragança de Miranda: Desde cedo que há uma certa preocupação política no pensamento da teoria da comunicação, basicamente americana, de Lasswell, Lazarsfeld e outros que associaram a comunicação de massas à crise da democracia, ameaçada pela lógica de sedução e do entretenimento. É certo que eles procuravam lutar contra uma certa ilusão de liberdade e de escolha. Mas a própria estrutura técnica dos grandes *media*, nomeadamente a televisão, tornava ilusória essa crítica. Sem a alteração técnica a que já me referi, essa crítica nem sequer chegaria a ter lugar.

Esse problema está ainda presente em Jürgen Habermas, que dedicou muito do seu esforço intelectual a tentar fundar a comunicação a partir do diálogo livre, do diálogo autêntico e sério. O grande problema dele é que, para fazer isso, acaba por construir uma noção ideal, que se contra-distingue da comunicação distorcida, violenta e contaminada. Essa lógica dualista não permite uma intervenção eficaz sobre as condições da ação coletiva, que depende de fatores bem mais complexos. Colocar os fatores técnicos, de dominação ou económicos do lado da “distorção” ou da “inautenticidade”,

implica um alisamento das rugosidades do “real”. Acresce que o suplemento de ética, apesar dos efeitos críticos que acarreta, não altera a lógica produzida pelas condições tecnológicas dos grandes *media*.

A situação, em si mesmo, é muito mais complexa. Hoje, a própria ideia de “comunicação” está um pouco por todo lado e estende-se, para além dos chamados *media*, à genética, à química, à física, à política... Isso significa apenas que, por razões essenciais, ocorreu uma alteração da experiência que dá prioridade à ideia de “relação” sobre as estruturas estáveis e rígidas. Esta viragem para o relacional, afetando a rigidez das estruturas e instituições, corresponde a uma alteração radical também da nossa conceção do mundo.

Ora, a comunicação clássica, que foi sempre da ordem das passagens e da interação, acabou por transformar-se em estruturas molares, fechadas, ou seja, com lógicas e diretividade próprias, na qual assentava a estratégia de controlo dos seus efeitos e produtividades. Mas a vontade de controle, fosse para o bem ou para a mal, é antitética das potencialidades transacionais da comunicação, que a originam e ela própria intensifica.

Biblos: Quando estudávamos Comunicação e a comunicação de massas, até aos anos de 1980, os processos verticais de comunicação eram o problema. Agora, parece que é a horizontalização que nos preocupa...

José Bragança de Miranda: ... Porque era fácil demonstrar que nela havia uma diretividade rígida, antitética da ideia de comunicação. A importância de Hans Magnus Enzensberger assenta, historicamente, na sua tentativa de desmontar essa estrutura rígida, que vem de cima para baixo, ou dos “poucos” para os “muitos”, tornados em puros recetores. Essas estruturas dirigistas eram facilmente capturadas por lógicas de dominação política, mas também pelo capital e pela sedução universal. Sabe-se como Brecht, no teatro, ou Benjamin, no uso da rádio, tentaram atacar essa lógica de implicação dos indivíduos em processos que lhes são hostis. Claro que esse era um efeito potenciado pela natureza técnica das máquinas de comunicar, mas também de novas formas técnicas, ligadas à computação e às redes mundiais. Mas a estrutura diretiva que caracteriza a comunicação clássica viu-se cada vez mais perturbada por

um conjunto acrescido de meios técnicos como os algoritmos, as *app* e a inteligência artificial. A implicação disso é que cada vez mais pessoas acedem a modos de expressão pública, generalizando o chamado espaço público e estendendo-o a todos os domínios da vida. Daí a permanente denúncia da crise do público e do privado. Hoje, vivemos um espaço público mais próximo dos termos – a que eu adiro – de Hannah Arendt: um espaço a partir do qual se acede à visibilidade, nomeadamente através da palavra. Através dos procedimentos técnicos contemporâneos, essa visibilidade incrementou-se. É certo que os que mantêm a versão racionalista clássica procuram mostrar que é possível controlar essa miríade de intervenções, o que se afigura bem mais difícil do que no passado. Potenciam-se, assim, novas formas de presença.

Ora, nesse processo, os *media* convencionais ficaram cada vez mais entregues a si próprios e ninguém quer já saber deles, em particular, os jovens, que os vão desertando. Por outro lado, verifica-se uma polarização de tal maneira grande, que os *media* mais rígidos, os mais hierárquicos, passaram a ter mais dificuldade em sobreviver nesse novo modelo inóspito, para a grande maioria deles. Os mais inovadores acabaram por incluir as novas aplicações digitais na sua lógica de funcionamento e, hoje, boa parte dos jornais são digitais e disseminam-se pelo espaço digital. De facto, nada desaparece, mas tudo se recombina de maneira mais complexa. Note-se que, apesar da técnica e das novas máquinas virtuais desempenharem um papel essencial, não deixam de se inscrever nas práticas conflituais e nas lutas contemporâneas. A diferença é que agora são mais plásticas, permeando a vida em todas as suas dimensões.

Biblos: Mas essa horizontalização da comunicação, que parece defender, está também associada a fenómenos disruptivos do espaço público, que nos conduzem aos populismos, aos nacionalismos e a uma certa ideia de crise da própria democracia.

José Bragança de Miranda: Sim, isso é verdade, mas são coisas diferentes. Uma coisa é a *instabilização* dos processos comunicativos ser recebida de forma preocupante por quem, durante muitos anos, achou que controlava toda essa estrutura. A horizontalização da comunicação de que fala implica

a expressão massiva dos muitos em todos os aspetos da vida, e não apenas daqueles formalizados pela ritmicidade política ou institucional. A todo o momento operam-se agregações mais ou menos fortes, cujos trajetos são um mistério para a conceção de comunicação clássica. Outra coisa bem diferente é a emergência de agregações absolutistas e autoritárias, como é o caso dos nacionalismos e do populismo, que se têm intensificado e que ocorrem em momentos cruciais do sistema político, como no caso das eleições. É preciso intervir nos processos que articulam as agregações espontâneas das frases (e imagens) simples, que ocorrem a todo o instante e exercem pressão sobre um dado resultado político. Trata-se de um processo que, sendo sempre pontual, dele depende o bem comum. Dentro da teoria clássica, isso é visto como uma intrusão do espaço privado no espaço público. Nesta clivagem há algo de preocupante, pela crescente politização do privado, mas também pela emocionalidade do público. Porém, de facto, ambos aspetos são inextricáveis, lesando o princípio modernista de Mandelville que rezava: “Public virtues, private vices.”. A diferença é que, agora, o privado surge imediatamente como público, com a vantagem de que o público, enquanto espaço de visibilidade, se alarga. Nesta perspectiva, o que não deve entrar no público, por perigoso ou obsceno, surge necessariamente como vício.

Biblos: ... E como respondem as Ciências da Comunicação?

José Bragança de Miranda: Eu diria que têm de preparar as pessoas para esse modelo de contaminação viral que resulta dos ínfimos e infinitos atos que ocorrem e estão a eclodir por todo o lado e a todo o instante, de modo a poderem intervir nos processos de agregação, antes que se tornem demasiado perigosos. Isso implica reconhecer os limites da visão puramente racionalista da comunicação.

Biblos: Está a referir-se a uma literacia dos *media*?

José Bragança de Miranda: Não. Estou a dizer que não podemos continuar a ter modelos de comunicação puramente racionais em que se utilizam

elementos como emissor, recetor, mensagem de uma forma demasiado rígida, como se pudéssemos controlar as mensagens, influir nos recetores, rentabilizar os efeitos. Os processos de comunicação são, em si mesmos, muito mais fluídos, muito mais rizomáticos e caóticos do que essas teorias pressupunham. Portanto, é preciso uma Teoria da Comunicação relacional, estando atenta a essa situação de alargamento radical do espaço público e do espaço de aparição. Aqueles que se lamentam das *fake news* e das redes sociais queriam um mecanismo capaz de garantir que as pessoas, na sua liberdade de dizer frases – sejam elas as mais delirantes –, se articulassem e se compusessem de forma a dirigi-las “num bom sentido”. Ora, já é uma má questão a ideia de que podemos controlar milhares de milhões de pessoas, que estão a enviar imagens ou frases; ou pretender que nesses processos não ocorram movimentos estranhos de agregação, de forma a melhor canalizá-los para o bem ou para uma coisa que seja completamente certificada. Ora, justamente, esse é o modelo de comunicação que entrou em crise.

Biblos: E o que fazer nesse contexto?

José Bragança de Miranda: Por exemplo, eu sou totalmente cosmopolita, no sentido de uma visão puramente planetária, e considero que é absolutamente essencial que os problemas sejam resolvidos pela multidão e não por aqueles que a querem conduzir. O problema é que os que pensam como eu não têm qualquer garantia de que isso possa acontecer. É certo que se vão criando algoritmos que são agregadores da dispersão, ou que – como, por exemplo, na China – controlam as redes, em que todos os atos são registados e punidos. Mas é uma solução autoritária, que nada tem a ver com a “boa” comunicação. É, antes, a sua negação.

Estão em curso incessantes processos de decisão que ocorrem a todo o momento e estão em todo lado. Portanto, eu diria que, nesses casos, trata-se de esperar que aqueles que têm uma visão política formada na Revolução e que acreditam que o único sujeito político aceitável é o sujeito daqueles que moram na Terra – e não apenas daqueles que, morando nela, estão formatados por países e nações – tenham sucesso. Trata-se, pois, de esperar

que esse movimento cresça; e eu considero que tem crescido. Mas temos de continuar a fazer o nosso trabalho e esperar que aqueles que politicamente partilham da nossa visão possam ter sucesso, quer global quer localmente. O que significa que cada ato conta; e conta absolutamente. Paralelamente, o processo de decisão formal, que vem da Constituição e da Democracia, é vital e permite que, periodicamente, se tome uma decisão, que se apague a “confusão”, porque o voto confere nitidez. A dificuldade é que a decisão é o efeito de formas de agregações cada vez mais complexas.

Biblos: Podemos depreender das suas palavras que um Trump no poder não é problemático?

José Bragança de Miranda: Não, não pode. É problemático no sentido em que ele chegou ao poder, como Hitler chegou, através de meios democráticos. Isso quer dizer que a formação da vontade política falhou, por uma qualquer razão. Pelo menos, falhou no sentido de que não é a *nossa* vontade, aquela que privilegia uma comunidade humana universal e, na transição para o final da História, a democracia. É corrente acusar Trump ou Musk de que exploram as formas virais de contaminação das redes sociais e similares. É inegável que qualquer coisa se passa nesse espaço em crescente alargamento. Realmente, figuras como essas recorrem intensamente a essas formas de exploração, aconselhando os políticos do sistema a adaptarem-se. Ora, temos de reconhecer que existe uma dificuldade de articulação entre a disseminação viral e a decisão política, em si mesma decidida e cortante. É verdade que a estratégia política tem de ser mais plástica e ao nível das técnicas digitais existentes, sendo necessário intervir na plasticidade e capilaridade da vida, crescentemente associada às teletécnicas, que as penetram em profundidade. Como referi já, não são um “meio” a usar, mas constituem o meio onde a ação se desenvolve.

Todo o problema está em a democracia não conseguir evitar a eleição de programas que lhe são antitéticos, o que implica uma guerra em torno do direito constitucional e da luta contra a sua distorção generalizada. Mas também é preciso reconhecer que está em curso uma espécie de guerra civil larvar, ligada à crescente “má vida” que a política do Estado não tem conseguido resolver.

Diz-se que a primeira vítima da guerra atual é a verdade. E apenas a verdade pode dar nitidez às decisões a realizar. O problema é que essas decisões ocorrem disseminadamente e, para nossa surpresa e escândalo, verificamos que a decisão política garantida formalmente pela democracia, embora tendo a vantagem da nitidez e da clareza, pode produzir resultados politicamente desastrosos. Mas não se trata de os anular teoricamente, nem de os explicar, mas de lhes resistir. Quando pessoas como Trump ou Hitler tomam o poder, a pergunta que fica é: onde é que esteve a nitidez? E em que é que a nitidez de uma decisão política, mesmo que nós a consideremos grave, tem utilidade? Ao ser clara, cria-se uma linha divisória a partir da qual podemos lutar muito mais facilmente. Quando não conseguimos distinguir claramente os que nos são próximos dos que nos são distantes, estamos perdidos. Eu não tenho dúvida de que os nossos colegas das universidades americanas, os jornalistas e a população, alguns deles votantes de Trump, se confrontam com uma parede, com uma linha divisória que dá nitidez às lutas que se podem e devem travar. Neste momento, verificamos que é isso que está a ocorrer. Todo o perigo é que os novos absolutismos consigam distorcer as regras do jogo e não deixem que essas lutas ocorram.

Biblos: O voto continua a ser o elemento de resolução dos problemas...

José Bragança de Miranda: Sou dos que considera, como Norberto Bobbio, que a grande vantagem da democracia europeia, como nós a conhecemos, é a sua natureza formal. Sendo metapolítica, esta é mais essencial que o resultado dos votos. O problema é que esse formalismo está a ser permanentemente atacado. Perante o substancialismo a que se aferram os absolutistas, a possibilidade aberta por este formalismo parece demasiado fraca e sobrevive mal às ironias estilo Sartre, quando dizia “Elections, piège à cons!”, assim como ao crescente afastamento dos intelectuais relativamente à vida dos muitos, e ao seu desprezo pelas imagens simples e *kitsch*. Mas também é verdade que, mal uma possibilidade perigosa se perfila e se torna nítida através desse ato formal que é o voto, podemos organizar modos de lutar, de contrariar e de opor outras políticas. Isso ocorre também capilarmente na vida, mas também nos formalismos democráticos. Ora, dentro dos formalismos já existentes – e

que acho vitais e essenciais –, temos de reconhecer que há capacidades técnicas que nos permitem pensar com muito maior plasticidade as decisões futuras. Mas, para isso, seria preciso mudar todo o estilo da política.

Biblos: A tecnologização dos procedimentos democráticos é tradicionalmente vista com alguma desconfiança.

José Bragança de Miranda: Sim, o sistema formal formou-se num clima e com técnicas que, hoje, são muito rudimentares, ligadas ao tempo das estações climáticas e ao regime diurno, cujo modelo é a *arche* e o arquivo. Não é por acaso que se quer impedir certas possibilidades técnicas que permitem alargar a política formal, que tem uma cultura política muito ligada ao papel e à literatura, e não a uma política ligada à eletricidade. Sabe-se como Hitler usou a rádio, esse primeiro grande modelo elétrico. Tal como as redes digitais nos nossos dias, é um erro crasso entregá-las a quem abusa delas e da sua possibilidade de permear todo o espaço da vida.

Quando, nas eleições presidenciais de 2020, nos Estados Unidos, Trump tentou provar que os votos eletrónicos que elegeram Biden eram falsos ou manipulados, estava num combate contra o uso das novas possibilidades técnicas na política. Sabemos que há mais possibilidades de certificação técnica e de garantia de não intromissão exterior no processo eleitoral do que com os meios tradicionais, que tem fragilidades evidentes. Daniel Innerarity escreveu, num livro recente, acerca da possibilidade de a democracia passar a usar os novos meios tecnológicos no seu exercício. Isso parece-me necessário. Se não fizermos isso, corremos o risco de uma deserção geral das pessoas do espaço público, e de deixar o uso das técnicas à mercê dos tristes “mágicos” do nosso tempo.

Biblos: McLuhan dizia que *o meio é a mensagem*. A tecnologização dos processos democráticos não poderá representar uma forma de deixar o “touro à solta”?

José Bragança de Miranda: Imagino que por “touro à solta” se estejam a referir a um poder absoluto que, de alguma maneira, marcou profundamente

a História que herdámos. Levado ao extremo, quando se apresenta de forma absoluta, essa figura do “touro” significa a morte. Portanto, travar o poder absoluto significa adiar a morte ou, pelo menos, proteger a vida. Pensando bem, esse ultrapoder pode assumir muitas figuras, e apenas conhecemos as que já aconteceram e marcaram a memória coletiva. De uma forma geral, elas aparecem como catástrofe da “natureza” ou como uma monstruosidade histórica.

Os gregos, que eram mais sábios que nós em muitos aspetos, deram-nos o mito do Minotauro, descrito como um monstro que era preciso aplacar por sacrifícios periódicos, sob o risco da destruição geral. O mito é bem ambíguo. Por um lado, e isso é essencial, temos o encerramento do Minotauro num labirinto, que o *enlentece* e impede de aparecer diretamente na cidade; por outro, a possibilidade de ser morto, como ocorre no mito de Teseu em que o herói, com o seu fio de Ariane, se orienta no labirinto e mata o monstro. Este mito descreve o essencial: é preciso *enlentece* e pear o absoluto e, por fim, eliminá-lo. A História tem sido o desdobrar deste mito no tempo. Mas existe também a possibilidade de que o Minotauro tenha conseguido escapar do labirinto disfarçado de Teseu...

Este mito leva-nos a pensar que os gregos não só tinham a consciência de que esse monstro teve sempre a possibilidade de se soltar como também que era necessário ter formas de o conter. Ora, o monstro, sob as figuras mais estranhas, foi-se soltando sempre, infelizmente: veja-se o que aconteceu nos sistemas concentracionários alemão e estalinista, com os Khmers Vermelhos no Camboja, para além das extinções que antecederam a História. São monstruosidades históricas, surgidas no interior da polidez, da racionalidade e da sensibilidade humana e, quanto mais potentes, mais a necessidade de as suste e de as encadear no labirinto.

Nesta linha de pensamento, a comunicação pode, em certos aspetos, libertar o monstro. Encontramos bastos exemplos disso no desprezo de Trump pela Constituição, na invasão da Ucrânia, nas cumplicidades com a destruição da Palestina, mas também na crise climática. A subida aos extremos, de que nos fala René Girard, é possível e parece imparável, mas, como dizia Shakespeare, pela boca do Rei Lear: “The worst is not so long as we can say, ‘This is the worst’”. Significa isto que é necessário suste tanto

quanto possível a subida aos extremos, que é possível e necessário arrostar, suspender, parar as forças brutais que tendem a libertar a destruição generalizada. Hegel, ao pensar especulativamente o fim da História, indicava a possibilidade de se poder acabar com o Minotauro. Mas alguma coisa está sempre em curso e sempre a surgir.

O aforismo de McLuhan, o *medium* é a mensagem, a que nos referimos atrás, é bastante radical e sintomático de uma transformação a que estamos ainda a tomar o pulso. Seja como for, McLuhan dá-se conta de que o esquema clássico de pensar a comunicação, centrado na mensagem ou no conteúdo, era demasiado limitado para as novas máquinas que estavam a surgir, como no caso da televisão e do computador, que ele via como a projeção do cérebro humano, que tenderiam a abranger todo o planeta. Está em causa um processo plástico, que envolve os corpos e se funde com a vida. A “mensagem” não se segue ou antecede ao enviar ou à sua produção, mas é produzida espontaneamente pelo *medium*. Vemos televisão sentados, lado a lado com as pessoas e não frente a frente. Se isso é a mensagem? Não. Isso é a própria estrutura e dinâmica do *medium*. Se temos a rádio, transformamo-nos num grande ouvido; se temos o cinema, transformamo-nos num grande olho. A coisa complexifica-se quando verificamos que os *media* se articulam entre si, e se inscrevem na vida, como os órgãos humanos nos corpos e as instituições na rede planetária. Nesse sentido, a própria noção de *medium* acabou por se tornar inútil, não apenas pela instantaneidade elétrica, mas porque fazem tanto parte da nossa pele como a roupa, as máquinas, o pensamento ou a terra. McLuhan tinha muito a consciência de que a estrutura dos *media* literários ou clássicos tinha entrado em colapso. Mas não retirava consequências apocalípticas desta mutação. É a produção geral da vida que assume novas formas e possibilidades e faz com que a poesia seja outra coisa, sem desaparecer, que o trabalho esteja a transformar-se, a ponto de poder desaparecer, que a História tornada planetária se possa encerrar, realizando as melhores possibilidades ou adiando as piores.

Biblos: No binómio liberdade e comunidade há uma que se sobrepõe à outra?

José Bragança de Miranda: Não sou nada favorável a teses como as de Ferdinand Tönnies que opõem a comunidade à sociedade, sendo esta última marcada pelo individualismo e a separação generalizada. Estamos perante uma visão muito criticada de forma insuspeita por esse individualista radical que foi Guy Debord. Essa oposição tem como elemento exterior – e terceiro – o Estado, que produz formas “união”, quer separando quer desligando. Eu acredito mais que não há nenhuma comunidade que não seja aquela que se vai produzindo, através de um conjunto de atos partilhados e da luta em torno de bens comuns: a água, o ar, a saúde, a educação, a justiça, a paz. A única “comunidade” pensável é a dos moradores do planeta Terra, e quando aí existir uma verdadeira comunidade, nem precisaremos desse termo para nada. Damos-lhe lugar pela luta em torno do que podemos pôr em comum ou partilhar, e o que se decide aí é o nível das forças estratégicas em curso e os seus desenlaces. Isso não tem garantias históricas: depende do nível e dos resultados das lutas pelo “comum” em cada momento.

É a nossa liberdade que se joga em todo este processo. No entanto, penso ser excessivo dizer-se, como Heidegger, que a liberdade é ontológica, que é intrínseca ao *Dasein*, ao “humano”; ou, como Sartre, que estamos condenados a ser livres. Nesta linha de pensamento, corremos o risco de cair na discussão daquilo que Richard Rorty chamava as *thick words*, as grandes palavras, como a Liberdade, a Verdade, ou a Justiça que são usadas e abusadas por aqueles que as negam, ato a ato. Para Rorty, devemos concentrar-nos nas *thin words*, sobre as quais nos podemos entender e em torno das quais podemos lutar, como a água, a saúde, a pandemia, uma mina de lítio, ou o nuclear numa dada região. Como diz Donna Haraway, podemos chegar a acordo sobre problemas bem concretos e urgentes. Claro que as “palavras” são mais do que palavras. Elas indiciam problemas urgentes que exigem uma decisão.

Biblos: Mas, então, defende que não devemos falar de “A Liberdade”?

José Bragança de Miranda: Falar de uma liberdade metafísica ou ontológica é dar por garantido aquilo mesmo que temos de produzir. De forma mais modesta, mas essencial, devemos defender a ordem da liberdade. As revoluções

modernas deram consistência palpável e histórica a uma ordem da liberdade, da qual inscrevemos os direitos individuais, e todos os direitos pensáveis e vindouros. A revolução é já a instauração dessa ordem. Por frágil que seja, se essa *ordem* colapsar, não haverá, depois, qualquer liberdade que resista. À expressão que dizia que *não há machado que corte a raiz ao pensamento*, podemos contrapor que, sim, há: basta cortar a cabeça, e isso está sempre a ocorrer. Falar de uma *ordem da liberdade* significa equacionar o problema da sua sustentação, nomeadamente constitucional. Mas o assunto é bem mais radical do que isso, pois é a única garantia para limitar e impedir a subida aos extremos dos poderes existentes. É o princípio que faz com que todos nós – que acreditamos que esse Minotauro histórico pode ser *sustido* – sejamos filhos da Revolução. É esse o princípio que introduziu, na vida política e na vida pública, uma garantia e uma possibilidade, que corresponde a um combate essencial. Saberão que São Paulo denomina por *katechon*¹ esse poder de suste o pior mal.

Biblos: Mas uma ordem da liberdade é suficiente?

José Bragança de Miranda: Uma ordem da liberdade só se sustém se existirem homens livres, que se arriscam absolutamente. Eis a razão por que é essencial sublinhar a ideia de uma “soberania” individual. A soberania individual é essencial, e esteve presente ao longo de toda a História. Se cada um de nós não for soberano, absolutamente soberano, e se entregar toda a sua potência a uma instituição que não tem alma, é evidente que qualquer prática de liberdade estará comprometida. Veja-se o caso fascinante de *Antígona* de Sófocles. Ela não morre por causa da oposição entre as duas leis – a lei do sangue e a lei do Estado. Ela morre porque é soberana. Para muitos, esta ideia é inaceitável porque a soberania foi totalmente pensada para ser transferida

¹ *Katechon* é um termo grego (κατέχων), que significa “o que detém” ou “o que impede”. É também um termo bíblico que aparece na Segunda Epístola de São Paulo aos Tessalonicenses. Neste contexto, *Katechon* refere-se a algo ou alguém que impede a manifestação completa do “mistério da iniquidade”.

para o Estado, o único soberano por delegação mítica do “povo”, da “nação”, etc. Porém, na prática, se não for essa potência soberana de cada um ou de cada uma de nós, não há qualquer prática de liberdade possível...

Biblos: ... mas isso levanta dificuldades de todo o género...

José Bragança de Miranda: Assim é, de facto. A definição de soberania atribui o poder absoluto ao Estado, a única entidade com poder de decidir sobre o excepcional e que domina integralmente o território, sem um poder paralelo seja ele do exterior ou do interior. É daí que emana a Lei. Não sendo possível, por definição, dois soberanos no mesmo espaço, parece que a consequência inevitável de uma alternativa é o crime. Daí a dificuldade de se pensar uma outra forma de soberania. Esta abordagem complica, naturalmente, a possibilidade de falarmos numa soberania individual que, no limite, parece confundir-se com o crime, como vemos em Antígona ou em Spartakus e, na modernidade, com Sade ou Stirner. Este problema, afasta-me da visão de Giorgio Agamben que faz coincidir a ideia de soberania com uma visão acerca do poder do Estado. Mas é certo, também, que a visão de um certo anarquismo histórico, segundo o qual todos são detentores de uma potência soberana que lhes permite decidir da melhor maneira, sem outras garantias que não seja a capacidade de tomar decisões que são existenciais, parece levar a um individualismo exacerbado. Essa situação implicaria viver numa espécie de *complot* delirante permanente em que, no mesmo ato e secretamente, somos chefes de Estado, a Lei e o Povo. No entanto, não é essa a ideia de soberania que eu defendo. Georges Bataille mostrou bem que a soberania só pode expressar-se em atos soberanos. Por exemplo, quando o poeta Joseph Brodsky foi preso em Moscovo por ter ido a uma manifestação contra a invasão de Praga, ele foi confrontado em julgamento pelo juiz com o facto de ele saber, de antemão, que poderia ser preso num local em que não estava mais ninguém. Ao que ele respondeu: mas se fossem todos como eu, seríamos milhões.

Biblos: E como interpreta essa atitude?

José Bragança de Miranda: Em primeiro lugar, significa que a soberania é independente de tudo e não depende do resultado; depende apenas da absoluta autenticidade das decisões tomadas. Em segundo lugar, na linha de Georges Bataille, significa também que não existe soberania no sentido tradicional do termo: existem atos soberanos. Ainda assim, esses atos de soberania não são totalmente individuais, porque ninguém age individualmente: atitudes como as de um filho que morre pelo pai ou de alguém que decide dar a vida pela Pátria – como está a acontecer agora na Ucrânia – são fruto de relações complexas que se desenham numa decisão inesperada, quando o mais fácil é sempre fugir ou submeter-se. No exercício de um ato soberano, o indivíduo distingue-se, arriscando-se. Como não pensar aqui em Alexei Navalny? Ou no jovem que parou os tanques na praça de Tiananmen?

Biblos: Em 1995, no seu livro *Análítica da Atualidade*, faz uma análise, única em Portugal, sobre a liberdade e a experiência do sujeito. Nele, a noção de História constituiu-se como o pano de fundo da sua análise. Trinta anos depois, perante a dimensão que a manipulação dos factos adquiriu, ainda mantém o horizonte histórico como pano de fundo da atualidade?

José Bragança de Miranda: Esse livro foi uma espécie de autobiografia teórica. Como comecei por dizer, com os meus 17-18 anos, comecei a ler Nietzsche, em Chaves, e depois comecei a ler Marx, em Moçambique. Nunca tendo perdido o interesse em Nietzsche, que acabou por prevalecer, a leitura de Marx persuadiu-me de que a História tinha um sentido, e que esse sentido conduzia à realização de uma comunidade perfeita. Na altura da Revolução de Abril, ao participar em vários pequenos partidos comunistas, fui-me dando conta de que havia algo de antitético entre a liberdade das pessoas, em geral, e os processos de militância nesses partidos. Paralelamente, constatei com desânimo a destruição dos movimentos de autogestão dos trabalhadores e dos bairros, pelas mãos dos seus autodesignados dirigentes. Retraçando o caminho feito aceleradamente, como sucede nas revoluções, concluí que era preciso repensar a relação com a História. A ideia de uma História única, linear e de sentido inexorável pareceu-me errada e, mais ainda, perigosa. Nessa altura,

deparei-me com o grande livro de Max Stirner e interessou-me o anarquismo, onde a ideia essencial é a fragilidade da *arché* e a prioridade da ação pura.

Essa obra, aparentemente académica, representou como que o virar do bico ao prego, levando-me a pensar sobre a ideia de “presente”. Do ponto de vista quer do marxismo quer das teodiceias, a História é sempre uma forma de anular o presente, coletivizando a ação dos muitos para uma finalidade mais mágica ou mítica do que outra coisa, mas que tem uma dimensão estratégica temível, de que o leninismo é exemplo. Senti que essas visões eram coniventes com a lógica arcaica da História, a que chamo “energologia”, que captura e usa a energia dos “muitos” em favor dos senhores, para ser canalizada para a construção, a guerra ou o prazer. Romper com a energologia implicava saltar para fora do “comboio da História”.

Daí a prioridade ao atual e ao presente. Na realidade, cada um de nós nunca está em mais sítio algum que não seja no puro instante, no puro presente. Tudo se decide, se acrescenta ao real, produzindo pequenas ou grandes bifurcações por onde a vida se engolfa, e que estão sempre a ser re-desenhadas, dependendo das forças em presença. O que implica uma outra noção de tempo, que evita a crítica vulgar de que o instante ou o presente se escoam no tempo, estando sempre a deixar de o ser. Ora, é no instante e no presente que se cria o tempo e o futuro. A vontade de controle, a obsessão dos condutores e da condução, para além de capturarem a energia – dos antigos escravos ou dos conduzidos de hoje – implicam sempre o desprezo do instante e o do efémero. Nestas formas de pensar, aquilo que é sempre cancelado é o presente, o momento, as declinações, os gestos e as aparentes minimalidades produzidas pelo mero facto de se estar aí e a viver. Neste momento, em que estamos a falar, o mundo foi acrescentado com mais estas frases que trocamos entre nós. E uma nuvem passou pela janela; e uma porta bateu ao longe. Tudo se acrescenta ao mundo, com maior ou menor peso. Os condutores desprezam toda essa eclosão minimal, só aceitam os grandes gestos e as grandes frases, naturalmente proferidas por eles e pelos poucos que dominam o poder. Naturalmente, as nossas frases não são vitais: não somos Trump, Napoleão, Putin. Mas essas frases são emanações da nossa vida e procuram as dos seus irmãos e próximos, como dizia Klossowski. Mudar a

história, voltando-a sobre o presente, implica ligá-la à possibilidade que conta: a infinidade dos gestos das multidões, dos que viveram, dos que vivem e dos vindouros, de quem se espera que venha uma frase essencial e terminante.

Biblos: Como chegou a essa interpretação da História sem um destino ou um fim?

José Bragança de Miranda: Hegel, acerca das possibilidades objetivas que decorrem da História feita, pressupõe especulativamente que o “fim da História”, a realização das suas melhores promessas, passa por uma comunidade humana de reconhecimento de todos e cada um. Marx via nessa possibilidade o caminho obrigatório da História, o que leva à guerra civil generalizada. Para Hegel, essa realidade realizou-se já, especulativamente, abrindo uma outra temporalidade. O que é instantâneo, especulativamente, pode levar centenas de anos a realizar. Mas no tempo em que a História se enleia sobre ela e encalha por não conseguir terminar, vem-me à memória o *À Espera de Godot*, de Beckett, o que implica duas condições essenciais: uma delas, a abolição da dialética da servidão, afeta não só a relação do senhor e dos escravos, mas toda a servidão, incluindo a servidão voluntária ou livre; a outra, a abolição da catástrofe natural, associada às contingências da natureza, os terremotos, as tempestades solares, as pandemias e, acima de tudo, a doença e a morte. Estas duas dialéticas criam espaços estratégicos, de que depende a própria possibilidade de ir além da História, e deixa para atrás a violência, a propriedade, a morte em massa.

Sei bem que os espíritos pudicos se revoltam com a ideia de “fim da História” e desatam a gritar contra o pobre Fukuyama. Para esses, o que vai passando nos telejornais são acontecimentos históricos. Mas não se trata de História, mas de continuação do arcaísmo que a constituiu, meros epifenómenos do seu inacabamento. As duas dialéticas referidas, que correspondem a grandes campos estratégicos abertos na modernidade e que nos arrastam pela sua imperiosidade, estão suspensas por duas possibilidades. A primeira delas passa pela relação à “natureza” (à *Physis*) que, na sua dádiva absoluta, nos envia tudo, o mais magnífico, mas também catástrofes que mal conseguimos

receber e, acima de tudo, a doença, o envelhecimento e a morte. Muito se joga na nossa relação com ela, e a técnica atual interroga-a obsessivamente, como no caso do transhumanismo, das físicas do *human enhancement*, das bio-robóticas, etc. A segunda possibilidade joga-se em torno do destino da História e a abolição da dialética da servidão. Trata-se da promessa do reino da liberdade, onde habitam todos os humanos e se acolhe toda vida, animal, máquinas... Esta é uma possibilidade forçosa apenas porque, ao entrarmos na era planetária e cósmica, a outra possibilidade que se coloca é a extinção pura e simples. Se o século XIX esteve obcecado com as origens, o mundo contemporâneo vive sob a ameaça da sua extinção. A extinção pela guerra nuclear ou biológica, a extinção pela epidemia, a extinção pela crise climática, a extinção por uma alteração radical do eixo magnético da Terra, a extinção por um meteorito supergigante, etc. Impedir isso significa realizar o seu absoluto contrário. Até agora, estivemos sempre obcecados com a origem: os princípios, as linhagens, a origem dos Estados, a formação das línguas... Mas, como dizia Marx nos *Grundrisse*, com o fim da História acabam as linhagens de sangue e as nações e começa algo que ainda é inominável.

Biblos: ... e qual o significado disso?

José Bragança de Miranda: Hegel dizia que os atos felizes da História se contam pelos dedos de uma mão. Porém, nós não estamos destituídos da promessa histórica de que é possível acabar com a dissonância e a guerra, de que é possível realizar o reino da Liberdade: podemos sempre apelar a exemplos de heróis fantásticos como terão sido *Spartacus*, ou *Antígona*, ou mesmo a religião que promete uma vida eterna, puramente luminosa, e uma comunidade perfeita sem dissonância. Temos muitas memórias históricas que nos indicam que não temos nenhuma razão para escolher o pior: a violência, o domínio, a sedução do outro, o enganar, o levar para ali ou para acolá, o conduzir e conduzir cada vez pior...

Biblos: Que garantia temos nós de que a escolha do pior não possa ocorrer?

José Bragança de Miranda: A única garantia que temos depende do exercício da soberania individual, em que cada ato desloca a linha de partilha sobre a qual a História está em suspenso, em que o teor de cada ato aumenta ou diminui a possibilidade ou a extinção de liberdade, enquanto, em simultâneo, lhe dá corpo. Considero, por isso, que a História se dirige, ou pode ser dirigida por essas promessas de felicidade ou de liberdade, produzidas por muitas pessoas como nós, ao longo destes oito mil anos de civilização, muitas vezes em situações irrespiráveis. Leo Strauss recorda-nos que quase todos os filósofos que nós lemos estavam sob ameaça de morte ou violência, de modo que aquilo que eles nos queriam dizer, as suas questões essenciais, vinha secretamente na sua escrita: nela estava apenas patente o autorizado, obrigando-nos a saber ler o que transportava o proibido. É por isso que Platão e Aristóteles, os gregos, ou os egípcios nos continuam a dizer alguma coisa. Em todo o lado há uma espécie de possibilidade de maravilhamento do humano.

Ainda há pouco estive a ler *L'inexistence divine*, de Quentin Meillassoux, onde ele se refere a três ordens de acontecimentos fundamentais: o surgimento da matéria, o surgimento da vida e o surgimento do pensamento. A partir do momento em que surge o pensamento, as hipóteses fantásticas tornam-se possíveis. Daí que ele diga que a quarta viragem será da ordem da justiça e da imortalidade. Tese bem próxima da hegeliana. Seja como for, essas hipóteses são apenas possíveis pelo pensamento. No meio das estruturas, dos livros, dos cânones esteve sempre a pulsão do pensar, a qual não é possível sem a liberdade. E depois de inventada a melhor possibilidade, como desinventá-la?

Quando a escolha radical for entre o pior e o melhor, todos saberemos escolher. No entanto, as escolhas essenciais estão submergidas no *mar magnum* das infindáveis escolhas que nos são oferecidas. Mas à medida que a urgência cresce, a decisão tornar-se-á clara.

Recensões

CIARALLI, ANTONIO; PULSONI, CARLO (2024)

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-11_21

Aneddoti letterari. Da Petrarca a Scheiwiller.

Edizioni di Storia e Letteratura, 260 p.

Prima edizione: dicembre 2024.

ISBN 978-88-9359-836-1; eISBN 978-88-9359-837-8

Este livro é obra de um paleógrafo, Antonio Ciaralli, e de um filólogo, Carlo Pulsoni, ambos professores da Università degli Studi di Perugia. Ciaralli é autor do segundo e do quarto capítulos, Pulsoni do primeiro e do quinto, tendo sido o terceiro escrito a quatro mãos.

Neste tipo de trabalho conjunto, que infelizmente rareia nos meios académicos das humanidades, uma questão primordial se coloca: a homogeneidade de método. A resposta é desde logo anunciada pelas ressonâncias pós-croceanas do título: *Aneddoti letterari*.

Aneddoto, vindo do grego *anekdotos*, significa, em italiano, narração breve e arguta de um facto pouco conhecido ou até marginal, mas que suscita curiosidade. A subtilidade do conceito atraiu estudiosos que o escolheram para título de livros que marcaram a história da crítica, pelo menos desde Antoine Varillas, e até Ludovico Antonio Muratori, Guido Biagi ou Arnaldo Foresti. Contudo, a sua reverberação deve-se, em particular, ao magistério de Benedetto Croce. *Aneddoti di varia letteratura* foi o título que o filósofo idealista conferiu aos três volumes da panóplia de escritos que publicou em 1942, e que em 1953 saiu em reedição aumentada; e não se esqueça *Aneddoti e profili settecenteschi*, já anteriormente publicado em 1914.

A agudeza destes *Aneddoti letterari* fica patente, desde a primeira página, na ironia com que os seus autores, ao assumirem a paternidade croceana, notam que, a Croce, “di certo, la coincidenza non sarebbe piaciuta” (p. v). Facto é que oferecem a quem lê, à maneira de Croce, uma exploração

de entrecchos literários que, à primeira vista, parece incidir sobre assuntos intersticiais, ficando para além do grande plano da objetiva. Contudo, uma vez documentadas na sua minúcia e analisadas de forma granular, essas teias de acontecimentos podem oferecer a chave para a leitura de enigmas que a crítica literária quase tinha vindo a relegar para um limbo, de tão improvável que se afigurava a sua resolução.

É esse o caso do tema do primeiro ensaio, a disputa acerca da prioridade na identificação do manuscrito 3195, conservado na Biblioteca Vaticana, como última versão dos *Rerum vulgarium fragmenta* (conhecidos por Cancioneiro, esclareça-se), de Francesco Petrarca. Sublinhe-se que o estudo desse códice, em grande parte autógrafa, assinala um fundamental momento de viragem no desenvolvimento dos estudos petrarquescos. O episódio tem como dois grandes protagonistas um francês, Pierre de Nolhac, e um prussiano, Arthur Pakscher. Ambos fizeram investigações nessa riquíssima biblioteca na década de 1860, e ambos publicaram a notícia desse acontecimento no ano de 1866, invocando a relativa autoria. Conforme as circunstâncias, ora tem vindo a ser dado superior crédito a um ou a outro dos estudiosos.

Para resolver o assunto, Carlo Pulsoni resgata do esquecimento uma fabulosa quantidade de informações. Desencantou as fichas de requisição da Vaticana que, a partir de finais de 1865, foram compiladas por Pakscher, o que lhe permitiu traçar o roteiro progressivo das suas pesquisas. Passou ao crivo a correspondência de Ernest Langlois com Pierre de Nolhac, aliás colegas da École des Hautes Études de Paris. Perquiriu as posições tomadas por membros de instituições de grande autoridade, Cesare De Lollis, da Accademia della Crusca, e Alessandro D’Ancona e Ernesto Monaci, da Accademia dei Lincei. Acompanhou as diatribes que animaram as páginas de vários jornais. Às posições filo-francesas e filo-prussianas, num quadro de tensões internacionais que também teve as suas repercussões filológicas, acrescentou ainda as vozes de quantos evocaram a identificação do códice, dois séculos antes, por Giacomo Filippo Tomasini, no seu *Petrarcha redivivus*, o que é factó.

O panorama que daí resulta é ferruginoso. O rigor da pesquisa filológica ombreia com a deslealdade académica, a espionagem fátua, golpes de teatro

ardilosos e uma cadeia de volte-faces. Não restam dúvidas, porém, que a primazia da identificação coube efetivamente a Pierre de Nolhac, tendo-o o próprio Pakscher vindo a reconhecer, ainda em 1886.

Por sua vez, o segundo ensaio aborda um tema candente, a falsificação de manuscritos de Giacomo Leopardi. A questão dos apócrifos leopardianos ocupa um nutrido capítulo da crítica especializada, e o códice em causa já foi considerado quer “il più mostruoso di tutti”, quer uma peça autêntica. Consiste numa folha solta, que numa das faces contém um dito esboço em verso de *L'infinito* e na outra face a sua redação prosástica. Foi dado a conhecer em 1898 por Giuseppe Cozza Luzi, vice-bibliotecário da Vaticana. Posteriormente, o seu paradeiro sofreu sucessivas imersões e reemersões, até reaparecer nos catálogos da Finarte. A já anteriormente notada coerência entre a data nele registada, 1819, e a cronologia do poema não bastam, segundo Antonio Ciaralli, para assegurar a relativa autenticidade. Ciaralli passa, pois, ao estudo da relativa escrita, na sua materialidade, comparando-a com autógrafos de Leopardi da mesma época. Analisada a tinta, a disposição do texto na página e, em particular, o desenho das letras, o estudioso invoca a respetiva incompatibilidade com a mão de Leopardi. Os traços mais característicos da sua escrita são amaneirados, ao passo que os de *corrente calamo* acusam divergências irreduzíveis.

Passando a uma apresentação em termos mais breves dos ensaios que se seguem, o terceiro mergulha na biblioteca de Mario Praz, para se deter sobre os manuscritos, em folhas soltas, que se conservam dentro de dois volumes que dela fazem parte, a edição *princeps* de *Ossi di seppia*, de Eugenio Montale (1927), e a de *Poesie a Casarsa*, de Pier Paolo Pasolini (1942). Saliente-se o achado, no exemplar de *Ossi di seppia*, de um conjunto de folhas soltas com esboços da tradução para inglês do poema *Arsenio*, elaborada pelo próprio Praz e publicada por Thomas S. Eliot no número da revista *Criterion* do ano seguinte ao da *princeps* de *Ossi di seppia*. A partir dessa fonte, à qual se acrescentam outros materiais de base, é elaborada a edição crítica da tradução, seguindo a metodologia da variantística, também acompanhada pela análise tradutiva dos resultados. Quanto ao quarto ensaio, é o poema *Gridasti: Soffoco*, de Giuseppe Ungaretti, dedicado à morte do filho do escritor, que

ocorreu durante a sua estadia no Brasil, a ser passado ao crivo. Por sua vez, o último ensaio desenvolve um entrecho editorial que se desenrola em torno de Vanni Scheiwiller, tendo por grandes protagonistas Ezra Pound, Pier Paolo Pasolini e Biagio Marin.

Desta feita, o livro de Antonio Ciaralli e de Carlo Pulsoni oferece-se como guia de método para uma pesquisa do *aneddoto* que se renova não só perante a “resa dell’ellaborazione testuale” chamada à colação no prefácio (p. vi; expressão correntemente utilizada, esclareça-se, pela crítica textual italiana), como também, há a acrescentar, perante a “resa dei fatti”: lógica de possíveis que encontra o sentido do fragmentário, finura que entrelaça episódios aparentemente soltos, ou investidas literárias detetivescas, no seu conjunto, condensam uma metodologia que coloca a curiosidade em diálogo com o quadro ramificado e projetual que vai sendo construído.

Mesmo que a coincidência do título não tenha sido apreciada por Benedetto Croce, não é dito que as conclusões deste livro lhe desagradassem.

RITA MARNOTO

rmarnoto@fl.uc.pt

Universidade de Coimbra | Centre International d’Études Portugaises de Genève

<http://orcid.org/0000-0003-0319-4026>

BROGI, DANIELA (2022)

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-11_22

Lo spazio delle donne.

Torino: Einaudi. 121 p.

ISBN 9788806250980

Nel contesto sociale, culturale e inevitabilmente politico che si esprime in lingua italiana, la discussione sulla discriminazione di genere dialoga e partecipa a un dibattito critico allargato, tuttora necessario e non restringibile ai confini del paese del sì.

Lo spazio delle donne, recente saggio pubblicato da Daniela Brogi, docente di Letteratura Italiana Contemporanea presso l'Università per Stranieri di Siena, propone un cambiamento di sguardo innovativo riguardo alla complessità della questione. Partendo da una prospettiva interculturale, si fa strada tra la copiosa e rilevante produzione letteraria delle donne, in quanto risorsa fondamentale da contestualizzare sulla lunga durata, con letture che transitano nello spazio del contemporaneo. Si tratta di un lavoro urgente e articolato che restituisce complessità a un territorio aperto e simbolico, innestando un dialogo per nulla scontato con l'alterità insita nel proprio essere umano.

Il libro si compone di cinque brevi capitoli in cui la categoria dello spazio è indagata con profondità e acutezza, così da smentire ogni illusione di compimento in merito, appunto, alla presenza delle donne in letteratura e nei più ampi ambiti culturali.

Il discorso di Brogi intende lo spazio in quanto “campo di espressione e verifica delle identità” (p. 9) e allestisce sin da subito un fitto intreccio tra gli scritti fondamentali di Woolf sulla necessità di uno spazio di riconoscimento e remunerazione, e voci narranti del passato e del presente.

I molteplici nomi e opere riferiti intenzionalmente in questo volume rivelano tutta l'ampiezza e le difficoltà di una questione per la quale, oltre all'analisi quantitativa, è più che mai rilevante quella qualitativa. Un monito che afferma e sormonta la visibilità, per rendere ancora più ovvia la necessità di riconoscere spazi transterritoriali e plurali da collocare poi, citando l'autrice

nel primo capitolo del suo saggio: “in mappe centrifughe [...] capaci di spingere l’attenzione anche verso i bordi; e di interrogarci non solo su cosa vediamo (come in un quadro, o in un film), ma anche su come lo facciamo” (p. 23).

Facendo ricorso al linguaggio cinematografico e al termine “fuori campo attivo”, Brogi guida chi legge a esplorare e interrogarsi su ciò che, seppur non direttamente visibile, è celatamente presente, richiedendo sforzi aggiuntivi che portano verso spazi come il “recinto”, le mura abitate dalle donne durante millenni, ma anche l’“abisso”, in cui sono sprofondate e silenziate anche coloro che hanno oltrepassato i limiti, oppure l’“interstizio” dal quale è possibile scorgere un’espressività sovente messa a tacere, e la “mappa”, o per meglio dire le mappe, che è possibile tracciare e rintracciare. In altre parole, non sostituire il canone, ma ripensare, reinterpretare, cambiare inquadratura.

È dunque necessario confrontare il sistema patriarcale che ha agito sulla società durante secoli, fare i conti con ciò che, per esempio, è stato nel Novecento il compimento della rivoluzione femminista, ma anche con i femminismi esistenti nel passato e nel presente. Confrontare, come proposto nel secondo capitolo, “Spazi del genio e della vitalità”, l’impatto del Manifesto di Rivolta Femminile del 1970, basato su un testo di Carla Lonzi, con il più conosciuto e studiato Manifesto Futurista di Filippo Tommaso Marinetti (p. 39). Il Secolo Breve è, infatti, un periodo di grande coraggio, autodeterminazione e ricerca di indipendenza per quanto riguarda la produzione letteraria delle donne, sempre però vista in quanto genialità, eccezione, stranezza, come l’ostinata e brillante Judith immaginata da Woolf.

È necessario, inoltre, congedare, una volta per tutte, quell’odierna normalità su cui ancora oggi si regge una certa infrastruttura linguistica costruita negli “Spazi e frasi fatte del maschilismo benpensante”, riferendo il titolo del terzo capitolo. Rilevante è qui l’impostazione che l’autrice dà a questo saluto di commiato: va eseguito con cura e responsabilmente, in modo da salvaguardare tutte e tutti, soprattutto i più deboli e colonizzabili. La rivoluzione delle donne è recente, ci ricorda l’autrice, listando dodici momenti fondamentali che riguardano la storia italiana, dal diritto di voto nel 1946 al 1996, in cui lo stupro diviene finalmente un crimine contro la persona e non contro la morale pubblica. Lasciare libero spazio alle date e alla loro vicinanza, dunque, per poi

entrare nell'impalcatura del linguaggio e, con coscienza critica, smontarlo collettivamente, come ancora una volta suggerisce la pluririferita Woolf riguardo ai capolavori in quanto risultato di secoli di pensiero condiviso.

Sempre citando la scrittrice britannica Brogi afferma la necessità di considerare uno “Spazio veramente proprio”, traduzione alternativa che propone al titolo del celebre saggio più tradizionalmente conosciuto, nella sua versione italiana, come “Una stanza tutta per sé”, per far notare quel “fuori campo attivo” che è lo spazio delle donne che scrivono, al tempo stesso materiale e introspettivo. Su un'ipotetica mappa, potremmo collocare la provenienza di uno “stile” comune alle donne proprio in questo “spazio vuoto”, osserva l'autrice, utilizzando la definizione di Doris Lessing riferita nel quarto capitolo, con la consapevolezza necessaria di analisi verso i temi e le forme, non correndo il rischio della catalogazione e dell'omologazione.

Nel quinto capitolo, Brogi sollecita, infine, la costruzione di “Spazi aperti”, di mappe politiche da non restringere al solo ambito culturale o, ancora di più, letterario. Non uno spazio a sé stante per le donne, ma un ponte su cui transitare e dal quale scorgere visioni del contemporaneo che dialogano con le battaglie delle minoranze di ogni derivazione, dal genere alla razza, con narrative coloniali e post-coloniali, e con la sempre più necessaria inclusività.

Lo spazio delle donne, basandosi sui solidi e complessi assetti teorici degli studi culturali, oltre a offrire una sintetica e accurata bibliografia di riferimento, è un libro strumento, pamphlets imprescindibile per affrontare responsabilmente le esigenze del presente e consistente risorsa di studio per approfondimenti e lavori futuri, in particolare di natura didattica. Fornisce, infatti, i mezzi per disegnare mappe ermeneutiche eticamente coerenti, coscienti della complessità che i nuovi territori da tracciare esigono, verso spazi da rivisitare o da esplorare per la prima volta.

MARTINA MATOZZI

martina.matozzi@fl.uc.pt

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras

<https://orcid.org/0000-0001-5556-5138>

ALARCÃO, JORGE DE (2024)

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-11_23

COIMBRA NO SÉCULO XVII – Figuras e factos memorandos.

Arte gráfica e desenho de José Luís Madeira.

Coimbra: Lápis de Memórias. 240 p.

ISBN: 978-989-8674-56-2

“Depois, sem ter abandonado completamente a investigação arqueológica, passou a dedicar-se a estudos históricos, tendo publicado vários artigos e livros, designadamente sobre a cidade de Coimbra” – assim reza a Nota Biográfica inserida na badana deste volume, um dos que decidi dedicar à sua terra natal.

Assinalar-se-á, desde logo, este seletivo uso do gerúndio (“memorando”), como que a chamar ao seu sentido próprio a palavra hoje de uso tão comum que se corre o risco de lhe perder o intrínseco significado. Aliás, já no prefácio se lê e vale a pena reler:

“Recuperamos alguns textos que, tendo sido escritos (ou mesmo publicados) no século XVII, estão hoje tão deslembados que podemos dizê-los esquecidos”.

“Deslembados”!

Este, o primeiro comentário que urge fazer, quando – mesmo a nível académico – a língua portuguesa tão maltratada se sente: o Doutor Jorge de Alarcão preza em escrever bem português! Exemplo que apraz sublinhar, pois que nem sempre os historiadores (e, de modo especial, os ditos ‘cientistas’) cuidam da sua linguagem. Regozijamo-nos quando se lê um texto escorreito, sem gralhas, de uso correto da pontuação e das maiúsculas (hoje, um sentido que se está a perder!), de sujeitos que não estão separados por vírgula do respetivo predicado...

No referido prefácio, após ter chamado a atenção para três ou quatro dos capítulos que reputou mais salientes, Jorge de Alarcão conclui:

São variados, como se vê, os textos que reunimos. Esperamos que os leitores possam tirar deles algum prazer e proveito. E talvez historiadores diplomados encontrem aqui sugestões para trabalhos acadêmicos que levem mais longe as nossas indagações.

Não pode deixar de comentar-se a modéstia implícita na expressão “historiadores diplomados”, dando a entender o autor que o não é, quando, na realidade, sabemos que é desta cepa que os Historiadores (sim, com maiúscula) se formam, inclusive quando é manifesto ser esse o caso.

Esta é a primeira ideia importante a focar: o autor pretende chamar a atenção para textos que poderão vir a ser, como dirá mais à frente, objeto de maior análise em teses de doutoramento, em dissertações de mestrado, ou seja, como o bom semeador, pretende deitar as sementes à terra, a fim de que o que daí resultar possa ser colhido por outros, nova seara venha a crescer.

Esse ponto de vista, a modéstia de Jorge de Alarcão, vai também expressa no segundo parágrafo desse prefácio:

“O tempo não é ainda o de escrever uma história com nexos ou trama, mas o de carrear materiais para que se possa, um dia, escrever essa história”.

Na realidade, na sequência dos últimos trabalhos seus publicados, como é o caso de *Memórias de Coimbra* (2023), Jorge de Alarcão está a querer disponibilizar apontamentos que, ao longo da vida, foi tirando, para que possam vir a servir como elementos válidos para uma história da cidade de Coimbra, que ele gostaria de publicar (bem no sabemos!), mas que ora prefere deixar em herança.

Tempo é, pois, de dar uns alguns tópicos do que neste livro foi focado, na certeza de que todos esses tópicos são eloquentes e que o leitor escolherá um ou outro de sua preferência.

No entanto, as grandes festas realizadas em Coimbra, em 1622, por ocasião da canonização de Santo Inácio de Loyola e de São Francisco Xavier, poderão ser, de facto, um dos pontos a chamar grandemente a atenção, na medida em que a relação destas festas, que foi feita, na altura, pelo Colégio da Companhia de Jesus da cidade de Coimbra, aqui transcrita, poderá vir a ser um testemunho de maior importância, pois que Jorge de Alarcão dá o glossário, uma nota sobre os instrumentos musicais aí referidos numa das

magníficas ilustrações – cujo arranjo ficamos a dever, mais uma vez, a José Luís Madeira – e, por outro lado, em colaboração com o Doutor António Manuel Rebelo, faz-se referência e explanam-se as citações latinas.

Falando das festas, temos, por exemplo, também, em descrição de pormenor, as que se realizaram, em 1625, por altura da canonização da Rainha Santa Isabel.

Para quem visita a Baixa de Coimbra, muitas vezes perguntará “o que é isto de Passo do Conde?”. Pois a páginas 95 e seguintes se conta o que foi a Estalagem do Passo do Conte e porque se chama assim. E ainda nesse ponto de vista das casas dar-se-á a descrição do Convento de Santa Clara redigida também em meados do século XVII; dir-se-á da Quinta de Vila Franca; da Casa do Tesouro do Mosteiro de Santa Cruz; da Casa Corrente na Coimbra do século XVII, expressão a recordar o trabalho da doutora Luísa Trindade (2002), *A Casa Corrente em Coimbra. Dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*.

Enfim, não deixará o leitor de se interessar pela descrição pormenorizada da ação da Inquisição em Coimbra nesse século. Horrорizar-se-á, de certeza, com o que, de acordo com a mentalidade da época, se levou a cabo: as condenações por isto ou por aquilo, tantas vezes não por motivos religiosos mas por outros, onde a crueldade humana, o fanatismo religioso eram, de facto, atuantes. Quando, nos dias de hoje, isso acaba por se verificar também, perguntamo-nos que espécie humana é esta em que ainda navegamos, quando, por motivo da crença religiosa, as pessoas acabam por ser maltratadas, amiúde a frio.

Ler-se-á, em precioso fac-símile (figuras 17 a 23), a lista das

peçoas que saíram, condenações que tiveram, e sentenças que se leram em um Auto público da Fé, que se celebrou em o Terreiro de S. Miguel da Cidade de Coimbra, em Domingo 14 de Junho de 1699, sendo inquisidor geral o ilustríssimo Senhor Bispo D. Frey Joseph de Lancastro do Conselho de Sua Majestade.

Leia-se de novo: auto que se celebrou! Celebrar! – uma mentalidade bem diferente da nossa!

E vem o rol das pessoas (idade, nome, profissão, casado/solteiro, filiação, naturalidade, residência...) “que não abjuram nem levam hábito”, acusadas de abjuração de leve, de veemente, de 1ª abjuração, de 2ª, de 3ª... por judaísmo... No elenco dos “relaxados em carne” cite-se, para exemplificar, o cristão novo (X. N.) Manuel Lopes, de alcunha “O Malhão”, tratante e curtidor, originário do Reino de Castela, e dele se diz que se manifestou “convicto, ficto, falso, simulado, confitente, diminuto & impenitente”!...

É excelente a reprodução das ilustrações (32 figuras), de elevado interesse gráfico e histórico, de que se ressaltam, a título de exemplo, os desenhos de Baldi, com as vistas de Ansião, da Fonte Coberta e de Coimbra (nº 15). Notável será também o traçado do percurso feito por Cosme de Médicis em Portugal, em 1669, com anotação das respetivas datas em cada ‘estação’ (Fig. 12): saiu de Badajoz a 7 de janeiro, esteve em Elvas no dia 10, em Lisboa a 21 (tendo feito a travessia do Tejo a partir do Montijo, noutras fontes dito “Aldeia Galega”, durante muitos anos o ponto de travessia do rio), em Coimbra a 22 de fevereiro, e regressou a Espanha por Caminha, a 1 de março. Um pormenor não escapará ao leitor atento: a sequência de “Vendas” no percurso Badajoz / Setúbal: Venda de Busseiras, Venda de Patalim, Venda de Filafan – de que hoje apenas subsiste, nessa zona, Vendas Novas, decerto não coincidente, como o seu próprio nome indica, com nenhuma das anteriores.

Reporta-se, nas páginas 102-110, a bibliografia – a que o Autor preferiu dar o título “Referências” – onde justo é assinalar uma tomada de posição por que há muito labutamos, contra o incoerente e nefasto hábito agora em uso, exigido (mais uma vez!) por diretrizes alienígenas que não respeitam a pessoa humana: Jorge de Alarcão fez questão em indicar por extenso o primeiro nome de cada autor, para que se saiba de quem efetivamente se trata: é John, é Maria – e não os indefinidos e, por vezes, embaraçantes J. ou M. Aplaudo!

Como não posso, naturalmente, deixar de aplaudir a atitude, de assim ter deliberado pôr à disposição dos “historiadores diplomados” (como lhes chama) estes dados que foi carreando. E creio que outros ainda haverá! Recordo, mais ou menos no mesmo sentido, o que o saudoso Joaquim Romero Magalhães houve também fazer: reuniu, em 2017, numa “edição do autor, fora do mercado”, para um círculo restrito de amigos, o livro, de 258 páginas (!),

Provocações: por dever de ofício (1987-2014). O ‘ofício’ é esse mesmo, o de professor; as ‘provocações’, as 25 arguições que, ao longo dos anos, foi fazendo, em doutoramentos e mestrados, porque (escreveu) “as observações dos arguentes que deveriam ser tomadas como aviso para o que vai sendo feito acabam por ficar escondidas e não ter qualquer efeito – para além do fogo de artifício do acto” – quando, em seu entender, “a crítica é uma das atitudes obrigatórias dos universitários”.

Exemplos a enaltecer e imitar.

“Partilha” é, na verdade, a palavra mais corrente, hoje, nas redes sociais. Urgirá, sem dúvida, que das redes passe, do virtual para o real; do fátuo quotidiano para as páginas sólidas do Saber!

JOSÉ D’ENCARNAÇÃO

jde@fl.uc.pt

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras

<https://orcid.org/0000-0002-9090-557X>

MATOS, JOSÉ (2025)

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-11_24

Atlas Histórico do 25 de Abril.

Lisboa: Guerra & Paz, 142 p.

ISBN 978-989-576-165-4

Investigador em História Militar, José Matos prossegue aqui uma temática já presente nas suas últimas publicações: a Revolução dos Cravos. Tendo dado à estampa um volume versando a famosa e polémica Operação Mar Verde – levada a cabo em Conacri a partir da então colónia portuguesa da Guiné, em novembro de 1970 – o autor tem redigido sobre outros episódios da Guerra Colonial. Neste sentido, não perdendo de vista, quer a questão operacional, quer a natureza das armas em presença, as suas propostas têm ido ao encontro de um registo que oscila entre a História Militar, propriamente dita, e as conexões entre a política e a diplomacia, no contexto da Guerra Fria. Fazendo uso de fontes primárias, compulsadas numa prática arquivística sólida, o seu contributo tem resultado em diversos artigos, mas sobretudo no livro *Rumo à Revolução*, assinado com Zélia Oliveira – que foi patrocinado pela Comissão Comemorativa 50 Anos 25 de Abril – e no qual avulta uma abordagem que oscila entre o narrativo e o analítico acerca dos “meses finais do Estado Novo”. De resto, as últimas páginas dessa obra incidem justamente sobre “o dia inicial inteiro e limpo”, pelo que a obra aqui passada em revista como que ilumina alguns aspetos, podendo ser considerada uma sorte de continuação visual e infográfica.

Inserido na coleção dos “atlas históricos” da editora Autrement, publicados em Portugal pela Guerra & Paz, o livro de José Matos conta com infografias de Nuno Costa e ilustrações de Paulo Alegria e de Anderson Subtil, assim como numerosas fotografias (a cores e a preto e branco), fac-símiles de documentos e caixas de texto explicativas e de “curiosidades”. A bibliografia (p. 137-141) é considerável e diversificada, compreendendo testemunhos, memórias, estudos e obras de divulgação. Por seu lado, a escrita adota um

tom por vezes narrativo, mas que não prescinde da análise, na medida em que convoca a terreiro diferentes planos: político, diplomático, militar, económico, social. Tenha-se presente a necessária visão internacional, posto que se jogava em vários tabuleiros. Daí decorre o enquadramento da “velha ditadura” no espaço europeu dos Anos de 1960, mas, sobretudo, a “questão africana” e os seus múltiplos desenvolvimentos (p. 15-35).

Após uma breve introdução (p. 7-11), o primeiro capítulo, de seu nome “Os Alvores da Revolução” (p. 13-39), começa por compor um quadro (do fim) do império português, o qual, confrontado com o recrudescimento do anticolonialismo e das condenações internacionais, recorrera a diversas cosméticas administrativas (“províncias ultramarinas” em lugar de “colónias”), com o fito de “permanecer”. Perante a queda de pequenas parcelas, como os enclaves de Dadrá e Nagar Aveli, na Índia, em 1954, e a fortaleza de S. Baptista de Ajudá, no Benin, em agosto de 1961, o regime veria começar a guerra em Angola e assistiria à ocupação de Goa, Damão e Diu, em fevereiro e dezembro desse ano, respetivamente.

Como se sabe, os movimentos de libertação da Guiné e Cabo Verde e de Moçambique iniciaram, por seu turno, operações militares no ano seguinte, não descurando a frente diplomática. Daí que, por vezes, se fale em “guerras coloniais”, mas também em “guerra de África”, definição mais imprecisa, posto que a Primeira Guerra Mundial também foi travada nesse cenário, não se devendo perder de vista o significado que, à época e hoje, tem “guerra do ultramar” – e as designações de “luta/guerra” de “libertação (nacional)/independência”, amiúde usadas nos países emergentes em 1974/1975. A concluir, a terceira alínea, “Reunião em Óbidos” (p. 36-39), recorrendo a fotografias da vila medieval e da tomada de posse de António de Spínola como vice-Chefe de Estado Maior das Forças Armadas, a 17 de janeiro de 1974, resume a constituição do então chamado Movimento dos Oficiais das Forças Armadas (MOFA).

Por sua vez, o segundo capítulo, “A Revolução Inevitável”, a despeito de algum finalismo ou determinismo histórico do título (p. 41-63), começa com a publicação do livro *Portugal e o Futuro*, de António de Spínola, com uma série de fotografias dos protagonistas e uma infografia das Caldas da

Rainha, de onde partiu o movimento do 16 de março. Conforme atesta o autor, este “falhanço”, em que “mais ninguém saiu”, acabaria por constituir “uma aula prática” para Otelio Saraiva de Carvalho. Com efeito, este “teve oportunidade de observar o dispositivo montado pelo Governo para enfrentar as tropas das Caldas”, ficando conhecedor, mais tarde, de que “Marcello Caetano e outros membros do executivo, juntamente com o presidente da República, tinham procurado refúgio no Quartel da 1.ª Região Aérea em Monsanto” (p. 63).

Estruturado em seis alíneas, o mais extenso terceiro capítulo, “A Queda do Regime” (p. 65-136), documenta a “Missão Secreta” (p. 66-69) do enviado de Rui Patrício, titular da pasta dos Negócios Estrangeiros, para reunir em Londres, sem grandes resultados, com o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Dois conjuntos de ilustrações atestam as investigações prévias de José Matos: “as novas armas portuguesas” (p. 71-72) e “os blindados do 25 de Abril” (p. 88-91), com destaque para o *M47 Patton*, a *Panhard EBR 75* e a *Chaimite*. O capítulo revela-se, ainda, rico em mapas e infografias relacionados com a disposição de forças em Lisboa e nas diversas regiões do país (norte, p. 106; centro, p. 109; e sul, p. 110), acompanhando ao detalhe o decurso dos acontecimentos. Vale a pena atentar no choque entre as forças da Escola Prática de Cavalaria (EPC), sob o comando de Salgueiro Maia, e as forças da situação (o regimento de Cavalaria 7) na Baixa de Lisboa (p. 114); ou o cerco daquele capitão ao Quartel do Carmo (p. 122). O texto possui, nestas secções, um recorte quase cinematográfico:

Quando vê um *M47* aparecer do lado da Rua do Arsenal, Junqueira dos Reis fica desesperado e ordena que o alferes Sottomayor leve o *Patton* dele para o lado da Ribeira das Naus para abrir fogo contra as tropas do Terreiro do Paço. Chegado à Ribeira das Naus, o alferes recusa-se a abrir fogo e Junqueira dos Reis manda prendê-lo. [...] Salgueiro Maia [...] assiste a uma certa distância, depois de uma tentativa frustrada de dialogar com Junqueira dos Reis. Percebe naquele momento que já nada os pode parar. Impotente perante a situação, o brigadeiro acaba por se retirar com as poucas forças que lhe restam (p. 117-118).

Mas, o texto não deixa de revisitar o comunicado da Junta Militar então formada e as fricções iniciais de Spínola com os oficiais do Movimento das Forças Armadas (MFA). Neste âmbito, é sintomático que a causa primacial do 25 de Abril, quer dizer, o conflito que opôs uma ditadura intransigente em relação aos “ventos da História” e diversos movimentos de libertação, não tivesse dado de imediato lugar a uma declaração inequívoca acerca da auto-determinação e da independência (p. 134-135). Porém, o autor acaba por não explorar este e outros elementos, tanto mais que o livro termina com a saída de cena de Otelo Saraiva de Carvalho e uma fotografia de Marcello Caetano e de Joaquim da Silva Cunha, ex-ministro da Defesa Nacional, na Madeira. Seja como for, entretantes, os dias 26 e 27 são evocados, a fim de documentar a prisão de agentes da polícia secreta e a libertação dos presos de Caxias.

Deste modo, José Matos apresenta um contributo deveras interessante, que incide na dimensão visual do 25 de Abril. Daí decorre o registo marcadamente narrativo, mas que parte de investigação já conduzida e publicada noutros momentos. Ainda assim, concluindo este atlas com o final do dia de Otelo, seria interessante dar-lhe continuidade com um volume incidindo no processo revolucionário subsequente. Decerto que os momentos marcantes do 28 de setembro de 1974, o 11 de março e o 25 de novembro de 1975, as independências e os “retornados”, os trabalhos da Assembleia Constituinte, assim como muitos outros acontecimentos e factos, mereciam este enquadramento visual, concorrendo para a já significativa bibliografia vinda a lume neste cinquentenário.

SÉRGIO NETO

sgdneto@gmail.com

*U. Porto, Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória
(CITCEM)¹, Faculdade de Letras*

<https://orcid.org/0000-0002-9737-0029>

¹ UID/04059/2025 | <https://doi.org/10.54499/UID/04059/2025>.

MENEZES, MATHEUS (2024)

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-11_25

Legado de um certo Oriente: A Revista da Liga Andaluza de Letras Árabes.

Dissertação (Mestrado) São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo

https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8165/tde-07112024-113321/publico/2024_MatheusMenezes_VCorr.pdf

Mais do que centros de ensino, as universidades procuram afirmar-se como lugares de inovação e produção cultural, contribuindo decisivamente para o avanço da investigação e para a consolidação do seu papel como espaços científicos relevantes e transformadores. A produção de teses e dissertações constitui uma expressão essencial da vitalidade científica de uma universidade. Estes trabalhos são fruto de uma comunidade comprometida com a construção de novos saberes, em diálogo com a tradição e com os desafios contemporâneos devem evidenciar qualidade académica, pensamento crítico e criatividade

Em consonância com estas dinâmicas intelectuais, assiste-se, com entusiasmo, ao florescimento, na Universidade de São Paulo, de um verdadeiro cenáculo de jovens arabistas, empenhados em recuperar e valorizar o património literário árabe produzido em solo brasileiro. Trata-se de um corpus ainda pouco explorado, cuja origem remonta às primeiras décadas do século XX e que se desenvolve ao longo de sucessivas gerações. Fruto de uma emigração culta e sofisticada, o movimento do *Mahjar* foi protagonizado por intelectuais que não apenas preservaram a tradição poética árabe, mas também a reinventaram em diálogo com a modernidade. Entre eles, destacam-se autores cuja obra alcançou projeção internacional, como Khalil Gibran, cuja recepção nos Estados Unidos contribuiu decisivamente para o reconhecimento da poesia árabe no Ocidente.

No Brasil, este fenómeno teve um dos seus núcleos mais expressivos entre as décadas de 1930 e 1950: considerado o mais importante grupo literário da comunidade árabe no país durante o início do século XX e integrado por mais de trinta poetas e escritores, a Liga Andaluza de Letras Árabes (*Al-Usba alandalusiyya*) criada em 1932, na cidade de São Paulo. Só recentemente este acervo cultural passou a receber atenção sistemática por parte da academia. Um papel pioneiro nesse resgate vem sendo desempenhado por investigadores ligados à Universidade de São Paulo e à Universidade Federal do Rio de Janeiro, que se dedicam à recuperação de obras, revistas e arquivos fundamentais para a história literária da diáspora árabe no país. Autores como os irmãos Chafic (1905-1976) e Fawzi Maluf (1899-1930), outrora conhecidos num círculo restrito de especialistas, tornaram-se objeto de novas investigações que procuram não apenas analisar os textos, mas também compreender o tecido cultural em que se moviam: salões literários, associações, redes transcontinentais e espaços de intercâmbio que testemunham uma modernidade arabófona enraizada no coração do Brasil.

É neste quadro de investigação que se inscreve a dissertação de mestrado de Matheus Menezes, orientada pela Professora Safa Jubran, dedicada à *Revista da Liga Andaluza de Letras Árabes*, um periódico emblemático da diáspora árabe na América Latina, publicado entre 1935 e 1953. O jovem investigador, Matheus Menezes, integra atualmente grupos de pesquisa dedicados à literatura árabe moderna, aos estudos de tradução e ao diálogo intercultural. Os seus interesses abrangem ainda literatura árabe clássica e contemporânea, história cultural, tradução poética e património imaterial das comunidades migrantes. A dissertação apresentada a 10 de setembro de 2024, propõe uma análise histórica e crítica da referida revista, entendendo-a como espaço privilegiado de circulação cultural, produção literária e expressão política de intelectuais árabes radicados no Brasil e países vizinhos. Menezes começa por contextualizar o surgimento da imprensa árabe no Brasil, relacionando-o aos movimentos migratórios e ao ambiente sociopolítico que favoreceu a emergência dessa publicação como veículo identitário. Este estudo beneficia-se do projeto de digitalização do acervo da imigração árabe, uma iniciativa conjunta da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, sediada em

São Paulo, e da Universidade Saint-Esprit de Kaslik, em Beirute (Líbano). A disponibilização de fontes originais por meio deste projeto permitiu ao autor adotar uma abordagem metodológica inovadora. Com o corpus assim acessível, a dissertação analisa as temáticas recorrentes, os recursos estilísticos e as estratégias discursivas da revista, evidenciando o seu papel enquanto mediadora entre a herança cultural árabe e a realidade latino-americana.

A metodologia adotada combina análise documental, revisão bibliográfica e estudo comparativo. A investigação parte da leitura detalhada das edições da revista, aplicando técnicas de análise de conteúdo para identificar temas recorrentes e estratégias discursivas. Complementarmente, o trabalho dialoga com estudos de literatura comparada, teoria da diáspora e crítica cultural, situando a publicação no campo mais amplo das expressões literárias da imigração árabe na América Latina. Este modelo integrado possibilita uma compreensão profunda da relevância histórica, sociopolítica e estética da revista, revelando uma ampla partilha de saberes.

A investigação destaca, com precisão, o impacto das restrições impostas à imprensa estrangeira durante o Estado Novo brasileiro, especialmente através do Decreto-Lei nº 1.979/1939, que dificultava a publicação de periódicos em línguas não nacionais. A revista, embora cautelosa no seu posicionamento político, construiu uma sólida proposta literária e cultural, reafirmando valores da identidade árabe e promovendo uma aproximação entre Oriente e Ocidente. A evocação de uma “nova Al-Andalus” foi um conceito mobilizado pelos próprios intelectuais da Liga. Na dissertação, o autor recupera esta metáfora como chave interpretativa para compreender o projeto editorial da revista: um espaço de convivência intelectual e afirmação cultural construído num meio politicamente adverso.

O estudo questiona criticamente a acusação de conservadorismo dirigida aos colaboradores da Liga, salientando que a adesão a formas poéticas clássicas não equivale a uma rejeição da experimentação estética. Pelo contrário, o autor identifica, no interior da revista, sinais evidentes de renovação criativa e uma tensão fértil entre tradição formal e abertura cultural. Esta abordagem permite compreender a complexidade das identidades migrantes e o papel estratégico da literatura como instrumento de afirmação identitária.

No Capítulo III da dissertação, Menezes explora com profundidade a presença na revista da literatura de língua portuguesa, revelando um dos aspectos mais ricos e menos estudados do projeto editorial da Liga: o esforço de tradução e circulação intercultural. Ao longo dos treze anos da publicação – ainda que de forma irregular – observa-se uma abertura significativa para autores portugueses e brasileiros, com traduções para o árabe que revelam um desejo de aproximação estética e política.

Entre os autores portugueses, destacam-se Júlio Dantas, traduzido desde a edição 8 do ano III até a edição 4 do ano VIII, Eça de Queiroz, com o conto “O suave milagre”, na edição 8 do ano IX e uma apresentação dedicada a Alexandre Herculano na edição dupla 11 e 12 do primeiro ano (1935). No caso brasileiro, é ainda mais marcante a presença de Paulo Menotti del Picchia, que figura como autor recorrente, com traduções de *Juca Mulato* e *Jesus*. A relação entre este poeta paulista e o cenáculo da Liga é evidenciada pelo prefácio que escreveu para o poema *Nuages*, de Riyad Maluf, bem como através dos diálogos literários com Judas Isgorogota, autor da versificação portuguesa do *opus magnum* de Chafic Maluf *Abkar*, *A Cidade dos Génios* (1949).

Outros nomes de autores brasileiros notáveis figuram também nas edições da revista, tais como: Olavo Bilac, Vicente de Carvalho e Castro Alves, cujas obras foram celebradas pela referida Liga como viva expressão da sensibilidade poética. Ao evidenciar este circuito de tradução, Menezes demonstra como a revista não apenas difundia cultura árabe no Brasil, mas também estabelecia um intercâmbio ativo e recíproco entre as tradições literárias, apresentando a produção lusófona ao mundo árabe – e vice-versa.

Esta forma de olhar a tradução como ponte cultural reforça o caráter transnacional e intercultural do periódico. A dissertação articula este aspecto com base numa metodologia interdisciplinar, que combina análise documental, história da diáspora, estudos literários comparados e crítica cultural. O corpus da revista é examinado com atenção aos temas, formas e estratégias discursivas, permitindo compreender as tensões e convergências que atravessam as identidades migrantes.

Considerando os aspectos analisados, a dissertação de mestrado de Matheus Menezes constitui uma contribuição exemplar para os estudos

sobre literatura da diáspora, história da imprensa árabe no Brasil e práticas de tradução cultural. Ao conferir centralidade à Revista da Liga Andaluza de Letras Árabes, o trabalho ilumina um capítulo pouco explorado da história literária brasileira, revelando o papel da imprensa como mediadora de línguas, sensibilidades e trajetórias. Trata-se de uma investigação que restitui à literatura migrante a sua potência criadora e a sua relevância transcontinental, situando-a na confluência entre memória, modernidade e pertença.

ALBERTO SISMONDINI

sarvagi@fl.uc.pt

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras

<https://orcid.org/0000-0002-7965-7253>

Humanidade(s) em tempos de IA

Quais os desafios que as Humanidades digitais colocam ao humano? Esta será uma pergunta à qual as Humanidades – e não apenas as Humanidades digitais – terão de responder urgentemente, face aos reptos sucessivos colocados pela Inteligência Artificial (IA) generativa e pelos desenvolvimentos da computação. Por mais que se sustente que a IA não é nem inteligente nem artificial e que “apocalípticos e integrados” vejam neste momento mais uma oportunidade para digladiarem argumentos, as Humanidades enfrentam um futuro sombrio se não conseguirem definir o seu próprio caminho e desenhar as suas fronteiras, num contexto em que os limites do humano e da tecnologia tendem a esbater-se de uma forma nunca vista no passado.

A História da Humanidade é também o resultado da relação entre o humano e a tecnologia. Embora de uma forma genérica, a edição nº 10 da *Biblos* (2024) já procurou contribuir para essa reflexão, através do tema transversal das *Mediações*. Agora, as questões da técnica, da tecnologia e da IA surgem como o tema nuclear da próxima edição.

Não vemos a IA como motivo para reinventar um neoludismo da era digital. Porém, isso também não significa deixar que o pensamento e a reflexão crítica sobre a tecnologia sejam tolhidos pelas promessas do progresso pensadas a partir dos interesses instalados do mundo tecnológico.

Os reptos que a IA coloca à Humanidade, e às Humanidades na Universidade, são imensos e merecem ser analisados e discutidos criticamente: a autonomia, a autorealização e emancipação dos sujeitos; o livre arbítrio; a privacidade; a liberdade; a originalidade; a autoria; a investigação; o trabalho; a criação e a criatividade; a sociabilidade, são apenas alguns exemplos de conceitos que podem estar em mutação. Podemos, pois, argumentar que estamos perante tópicos com inevitáveis consequências estéticas, éticas, deontológicas, sociais, políticas, económicas, culturais e epistemológicas e que por isso devem ser revisitados e repensados.

Neste contexto, o nº 12 da 3ª série da *Biblos - Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra* (2026) propõe-se problematizar os conceitos de Humanidade(s), tecnologia e IA, aceitando a submissão de artigos científicos que tenham estas palavras-chave no centro das preocupações, de modo a contribuírem para uma reflexão acerca de sociedades e projetos políticos mais justos, participativos, inclusivos e solidários.

Tendo, por núcleo central, as Humanidades, as Humanidades digitais e a IA, os artigos podem não se circunscrever apenas a este domínio específico, embora devam relacionar-se com todas as implicações da IA no humano.

Assim, apresentam-se alguns temas passíveis de abordagens inspiradoras e de reflexões críticas ou de mobilizar submissões sobre investigações concluídas ou em curso.

Subjetividades

- Novas perspetivas da construção dos sujeitos
- Humanos-máquina: IA geral e Super-IA
- Autoria/autoridade, criatividade e originalidade na era da IA
- Bom e justo em contexto algorítmico
- Abordagens éticas para a IA

Artes

- Arte, técnica e tecnologia
- IA, ficção e realidade
- Literatura na era da IA
- Pós-humanidades digitais. Edições críticas digitais e diversidade linguística
- IA e (nova) Filologia
- IA nas Artes: inspiração e disrupção

Epistemologias

- Vieses algorítmicos e contextos históricos da tecnologia
- Hibridismos epistemológicos, metodológicos e criativos
- Impacto da IA no futuro das Humanidades
- IA, linguística e estudos de tradução

- IA, gestão da informação e do património cultural
- Impacto da IA no novo ecossistema mediático e na comunicação pública

Políticas da IA

- Privacidade e governança de dados
- Regulação da IA
- Literacia digital em contexto de IA
- Algoritmos e democracia
- O trabalho e as profissões na era da IA
- Inclusão e diversidade tecnológica

Geopolíticas e territórios da IA

- A geopolíticas das redes e da IA
- Grandes plataformas de IA e soberania tecnológica
- Gestão territorial e planeamento
- Justiça territorial e viés algorítmico
- Mobilidade inteligente
- Participação pública e governança territorial

Até 15 de abril de 2026, a Direção de *Biblos. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra* receberá artigos sobre esse tema, através da plataforma Open Journal Systems (<https://impactum-journals.uc.pt/biblos/login>).

Todos os artigos devem seguir as normas redatoriais da revista (<https://impactum-journals.uc.pt/biblos/about/submissions>) e serão submetidos à arbitragem científica de uma comissão formada por especialistas.

A atividade editorial da revista segue o *Código de ética. Guia de boas práticas para editores de revistas da Universidade de Coimbra* (https://www.uc.pt/fluc/investigacao/biblos/politicas_editoriais/index).

NEXT ISSUE

Humanity(ies) in the age of AI

What challenges do the Digital Humanities pose to the human? This question must be answered urgently by the whole field of the Humanities – not just Digital Humanities –, in view of the constant challenges posed by generative Artificial Intelligence (AI) and developments in computing. Though it is argued that AI is neither intelligent nor artificial, and while “apocalyptic and integrated” critics seize the opportunity to battle over arguments, the Humanities face a dark future unless they trace their own path and draw their boundaries, in a context in which the limits of the human and technology seem blurrier than ever.

The history of humanity also stems from the interaction between humans and technology. Though in more general terms, issue 10 of *Biblos* (2024) sought to contribute to this discussion by focusing on the cross-cutting subject of *Mediations*. Now, the topics of technique, technology, and AI make up the core subject of the next issue.

We do not see AI as a reason to reinvent a neo-Luddism of the digital age. Still, we must prevent thought and critical reflection on technology from being thwarted by promises of progress shaped by the interests of the technological world.

AI poses numerous challenges to Humanity and the Humanities in University, all of which deserving critical analysis and discussion. Autonomy, self-fulfilment, and emancipation of individuals; free will; privacy; freedom; originality; authorship; research; work; creation and creativity; and sociability are just some examples of concepts currently undergoing changes. Hence, we may argue that these subjects carry inevitable aesthetic, ethical, deontological, social, political, economic, cultural and epistemological consequences that warrant regular discussion and analysis.

In this context, issue 12 of the 3rd series of *Biblos – Journal of the Faculty of Arts and Humanities of the University of Coimbra* (2026) aims to

discuss the concepts of Humanity(ies), technology and AI. It encourages the submission of scientific articles focusing on these keywords to promote a reflection on fairer, more participatory, more inclusive, and more supportive societies and political projects.

The articles should have the Humanities, the Digital Humanities, and IA as their focus. They do not need to be restricted to this specific domain, but they should consider the full implications of AI for the human.

Thus, we present some topics that lend themselves to inspiring approaches and critical reflections, encouraging submissions of completed or ongoing research work.

Subjectivities

- New perspectives on the construction of subjects
- Human-machine: General AI and Super AI
- Authorship/authority, creativity, and originality in the age of AI.
- The good and the fair in the context of algorithms
- Ethical approaches to AI

Arts

- Art, technique, and technology
- AI, fiction, and reality
- Literature in the age of AI
- Digital Post-Humanities. Digital critical editions and linguistic diversity
- AI and (new) Philology
- AI in the Arts: inspiration and disruption

Epistemologies

- Algorithmic biases and historical contexts of technology
- Epistemological, methodological, and creative hybridisms
- AI's impact on the future of the Humanities
- AI, linguistics, and translation studies
- AI, information and cultural heritage management
- AI's impact on the new media ecosystem and public communication

AI Policies

- Privacy and data governance
- AI regulation
- Digital literacy in the AI context
- Algorithms and democracy
- Work and jobs in the age of AI
- Inclusion and technological diversity

AI geopolitics and territories

- The geopolitics of networks and AI
- Large AI platforms and technological sovereignty
- Territorial management and planning
- Territorial justice and algorithmic bias
- Intelligent mobility
- Public participation and territorial governance

The editorial board of *Biblos. Journal of the Faculty of Arts and Humanities of the University of Coimbra* welcomes articles on this subject. These must be submitted through the Open Journal Systems platform (<https://impactum-journals.uc.pt/biblos/login>) before 15 April 2026.

All articles must follow the journal's editorial norms (<https://impactum-journals.uc.pt/biblos/about/submissions>) and will be subjected to scientific refereeing by a committee of experts.

The editorial activity of this journal follows the *Code of Ethics. Guide to best practice for editors of journals of the University of Coimbra* (https://www.uc.pt/fluc/investigacao/biblos/politicas_editoriais/index).

